PDDI DA GRANDE SÃO LUÍS

IMESC

ECONOMIA

SECID
AGEM
IMESC

GOVERNO DO MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

WWW.IMESC.MA.GOV.BR

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO – SECID

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (PDDI) DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO LUÍS (RMGSL)

DIAGNÓSTICO DO EIXO ECONOMIA

São Luís – MA

Abril de 2018

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
Flávio Dino de Castro e Costa

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
Carlos Orleans Brandão Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Luis Fernando Silva

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS
Dionatan Silva Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS
Josiel Ribeiro Ferreira

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS
Hiroshi Matsumoto

COORDENADOR
Dionatan Silva Carvalho – Economista

EQUIPE TÉCNICA
Adriana Cristina Rabelo da Silva – Economista
Anderson Nunes Silva – Economista
César Labre Lemos de Freitas – Economista
Daniele de Fátima Amorim Silva – Economista
Dionatan Silva Carvalho – Economista
Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior – Economista
Esnél José Fagundes – Jornalista
Geylson Serra Pereira – Economista
João Carlos Souza Marques – Economista
Matheus Pedrosa Carneiro da Silva – Graduando em Economia
Rafael Thalysson Costa Silva – Economista
Ricardo Zimbrão Affonso de Paula – Historiador

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução das metas e das taxas de inflação entre 1999 e 2016 30
Tabela 2 - Médias geométricas anuais de crescimento do PIB setorial e por atividades econômicas selecionadas – Brasil, Nordeste e Maranhão – 1980/1999..... 42
Tabela 3 - Composição do valor adicionado setorial e por grupos de atividade econômica – BR, NE e MA – 1985, 1990 e 2000..... 43
Tabela 4 - Evolução da participação do VA da RMGSL por setor – valores correntes em R$ milhões 58
Tabela 5 - Produção total da agricultura familiar nos municípios da RMGSL e Maranhão – mil toneladas..... 81
Tabela 6 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Alcântara entre 2010 e 2016 83
Tabela 7 - Produção Vegetal e Extrativismo em Alcântara entre 2010 e 2016..... 83
Tabela 8 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Axixá entre 2010 e 2016..... 86
Tabela 9 - Produção Vegetal e Extrativismo em Axixá entre 2010 e 2016..... 86
Tabela 10 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Bacabeira entre 2010 e 2016 87
Tabela 11 - Produção Vegetal e Extrativismo em Bacabeira entre 2010 e 2016 89
Tabela 12 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Cachoeira Grande entre 2010 e 2016..... 92
Tabela 13 - Produção Vegetal e Extrativismo em Cachoeira Grande entre 2010 e 2016 93
Tabela 14 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Icatu entre 2010 e 2016..... 95
Tabela 15 - Produção Vegetal e Extrativismo em Icatu entre 2010 e 2016 96
Tabela 16 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Morros entre 2010 e 2016 . 99
Tabela 17 - Produção Vegetal e Extrativismo em Morros entre 2010 e 2016..... 99
Tabela 18 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Paço do Lumiar entre 2010 e 2016..... 101
Tabela 19 - Produção Vegetal e Extrativismo em Paço do Lumiar entre 2010 e 2016..... 102
Tabela 20 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Presidente Juscelino entre 2010 e 2016..... 104
Tabela 21 - Produção Vegetal e Extrativismo em Presidente Juscelino entre 2010 e 2016..... 104
Tabela 22 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Raposa entre 2010 e 2016 107
Tabela 23 - Produção Vegetal e Extrativismo em Raposa entre 2010 e 2016..... 107
Tabela 24 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Rosário entre 2010 e 2016 109
Tabela 25 - Produção Vegetal e Extrativismo em Rosário entre 2010 e 2016..... 110
Tabela 26 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Santa Rita entre 2010 e 2016 112
Tabela 27 - Produção Vegetal e Extrativismo em Santa Rita entre 2010 e 2016..... 112
Tabela 28 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em São Luís entre 2010 e 2016 115
Tabela 29 - Produção Vegetal e Extrativismo em São Luís entre 2010 e 2016 115
Tabela 30 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em São José de Ribamar entre 2010 e 2016..... 118
Tabela 31 - Produção Vegetal e Extrativismo em São José de Ribamar entre 2010 e 2016.. 118
Tabela 32 - Coeficiente de Localização da variável Valor Adicionado Fiscal do setor agropecuário, por classe de atividade econômica – 2017 122
Tabela 33 - Coeficiente de Localização da variável Valor Adicionado Fiscal total, por divisão de atividade econômica – 2017..... 123
Tabela 34 - Quocientes Locacionais da variável Valor Adicionado Fiscal do setor agropecuário, por classe de atividade econômica – 2017 124

Tabela 35 - Quocientes Locacionais da variável Valor Adicionado Fiscal total, por divisão de atividade econômica – 2017 125
Tabela 36 - Coeficiente Especialização da RMGSL, com base no Valor Adicionado Fiscal por divisão de atividade econômica da CNAE 2.0 – 2017 126
Tabela 37-Maranhão – Exportação Anual para Lisboa (toneladas) 140
Tabela 38 - Evolução da Balança Comercial Maranhense e Corrente de Comércio de 1991 até 2016 em US$ milhões (FOB) e participação (%) do total brasileiro 143
Tabela 39 - Balança Comercial Maranhense de 2000, 2005, 2010 e 2016 por categoria de uso em US$ milhares 144
Tabela 40 - Exportações maranhenses por fator agregado de 2000 até 2016 em US$ milhões 145
Tabela 41 - Participação dos cinco principais produtos exportados nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2016, em relação ao total das exportações maranhenses – valores em US$ milhões e participação em (%) 146
Tabela 42 - Cinco principais produtos exportados pelo Maranhão nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2016 e total exportado – valores em US$ milhões 146
Tabela 43 - Importações maranhenses por fator agregado de 2000 até 2016 em US$ milhões 147
Tabela 44 - Balança Comercial dos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís, total do Maranhão e dos demais municípios de 2000 até 2017* em US$ (milhares)[1] 151
Tabela 45 - Balança Comercial dos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís, total do Maranhão e dos demais municípios de 2000 até 2017* em toneladas 152
Tabela 46 - Principais produtos integrantes da Balança Comercial de São Luís no período de 2000 até 2016 – valores em US$ milhões acumulados no período 153
Tabela 47 - Principais produtos integrantes da Balança Comercial de Bacabeira no período de 2000 até 2016 – valores em US$ milhares acumulados no período 154
Tabela 48 - Produtos integrantes da Balança Comercial de São José de Ribamar no período de 2000 até 2016 – valores em US$ milhares acumulados no período 155
Tabela 49 - Produtos integrantes da Balança Comercial de Paço do Lumiar no período de 2000 até 2016 – valores em US$ milhares acumulados no período 156
Tabela 50 - Produtos integrantes da Balança Comercial de Rosário no período de 2000 até 2016 – valores em US$ 156
Tabela 51 - Produtos integrantes da Balança Comercial de Raposa no período de 2000 até 2016 – valores em US$ 157
Tabela 52 - Principais produtos exportados (2000-2017*) em US$ milhões e participação (%) 157
Tabela 53 - Principais produtos importados (2000-2017*) em US$ milhões e participação (%) 158
Tabela 54 - Principais investimentos de caráter metropolitano na concepção dos municípios da RMGSL 176
Tabela 55 - Receitas Orçamentárias dos municípios da RMGSL, em R$ milhões (corrigidos pelo IPCA), participação (%) dos municípios na receita total da região e taxa de crescimento das receitas orçamentárias, entre 2010 a 2016 179
Tabela 56 - Participação (%) das Receitas Correntes e das Receitas de Capital no total das receitas dos municípios, entre 2010 e 2016 179
Tabela 57 - Participação (%) das Receitas Próprias e de Transferências no total das Receitas Orçamentárias dos municípios da RMGSL, entre 2010 e 2016 181
Tabela 58 - Receitas Próprias desagregadas da RMGSL, em R$ milhões constantes de 2017 (corrigidos pelo IPCA), e participação (%) no total das Receitas Próprias, entre 2010 e 2016 182
Tabela 59 - Distribuição (%) dos Impostos nos municípios da RMGSL e na região, em 2010, 2013 e 2016 183
Tabela 60 - Principais dificuldades listadas por gestores públicos dos municípios da RMGSL para arrecadação de Receitas Próprias e ações adotadas para o efetivo recolhimento 184

Tabela 61 - Receitas de Transferências Correntes desagregadas, em R$ milhões constantes de 2017 (corrigidos pelo IPCA) e participação (%) no total das Transferências Correntes, entre 2010 e 2016 184
Tabela 62 - Receitas oriundas de Dívida Ativa dos municípios da RMGSL, em R$ milhões constantes de 2017 (corrigidos pelo IPCA) e participação no total das Receitas Correntes dos municípios 185
Tabela 63 - Despesas Orçamentárias dos municípios da RMGSL e da RMGSL, em R$ milhões (corrigidos pelo IPCA), participação (%) dos municípios na receita total da região e taxa de crescimento das Receitas Orçamentárias, entre 2010 e 2016 186
Tabela 64 - Participação (%) das Despesas Correntes e das Receitas de Capital no total das receitas dos municípios, entre 2010 e 2016 186
Tabela 65 - Despesas Correntes e de Capital desagregadas da RMGSL, em R$ milhões constantes de 2017 (corrigidos pelo IPCA), e participação (%) no total das Despesas Orçamentárias, entre 2010 e 2016 187
Tabela 66 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais dos municípios da RMGSL e da RMGSL, em R$ milhões (corrigidos pelo IPCA), participação (%) e taxa de crescimento, entre 2010 e 2016 187
Tabela 67 - Evolução dos Investimentos dos municípios da RMGSL e da RMGSL, em R$ milhões constantes de 2017 (corrigidos pelo IPCA) e taxa de crescimento entre 2011 e 2016 188
Tabela 68 - Despesas empenhadas* da RMGSL por funções e taxa de crescimento (%) entre 2010 e 2016 189
Tabela 69 - Participação (%) dos municípios nas principais despesas da RMGSL em 2010, 2013 e 2016 190
Tabela 70 - Gastos per capita em áreas prioritárias da Saúde, Educação e Saneamento, em valores constantes de 2017 (corrigidos pelo IPCA), dos municípios da RMGSL e da RMGSL, em 2010, 2013 e 2016 190
Tabela 71 - Brasil, Nordeste, Maranhão e RMGSL: Pessoas de 10 anos ou mais, por condição de atividade e de ocupação, entre 2000 e 2010; Taxa de crescimento anual (%); e Taxa de desocupação (%) 193
Tabela 72 - RMGSL: Número de empregos formais, segundo ocupação, em 2006 e 2016; Variação Absoluta; taxa de crescimento anual (%) e participação (%) 210
Tabela 73 - Maranhão, RMGSL: Número de empregos formais, de acordo com o gênero, entre 2010 e 2016; taxa de crescimento anual (%) 211
Tabela 74 - Maranhão, RMGSL: rendimento médio real[1], de acordo com o gênero, entre 2010 e 2016; taxa de crescimento anual (%) 213
Tabela 75 - Brasil e Grandes Regiões: Participação (%) e Variação (p. p.) por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência – 2000 e 2010 225
Tabela 76 - Brasil, Nordeste, Maranhão e RMGL: Distribuição dos ocupados por setor econômico entre 2000 e 2010 227
Tabela 77 - Brasil, Nordeste, Maranhão e RMGSL: Distribuição dos ocupados, por setor econômico e gênero entre 2000 e 2010 – Valores Absolutos e Percentual 229
Tabela 78. Mercadorias exportadas pela Região Metropolitana da Grande São Luís em 2000, 2005, 2010 e 2016 em US$ 261
Tabela 79 - Mercadorias Importadas pela Região Metropolitana da Grande São Luís em 2000, 2005, 2010 e 2016 em US$ 263

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características da agricultura patronal e da agricultura familiar 79
Quadro 2 - Utilização das terras por município da RMGSL..... 80
Quadro 3 - Ações do Projeto Agropolo da Ilha 81
Quadro 4 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Alcântara..... 82
Quadro 5 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Axixá 85
Quadro 6 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Bacabeira 87
Quadro 7 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Cachoeira Grande 91
Quadro 8 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Icatu 94
Quadro 9 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Morros 98
Quadro 10 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Paço do Lumiar..... 100
Quadro 11 - Cursos de capacitação sobre Agricultura Orgânica, Aplicação de Agrotóxicos, Irrigação e Viveirista..... 101
Quadro 12 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Presidente Juscelino..... 103
Quadro 13 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Raposa 106
Quadro 14 - Curso de capacitação sobre Agricultura Orgânica em Raposa 107
Quadro 15 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Rosário..... 108
Quadro 16 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Santa Rita..... 111
Quadro 17 - Informações básicas da Agricultura Familiar em São Luís 114
Quadro 18 - Cursos de Capacitação em São Luís..... 114
Quadro 19 - Curso de Capacitação de fruticultura em São José de Ribamar 117
Quadro 20 - Informações básicas da Agricultura Familiar em São José de Ribamar..... 117
Quadro 21 - Cadeia produtiva da mandioca..... 127
Quadro 22 - Cadeia produtiva da pesca 129
Quadro 23 - Cadeia produtiva da juçara 131
Quadro 24 - Cadeia da construção..... 133
Quadro 25 - Cadeia do turismo..... 135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Variação do PIB Mundial e Média Quadrienal, entre 1990 e 2016 17
Gráfico 2 - Evolução do PIB (em US$ trilhões) e Investimento na Economia Mundial (% PIB), entre 1994 e 2016 18
Gráfico 3 - Taxa de crescimento do Investimento (%) e volume de Investimento Estrangeiro Direto (US$ bilhões) no mundo 19
Gráfico 4 - PIB e Investimento dos EUA (US$ trilhões) de 1994 a 2016 19
Gráfico 5 - China: PIB em US$ bilhões, Investimento em % do PIB nacional e PIB chinês em relação à economia mundial (%) 21
Gráfico 6 - Taxa de crescimento das Exportações de Bens no Mundo, Economias Avançadas e Emergentes e Média Móvel Quadrienal (mundo) 22
Gráfico 7 - Evolução da taxa de crescimento do PIB real da China (%) 22
Gráfico 8 - Saldo em conta corrente do Balanço de Pagamento dos Estados Unidos e do mundo em US$ milhões de 1994 até 2015 23
Gráfico 9 - Evolução da variação das Reservas Internacionais em US$ bilhões no mundo, nas economias avançadas e nas economias emergentes e em desenvolvimento de 1994 até 2012 ... 24
Gráfico 10 - Evolução das Reservas Internacionais da China (US$ bilhões), entre 2005 e 2016 24
Gráfico 11 - Transações correntes do BP, Balança Comercial, Serviços e Renda, entre 1995 e 2016 (em R$ bilhões) 29
Gráfico 12 - Evolução da Taxa Efetiva de Câmbio, segundo o BIS (índice) 31
Gráfico 13 - Evolução da Taxa Básica de Juros da Economia entre 2000 e 2016 32
Gráfico 14 - Evolução do PIB por categoria de uso, entre 1999 e 2017 33
Gráfico 15 - Evolução da taxa de investimento entre 1999 a 2017 35
Gráfico 16 - Dívida líquida do setor público (em % PIB), entre 1995 e 2016 37
Gráfico 17 - Dívida líquida do setor público distribuída entre dívida interna e dívida externa (em % do PIB) 38
Gráfico 18 - Participação média da dívida pública, resultado primário e juros nominais (em % PIB), entre 1999 e 2017 39
Gráfico 19 - PIB do Maranhão a Preços de Mercado Correntes entre 2002 e 2015 45
Gráfico 20 -Distribuição setorial do PIB em 2002 e 2015 46
Gráfico 21 - Evolução da produção e da exportação de soja no Maranhão, entre 2000 e 2016. 47
Gráfico 22 - Evolução da exportação de alumínio, alumina calcinada, pelotas de ferro, ferro-gusa e papel e celulose entre 2001 e 2016 48
Gráfico 23 - Evolução do financiamento para aquisição de imóveis residenciais e comerciais (R$ milhões) e participação em relação ao PIB do Maranhão entre 2006 e 2017 49
Gráfico 24 - Participação do Valor Adicionado pela Indústria da Construção Civil no Valor Adicionado da Indústria Geral 2002 e 2014 50
Gráfico 25 - Evolução da população ocupada e do rendimento médio real da população ocupada no Maranhão entre 2001 e 2015 50
Gráfico 26 - Participação do estoque de trabalho nos subsetores entre 2000 e 2015 51
Gráfico 27 -Arrecadação de ICMS por setor de atividade entre 2002 e 2016 52
Gráfico 28 - Evolução da Receita Tributária, Transferências Correntes e Transações Correntes em relação à Receita Corrente (%) 52
Gráfico 29 - Evolução do VA da Região Metropolitana da Grande São Luís entre 2010 e 2015 – valores correntes em milhões de reais 56
Gráfico 30 - Evolução do VA da Agropecuária na Região Metropolitana da Grande São Luís entre 2010 e 2015 – valores correntes em milhões de reais 56
Gráfico 31 - Evolução do VA dos Serviços* na Região Metropolitana da Grande São Luís entre 2010 e 2015 – valores correntes em milhões de reais 57
Gráfico 32 - Evolução do VA da Indústria na Região Metropolitana da Grande São Luís entre 2010 e 2015 – valores correntes em milhões de reais 58
Gráfico 33 - PIB per capita dos municípios da RMGSL – 2010 e 2015 em R$ 59

Gráfico 34 - Oferta e demanda mundial no comércio internacional de raízes de mandioca, de araruta e de salepo, topinambos, batatas-doces e raízes ou tubérculos semelhantes, com elevado teor de fécula ou de inulina, frescos, refrigerados (SH 0714) – em bilhões de quilos (kg) e tendência exponencial 160
Gráfico 35 - Oferta e demanda mundial no comércio internacional de óleos de coco (óleo de copra), de palmiste ou de babaçu e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados (SH 1513) em Bilhões de quilos (kg) e tendência exponencial 161
Gráfico 36 - Evolução dos preços internacionais do óleo de coco, óleo de amêndoa e óleo de palma de jan./2000 até jan./2017 em US$ por tonelada 162
Gráfico 37 - Investimentos do PAC no Maranhão por Eixo em R$ milhões 165
Gráfico 38 - Investimentos do PAC exclusivamente no Maranhão e de caráter regional, incluindo outros estados (em %) 165
Gráfico 39 - Obras do PAC nos municípios da Região Metropolitana de São Luís, entre 2007 e 2013 (participação em %) 166
Gráfico 40 - Obras do PAC por grandes áreas na Região Metropolitana de São Luís, entre 2007 e 2013 (participação em %)..... 166
Gráfico 41 - Valor dos convênios realizados pelos municípios da Região Metropolitana de São Luís, desde 1996 até 2017 (participação em %)..... 167
Gráfico 42 - Distribuição do número de convênios realizados pelos municípios da Região Metropolitana de São Luís, entre 1996 e 2017..... 168
Gráfico 43 - Convênios realizados por área econômica na Região Metropolitana da Grande São Luís, entre 1997 e 2017 (participação %)..... 168
Gráfico 44 - Valor a ser liberado dos convênios em andamento nos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís, entre 2018 e 2020 (em R$ 1.000)..... 170
Gráfico 45 - Valor dos convênios em andamento por área econômica na Região Metropolitana da Grande São Luís (em R$ 1.000) 171
Gráfico 46 - Participação de São Luís e Paço do Lumiar nos investimentos privados da RMGSL 172
Gráfico 47 - Distribuição dos investimentos na RMGSL por segmento de atividade econômica 173
Gráfico 48 - Previsão de cargas a serem movimentadas pelo Porto de São Luís (mil)..... 174
Gráfico 49 - Taxa de participação (%) das Receitas Próprias e de Transferências nas Receitas Orçamentárias da RMGSL, entre 2010 e 2016 180
Gráfico 50 - Distribuição (%) dos Impostos da RMGSL, entre 2010 e 2016 182
Gráfico 51 - Evolução da PIA, PEA, População Ocupada e Desocupada – Brasil (mil pessoas) 195
Gráfico 52 - Evolução da PIA, PEA, População Ocupada e Desocupada – Nordeste (mil pessoas) 195
Gráfico 53 - Evolução da PIA, PEA, População Ocupada e Desocupada – Maranhão (mil pessoas) 195
Gráfico 54 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de participação na força de trabalho, entre 2001 a 2015..... 196
Gráfico 55 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Nível da Ocupação entre 2001 e 2015 198
Gráfico 56 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Nível da Desocupação entre 2001 e 2015..... 198
Gráfico 57 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de Ocupação entre 2001 e 2015..... 198
Gráfico 58 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de Desocupação entre 2001 e 2015..... 198
Gráfico 59 - Brasil, Nordeste, Maranhão e RMGSL: Evolução do emprego formal – 2000 a 2016 199
Gráfico 60 - Maranhão: Emprego formal por setor de atividade econômica e taxa de crescimento do emprego formal (%) – 2000 a 2016..... 202
Gráfico 61 - Maranhão: Participação dos setores na formação do estoque de emprego formal do estado – 2000 a 2016..... 202
Gráfico 62 - RMGSL: Emprego formal por setor de atividade econômica e taxa de crescimento do emprego formal (em %) – 2000 a 2016..... 202

Gráfico 63 - RMGSL: Participação dos setores no emprego formal – 2000 a 2016 202
Gráfico 64 - Maranhão: Emprego celetista por setor de atividade econômica e taxa de crescimento do emprego celetista (em %) – 2000 a 2016 204
Gráfico 65 - Maranhão: Participação do emprego celetista em relação ao emprego formal (total) no estado – 2000 a 2016 204
Gráfico 66 - RMGSL: Emprego celetista por setor de atividade econômica e taxa de crescimento do emprego celetista (em %) – 2000 a 2016 204
Gráfico 67 - RMGSL: Participação dos setores no estoque de emprego celetista – 2002 a 2016 204
Gráfico 68 - Participação da RMGSL no estoque de emprego formal do estado – RMGSL/MA (2000 a 2016) 207
Gráfico 69 - Participação setorial da RMGSL no estoque de emprego formal do estado (2000 a 2016) 209
Gráfico 70 - Participação do emprego celetista da RMGSL no estoque de emprego celetista do estado – RMGSL/MA (2000 a 2016) 207
Gráfico 71 - Participação setorial celetista da RMGSL no estoque de emprego formal (total) do estado (2000 a 2016) 207
Gráfico 72 - Participação do emprego celetista da RMGSL no estoque de emprego total da RMGSL (2000 a 2016) 208
Gráfico 73 - Participação do emprego celetista setorial (RMGSL) em relação ao estoque de emprego total setorial (RMGSL) (2000 a 2016) 208
Gráfico 74 - Maranhão, RMGSL e municípios da RMGSL: relação entre os rendimentos médios reais, mulheres/homens (2010 e 2016) 214
Gráfico 75 - Brasil, Nordeste, Maranhão e RMGSL: Evolução do número de estabelecimentos formais (2002 a 2016) 215
Gráfico 76 - Maranhão: Evolução do número de estabelecimentos formais, de acordo com o setor de atividade econômica e taxa de crescimento (em %) – 2002 a 2016 216
Gráfico 77 - Maranhão: Participação dos estabelecimentos formais, de acordo com os setores de atividade, em relação ao total de estabelecimentos formais (2002 a 2016) 217
Gráfico 78 - RMGSL: Evolução do número de estabelecimentos formais por setor de atividade econômica e taxa de crescimento (em %) – 2002 a 2016 217
Gráfico 79 - Participação da RMGSL no número de estabelecimentos formais do estado (2002 a 2016) 219
Gráfico 80 - Participação setorial da RMGSL no total de estabelecimentos formais do estado (2002 a 2016) 220
Gráfico 81 - Participação setorial dos estabelecimentos formais da RMGSL em relação ao total de estabelecimentos da RMGSL (2002 a 2016) 221
Gráfico 82 - Brasil: Participação (%) por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência – 2000 224
Gráfico 83 - Brasil: Participação (%) por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência – 2010 224
Gráfico 84 - Maranhão: Participação (%) por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência – 2000 e 2010 226
Gráfico 85 - RMGSL: Participação (%) por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência – 2000 e 2010 227
Gráfico 86 - Brasil, Maranhão e RMGSL: Participação do emprego informal entre 2000 e 2010 228
Gráfico 87 - Proporção dos ocupados, por setor econômico, de acordo com o gênero (2000 e 2010) 228

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Participação do VA da Agropecuária na RMGSL – %..... 60
Mapa 2 - Distribuição das principais atividades econômicas do setor da Agropecuária na RMGSL – 2015..... 64
Mapa 3 - Participação do VA da Indústria na RMGSL – % 66
Mapa 4 - Distribuição das principais atividades econômicas do setor da Indústria na RMGSL – 2015..... 70
Mapa 5 - Participação do VA dos Serviços na RMGSL 72
Mapa 6 - Distribuição das principais atividades econômicas do setor de Serviços na RMGSL – 2015..... 76
Mapa 7 - Valores em US$ das exportações dos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) de 2000, 2016 e acumulado 2000 até 2017..... 148
Mapa 8 - Valores em US$ das exportações dos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) de 2000, 2016 e acumulado 2000 até 2017..... 149
Mapa 9 - Número de empregos formais nos municípios da RMGSL, nos anos de 2000, 2010 e 2016..... 200
Mapa 10 - Participação das mulheres no mercado de trabalho formal nos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís, em 2000, 2010 e 2016..... 212
Mapa 11 - Número de estabelecimentos formais nos municípios da RMGSL, nos anos de 2000, 2010 e 2016..... 218
Mapa 12 - Percentual de Estabelecimentos que mencionaram comprar algum produto de outro município da RMGSL..... 243
Mapa 13 - Percentual de estabelecimentos que mencionaram vender algum produto em outro município da RMGSL..... 244

LISTA DE SIGLAS

Administração Pública – APU

Agência Estadual de Defesa Agropecuário do Maranhão – AGED

Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Agência Nacional de Petróleo – ANP

Arranjos Produtivos Locais – APL

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Cadastro Central de Empresas – CEMPRE

Centrais Estaduais de Abastecimento – CEASA

Centro de Lançamento de Alcântara – CLA

Classificação Brasileira de Ocupações – CBO

Companhia Vale do Rio Doce – CVRD

Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A – Alumar

Consumo Intermediário – CI

Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP

Estados Unidos da América – EUA

Fundo de Participação dos Municípios – FPM

Fundo Monetário Internacional – IMF ou FMI

Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI

Indústria Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação – SIUP

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO

Investimento Direto Estrangeiro – IDE

Organização Internacional do Trabalho – OIT

Paridade do Poder de Compra – PPP

Pesquisa Agrícola Municipal – PAM

Pesquisa Anual da Indústria da Construção – PAIC

Pesquisa Anual de Comércio – PAC

Pesquisa Anual de Serviços – PAS

Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Pesquisa Industrial Anual – PIA

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI

População Economicamente Ativa – PEA

População em Idade Ativa – PIA

População Ocupada, População Desocupada e População não Economicamente Ativa – PNEA

Produto Interno Bruto – PIB

Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV

Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

Região Metropolitana da Grande São Luís – RMGSL

Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

Secretaria de Agricultura Familiar – SAF

Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca – SAGRIMA

Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão – SEFAZ/MA

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR

Sistema de Inspeção Municipal – SIM

Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos – FED

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE

Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA

System of National Accounts – SNA

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS

Unidades de Referência Produtiva – URPs

Valor Adicionado – VA

Valor Adicionado Fiscal – VAF

Valor Adicionado Fiscal – VAF

Valor Bruto da Produção – VBP

SUMÁRIO

1 CENÁRIO ECONÔMICO 16
1.1 O contexto internacional: crescimento, crise e lenta recuperação – 1994/2016 16
1.2 O desempenho macroeconômico brasileiro – 1994/2016 25
1.2.1 Transformações estruturais na economia brasileira em perspectiva histórica 25
1.3 Desempenho macroeconômico brasileiro 29
1.3.1 Contas externas e inflação 29
1.3.2 Renda e investimento 32
1.3.3 Finanças públicas 37
1.4 Economia do Maranhão: formação, desenvolvimento e desempenho recente – 2002-2016 39
1.4.1 Formação econômica do Maranhão 39
1.4.2 A dinâmica da economia maranhense nas décadas de 1980 e 1990 42
1.4.3 A dinâmica do crescimento da economia maranhense entre 2002 e 2016 45
2 A ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS DA RMGSL: Produto Interno Bruto e Valor Adicionado 54
2.1 Introdução 54
2.2 Metodologia de cálculo do PIB 54
2.2.1 Agropecuária 54
2.2.2 Indústria 55
2.2.3 Serviços 55
2.3 PIB, PIB *per capita* e VA na RMGSL 55
3 AGRICULTURA FAMILIAR E EXTRATIVISMO NA RMGSL 78
3.1 Introdução 78
3.2 Metodologia de Trabalho 80
3.3 Análise da Produção Agrícola Familiar na RMGSL 80
3.3.1 Alcântara 82
3.3.2 Axixá 83
3.3.3 Bacabeira 86
3.3.4 Cachoeira Grande 89
3.3.5 Icatu 93
3.3.6 Morros 96
3.3.7 Paço do Lumiar 100
3.3.8 Presidente Juscelino 102
3.3.9 Raposa 104
3.3.10 Rosário 108
3.3.11 Santa Rita 110
3.3.12 São Luís 113
3.3.13 São José de Ribamar 115
3.4 Conclusões 118
4 CADEIAS PRODUTIVAS 119
4.1 Resultados da aplicação de métodos de análise regional na RMGSL 119
4.1.1 Metodologia 119
4.1.2 Coeficiente de Localização – CL 119
4.1.3 Quociente Locacional – QL 120
4.1.4 Coeficiente de Especialização – CE 120
4.1.5 Coeficiente de Associação Geográfica – CAG 121
4.1.6 Avaliação dos resultados 121
5 COMÉRCIO EXTERIOR 137
5.1 Introdução 137
5.2 O Comércio Exterior no Maranhão 139
5.3 A Região Metropolitana da Grande São Luís no Comércio Exterior 147
5.3.1 São Luís 153

5.3.2 Bacabeira 154
5.3.3 São José de Ribamar 154
5.3.4 Paço do Lumiar 155
5.3.5 Rosário 156
5.3.6 Raposa 157
5.4 Região Metropolitana da Grande São Luís 157
5.5 Potencialidades do Comércio Exterior 158
5.5.1 Mandioca 159
5.5.2 Óleo de Babaçu 161
5.5.3 Outros produtos 162
6 INVESTIMENTOS PARA OS PRÓXIMOS CINCO ANOS 164
6.1 Investimentos e crescimento econômico 164
6.2 Investimentos públicos na RMGSL 164
6.2.1 O Programa de Aceleração do Crescimento na Região Metropolitana da Grande São Luís 164
6.2.2 Convênios 167
6.2.3 Investimentos em andamento na Região Metropolitana de São Luís 169
6.3 Investimentos privados em municípios da RMGSL 171
6.4 Grandes investimentos prospectados para a RMGSL 175
6.5 Investimentos de caráter metropolitano como impulsionadores do desenvolvimento local 176
7 FINANÇAS PÚBLICAS 178
7.1 Análise das Receitas Orçamentárias da RMGSL 178
7.2 Análise das Despesas Orçamentárias e por funções de governo da RMGSL 185
7.3 Conclusão 191
8 MERCADO DE TRABALHO 192
8.1 Dinâmica do mercado de trabalho na primeira década dos anos 2000 192
8.2 Evolução dos indicadores de ocupação segundo dados da PNAD 194
8.3 Mercado de trabalho formal: características e dinâmica do emprego formal entre 2000 e 2016 199
8.3.1 Emprego formal: Maranhão e RMGSL 199
8.3.2 Emprego celetista 203
8.3.3 Ocupações mais dinâmicas 209
8.3.4 Gênero e rendimento 211
8.3.5 Estabelecimentos formais 214
9 DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL DA RMGSL 223
9.1 Brasil, Grandes Regiões e Maranhão: dinâmica do Mercado de Trabalho Informal entre 2000 e 2010 223
9.2 Trabalho Informal segundo o Sexo na RMGSL 228
9.2.1 Pesquisa de Campo 230
9.2.2 Local de Compra e Venda 242
9.3 Conclusão 244
9.4 ECONOMIA CRIATIVA 245
9.4.1 Resultados 251
REFERÊNCIAS 256
ANEXOS 260

1 CENÁRIO ECONÔMICO

O objetivo desta seção é fazer uma análise e discutir o cenário econômico internacional, brasileiro e maranhense, no período que compreende os anos 1994 a 2016. Essa periodização justifica-se em razão de em 2003 o Brasil e o Maranhão terem entrado em um ciclo econômico expansivo que se findou a partir de 2012. Dessa forma, em um contexto de uma conjuntura recessiva, especialmente, a partir de 2015, esta seção oferece subsídios para compreender a parte econômica do diagnóstico socioeconômico que servirá de subsídio para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL).

Para tanto, a seção está dividida nas seguintes partes. Em um primeiro momento, analisa-se o contexto internacional no período de 1994 a 2016. Trata-se de examinar a situação econômica em nível mundial, tomando por base suas principais esferas – produtiva, comercial, monetário-financeira e tecnológica – as quais definem as condições externas que afetam a dinâmica da economia brasileira.

Em seguida, analisa-se o desempenho macroeconômico brasileiro no período proposto, tomando por base as contas externas, inflação, finanças públicas, renda e investimento. Discutem-se, também, os modelos de desenvolvimento adotados pelo país em uma perspectiva histórica e as políticas econômicas adotadas pós-Plano Real, por meio de seus modelos de ajustamento macroeconômico e seus limites. Trata-se aqui de analisar como o modelo de política econômica adotado no segundo governo Cardoso (1999-2002) – Regime de Metas de Inflação – e seguido no primeiro governo Lula da Silva (2003-2006) influenciou na dinâmica macroeconômica e como a crise internacional de 2007/2008 possibilitou uma revisão e ajustamento daquela política, a partir do segundo governo Lula da Silva (2007-2010), embora tenha mantido as bases do modelo. Contudo, no primeiro governo Rousseff (2011-2014), houve claramente a tentativa de se redefinir a política econômica, sendo o seu fracasso um dos fatores, mas não o único, da crise econômica que abateu o país, a partir de 2015, já no início do seu respectivo segundo mandato.

Por fim, analisa-se o desempenho da economia maranhense no mesmo período, tomando por base PIB *per capita*, taxas de crescimento (produto e emprego), estrutura setorial no PIB, principais investimentos e composição da renda. Essa parte está dividida em três tópicos. No primeiro, aborda-se uma breve história da formação econômica do Maranhão. No segundo, discute-se a dinâmica da economia maranhense nas décadas de 1980 e 1990. Por fim, analisa-se a dinâmica de crescimento da economia maranhense entre 2002 e 2016.

1.1 **O contexto internacional:** crescimento, crise e lenta recuperação – 1994/2016

É inegável que o crescimento econômico brasileiro a partir de 2003 foi favorecido pelo contexto internacional. Dessa forma, a análise do desempenho econômico nacional e maranhense tem como ponto de partida a discussão da dinâmica cíclica da economia mundial e a inserção brasileira nesse contexto.

Nesse sentido, discute-se a trajetória da economia internacional, destacando o ciclo econômico entre 1994 e 2016, em que se observa o início da expansão – 1994 a 2002; o auge do ciclo – 2003 a 2007; a crise – 2008 a 2009; e, por fim, o período em que se inicia a lenta recuperação econômica a partir de 2010.

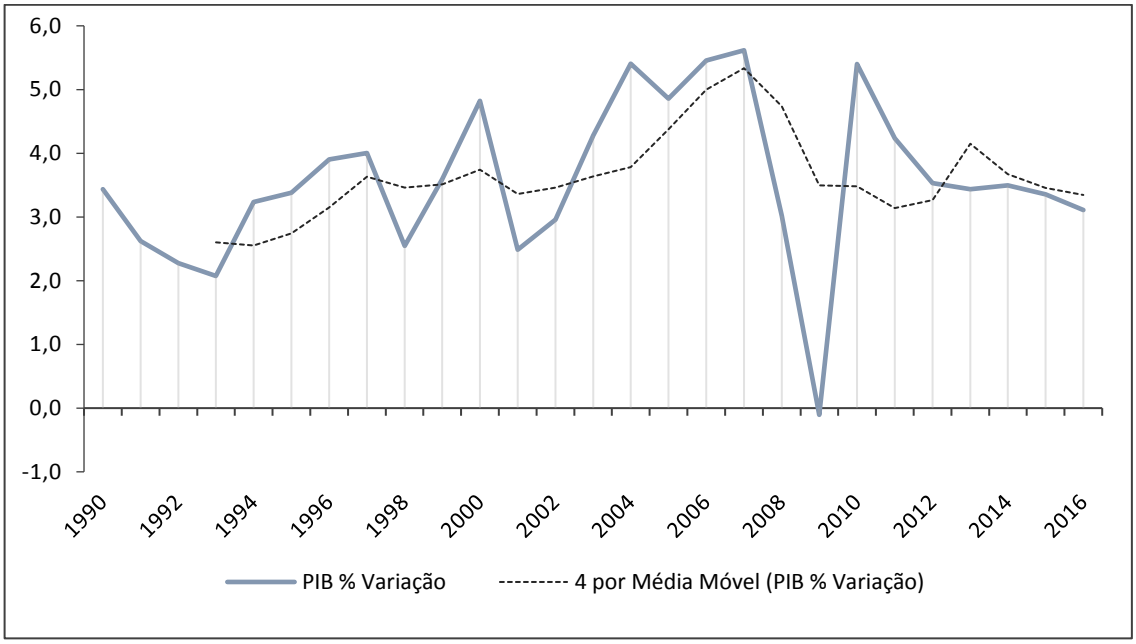
A análise da dinâmica da economia mundial no período de 1994 a 2016 é feita por meio das seguintes esferas: produtiva, comercial, monetário-financeira e tecnológica, seguindo o roteiro de Filgueiras e Gonçalves (2007). Não obstante a análise focar no período proposto, pensa-se que a trajetória econômica internacional daquele período só pode ser compreendida olhando para um período maior que envolve a mudança de um ciclo histórico que ocorreu a partir da década de 1990.

A última década do século XX iniciou-se com o mundo geopolítico reconfigurado pelo colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria. Aparentemente, nos anos iniciais da década de 90, fluíam os ventos de otimismo e esperança vindos dos “vitoriosos” que anunciavam a “consolidação” da

democracia, da globalização e do capitalismo em escala global. Em essência, os efeitos colaterais do fim da bipolarização EUA *versus* URSS só estavam começando, cujo exemplo concreto foi a ascensão do terrorismo, seja o terrorismo internacional em solo norte-americano (os primeiros atentados detonados por radicais islâmicos no World Trade Center, em New York, em 26/02/1993), seja o terrorismo doméstico (o atentado no hospital em Oklahoma City, em 19/04/1995, detonado por um "lobo solitário", mas que já anunciava os desequilíbrios sociais internos na principal potência do planeta). Ou seja, se a década de 1990 foi marcada por um ciclo de prosperidade econômica importante, este não foi acompanhado por uma melhor distribuição dessa riqueza. Como demonstram os estudos de Piketty, foi a partir daquela década que a desigualdade social, nos países avançados, principalmente nos EUA, passou a aumentar de forma consistente, tomando por base a participação do 1% mais rico na concentração da renda e, consequentemente, a perda de espaço das classes médias no índice de GINI (PIKETTY, 2013; PIKETTY, 2015). Contudo, o que interessa destacar aqui é o contexto econômico internacional.

Dessa forma, entende-se que o ciclo expansivo da economia global que se interrompeu com a crise de 2008 iniciou-se por volta de 1994/1995, quando o PIB mundial apresentou trajetória ascendente, saltando de uma média anual de 2,0% aproximadamente em 1993, para 4,0% em 1997 e continuando nessa trajetória até 2007, quando atingiu o pico de 5,6%, embora tenha apresentado quedas bruscas nos anos de 1998 (quando despencou para 2,5%) e 2001 (recuo para 2,4%), conforme o **Gráfico 1**.

Gráfico 1 - Variação do PIB Mundial e Média Quadrienal, entre 1990 e 2016

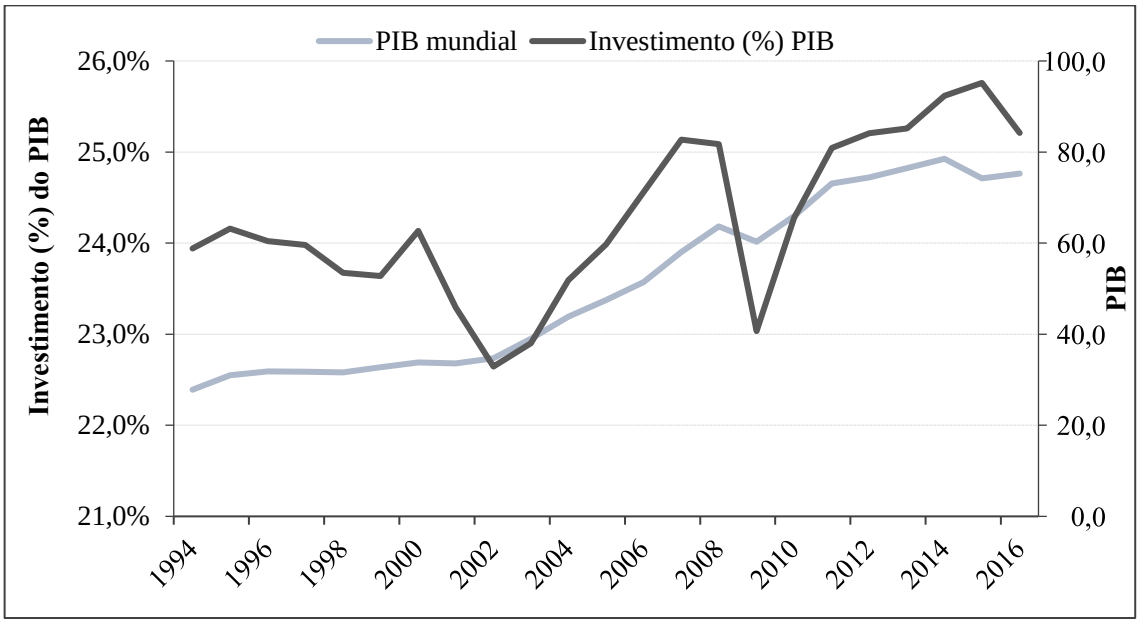


Fonte: World Economic Outlook, IMF

Seguindo o gráfico anterior, percebe-se claramente, tomando por base a variação percentual do PIB em escala média móvel quadrienal, em sua linha de tendência, o movimento de expansão (1994-2007), a crise (2008-2009) e a lenta recuperação (2010-2016).

Dentro do período de expansão entre 1994 e 2007, o **Gráfico 2** mostra que o auge dessa expansão encontra-se compreendido de 2003 a 2007, quando a taxa média de crescimento da renda mundial foi de aproximadamente 5,0%. Quando se considera a ampliação da capacidade produtiva, esse dinamismo fica evidente.

Gráfico 2 - Evolução do PIB (em US$ trilhões) e Investimento na Economia Mundial (% PIB), entre 1994 e 2016



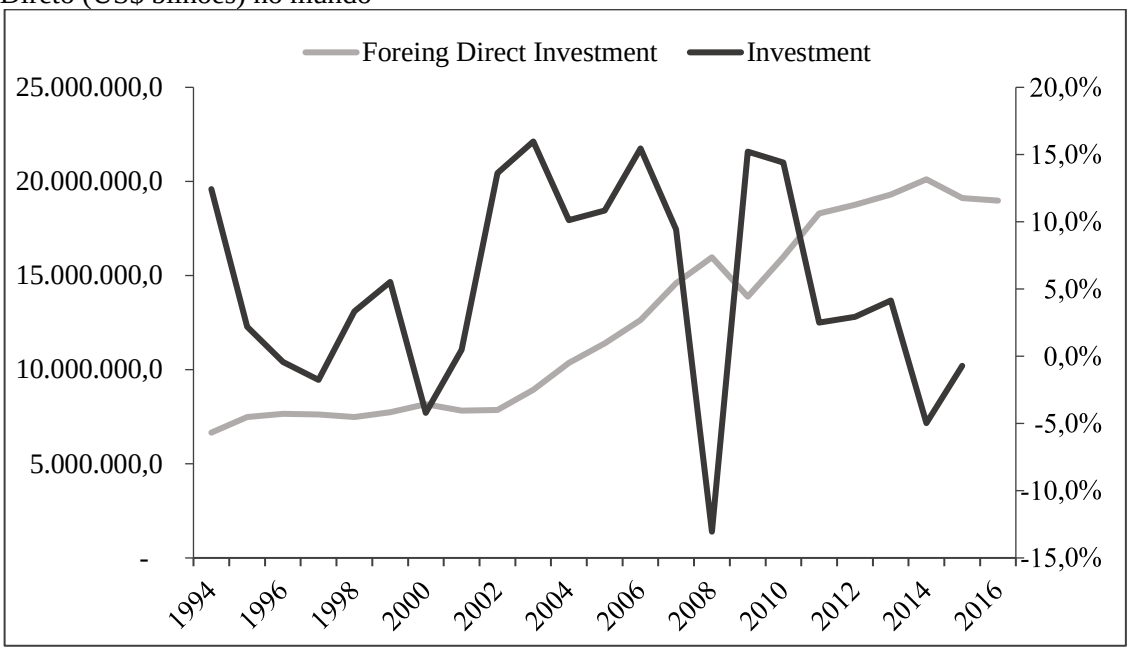
Fonte: World Economic Outlook, IMF

Segundo o **Gráfico 2**, no contexto da esfera produtiva, verifica-se um crescimento robusto, entre 2003 e 2007, na medida em que se identifica uma forte correlação entre o crescimento do PIB e a taxa de investimento na economia mundial. A taxa de investimento no período saltou de 22,5% do PIB em 2002 para 25,1% em 2007. Com a crise 2008/2009, a mesma taxa despencou para 23,0% em 2009, iniciando sua recuperação a partir de 2010. Em 2015, a taxa de investimento na economia mundial chegou a 25,8%, ultrapassando o nível do auge do ciclo expansivo anterior, não obstante sua trajetória de queda em 2016.

A expansão da produção e da renda verificada no período de auge do ciclo – 2002/2007 – gerou volumes crescentes de excedente econômico que foram usados para expandir a capacidade global da produção. Esse avanço não somente expressa a elevação do volume de investimentos domésticos, mas também indica um processo maior que caracteriza o fenômeno *globalização* em perspectiva histórica. Ou seja, a expansão da produção do período enquadra-se dentro do processo de globalização produtiva-real, no qual a acumulação de capital ocorre em escala global por meio do avanço da internacionalização da produção via compra de ativos produtivos no exterior, principalmente, por parte das grandes empresas transnacionais.

No **Gráfico 3**, mostra-se a trajetória da taxa de investimento e o investimento externo direto na economia mundial entre 1994 e 2016.

Gráfico 3 - Taxa de crescimento do Investimento (%) e volume de Investimento Estrangeiro Direto (US$ bilhões) no mundo

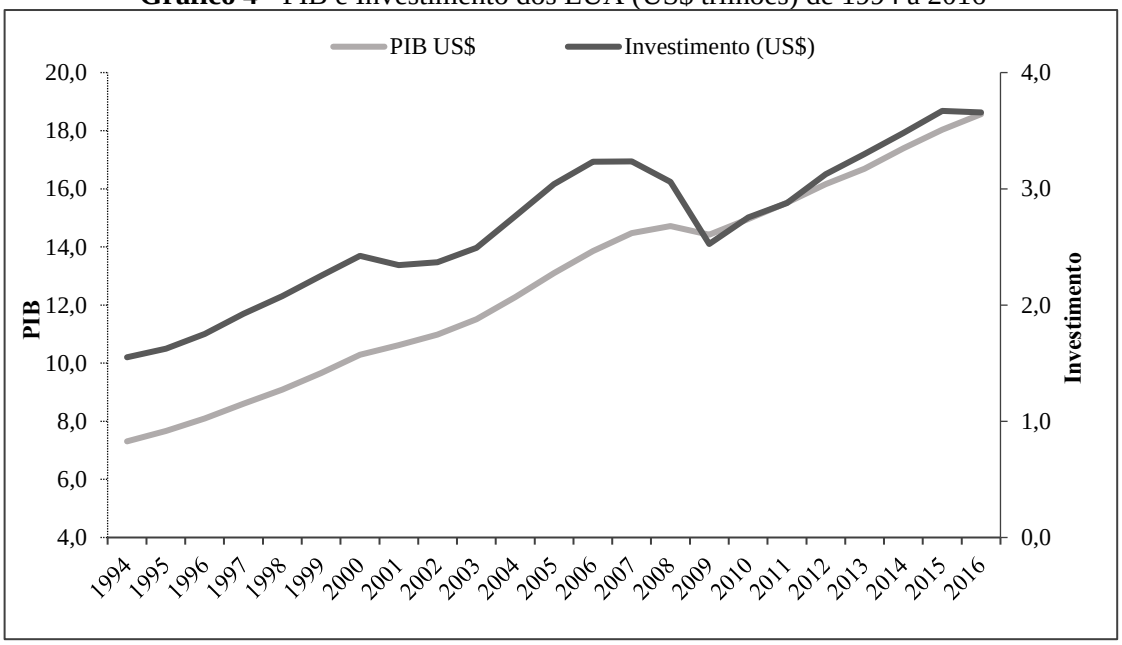


Fonte: IMF

Percebe-se, no período de 2003 a 2006, o auge do ciclo de expansão econômica em nível mundial. Embora possa se enumerar uma série de fatores, o mais importante a se destacar é o dinamismo que se deu nas economias norte-americana e chinesa. Pode-se afirmar que, no quadro da primeira década do século XXI, Estados Unidos e China foram as "locomotivas" do sistema econômico internacional.

No período de 2003 a 2006, a economia norte-americana cresceu em média 3,2%, conforme o **Gráfico 4**. Sua participação no PIB mundial naquele período foi de 20%.

Gráfico 4 - PIB e Investimento dos EUA (US$ trilhões) de 1994 a 2016



Fonte: World Economic Outlook, IMF

Contudo, seu efeito "locomotiva" decorreu da natureza das suas políticas macroeconômicas e do seu impacto sobre o restante da economia mundial. Entre 2003 e 2006, as políticas monetária e fiscal norte-americanas foram expansionistas, principalmente, depois do fraco desempenho da economia em 2001 e 2002. Essas políticas decididas pelo governo tiveram por objetivo dissipar o risco de um ciclo recessivo, especialmente, frente às incertezas causadas pelos ataques terroristas em 11 de setembro de 2001 em território norte-americano. Em outros termos, por meio da redução da taxa de juro e aumento dos gastos públicos, o governo se impôs na tentativa de retirar a economia da trajetória recessiva.

Dessa forma, a taxa de juros básica foi reduzida do nível de 5,73% em 2000 para 1,17% em 2002. Já os gastos públicos cresceram, tendo o saldo fiscal do governo central – como proporção do PIB – saindo de um superávit de 2,0% em 2000 para um déficit de 4,8% em 2003.

É importante ressaltar que, não obstante o choque expansionista no curto prazo, a tendência por parte do governo foi de reduzir o grau de expansionismo das respectivas políticas. Isso pode ser verificado observando o comportamento da taxa de juros, que aumentou continuamente a partir de 2003 até chegar a 6,02% em 2006 (IMF; World Economic Outlook).

No que diz respeito ao déficit fiscal do governo central, houve redução para 2,6% em 2006. Por outro lado, a relação entre a dívida pública líquida (governo central) e o PIB aumentou de 41,1% em 2003 para 43,4% em 2006. O "efeito locomotiva" dos Estados Unidos transmitiu-se, assim, em nível mundial, por meio do déficit das contas de transação corrente de Balanço de Pagamentos.

Desde 1991, o saldo da conta corrente se anulou, vindo de uma trajetória ascendente de negativo para positivo, e não parou de cair, saltando de -0,8% do PIB em 1992, para -5,6% em 2006, seu maior nível, desde então (Ver FED Economic Research).

Como a Teoria Macroeconômica moderna ensina, um déficit no Balanço de Pagamentos obriga o país nessa situação a tomar medidas ("ajustes") para evitar que o fluxo de capitais vindos do exterior não seja interrompido além de outras ocorrências que possam desestabilizar por completo a economia. Embora os EUA seja um grande exportador de capitais, se beneficiando dos juros pagos por financiamentos dos grandes bancos ao redor do mundo, a redução do nível de atividade doméstica e a perda de competitividade da indústria tradicional norte-americana no contexto internacional, ao longo do auge do ciclo, principalmente, em relação à China, explicam, não exclusivamente, o aprofundamento dos déficits na conta corrente daquele país.

Todavia, a taxa de investimento na economia norte-americana, entre 2003 e 2006, aumentou continuamente, saltando de 18,4% para 20,0%, respectivamente. O aumento do investimento naquela economia expressa o dinamismo tecnológico dos Estados Unidos, principalmente na cadeia produtiva de informática. Os avanços nessa indústria têm se disseminado no conjunto da economia, e uma das consequências é o aumento de produtividade, que permite o crescimento da produção com menor intensidade no uso dos fatores de produção, particularmente, o trabalho.

Por fim, a dinâmica da economia norte-americana também foi determinada, na esfera financeira, pelo "efeito riqueza", que pode ser identificado pela elevação dos preços das ações e dos ativos reais, ou seja, imóveis. O aumento desse tipo de riqueza induz maiores gastos de consumo e investimento na economia doméstica.

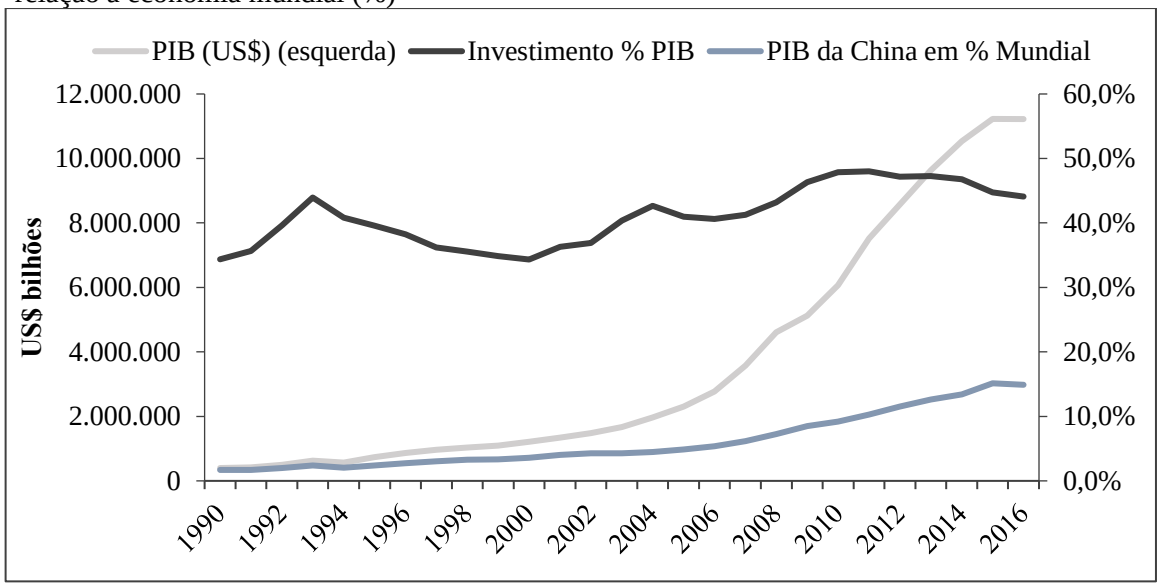
Contudo, a elevação contínua e rápida desses preços (ações e imóveis), em um ambiente de taxas de juros baixas, mas com o indicativo de esgotamento, começou a empurrar "empréstimos exóticos" (expressão utilizada por FOX, 2010, p. 379). Esses permitiam que os tomadores não pagassem nada além dos juros e, assim, colocavam grandes somas de dinheiro nas mãos de pessoas que nunca poderiam ter acesso a tal volume.

Esse tipo de empréstimo arriscado, denominado nos EUA de *subprime*, tornou-se uma febre naquele país, principalmente ao longo do ciclo expansivo retratado aqui. Todavia, esse "efeito riqueza" que dominou a economia norte-americana explodiu em 2008, quando os bancos, altamente contaminados pelos empréstimos tóxicos do mercado imobiliário, entraram em colapso (o símbolo desse colapso foi a quebra o Lehman Brothers). Assim, a crise que afetou o mundo, a partir de 2008, foi, não exclusivamente, resultado desse movimento especulativo nos mercados de ações e imóveis norte-americano (Ver: FOX, 2010).

Vale ressaltar que o "efeito locomotiva" da China decorre, fundamentalmente, da sua "velocidade" e do seu crescente peso relativo na economia mundial.

Em 2006, a economia chinesa respondia por 5,4% do PIB mundial (PPP). Em 2015, sua participação saltou para 15,1%. No período 2003 a 2006, a economia chinesa cresceu à taxa média anual de 10,3%. Não obstante o país venha revisando para baixo sua estratégia de crescimento interno desde a crise de 2008/09, a tendência é que aumente sua participação não só em termos de PIB, como também o volume de seu comércio internacional, já que desde 2014 a China ultrapassou os 10% de participação no comércio mundial, superando os EUA.

Gráfico 5 - China: PIB em US$ bilhões, Investimento em % do PIB nacional e PIB chinês em relação à economia mundial (%)



Fonte: World Economic Outlook, IMF

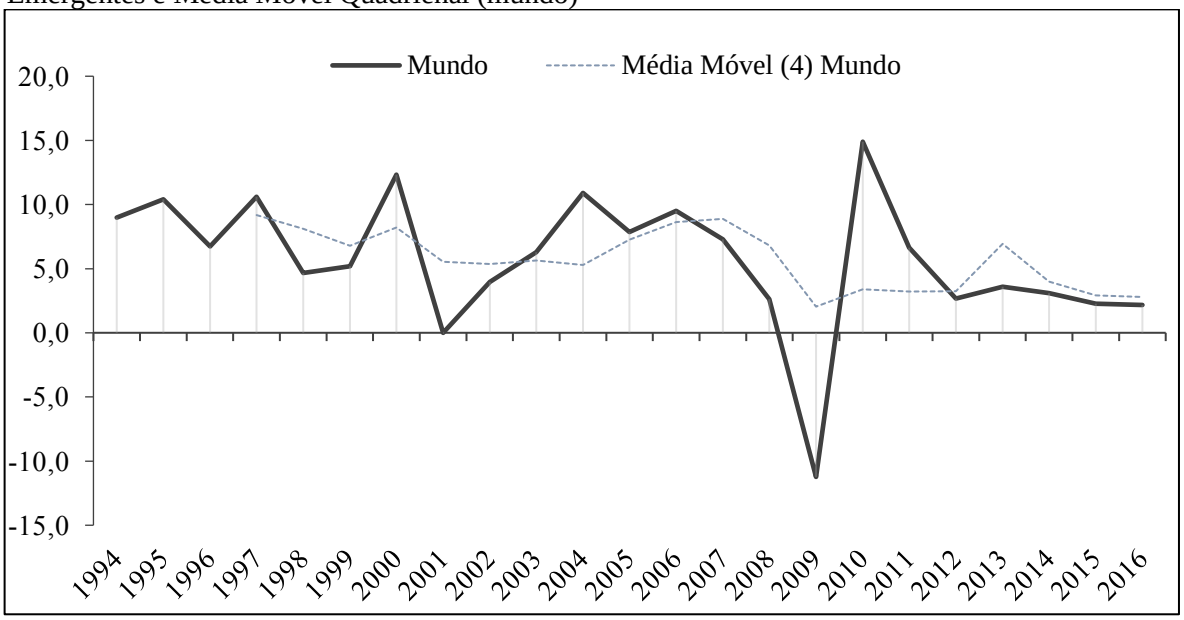
O fator determinante da expansão chinesa, conforme mostra o **Gráfico 5**, é a elevada taxa de investimento que cresceu continuamente ao longo do período proposto. A relação média entre a formação bruta de capital fixo e o PIB foi de 40% entre 2003 e 2006. Entre 2010 e 2013, este saltou para aproximadamente 48% e, nos últimos anos, a partir de 2015, vem se mantendo no patamar de 44%.

O dinamismo da economia chinesa decorre, ainda, da sua enorme competitividade internacional. Recentemente, a China lançou seu novo projeto de expansão econômica via investimentos em infraestrutura em escala global. A **Nova Rota da Seda**, como foi denominado, pretende determinar o novo ciclo de crescimento econômico mundial nas décadas seguintes, sob orientação e liderança chinesa. Mediante esse projeto, que engloba investimentos nas áreas de transporte e comunicações, a China se preparou para se transformar na principal potência econômica mundial ainda antes do fim da primeira metade do século XXI.

É dentro desse contexto de expansão das "locomotivas", que se analisa a trajetória do comércio mundial, entre 1994 e 2016.

A fase ascendente do ciclo da economia mundial caracterizou-se pelo crescimento do volume de comércio exterior e pela elevação dos preços internacionais. De acordo com o **Gráfico 6**, observando a linha de tendência, de fato, o processo de internacionalização da produção via comércio mundial acelerou-se a partir da década de 1990. Esse processo é explicado por meio da comparação entre o crescimento real das exportações e o crescimento real do PIB mundial. Em todos os anos até a crise 2008/09, o crescimento das exportações superou o crescimento do PIB.

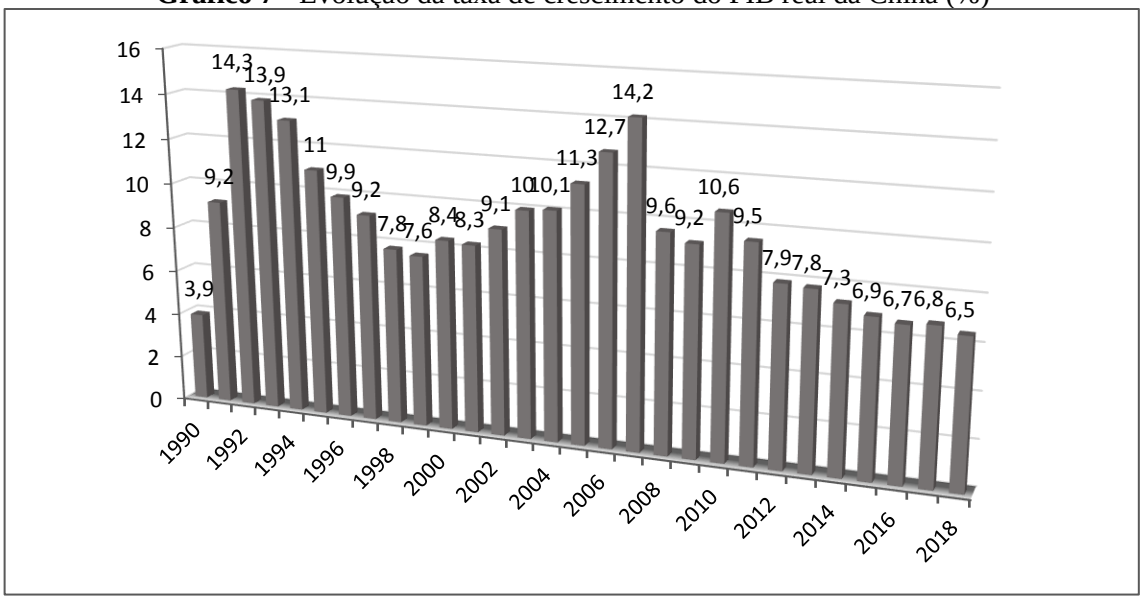
Gráfico 6 - Taxa de crescimento das Exportações de Bens no Mundo, Economias Avançadas e Emergentes e Média Móvel Quadrienal (mundo)



Fonte: IMF, World Economic Outlook

A China, desde a crise de 2008/09, vem redefinindo seu ritmo de crescimento econômico. Desde 2004, os chineses vinham crescendo a uma taxa acima de 10% do PIB. Seu maior nível foi em 2007, quando atingiu 14,2%. Nos anos de 2008 e 2009, a economia chinesa cresceu 9,6% e 9,2%, respectivamente. Em 2010 volta a superar a casa dos 10%. Entretanto, o governo, ao longo dos últimos anos, passou a "pisar no freio" estabelecendo metas de crescimento bem abaixo de 10%, como demonstra o **Gráfico 7**.

Gráfico 7 - Evolução da taxa de crescimento do PIB real da China (%)



Fonte: World Economic Outlook, IMF - *2017 e 2018 são projeções

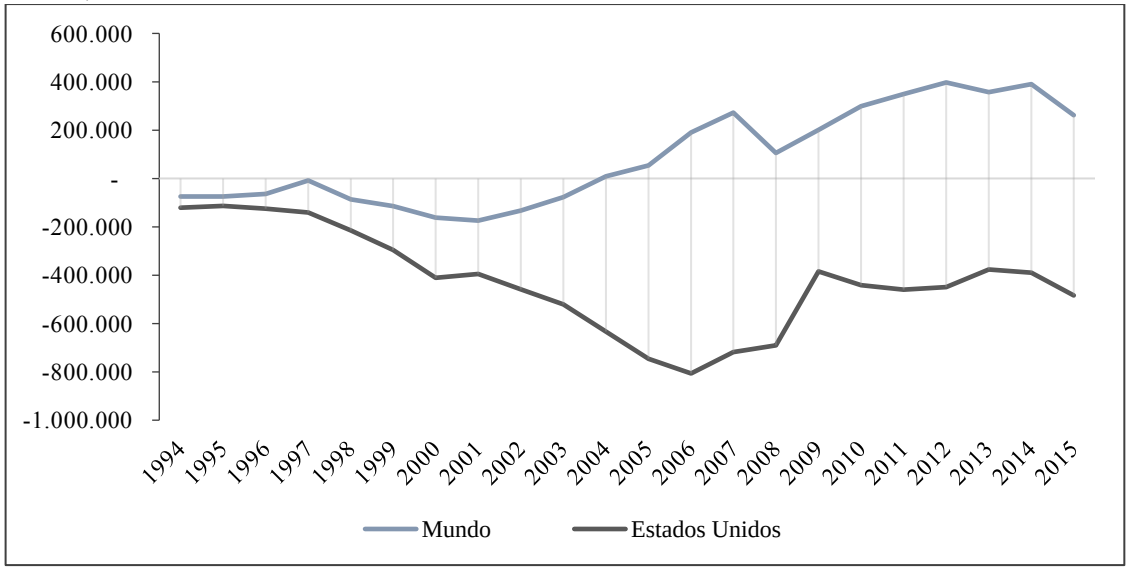
Mesmo com o projeto da **Nova Rota da Seda**, o ritmo de crescimento da economia chinesa continuará controlado pelo governo. Portanto, o objetivo do poder central chinês é manter um ritmo de crescimento estável, de modo a acompanhar os investimentos previstos no respectivo projeto.

No contexto monetário-financeiro, o dinamismo da economia mundial, até a crise de 2008/09 que aumentou o excedente econômico e se materializou na expansão dos investimentos em escala global, também se orientou para aplicações financeiras. O que ocorreu, desde a década de 1990, foi a elevação do nível de liquidez internacional – quantidade de ativos monetários e a quantidade de ativos financeiros – negociados internacionalmente.

É inegável que o fator determinante desse aumento de liquidez, até o advento da crise de 2008/09, foi o chamado "déficit gêmeo" dos EUA, isto é, o déficit das contas externas e o déficit das contas públicas, turbinado pela euforia do *subprime*, como já mencionado. O resultado é que a economia mundial viveu um "excesso de dólares", em especial, no auge do ciclo expansivo.

Tomando como base o **Gráfico 8**, o saldo da conta corrente mundial é positivo, enquanto o norte-americano é negativo. Ou seja, o aumento do déficit de transações correntes dos EUA é a diminuição desse mesmo déficit no resto do mundo.

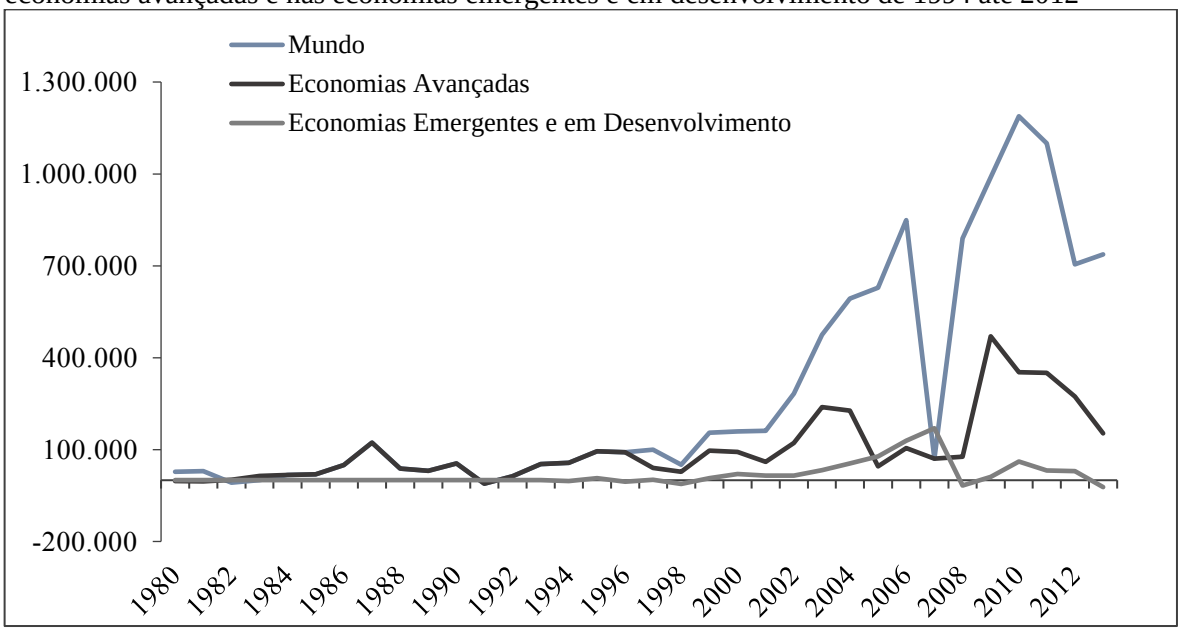
Gráfico 8 - Saldo em conta corrente do Balanço de Pagamento dos Estados Unidos e do mundo em US$ milhões de 1994 até 2015



Fonte: UNCTAD Stat, United Nations

A evidência da expansão da liquidez internacional é dada pelo volume de reservas internacionais mundiais. O **Gráfico 9** ilustra o crescimento das reservas internacionais desde 2000, exceto no período intercalado pela crise (2008-2009), o qual retomou crescimento no ano seguinte até 2011. Observa-se que as reservas crescem muito mais e são maiores nas economias emergentes. Sendo assim, em 2013, a China representava a cifra de US$ 431,38 bilhões (99,99% do total) e registrava o auge do ciclo expansivo.

Gráfico 9 - Evolução da variação das Reservas Internacionais em US$ bilhões no mundo, nas economias avançadas e nas economias emergentes e em desenvolvimento de 1994 até 2012

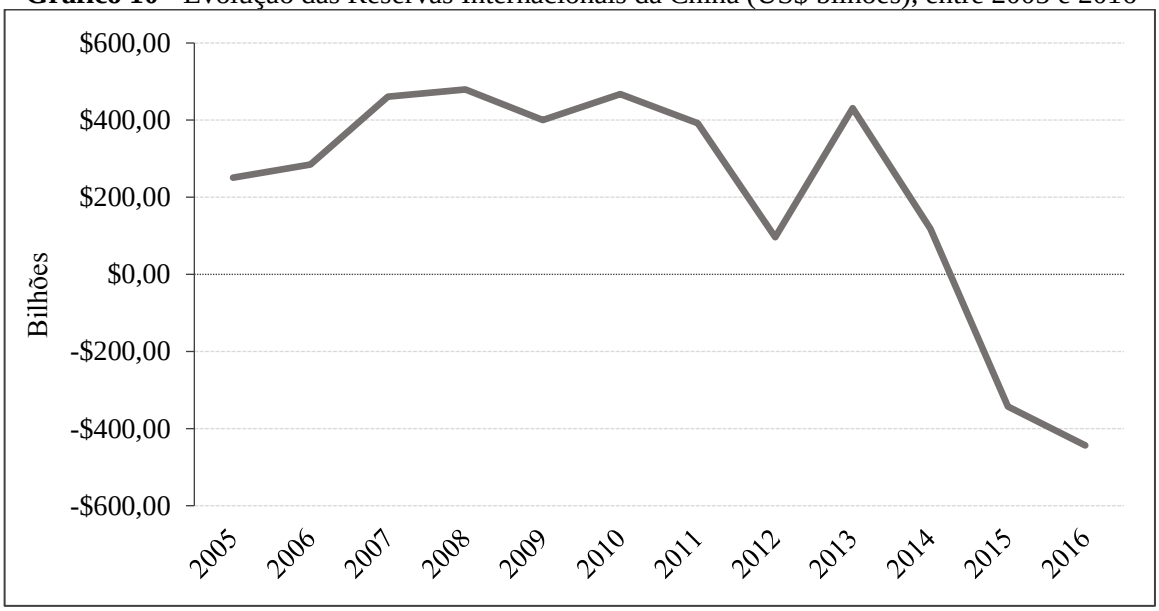


Fonte: World Economic Outlook, IMF

O que se observa é que a relação entre eles aumentou continuamente de 10,9% em 2002 para 14,1% em 2006, auge do ciclo expansivo.

Dados do FMI apontam que as reservas chinesas saíram de positivas para negativas em US$ 443,6 bilhões três anos depois, em 2016, conforme o **Gráfico 10**.

Gráfico 10 - Evolução das Reservas Internacionais da China (US$ bilhões), entre 2005 e 2016



Fonte: World Economic Outlook, IMF

Por fim, aborda-se, mesmo que de passagem, o papel da tecnologia como esfera determinante do crescimento econômico mundial. O progresso técnico dos últimos cinquenta anos, ancorado nas indústrias de informática e telecomunicações, transformou-se em fator determinante na trajetória de crescimento econômico de longo prazo da economia em escala mundial. Diversos estudos (Ver: KIM; NELSON, 2005) apontam para a evolução contínua dos indicadores ligados ao desenvolvimento tecnológico, como: patentes aplicadas, pagamento de *royalties* e licenças, gastos públicos e privados

com P&D e sua proporção ao PIB dos países. A evidência disponível mostra que, no século XXI, a fronteira do desenvolvimento das nações está entre aquelas em que sua economia se ancora no dinamismo tecnológico e, portanto, exportadora desses tipos de bens e serviços, e aquelas em que sua economia dependerá fortemente de importações.

1.2 O desempenho macroeconômico brasileiro – 1994/2016

Nesse tópico, o objetivo é compor um quadro sobre a dinâmica macroeconômica do Brasil entre 1994 e 2016. Contudo, a análise dessa dinâmica só pode ser entendida em um contexto das transformações estruturais pelas quais o país passou na década de 1990. Nesse sentido, divide-se o tópico em duas partes. Na primeira, abordam-se as transformações estruturais da economia brasileira em uma perspectiva histórica, destacando dois grandes modelos econômicos de desenvolvimento, o *modelo de substituição de importações*, vigente entre as décadas de 1930 e 1980, e o *modelo liberal periférico*, que tomou corpo no início da década de 1990. Na segunda, tratou-se do desempenho macroeconômico do período, tomando por base as contas externas, a inflação, a renda, o investimento e as finanças públicas.

1.2.1 Transformações estruturais na economia brasileira em perspectiva histórica

Em resposta à crise do *modelo de substituições de importações*, a partir do início da década de 1990, a economia brasileira experimentou um processo de profundas transformações estruturais, que configurou um novo modelo econômico que foi denominado por Gonçalves (2012) de *modelo liberal periférico*. Isto é, o modelo é *liberal*, em virtude da natureza das reformas que o estruturaram e o constituíram: abertura e liberalização da economia, privatização de empresas estatais e desregulação do mercado de trabalho. Mas, é *periférico* por ser uma forma específica de realização do liberalismo e da sua política econômica em um país dependente em termos financeiro e tecnológico.

O *modelo liberal periférico* resultou da redefinição das relações capital-trabalho e das relações intercapitalistas. Ele se diferencia do modelo de substituições de importações, sobretudo, por um novo tipo de inserção internacional – notadamente nas esferas comercial e financeira – do país e pela reestruturação do Estado – que reorientou suas funções e a forma de sua intervenção na esfera econômica.

O *modelo de substituição de importações* foi responsável pelo engajamento do Brasil no processo de industrialização entre as décadas de 1930 e 1980. Suas principais características foram: (a) a participação direta do Estado no suprimento da infraestrutura econômica (energia e transporte) e em alguns setores considerados prioritários (siderurgia, mineração e petroquímica); (b) a elevada proteção à indústria nacional, mediante tarifas e diversos tipos de barreiras não-tarifárias; e (c) o fornecimento de crédito em condições favorecidas para implantação de novos projetos.

Dessa forma, cumpriu o Estado três papéis fundamentais naquele processo, quais sejam: (1) o de indutor da industrialização, por meio da concessão de crédito e do uso intensivo de instrumentos cambiais, restrições quantitativas e tarifárias; (2) o de empreendedor, a fim de eliminar os principais "pontos de estrangulamento" da economia; e (3) o de gerenciador dos escassos recursos cambiais, com vistas a evitar a sobreposição de picos de demanda por divisas e crises cambiais recorrentes.

A partir da segunda metade da década de 1950, a estrutura industrial brasileira iniciou sua etapa de consolidação com a implantação dos setores mais complexos, com a introdução dos ramos de bens de capital e consumo duráveis. Dentro desse contexto, o processo de industrialização nacional conduzido pelo Estado ganhou um sócio poderoso, o capital estrangeiro. Este, de fato, foi o responsável pelos investimentos nos setores industriais mais complexos.

A conjuntura internacional entre a segunda metade dos anos de 1950 e início dos anos de 1970 foi favorável às inversões de capital externo nas economias em desenvolvimento. Três fatores complementares destacaram-se: a *retomada do crescimento da economia mundial*, impulsionada pelas

reestruturações da Europa e do Japão, as quais, por sua vez, geraram *as condições para a liquidez internacional*, com juros relativamente baratos e aptos ao investimento direto. Isto posto, o desenvolvimento econômico brasileiro se inseriu, não obstante de forma altamente dependente do capital externo, no chamado *trinta anos gloriosos* do pós-guerra, em um modelo de substituição de importações, que teve, a partir daquele momento, o Estado e o capital estrangeiro como principais sócios.

Essa nova etapa do modelo econômico foi marcada pelo redimensionamento das organizações empresariais, por meio da introdução de grandes empresas oligopólicas e verticalização industrial. Soma-se a isso, a reorganização dos sistemas bancários e financeiros, em especial, o papel do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) como o principal fornecedor de capitais de longo prazo.

Entretanto, o modelo de *substituição de importações* começou a perder força já em meados dos anos de 1970. Os principais fatores foram a mudança nos rumos da economia mundial, com as duas crises do petróleo (1973 e 1979) e o esgotamento da economia norte-americana, a partir da segunda metade da década, devido ao processo de *estagflação* que tomou conta do país. Esse processo foi causado em parte pelas crises do petróleo e, também, pelo forte aumento dos chamados *déficits gêmeos* – balanço de pagamentos e saldo fiscal. Os Estados Unidos, entre 1979 e 1982, realizaram aumentos em sua taxa básica de juros, cujas consequências foram o estouro das dívidas externas dos países emergentes.

Além desse fator, no contexto da economia brasileira, essa mudança no quadro mundial impactou negativamente a dívida externa, além de aumentar os déficits das transações correntes do país, exigindo que as políticas econômicas desde então focassem em medidas de ajuste externo. Por fim, outro fator de caráter interno foi o problema da inflação. As elevadas taxas de inflação que caracterizaram todo o processo de industrialização brasileiro se transformaram em um processo inflacionário que, somado às consequências da crise externa e a crise fiscal do Estado, provocou a "década perdida" da economia brasileira ao longo dos anos de 1980.

Em resumo, o aumento da dívida externa brasileira ampliou a dependência externa financeira da economia e, consequentemente gerou um ciclo vicioso em que, para cumprir os encargos da dívida, era necessário buscar superávits comerciais, cujo objetivo era compensar as despesas financeiras, controlando, assim, os déficits em conta corrente. Uma vez que esses superávits não conseguiam compensar nem parcialmente as respectivas despesas, o governo recorrentemente buscava captar recursos novos no mercado externo, refinanciando a dívida, de modo a compensar os déficits correntes com superávits na conta capital.

O problema foi se agravando na medida em que os juros internacionais foram acompanhando a escalada ascendente da taxa básica norte-americana, dificultando assim a contratação de novas dívidas e implicando maiores despesas com as já contratadas, o que somado a uma demanda externa por bens em queda, devido à retração das importações dos países industrializados, impactou negativamente no crescimento econômico nacional.

Assim, as altas taxas de crescimento do PIB, experimentados entre as décadas de 1950 e 1970, foram reduzidas na década de 1980. Dessa forma, os anos de 1980 marcam o fim do *modelo de substituição de importações* no Brasil.

O *modelo liberal periférico* toma corpo no início dos anos de 1990, no governo Collor de Mello. Contudo, é com a implementação do Plano Real, em 1994, que esse modelo entrou em um processo decisivo de aprofundamento, assumindo sua forma acabada no primeiro governo Lula da Silva entre 2003 e 2006 (FILGUERIAS; GONÇALVES, 2007).

O conjunto de reformas proposto que configurou o novo modelo econômico assentou-se em cinco dimensões inter-relacionadas (FILGUERIAS; GONÇALVES, 2007).

A primeira dimensão diz respeito às relações capital-trabalho, as quais sofreram uma inflexão radical que, ao mudar a correlação de forças a favor do primeiro, implicou mudanças profundas no segundo, conduzindo-o a um processo generalizado de precarização do trabalho. Assim, a face mais visível dessa transformação foi o crescimento do desemprego aberto, de caráter estrutural, e o aumento

da informalidade.

A segunda dimensão foi a mudança do poder econômico e, consequentemente, a reconfiguração da liderança na condução do processo de desenvolvimento e da dinâmica macroeconômica. Ou seja, o empresariado industrial *stricto senso* foi substituído pelo capital financeiro – nacional e internacional – na influência das tomadas de decisões estratégicas da economia.

A terceira dimensão diz respeito à inserção internacional. Essa, feita de forma passiva, por meio da abertura comercial e financeira da economia, tendo por objetivo imediato o combate à inflação, agravou a vulnerabilidade externa do país, tornando a sua dinâmica macroeconômica mais dependente dos ciclos do comércio internacional e dos movimentos de curto prazo do capital financeiro.

A quarta dimensão está relacionada à estrutura e ao funcionamento do Estado, o qual foi redefinido, por meio da privatização de suas empresas; de reformas, cujas principais foram a Previdência Social e a Trabalhista, e, principalmente, a redução de sua capacidade de investimento.

Por fim, a quinta dimensão diz respeito ao sistema financeiro, que passou por um processo de concentração, operando, essencialmente, no financiamento da dívida pública. O crédito de longo prazo ao setor produtivo continuou sendo feito pelo próprio setor e por instituições financeiras estatais como o BNDES, o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

É importante ressaltar que a política econômica e a dinâmica macroeconômica não se mantiveram exatamente as mesmas ao longo do período de implantação, maturação e consolidação do novo modelo econômico. Mais especificamente, mediante o Plano Real, pode-se traçar uma linha divisória que distingue dois momentos na evolução do modelo, tendo por referência um fato econômico de suma importância, isto é, a crise cambial de janeiro de 1999, no início do segundo governo Cardoso (1999-2002). Esse fato determinou a mudança da política econômica e ajustes do modelo, com implicações na dinâmica macroeconômica do país.

Todavia, o resultado geral de todas essas mudanças foi o aprofundamento da dependência tecnológica e financeira do país, agravando a vulnerabilidade externa da economia brasileira e a fragilidade financeira do Estado. De fato, o *modelo liberal periférico* tem por natureza a reiteração dessa vulnerabilidade e fragilidade, por estar preso à lógica financeira. Portanto, a dinâmica macroeconômica do modelo é intrinsecamente instável, mesmo quando há superávits comerciais no balanço de pagamentos (FILGUERIAS; GONÇALVES, 2007).

É dentro desse contexto que é possível visualizar a instabilidade do novo modelo econômico, acompanhando a trajetória dos governos Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) e Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010). Durante todo o primeiro governo Cardoso (1995-1998), a vulnerabilidade externa, bem como a fragilidade financeira do Estado foram crescentes, devido ao desequilíbrio no Balanço de Pagamentos e a crise fiscal.

No tocante ao desequilíbrio no BP, seu principal fator foi o grande aumento das importações que se seguiu ao Plano Real, combinado com o fraco desempenho das exportações. Além da piora da conta corrente, associada ao comportamento da balança comercial, o financiamento do próprio déficit em conta corrente a partir de 1995 gerou um efeito de realimentação dos desequilíbrios. Como esses eram financiados com novo endividamento externo e com a entrada de capitais na forma de Investimentos Direto Estrangeiro (IDE), a acumulação de estoques de passivos externos – dívida ou estoque de capital no país – implicou pagamentos crescentes de juros e de lucros e dividendos. O resultado foi que o déficit de serviços e rendas praticamente dobrou ao longo do primeiro governo Cardoso. Esse quadro de vulnerabilidade externa foi agravado ao ambiente de crise em muitos países emergentes que caracterizou a segunda metade da década de 1990, como as crises financeiras do México (1994), Tigres Asiáticos (1997) e Rússia (1998), as quais impactaram diretamente a economia brasileira (GIAMBIAGI, 2005).

A respeito da crise fiscal, esta foi caracterizada ao longo do primeiro governo Cardoso, pelos seguintes fatos: um déficit primário do setor público consolidado; um déficit público – nominal – de 7% do PIB na média 1995-98; e uma dívida pública crescente. Entre 1994 e 1998, o setor público sofreu uma piora primária da ordem de cinco pontos percentuais do PIB. O peso dos juros ao longo do tempo decorreu, por um lado, da taxa de juros real; por outro, do fato de que as taxas de juros incidiam no

começo do Plano Real sobre uma dívida pública equivalente à 30% do PIB e passaram depois a ser aplicadas a uma dívida progressivamente crescente.

Em resumo, esses desequilíbrios foram responsáveis pelo entrave à melhora da dinâmica macroeconômica e, consequentemente, pelo desgaste da política econômica. Somam-se a isso os ataques especulativos pelos quais o Brasil passou ao longo das crises financeiras do México, Ásia e Rússia. Esses eventos levaram o país a uma crise cambial e minaram sua capacidade de se proteger por meio do aumento das taxas de juros, além de agravar ainda mais a situação fiscal. É dentro desse contexto que se inserem as mudanças institucionais que vão redesenhar a política econômica no segundo governo Cardoso (1999-2002), com a adoção do Regime de Metas de Inflação (Idem).

Não obstante a reversão dos saldos negativos da balança comercial e a consequente redução da vulnerabilidade externa em termos conjunturais, o quadro de instabilidade do modelo econômico permaneceu no segundo governo Cardoso em decorrência da crise da Argentina em 2001 e da nova crise cambial brasileira em 2002.

O primeiro governo Lula da Silva (2003-2006) coincidiu com a fase áurea do ciclo expansivo internacional, conforme apontado anteriormente. Essa conjuntura favorável no mercado mundial impactou positivamente a economia brasileira, mantendo a redução da vulnerabilidade externa e contribuindo para reverter o quadro de instabilidade macroeconômica interna. Nesse período, o crescimento dos fluxos comerciais possibilitou ao Brasil expandir suas exportações e obter elevados superávits na sua respectiva balança comercial. Também, ocorreu um fenômeno generalizado de redução dos déficits ou mesmo obtenção de superávits nas contas de transações correntes.

A melhora na situação das contas externas permitiu a continuidade da política econômica adotada no segundo governo Cardoso, agora em uma conjuntura em que os resultados macroeconômicos surgiam melhores. O primeiro governo Lula da Silva pode ser caracterizado pela melhora dos indicadores externos do país e menor instabilidade macroeconômica. Não obstante o modelo liberal periférico se consolidar nesse momento, a crise de 2008/09 o colocou em xeque, levando junto a eficácia de sua política macroeconômica.

O regime de política macroeconômica adotado em 1999 combinava três elementos fundamentais: *metas de inflação* como único objetivo da política monetária; *ajuste fiscal permanente* como elemento central da política fiscal; e o *regime de câmbio flutuante*, definido essencialmente pelo mercado, o que resultou em forte apreciação cambial.

Enquanto a conjuntura internacional foi favorável, a política macroeconômica foi eficiente. Contudo, por meio da crise de 2008/09, todos os elementos perderam eficácia. A alta taxa de juros que se constituía como principal instrumento da política macroeconômica, condicionando decisivamente as políticas fiscal e cambial, bem como seus resultados, perdeu sua eficácia, por razões óbvias, a crise impunha instrumentos anticíclicos, cuja redução dos juros passavam a ser determinantes para a manutenção da atividade econômica. Dessa forma, a política cambial deveria ser repensada, adotando bandas cambiais para o país se proteger da guerra cambial que sucedeu a crise internacional. Por fim, o ajuste fiscal permanente deveria ser revertido para que o governo pudesse ter uma margem mínima de condições de tocar a política econômica em um ambiente de crise.

O segundo governo Lula da Silva, em sua metade, coincidiu com o estouro da crise. Suas políticas anticíclicas transformaram aparentemente o "tsunami" em "marolinha". Contudo, a estrutura montada com o novo modelo econômico liberal periférico não foi atingida. Isto é, a abertura econômico-financeira passiva e desregulada e a política monetária restritiva sobrecarregando a dívida pública, impondo a necessidade de ajuste fiscal permanente, mantiveram-se fortemente firmes aos princípios no conjunto das elites econômicas e políticas. Uma vez que o mercado mundial iniciou a sua lenta recuperação, a volta ao tripé macroeconômico foi uma imposição.

É dentro desse contexto de embate entre mudança e manutenção do escopo da política macroeconômica que se deve procurar o fracasso do governo Rousseff e seu *impeachment*. A "ponte para o futuro" do governo Temer nada mais é do que a expressão cabal de recolocar o Brasil nos trilhos do *modelo liberal periférico*. Entretanto, esse modelo dificulta a inserção comercial internacional mais ativa do país, aumentando o grau de dependência tecnológica e financeira, ao mesmo tempo em que

desestimula o investimento em indústrias mais complexas e mais dinâmicas, além do estímulo à inovação.

A análise da dinâmica macroeconômica brasileira, a seguir, foca, principalmente, no período posterior à crise de 2008/09, no bojo da lenta recuperação da economia mundial, que coincide com o primeiro governo Rousseff (2011-2014) e também no seu fatídico segundo (2015-2016). Vale lembrar que este último terminou de forma trágica, com o aprofundamento da crise econômica interna e a desorganização total do mundo político, em que o governo e os grandes partidos estiveram envolvidos em escândalos de corrupção.

1.3 Desempenho macroeconômico brasileiro

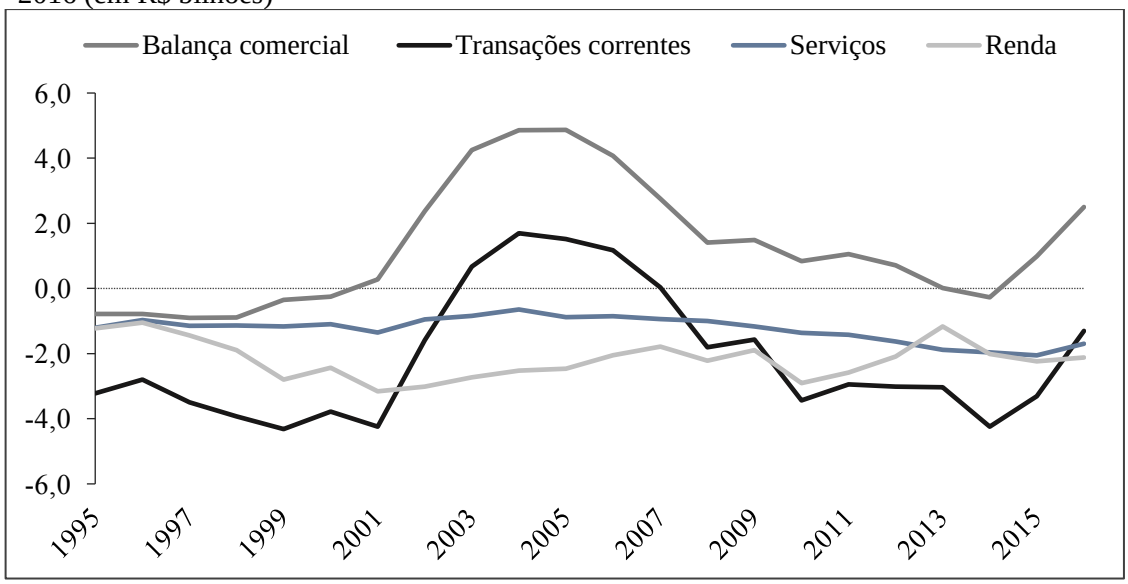
A análise do desempenho macroeconômico brasileiro divide-se nos seguintes itens: contas externas e inflação; renda e investimento; e finanças públicas.

1.3.1 Contas externas e inflação

Conforme o **Gráfico 11**, o desempenho das contas externas melhorou a partir de 2001, influenciado principalmente pela Balança Comercial de bens que se manteve superavitária até 2013. Percebe-se nitidamente a performance positiva do Balanço de Pagamentos no período de auge do ciclo expansivo internacional, 2003 e 2006, quando a série do respectivo gráfico mostra os picos da balança comercial de bens, que apresentou um saldo líquido de US$ 76,0 bi, tomando como base a média do período. Também, a conta corrente mostrou-se positiva, apresentando no mesmo período um saldo de US$ 41,6 bi.

Os principais determinantes para esse desempenho positivo da balança comercial especificamente foram o crescimento econômico norte-americano e chinês, que como já foi exposto no tópico anterior, impactou o comércio mundial, provocando a elevação dos preços das *commodities*, e a recuperação da economia da Argentina, principal parceiro comercial do Brasil no Mercosul.

Gráfico 11 - Transações correntes do BP, Balança Comercial, Serviços e Renda, entre 1995 e 2016 (em R$ bilhões)



Fonte: BCB

Contudo, a partir de 2007, o comportamento das contas externas passou a declinar fortemente, mantendo-se a balança comercial positiva, mas com pequenos saldos até 2012. Em 2013, o saldo foi praticamente nulo e em 2014 tornou-se negativo. A partir de 2015, retomou-se os saldos positivos,

apresentando resultados de US$ 17,67 bi naquele ano e saltando para US$ 45,03 bi em 2016.

No que diz respeito às transações correntes, seu saldo foi levemente positivo em 2007. Contudo, a partir de 2008 voltou a ser negativo, dentro do padrão histórico do país. Naquele ano, o déficit foi de US$ 30,64 bi. Embora tenham caído em 2009, fruto da redução da corrente de comércio impactada pela crise internacional, a partir de 2010, os déficits saltam progressivamente de US$ -75,82 bi para US$ -104,18 bi em 2014, fechando 2016 com US$ -23,53 bilhões.

Mas, é na conta de serviços e rendas que se encontra o principal problema do balanço de pagamentos. Essa conta sempre foi deficitária, devido ao pagamento de juros da dívida externa no passado, somado às remessas de lucros e dividendos que caracterizam a fase atual do respectivo déficit. Em outros termos, isso significa que o equilíbrio das transações correntes e, por extensão, do balanço de pagamentos, depende, cada vez mais, de crescentes superávits na balança comercial.

Quanto à inflação, a partir de 2003, com a aceleração e consolidação dos saldos elevados no balanço de pagamentos e a continuidade da política econômica, que manteve a taxa de juros elevadas, bem como o aumento dos superávits fiscais primários, durante todo o período do primeiro governo Lula da Silva, as taxas de inflação caíram sistematicamente, conforme a **Tabela 1.**

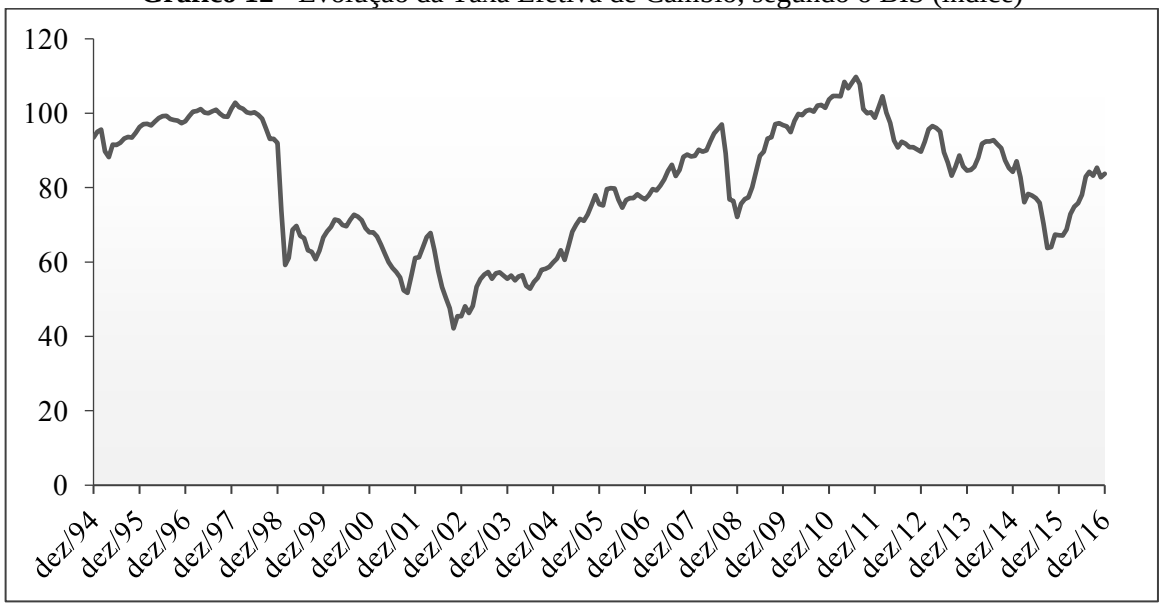
Tabela 1 - Evolução das metas e das taxas de inflação entre 1999 e 2016

Ano	Banda Inferior	Meta	Banda Inferior	Inflação Efetiva
1999	6,0%	8,0%	10,0%	8,94%
2000	4,0%	6,0%	8,0%	5,97%
2001	2,0%	4,0%	6,0%	7,67%
2002	1,5%	3,5%	5,5%	12,53%
2003	1,5%	4,0%	6,5%	9,30%
2004	3,0%	5,5%	8,0%	7,60%
2005	2,0%	4,5%	7,0%	5,69%
2006	2,0%	4,5%	6,5%	3,14%
2007	2,5%	4,5%	6,5%	4,46%
2008	2,5%	4,5%	6,5%	5,90%
2009	2,5%	4,5%	6,5%	4,31%
2010	2,5%	4,5%	6,5%	5,91%
2011	2,5%	4,5%	6,5%	6,64%
2012	2,5%	4,5%	6,5%	5,84%
2013	2,5%	4,5%	6,5%	5,91%
2014	2,5%	4,5%	6,5%	6,41%
2015	2,5%	4,5%	6,5%	10,67%
2016	3,0%	4,5%	6,0%	6,29%

Fonte: BCB; IBGE

As taxas de inflação ficaram no interior dos intervalos estabelecidos para as metas ou então muito próximas ao limite superior do intervalo de 2004 a 2014, conforme a **Tabela 1**. Essa trajetória de redução das taxas de inflação foi fortemente influenciada pela tendência de apreciação do Real, com a taxa de câmbio real efetiva fixando-se próxima a um nível muito baixo, tal como demonstrado no **Gráfico 12.**

Gráfico 12 - Evolução da Taxa Efetiva de Câmbio, segundo o BIS (índice)



Fonte: BIS

É importante ressaltar que a conjuntura internacional foi amplamente favorável e os resultados expressivos na balança comercial acabaram por encobrir os efeitos da forte apreciação cambial na economia.

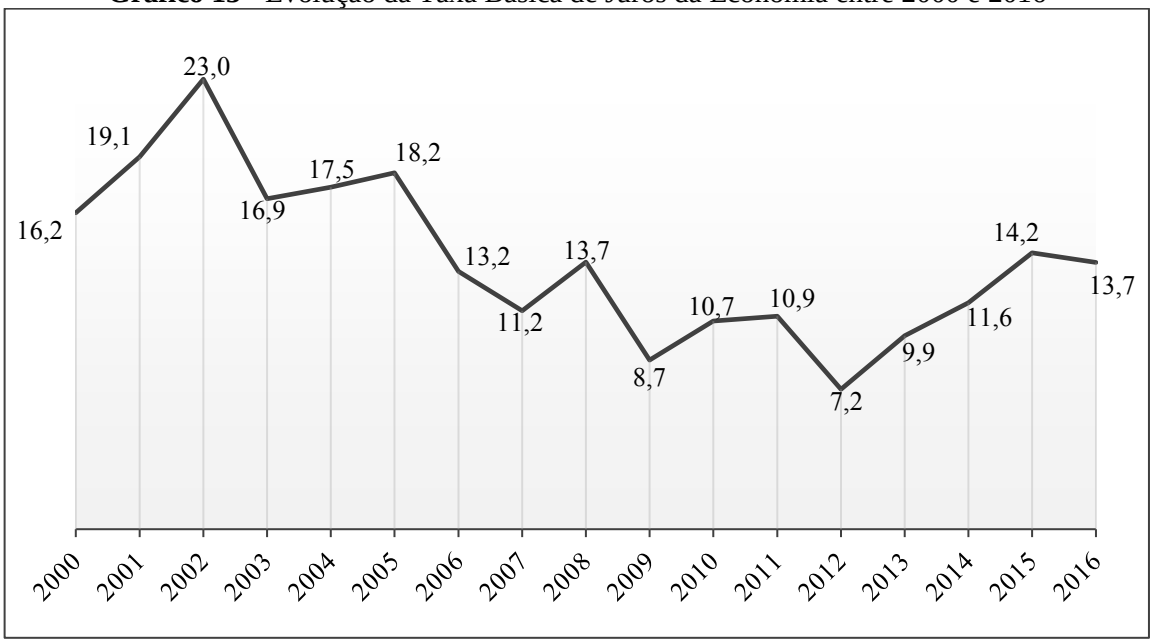
Enquanto a conjuntura internacional favorecia, o fraco desempenho da economia no *front* interno era obscurecido. A política econômica sob dominância da lógica financeira implicava a quase estagnação da renda *per capita* e do mercado interno. O Brasil no auge do ciclo expansivo da economia mundial entrava em uma armadilha que custou caro à sucessora de Lula da Silva, a presidente Rousseff, que recebeu o governo em um ambiente totalmente diverso daquele recebido por Lula da Silva na ocasião de sua posse.

Essa armadilha era a vulnerabilidade externa estrutural que aprofundou a inserção internacional do país como exportador de *commodities* e produtos industriais como baixo e médio-baixo conteúdo tecnológico, intensivos em trabalho e recursos naturais. Esse processo mantém o país em situação de grande vulnerabilidade, em relação aos ciclos do comércio internacional.

Assim, no curto prazo, a apreciação do Real tinha como objetivo duas metas. De um lado, servir como manutenção de grande diferencial entre as taxas de juros interna e externa. De outro, servir de instrumento de combate à inflação. O resultado foi a elevação das importações e a redução da competitividade das exportações. Essa perda de competitividade internacional explicitou-se nas contas do balanço de pagamentos, como demostrou o **Gráfico 11**, no início do segundo governo Lula da Silva (2007-2010), e aprofundou-se no primeiro governo Rousseff (2011-2014).

Soma-se a isso, no *front* interno, o desempenho da economia que era medíocre, caracterizado por uma quase-estagnação do mercado interno. Esse desempenho era influenciado pela elevada taxa de juros, conforme o **Gráfico 13**. O objetivo era claro, manter a inflação sob controle e ajuste fiscal permanente. Todavia, esses objetivos desestimulavam a economia interna, ao mesmo tempo em que tornavam difícil a transição para outro tipo de inserção internacional, apoiada em produtos de maior conteúdo tecnológico.

Gráfico 13 - Evolução da Taxa Básica de Juros da Economia entre 2000 e 2016



Fonte: BCB

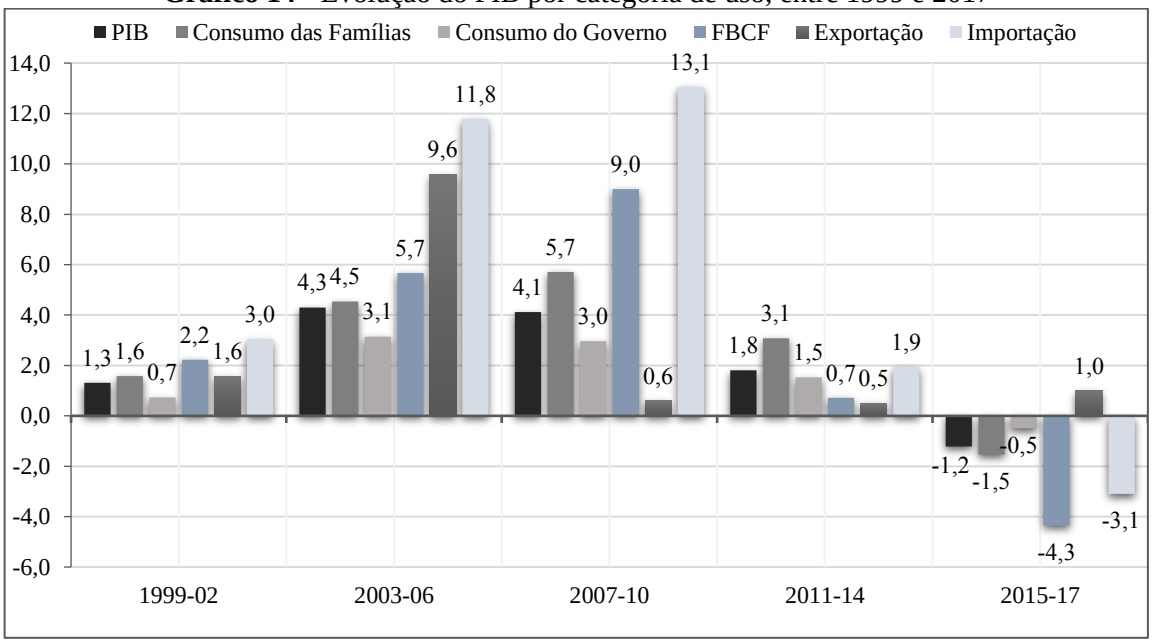
No segundo governo Lula da Silva, com a crise internacional, tentou-se com as políticas anticíclicas aquecer o mercado interno. Essas políticas tinham por objetivo estimular o consumo, por meio de subsídios de crédito para as famílias e expansão do gasto público. Essa política foi bem-sucedida no curto prazo, mas impossível de se sustentar por longos períodos. O mercado interno cresceu sustentado por esses dois pilares, consumo das famílias e investimento em infraestrutura, esses impulsionados também pelas escolhas do Brasil como sede da copa do mundo de futebol em 2014 e as olímpiadas na cidade do Rio de Janeiro em 2016.

1.3.2 Renda e investimento

Pode-se afirmar que, nesses dezessete anos iniciais do século XXI, a evolução da economia brasileira, tomando por base o nível do produto, do investimento e do emprego, foi medíocre. O que foi particularmente impressionante é que, mesmo no período de auge do ciclo expansivo da economia mundial, entre 2003 e 2007, o dinamismo brasileiro ficou restrito aos impulsos provenientes do mercado externo.

Analisando os dados do PIB por categoria de uso, conforme o **Gráfico 14**, pode-se concluir que, nesses dezessete anos, o país viveu sob um regime econômico em que os juros elevados e o arrocho fiscal (aumento da carga tributária e elevados superávits primários) comprimiram os gastos de consumo das famílias e o investimento, como registrado nas médias dos períodos delimitados no referido gráfico.

Gráfico 14 - Evolução do PIB por categoria de uso, entre 1999 e 2017



Fonte: IBGE

No **Gráfico 14**, é possível visualizar três características do desempenho da economia brasileira que corroboram com a afirmação de desempenho medíocre. A primeira está relacionada às próprias médias de crescimento do PIB: 1,3% (1999-2002), 4,3% (2003-2006), 4,1% (2007-2010), 1,8% (2011-2014) e -1,2% como projeção de média (2015-2017). Note-se que, no auge do ciclo expansivo (2003-2006), a média de crescimento foi de apenas 4,3%. Não obstante ficar próxima da média mundial no mesmo período 4,7%, foi bem inferior aos grandes países emergentes que constituem os chamados BRICS, isto é, além do Brasil, Rússia, Índia e China.

Isso implica a segunda característica, a afirmação de que de fato foi a dinâmica externa que sustentou o crescimento econômico a partir de 2003 até à crise 2008/09. Ou seja, olhando para o crescimento relativo da participação percentual das exportações e das importações no cômputo geral do Produto, percebe-se claramente que no período 2003-2006, foram essas categorias de uso ligadas ao setor externo que impactaram a economia brasileira. Na medida em que estourou a crise internacional, seus efeitos foram sentidos, por meio da queda brusca da participação das exportações, 0,6% (2007-2010) e 0,5% (2011-2014).

Quanto às importações, o salto na participação do produto, no período 2007-2010, explica-se em parte pelas importações de bens de capital, dentro dos planos de investimentos estratégicos do governo e das grandes empresas nacionais, bem como o crescimento mais que proporcional de bens de consumo, devido ao regime cambial flutuante, que inundou de dólares o Brasil em investimentos de curto prazo, valorizando permanentemente, no período imediato pós-crise, o Real. Uma vez que as exportações acompanhassem as importações, o setor externo estaria equilibrado, impactando positivamente o conjunto da economia.

Contudo, não foi isso o que aconteceu. O desequilíbrio no setor externo acabou por ofuscar o crescimento da participação do investimento, no segundo governo Lula da Silva (2007-2010), no qual implica a terceira característica.

A formação bruta de capital fixo saltou de 5,7%, na média 2003-2006, para 9,0% de média de participação no PIB. Esse salto explica-se pela estratégia anticíclica do governo em barrar os impactos da crise internacional no país, por meio do estímulo na expansão da infraestrutura, e os investimentos no pré-sal e nas obras dos grandes eventos que se iniciaram no final do governo Lula (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016).

Contudo, o que salta aos olhos foi a gigantesca queda no período 2011-2014, coincidindo com o primeiro governo Rousseff. Essa queda para 0,7%, aliada à trajetória descendente de todos os outros

indicadores, como demonstrado no **Gráfico 14**, requer uma reflexão mais aprofundada sobre o que foi o governo Rousseff.

Dilma Rousseff foi a escolhida por Lula da Silva para sucedê-lo ao concorrer pelo Partido dos Trabalhadores (PT), na corrida presidencial de 2010. O arco de aliança para um novo ciclo de governo liderado por aquele partido e pela centro-esquerda, era amplo e de caráter fisiológico. Essa característica já vinha desde a composição do governo Lula, especialmente, na vitória de seu segundo mandato, que só foi possível, devido ao estreitamento dos laços com o bloco conservador. Em 2005 estourou o escândalo do "mensalão", a compra de partidos e parlamentares da "direita" para garantir a governabilidade. Em 2006, essa aliança foi ampliada, bem como houve a necessidade em mantê-la, uma vez que passava pela ocupação cada vez maior da máquina pública, que, por sua vez, servia como balcão de negócios entre a política e os grandes grupos oligopólios do País. De certa forma, o governo Lula da Silva, em seu conjunto, aprofundou e vitaminou o capitalismo de laços que vinha se construindo desde a redemocratização, o qual se fortalecia a cada governo, seja ele de direita (Collor e Temer), de centro-direita (Itamar e FHC) ou de centro-esquerda (Lula da Silva e Rousseff). Em uma palavra, a garantia de governabilidade na Nova República era sinônimo de *take over* nos recursos do Estado.

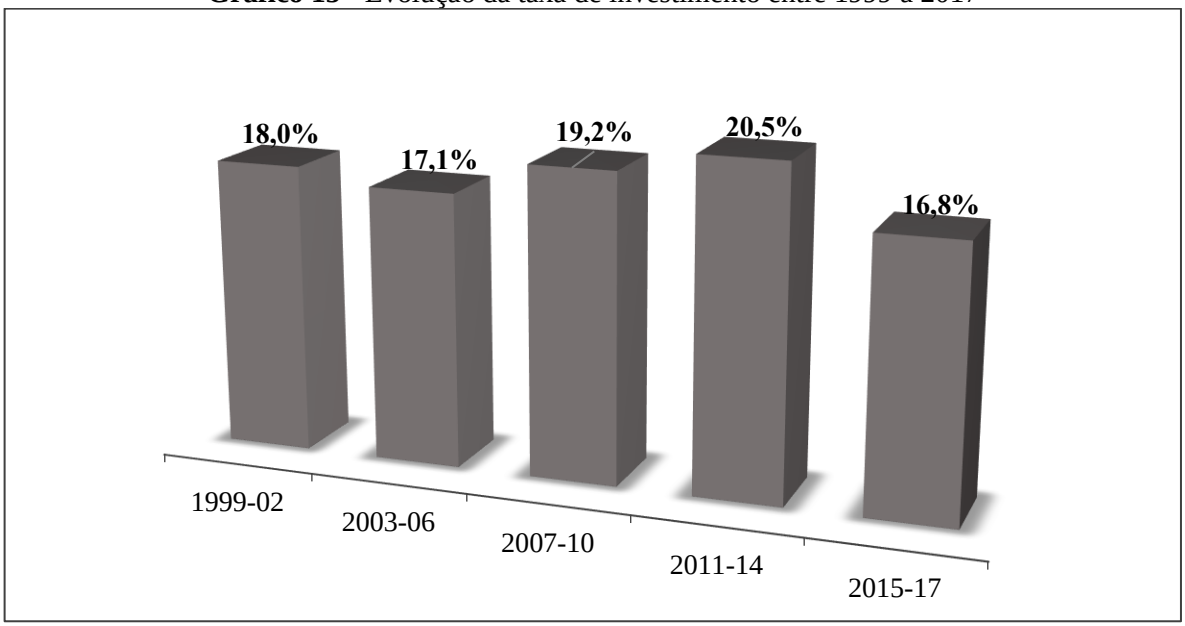
Dessa forma, o capitalismo de laços começou a implodir no governo Rousseff. E isso, pode ser visualizado pelo **Gráfico 14**. Quais foram os fatores para essa crise? Do ponto de vista econômico, foi o esgotamento do tripé macroeconômico, devido à crise internacional e a tentativa fracassada de se impor um novo desenho de política econômica, a chamada "Nova Matriz Macroeconômica". Do ponto de vista político, a explosão do mundo da política, com os escândalos de corrupção e as respectivas e reiteradas prisões de empresários e políticos.

Em resumo, o governo Rousseff coincidiu com a sobreposição dessas duas crises, econômica e política, que pôs fim à aliança que sustentou o governo sob a liderança do Partido dos Trabalhadores desde 2003 no quadro de um bloco de poder conservador.

Ao visualizar as médias da evolução do PIB, entre 2011 e 2017, conforme o **Gráfico 14**, percebe-se o quadro da desorganização e deterioração econômica do País. No contexto da média de crescimento do PIB, esta representou pífios 1,8% no período 2011-2014. Mas, o que salta aos olhos é o desempenho do consumo do governo e da formação bruta de capital fixo que encolheram, respectivamente, para 1,5% e 0,7%, em um período em que estava sendo executado um grande pacote de investimentos denominado de PAC, ou seja, *Programa de Aceleração do Crescimento*, iniciado no segundo governo Lula da Silva. Esse programa, criado em 2007, tinha por objetivo a expansão da infraestrutura social, urbana, logística e energética do País, contribuindo para o seu "desenvolvimento acelerado e sustentável", como exposto no seu documento oficial.

Em 2011, o respectivo Programa já havia iniciado sua fase dois, lançado em março de 2010, no final da gestão de Lula da Silva. Essa segunda fase previa recursos da ordem de R$ 1,59 trilhão em uma série de segmentos, como: transportes, energia, cultura, meio ambiente, saúde, área social e habitação, e seria a grande marca do governo Rousseff. Não obstante o referido Programa ter contribuído para o aumento da taxa de investimento em proporção ao PIB, cerca de 20,5%, conforme o **Gráfico 15**, percebe-se que seu impacto foi muito pequeno na formação bruta de capital fixo do período. O que então explica esse pífio desempenho da FBCF?

Gráfico 15 - Evolução da taxa de investimento entre 1999 a 2017



Fonte: IBGE

Em uma economia nacional, a *taxa de investimento* refere-se à parcela representada pelo investimento no total da produção, medido pela relação entre a formação bruta de capital fixo e o PIB a preços correntes. A *formação bruta de capital fixo* refere-se à ampliação da capacidade produtiva futura de uma economia por meio de investimentos correntes em ativos fixos, ou seja, bens passíveis de utilização repetida e contínua em outros processos produtivos, por tempo superior a um ano, sem serem consumidos ao longo desses processos. Trata-se, portanto, de acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do país.

No período entre 2003 e 2010, a formação bruta de capital fixo cresceu acompanhando a trajetória ascendente da economia influenciada pelo setor externo em um primeiro momento e pela dinâmica interna em um segundo. Isto é, entre 2003 e 2006, 5,7% do PIB, entre 2007 e 2010, 9,0% do PIB. Nesse mesmo período, a taxa de investimento foi de 17,1% do PIB, entre 2003 e 2006, e de 19,2% do PIB entre 2007 e 2010. É importante ressaltar que, mesmo no auge do ciclo expansivo internacional, a taxa de investimento registrada na economia brasileira ficou bem abaixo tanto dos países desenvolvidos quanto dos BRICS. Isso mostra que tanto a política econômica como a forma de inserção no mercado externo constituíram-se obstáculos para a ampliação dos investimentos na economia, ficando restritos à dinâmica dos setores da economia engajados no setor externo. A elevação para 19,2% no período subsequente, dentro da estratégia do segundo governo Lula da Silva, mostrou que uma redefinição da estratégia em direção ao fortalecimento do mercado interno seria a chave para o crescimento econômico em novas bases.

Acontece que, no período 2011 a 2014, os investimentos continuaram crescentes, dentro da estratégia do PAC II, mas sem impactar na formação bruta de capital fixo. Pode-se explicar esse descompasso da seguinte forma. Em primeiro lugar, os investimentos do PAC II estavam contabilizados no quadro de expansão da capacidade produtiva anterior. Por sua vez, qualquer impacto na formação bruta de capital fixo deveria vir com uma expectativa de que a economia se manteria em uma taxa crescente de crescimento. Nos anos de 2011 e 2012, até se poderia vislumbrar esse movimento, já que as execuções das obras ainda do PAC I estavam atrasadas e obras do PAC II e dos grandes eventos estavam sendo executadas em um ritmo acelerado. Contudo, a partir de 2013, uma combinação de vários fatores mostrou que, embora o princípio de uma estratégia focada no mercado interno fosse importante, o planejamento e a condução da estratégia estavam errados.

O primeiro erro foi no campo da política econômica. Não há dúvida de que o tripé macroeconômico se esgotara com a crise internacional, dado que, para sair da crise e retomar seus

respectivos crescimentos, os países baixaram os juros, visando aquecer o mercado interno; desvalorizaram suas moedas frente ao dólar, promovendo uma verdadeira guerra cambial; e repensaram sua política fiscal.

Já no segundo mandato de Lula da Silva, uma mudança na condução da política econômica estava sendo executada, como foi mencionado. Essa mudança estava focada na política fiscal. No primeiro mandato, Lula da Silva manteve-se fiel ao ajuste fiscal, gerando amplos superávits primários como forma de controle rigoroso da inflação, em conjunto com a política monetária baseada em juros elevados, cujo objetivo era controlar os preços relativos.

No início do segundo mandato, embora as taxas de juros ainda permanecessem altas, apresentavam uma tendência consistente de queda. Isso, combinado com os respectivos saldos primários do setor público em queda e devidamente comportados, constituiu um ambiente favorável para mudanças tópicas na condução da política econômica. O que ocorreu, na verdade, durante o segundo mandato de Lula da Silva, foi uma tentativa de política econômica de retomar o ideário do desenvolvimento, porém sem quebrar o processo de acumulação de capital por meio da lógica das "finanças".

A manutenção, também nesse período de taxas de juros em patamares elevados comparativamente ao mercado global, era apenas mais um indicativo de que a política de crescimento econômico que poderia levar à conformação de um modelo de desenvolvimento sustentado ainda não estava no centro da estratégia global do País, uma vez que continuou refém dos interesses do sistema financeiro.

A política econômica anticíclica do governo, especialmente, após a crise de 2008, foi bem-sucedida, já que a demanda interna substituía a demanda externa como determinador do crescimento econômico. Em resumo, Lula da Silva, sem romper com a estratégia liberal, dava uma roupagem "desenvolvimentista" à política econômica. Nessa, a intervenção mais forte do Estado na economia, com a recuperação de sua capacidade de investimento e orientação dos investimentos privados para ampliar a infraestrutura básica do país, constituía-se como determinante do crescimento econômico.

O problema é que esse desenho começou a se esgotar a partir de 2011. Ante a esse esgotamento, o governo Rousseff optou por uma política econômica em que o papel da política fiscal foi reduzido em favor da política monetária.

Assim, devido à rápida recuperação observada em 2010, a preocupação com a aceleração inflacionária fazia-se presente dentre os *policymakers*. Isto posto, houve mudanças no arranjo de política econômica, com reversão da política fiscal expansionista dos anos anteriores, paralelamente ao início da redução da taxa de juros pelo Banco Central. O superávit primário foi ampliado e houve contenção do ritmo de crescimento das despesas.

Somam-se a essa conjuntura, a partir do final de 2011 e início de 2012, as condições internacionais que começaram a mudar drasticamente, tornando-se cada vez mais adversas. A crise da Zona do Euro combinou-se com desaceleração da economia chinesa e uma recuperação muito lenta dos EUA, com impacto negativo na atividade doméstica. A política monetária manteve o viés expansionista, com o início de um ciclo de rápida redução da taxa básica de juros, combinada com a redução dos *spreads* bancários empreendida por uma intensa concorrência dos bancos públicos com os privados, por meio de expressiva redução das taxas de juros das suas diversas linhas de crédito. Em meados de 2012, deu-se nova inflexão da política fiscal com uma atuação mais expansionista.

O conjunto de medidas adotadas de estímulo à atividade, a partir de 2012, passou a ser conhecido como "Nova Matriz Macroeconômica". Esse desenho de política econômica combinou, além das políticas fiscal e monetária expansionistas, um regime cambial menos flexível, a política industrial voltada para subsidiar os grandes grupos oligopólios nacionais e estrangeiros e a política de crédito para financiamento do consumo das famílias.

O resultado disso está exposto no **Gráfico 14**. Ou seja, uma forte desaceleração da economia. Mas, como isso pode ser explicado, se o objetivo era justamente o contrário, garantir o crescimento econômico focando no mercado interno?

A resposta está na combinação da perda de controle da política fiscal com aumento das despesas e contínuo gasto público, e com problemas extraeconômicos (os subsídios não se transformaram em empregos e crescimento, os recursos do setor público serviram na verdade para fins parasitários, os quais, por sua vez, se tornaram escândalos de corrupção). Além disso, há o esgotamento do próprio modelo de inserção econômica internacional que, com a crise internacional, os preços das *commodities* em queda e a diminuição do ritmo das compras, aumentou a vulnerabilidade externa brasileira, expondo uma estrutura produtiva estruturalmente regressiva, caracterizada por uma desindustrialização relativa, especializada em produtos primários e dependente tecnologicamente.

Essa regressão teria sido provocada por dois preços macroeconômicos fundamentais que ficaram por muito tempo fora do lugar, a taxa de juros elevada e a apreciação da taxa real de câmbio, para as quais a política fiscal expansionista teria contribuído[1]. Em resumo, a desaceleração do primeiro governo Rousseff tornou-se recessão no segundo, o que contribuiu, não exclusivamente, como argumento para o seu *impeachment*.

1.3.3 Finanças públicas

A mudança do cenário internacional e a acentuada melhora das contas externas do país, entre 2003 e 2007, também implicaram resultados mais favoráveis para a trajetória da dívida pública. Analisando o **Gráfico 16**, pode-se extrair as seguintes conclusões.

Gráfico 16 - Dívida líquida do setor público (em % PIB), entre 1995 e 2016

Fonte: STN

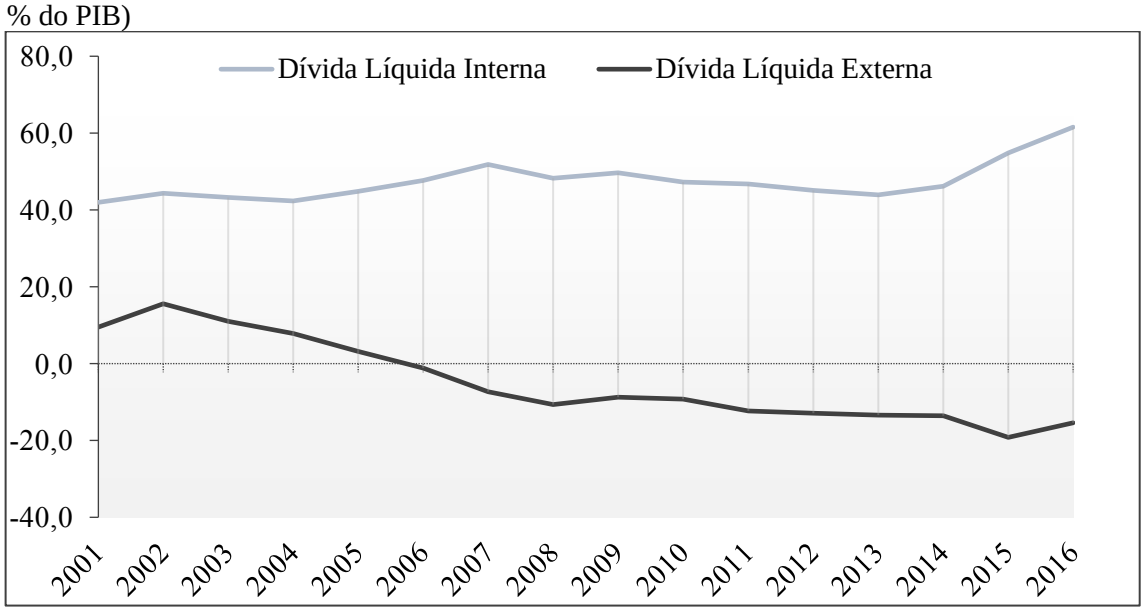
No período de 2003 a 2008, os superávits da balança comercial e a política de obtenção de superávits fiscais primários, acima de 4,25% do PIB, especialmente entre 2003 e 2006, reduziram a dívida líquida total do setor público como proporção do PIB de praticamente 60,0% para 37,6% (2002-2008).

No contexto do período indicado, pode-se destacar quatro aspectos da respectiva redução da dívida. Em primeiro lugar, a redução das taxas de juros, iniciadas em 2004, combinada com o crescimento da economia e a manutenção da apreciação cambial, foi decisiva para a trajetória descendente.

[1] Sobre esse argumento, consultar: BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política do novo desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

O segundo aspecto da redução relativa da dívida líquida foi a queda sistemática da dívida externa em todos os anos a partir de 2003. Essa redução pode ser visualizada no **Gráfico 17**, o qual mostra a decomposição da dívida líquida entre dívida interna e dívida externa.

Gráfico 17 - Dívida líquida do setor público distribuída entre dívida interna e dívida externa (em % do PIB)



Fonte: STN

De acordo com o **Gráfico 17**, a linha da dívida líquida externa saiu de aproximadamente 13,0% em 2002 para -19,2% como proporção do PIB. A explicação decorre do fato de que a dívida líquida externa foi substituída pela dívida líquida interna, em que esta salta de 44,4% em 2002 para 61,6% em 2016 como proporção do PIB, mostrando uma trajetória de crescimento ao longo do período.

O terceiro aspecto é que a redução da dívida líquida externa se deve diretamente aos grandes saldos da balança comercial, como demonstrado anteriormente. Os respectivos saldos possibilitaram ao governo aumentar suas reservas em dólares e pagar parte do principal da dívida externa. O saldo das reservas internacionais do Brasil saltou de US$ 85,8 bi em 2006 para mais de US$ 380,0 bi até outubro de 2017, conforme o Banco Central[2].

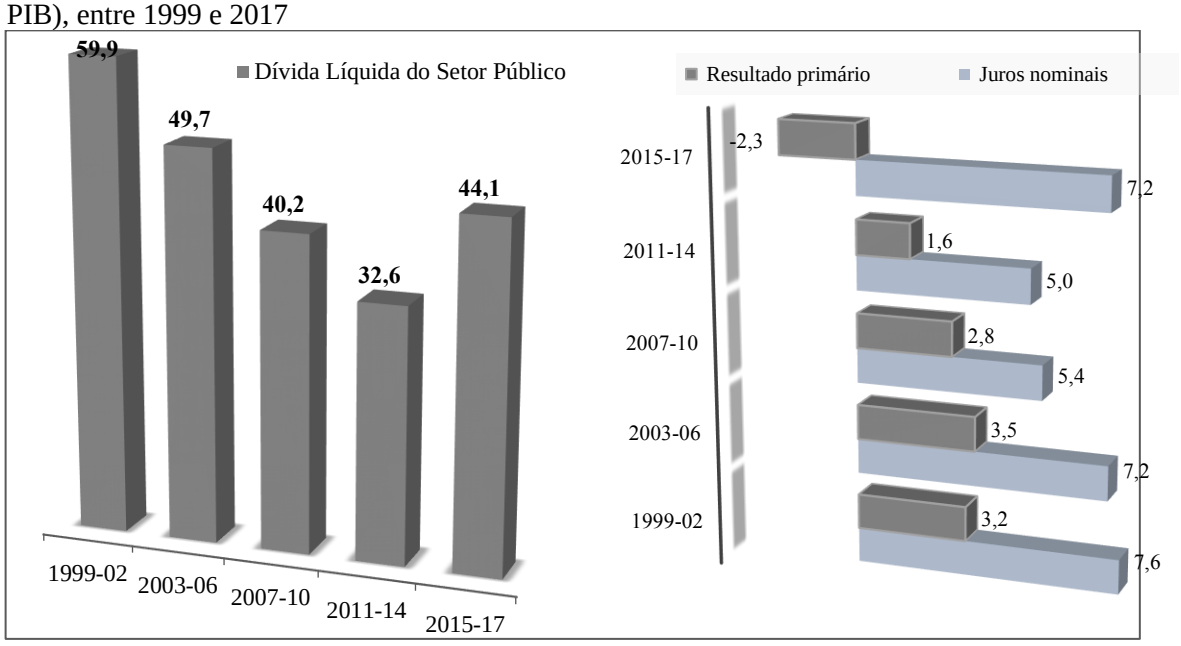
Dessa forma, a contrapartida da redução da dívida externa é o aumento da dívida interna. Ou seja, como já foi mencionado, houve uma troca de dívida externa, de prazo maior e juros menor, por dívida interna, de prazo menor e taxas de juros maior. Soma-se a isso, a apreciação do real, impulsionada pelos saldos do comércio exterior e pela entrada de capitais em busca de taxa de juros mais elevada, os quais também colaboraram para a redução da dívida líquida externa.

O quarto aspecto, por fim, está relacionado ao salto da dívida líquida interna, tanto em termos de valores absolutos – cerca de R$ 4,0 trilhões em 2017 – quanto em proporção ao PIB – próximo de 77%, conforme dados de projeção do Banco Central do Brasil para o mesmo ano.

O **Gráfico 18** mostra a participação da dívida líquida total do setor público em proporção ao PIB, tomando por base as médias quadrienais entre 1999 e 2014 e a média 2015-2017.

[2] Ver: BACEN. Composição das Reservas Internacionais do Brasil. Quadro Sinóptico. Anos 2006 a 2017.

Gráfico 18 - Participação média da dívida pública, resultado primário e juros nominais (em % PIB), entre 1999 e 2017



Fonte: BCB

Em resumo, o que se pode deduzir sobre a dívida líquida total do setor público é que, enquanto o país se beneficiou do ciclo expansivo da economia mundial, ela reduziu-se na esteira dos superávits da balança comercial, do crescimento das reservas cambiais e de políticas fiscal e monetária restritivas com amplos superávits primários e taxas básicas de juros elevadas. A melhora nas contas externas, a partir de 2003, afetou positivamente, seja direta ou indireta, a sua trajetória.

Ao propiciar oferta excedente de dólares, a apreciação cambial permitiu que o governo aumentasse suas reservas e implementasse uma troca de dívida externa por dívida interna. Por ambos caminhos, os superávits comerciais foram responsáveis pela redução da dívida externa, tanto em termos absolutos quanto relativos, isto é, como proporção ao PIB. Dessa forma, a relação dívida total/PIB reduziu-se, apesar de a relação dívida interna/PIB ter aumentado significativamente.

Contudo, na medida em que a crise econômica se abateu, especialmente, a partir de 2015, verificou-se o retorno do aumento da dívida total em proporção ao PIB, como exposto no **Gráfico 14**, bem como as trajetórias tanto da dívida externa quanto interna, conforme demonstrado nos gráficos anteriores.

1.4 **Economia do Maranhão**: formação, desenvolvimento e desempenho recente – 2002-2016

Nesse tópico, analisa-se a estrutura e a dinâmica da economia do Maranhão, tomando por base PIB *per capita*, taxas de crescimento (produto e emprego), estrutura setorial no PIB, principais investimentos e composição da renda. Divide-se a análise em três tópicos. No primeiro, aborda-se uma breve história da formação econômica do Maranhão. No segundo, discute-se a dinâmica da economia maranhense nas décadas de 1980 e 1990. Por fim, analisa-se a dinâmica do crescimento da economia maranhense entre 2002 e 2016.

1.4.1 Formação econômica do Maranhão

Alberto Arcangeli (1987, p. 92-106) analisou a formação econômica do Maranhão em quatro fases: a) conquista e povoamento inicial; b) inserção na divisão internacional do trabalho; c) "involução" econômica; d) inserção na divisão nacional do trabalho.

A inserção do Maranhão na divisão internacional do trabalho deu-se, a partir da segunda metade do século XVIII, por meio da exportação de três produtos: o algodão, o arroz e o couro. Essa fase foi impulsionada, por meio da intervenção direta da Metrópole que, mediante a política do Marquês de Pombal, reorientou a economia do Maranhão, constituindo a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Inicia-se, assim, o modelo exógeno de acumulação, no quadro econômico mercantil-escravista colonial.

A Companhia foi criada em 1755 e extinta em 1778. Contudo, teve sua importância para a inserção do Maranhão no comércio Atlântico. Encarregou-se de estabelecer e generalizar a escravidão, sistematizar a cultura do algodão e do arroz, especialmente ao introduzir uma nova espécie de grão – o tipo Carolina – que substituiu em 1765 o arroz vermelho nativo; financiou sementes, escravos, ferramentas e equipamentos de beneficiamento da produção, proporcionando, portanto, àquela parte da colônia, até então não produtora de mercadorias, capitais necessários à geração interna de valor.

Dos três produtos apontados acima, o mais importante, sem dúvida, foi o algodão. A Europa, com a industrialização em gestação na Inglaterra, havia tornado grande mercado para essa fibra, uma vez que a acumulação de capital produtivo passara a centrar-se na atividade têxtil. Entre os tradicionais abastecedores da matéria-prima para aquela atividade estavam as colônias inglesas da América do Norte. Contudo, com a guerra de independência e a consequente formação dos Estados Unidos, no último quarto do setecentos, desarticulou-se o abastecimento da indústria têxtil inglesa. Esse quadro propiciou os avanços da organização produtiva algodoeira no Maranhão, tornando-o um importante fornecedor da fibra para a indústria europeia. De acordo com Mesquita (1987, p. 58), 1760 é o ano em que ocorreu a primeira exportação de algodão maranhense.

Entretanto, como demonstra um estudo sobre o comércio marítimo do Maranhão ao longo do século XIX (PAULA; SIVA, 2009), este sempre foi um exportador marginal de algodão para a Europa. Seu comércio sobressaía-se justamente quando os EUA não supriam a indústria inglesa. É dentro desse contexto que Furtado caracterizou a produção algodoeira naquele período de "falsa euforia" exportadora maranhense (1979, p.89-92). Ou seja, a exportação de algodão era dependente da redução da oferta norte-americana. Um exemplo é a Guerra Civil nos EUA (1860-65), quando esta cessou o abastecimento, novamente a Inglaterra voltou-se para o Maranhão. Essa relação volátil foi a tônica ao longo do oitocentos. Em nenhum momento, houve uma elevação da produção de algodão no Maranhão. Essa permaneceu constante, especialmente, ao longo da segunda metade do século XIX (PAULA; SILVA, 2009).

A partir da última década do século XIX, o Maranhão entrou em uma fase de decadência econômica. A abolição da escravidão encontra o Maranhão em situação adversa de mercado para seus produtos e sem reserva de trabalho livre. Os escravos libertos, dada a existência de terras livres, preferem fugir das fazendas e estabelecer atividades autônomas de subsistência. A Lei de Terras, promulgada desde a década de 1850, que estabelecia poderosos obstáculos ao acesso à propriedade, de modo a evitar o êxodo de trabalhadores das grandes *plantations*, não consegue ser aplicada no Maranhão (ARCANGELI, 1987, p. 98-100).

Sem condição de criação de um mercado interno de trabalho e de produto, após o corte de ligação com o mercado externo, não restou outra alternativa à economia maranhense que não a regressão à subsistência, pelo desmembramento da grande propriedade e pela proliferação das pequenas propriedades em áreas novas. Os escravos libertos assumiram essa produção de subsistência, no cultivo de suas próprias roças. Surgiu, então, uma economia de pequenos lavradores, dedicados prioritariamente à produção alimentar para o autoconsumo, policultura e fundada no trabalho familiar (Idem).

Não obstante a regressão à produção de subsistência, a cotonicultura, nessa fase, não desapareceu como atividade econômica no Maranhão. Mantém-se em baixo nível de acumulação e sua presença, inclusive, dá origem ao parque têxtil local, a partir das duas últimas décadas do século XIX. A pecuária também continua como uma atividade importante, mantendo as características de extensividade e mobilidade espacial, e seu progresso não é atingido pelos efeitos da abolição, dada a exiguidade de seus requerimentos de trabalho.

Uma atividade que se destacava nesse momento era o cultivo da cana. Desde a década de 1850, os fazendeiros ao lado da produção de algodão, invertia parte de seu capital no cultivo da cana. Um

estudo aponta que esse foi um dos fatores – mas não único – que impediam a expansão do algodão em períodos de redução da oferta norte-americana no mercado internacional. Na década de 1860, começaram a florescer engenhos de açúcar, o que demandava certo investimento inicial. Com essas inversões para a cana e, de acordo com os Relatórios dos Presidentes de Província, em especial, os das décadas de 1860, a noção dos fazendeiros sobre sua situação no mercado internacional do algodão via na redução da oferta do principal país exportador uma oportunidade de ganho, sem expansão da sua produção (PAULA; SILVA, 2009).

É também nessa fase que se dá o surgimento de um novo produto: o babaçu. Por meio dele, o Maranhão ensaiou nova inserção no mercado externo. As primeiras exportações de babaçu datam de 1910. Entretanto, a atividade extrativista da coleta desse coco, fruto de uma palmeira encontrável em parcela significativa do território maranhense, somente passou a ter efetivo peso econômico nas décadas de 1940 e 1950, quando o parque industrial incorporou pequenas unidades de prensagem para a extração do óleo da amêndoa do babaçu (ARCANGELI, 1987).

Na década de 1940, iniciou-se a inserção do Maranhão na divisão nacional do trabalho. Essa inserção foi se efetivando aos poucos na década de 1950 com a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), e no regime militar com a criação das Superintendências de Desenvolvimento Macrorregionais (SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia etc.), resultado da consolidação do novo modelo de acumulação assentado na indústria de bens de capital e na articulação de capitais entre a Avenida Paulista e as demais regiões do país. Desse modo, São Paulo vai ditando o movimento de integração do mercado nacional, por meio da demanda de seu polo industrial concentrado.

No período entre 1940 e 1970, passou a ter importância comercial crescente a exploração do babaçu (produção e exportação de óleo alimentar e cosmético que chegou a ser o maior item da pauta de exportações do estado no período) e as plantações de arroz irrigado e de sequeiro. A baixa produtividade na produção do óleo de babaçu e na produção de arroz explica o processo de decadência enfrentado pelas duas culturas a partir do final da década de 1970, premidas, por dois fatores, a saber: de um lado, pelo desenvolvimento tecnológico do cultivo de arroz irrigado baseado em mecanização no sul do país, na Argentina e no Uruguai; de outro, no barateamento relativo do óleo de soja e de palma que, além de pesquisa e inovação tecnológica sistemáticas, teve a seu favor o cultivo especializado em larga escala e por meio de lavoura mecanizada, ao passo que o babaçu continuou a ser explorado de forma extrativista e em grandes extensões do território (ARCANGELI, 1987).

A partir da segunda metade da década de 1970, começou no Maranhão a fase dos grandes projetos, que vão sobrepondo-se, à base da pecuária extensiva e da economia camponesa tradicional, fixar os contornos socioeconômicos atuais do estado. Os grandes projetos foram desenhados por meio do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento – Governo Geisel, 1974-1978), dentro dos objetivos do *Projeto Grande Carajás*, com a instalação da Companhia Vale do Rio Doce na Ilha do Maranhão, o aproveitamento da estrada de ferro existente e a instalação da Alumar (consórcio multinacional voltado à produção e exportação de alumínio em lingotes), além da expansão, com incentivos e subsídios federais e estaduais de projetos agroindustriais, tais como eucalipto e bambu para celulose, pecuária bovina, cana de açúcar e álcool (HOLANDA, 2009).

Esses projetos foram instalados acoplados às obras de infraestrutura com grandes investimentos governamentais, tais como: construção de rodovias, em especial a BR-135 que, associada à BR-316, interliga São Luís ao Nordeste; e Linhas de Transmissão de energia elétrica – "Linhão" Tucuruí (PA) – São Luís (MA), dentre outras, determinando a expansão da atividade portuário-industrial e das outras indústrias ali instaladas.

A instalação de guserias no Maranhão e no Pará levou também, a partir do início da década de 1980, à expansão da atividade de desmatamento voltado à produção de carvão, que impactou de forma significativa as regiões central e leste do estado. Mais recentemente, a diminuição da oferta de madeira proveniente de matas nativas do Pará e Maranhão e as crescentes restrições interpostas pela legislação ambiental estão trazendo investimentos no estado com vistas à produção de carvão, por meio de reflorestamento de eucalipto (HOLANDA, 2009).

Ao final da década de 1970, uma nova frente de ocupação econômica se delineia, com o avanço da agricultura graneleira mecanizada (principalmente soja, mas também milho, arroz e algodão) no sul do estado, a partir da região de Balsas. Ao final da década de 1980, teve lugar novo avanço de um segundo polo de agricultura graneleira mecanizada, agora na região leste do estado (nas microrregiões de Chapadinha e do Baixo Parnaíba).

Em resumo, a partir década de 1980, a dinâmica econômica do Maranhão passou a ser determinada pela chegada dos chamados grandes projetos mínero-metalúrgicos, com destaque para a Alumar – indústria de base operando no beneficiamento da bauxita oriunda do Pará, produzindo alumina e alumínio; e o Projeto Grande Carajás envolvendo três estados: Pará, Maranhão e Tocantins – extração de minérios, principalmente de ferro da Serra dos Carajás (PA), sendo transportadas por trem da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), através da Estrada de Ferro Carajás até o Porto da Ponta da Madeira, em São Luís, para exportação. Os produtos do complexo mínero-metalúrgico e a soja passam a constituir, então, determinantes para a reinserção do Maranhão no mercado externo; não obstante, contribuindo pouco para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e refém dos ciclos internacionais de *commodities*.

1.4.2 A dinâmica da economia maranhense nas décadas de 1980 e 1990

Ao contrário do que ocorreu na região Nordeste e no país, na década de 1980, a economia maranhense exibiu um forte crescimento na renda, que se expandiu à taxa de 8,3% a.a., comparada ao pífio desempenho do país (2,3% ao ano) e mais que o dobro da expansão do PIB nordestino – 3,3% ao ano – conforme a **Tabela 2** (PAULA; HOLANDA, 2011).

Tabela 2 - Médias geométricas anuais de crescimento do PIB setorial e por atividades econômicas selecionadas – Brasil, Nordeste e Maranhão – 1980/1999

Atividade econômica	1980-90			1990-99		
	BR	NE	MA	BR	NE	MA
Agropecuária	**3,1**	**1,5**	**-2,5**	**3,1**	**0,2**	**-1,6**
Indústria	**1,0**	**1,0**	**10,4**	**1,7**	**3,2**	**2,1**
Extrativa mineral	7,4	6	15,9	4,9	0,1	X
Transformação	0,6	-1,6	3,4	0,9	2,9	1,5
Energia elétrica, gás e Abastecimento de água	6,4	7	9,2	3,9	4,7	4,2
Construção	-0,4	3	14,6	2,2	4,9	3,1
Comércio e Serviços	**3,3**	**4,6**	**9,3**	**2,3**	**2,8**	**2,1**
Comércio (inclusive restaurantes e hospedagem)	1,1	1,7	6,3	2,3	1,4	3,6
Transporte, armazenagem	3	7,2	11,6	3,8	4,7	3,3
Comunicações	14,4	12	16,5	9,7	14	11,7
Administração Pública	**1,8**	**5,3**	**9,7**	**1,5**	**2,6**	**1,3**
Total	**2,3**	**3,3**	**8,3**	**2,1**	**3,6**	**1,4**

Fonte: IBGE/SIDRA (LIMA, 2005); (PAULA; HOLANDA, 2011)

O que acentua ainda mais o contraste, de acordo com a **Tabela 2**, é que, do ponto de vista da distribuição setorial, houve aumento do dinamismo da expansão industrial, ainda que este não tenha constituído um desdobramento natural da estrutura industrial preexistente. Desagregada a performance industrial por grupos de atividades, é possível perceber que a maior parcela do impulso de crescimento veio da indústria Extrativa Mineral (15,9% a.a.) e da Construção Civil (14,6% a.a.), refletindo a forte concentração de investimentos públicos e privados envolvidos na instalação dos grandes projetos Companhia Vale do Rio Doce e Alumar. No que diz respeito à indústria de transformação, esta avançou apenas 3,4% a.a, refletindo o quadro mais geral da economia brasileira, caracterizado por descontrole inflacionário, regressão salarial e desorganização do crédito público e privado.

No plano nacional e no plano regional, a chamada "década perdida", marcada pelo encilhamento financeiro do Estado e pelas repetidas crises cambiais, significou nos dois casos uma regressão da ordem de dois pontos percentuais no peso da indústria de transformação na estrutura produtiva, como demonstrado na **Tabela 3**.

Tabela 3 - Composição do valor adicionado setorial e por grupos de atividade econômica – BR, NE e MA – 1985, 1990 e 2000

Períodos	1985			1990			2000		
	BR	NE	MA	BR	NE	MA	BR	NE	MA
Agropecuária	**7,7**	**11,7**	**19,9**	**7,7**	**11,5**	**19,6**	**8,5**	**10,7**	**16,8**
Indústria	**44,9**	**40,5**	**23,2**	**43,6**	**39,5**	**25,3**	**43,9**	**37,7**	**26,3**
Extrativa mineral	3,1	5,8	X	3,2	5,9	X	4,3	3	X
Transformação	31,5	22,6	16,1	29	20,5	17,6	28,1	21,4	17,8
Energia elétrica, gás e Abastecimento de água	2,9	2,3	1,4	3,4	3	2,4	3,8	3,1	3
Construção	7,4	9,8	5,8	8	10,1	5,3	7,7	10,2	5,5
Comércio e Serviços	**47,8**	**52,9**	**56,9**	**49,1**	**55,1**	**55,1**	**47,6**	**50,4**	**56,8**
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais	6,7	7,9	6,1	6,8	8,6	6,2	6,8	7,7	7,2
Alojamento e alimentação	1,2	1,7	1	1,4	2,1	0,8	1,3	1,6	0,8
Transporte e armazenagem	1,6	1,6	1,3	1,7	2,1	3,7	1,9	2,3	4,7
Comunicações	0,7	0,5	1	1	0,8	1,1	2,1	2	2,6
Intermediação financeira	6,5	3,4	2,7	6,4	3,9	3,1	6,2	3,7	3,4
Aluguéis e serviços às empresas	8,7	9,3	4,5	9,4	8,3	4,7	9,6	7,4	5,1
Saúde e educação mercantis	2,5	2,7	4,9	2,4	2,9	4,3	2,2	2,4	4,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,3	1,2	1,1	1,5	2,1	1	1,3	1,6	0,9
Serviços domésticos	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4
Administração Pública	**18,2**	**24,2**	**33,8**	**18**	**23,7**	**29,6**	**15,8**	**21,3**	**27,7**
V. A. Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: IBGE, Contas Nacionais e Contas Regionais, base 1985 (PAULA; HOLANDA, 2011)

No caso do Maranhão, houve, ao contrário, uma ampliação da participação setorial da indústria, embora concentrada nos serviços industriais de utilidade pública (abastecimento de eletricidade e de água, com mais de um ponto percentual) e extrativa mineral (que deve ter absorvido quase que a esmagadora parcela do crescimento da indústria de transformação, de 1,5 pontos no período). Mesmo com essa expansão, no primeiro ano da década de 1990, a composição setorial do PIB maranhense evidenciava uma estrutura econômica menos diferenciada que a da região Nordeste e do país. Enquanto no Maranhão a indústria perfazia 25,3% do PIB (contra 39,5% na região NE e 43,6% no país), a agricultura respondia por 20% (contra 11,5% na média do NE e 7,7% no país) e os serviços abrangiam 56,1% (comparados a 55,1% na região NE e 49,1% no país). O pequeno peso da produção industrial é reflexo do ainda pequeno adensamento das atividades industriais, típicos de uma economia na qual cerca de 60% da população se encontra em domicílios rurais.

No que diz respeito ao setor de maior peso na estrutura produtiva, o de comércio e serviços, o setor líder na década de 1980 foi o grupo de atividades Comunicações (expansão de 16,5% a.a.) e Transportes e Logística (11,6% a.a.). Certamente esse consiste em um resultado funcional do ponto de vista dos grandes blocos de investimentos industriais realizados na década.

Do ponto de vista do peso na estrutura produtiva, o destaque ao longo da década esteve na ampliação da participação das atividades reunidas sobre a rubrica transportes e logística (salto de 2,4 pontos). Destaque também para o elevado peso das atividades de Administração Pública que eram responsáveis por cerca de 30% das atividades produtivas (comparados a 24,2% pontos na região Nordeste e a 18,0% pontos para a média do país).

A década de 1990 marcou uma mudança na orientação estrutural da economia brasileira e influenciou decisivamente a região nordestina e o Maranhão. Assistiu-se a uma acelerada abertura

comercial, ao enxugamento das atividades estatais e ao predomínio da orientação anti-inflacionária em relação ao crescimento econômico. A economia brasileira tornou-se mais aberta.

Como demonstrado na **Tabela 2**, o Nordeste, menos aberto ao comércio exterior, perdeu espaço na nova orientação e viu o diferencial de crescimento em relação ao país encolher-se (crescimento de 3,6% médio ao ano, contra 2,1% do Brasil). A atividade industrial perdeu na região o papel de indutora do crescimento (1,2% de crescimento anual para a indústria de transformação), passando a ser liderada pelos segmentos de Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública, não obstante alguns estados tenham sido bem-sucedidos durante a década na atração de empresas, especialmente do setor têxtil e calçadista, como, por exemplo, o Ceará e o Rio Grande do Norte. A atividade agrícola continuou perdendo terreno (avanço de 0,2% a.a.), sem que a ação estatal pudesse sustentar a atividade (2,6% ao ano).

Um aspecto importante a respeito da economia maranhense na década de 1990 foi a escassez ou nenhum dinamismo da melhora no cenário macroeconômico nacional pós-Plano Real. A década de 1990 foi condicionada pelo esgotamento do ciclo de investimentos que se maturou no estado na primeira metade da década de 1980, com a instalação do complexo metalúrgico-logístico Vale-Carajás, Alumar e Porto do Itaqui, e pelo aprofundamento da crise fiscal que se abateu sobre o estado. Como consequência, ao longo daquela década, a economia maranhense expandiu-se 1,4% ao ano (contra 2,1% no nível nacional e 3,6% no nível regional), ou seja, a renda do estado do Maranhão cresceu menos do que teria sido necessário para manter estável sua renda *per capita*.

A crise fiscal, por sua vez, teve suas raízes no ajuste fiscal prévio ao lançamento do Plano Real (1993-1994), que restringiu as transferências constitucionais para os estados e municípios (Fundo Social de Emergência), implicou na federalização da dívida mobiliária estadual (doravante onerada por pesados encargos reais) e na privatização do antigo BEM (Banco do Estado do Maranhão). Como consequência, houve a redução da capacidade de financiamento de investimentos públicos e privados no estado.

Já o aprofundamento da crise fiscal no estado, na segunda metade da década de 1990, pode ser explicado a partir de dois fatores: primeiro como reflexo da crise fiscal na esfera federal (devido à grande dependência do Maranhão em relação às transferências de recursos federais); segundo, por meio dos impactos da desaceleração da economia maranhense sobre a arrecadação de receitas próprias do estado, ainda mais se considerar-se que os grandes projetos exportadores, já em plena operação naquele período, tinham poucos efeitos multiplicadores sobre o emprego e sobre a geração de impostos.

A contração dos gastos públicos refletiu nas restrições decorrentes da incapacidade do governo do estado em aproveitar as novas bases de tributação criadas com os desdobramentos produtivos da década anterior, as quais seriam agravadas a partir de 1996 pela entrada em vigor da Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), que permitiu a desoneração de ICMS dos produtos básicos e semimanufaturados destinados à exportação (HOLANDA, 2009). Outro fator explicativo importante para as dificuldades da década de 1990 foram as condições macroeconômicas adversas que se seguiram à estabilização monetária, por meio da política de juros reais de 20% ao ano em média (restringindo a demanda doméstica) e do câmbio valorizado (afetando a competitividade das exportações).

A produção industrial no Maranhão, uma vez esgotado o impulso da instalação dos projetos da área de mineração e não ferrosos, evoluiu a 2,1% ao ano, em um padrão de estagnação, cuja liderança passou a ser dos setores de serviços industriais de utilidade pública (água e energia, 4,2% a.a.) e Construção Civil (3,2% a.a.). A Indústria de Transformação expandiu-se, durante essa década, à taxa de 1,5% ao ano, menos da metade do indicador na década de 1980. Entretanto, o aspecto mais importante para explicar o mau desempenho da economia maranhense na década de 1990 está relacionado à estagnação dos gastos públicos de uma maneira geral, não apenas os gastos em formação bruta de capital fixo, mas também as despesas correntes. Na **Tabela 3**, percebe-se que a atividade "Administração Pública" reduziu sua taxa de crescimento de 9,7% na década anterior para 1,3% a.a. de expansão nos anos 90.

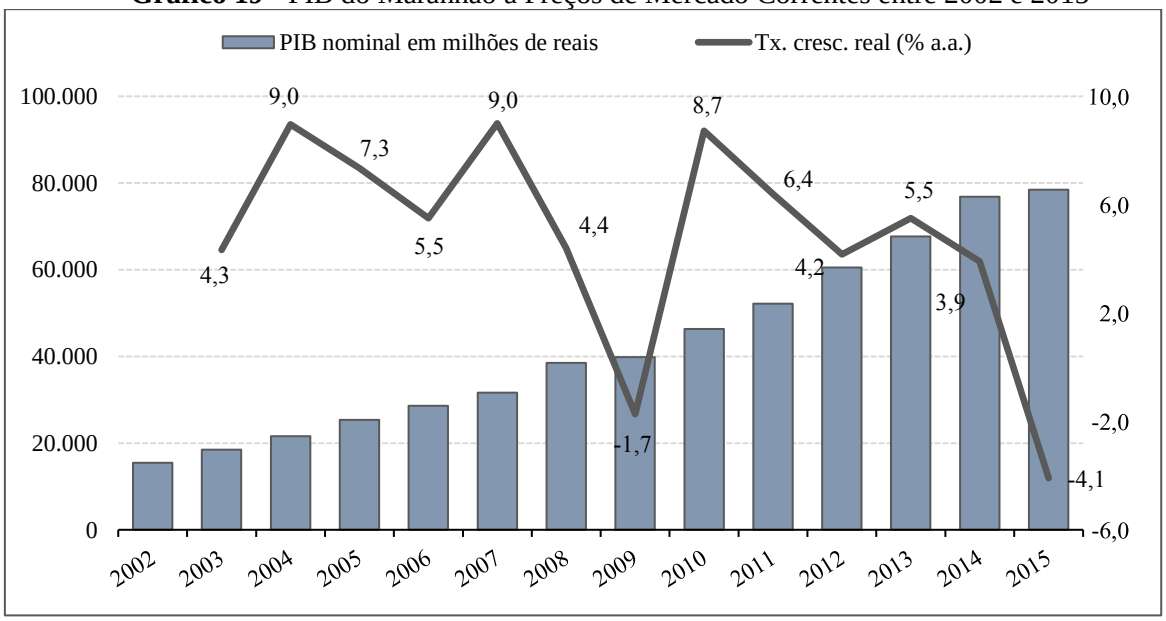
Para agravar mais a situação, o estado enfrentou duas grandes secas naquela década, as quais acentuaram o quadro recessivo, em 1992/93 e, particularmente, em 1998/99. Como resultado de uma sucessão de anos ruins do ponto de vista climático, assistiu-se, no final da década, a um *débâcle* na

produção agropecuária, a qual registrou um decréscimo anual da ordem de 1,6%, não obstante a incorporação de novas áreas para a agricultura comercial (na região de Balsas, no Sul do estado e no Nordeste do estado, na região de Chapadinha) (HOLANDA, 2009).

1.4.3 A dinâmica do crescimento da economia maranhense entre 2002 e 2016

Na primeira década do século XXI, a economia maranhense demonstrou resistência, após ter saído de um ciclo de baixo crescimento na década anterior, também conhecida como década perdida (HOLANDA, 2008). Essa nova dinâmica foi proporcionada, sobretudo, pela bonança internacional nesse período, por meio da valorização dos preços das principais commodities agrícolas, minerais e metálicas. No **Gráfico 19** tem-se o PIB do Maranhão a preços correntes, entre 2002 e 2015. Observa-se que, excluindo-se o ano de 2009 (no qual se teve aprofundamento da crise financeira mundial), a taxa anual de expansão da economia maranhense de 5,3% ao ano saiu de R$ 15,4 bilhões para R$ 78,4 bilhões a preços de mercado em 2015.

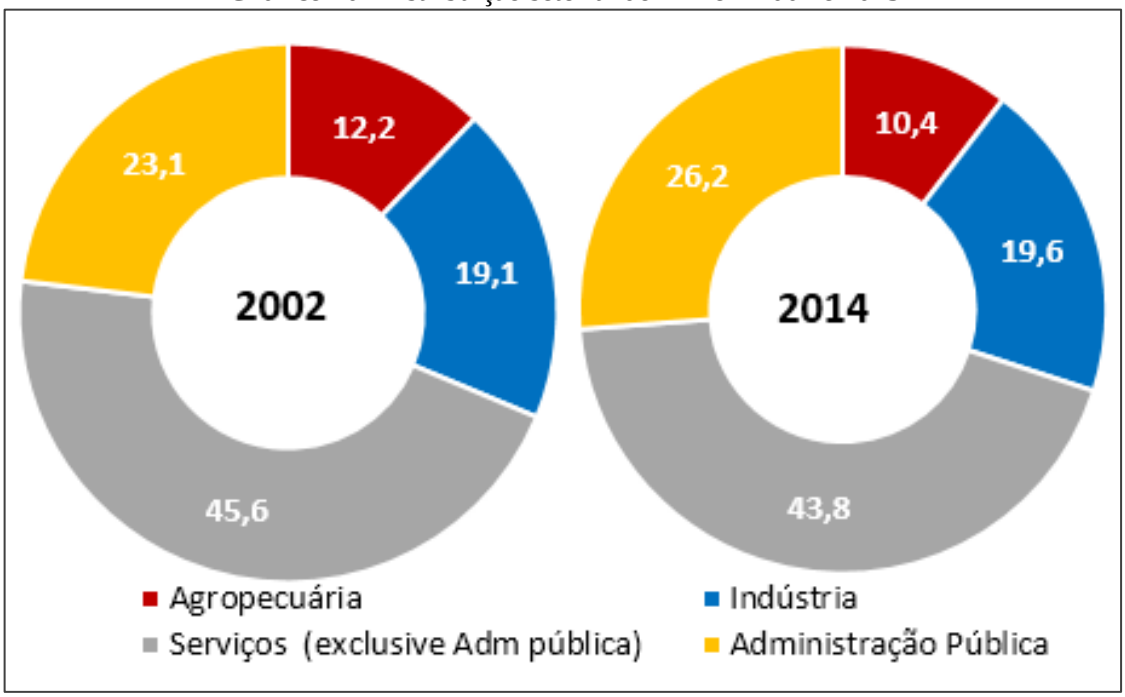
Gráfico 19 - PIB do Maranhão a Preços de Mercado Correntes entre 2002 e 2015



Fonte: IBGE/IMESC

Os setores mais dinâmicos no período foram os de Serviços e Administração Pública, como se verifica no **Gráfico 20**. O ganho de participação, nesse intervalo de tempo, a despeito do encolhimento da Agropecuária e da Indústria, acompanhou a tendência nacional, impulsionando diretamente os serviços de transporte e comércio.

Gráfico 20 -Distribuição setorial do PIB em 2002 e 2015

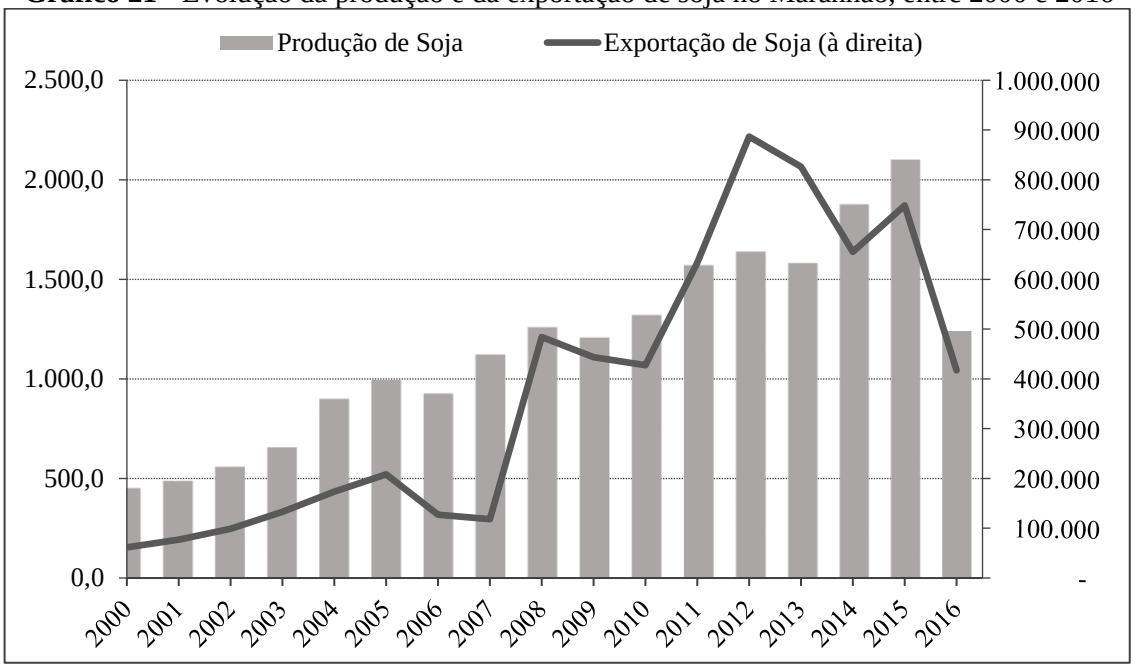


Fonte: IBGE/IMESC

Não se pode falar da dinâmica do PIB estadual sem esgotar as fontes determinantes do crescimento nesse período. Sob a ótica externa, aparece a exportação das *commodities* agrícolas (especificamente soja) e minerais, as quais abarcam os complexos de ferro, alumínio e ferro. Os fatores internos dividiram-se em: aumento de recursos destinados ao financiamento imobiliário, juntamente com o Programa Minha Casa Minha Vida, dinamizando a Indústria da Construção Civil estadual; ganhos reais das famílias maranhenses, tanto sob a perspectiva dos programas sociais de transferência de renda e valorização do salário mínimo quanto do impulso do mercado de trabalho; e, finalmente, crescimento das transferências constitucionais que beneficiaram estados e municípios, aumentando a força da Administração Pública em ambas as esferas.

Analisando a primeira fonte, os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal mostram que a produção de soja, principal *commodity* agrícola exportada no período, cresceu 10,6% ao ano na série histórica de 2002 a 2014, enquanto as exportações avançaram 17,1% no mesmo período, atendendo, de forma especial, à demanda chinesa. Para entender a magnitude da demanda externa sobre a produção de soja, mostra-se que a produção saiu de 455 mil toneladas em 2000 para 1,2 milhões de toneladas em 2016, após ter alcançado um pico de 2,1 milhão de toneladas em 2015, como evidencia-se no **Gráfico 21**. A desaceleração observada no último ano deveu-se, principalmente, a fatores climáticos (fenômeno *El Niño*) e problemas de praga nas lavouras do estado, situação que tende a ser revertida neste ano. Ainda assim, os ganhos trazidos para as regiões produtoras têm modificado a economia local. Entretanto, a continuidade deste modelo impõe severas perdas ao Estado, tanto em termos de geração de empregos, renda e capacidade de arrecadação.

Gráfico 21 - Evolução da produção e da exportação de soja no Maranhão, entre 2000 e 2016

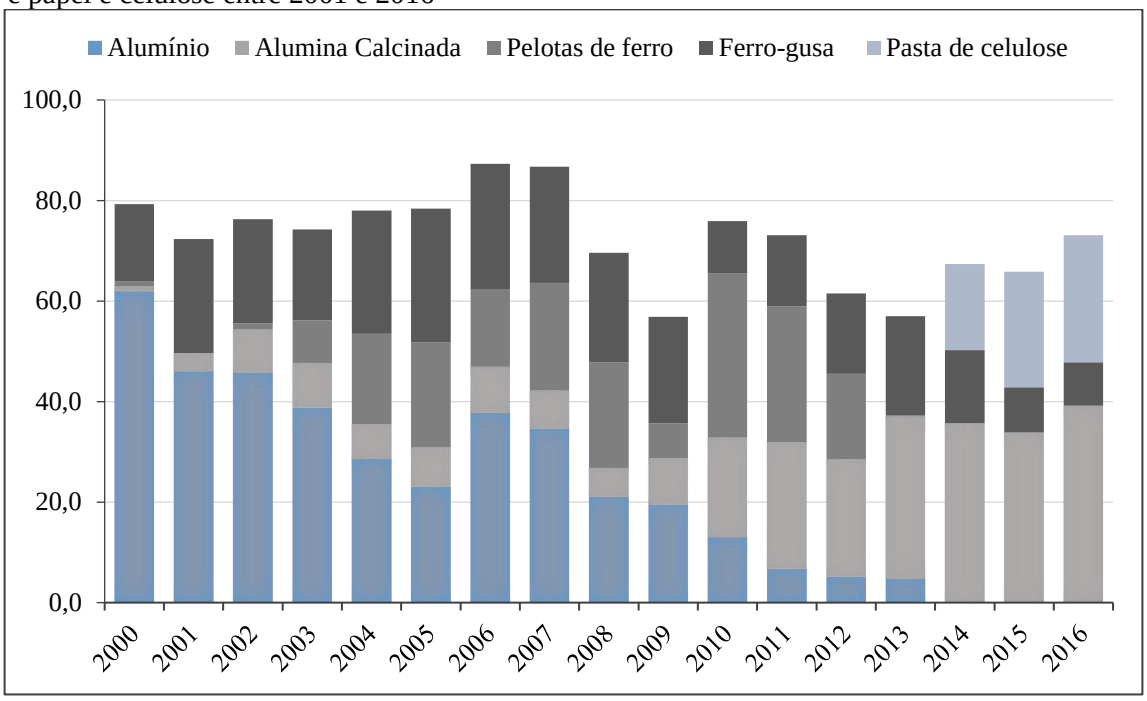


Fonte: IBGE/IMESC

Ainda sob a ótica externa, observa-se contínuo crescimento das exportações do complexo de alumínio (composto por alumínio e alumina calcinada) até o ano de 2016, crescendo 4,5% ao ano. No complexo de ferro, as exportações totais de pelotas de ferro e ferro-gusa registraram expansão média anual de 5,5% no mesmo período. A despeito do desempenho, duas considerações precisam ser feitas: i) no caso do complexo de alumínio, o avanço observado do agregado não mostra as modificações que ocorreram internamente no setor, isso porque, em 2000, as exportações de alumínio representavam 98,3% do complexo e, desde 2015, este deixou de ser exportado, concentrando as exportações em alumina calcinada; ii) quanto ao complexo de ferro, no início da década, as exportações concentravam-se em ferro-gusa, mas foram perdendo participação para as pelotas de ferro, que chegaram a representar 65,6% das exportações em 2011. Entretanto, com a desativação da usina de Pelotização da Vale, essas exportações reduziram-se a zero em 2015.

No aspecto estrutural das exportações maranhenses, o **Gráfico 22** mostra que em 2000 as *commodities* minerais metálicas representavam 79,3% da pauta de exportação, predominantemente, alumínio e ferro fusa. Ao longo da década, essas composições sofreram alterações acentuadas. Por exemplo, em 2016, esses dois complexos representavam apenas 47,8%, quando acrescenta-se a pasta de celulose, produto recentemente incluído na pauta de exportações, o peso dos quatro principais produtos exportados alcança 73,1%.

Gráfico 22 - Evolução da exportação de alumínio, alumina calcinada, pelotas de ferro, ferro-gusa e papel e celulose entre 2001 e 2016



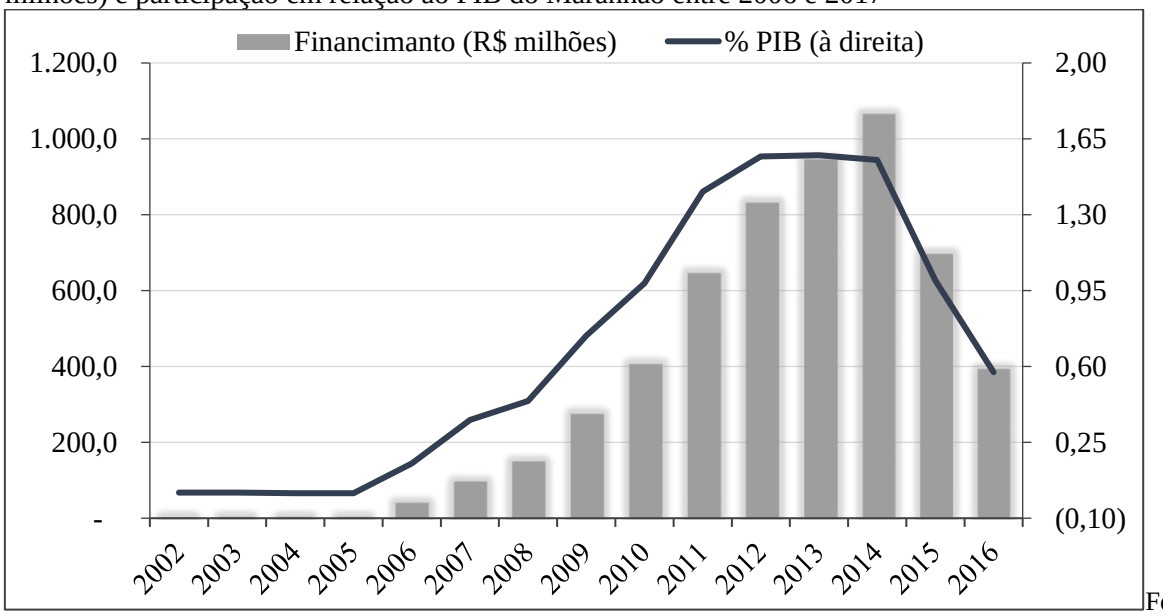
Fonte: IBGE/IMESC

As cadeias produtivas voltadas para a exportação não evoluíram nos últimos 15 anos, muito pelo contrário, registraram encolhimento, como se observa no complexo de alumínio e ferro. Em decorrência da deflação das *commodities* no mercado internacional, priorizou-se a exportação de alumina calcinada, produto de menor valor agregado, eliminando a possibilidade de adensamento dessa cadeia no estado. Quanto ao complexo de ferro, o fechamento da usina de Pelotização, além dos impactos na exportação, resultou na desmobilização de mão de obra local e na depreciação da planta localizada em São Luís, que em 2017 voltou a ser reativada com previsões de retomada capacidade de produção em 2018. Ademais, a queda contínua da participação de ferro-gusa nas exportações vem refletindo o fechamento das guseiras no município de Açailândia e mostra intensificação do desadensamento da cadeia de ferro e aço, a despeito da abertura da Pelotização. As fazendas de eucalipto, antes destinadas à produção de carvão para as guseiras, agora se voltam para a produção de pasta de celulose pela empresa Suzano, mas as estratégias continuam as mesmas: produção de produtos pouco beneficiados para o comércio externo.

Como fatores internos, pode-se destacar a expansão do total de financiamento para aquisição de imóveis residenciais e comerciais no Maranhão. O período de alto crescimento e a estabilidade macroeconômica resultou no aumento das operações de crédito em proporção do PIB e o setor imobiliário foi um dos alvos por duas características: i) elevado déficit imobiliário e ii) necessidade de subsidiar aquisição de imóveis para as famílias de baixa renda, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida – MCVM.

No período entre 2006 e 2016, o volume de financiamento imobiliário cresceu 25,5% ao ano em termos reais, saindo de R$ 40,6 milhões em 2016 para R$ 392,7 milhões, como evidenciado no **Gráfico 23**. É importante ressaltar que em 2014 o montante de recursos destinados para a aquisição de imóveis alcançou uma dimensão nunca vista antes, atingindo R$ 1,064 bilhões, isto é, 1,55% do PIB, desacelerando nos anos seguintes com o acirramento da recessão econômica. As despesas do Governo Federal com os subsídios ao MCMV, criado em 2007, cresceram 14,1% ao ano até 2016, alcançando o equivalente a R$ 70,9 bilhões em 2014.

Gráfico 23 - Evolução do financiamento para aquisição de imóveis residenciais e comerciais (R$ milhões) e participação em relação ao PIB do Maranhão entre 2006 e 2017

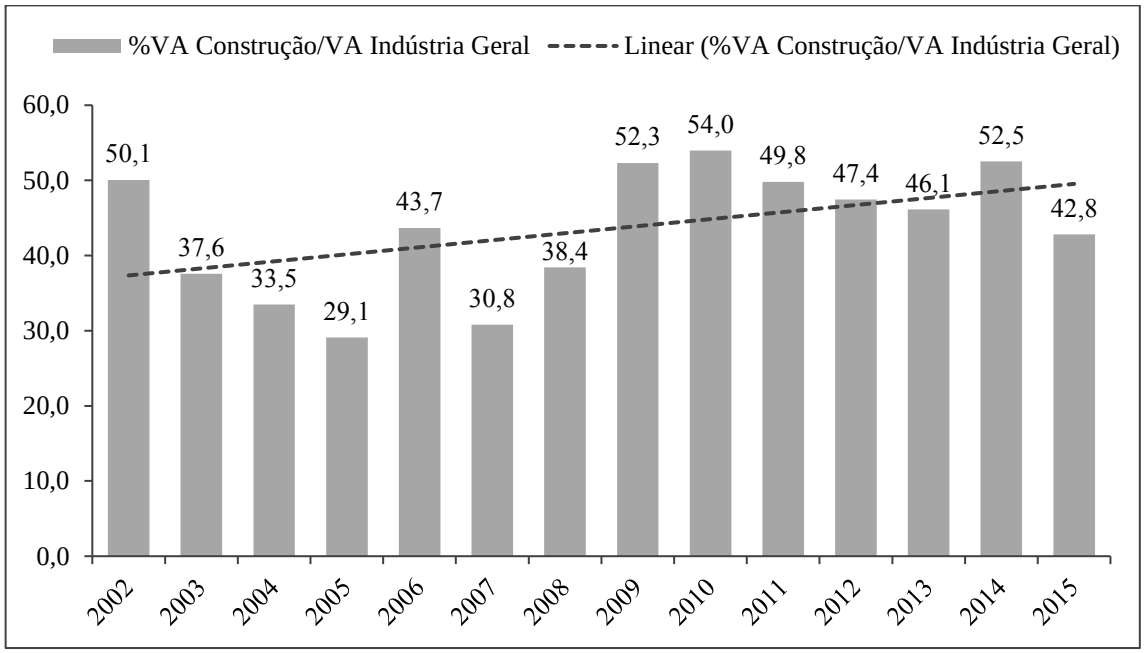


Fonte: Banco Central do Brasil

Essa nova dinâmica foi a responsável por impulsionar o setor de Construção Civil no estado. O consumo *per capita* de cimento aumentou de 100 kg em 2001 para 240,4 kg no ano de 2013. A dificuldade da produção local em atender à crescente demanda pelo insumo aumentou a importação do produto de outros países, a partir de 2004, em especial da Espanha. No entanto, com a instalação das três fábricas no estado, duas em São Luís (Votorantim e Cimentos do Maranhão – Cimar) e outra em Açailândia (Cimento Verde), observou-se uma mudança no perfil da oferta interna.

Curiosamente, a despeito do crescimento contínuo das obras imobiliárias e de infraestrutura, refletidas no consumo aparente de cimento, a participação do Valor Adicionado pela Construção Civil ao Valor Adicionado da Indústria parece ter voltado exatamente ao nível de 2002. O resultado não significa dizer que não houve modificações ao longo da série, visto que em 2005 a participação da Construção Civil no Valor Adicionado da Indústria recuou para 29,1%. A partir do ano seguinte, começou a crescer de forma contínua, refletindo o bom o desempenho do setor. Alcançou o peso máximo em 2010 (54,0%), entretanto, entrou em desaceleração a partir de 2011. Outro apontamento importante é que a participação elevada da Construção Civil mostra baixa diversificação da indústria maranhense, o que implica diretamente em um contingente elevado de ocupados no setor, apesar do baixo grau de formalização, tendo em vista que prevalecem as relações informais.

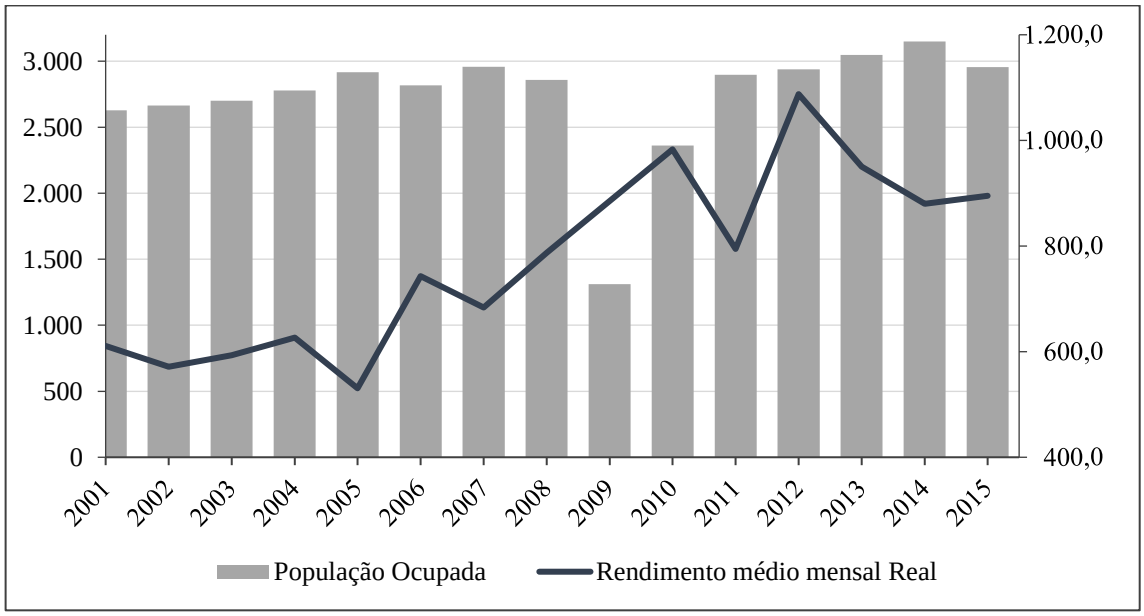
Gráfico 24 - Participação do Valor Adicionado pela Indústria da Construção Civil no Valor Adicionado da Indústria Geral 2002 e 2014



Fonte: IBGE/IMESC

Outro fator interno foi o aumento do rendimento médio induzido pela dinâmica do mercado de trabalho, da valorização real do salário mínimo e do aumento da transferência de renda. Os dados de ocupação da PNAD (2015) mostram um incremento anual de 2,9% da população ocupada, sendo que o emprego formal registrou no mesmo período expansão de 4,4% a.a. A população ocupada total (População Economicamente Ativa) cresceu para 2.995 mil em 2015 ante 1.914 mil em 2000, elevando o rendimento médio real para R$ 895,00, isso após ter alcançado um pico de R$ 1.087,61 em 2012.

Gráfico 25 - Evolução da população ocupada e do rendimento médio real da população ocupada no Maranhão entre 2001 e 2015



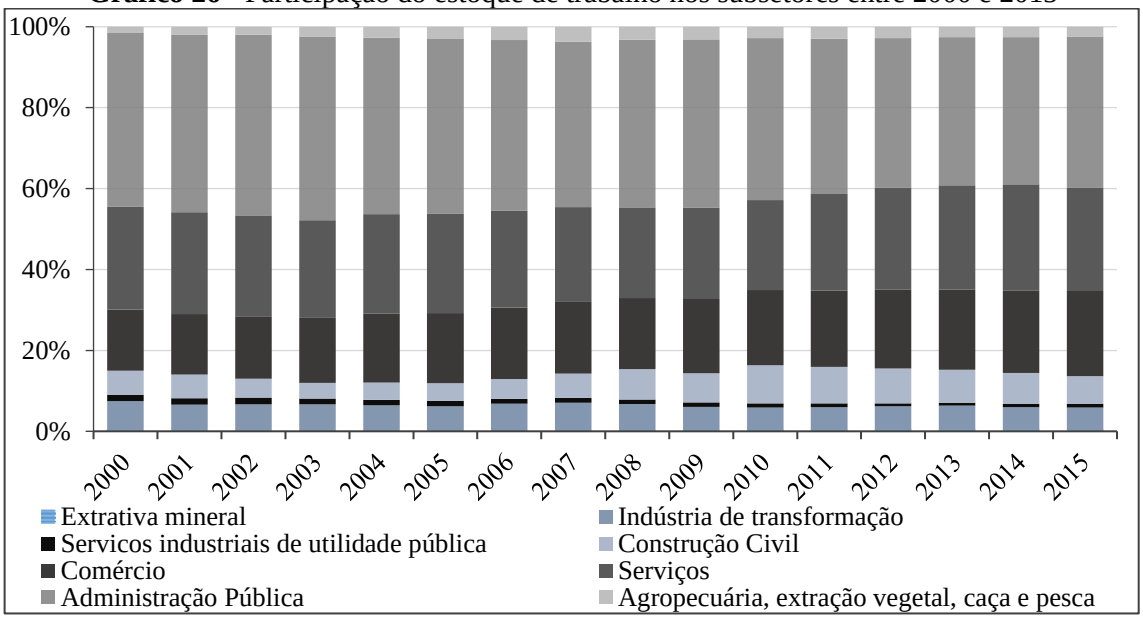
Fonte: IBGE/IMESC

Os setores mais dinâmicos do Mercado de Trabalho formal ao longo desses 15 anos foram os setores da Construção Civil, Agropecuária, Comércio, refletindo as transformações desses setores no período analisado. O estoque total de empregos cresceu de 284,7 mil para 700,2 mil, somando celetistas e estatutários. A Agropecuária foi o setor que registrou o maior crescimento no estoque de empregos entre 2000 e 2016, com uma taxa de expansão da ordem de 9,2% a.a., não obstante o elevado grau de mecanização das monoculturas, mostrando que se trata de uma atividade intensiva em mão de obra.

Na Construção Civil, a intensidade em mão de obra é mais elevada, embora o mercado de trabalho formal não reflita o grau de precarização, as contratações sem carteira assinada tomaram uma dimensão exponencial, principalmente pelas subcontratações ocorridas durante o período de aquecimento do setor. Inclusive, nesse cenário de crise, iniciado em 2015, foi o setor que registrou a maior desmobilização de postos de trabalhos.

No comércio, fica evidente o ganho de participação nos postos de trabalhos formais ainda que seja o setor no qual se concentram as menores remunerações. Entretanto, o aumento da massa salarial, assim como as boas condições de crédito, por meio do estímulo ao consumo, foram determinantes para a expansão dessa atividade e, consequentemente, para a expansão no número de empregos do setor.

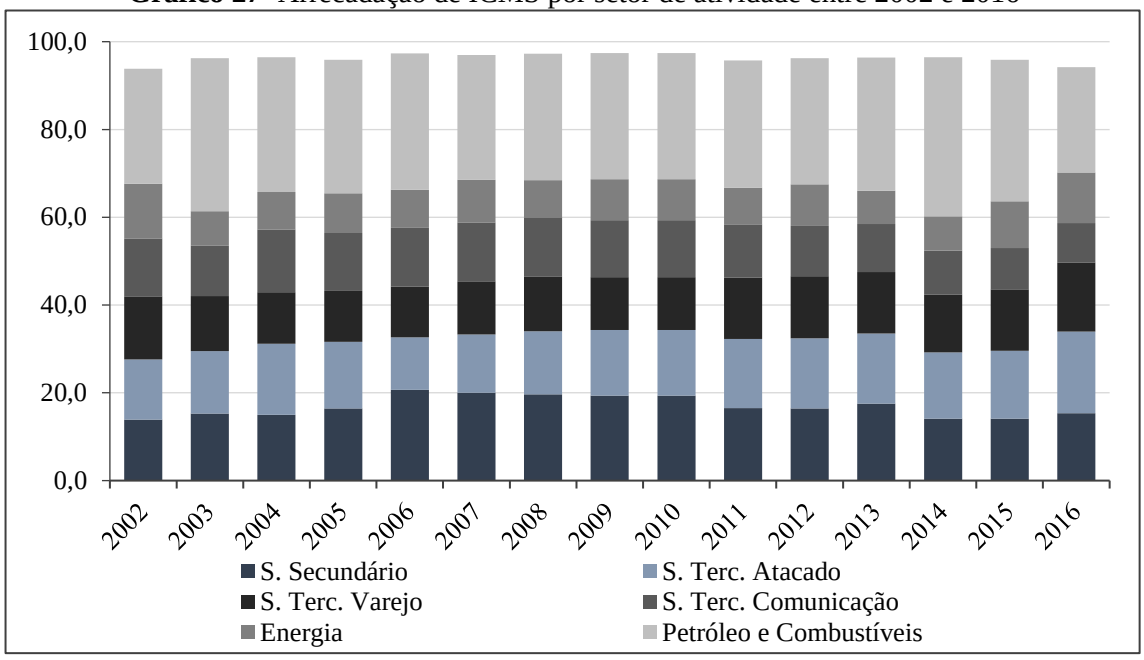
Gráfico 26 - Participação do estoque de trabalho nos subsetores entre 2000 e 2015



Fonte: IBGE/IMESC

O crescimento dos setores da Agropecuária e Construção Civil, ainda que tenham elevado a renda da população, não tiveram participação efetiva significativa na arrecadação de ICMS, que no período saiu de R$ 2,3 bilhões em 2002 para R$ 5,1 bilhões em 2016. O comércio varejista e atacadista foram as atividades que mais contribuíram para arrecadação do tributo no estado, perfazendo 34,3% em 2016. Ainda assim, nesse ano, 69,8% da arrecadação de ICMS estava concentrada em quatro atividades: comércio varejista, atacadista, energia e petróleo e combustíveis. Esse é mais um indicativo da baixa diversificação produtiva do Maranhão, elevando o grau de dependência das transferências do Estado.

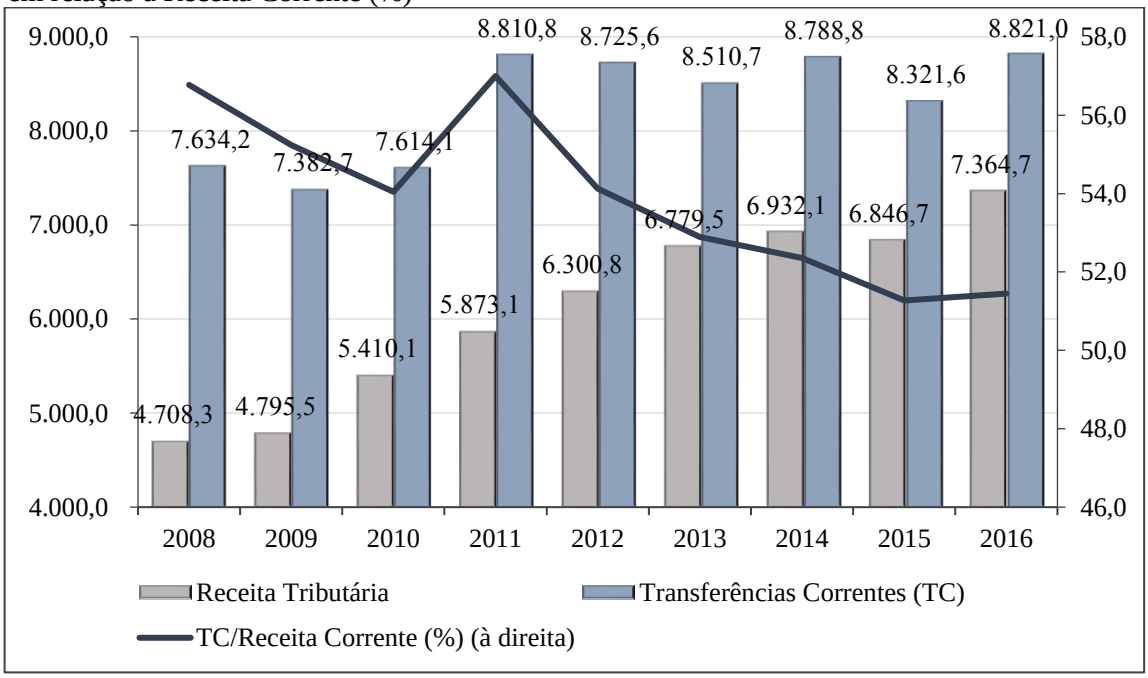
Gráfico 27 -Arrecadação de ICMS por setor de atividade entre 2002 e 2016



Fonte: SEFAZ/MA

O crescimento da arrecadação do principal tributo que compõe as receitas tributárias do estado (ICMS) reduziu a relação transferências correntes por receitas correntes, como evidenciado no **Gráfico 28**, mas ainda se mostra insuficiente para mudar o quadro de dependência de receitas, principalmente no nível municipal.

Gráfico 28 - Evolução da Receita Tributária, Transferências Correntes e Transações Correntes em relação à Receita Corrente (%)



Fonte: SEFAZ/MA

Portanto, com base nas considerações elencadas nos parágrafos anteriores, deve-se observar que a criação da RMGSL, na atual configuração espacial, foi estabelecida diante de uma conjuntura de crise econômica que se inicia em nível mundial, a partir de 2008, e nacional, a partir de 2013/14, o que afetou a dinâmica socioprodutiva dos 13 municípios inseridos na RMGSL. Desse modo, o desenvolvimento dos estudos para a elaboração do PDDI tem que necessariamente partir da compreensão dessa dinâmica, considerando que para alavancar o dinamismo econômico é essencial compreender o movimento dos fluxos de capital e construir elementos de atração de investimentos produtivos.

A conjuntura internacional interfere diretamente na configuração socioprodutiva da RMGSL, se for considerado o papel do Porto de Itaqui na participação do PIB de São Luís. Sendo assim, é relevante o papel da estrutura portuária na exportação de *commodities* como elemento determinante, para que o município de São Luís apresente uma predominância na participação do PIB de toda a RGMSL que representa hoje 87,27% (IMESC, IBGE 2018). Com base nesse resultado, pode-se afirmar que o desempenho econômico da RMGSL está ligado diretamente ao movimento de fluxo de investimentos que ocorre em nível global.

À guisa de conclusão, é importante considerar que os objetivos específicos elencados para o estudo em questão estão diretamente vinculados à dinâmica econômica mundial e nacional. Vale considerar também que, dentre os objetivos propostos, é estabelecido um recorte temporal de até vinte anos, permitindo avaliar os impactos econômicos sobre a RMGSL.

2 A ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS DA RMGSL: PRODUTO INTERNO BRUTO E VALOR ADICIONADO

2.1 Introdução

O Valor Adicionado (VA) é o Valor Bruto da Produção (VBP), deduzido do Consumo Intermediário (CI), isto é, "pela ótica do produto, a avaliação do produto total da economia consiste na consideração do valor efetivamente adicionado pelo processo de produção em cada unidade produtiva" (PAULANI; BRAGA, 2007, p. 15). Em outras palavras, o VA mensura o resultado final da atividade produtiva de um país, estado ou município em determinado período de tempo. A distribuição do VA pode ser dividida em três grandes setores: Agropecuária, Indústria e Serviços, sendo que este último abrange a atividade do comércio, com grande representatividade.

Por outro lado, o Produto Interno Bruto (PIB) "[...] mede o total da produção líquida de bens e serviços de uma economia em dado período de tempo[3]" (FEIJÓ; OLINTO, 2013, p. 15). Em outras palavras, o PIB diz respeito à produção de todas as unidades produtoras da economia (empresas públicas e privadas produtoras de bens e prestadoras de serviços, trabalhadores autônomos, governo etc.) em um dado período (ano ou trimestre em geral) a preços de mercado. Essa é a definição geral do PIB, mas vale destacar que existem algumas diferenças na forma de mensurar essa riqueza. No caso do PIB das Unidades da Federação (PIB estadual), com base na referência do System of National Accounts (SNA) 2010,

> [...] em substituição à série referência 2002, foi facilitada pela manutenção dos marcos de referência dos valores correntes, as pesquisas econômicas estruturais anuais do IBGE (Pesquisa Industrial Anual – Empresa, PIA Empresa, a Pesquisa Anual da Indústria da Construção – PAIC, a Pesquisa Anual de Comércio – PAC e a Pesquisa Anual de Serviços – PAS) (IMESC, 2016, p. 30).

Quanto ao PIB dos municípios, o cálculo fundamenta-se na distribuição do VA (a preços básicos) em valores correntes de cada atividade econômica, com base nos resultados obtidos pelas Contas Regionais do Brasil. Assim, o trabalho consiste na

> [...] identificação de variáveis que permitam distribuir o valor adicionado bruto das atividades econômicas de cada Unidade da Federação entre seus respectivos municípios. O nível de desagregação necessário ao cálculo do PIB dos municípios requer maior abertura das mencionadas atividades, chegando-se, especificamente na Agropecuária, no nível de produto (IBGE, 2015, p. 3)

Assim, com base nos conceitos destacados acima, destaca-se a seguir a metodologia do PIB e VA.

2.2 Metodologia de cálculo do PIB

A mensuração do VA das atividades econômicas para os municípios fica assim determinado, segundo o IBGE (2015):

2.2.1 Agropecuária

Destaca-se primeiramente a atividade agrícola, mensurada com base nos indicadores da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE. Os principais produtos utilizados no cálculo são os

[3] A produção líquida é definida como a produção total da economia, excluindo-se os bens e serviços utilizados como insumos para a produção de outros produtos, evitando-se, dessa forma, a dupla contagem (Feijó e Olinto, 2013, p. 15).

seguintes: cultivo de cereais, algodão herbáceo/outras fibras de lavoura temporária, cana-de-açúcar, fumo, soja, laranja, café, lavouras temporárias não especificadas e serviços relacionados à agricultura e cultivo de outros produtos da lavoura permanente. No tocante à Pecuária, o VA é mensurado, segundo os dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), divulgada pelo IBGE com base no efetivo de rebanho e produção por produto da criação de bovinos e outros animais, suínos e criação de aves. Também faz parte da mensuração do VA da Agropecuária a atividade de Produção Florestal, cuja contabilização dá-se por meio do valor da produção gerado nessa atividade. Por fim, a atividade de Pesca e Aquicultura também integra o cálculo do VA da Agropecuária, sendo contabilizados os dados de pessoas ocupadas e o valor da produção por produto.

2.2.2 Indústria

O VA deste setor contempla as atividades de Indústria Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos e descontaminação (SIUP), e Construção Civil. Quanto à Indústria Extrativa Mineral, a metodologia de cálculo considera a quantidade de petróleo produzido, com base nos dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Em relação aos demais produtos dessa Indústria, considera-se o Valor Adicionado Fiscal (VAF) – valor das saídas de mercadorias –, conforme disponibilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão (SEFAZ/MA). No tocante à Indústria de Transformação, o VAF também é utilizado para a mensuração do VA da atividade. O VA da atividade Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana é mensurado, com base na quantidade gerada e consumida e volume faturado, tendo em vista os indicadores da ELETROBRAS, Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e empresas de água e esgoto. Por outro lado, para mensurar o VA da atividade Construção, é feita uma divisão em duas outras atividades: i*) Construção empresas não financeiras*, que tem, como forma de mensuração do VA, os dados de pessoal[4] ocupado na atividade, conforme o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE); e, ii) *Construção famílias*, cuja mensuração do VA dá-se por meio das atividades de Lavouras Temporária e Permanente; comércio varejista; alojamento e alimentação; transporte aquaviário e aéreo; administração pública na esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde privada; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; e serviços domésticos.

2.2.3 Serviços

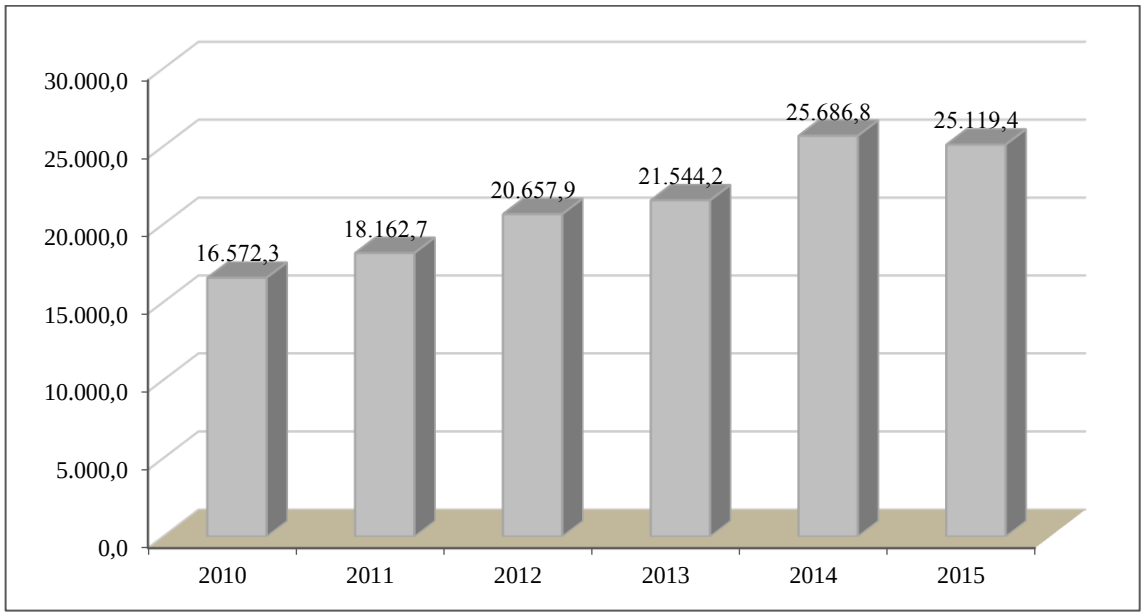
Dentre as atividades que compõem este setor, destaca-se o *Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas*, cujo VA é mensurado, conforme as informações de saídas de mercadorias da SEFAZ/MA. Na seção seguinte, faz-se uma análise do PIB e do VA para a RMGSL como um todo, por setor de atividade, bem como uma análise específica para cada município da região.

2.3 PIB, PIB *per capita* e VA na RMGSL

Dentre os 13 municípios da RMGSL, buscou-se fazer a distribuição do VA por meio da participação de cada município nos três setores destacados anteriormente. A princípio, segue um gráfico que mostra a evolução do VA da RMGSL entre 2010 e 2015 e, posteriormente, apresenta-se a evolução dos três grandes setores.

[4] Em algumas atividades, faz-se necessário analisar os dados da RAIS, tendo em vista que o CEMPRE não contempla todos os municípios maranhenses.

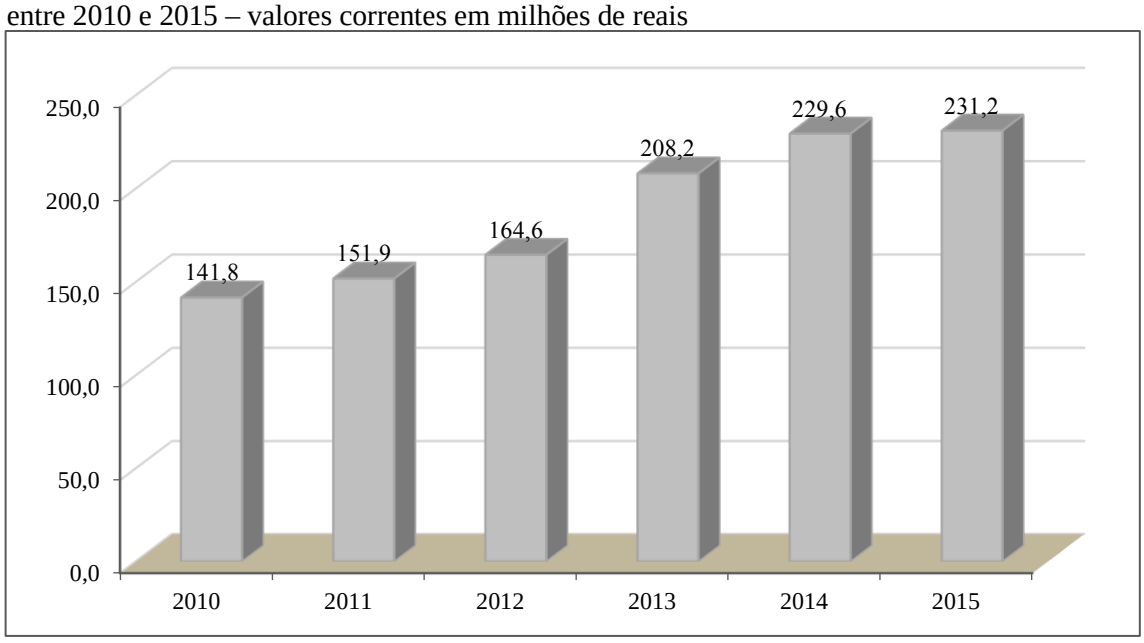
Gráfico 29 - Evolução do VA da Região Metropolitana da Grande São Luís entre 2010 e 2015 – valores correntes em milhões de reais



Fonte: IMESC; IBGE (2017)

Conforme observado no **Gráfico 29**, o VA da RMGSL aumentou substancialmente entre 2010 e 2015. Em 2010, o VA era de R$ 16,6 bilhões, ao passo que em 2014 atingiu o valor máximo de R$ 25,7 bilhões. De 2010 até 2015, os setores que mais contribuíram para o bom desempenho no VA foram a Agropecuária e os Serviços, sendo que a Indústria não cresceu de forma contínua na RMGSL no período analisado. Quanto à Agropecuária, destaca-se a evolução do VA no gráfico abaixo.

Gráfico 30 - Evolução do VA da Agropecuária na Região Metropolitana da Grande São Luís entre 2010 e 2015 – valores correntes em milhões de reais



Fonte: IMESC; IBGE (2017)

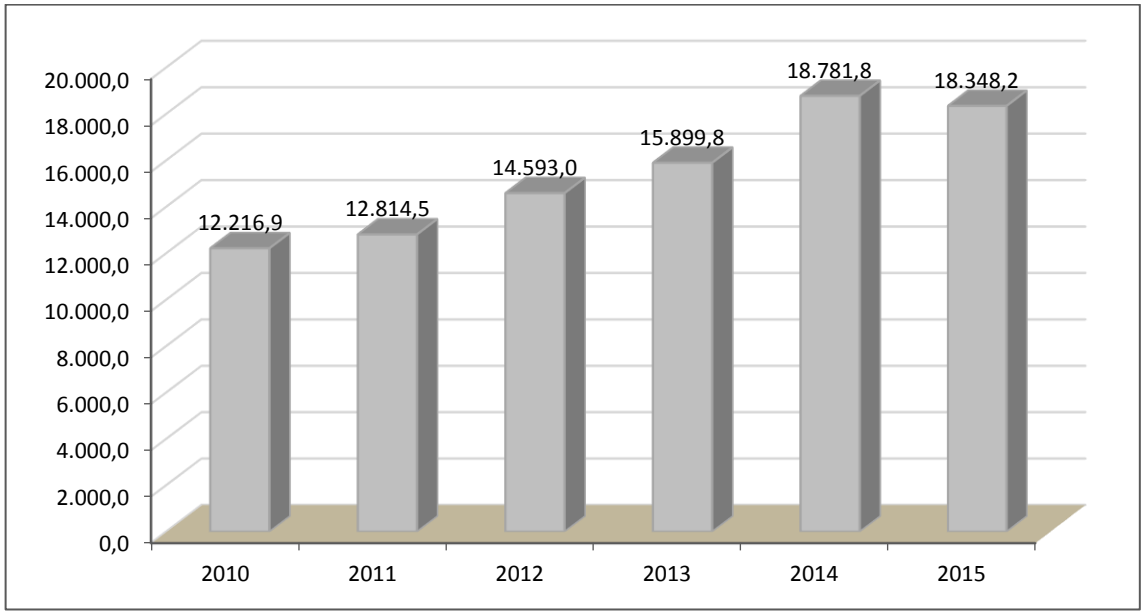
As atividades que compreendem esse setor são: Lavoura Temporária, Lavoura Permanente, Pecuária, Produção Florestal e Pesca e aquicultura. Observa-se no **Gráfico 30** que houve um salto significativo de 2010 até 2015, saindo de R$ 141,8 milhões para R$ 231,2 milhões. Contribuiu para esse resultado, o aumento expressivo da Lavoura Temporária, com destaque para o cultivo de Mandioca que

apresentou entre 2010 e 2014. No caso dessa cultura, a produção na RMGSL saltou de 82,7 mil toneladas (t) em 2010 para 143 mil t em 2015. Os municípios que mais se destacam na produção desse produto são Icatu, Santa Rita, Morros e Cachoeira Grande, cujas posições no *ranking* dos maiores produtores de mandioca, entre os 217 municípios maranhenses em 2015, foram respectivamente 6º, 7º, 16º e 19º.

Outro impacto no crescimento do VA da Agropecuária na RMGSL foi a atividade de Pesca e aquicultura, presente em 11 dos 13 municípios da RMGSL, cujas exceções são Santa Rita e São José de Ribamar. Destaca-se que a produção de Tilápia na RMGSL, por exemplo, representa 35,3% da produção total do estado, ao passo que a produção de Pacu e Patinga representa 17,9%.

No que diz respeito ao setor de Serviços, entre 2010 e 2015, o VA passou de R$ 12,2 bilhões para R$ 18,4 bilhões entre os referidos anos, conforme pode ser constatado no **Gráfico 31**.

Gráfico 31 - Evolução do VA dos Serviços* na Região Metropolitana da Grande São Luís entre 2010 e 2015 – valores correntes em milhões de reais

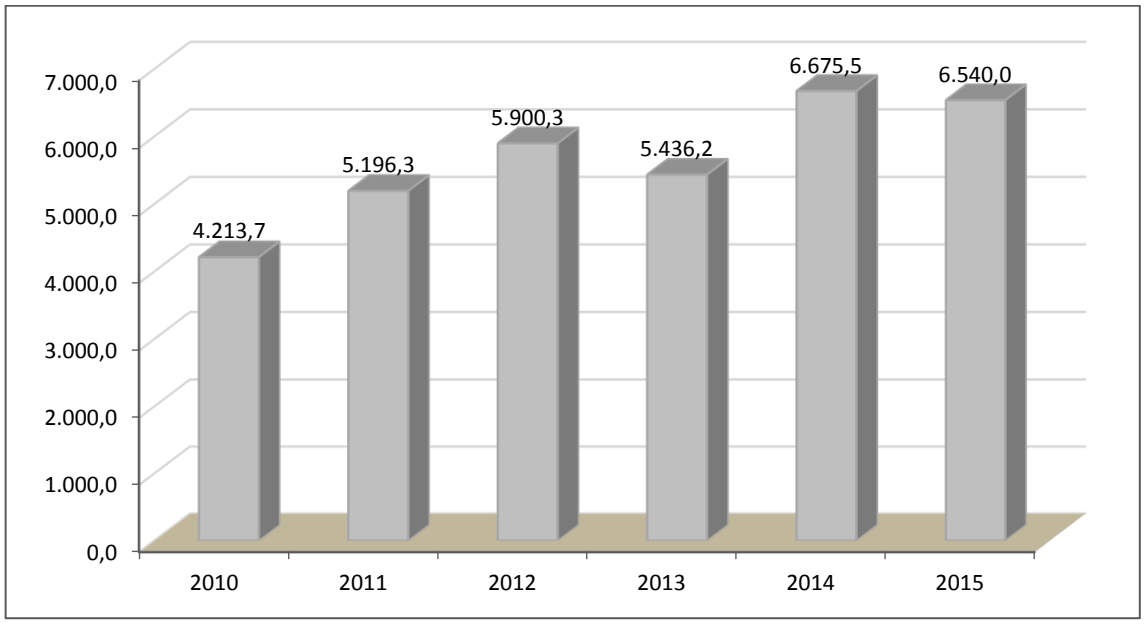


Fonte: IMESC; IBGE (2017)

Nesse setor, a maior concentração encontra-se na Ilha do Maranhão, além dos municípios São José de Ribamar e Paço do Lumiar, devido à influência de São Luís. O peso do setor de serviços da RMGSL no total do estado foi de 37,6% em 2015. Somente a capital São Luís representa 31,9% no total do estado, sendo que os demais municípios metropolitanos representam juntos apenas 5,8% do setor no total do Maranhão. Entre as atividades que compõem esse setor, destacam-se: *Administração Pública (APU)* e *Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas* que, de acordo com a metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o cálculo das contas nacionais, tomando como base o Valor Adicionado Fiscal (VAF), aufere-se que o VA da APU na RMGSL em 2015 foi de R$ 4,2 milhões. Com base nessa mesma perspectiva, destaca-se que o VA da atividade de *Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas* na RMGSL foi de R$ 4,5 milhões.

De acordo com a evolução do VA dos setores da Agropecuária e Serviços, observou-se que eles apresentaram uma evolução contínua entre 2010 e 2015, o que não pode ser dito do setor da Indústria, conforme pode ser constatado no **Gráfico 32**.

Gráfico 32 - Evolução do VA da Indústria na Região Metropolitana da Grande São Luís entre 2010 e 2015 – valores correntes em milhões de reais



Fonte: IMESC; IBGE (2017)

Conforme **Gráfico 32**, o VA da Indústria na RMGSL, apesar de ter aumentado em R$ 2,3 milhões entre 2010 e 2015, não conseguiu manter uma taxa constante de crescimento, quando comparada aos demais setores. O peso desse setor da RMGSL no total do estado foi de 48,9% em 2015. Somente a capital São Luís representa 44,5% no total do estado, sendo que os demais municípios metropolitanos representam juntos apenas 4,4% no total do Maranhão. Entre as atividades que compõem esse setor, destacam-se: *Construção Civil* e *Indústria de Transformação*. De acordo com o VAF, o VA da primeira em 2015 foi de R$ 3,4 milhões, ao passo que o da segunda atividade foi de R$ 2,6 milhões. Para melhor detalhamento da evolução do VA dos três grandes setores econômicos na RMGSL, segue uma tabela com a evolução do mesmo, além dos impostos do próprio PIB.

Tabela 4 - Evolução da participação do VA da RMGSL por setor – valores correntes em R$ milhões

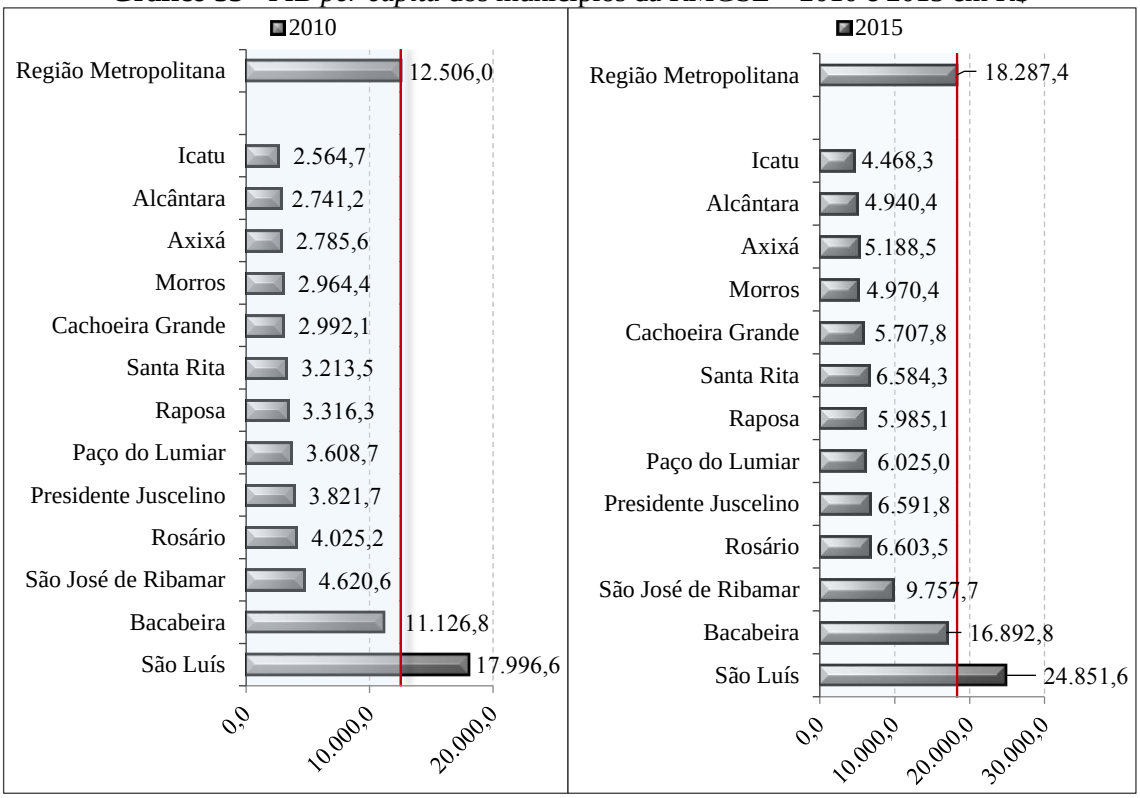
Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços[1]	APU[2]	Impostos	PIB
2010	141,8	4.213,7	9.683,4	2.533,4	3.565,8	20.138,1
2011	151,9	5.196,3	10.083,7	2.730,8	4.237,0	22.399,7
2012	164,6	5.900,3	11.545,1	3.047,9	4.895,9	25.553,8
2013	208,2	5.436,2	12.578,6	3.321,2	4.777,7	26.321,9
2014	229,6	6.675,5	14.976,4	3.805,4	5.441,3	31.128,1
2015	231,2	6.540,0	14.125,0	4.223,3	5.462,1	30.581,5

Fonte: IMESC/IBGE

Segundo constatado na **Tabela 4**, apesar da pouca expressividade, o setor agropecuário evoluiu de forma significativa na RMGSL. Quanto aos Valores Adicionados da Indústria e dos Serviços (Exceto APU), houve uma redução entre 2014 e 2015, fruto da recessão econômica que afetou mais fortemente os setores em questão. No caso da Indústria, essa queda deveu-se, principalmente, à perda de participação na atividade da Construção Civil (-9,7%). Já em relação aos Serviços, entre 2014 e 2015, houve perda de participação nas atividades de Comércio (-1,2%) e Alojamento e alimentação (-0,5%). Assim, o resultado para o setor de Serviços em 2015 só não foi pior por conta da APU, cuja participação aumentou em torno de 3,0 p.p. entre 2014 e 2015.

No tocante ao PIB *per capita* dos municípios da RMGSL, segue o **Gráfico 33** comparando 2010 e 2015.

Gráfico 33 - PIB *per capita* dos municípios da RMGSL – 2010 e 2015 em R$



Fonte: IMESC/IBGE

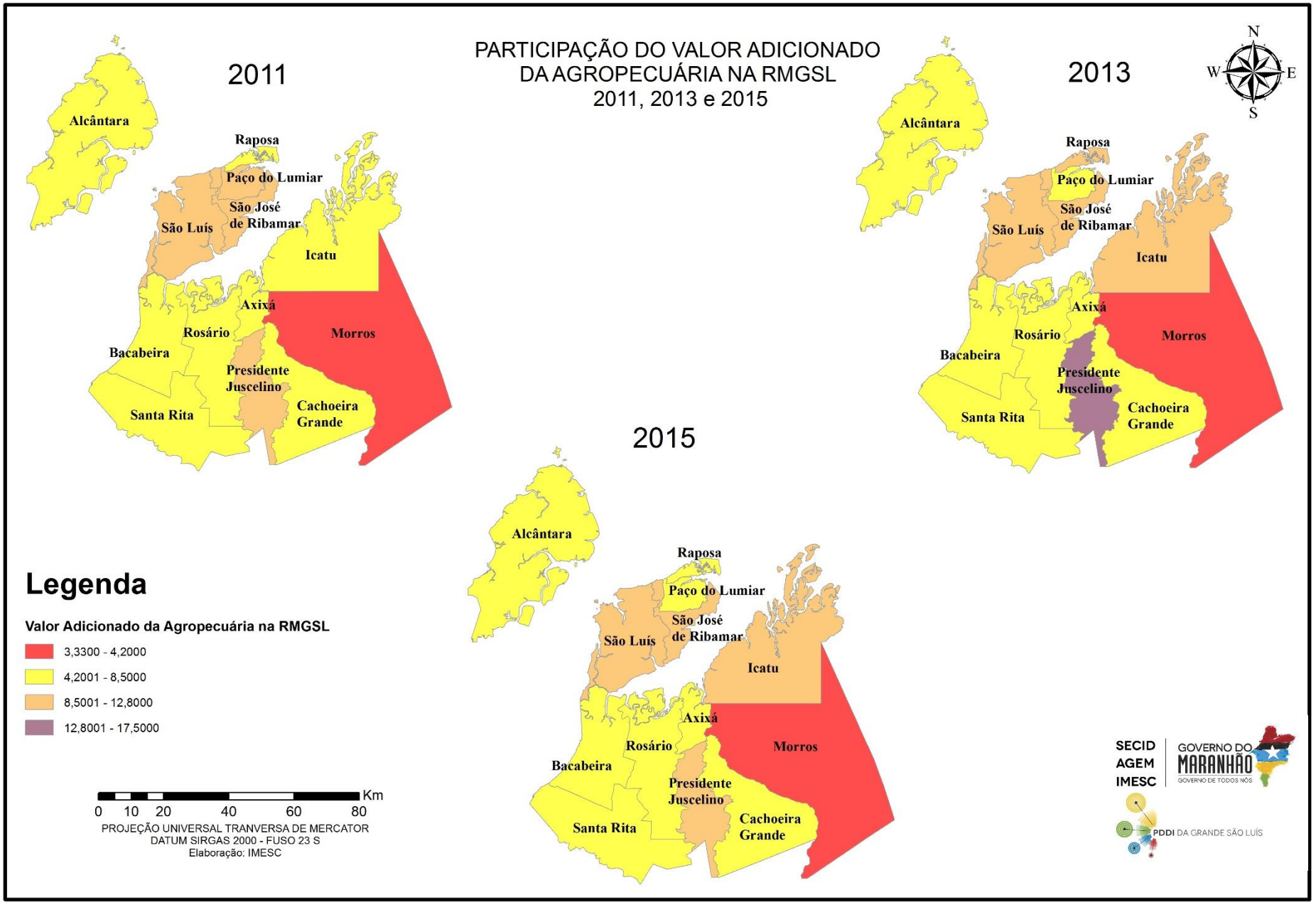
Conforme destacado no **Gráfico 33**, o PIB *per capita* da capital maranhense continua sendo a que mais se destaca na RMGSL, tendo aumentado em R$ 6.855,1 entre 2010 e 2015. Contudo, cabe ressaltar que mesmo tendo aumentado em termos nominais, mais do que os demais municípios, inclusive em comparação ao total das RMGSL, o PIB *per capita* de São Luís cresceu menos em termos relativos quando comparado aos outros municípios da região (6,7% a.a.). Entre os anos citados, São José de Ribamar foi o que apresentou o maior crescimento médio anual (16,1% a.a.), seguido de Santa Rita (15,4% a.a.) e Cachoeira Grande (13,8%).

Com base nesses números, justifica-se que tais municípios apresentaram maior crescimento no PIB *per capita*, dado que o PIB cresceu mais, em média, do que a população. No caso de São José de Ribamar, o PIB cresceu cerca de 17,7% a.a., enquanto sua população cresceu, aproximadamente, 1,34% a.a. Já Santa Rita e Cachoeira Grande, apresentaram crescimento médio anual do PIB de 17,9% a.a. e 14,8%, respectivamente, ao passo que a população cresceu, na mesma base de comparação, cerca de 2,14% a.a. e 0,87% a.a.

Considerando-se a Ilha do Maranhão, além de São José de Ribamar, destaca-se Raposa como o município em que o PIB *per capita* cresceu mais em termos relativos entre 2010 e 2015, em torno de 12,5% a.a., sendo que esse município apresentou o menor valor em termos nominais em 2015, isto é, R$ 5.985,1.

Após essas breves considerações acerca do VA da RMGSL por setor de atividade, segue adiante uma análise mais detalhada a respeito da distribuição espacial do VA dos municípios que compõem a RMGSL, por setor, em relação ao total da região metropolitana, ou seja, em termos relativos, os municípios participam na RMGSL.

Mapa 1 - Participação do VA da Agropecuária na RMGSL – %



Fonte: IMESC / IBGE.

O **Mapa 1** refere-se ao VA da Agropecuária dos municípios circunscritos na RMGSL em relação ao VA do mesmo setor na RMGSL. Conforme pode ser observado, o peso dos municípios no VA do setor primário da RMGSL, com participações que variam entre 0% e 17,5%, é mais equânime, cujo destaque se dá essencialmente na capital. Considerando os três anos destacados (2011, 2013 e 2015), as três maiores contribuições da Agropecuária ficaram por conta dos municípios Presidente Juscelino, São José de Ribamar e São Luís. Ressalta-se que em 2015 a terceira maior contribuição ficou por conta do município Icatu, sendo que São José de Ribamar perdeu participação. Adiante, destacam-se os referidos municípios:

Presidente Juscelino. Contribuiu com 11,4%, 13,8% e 11,1% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. A principal atividade do município nesse setor é a Lavoura Temporária, com destaque para o cultivo de mandioca, o que coloca o município na 27ª posição no *ranking* dos maiores produtores de mandioca do estado. A produção desse tubérculo saiu de 11,3 mil t em 2011 para 17,1 mil t em 2015, fruto da expansão da área plantada. É importante destacar que a Lavoura Temporária desde 2013 continua sendo a atividade que mais se destaca na Agropecuária do município. Cabe destacar também como segunda atividade de destaque no setor da Agropecuária, em Presidente Juscelino, a Pesca e Aquicultura. Nesta atividade, o município ocupa a 4ª posição dentre os municípios da RMGSL, cuja produção em 2015 foi de 143 t. Com base nesses números, aponta-se que o VA da agropecuária no município em 2015 foi de R$ 25,6 milhões.

São José de Ribamar. Contribuiu com 9,7%, 9,2% e 8,9% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Destacam-se como principais atividades os cultivos de Lavouras Temporárias e a Pesca[5] e Aquicultura. Em relação à Pesca e Aquicultura, o VA dessa atividade foi de R$ 14,1 milhões em 2015, o que representa 57,9% do setor agropecuário no município, sendo que o cultivo de Lavouras Temporárias representa cerca de 33,1%, sendo que em 2015, gerou um VA de R$ 8,4 milhões. Conforme os dados da PAM/IBGE, a produção de mandioca é a que mais se destaca, ainda que timidamente, cuja produção em relação aos demais municípios da RMGSL em 2015 foi de apenas 40 toneladas, enquanto que a produção de Icatu, maior produtor no ano, foi de 29,6 mil toneladas. Vale destacar que a Pesca e Aquicultura é a atividade que mais influenciou positivamente no VA da Agropecuária no município, gerando uma economia média de R$ 10,7 milhões por ano. Dessa forma, o VA da Agropecuária em São José de Ribamar foi de R$ 20,5 milhões em 2015.

São Luís. Contribuiu com 11,4%, 11,3% e 10,6% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. A capital maranhense destaca-se na atividade de Pesca, aquicultura e serviços relacionados, cujo peso na RMGSL em 2015 foi de 15%. Quanto aos produtos dessa atividade, São Luís produziu 51,3 t em 2015, que o coloca na 36ª posição no *ranking* do estado. Quanto à RMGSL, a capital maranhense ocupa a 9ª posição, sendo que os principais produtos são: tilápia (4,4 t), tambaqui (18,2 t) e tambacu (28,7 t). Com base nesses números, destaca-se que o VA da Agropecuária em São Luís no ano de 2015 foi de R$ 24,4 milhões.

Considerando os três anos destacados (2011, 2013 e 2015), as três menores contribuições da Agropecuária ficaram por conta dos municípios de Morros, Cachoeira Grande e Axixá. Esses três municípios contribuem com 15% do VA da Agropecuária na RMGSL, metade da contribuição dos três maiores. Adiante, destacam-se os referidos municípios:

Morros. Contribuiu com 2,3%, 2,9% e 4,0% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Assim como nos demais municípios da RMGSL, as atividades que mais se destacam no município são a Lavoura Temporária e a Pesca, aquicultura e serviços relacionados, cujas respectivas representatividades no VA da RMGSL em 2015 foram de 7,0% e 1,0%. Ressalta-se que a produção de mandioca é a única lavoura que está presente em todos os municípios maranhenses e, tomando como base o ano de 2015, a produção desse tubérculo no município foi de 22 mil t, fato que o coloca na posição nº 16 entre os 217 municípios. Quanto à atividade de Pesca e Aquicultura, vale mencionar que o município produziu em 2015 cerca de 41,5 t, 22,9 t e 15,4 t de tambaqui, tambacu e curimatã, respectivamente. Com base nesses

[5] Apesar de a Pesca e Aquicultura ser considerada a principal atividade da agropecuária em São José de Ribamar, não foram constatados dados da pesca no município, tanto pelas bases de dados secundárias quanto pelas pesquisas *in loco*.

números, mostra-se que o VA da Agropecuária no município Morros em 2015 foi de R$ 9,3 milhões.

Cachoeira Grande. Contribuiu com 4,9%, 5,2% e 5,5% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. A produção de mandioca também se destaca no município, sendo que em 2015, ocupou a 19ª posição no *ranking* dos maiores produtores do tubérculo no estado. A participação do município nessa atividade em relação à RMGSL foi de 11% em 2015, a terceira maior. Quanto à atividade de Pesca e Aquicultura, a participação do município é pouco expressiva, na ordem de 1%. Mesmo assim, destaca-se a produção de tilápia e curimatã, cuja produção em 2015 foi de 23,6 t e 17,6 t. De acordo com esses indicadores, aufere-se que o VA da Agropecuária no município em 2015 foi de R$ 12,7 milhões.

Axixá. Contribuiu com 5,8%, 6,0% e 5,5% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Nesse município, a produção da Lavoura Temporária é pouco expressiva em comparação aos demais municípios, em torno de 2%. A produção de mandioca, cultura de base familiar, foi de 3,5 mil t em 2015, situação que coloca o município na 101ª posição em relação aos demais municípios produtores desse tubérculo. Por outro lado, a produção da atividade da Pesca e Aquicultura representa, aproximadamente, 10% do total da atividade na RMGSL. Complementar a isso, essa atividade é a que mais influencia o VA da Agropecuária no município desde 2013, cuja economia média gerada até 2015 foi de, aproximadamente, R$ 9,2 milhões, ao passo que a Lavoura Temporária gerou, na mesma base de comparação, uma economia de R$ 1,9 milhões. No tocante à Pesca, vale mencionar que a produção de tilápia em 2015 foi de pouco mais de 21,1 t. Tomando como base esses indicadores, aufere-se que o VA do município em 2015 foi na ordem de R$ 12,8 milhões.

Quanto aos demais municípios, isto é, aqueles que se encontram em posição intermediária entre as maiores e menores participações na agropecuária em relação ao total da RMGSL, destacam-se:

Alcântara. Contribuiu com 7,0%, 6,7% e 6,7% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Nesse município, além do cultivo de mandioca, produto da lavoura temporária, destaca-se também o cultivo de cereais, com destaque para a cultura do arroz. Tomando como base a PAM do IBGE, a participação da produção de mandioca, por exemplo, na RMGSL é pequena em comparação aos demais municípios, em torno de 7,0%. Por outro lado, Alcântara é o segundo maior produtor de arroz e feijão da RMGSL, com uma participação de 13,4% e 19,5%, respectivamente. Quanto à pecuária, destaca-se no município a criação de suínos que, juntamente com a capital, contribuiu com 17% no VA da RMGSL. É importante frisar que desde 2013 a atividade da Pesca e Aquicultura destaca-se no setor Agropecuário do município, cujo VA médio gerado de 2013 a 2015 nessa atividade foi de R$ 8,4 milhões. Assim, constata-se que o VA da Agropecuária no município Alcântara, em 2015, foi de R$ 15,5 milhões.

Bacabeira. Contribuiu com 6,3%, 6,4% e 8,3% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Nesse município, a participação da atividade relacionada ao cultivo de lavouras temporárias representa apenas 1,0% do total do VA da Agropecuária na RMGSL. Tomando como base os dados da PAM, a produção de mandioca em 2015, por exemplo, representou somente 7,0% do total da produção das culturas temporárias. Até mesmo a produção de milho, que é a maior entre as principais culturas (arroz, feijão, mandioca e milho), não chega a representar nem 10% da produção na RMGSL. Por outro lado, apesar de ter um peso maior no município, a atividade de Pesca e Aquicultura em Bacabeira representou 8% do total do VA dessa atividade na RMGSL em 2015. O destaque, nesse caso, fica por conta da produção de pacu e patinga, tilápia e curimatã, vez que, no referido ano, o município produziu 36,4 t, 49,1 t e 29,6 t, respectivamente. Destaca-se que, em 2013 e 2014, a principal atividade agropecuária no município era a Pesca e Aquicultura, cujos Valores Adicionados foram, respectivamente, R$ 7,5 milhões e R$ 7,7 milhões. Já em 2015, a principal atividade desse setor passou a ser a Silvicultura, que contribuiu com cerca de R$ 8,2 milhões na Agropecuária. Assim, o VA da Agropecuária no município Bacabeira foi de R$ 19,3 milhões em 2015.

Icatu. Contribuiu com 8,2%, 8,7% e 9,3% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Considerando-se a atividade Lavoura Temporária, esse município contribuiu com 12% no VA dessa atividade na RMGSL, terceira maior contribuição. Destaca-se que essa atividade continua apresentando maior peso no total da Agropecuária do município desde 2013 (R$ 8,9 milhões). Em 2015, a Lavoura Temporária apresentou um VA de R$ 11,9 milhões. Considerando-se os dados da PAM, em 2015 Icatu contribuiu com 20,7% na RMGSL, maior dentre os 13 municípios, cujo total produzido foi de 29,6 mil t. Quanto à atividade de Pesca e Aquicultura, salienta-se a produção de tilápia, que em 2015 foi de 26,5

t. Isso fez com que o município ocupasse a 13ª posição no *ranking* dos maiores produtores de tilápia do estado. Evidencia-se que esse é o 4º maior produto da Pesca e Aquicultura do estado. Com base nesses números, aufere-se que o VA da Agropecuária do município em 2015 foi de, aproximadamente, R$ 21,6 milhões.

Paço do Lumiar. Contribuiu com 9,4%, 7,9% e 7,5% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. No caso desse município, a atividade Lavoura Temporária representou 12% em relação ao VA do setor Agropecuário em 2015. Desde 2013, essa atividade tem sido a que exerce o maior peso no setor, sendo que o VA médio da Lavoura Temporária entre 2013 e 2015 foi de, aproximadamente, R$ 10,6 milhões. A atividade de Pesca e Aquicultura, por outro lado, representou somente 3,0% no VA da Agropecuária da RMGSL em 2015. O produto da agricultura que mais se destaca em Paço do Lumiar é o feijão, que representou apenas 6% do total da produção na RMGSL. De acordo com esses números, destaca-se que o VA da Agropecuária em Paço do Lumiar foi de, aproximadamente, R$ 17,3 milhões.

Raposa. Contribuiu com 7,9%, 8,8% e 8,3% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Diferentemente dos demais municípios, a atividade Lavoura Temporária em Raposa, com cerca de 3,0% em 2015, é pouco expressiva em comparação à RMGSL. Por outro lado, a contribuição da atividade de Pesca[6] e aquicultura do município na RMGSL é de 17%, maior entre os demais municípios dessa região. No município, essa atividade representa cerca de 86,5%, tendo gerado um VA de, aproximadamente, R$ 16,6 mil em 2015. Destaca-se que a Pesca em Raposa vem se mantendo forte desde 2013, quando gerou um VA de R$ 15,8 milhões.

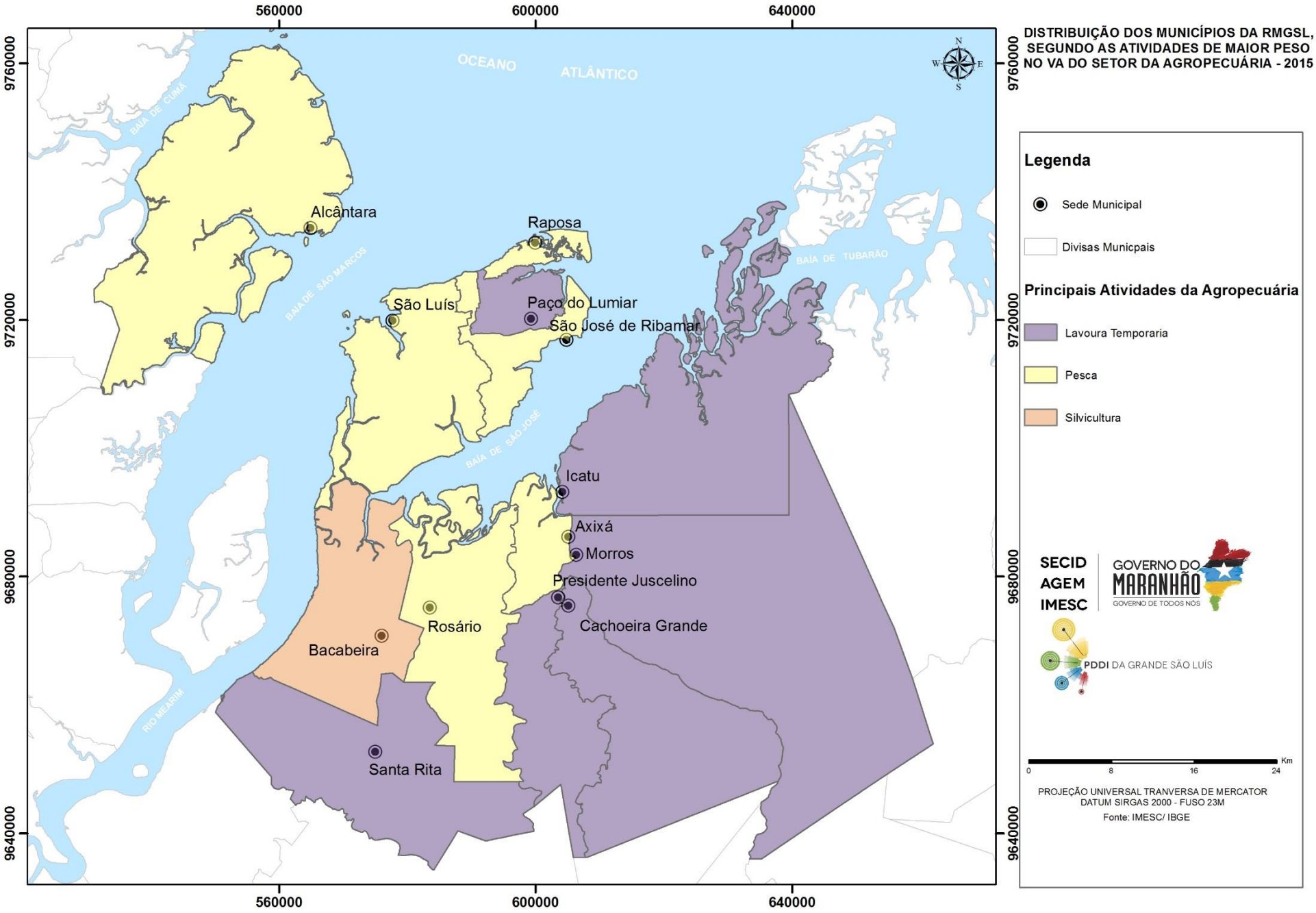
Rosário. Contribuiu com 7,8%, 7,3% e 6,4% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Nesse município, o VA da atividade Lavoura Temporária é pouco expressivo, com cerca de 3% em comparação à participação dos demais municípios da RMGSL nessa atividade em 2015. Quanto aos produtos da lavoura temporária com maior representatividade no município, destaca-se o cultivo de mandioca, cuja produção em 2015 foi de 11,2 mil t. Quanto à atividade de Pesca e Aquicultura, a representatividade do município no VA da atividade foi de 10% em 2015. Em relação a isso, dados do IBGE apontam que em 2015 Rosário produziu 58,8 t de tilápia, 35,5 t de pacu e patinga e 30,2 t de curimatã e curimbatá, o que coloca o município nas posições 3ª, 7ª e 10ª entre os maiores produtores do estado, respectivamente. A atividade pesqueira em Rosário tem sido a principal atividade no VA da Agropecuária desde 2013, quando gerou uma VA de R$ 9,4 milhões. Destaca-se que, de 2013 a 2015, essa atividade vem mantendo uma produção constante, sendo que em 2015 gerou o equivalente a R$ 9,5 milhões. Com base nesses números, aufere-se que o VA da Agropecuária em Rosário foi de R$ 14,8 milhões.

Santa Rita. Contribuiu com 6,8%, 5,8% e 8,0% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. O VA do município na Lavoura Temporária é de 9%, enquanto que o VA da Pesca e Aquicultura em Santa Rita representa apenas 3%. Quanto à Lavoura Temporária, destaca-se o cultivo de mandioca, sendo que em 2015, o município ocupou a 7ª posição no *ranking* dos maiores produtores desse tubérculo no estado, cuja produção foi de 25,8 mil t, segunda maior entre os 13 municípios da RMGSL, ficando atrás apenas de Icatu. No tocante à atividade Pesca e Aquicultura, apesar de ter pouca expressividade, conforme mencionado anteriormente, vale destacar que Santa Rita produziu em 2015 51,5 t de tilápia e 32,9 t de curimatã e curimbatá, o que fez com que o município ocupasse, respectivamente, a 4ª e 9ª posição entre os produtores do estado. É importante destacar que em 2014, assim como em 2015, a Lavoura Temporária destacou-se como principal atividade da agropecuária, ao contrário de 2013, em que a atividade de destaque no setor era a pecuária, com destaque para a criação de bovinos e outros animais. Portanto, seguindo a metodologia de cálculo do PIB dos municípios, aufere-se que o VA da Agropecuária do município foi de R$ 18,4 milhões.

Por mais que se tenha detalhado o Valor Adicionado de cada município, vale destacar um mapa que mostra a principal atividade do setor Agropecuário de cada um dos municípios que compõem a RMGSL.

[6] Apesar da Pesca e Aquicultura ser considerada a principal atividade da agropecuária em Raposa, não foram constatados dados da pesca no município, tanto pelas bases de dados secundárias quanto pelas pesquisas *in loco*.

Mapa 2 - Distribuição das principais atividades econômicas do setor da Agropecuária na RMGSL – 2015



Conforme o **Mapa 2**, seis dos 13 municípios têm a Lavoura Temporária como principal atividade, sendo que as principais culturas produzidas são arroz, feijão, mandioca e milho. Dentre essas, o destaque vai para a produção de mandioca, que evoluiu significativamente entre 2010 e 2016 a uma taxa média de crescimento anual da ordem de 9,7% a.a.

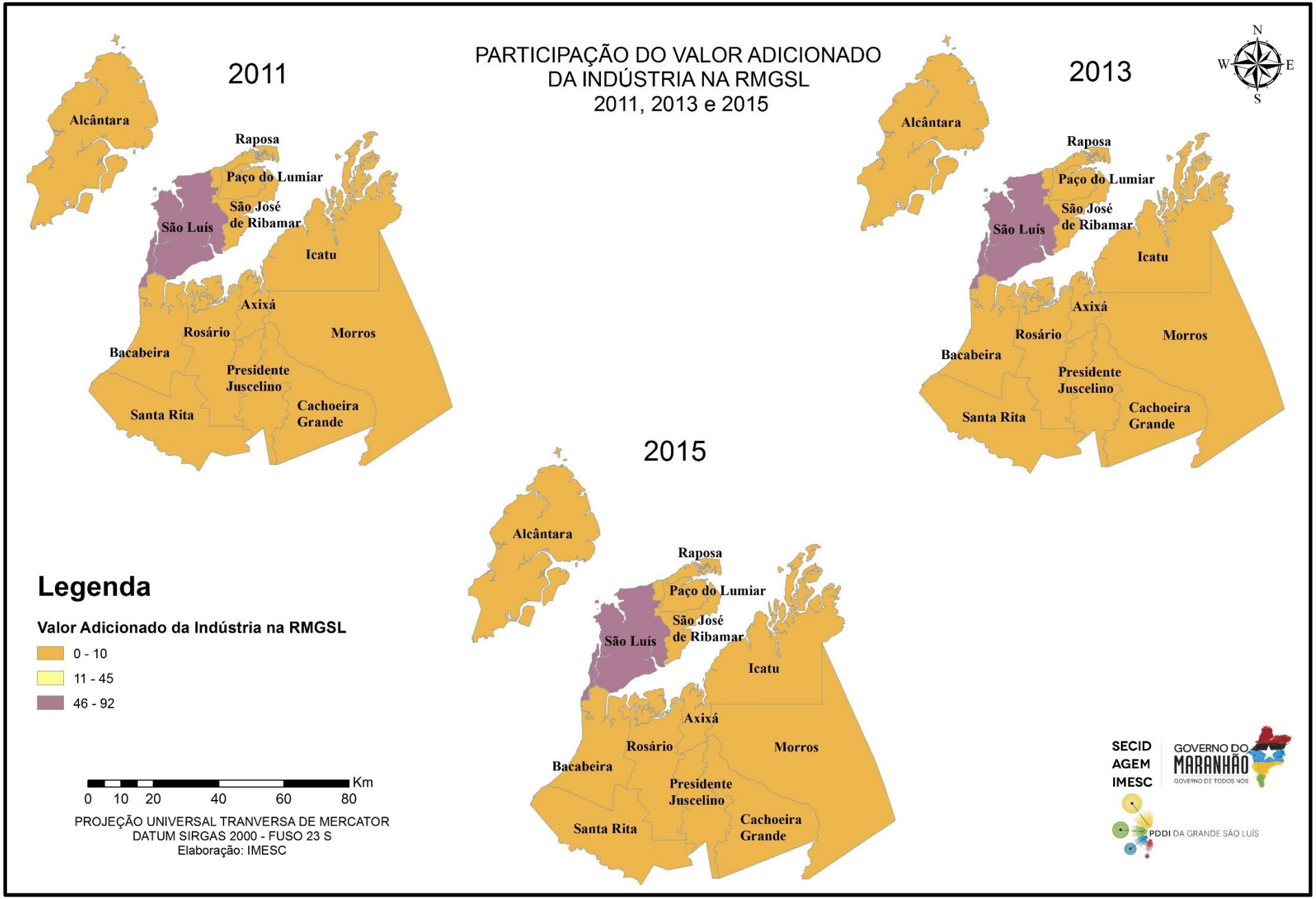
Os municípios que se destacam no cultivo de mandioca são Icatu, Santa Rita e Morros. Em 2016, por exemplo, Icatu produziu cerca de 28,9 mil toneladas de mandioca, ao passo que Santa Rita e Morros produziram, respectivamente, 25,3 e 22,1 mil t. Destaca-se que esses municípios produzem derivados dessa raiz, como por exemplo, a farinha, que é comercializada tanto nos próprios municípios quanto nos demais municípios da RMGSL.

Em relação à pesca, ela também está presente em seis dos 13 municípios da RMGSL, sendo que é mais representativa em Raposa, seguido de São Luís e São José de Ribamar. Destaca-se que estes três municípios juntos contribuíram com cerca de R$ 41,5 milhões nessa atividade em 2015, o que representa aproximadamente 43,7% do total produzido nessa atividade na RMGSL.

Observa-se também que Bacabeira apresenta uma atividade bastante diferenciada em relação aos demais municípios, cuja atividade principal no setor da Agropecuária é a Silvicultura. Em relação a isso, os produtos que se destacam, em ordem de relevância são a lenha, carvão vegetal e açaí. Quanto à produção de Lenha, o município produziu em 2016 o equivalente a 151,1 milhões de metros cúbicos, ao passo que a produção de carvão vegetal, no mesmo ano, encerrou em pouco mais de 1 milhão de toneladas. A produção de açaí em 2016 foi de 618 toneladas, com crescimento médio anual de 4,1% entre 2010 e 2016.

Adiante, destaca-se detalhadamente o setor da Indústria na RMGSL.

Mapa 3 - Participação do VA da Indústria na RMGSL – %



Fonte: IMESC / IBGE.

O **Mapa 3** refere-se ao VA da Indústria dos municípios circunscritos na RMGSL em relação ao VA do mesmo setor na referida região. Conforme pode ser observado, o VA desse setor concentra-se basicamente na capital, diferentemente da distribuição do VA da Agropecuária. Desde 2011, a participação de São Luís no VA da Indústria manteve-se acima dos 90%, em relação ao total da RMGSL. Ressalta-se que em 2015, tomando como referência os quatro municípios da Ilha do Maranhão, houve uma representatividade de pouco mais de 96,8%. As atividades de maior representatividade desse setor na RMGSL são a Construção Civil, com peso de 51,2% e a Indústria de Transformação, que representa 38,6% no setor da Indústria na RMGSL.

Considerando os três anos destacados (2011, 2013 e 2015), as três maiores contribuições da Indústria ficaram por conta dos municípios São Luís, São José de Ribamar e Bacabeira. Adiante, destacam-se os referidos municípios:

São Luís. Contribuiu com 91,5%, 90,2% e 91,4% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Observa-se que esse município representa quase a totalidade do setor da Indústria entre os 13 municípios da RMGSL. No tocante à Construção Civil, o VA dessa atividade do município de São Luís representa 89,7% na RMGSL que, segundo dados do CEMPRE, registrou queda de 14,8% no número de pessoas ocupadas entre 2014 e 2015. Mesmo assim, houve um ganho de participação de 1,0 p.p. entre 2014 e 2015, tendo em vista que outros municípios perderam participação, como por exemplo Bacabeira (-1,0 p.p.). Ressalta-se que em 2014, o Maranhão atingiu o pico de R$ 1,1 bilhões no total de financiamentos para aquisição de imóveis. Como essa base de comparação foi muito elevada, em 2015 houve uma redução no VA da Construção Civil em São Luís, saiu de R$ 6,3 milhões em 2014 para R$ 5,9 milhões em 2015.

São José de Ribamar. Contribuiu com 2,5%, 4,2% e 3,7% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Quanto à atividade Construção Civil, os dados do CEMPRE apontam um crescimento de 44,4% no número de pessoas ocupadas, especificamente na atividade de Construção de Edifícios, que apresentou 1.072 pessoas ocupadas em 2014 e 1.548 em 2015. Destaca-se que a Construção Civil tem sido a principal atividade no setor da Indústria em São José de Ribamar desde 2013. Considerando-se os anos de 2013 a 2015, essa atividade produziu, em média, o equivalente a R$ 191,9 milhões, tendo atingido o pico de R$ 191,9 milhões em 2014, ano do "boom imobiliário" não somente nesse município, mas em nível estadual e nacional. Assim, com base nos dados do VAF para a atividade Indústria de Transformação, sugere-se que o VA da Indústria para o município São José de Ribamar, em 2015, foi de aproximadamente R$ 240,3 milhões reais. Com isso, o município ganhou 0,2 p.p. de participação nesse setor, em relação ao VA total da Indústria na RMGSL (saiu de 3,5% em 2014 para 3,7% em 2015).

Bacabeira. Contribuiu com 3,1%, 2,1% e 2,1% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Perdeu participação no VA da Indústria em relação ao total do VA da atividade na RMGSL em 2013 e manteve a participação em 2015. Nesse setor, as atividades que mais se destacam em Bacabeira são a Indústria de Transformação e a Indústria Extrativa, cujos pesos no VA da Indústria no município são, respectivamente, 56,1% e 24,0%. Com base nos dados do VAF, aufere-se que o VA da Indústria em Bacabeira foi de R$ 136,4 milhões em 2015. Em 2014, a participação do município no setor da Indústria em relação ao VA total do setor na RMGSL foi de 3,1%, tendo apresentado uma perda de 1 p.p. em 2015. Isso pode ser justificado pela queda de 12,9% no emprego formal em 2015, na atividade de Produção de Ferro-Gusa, segundo dados da RAIS. É importante destacar que, entre 2013 e 2015, Bacabeira apresentou mudança no tocante à atividade econômica de maior peso no setor da Indústria. Em 2013, por exemplo, a principal atividade era a Indústria de Transformação com peso de 42,0%, enquanto que um ano depois, isto é, em 2014, a atividade de maior peso na Indústria passou a ser a Construção Civil (41,2%). Por fim, em 2015, a Indústria de Transformação voltou a ser a principal atividade (56,1%). A situação de 2014 pode ser explicada por conta de investimentos imobiliários surgidos no município, a exemplo das obras da duplicação da BR-135.

Considerando os três anos destacados (2011, 2013 e 2015), as três menores contribuições da Indústria ficaram por conta dos municípios de Cachoeira Grande, Axixá e Icatu. Esses três municípios contribuíram com apenas 0,14% do VA da Indústria na RMGSL. Adiante, destacam-se os referidos municípios:

Cachoeira Grande. Contribuiu com 0,025%, 0,023% e 0,036% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Em relação aos dados nesse setor, em Cachoeira Grande as atividades mais representativas, com base nos dados do VA 2015, são a Construção Civil, cuja participação no VA total do setor no município foi de 80,7%, e a Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana, cujo peso na atividade foi de 19,3%. Portanto, somando-se os percentuais de participação dessas atividades, verifica-se que o setor da Indústria no respectivo município é representado por apenas duas atividades. Dessa forma, tomando como referência os dados do VAF, o VA da Indústria em Cachoeira Grande no ano de 2015 foi de aproximadamente R$ 2,4 milhões. No caso desse município, não houve mudança na atividade principal da Indústria, permanecendo a Construção Civil nos anos 2013 a 2015.

Axixá. Contribuiu com 0,028%, 0,033% e 0,036% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Da mesma forma que em Cachoeira Grande, as atividades que mais se destacam no setor da Indústria em Axixá são a Construção Civil, cujo peso no setor foi de 58,0% em 2015, e a atividade de Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana, cuja representatividade no mesmo ano foi de 41,7%. Segundo dados coletados na SEFAZ/MA acerca dos VAF, destaca-se que o VA da Indústria em Axixá foi de aproximadamente R$ 2,4 milhões em 2015, valor bem próximo do alcançado em 2014, que foi de R$ 2,3 milhões. Da mesma forma como em Cachoeira Grande, em Axixá não houve mudança na atividade principal da Indústria, permanecendo a Construção Civil nos anos 2013 a 2015.

Icatu. Contribuiu com 0,058%, 0,054% e 0,071% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Por fim, quanto aos municípios que representam menor contribuição do setor da Indústria em relação à RMGSL, destaca-se Icatu, cujas atividades mais representativas no referido setor em 2015 foram a Construção Civil, cujo peso foi de 68,4%, seguido da atividade de Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana, a qual representou 31,6% no total do setor. De acordo com os dados do VAF, aufere-se que o VA da Indústria em Icatu foi de R$ 4,7 milhões em 2015, maior valor entre os três menos destacados. Em Icatu não houve mudança na atividade principal da Indústria, permanecendo a Construção Civil nos anos 2013 a 2015.

Quanto aos demais municípios, isto é, aqueles que se encontram em posição intermediária entre as maiores e menores participações na Indústria em relação ao total da RMGSL, destacam-se:

Alcântara. Contribuiu com 0,16%, 0,14% e 0,12% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. As atividades desse setor que mais se destacam no município são a Construção Civil, que representa 60,2% do VA da Indústria no município, seguida da atividade Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana, cujo peso é de 39,8% no VA do setor no município. Dessa forma, com base nos dados do VAF disponibilizados pela SEFAZ/MA, destaca-se que o VA da Indústria em Alcântara foi de aproximadamente R$ 8,1 milhões. Em Alcântara não houve mudança na atividade principal da Indústria, permanecendo a Construção Civil nos anos 2013 a 2015.

Morros. Contribuiu com 0,06%, 0,05% e 0,07% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. As atividades da Indústria que mais se destacam nesse município são a Construção Civil e a atividade Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana, cujas representatividades no VA desse setor em 2015 foram de 67,9% e 32,0%, respectivamente. No tocante ao setor, houve perda de participação entre 2014 e 2015, ou seja, saiu de 0,11% para 0,07%, respectivamente. Isso pode ser explicado pela redução no número de empregos formais na atividade da Construção Civil entre os referidos anos. Conforme os dados da RAIS, constatou-se que em 2014 havia 36 empregos formais registrados na atividade relacionada à construção de edifícios, ao passo que em 2015, esse número reduziu para apenas três. Com base nisso e também nos dados do VAF, aufere-se que o VA da Indústria em Morros foi de R$ 4,9 milhões em 2015, ao passo que em 2014 o VA foi de R$ 76 milhões. Nesse município não houve mudança na atividade principal da Indústria, permanecendo a Construção Civil nos anos 2013 a 2015.

Paço do Lumiar. Contribuiu com 1,3%, 1,6% e 1,5% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Da mesma forma que os demais municípios, as atividades que mais se destacam no setor da Indústria nesse município são a Construção Civil e a atividade Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana, cujas respectivas participações no VA da Indústria em 2015 foram de 76,2% e 21,3%. Tomando como referência os dados do VAF, disponibilizados pela SEFAZ/MA, destaca-se

que o VA da Indústria em Paço do Lumiar foi de R$ 98,3 milhões em 2015, ao passo que em 2014 foi de R$ 93,0 milhões. Esse aumento pode ser explicado pelo crescimento no número de empregos formais entre os referidos anos que, conforme os dados da RAIS, em 2014, havia 816 empregos formais na atividade da Construção Civil, ao passo que em 2015 esse número passou para 1.061 empregos, crescimento de 30% entre os referidos anos. Destaca-se que, em Paço do Lumiar, não houve mudança na atividade principal da Indústria, permanecendo a Construção Civil nos anos 2013 a 2015.

Presidente Juscelino. Contribuiu com 0,04%, 0,05% e 0,08% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Conforme verificado, a participação da Indústria desse município em relação à RMGSL é bastante residual. Dentre as atividades desse setor que mais se destacam no município, segue basicamente a mesma lógica das demais, ou seja, a atividade Construção Civil e a Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana. A primeira representa 85,6% do setor no município, ao passo que a segunda é responsável por apenas 14,4%. Dessa forma, com base nas informações da SEFAZ/MA referentes ao VAF, aufere-se que o VA da Indústria em 2015 foi de R$ 5,4 milhões. Destaca-se que não houve mudança na atividade principal da Indústria, permanecendo a Construção Civil nos anos 2013 a 2015 nesse município.

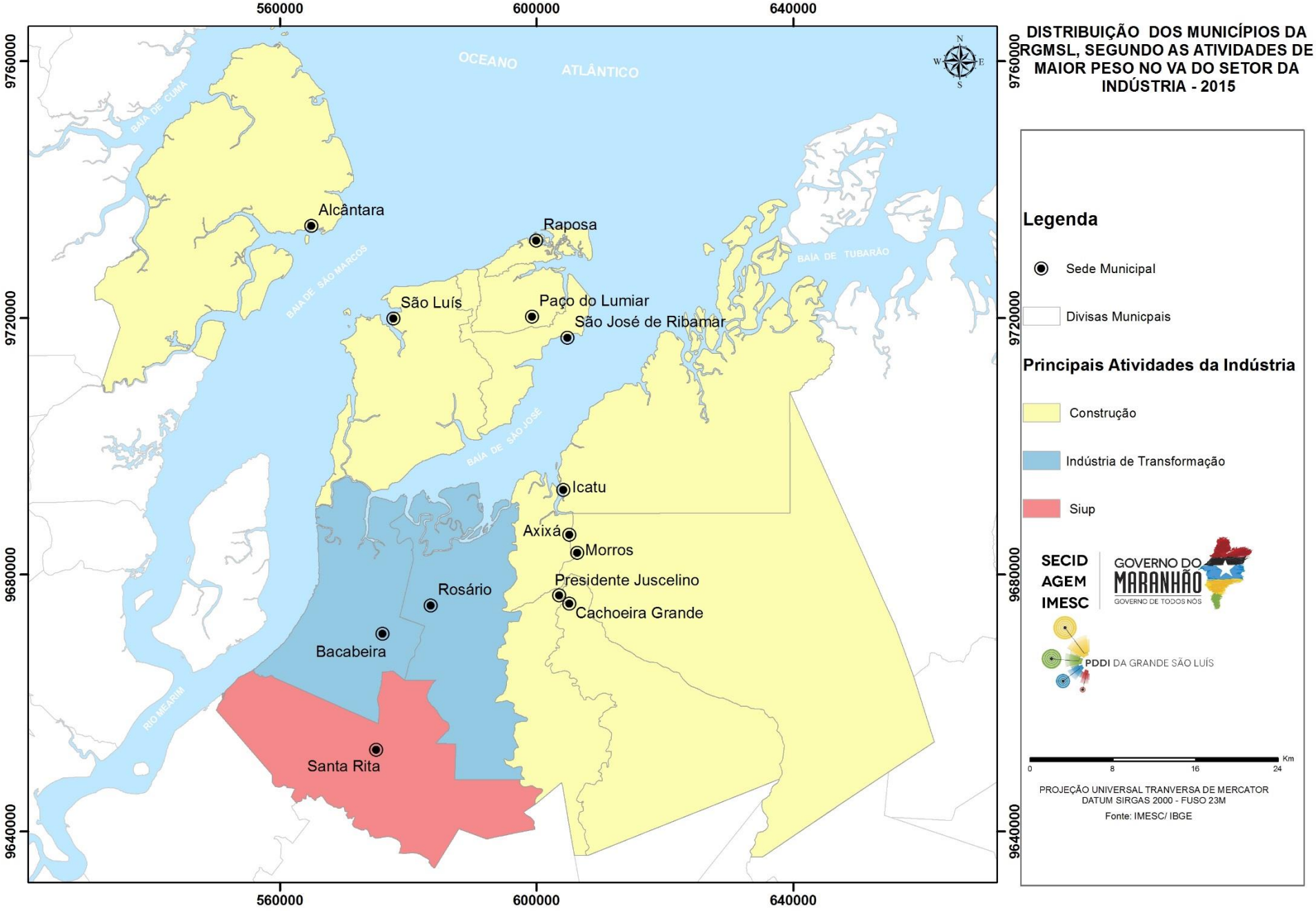
Raposa. Contribuiu com 0,30%, 0,83% e 0,27% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. A lógica e também dinâmica do setor industrial nesse município segue da mesma forma que os demais. Em outras palavras, as atividades que mais se destacam dentro do setor da Indústria em Raposa são a Construção Civil e a atividade Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana. A primeira atividade contribuiu com aproximadamente 74,9% na Indústria do município em 2015, ao passo que a segunda representou cerca de 13,8%. Além disso, vale mencionar a Indústria de Transformação como atividade representativa na Indústria do município, cuja participação em 215 foi de 11,3%, com destaque para a Indústria de cimento e produtos minerais não metálicos (CNAE). Assim, conforme os dados do VAF, disponíveis na SEFAZ/MA, aponta-se que o VA da Indústria foi de aproximadamente R$ 17,5 milhões em 2015. Da mesma forma que em Presidente Juscelino, em Raposa não houve mudança na atividade principal da Indústria, permanecendo a Construção Civil nos anos 2013 a 2015.

Rosário. Contribuiu com 0,57%, 0,39% e 0,39% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Dentre os municípios da região do Baixo Munim, Rosário é o que mais se destaca no setor da Indústria, juntamente com Bacabeira. Diferentemente dos demais municípios, Rosário possui representatividade em todas as atividades do setor da Indústria, como pode ser constatado a seguir, conforme a ordem de peso de cada atividade em 2015: Indústria de Transformação (32,6%), Construção Civil (27,6%), Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (20,9%) e Indústria Extrativa (18,9%). Vale destacar que esse município, dentre os 13 da RMGSL, é o segundo município em que a Construção Civil não é a principal atividade. Dessa forma, com base nos dados do VAF, aufere-se que o VA da Indústria em Rosário foi de aproximadamente R$ 25,6 milhões em 2015, segundo maior VA para o ano dentre os municípios da região do Baixo Munim, ficando atrás apenas de Bacabeira. No caso de Rosário, em 2013 a principal atividade desse setor era Indústria Extrativa, ao passo que a partir de 2014 passou a ser a Indústria de Transformação.

Santa Rita. Contribuiu com 0,33%, 0,29% e 0,29% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Nesse município, o VA da Indústria tem como destaque as atividades de Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana e Construção Civil. A primeira atividade respondeu por 54% do setor da Indústria no município em 2015, ao passo que a Construção Civil, no mesmo ano, respondeu por 39,8%. Dessa forma, tomando como referência os dados do VAF, destaca-se que o VA da Indústria no município foi de aproximadamente R$ 18,7 milhões em 2015, ao passo que em 2014 foi de R$ 17,7 milhões. Nesse município, a SIUP tem sido a principal atividade do setor Industrial.

Por mais que se tenha detalhado o Valor Adicionado de cada município, convém apresentar o mapa a seguir que mostra a principal atividade do setor da Indústria de cada um dos municípios que compõem a RMGSL.

Mapa 4 - Distribuição das principais atividades econômicas do setor da Indústria na RMGSL – 2015



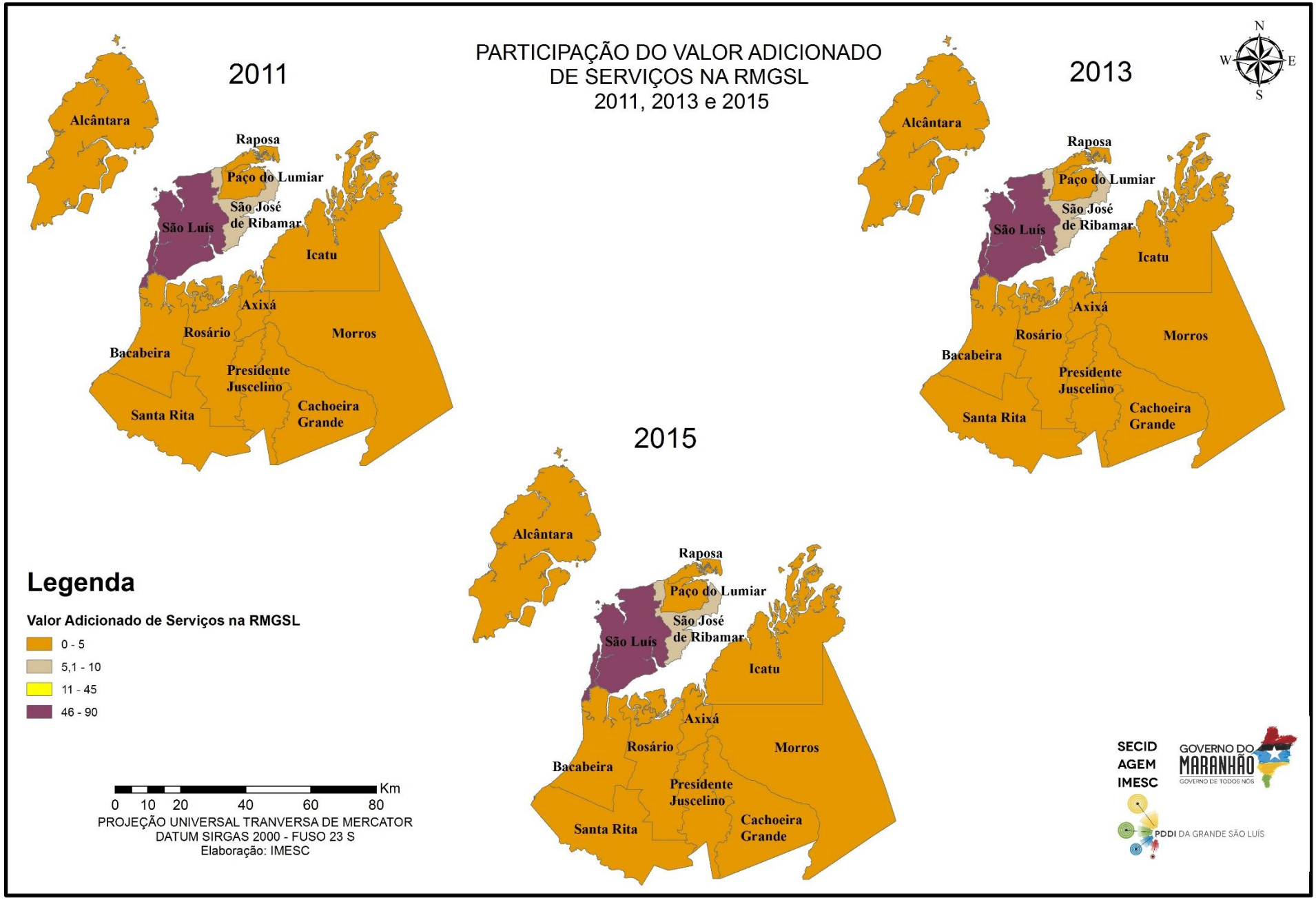
No caso da Indústria, as atividades de maior destaque nos municípios da RMGSL são Construção, Indústria de Transformação e Serviços de Utilidade Pública. Em dez dos 13 municípios, a Construção Civil é a atividade que mais contribui com o setor da Indústria, cuja representatividade em 2015 na RMGSL foi de, aproximadamente, 51,2%, ao passo que a Indústria de Transformação contribuiu com 38,6%.

Considerando-se a atividade da Construção Civil na RMGSL, a capital maranhense contribui com cerca de 89,7%, ao passo que a contribuição dos demais municípios é bastante residual, cabendo destacar, além de São Luís, os municípios São José de Ribamar (5,6%) e Paço do Lumiar (2,3%). Em 2015, o VA da Construção Civil foi em torno de R$ 3,4 bilhões, ao passo que o VA da Indústria de Transformação, no mesmo ano, foi de aproximadamente R$ 2,6 bilhões.

Quanto à Indústria de Transformação, destacam-se os municípios de Bacabeira e Rosário, que juntos respondem por cerca de 89,5% nessa atividade em relação ao total da RMGSL, cujo VA em 2015 girou em torno de R$ 86,6 milhões. É interessante destacar que mesmo não sendo a principal atividade em São José de Ribamar, este produziu um VA maior que o de Rosário na referida atividade, algo em torno de R$ 14,2 milhões, visto que Rosário produziu pouco mais da metade do VA de São José de Ribamar.

Apesar de a SIUP ser a principal atividade em Santa Rita, não significa que ela foi a que mais contribuiu com o VA da RMGSL. Em relação a ela, obviamente a capital maranhense é a que apresenta o maior peso (83,6%), seguido de São José de Ribamar (7,3%) e Paço do Lumiar (3,4%). Juntos, esses três municípios produziram um VA de, aproximadamente, R$ 605,6 milhões.

Mapa 5 - Participação do VA dos Serviços na RMGSL



Fonte: IMESC / IBGE.

O **Mapa 5** refere-se ao VA do setor de Serviços dos municípios circunscritos na RMGSL, em relação ao VA do mesmo setor na referida região. Conforme pode ser observado, o VA deste setor, assim como o da Indústria, concentra-se basicamente na capital, diferentemente da distribuição do VA da Agropecuária. Desde 2011, a participação de São Luís no VA dos Serviços manteve-se acima dos 80%, em relação ao total do RMGSL. Ressalta-se que em 2015, tomando como referência os quatro municípios da Ilha do Maranhão, houve uma representatividade de pouco mais de 95,2%.

As atividades de maior representatividade desse setor na RMGSL são o Comércio, exclusivamente na Capital, seguido da Administração Pública (APU) nos demais municípios. A primeira atividade representa cerca de 40% do total do setor, enquanto a segunda atividade responde por pelo menos 37% do setor de Serviços. Vale destacar que essa participação foi obtida, considerando-se apenas as cinco[7] atividades de maior peso em destaque nos municípios maranhenses: Comércio, Alojamento e Alimentação, Transportes, Serviços de Informação e APU.

Considerando os três anos destacados (2011, 2013 e 2015), as três maiores contribuições no setor de Serviços ficaram por conta dos municípios São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Adiante, destacam-se os referidos municípios:

São Luís. Contribuiu com 86,9%, 85,9% e 84,5% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Dentre todos os municípios maranhenses, a capital apresenta maior diversificação dos serviços, ou seja, além do Comércio e APU, outras atividades são relativamente representativas, como por exemplo, Atividades Imobiliárias e Transporte, armazenagem e correio. O Comércio, considerando-se as 11 atividades que compõem o setor de Serviços, representou cerca de 25,6% no total do setor em 2015, ao passo que a APU, segunda maior contribuição, representou, aproximadamente, 19,1%. Dentro da atividade do Comércio, a maior parcela de contribuição foi do comércio varejista (64%), seguido do comércio atacadista de combustíveis (17,6%). Ainda em relação a essa atividade, considerando-se tanto o comércio varejista quanto o atacadista, os dados da RAIS apontam para uma redução de 3% no número de empregos formais entre 2014 e 2015. Isso resultou em uma perda de participação dessa atividade no total do setor, pois saiu de 27,7% em 2014 para 25,6% em 2015. Quanto à APU, as esferas federais e estatuais representaram em 2015 cerca de 55,3%. Assim, com base nos dados do VAF, disponibilizados pela SEFAZ/MA, em 2015 o VA de Serviços em São Luís foi de aproximadamente R$ 15,5 bilhões. Destaca-se que esse valor foi inferior ao de 2014 (R$ 16,1 bilhões), tendo em vista os efeitos negativos da recessão de 2015, que afetou todas as atividades desse setor, em especial, o Comércio.

São José de Ribamar. Contribuiu com 5,4%, 6,3% e 7,0% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Nesse município, a principal atividade é a APU, que em 2015 representou 31,0% do VA do setor de Serviços. Segundo dados da RAIS, houve incremento de 4,7% no número de empregos formais, fato que contribuiu para que esse município aumentasse a participação em relação a 2014 (30,6%). Pode-se destacar também o Comércio como segunda atividade de maior peso no referido setor em São José de Ribamar, cuja contribuição em 2015 foi de aproximadamente 25,4%. Por fim, dentre as 11 atividades do setor de Serviços, é válido destacar nesse município Atividades Imobiliárias e de Aluguel com 21,0%. Dessa forma, essas três atividades somam 77,3% do total do setor de Serviços em São José de Ribamar, cujo VA em 2015 foi de, aproximadamente, R$ 1,3 bilhões.

Paço do Lumiar. Contribuiu com 2,6%, 2,8% e 3,0% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Da mesma forma que em São José de Ribamar, nesse município a APU se destaca no setor de Serviços, cujo peso em 2015 foi de 47,6%. Nessa atividade, destacam-se 68,5% correspondentes às esferas federal e estadual e 31,5% referente à municipal. Atividades Imobiliárias é outra atividade que merece destaque em Paço do Lumiar, pelo menos em 2015, cuja contribuição foi de 22,4% no setor de Serviços, maior que o Comércio, cujo peso foi de 11,4%. Em relação à APU, destaca-se que entre 2014 e 2015, segundo dados da RAIS, houve aumento no número de empregos formais em torno de 9,4%. Somado a isso, tomando como referência os dados do VAF, aponta-se que o VA do setor de Serviços em Paço do Lumiar, em 2015, foi de aproximadamente, R$ 552,6 milhões.

Considerando os três anos destacados (2011, 2013 e 2015), as três menores contribuições do setor de Serviços ficaram por conta dos municípios de Cachoeira Grande, Axixá e Icatu. Esses três

[7] As atividades que compõem o setor de Serviços são 11. Contudo, no caso do Maranhão,

municípios contribuíram com apenas 0,14% do VA da Indústria na RMGSL. Adiante, destacam-se os referidos municípios:

Cachoeira Grande. Contribuiu com 0,16%, 0,16% e 0,19% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Nesse município, a APU também representa a maior contribuição no setor de Serviços, tendo representado em 2015 algo em torno de 75,5%. A segunda maior contribuição ficou por conta das Atividades Imobiliárias (10,6%). Entre 2014 e 2015, enquanto houve um aumento de 2,3 p.p. na APU, houve uma perda de participação nas Atividades Imobiliárias no município na ordem de 1,7 p.p. Considerando-se a metodologia de cálculo do VA, com base no VAF, aufere-se que o VA do setor de Serviços em Cachoeira Grande foi de R$ 34,6 milhões, R$ 4,8 milhões a mais que em 2014. Deve-se a esse aumento, aos ganhos de participação tanto na APU, quanto nas atividades de Comércio e Artes, cultura, esporte e recreação, outras atividades de serviços e serviços domésticos.

Axixá. Contribuiu com 0,22%, 0,24% e 0,24% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Assim como em Cachoeira Grande, a atividade de maior peso no setor de Serviços em Axixá é a APU, cuja participação foi de 70,4% em 2015. A segunda atividade de maior peso no município são as Atividades Imobiliárias, que representaram cerca de 13,8% em 2015, menor em 1,2 p.p. em comparação a 2014. Considerando-se a metodologia de cálculo do VA, com base no VAF, destaca-se que o VA do setor de Serviços em Axixá foi de, aproximadamente, R$ 44,5 milhões em 2015, ao passo que em 2014 o VA foi de R$ 41,1 milhões.

Presidente Juscelino. Contribuiu com 0,25%, 0,25% e 0,27% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. A APU em Presidente Juscelino representa 77% do setor de Serviços, maior representatividade entre os demais municípios da RMGSL. Por outro lado, a segunda atividade de maior peso no VA deste setor, assim como nos municípios destacados anteriormente, são as Atividades Imobiliárias, cujo peso em 2015 foi de 8,3% no total do setor em Presidente Juscelino. Segundo os dados do VAF, disponibilizados pela SEFAZ/MA, aponta-se que o VA do setor de Serviços em Presidente Juscelino foi de, aproximadamente, R$ 49,6 milhões em 2015. Em 2014, o VA foi de R$ 47,0 milhões, sendo que a APU representava 72,4%, 4,6 p.p. menor que em 2015. Devido a esse aumento na participação dessa atividade entre os referidos anos, houve aumento no VA do setor de Serviços no município.

Quanto aos demais municípios, isto é, aqueles que se encontram em posição intermediária entre as maiores e menores participações no setor de Serviços em relação ao total da RMGSL, destacam-se:

Alcântara. Contribuiu com 0,42%, 0,40% e 0,44% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Da mesma forma que na maioria dos municípios da RMGSL, a APU é a atividade de maior peso no setor de Serviços. Em 2015, por exemplo, essa atividade representou 70,3% do total do setor no município, ao passo que em 2014 a participação foi de 68,3%. Como segunda atividade de maior peso nos Serviços em Alcântara, destacam-se as Atividades Imobiliárias, cujos pesos em 2014 e 2015 foram, respectivamente, 17,9% e 15,5%. Seguindo a metodologia de cálculo das Contas Regionais, considerando-se os dados do VAF, disponibilizados pela SEFAZ/MA, aufere-se que o VA dos Serviços em Alcântara foi de, aproximadamente, R$ 80,2 milhões em 2015, maior que o registrado em 2014, que foi de cerca de R$ 73,8 milhões. Contribuiu para esse crescimento, o aumento da participação da APU, entre 2014 e 2015, que foi na ordem de 2,0 p.p.

Bacabeira. Contribuiu com 0,75%, 0,64% e 0,56% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. No caso desse município, a APU representou cerca de 50% no total do setor de Serviços em 2015, maior que em 2014, cujo peso foi de 38,0%. Diferentemente dos demais municípios, as Atividades Imobiliárias em Bacabeira destacaram-se como segunda atividade de maior peso, apenas no ano de 2015, cuja participação foi de 15,9%. Contudo, em 2014 a segunda atividade que mais se destacou foi o Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas, cujo peso foi de 15,7%. Já em 2015, a participação do Comércio no setor de Serviços em Bacabeira reduziu para 7,2%, enquanto que a APU aumentou cerca de 12,0 p.p. entre 2014 e 2015. Dessa forma, com base nos dados do VAF, disponibilizados pela SEFAZ/MA, o VA dos Serviços em Bacabeira foi de, aproximadamente, R$ 103,2 milhões, menor que em 2014, cujo VA foi de R$ 129,1 milhões. O que mais contribuiu para essa redução foi a queda da participação no Comércio, tendo em vista que o ganho de participação da APU não conseguiu compensar.

Icatu. Contribuiu com 0,48%, 0,45% e 0,49% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. O peso da APU no setor de Serviços neste município foi de 73,2% em 2015, 0,6 p.p. maior que no ano anterior. Como segunda atividade de maior expressividade nos Serviços em Icatu, destacam-se as Atividades Imobiliárias, cuja participação no setor foi de 11,4% em 2015, menor em 1,2 p.p. em comparação ao ano anterior. Com base nos dados do VAF, o VA de Serviços em Bacabeira foi de, aproximadamente, R$ 81,9 milhões em 2015, ao passo que em 2014, o VA foi de R$ 82,5 milhões.

Morros. Contribuiu com 0,42%, 0,40% e 0,41% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Dentre as 11 atividades que compõem o setor de Serviços, a APU em Morros representou 64,9% em 2015, 2,7 p.p. a mais que no ano anterior. Como segunda atividade de destaque nos Serviços em Morros, destacam-se as Atividades Imobiliárias, cujos pesos entre 2014 e 2015 foram de 11,8% e 11,9%, respectivamente. Destaca-se que o peso dos Serviços no VA total do município em 2015 foi de 80,8%. Tomando como referência os dados do VAF, conforme disponibilizados pela SEFAZ/MA, indica-se que o VA dos Serviços em Morros foi de, aproximadamente, R$ 76,1 milhões, ao passo que em 2014 o VA foi de R$ 75,8 milhões.

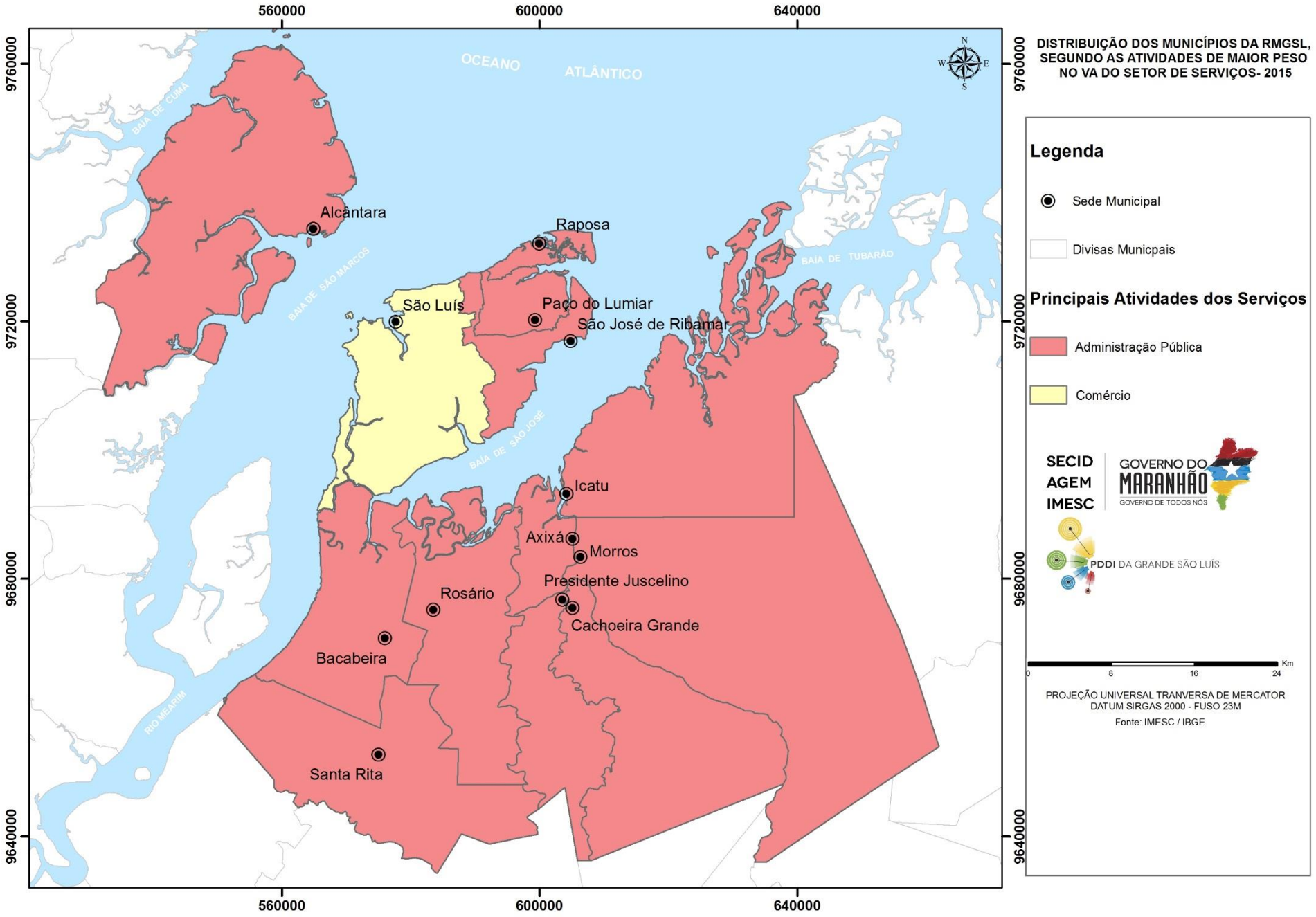
Raposa. Contribuiu com 0,62%, 0,68% e 0,71% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Da mesma forma que nos demais municípios, em Raposa a APU apresenta o maior destaque nos Serviços, cujo peso em 2015 foi na ordem de 53,4%. As Atividades Imobiliárias representaram o segundo maior peso no município no mesmo ano (19,2%), sendo que em 2014 a participação foi de 18,5%, ganho de 0,7 p.p.. Em relação a isso, conforme dados da RAIS, houve aumento no emprego formal nessa atividade de cerca de 40% entre 2014 e 2015. A atividade de Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas também pode ser destacada aqui como uma atividade que contribui no PIB do município, cujas participações entre 2014 e 2015 foram de, respectivamente, 14,3% e 12,2%. Nesse sentido, seguindo a metodologia de cálculo do PIB dos municípios, que leva em consideração os dados do VAF para estimar o VA, observou-se que o setor de Serviços em Raposa contribuiu com, aproximadamente, R$ 130,8 milhões em 2015, ao passo que em 2014 foi de R$ 134,3 milhões.

Rosário. Contribuiu com 1,11%, 1,06% e 1,17% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. Dentre os municípios da Microrregião do Munim, o setor de Serviços em Rosário representa pouco mais de 1%, ao contrário dos demais, cuja participação no VA total do município é inferior a esse percentual. Outro diferencial nesse município, em comparação aos demais da microrregião do Munim, é o fato de que a participação da APU no setor de Serviços foi menor que 50% tanto em 2014 quanto em 2015 e o Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas é a segunda atividade que mais se destaca no município, cujos pesos em 2014 e 2015 foram, respectivamente, 18,9% e 17,2%. Considerando os dados do VAF, aufere-se que VA dos Serviços em Rosário foi de R$ 214,6 milhões em 2015, ao passo que em 2014 foi de R$ 217,9 milhões. Essa queda no VA deve-se, principalmente, à perda de participação na atividade do Comércio e também, pode-se considerar a perda de participação nas Atividades Imobiliárias (15,7% em 2014 e 14,8% em 2015).

Santa Rita. Contribuiu com 0,74%, 0,75% e 0,98% em 2011, 2013 e 2015, respectivamente. As atividades que mais contribuem para o setor de Serviços em Santa Rita são as seguintes: APU (50,0% em 2014 e 53,2% em 2015); Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas (15,8% em 2014 e 16,2% em 2015); e Atividades Imobiliárias (16,1% em 2014 e 13,2% em 2015). De acordo com os dados do VAF, destaca-se que o VA de Serviços em Santa Rita foi de R$ 179,8 milhões, ao passo que em 2014, o VA ficou em torno de R$ 152,1 milhões. Esse aumento no VA entre 2014 e 2015 deve-se, principalmente, aos ganhos de participação na APU e no Comércio entre os referidos anos, sendo que essas duas atividades compensaram a queda na participação nas Atividades Imobiliárias.

Por mais que se tenha detalhado o Valor Adicionado de cada município, é válido destacar o mapa a seguir que mostra a principal atividade do setor de Serviços de cada um dos municípios que compõem a RMGSL.

Mapa 6 - Distribuição das principais atividades econômicas do setor de Serviços na RMGSL – 2015



Diferentemente dos demais setores, o setor de Serviços nos municípios é basicamente concentrado na APU, com exceção da capital. O setor de Serviços é dividido em 11 atividades, dentre as quais, pode-se destacar, como as mais importantes, isto é, que apresentam maior representatividade nos municípios maranhenses, cinco atividades: Comércio, Alojamento e Alimentação, Transportes, Serviços de Informação e APU. Na RMGSL, São Luís responde basicamente pela atividade de Comércio, notadamente o varejista, de veículos automotores e motocicleta e atacadista (exceto combustíveis).

Destaca-se que o Comércio na RMGSL representa cerca de 40,0% do setor de Serviços, ao passo que a APU responde por, aproximadamente, 37,0%. Desconsiderando a capital maranhense, os municípios São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Rosário são os que mais se destacam nos Serviços na RMGSL. Juntos, geraram um VA em torno de R$ 2 bilhões em 2015, o que representa cerca de 11,2% do total produzido no mesmo período para a RMGSL.

Quanto à atividade que mais se destaca, a APU, em 2015 foi gerado um VA de, aproximadamente, R$ 4,2 bilhões. Com exceção de São Luís, os municípios que mais contribuíram também foram São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Rosário. Dentre eles, a Administração Pública Federal, juntamente com a Estadual, possui o maior peso, pouco mais de 61%. Juntos, o VA da APU nos três municípios somou cerca de R$ 764 milhões em 2015.

Portanto, conforme verificado ao longo desta análise, evidencia-se que a capital maranhense destaca-se não somente diante dos 13 municípios da RMGSL, mas em relação a todos os demais municípios do estado.

Analisando-se o VA das atividades econômicas com base nos três grandes setores (Agropecuária, Indústria e Serviço), Presidente Juscelino destaca-se no setor primário, cuja contribuição no VA da Agropecuária em 2015 foi de aproximadamente R$ 25,6 milhões, superior ao de São Luís, que ocupou a segunda posição nessa atividade. Dessa forma, observa-se que nesse setor, os demais municípios possuem a capacidade de crescer e contribuir ainda mais na RMGSL. Uma interação conjunta desses municípios, com base em políticas públicas voltadas ao setor agropecuário, poderá gerar um crescimento contínuo na cadeia de alimentos, voltada não somente para a RMGSL, mas podendo expandir para além da própria região.

Constatou-se também que a Indústria na RMGSL é muito concentrada na capital, com exceção de Bacabeira, que apresentou o maior VA nesse setor em 2015. Mesmo assim, grande parte das atividades industriais é localizada em São Luís, isto é, existe maior diversidade das atividades industriais na capital maranhense em todas as atividades compreendidas no setor, com destaque para a Indústria de Transformação, notadamente, a produção de alimentos e bebidas, produtos têxteis, química, metalurgia básica e cimento e produtos minerais não metálicos.

Cabe ainda destacar que na maioria dos municípios, não somente da RMGSL, mas de todo o restante do estado, a Administração Pública responde pela maior parcela do setor de Serviços, com exceção de São Luís. Contudo, essa é uma característica do Brasil como um todo, haja vista que municípios de pequeno porte (até 50 mil habitantes), que representam[8] pouco mais de 89% dos municípios brasileiros, são bastante dependentes do setor público, cuja atividade econômica chega a ser de mais de 65% no setor de Serviços. Destaca-se que é justamente a Administração Pública, juntamente com outros esforços dos governos nas três esferas, que consegue resistir em períodos de recessão econômica, por meio de políticas anticíclicas.

[8] Conforme Azevedo e Aquino (2016, p. 63).

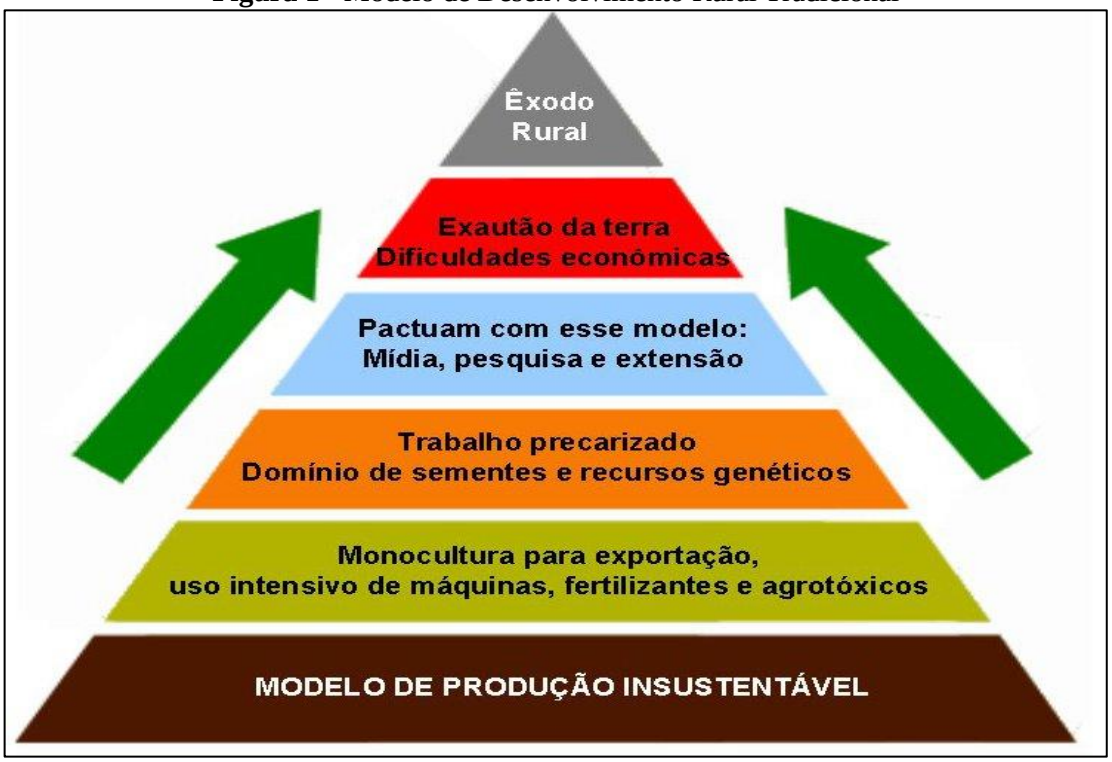
3 AGRICULTURA FAMILIAR E EXTRATIVISMO NA RMGSL

3.1 Introdução

A agricultura familiar é uma terminologia adotada em um período recente na história da agricultura brasileira. Na segunda metade do século XX, era clara a grande heterogeneidade do modelo agrícola brasileiro e a ênfase dada aos pequenos produtores agrícolas inseridos no processo da modernização conservadora, fortalecendo a subordinação desses ao capital.

A partir dos anos 1970, impulsionadas pela Revolução Verde[9], as políticas públicas de estímulo à modernização deram subsídios em grande escala para insumos, desenvolvimento de novas tecnologias e mecanização, colaborando com os maiores índices de produtividade e a maiores taxas de lucro do agronegócio, principalmente, por serem produtos industrializados e destinados à exportação.

Figura 1 - Modelo de Desenvolvimento Rural Tradicional



Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2016)

O desenvolvimento rural sustentável apresenta diversas características que se encontram presentes na agricultura familiar, pois esta pode promover a igualdade social, a sustentabilidade ecológica e a viabilidade econômica.

[9] A expressão Revolução Verde foi criada em 1966, em uma conferência em Washington, por William Gown, pautada nas inovações tecnológicas na agricultura para a obtenção de maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo que aumentassem a produtividade.

Quadro 1 - Características da agricultura patronal e da agricultura familiar

AGRICULTURA PATRONAL	AGRICULTURA FAMILIAR
Total separação dos fatores gestão e trabalho	Gestão e trabalho intimamente relacionados
Organização centralizada	Processo produtivo dirigido diretamente pelo agricultor
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Predomínio do trabalho assalariado	Trabalho assalariado é apenas complementar
Tecnologias direcionadas a eliminações das decisões "de terreno" e "de momento"	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias buscam principalmente a redução da necessidade de mão de obra	Decisões tomadas "*in loco*", condicionadas pelas especificidades do processo produtivo
Ênfase no uso de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos

Fonte: FAO/INCRA (1994)

Com a promulgação da Lei nº 11.326 em 24 de julho de 2006[10], tornaram-se mais claros e legítimos os requisitos para o enquadramento na agricultura familiar, conforme descrito nas alíneas do artigo 3º abaixo:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento;

IV - dirija seu estabelecimento com sua família.

A agricultura familiar, especialmente no Maranhão, tem-se mantido com técnicas bastante rudimentares e ainda com características de subsistência e muito distante de se tornar uma atividade mercantil eficiente que possa promover uma reprodução material de forma satisfatória de uma parcela considerável da população.

3.2 Metodologia de Trabalho

A priori, fez-se um levantamento dos principais produtos cultivados nos municípios da RMGSL, por meio dos dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, além de se verificar o fomento à agricultura familiar entre 2010 e 2016. É importante ressaltar que os dados da PAM possuem uma defasagem de dois anos. Por outro lado, alguns dos dados trabalhados aqui referem-se ao Censo Agropecuário (2006) que, por mais que sejam dados antigos, ainda ajudam a compreender um pouco da realidade dos municípios, não somente da RMGSL, mas de todos os municípios maranhenses, tendo em vista que o Maranhão é considerado um estado rural. Outras informações apresentadas neste diagnóstico referem-se a informações ainda um pouco defasadas (até 3 ou 4 anos), acerca do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Garantia Safra.

Cabe ressaltar que as pesquisas de campo realizadas pelos técnicos e bolsistas envolvidos nos 13 municípios da RMGSL não se configuraram uma pesquisa de caráter "censitário", tendo em vista que as informações colhidas *in loco* serviram apenas para complementar as análises, com base nas informações secundárias já existentes nos órgãos de pesquisa oficiais (IBGE, MDS, BCB, entre outros).

[10] Estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

É importante destacar que, mesmo sendo produtos básicos da agricultura familiar, o arroz, o feijão, o milho e a mandioca, não se pode deixar de lado alguns produtos do extrativismo, como o açaí, por exemplo, já que existem municípios na RMGSL em que esse produto é cultivado por algumas famílias.

Com base nas informações coletadas, construiu-se este diagnóstico. É importante destacar que algumas das informações presentes aqui foram apresentadas nas diversas oficinas nos municípios e diante dos debates, foram questionados alguns dados. No entanto, não foram apresentados dados que se baseassem em quaisquer tipos de fontes que justificassem as contestações a não ser as baseadas em opiniões pessoais e juízos de valor. Diante disso, como as informações apresentadas aqui são baseadas em informações de diversos institutos de pesquisa governamentais, as originais foram mantidas.

3.3 Análise da Produção Agrícola Familiar na RMGSL

Com base nos dados do Censo Agropecuário (2006), observa-se que a maioria dos estabelecimentos agrícolas pertence à Agricultura Familiar, o que é uma realidade não só na RMGSL, mas em todo o estado. Os principais produtos cultivados pelas famílias maranhenses são: mandioca, arroz, milho e feijão. No entanto, essa produção ainda é realizada de forma muito precária, com parca assistência técnica e muitas vezes dificuldades de acesso aos mercados formal e também institucional, o que indica uma necessidade premente de definição de políticas públicas que potencializem a inclusão produtiva das famílias produtoras.

Quadro 2 - Utilização das terras por município da RMGSL

Utilização das terras – Total (Unidades)			
Unidade da Federação e Município	Agricultura familiar		
	Total	Não familiar	Agricultura familiar
Maranhão	**287.039**	**24.997**	**262.042**
Alcântara	1.889	30	1.859
Axixá	1.222	71	1.151
Bacabeira	106	34	72
Cachoeira Grande	1.127	45	1.082
Icatu	1.904	54	1.850
Morros	1.768	383	1.385
Paço do Lumiar	1.625	175	1.450
Presidente Juscelino	1.428	27	1.401
Raposa	346	6	340
Rosário	839	49	790
Santa Rita	1.519	164	1.355
São José de Ribamar	408	42	366
São Luís	1.125	65	1.060

Fonte: Censo Agropecuário (2006)

Deve-se considerar que, com a defasagem de tempo das informações apresentadas pelo Censo Agropecuário de 2006, as visitas de campo não detectaram uma realidade muito diferente do que foi apresentado. Isso se deve também à caraterística da RMGSL de não apresentar grandes empreendimentos agrícolas, mas sim um grande número de pequenos empreendimentos e que para que haja um aumento de produtividade, fazem-se necessárias políticas de desenvolvimento e formação de cadeias produtivas.

Tabela 5 - Produção total da agricultura familiar nos municípios da RMGSL e Maranhão – mil toneladas

Municípios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Alcântara	12,0	10,6	12,0	4,3	11,4	10,6	11,4
Axixá	2,3	3,5	3,7	1,8	5,7	3,7	3,7
Bacabeira	3,7	3,9	2,9	1,5	4,4	2,4	2,3
Cachoeira Grande	10,7	13,2	12,8	5,6	21,0	21,1	20,0
Icatu	11,0	13,9	16,5	8,9	26,1	29,7	29,1
Morros	9,7	13,3	13,5	6,3	20,1	22,2	22,3
Paço do Lumiar	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Presidente Juscelino	7,9	11,4	11,3	5,0	17,0	17,2	20,0
Raposa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rosário	14,1	16,0	14,7	6,6	21,6	11,5	11,3
Santa Rita	14,9	15,0	6,5	5,6	23,7	27,1	26,6
São José de Ribamar	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
São Luís	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,4	0,4
Região Metropolitana	87,1	101,6	94,6	46,2	151,6	146,1	147,2
Maranhão	2.703,9	3.177,4	2.787,1	3.171,4	3.776,4	3.240,1	2.174,6

Fonte: PAM; IBGE (2018)

Com base nos dados da PAM, Icatu, Santa Rita e Morros representam juntos aproximadamente 53% da produção familiar na RMGSL. Os quatro municípios da Ilha de São Luís apresentam uma pequena participação no total da RMGSL, o que demonstra uma necessidade de políticas de integração produtiva, considerando principalmente a baixa participação no mercado local, conforme detectado nas pesquisas realizadas *in loco*.

Cabe destacar que os municípios de Santa Rita, Icatu, Cachoeira Grande e Morros são os que apresentam os maiores crescimentos na participação relativa. No entanto, se for considerada a produção total de todos os municípios, observa-se um crescimento de aproximadamente 60.000 toneladas entre os anos de 2010 e 2016, em contraposição ao total do estado que apresenta um decréscimo na produção familiar, o que pode indicar uma potencialidade vocacional que a RMGSL possui para o desenvolvimento da Agricultura Familiar.

Com relação aos municípios da Ilha de São Luís, foi criado o **Projeto Agropolo da Ilha** em 2016 coordenado pela SAGRIMA, que se iniciou por meio das seguintes ações:

Quadro 3 - Ações do Projeto Agropolo da Ilha

- Assistência técnica e capacitação gerencial nas 125 Unidades de Referência Produtiva;
- Distribuição de sementes de frutas e hortaliças;
- Distribuição de biofertilizantes;
- Instalação de placas solares para captação de energia solar;
- Aquisição de kits de irrigação e caminhões para o transporte de frutas e hortaliças;
- Aquisição de estufas agrícolas.

Fonte: SAGRIMA (2016)

Por se tratar de projeto recente, os impactos ainda podem ser pouco mensurados, mesmo considerando que é uma política pública que pode sobremaneira potencializar a produção agrícola da agricultura familiar.

Após essas breves considerações, segue adiante um detalhamento da agricultura familiar por município da RMGSL.

3.2.1 Alcântara

O município de Alcântara possui um extenso território e foi detectado, nos povoados visitados, que grande parte da produção familiar é ainda destinada à subsistência das próprias famílias, além ser uma produção com base em modelos que geram baixa produtividade, ou seja, plantio no toco (consorciado). Vários povoados que foram deslocados com a instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) possuem estradas em boas condições de escoamento, especialmente nas agrovilas que inicialmente foram organizadas com populações deslocadas de áreas que posteriormente foram ocupadas pelo CLA.

No entanto, um dos questionamentos das populações localizadas nessas agrovilas é sobre a morosidade na obtenção do título fundiário que, mesmo depois de três décadas, ainda não foi obtido. As condições de produção são precárias e carecem de estrutura e assistência técnica. Com relação à pesca, não foram obtidas informações concretas, pois também é realizada de forma artesanal, atendendo principalmente ao mercado local.

Quadro 4 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Alcântara

Agricultores Familiares (Censo Agro./06)	**Reforma Agrária**		**DAP*(nov/15)**		**PRONAF 2015/2016**(nov/15)**	
	Famílias Assentadas (nov/15)	Área reformada (ha) (nov/15)	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Contratos	Valores (R$)
1.859	178	6.137	4.834	4	25	94.977
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural						
Técnicos (nov/15)	Agricultores Beneficiados		Assentados Atendidos – ATES (set/15)		BSM rural Famílias Previstas (dez/13)	BSM Famílias Atendidas (nov/15)
	Chamadas Públicas (nov/15)	Grupo B (jul/14)				
26	1.478	171	171		980	1.478
Garantia Safra		**PAA**			**PNAE** (2014)**	
2014/2015 (out/15)**	**2014/2015 (out/15)**	**2015 (Formação de Estoque)* (set/15)**		**2015 (Conab) (set/15)**		
Agricultores Aderidos	Agricultores Pagos	Fornecedores	Valor total proposta (R$)	Valor total proposta (R$)	% na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF	
0	0	0	0	0	54,47%	

Fonte: INCRA/MDA; Censo Agropecuário (2006)
* Um estabelecimento pode ter mais de uma DAP e abrange agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
** O PRONAF beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
*** Beneficiam agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
**** As prestações de contas ainda estão sob análise, portanto, os dados são preliminares e passíveis de alteração.

Um dos itens que mais chama atenção nas informações obtidas é a respeito do PNAE, que recebe 54,47% da agricultura familiar, o índice mais alto dos municípios da RMGSL. No entanto, não existem produtos de origem animal, pois da mesma forma que a maioria dos municípios, ainda não está implantado o Sistema de Inspeção Municipal (SIM), com exceção de São Luís. No que tange a essa questão, foi detectado na visita de campo que toda a carne consumida no município tem origem em matadouros clandestinos, o que se apresenta como uma grave situação de saúde pública, situação que pode ser sanada ou com a instalação de um matadouro municipal ou com estímulo à legalização dos já existentes.

Com relação ao PAA, o município ainda não conseguiu aderir ao programa, no entanto em 2018 já existe a perspectiva dessa adesão. Existem 178 famílias assentadas de maioria quilombola que vivem basicamente da plantação de hortifrútis e mandiocultura. A produção da lavoura temporária de arroz, milho e feijão vem reduzindo desde 2010, corroborando o que foi detectado na pesquisa de campo, na qual os agricultores informaram plantar basicamente os dois produtos citados anteriormente.

Tabela 6 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Alcântara entre 2010 e 2016

Ano	Lavoura Temporária (toneladas)				Lavoura Permanente		
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Banana (cacho)	Coco-da-baía (toneladas)	Laranja (toneladas)
2010	655,0	116,0	11.040,0	202,0	900,0	105,0	205,0
2011	550,0	126,0	9.712,0	175,0	1.072,0	105,0	205,0
2012	540,0	80,0	11.200,0	176,0	1.072,0	105,0	205,0
2013	249,0	29,0	3.990,0	52,0	1.078,0	125,0	63,0
2014	417,0	103,0	10.712,0	118,0	975,0	104,0	63,0
2015	155,0	68,0	10.319,0	86,0	975,0	104,0	57,0
2016	212,0	76,0	10.956,0	117,0	520,0	98,0	51,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

Com relação à cultura da mandioca, praticamente toda a produção é usada para fazer farinha, mas as famílias obtêm um baixo valor agregado em sua produção. Sobre a Lavoura Permanente (banana, coco-da-baia e laranja), as informações obtidas do IBGE apontam uma queda considerável em todos os produtos, o que demonstra também a falta de estímulos para manter uma constância na produção. Essa situação exige uma mudança de postura do setor público com relação à agricultura familiar, por meio da introdução do PNAE, pois estimula a diversificação produtiva da agricultura familiar, apesar de que no município esta participa também com frutíferas.

Tabela 7 - Produção Vegetal e Extrativismo em Alcântara entre 2010 e 2016

Ano	Extrativismo e Produção Vegetal		
	Açaí (fruto) (Toneladas)	Carvão vegetal (Toneladas)	Lenha (Metros cúbicos)
2010	69,0	830,0	43.350,0
2011	84,0	750,0	35.500,0
2012	91,0	788,0	33.180,0
2013	97,0	786,0	30.500,0
2014	106,0	750,0	28.000,0
2015	101,0	675,0	25.050,0
2016	90,0	710,0	20.984,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

Segundo o IBGE, o Extrativismo local tem apresentado um crescimento na produção de açaí, com decréscimo moderado no que diz respeito ao carvão vegetal e queda significativa na produção de lenha. Com relação ao açaí, entre 2010 e 2014, a produção anual cresceu 47 toneladas. Essa produção é vendida praticamente toda *in natura*, o que precisa ser considerado é que não só em Alcântara, mas em toda RGMSL pode-se pensar em estruturar uma cadeia produtiva do produto, já que ele aparece de forma recorrente em todos os municípios e isso pode se materializar com a criação de centrais de distribuição e pequenas agroindústrias.

3.2.2 Axixá

A integração à Região Metropolitana poderá permitir o crescimento econômico local, expandindo sua fronteira de produção e comercialização. Quanto à agricultura familiar, os pontos fortes

são a Pesca e o Extrativismo (produção de açaí). Além disso, alguns povoados do município se destacam na produção de banana. Quanto à produção, segundo informações da própria Secretaria de Agricultura, existe dificuldade para os produtores produzirem de forma contínua, considerando a seca, a falta de água (principalmente para a criação de animais) e a falta de informação/assistência técnica.

No tocante à forma de organização dos produtores rurais do município, existem algumas associações de produtores, em especial, nas comunidades quilombolas, situadas nos seguintes povoados: Burgos, Centro Grande, Munim e Santa Rosa. Nessas comunidades, existe o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Pesca. Em relação à Agroindústria, não existe nenhum projeto no município. Um dos problemas identificados foi a não existência do SIM, o qual possibilita a comercialização de produtos de origem animal via PAA, no entanto, as informações obtidas é que já existe projeto em fase de discussão e aprovação.

Com relação às feiras locais, para que os produtores possam comercializar seus produtos, constatou-se a existência de um "mercado do peixe", sendo que os demais produtos, como por exemplo, hortifrúti, são vendidos em estabelecimentos locais (pequenos comércios, sacolões, etc.). Por outro lado, os produtores de Axixá têm a oportunidade de vender os seus produtos em outros municípios, mas não vendem diretamente, já que essa venda é feita por "atravessadores". Conforme informações coletadas na Secretaria de Agricultura do município, os povoados de destaque em ordem de maior relevância são: Perijuçara (produção de banana, pesca e apicultura); Munim (produção de mandioca); Burgos (extrativismo e piscicultura); Centro Grande (produção de mandioca, extrativismo – pequi e milho, piscicultura e produção de leite); Santa Rosa (hortifrúti e mandioca).

No caso do Povoado Perijuçara, visitou-se uma pequena propriedade de produção de banana, conforme constatado na **Figura 2**.

Figura 2 - Produção de banana no povoado Perijuçara em Axixá

Fonte: IMESC (2018)

Conforme o produtor local, existe dificuldade de produzir banana com uma produtividade elevada, tendo em vista a falta de insumos, ausência de assistência técnica, entre outros fatores. Ainda

segundo o produtor, devido à baixa produtividade, os cachos produzidos variam bastante de tamanho, sendo que o fruto é comercializado a um preço extremamente baixo.

A informação obtida em campo é que o produtor vende uma quantia de 100 bananas por uma média de apenas R$ 20,00. Ainda de acordo com o produtor de banana do povoado Perijuçara, essa é uma realidade característica da maioria dos produtores do município, sendo necessário um olhar mais específico dos gestores, a fim de fortalecer a produção desse produto.

Adiante segue um quadro com algumas informações básicas acerca da agricultura familiar em Axixá.

Quadro 5 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Axixá

Agricultores Familiares (Censo Agro./06)	**Reforma Agrária**		**DAP*(nov/15)**		**PRONAF 2015/2016**(nov/15)**	
	Famílias Assentadas (nov/15)	Área reformada (ha) (nov/15)	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Contratos	Valores (R$)
1.151			1.995		18	63.100
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural						
Técnicos (nov/15)	Agricultores Beneficiados		Assentados Atendidos – ATES (set/15)		BSM rural Famílias Previstas (dez/13)	BSM Famílias Atendidas (nov/15)
	Chamadas Públicas (nov/15)	Grupo B (jul/14)				
		254	254			
Garantia Safra		**PAA**			**PNAE** (2014)**	
2014/2015 (out/15)**	**2014/2015 (out/15)**	**2015 (Formação de Estoque)* (set/15)**		**2015(Conab) (set/15)**		
Agricultores Aderidos	Agricultores Pagos	Fornecedores	Valor total proposta (R$)	Valor total proposta (R$)	% na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF	
0	0	0	0	0	26,15%	

Fonte: INCRA/MDA; Censo Agropecuário (2006)
* Um estabelecimento pode ter mais de uma DAP e abrange agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
** O PRONAF beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
*** Beneficiam agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
**** As prestações de contas ainda estão sob análise, portanto, os dados são preliminares e passíveis de alteração.

Conforme já mencionado anteriormente, os dados do MDA corroboram o fato de que os agricultores familiares de Axixá não participam do PAA, o que pode ser atrelado ao fato de que o município não possui o SIM. Portanto, é de suma importância a implementação do selo, haja vista que os produtores rurais familiares terão oportunidade de comercializar tudo o que produzem em mercados que vão além do próprio município.

Tabela 8 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Axixá entre 2010 e 2016

Ano	Lavoura Temporária (toneladas)				Lavoura Permanente		
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Banana (cacho)	Coco-da-baía (toneladas)	Laranja (toneladas)
2010	86,0	4,0	2.010,0	198,0	746,0	108,0	33,0
2011	134,0	10,0	3.200,0	127,0	741,0	107,0	33,0
2012	90,0	8,0	3.472,0	99,0	741,0	107,0	33,0
2013	44,0	8,0	1.633,0	72,0	671,0	112,0	31,0
2014	150,0	16,0	5.256,0	243,0	578,0	120,0	31,0
2015	104,0	14,0	3.487,0	120,0	563,0	63,0	25,0
2016	118,0	12,0	3.426,0	122,0	576,0	60,0	24,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

Os dados elencados na **Tabela 8** apontam para um crescimento na produção de arroz, feijão e mandioca enquanto a produção de milho apresenta um decréscimo. No caso dessa última cultura, isso pode estar atrelado ao fato de que grande parte da produção de milho, antes específica da agricultura familiar, cerca de 86% com base nos dados do Censo Agropecuário 2006, atualmente foi tomada pelo agronegócio, mais especificamente produzida em municípios da região Sul do Maranhão, os quais concentram a maior parte da produção de grãos do estado. Com relação à Lavoura Permanente, ocorre no período entre 2010 e 2016 um decréscimo na produção total. Conforme detectado na pesquisa *in loco*, também existe uma considerável produção de hortaliças que é comercializada principalmente em feiras locais.

Tabela 9 - Produção Vegetal e Extrativismo em Axixá entre 2010 e 2016

Ano	Produtos		
	Açaí (fruto) (Toneladas)	Carvão vegetal (Toneladas)	Lenha (Metros cúbicos)
2010	135,0	17,0	3.450,0
2011	141,0	18,0	3.120,0
2012	145,0	16,0	2.850,0
2013	145,0	18,0	2.930,0
2014	146,0	18,0	2.850,0
2015	134,0	18,0	2.807,0
2016	150,0	18,0	2.751,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

A produção de açaí, produto abundante na região, apresentou crescimento no período compreendido entre 2010 e 2016, no qual saiu de 135 para 150 toneladas. Uma das vantagens da produção local é a facilidade de acesso ao mercado, no entanto, a produção total é vendida *in natura*, principalmente em mercados nas rodovias de acesso à sede do município. A produção de carvão vegetal estabilizou-se no período entre 2013 a 2016, enquanto a produção de lenha sofreu um pequeno decréscimo no mesmo período.

3.2.3 Bacabeira

Os problemas identificados para que a produção ocorra de forma continuada são: seca, excesso de chuva e água para criação. No município existe uma pequena agroindústria de polpa de frutas. Ainda não existe SIM instalado, no entanto, o município apresenta a melhor participação no PNAE.

Com relação ao PAA, as potencialidades locais identificadas são a fruticultura e apicultura. Com relação aos acessos dos produtores locais, as estradas vicinais encontram-se em bom estado, devido, principalmente, a acordos de compensação com a VALE pelo uso do território local para acesso de seus produtos ao Porto de Itaqui, considerando ainda a proximidade com a BR-135 e São Luís. Diante dessa situação, os produtores têm acesso facilitado também aos mercados de Santa Rita e Rosário.

Quadro 6 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Bacabeira

Agricultores Familiares (Censo Agro./06)	Reforma Agrária		DAP* (nov/15)		PRONAF 2015/2016** (nov/15)	
	Famílias Assentadas (nov/15)	Área reformada (ha) (nov/15)	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Contratos	Valores (R$)
72	-	-	1.756	-	52	180.000
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural						
Técnicos (nov/15)	Agricultores Beneficiados		Assentados Atendidos – ATES (set/15)		BSM rural Famílias Previstas (dez/13)	BSM Famílias Atendidas (nov/15)
	Chamadas Públicas (nov/15)	Grupo B (jul/14)				
	-	134	134		-	-
Garantia Safra		PAA			PNAE** (2014)	
2014/2015** (out/15)	2014/2015 (out/15)	2015 (Formação de Estoque)* (set/15)		2015 (Conab) (set/15)		
Agricultores Aderidos	Agricultores Pagos	Fornecedores	Valor total proposta (R$)	Valor total proposta (R$)	% na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF	
0	0	0	0	0	30,38%	

Fonte: INCRA/MDA; Censo Agropecuário (2006)
* Um estabelecimento pode ter mais de uma DAP e abrange agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
** O PRONAF beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
*** Beneficiam agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
**** As prestações de contas ainda estão sob análise, portanto, os dados são preliminares e passíveis de alteração.

O valor dos contratos realizados nos anos de 2015/2016 estabeleceu uma média R$ 3.461,00 por contrato, instrumento esse que precisa ser potencializado futuramente, considerando principalmente que existe um grande potencial para o desenvolvimento da apicultura no município. Com relação ao PNAE, o percentual de produtos adquiridos diretamente da agricultura familiar foi de 30,38% em 2014. No entanto, segundo dados do FNDE, esse valor caiu para 18% em 2015. O SIM ainda está em fase de implantação, mas a Prefeitura já desenvolve projetos de apoio aos produtores de aves, especialmente no fornecimento de ração, o que poderá viabilizar, por meio da implantação do SIM, o aumento na participação na merenda escolar.

Tabela 10 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Bacabeira entre 2010 e 2016

Ano	Lavoura Temporária (toneladas)				Lavoura Permanente		
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Banana (cacho)	Coco-da-baía (toneladas)	Laranja (toneladas)
2010	106,0	18,0	3.400,0	198,0	1.080,0	20,0	136,0
2011	171,0	23,0	3.392,0	312,0	1.200,0	20,0	136,0
2012	90,0	19,0	2.536,0	218,0	1.200,0	20,0	136,0
2013	69,0	14,0	1.243,0	140,0	990,0	20,0	122,0
2014	158,0	30,0	3.868,0	309,0	850,0	20,0	104,0
2015	81,0	17,0	2.132,0	145,0	210,0	18,0	45,0
2016	50,0	22,0	2.088,0	140,0	122,0	20,0	31,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

Ao observar-se a tabela acima, constata-se que as Lavouras Temporárias e Permanente têm apresentado um decréscimo no período de 2010 a 2016. Apesar disso, existe um estímulo local para apicultura, horticultura e avicultura, especialmente na criação de galináceos. Isso pode ser identificado como potencial de vocação local, considerando também o apoio do poder público municipal para essas atividades. Com relação às hortaliças, a prefeitura local faz o deslocamento para a feira que acontece semanalmente no município e para feiras em municípios do entorno.

Vale ressaltar que a prefeitura presta assistência técnica, juntamente com o governo do estado. Atualmente a prefeitura, por meio da secretaria de agricultura, está buscando apoio para viabilizar o transporte e também a obtenção de barracas, para que os produtores possam levar seus produtos à feira.

Quanto à capacitação, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) é um grande parceiro da prefeitura no tocante à capacitação das famílias produtoras rurais de Bacabeira. Contudo, a prefeitura possui verba e também técnicos suficientes, para que possa suprir a demanda por capacitação dos produtores rurais.

Conforme visita *in loco*, constatou-se que existe uma atividade de grande relevância para o município, a apicultura, localizada no povoado José Pedro.

Figura 3 - Associação dos apicultores do povoado José Pedro em Bacabeira

Fonte: IMESC (2018)

Segundo informações da Secretaria Municipal de Agricultura, o município possui grande potencial para a apicultura. O litro do mel é vendido em torno R$ 25,00, mas em grandes quantidades ele é vendido no kg. Destaca-se que o mel produzido em Bacabeira é vendido em outros municípios (principalmente os próximos), além de ser exportado para outros estados, tendo, como grande consumidor, o estado do Piauí.

É importante destacar que Bacabeira é um dos 60 municípios maranhenses que produzem mel em larga escala, sendo que o município ocupa a 12ª posição no *ranking* dos maiores produtores, cuja produção em 2016, conforme dados do IBGE, foi de 14,3 toneladas, um salto bastante expressivo em relação ao ano anterior, que foi de apenas 1,9 toneladas. Dentre os municípios da RMGSL, Bacabeira é o maior produtor de mel, seguido de Morros e Presidente Juscelino, cujas produções são bem inferiores quando comparadas à de Bacabeira.

Tabela 11 - Produção Vegetal e Extrativismo em Bacabeira entre 2010 e 2016

Ano	Extrativismo e Produção Vegetal		
	Açaí (fruto) (Toneladas)	Carvão vegetal (Toneladas)	Lenha (Metros cúbicos)
2010	33,0	41,0	15.843,0
2011	31,0	37,0	14.259,0
2012	28,0	35,0	14.650,0
2013	28,0	36,0	15.756,0
2014	28,0	37,0	15.221,0
2015	28,0	36,0	15.754,0
2016	23,0	29,0	14.178,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

A produção extrativista tem mantido uma regularidade no período identificado acima (2010-2016), demonstrando inclusive que, ao longo da RMGSL, existe potencial para o desenvolvimento de diversas cadeias produtivas, por meio das características de cada conjunto de municípios e sua integração com a Ilha de São Luís e, consequentemente, com a RMGSL.

Além da produção básica familiar e extrativismo vegetal, cabe destacar que a prefeitura incentiva a produção de frango no município. As famílias recebem os pintos da prefeitura, além de ração e telas para a construção dos viveiros. Dessa forma, as famílias podem produzir regularmente e praticamente sem custo, podendo tirar maior proveito da sua criação/produção.

3.2.4 Cachoeira Grande

Uma das principais questões levantadas é sobre o apoio do Governo Estadual no estímulo à dinâmica da produção local. Existem no município oito associações de produtores adimplentes, no entanto, a venda de produtos sempre ocorre de forma individualizada.

A principal forma de crédito acessada é o Crediamigo do Banco do Nordeste e, com relação à assistência técnica, existem atualmente no município três técnicos de nível médio para atender a toda demanda local. De forma geral, em todos os municípios visitados, esse é um dos principais gargalos, o que, inclusive, dificulta o acesso ao crédito, haja vista que a assistência técnica apresenta-se como um dos elementos estruturantes das famílias produtoras na capacidade de acessar o crédito e que isso se reflete no aumento de produtividade.

Sobre a questão do crédito, é importante enfatizar que se deve também às dificuldades orçamentárias e financeiras de diversas prefeituras, o que dificulta a contratação de profissionais qualificados.

Em relação ao SIM, conforme informações colhidas na Secretaria Municipal de Agricultura, foi aprovado pela Câmara Municipal em fevereiro de 2017 e, inclusive, habilitou os produtores familiares a comercializarem frango no PNAE. Destaca-se que a implementação do selo de inspeção foi obtida pelo município em parceria com a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED).

Os principais cultivos no município são: mandioca, psicultura e hortifrúti, mas não se pode afirmar que existe no município cadeias produtivas desenvolvidas. Contudo, alguns povoados destacam-se na produção de outros produtos, como por exemplo: i) povoado Casca Grossa, produção de frango; ii) povoado São José dos Lopes, produção de mandioca e, consequentemente, farinha; iii) povoado Buriti da Maria Chica, produção de hortaliça; iv) povoado Água Azul, mandiocultura, hortifruticultura e piscicultura.

Existem dois campos agrícolas no município, onde existe uma plantação de pimentinha em um deles e no outro, na época da pesquisa realizada em janeiro de 2018, estava sendo preparado roça para plantação de quiabo e maxixe. O campo agrícola visitado demonstrou um grande potencial produtivo (considerando a quantidade de palmeiras e frutas nativas), no entanto, o escoamento apresenta-se de forma bastante precária, com dificuldades no acesso à plantação e ao mercado consumidor.

Figura 4 - Produção de pimenta de cheiro (pimentinha) no povoado Porto da Casca em Cachoeira Grande

Fonte: IMESC (2018)

A produção do campo visitado consegue entregar em média cinquenta caixas de pimentinha na feira do João Paulo, no entanto, devido às dificuldades de escoamento, isso não ocorre de forma contínua. Destaca-se que devido a essa dificuldade de escoar a produção, somado ao fato de o terreno ser bastante acidentado e distante do ponto em que um veículo possa carregar a produção, além da existência de outras plantas, há desperdício de algumas pimentinhas. Segundo o produtor local, não é possível estimar o percentual exato de perda na produção de pimentinha. Conforme verificado em campo, acredita-se que há um desperdício médio entre 10 e 15%, sendo que, em períodos de chuvas mais intensas, esse percentual pode chegar até 20%. Além da pimentinha, o produtor do povoado Porto da Casca também planta algumas frutas, com destaque para o mamão.

Figura 5 - Produção de mamão no povoado Porto da Casca em Cachoeira Grande

Fonte: IMESC (2018)

Conforme visita *in loco*, observou-se que nos campos agrícolas mencionados pelo Secretário de Agricultura do município, existem cerca de quatro famílias em cada um desses campos, as quais realizam atividades de cultivo de diversos produtos, dentre eles, o mamão. Por estar na mesma área que a plantação de pimentinha supracitada, além de outras culturas, a produtividade acaba não sendo muito satisfatória, somado à dificuldade de escoamento do produto, sem veículo e com acesso precário.

Portanto, faz-se necessário que o município, em parceria com o governo do estado, desenvolva políticas públicas direcionadas às famílias produtoras, em especial, àquelas cujas produções sejam bastante diversificadas. Adiante segue um quadro com informações acerca da Agricultura Familiar em Cachoeira Grande.

Quadro 7 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Cachoeira Grande

Agricultores Familiares (Censo Agro./06)	**Reforma Agrária**		**DAP*(nov/15)**		**PRONAF 2015/2016** (nov/15)**	
	Famílias Assentadas (nov/15)	Área reformada (ha) (nov/15)	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Contratos	Valores (R$)
1.082	667	26.024	1.158	0	10	26.100
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural						

Técnicos (nov/15)	Agricultores Beneficiados		Assentados Atendidos – ATES (set/15)	BSM rural Famílias Previstas (dez/13)	BSM Famílias Atendidas (nov/15)
	Chamadas Públicas (nov/15)	Grupo B (jul/14)			
	-	140	140	-	-

Garantia Safra		PAA			PNAE** (2014)
2014/2015** (out/15)	2014/2015 (out/15)	2015 (Formação de Estoque)* (set/15)		2015 (Conab) (set/15)	
Agricultores Aderidos	Agricultores Pagos	Fornecedores	Valor total proposta (R$)	Valor total proposta (R$)	% na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF
0	0	0	0	0	0,00%

Fonte: INCRA/MDA; Censo Agropecuário (2006)
* Um estabelecimento pode ter mais de uma DAP e abrange agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
** O PRONAF beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
*** Beneficiam agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
**** As prestações de contas ainda estão sob análise, portanto, os dados são preliminares e passíveis de alteração.

No município também existem assentados de reforma agrária em um total de 667 famílias e, conforme constatado nas visitas de campo, ainda é baixo o índice de agricultores atendidos por assistência técnica. Com relação ao acesso ao crédito, foram gerados nos anos 2015/2016 apenas 10 contratos no valor de R$ 26.100,00, o que dá uma média muito baixa por agricultores, o que explica também as dificuldades de se manter produtivo. Isso talvez explique também por que, no ano de 2014, o município não obteve nada da agricultura familiar para a merenda escolar, o que se torna um aspecto preocupante.

Tabela 12 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Cachoeira Grande entre 2010 e 2016

Ano	Lavoura Temporária (toneladas)				Lavoura Permanente		
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Banana (cacho)	Coco-da-baía (toneladas)	Laranja (toneladas)
2010	17,0	8,0	10.608,0	70,0	56,0	0,0	0,0
2011	16,0	10,0	13.167,0	54,0	68,0	0,0	0,0
2012	13,0	7,0	12.704,0	40,0	68,0	0,0	0,0
2013	9,0	6,0	5.507,0	33,0	74,0	0,0	0,0
2014	26,0	15,0	20.900,0	107,0	71,0	0,0	0,0
2015	34,0	16,0	20.900,0	105,0	61,0	0,0	0,0
2016	20,0	13,0	19.900,0	100,0	55,0	0,0	0,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

Com relação à Lavoura Temporária, apenas a mandioca apresenta um crescimento considerável (praticamente dobrou no período 2010-2016), o que também se explica pela forma pouco tecnificada de sua produção e um processo de faturamento bastante primário em casas de farinha. Algo que foi detectado nas visitas em campo é que essa produção poderia passar por estágios de beneficiamento mais aprimorados, como a produção de fécula, mandioca ensacada para venda em supermercados, bem como diversos outros derivados do produto, mas que demandam investimentos em formação de uma cadeia produtiva, isso se for considerada grande quantidade da produção local.

Tabela 13 - Produção Vegetal e Extrativismo em Cachoeira Grande entre 2010 e 2016

Ano	Produtos		
	Açaí (fruto) (Toneladas)	Carvão vegetal (Toneladas)	Lenha (Metros cúbicos)
2010	20,0	8,0	4.100,0
2011	18,0	9,0	3.800,0
2012	16,0	8,0	3.450,0
2013	17,0	9,0	3.845,0
2014	17,0	9,0	3.578,0
2015	16,0	9,0	3.542,0
2016	16,0	9,0	3.500,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

O açaí, diferente dos outros municípios, apresenta uma pequena queda em sua produção e isso se explica também pela localização geográfica do município que tem dois acessos: ou atravessando o Rio Munin e acessando a BR-402 por Presidente Juscelino ou acessando a mesma rodovia por Morros, o que dificulta a distribuição. A produção de carvão vegetal e lenha, também, é menor que nos outros municípios, apesar de manter uma estabilidade entre 2010 e 2016.

3.2.5 Icatu

Os fatores que podem dificultar a produção de forma continuada é o solo arenoso e o excesso de chuva sazonal. No município existe sindicato de agricultores familiares que é muito atuante na região. Existem 38 povoados produtores e, no povoado de Jacareí dos Pretos, foi identificado o Projeto Tamudá. Nesse povoado, são produzidos: macaxeira, milho, melancia, banana, cheiro verde, maxixe e quiabo. Além disso, há um sistema agroflorestal, resultado da parceria AGERP, ITERMA e SAF que trabalha com diversos produtos. O povoado de Jaburu é o único no município que consegue entregar sua produção nos grandes mercados da ilha.

Figura 6 - Sistema Agroflorestal na comunidade Jacareí dos Pretos em Icatu

Fonte: IMESC (2018)

As grandes dificuldades de expandir a produção no município estão associadas logística de transporte e assistência técnica. No município ainda não existe implementado o Serviço de Inspeção Municipal, o que dificulta consideravelmente a inserção dos produtores nas compras institucionais. O PAA está sendo implementado em 2018.

Existe uma obra de construção do mercado municipal que está paralisada e sem perspectivas de finalização, o que poderia ser um elemento de extrema importância para estimular a produção local. Existe uma feira de produtores locais realizada uma vez ao ano, no entanto existe uma demanda reprimida de que essa feira ocorra com mais constância, o que poderia potencializar a produção local, inclusive, de pescado.

Quadro 8 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Icatu

Agricultores Familiares (Censo Agro./06)	**Reforma Agrária**		**DAP* (nov/15)**		**PRONAF 2015/2016** (nov/15)**	
	Famílias Assentadas (nov/15)	Área reformada (ha) (nov/15)	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Contratos	Valores (R$)
1.850	234	3.686	4.039	-	47	157.500
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural						
Técnicos (nov/15)	Agricultores Beneficiados		Assentados Atendidos – ATES (set/15)		BSM rural Famílias Previstas (dez/13)	BSM Famílias Atendidas (nov/15)
	Chamadas Públicas (nov/15)	Grupo B (jul/14)				
1	4	261	261		-	-
Garantia Safra		**PAA**			**PNAE** (2014)**	
2014/2015 (out/15)**	**2014/2015 (out/15)**	**2015 (Formação de Estoque)* (set/15)**		**2015 (Conab) (set/15)**		
Agricultores Aderidos	Agricultores Pagos	Fornecedores	Valor total proposta (R$)	Valor total proposta (R$)	% na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF	
0	0	0	0	0	13,54%	

Fonte: INCRA/MDA; Censo Agropecuário (2006)
* Um estabelecimento pode ter mais de uma DAP e abrange agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
** O PRONAF beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
*** Beneficiam agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
**** As prestações de contas ainda estão sob análise, portanto, os dados são preliminares e passíveis de alteração.

O município também possui assentados de reforma agrária, em um total de 234 famílias, as quais são hegemonicamente quilombolas. A média de valor contratos gerados em pelo PRONAF é de R$ 3.351,00 no ano de 2015/2015, um valor que ainda pode ser considerado baixo. Com ao PNAE no ano de 2014, foram adquiridos para merenda escolar 13,54% da agricultura familiar, o que reflete a falta de estrutura dos produtores locais, no sentido de se estabelecer nas compras institucionais. Conforme foi detectado na visita de campo, com relação ao PAA, neste ano de 2018, existe sim a perspectiva de implantação no município.

Tabela 14 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Icatu entre 2010 e 2016

Ano	Lavoura Temporária (toneladas)				Lavoura Permanente		
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Banana (cacho)	Coco-da-baía (toneladas)	Laranja (toneladas)
2010	4,0	10,0	10.854,0	84,0	80,0	45,0	0,0
2011	3,0	16,0	13.728,0	165,0	80,0	54,0	0,0
2012	4,0	13,0	16.384,0	108,0	80,0	54,0	0,0
2013	4,0	12,0	8.752,0	112,0	80,0	54,0	0,0
2014	10,0	25,0	25.740,0	341,0	89,0	55,0	0,0
2015	4,0	20,0	29.581,0	98,0	88,0	105,0	0,0
2016	5,0	19,0	28.991,0	96,0	89,0	111,0	0,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

De forma geral, tem-se uma participação pouco expressiva de produtos como arroz, milho e feijão que são basicamente utilizados para a subsistência das famílias locais de produtores. A mandioca apresenta uma participação expressiva, o que reforça a necessidade de desenvolvimento de uma cadeia produtiva local que consiga avançar no beneficiamento de forma mais produtiva, como já foi indicado anteriormente. Outro elemento percebido é a ausência de trabalhos de forma associada, o que permitiria um ganho de produtividade e renda. Mesmo não existindo um tipo de trabalho associado consistente, o sindicato de trabalhadores rurais ainda é atuante na região mantendo uma agenda constante de atividades para os produtores locais, inclusive na própria sede do sindicato, encontra-se uma banca de exposição da comunidade de Jacareí dos Pretos.

Figura 7 - Produtos da Agricultura Familiar cultivados pelos agricultores da comunidade Jacareí dos Pretos em Icatu

Fonte: IMESC (2018)

Outro entrave que também dificulta consideravelmente o aumento da produção é a logística de acesso aos povoados, considerando que o município de Icatu é extenso e falta uma melhor estrutura viária entre os povoados, a sede e a BR-402, o que permitiria melhorar o escoamento da produção.

Portanto, da mesma forma como apresentado em Cachoeira Grande, a dificuldade de acesso ao mercado deve ser pensada de maneira bastante cautelosa, haja vista que mesmo que as famílias consigam gerar um grande excedente de produção, que pode gerar uma renda significativa a elas, deve-se pensar no destino final do produto. Unindo esforços, a prefeitura, juntamente com o governo do estado, poderá investir em uma infraestrutura adequada que possa beneficiar os produtores locais. Assim, a geração de renda no município tenderá a crescer de forma contínua e muitas famílias poderão melhorar suas condições de vida.

Tabela 15 - Produção Vegetal e Extrativismo em Icatu entre 2010 e 2016

Ano	Extrativismo e Produção Vegetal		
	Açaí (fruto) (Toneladas)	Carvão vegetal (Toneladas)	Lenha (Metros cúbicos)
2010	11,0	129,0	12.045,0
2011	12,0	127,0	11.125,0
2012	11,0	122,0	11.450,0
2013	11,0	121,0	11.120,0
2014	12,0	120,0	11.390,0
2015	12,0	122,0	11.219,0
2016	11,0	118,0	10.995,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

Com relação ao extrativismo, todos os produtos mantêm uma estabilidade na produção, entre os anos de 2010 a 2016, e se for levado em consideração o açaí no município, diferente dos outros como Axixá e Morros, poderia ser estimulado o seu beneficiamento para venda em mercados mais distantes. Isto porque, em Axixá e principalmente em Morros, a venda se dá às margens da BR-402 e, considerando a dinâmica de fluxo de veículos com acesso à região dos Lençóis, isso também tem sido um elemento determinante na venda dos produtos, o que não ocorre em Icatu por estar fora desta zona de passagem.

3.2.6 Morros

Foi destacada a viabilidade da implementação da Região metropolitana para o município pela capacidade de integração socioprodutiva à dinâmica com os demais municípios da RMGSL. As dificuldades de produzir de forma contínua são: períodos de seca, solo, falta de crédito, sendo este o maior gargalo.

Existem 280 povoados e três associações de produtores. Existe uma agroindústria no município, no povoado de Patizal, que trabalha com beneficiamento de polpa de frutas. As frutas nativas são os principais produtos oriundos da agricultura local. Destaca-se que a agroindústria desse povoado está bem aparelhada, para que as famílias possam trabalhar.

Dessa forma, as famílias produtoras do município podem beneficiar os produtos, gerando assim um valor agregado que é mais interessante do ponto de vista econômico.

Figura 8 - Máquina para beneficiamento de polpa de frutas na agroindústria do povoado Patizal em Morros

Fonte: IMESC (2018)

Existe no município o Serviço de Inspeção Municipal. Às quartas-feiras, acontece a Feira Agroecológica, na qual os produtores vendem os seus produtos diretamente aos consumidores finais. No entanto, existe a venda nos municípios de Rosário, Presidente Juscelino, Cachoeira Grande e São Luís. O município realiza dois eventos para que os produtores familiares possam disponibilizar seus produtos: Festival da Mangaba e Feira do Produtor Rural.

Figura 9 - Estrada de acesso ao povoado Patizal em Rosário

Fonte: IMESC (2018)

O acesso aos mercados é precário, conforme se pode observar na **Figura 9**, o produtor de forma individual é responsável pelo transporte para os mercados consumidores. Existe um processo de criação de um Agropolo como forma de potencializar a agricultura local.

Observa-se que nesse município o acesso aos povoados tanto à sede quanto aos municípios vizinhos é precária, da mesma forma que nos municípios destacados anteriormente. Dessa forma, já pensando na questão metropolitana, deve-se buscar resolver esse problema, até porque a logística é extremamente importante, seja na questão do abastecimento (às feiras e aos mercados), seja em questões diversas (saúde, lazer, etc.).

Quadro 9 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Morros

Agricultores Familiares (Censo Agro./06)	**Reforma Agrária**		**DAP* (nov/15)**		**PRONAF 2015/2016** (nov/15)**	
	Famílias Assentadas (nov/15)	Área reformada (ha) (nov/15)	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Contratos	Valores (R$)
1.385	1.564	81.004	1.397	7	2	8.000
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural						
Técnicos (nov/15)	Agricultores Beneficiados		Assentados Atendidos – ATES (set/15)		BSM rural Famílias Previstas (dez/13)	BSM Famílias Atendidas (nov/15)
	Chamadas Públicas (nov/15)	Grupo B (jul/14)				
7	141	153	261		-	-
Garantia Safra		**PAA**			**PNAE** (2014)**	
2014/2015 (out/15)**	**2014/2015 (out/15)**	**2015 (Formação de Estoque)* (set/15)**		**2015 (Conab) (set/15)**		

Agricultores Aderidos	Agricultores Pagos	Fornecedores	Valor total proposta (R$)	Valor total proposta (R$)	% na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF
0	0	0	0	0	48,90%

Fonte: INCRA/MDA; Censo Agropecuário (2006)
* Um estabelecimento pode ter mais de uma DAP e abrange agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
** O PRONAF beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
*** Beneficiam agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

É considerável o número de agricultores assentados (1.481), mas apenas 261 receberam assistência técnica. A despeito disso, o município está acima dos 30% mínimos exigidos por lei com relação à merenda escolar, o que se apresenta como um aspecto positivo. Com relação ao PRONAF, tem-se um valor incipiente de valor contratado no ano de 2015/2016 com apenas 2 contratos realizados. Como se sabe, o crédito é uma ferramenta importante para o desenvolvimento de qualquer negócio e por isso é fundamental ampliar esse acesso.

Tabela 16 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Morros entre 2010 e 2016

Ano	Lavoura Temporária (toneladas)				Lavoura Permanente		
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Banana (cacho)	Coco-da-baía (toneladas)	Laranja (toneladas)
2010	28,0	11,0	9.542,0	74,0	0,0	0,0	0,0
2011	29,0	14,0	13.175,0	110,0	0,0	0,0	0,0
2012	21,0	11,0	13.345,0	115,0	0,0	0,0	0,0
2013	16,0	11,0	6.234,0	78,0	0,0	0,0	0,0
2014	63,0	28,0	19.808,0	189,0	0,0	0,0	0,0
2015	67,0	17,0	22.002,0	111,0	0,0	0,0	0,0
2016	75,0	19,0	22.132,0	108,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

Com relação à Lavoura Temporária, o que se percebe é uma evolução na quantidade produzida em todos os produtos, sendo que a mandioca ainda é o elemento que apresenta maior participação e isso pode ser explicado principalmente pela forma rudimentar de sua produção que não exige técnicas mais aprimoradas. O objetivo principal é o beneficiamento primário em casas de farinha existente nos povoados, mas que apresenta uma baixa produtividade e a venda se dá basicamente no mercado local. Com relação à produção de frutas (Lavoura Permanente), isto ainda não ocorre de forma sistemática no município, mesmo porque exigiria o acesso a técnicas mais desenvolvidas, além de criar melhores condições para o escoamento da produção.

Tabela 17 - Produção Vegetal e Extrativismo em Morros entre 2010 e 2016

Ano	Produtos		
	Açaí (fruto) (Toneladas)	Carvão vegetal (Toneladas)	Lenha (Metros cúbicos)
2010	15,0	15,0	8.790,0
2011	17,0	17,0	7.950,0
2012	18,0	18,0	8.150,0
2013	19,0	18,0	8.870,0
2014	20,0	18,0	8.660,0
2015	21,0	19,0	8.487,0
2016	21,0	16,0	8.359,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

No município, da mesma forma que em outros da Região do Munim, o açaí apresenta um crescimento no período 2010-2016, sendo que ainda é vendido na forma *in natura*. Considerando o

grande potencial local, poderiam ser desenvolvidas não só pequenas agroindústrias, mas também centros de distribuição que potencializassem inclusive a venda de forma cooperada. Com relação a carvão vegetal e lenha, o que se percebe é uma estabilidade no período 2010-2016.

3.2.7 Paço do Lumiar

A produção vegetal de hortaliças é muito desenvolvida e os produtores fornecem para os feirantes da Feira do João Paulo, para as compras institucionais (PNAE) e também para o Supermercado Mateus mediante uma empresa que serve de intermediário. Apenas três produtores entregam direto às redes de supermercado. De certa forma, os produtores não têm condições de manter regularidade no atendimento das grandes redes de supermercado da região.

Com relação ao Sistema de Inspeção Municipal, está faltando o regulamento de funcionamento técnico a ser aprovado, mas funciona com atendimento de reclamação e alguma fiscalização, tentando obter o registro. O PAA ainda está em processo de implantação. Um dos grandes entraves na produção é a utilização do esterco de aves que é comprado de uma agroindústria instalada no município, mas que não possui prioridade na compra e outra dificuldade detectada é a falta de água e energia elétrica, pois poucos produtores têm acesso a kits de irrigação.

Um dos fatores preponderantes na dificuldade de produção é a deficiência de assistência técnica, o que é comum na maior parte dos municípios do Maranhão. No entanto, Paço do Lumiar possui uma equipe formada recentemente, há pouco mais de doze meses, de técnicos contratados, uma equipe multidisciplinar que compreende agrônomos, zootecnistas, veterinários e técnicos de pesca, mas não possuem uma estrutura de trabalho que permita ampliar a assistência técnica.

Existe uma grande potencialidade para a produção de aves e pesca. Falta apenas investimento em infraestrutura para transformar a potencialidade em realidade. Com relação à pesca, é necessária a reestruturação dos portos locais, além da necessidade de regularização fundiária que se torna um dos elementos impeditivos à obtenção do crédito.

Quadro 10 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Paço do Lumiar

Agricultores Familiares (Censo Agro./06)	**Reforma Agrária**		**DAP* (nov/15)**		**PRONAF 2015/2016** (nov/15)**	
	Famílias Assentadas (nov/15)	Área reformada (ha) (nov/15)	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Contratos	Valores (R$)
1.450	195	687	1.756	3	50	205.000
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural						
Técnicos (nov/15)	Agricultores Beneficiados		Assentados Atendidos – ATES (set/15)		BSM rural Famílias Previstas (dez/13)	BSM Famílias Atendidas (nov/15)
	Chamadas Públicas (nov/15)	Grupo B (jul/14)				
	-	230	230		-	-
Garantia Safra		**PAA**			**PNAE** (2014)**	
2014/2015 (out/15)**	**2014/2015 (out/15)**	**2015 (Formação de Estoque)* (set/15)**		**2015 (Conab) (set/15)**		
Agricultores Aderidos	Agricultores Pagos	Fornecedores	Valor total proposta (R$)	Valor total proposta (R$)	% na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF	
0	0	0	0	0	18,22%	

Fonte: INCRA/MDA; Censo Agropecuário (2006)
* Um estabelecimento pode ter mais de uma DAP e abrange agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

** O PRONAF beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
*** Beneficiam agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
**** As prestações de contas ainda estão sob análise, portanto, os dados são preliminares e passíveis de alteração.

Com relação ao PNAE, no ano de 2014, o percentual obtido da Agricultura Familiar foi de 18,22%, bastante inferior ao exigido pela legislação. Isso é decorrente dos fatores identificados na pesquisa de campo, como falta de regularização fundiária, deficiência na assistência técnica e acesso ao crédito. Existem 195 famílias assentadas que são originárias da Vila Maranhão, as quais foram deslocadas para a ampliação da estrutura portuária na região do Itaqui. Essas famílias produzem principalmente hortaliças e frutas. Com relação à capacitação, em Paço do Lumiar, foram realizadas as seguintes atividades:

Quadro 11 - Cursos de capacitação sobre Agricultura Orgânica, Aplicação de Agrotóxicos, Irrigação e Viveirista

CURSO	MUNICÍPIO	PARTICIPANTES
AGRICULTURA ORGANICA	PAÇO DO LUMIAR	13
APLICAÇÃO DE AGROTOXICOS	PAÇO DO LUMIAR	12
IRRIGAÇÃO	PAÇO DO LUMIAR	16
VIVEIRISTA	PAÇO DO LUMIAR	15

Fonte: SAGRIMA (2017)

A capacitação sempre se apresenta como um importante instrumento para potencializar a organização de cadeias produtivas. Entende-se que a agricultura familiar só pode se fortalecer, se houver uma ampliação da assistência técnica, crédito e capacitações, a fim de formar profissionais que consigam se adequar às necessidades do mercado.

Tabela 18 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Paço do Lumiar entre 2010 e 2016

Ano	Lavoura Temporária (toneladas)				Lavoura Permanente		
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Banana (cacho)	Coco-da-baía (toneladas)	Laranja (toneladas)
2010	0,0	15,0	174,0	0,0	45,0	138,0	0,0
2011	0,0	32,0	126,0	0,0	45,0	138,0	0,0
2012	0,0	24,0	36,0	0,0	45,0	138,0	0,0
2013	0,0	21,0	31,0	0,0	39,0	186,0	0,0
2014	0,0	21,0	32,0	0,0	32,0	140,0	0,0
2015	0,0	21,0	50,0	0,0	31,0	149,0	0,0
2016	0,0	17,0	40,0	0,0	31,0	180,0	0,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

A produção de Lavoura Temporária é ínfima. Com relação à Lavoura Permanente, o que mais se destaca é a produção de coco-da-baía. Para essa produção, existe um estímulo do poder público local que fornece um ônibus para que os produtores locais possam comercializar seus produtos na avenida litorânea em São Luís, importante iniciativa de estímulo à produção local.

Tabela 19 - Produção Vegetal e Extrativismo em Paço do Lumiar entre 2010 e 2016

Ano	Extrativismo e Produção vegetal		
	Açaí (fruto) (Toneladas)	Carvão vegetal (Toneladas)	Lenha (Metros cúbicos)
2010	27,0	34,0	0,0
2011	21,0	27,0	0,0
2012	20,0	24,0	0,0
2013	17,0	23,0	0,0
2014	17,0	22,0	0,0
2015	17,0	22,0	0,0
2016	17,0	22,0	0,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

O extrativismo local não apresenta muita relevância. Segundo informações do IBGE, existe a produção de açaí e carvão vegetal, os quais são comercializados *in natura* e em mercados próximos, a exemplo da região do Maiobão.

3.2.8 Presidente Juscelino

O Secretário de Agricultura do município afirmou não possuir informações sobre o significado do PPDI, no entanto, após as informações que lhe foram repassadas pela equipe de trabalho, ele entende que a agricultura familiar poderá obter ganhos significativos, com relação à ampliação da produção e comercialização.

Foram identificadas grandes dificuldades para que a produção local ocorra de forma contínua, considerando que não existe proteção necessária para a produção na época de chuva, nem sistema de irrigação que permita a produção no período de seca. Existe um mercado municipal, conforme pode ser observado na **Figura 10**, que funciona ainda com uma estrutura precária, mas onde é comercializada a produção local.

Figura 10 - Feira municipal de Presidente Juscelino

Fonte: IMESC (2018)

Um dos aspectos elencados é a falta de assistência técnica, isso porque a secretaria possui em seu quadro apenas dois técnicos agrícolas de nível médio. A principal dificuldade constatada em manter um quadro efetivo de técnicos, especialmente de nível superior, é a restrição orçamentária para garantir o pagamento da folha.

Essa falta de assistência técnica dificulta consideravelmente o acesso às diversas linhas de crédito existentes, especialmente o PRONAF. A emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) tem agenda predefinida às terças e quintas. Contudo, faz-se necessário um processo mais intensivo na emissão do referido documento, haja vista que ele é de fundamental importância no acesso ao crédito agrícola.

Com relação ao Serviço de Inspeção Municipal, ainda não existe no município, o que dificulta que os produtores possam comercializar, junto ao PAA, produtos de origem animal, principalmente galináceos. De acordo com as informações obtidas, já existe projeto em andamento e é muito possível a implantação ainda este ano.

Existem 38 povoados no município, sendo que existe uma média de 60 famílias por povoado. Em todos os povoados, existem casas de farinha em funcionamento, considerando que um dos principais produtos locais é a mandioca. A grande dificuldade na comercialização dos produtos do município é o escoamento, pois apesar de todas as estradas de ligação dos povoados com a sede do município serem trafegáveis, há a dificuldade na aquisição de veículos para transporte da produção local. A principal forma de comercialização é uma feira de produtores locais que acontece em todas as quartas-feiras.

Quadro 12 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Presidente Juscelino

Agricultores Familiares (Censo Agro./06)	**Reforma Agrária**		**DAP* (nov/15)**		**PRONAF 2015/2016** (nov/15)**	
	Famílias Assentadas (nov/15)	Área reformada (ha) (nov/15)	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Contratos	Valores (R$)
1.401	265	5.184	1.173	1	12	39.300
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural						
Técnicos (nov/15)	Agricultores Beneficiados		Assentados Atendidos – ATES (set/15)		BSM rural Famílias Previstas (dez/13)	BSM Famílias Atendidas (nov/15)
	Chamadas Públicas (nov/15)	Grupo B (jul/14)				
1	8	140	140		0	0
Garantia Safra		**PAA**				
2014/2015 (out/15)**	**2014/2015 (out/15)**	**2015 (Formação de Estoque)* (set/15)**		**2015 (Conab) (set/15)**	**PNAE** (2014)**	
Agricultores Aderidos	Agricultores Pagos	Fornecedores	Valor total proposta (R$)	Valor total proposta (R$)	% na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF	
0	0	0	0	0	10,33%	

Fonte: INCRA/MDA; Censo Agropecuário (2006)
* Um estabelecimento pode ter mais de uma DAP e abrange agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
** O PRONAF beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
*** Beneficiam agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
**** As prestações de contas ainda estão sob análise, portanto, os dados são preliminares e passíveis de alteração.

Do total de agricultores familiares (1.401), tem-se 265 assentados ocupando uma área total de 5.184 hectares. Do total de assentados, apenas 148 foram atendidos por assistência técnica, o que demonstra a precariedade da capacitação dos agricultores e apenas 8 conseguiram acesso através de

chamadas públicas. Considerando que apenas 12 contratos de PRONAF foram efetivados, isso pode ser considerado um dado de extrema precariedade.

Com relação ao acesso ao PNAE, o município possui um percentual de 10,33% de produtos obtidos da Agricultura Familiar, muito abaixo do percentual exigido por lei. Um dos fatores explicativos para isso pode ser a não existência do SIM, conforme identificado nas visitas de campo.

Tabela 20 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Presidente Juscelino entre 2010 e 2016

Ano	Lavoura Temporária (toneladas)				Lavoura Permanente		
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Banana (cacho)	Coco-da-baía (toneladas)	Laranja (toneladas)
2010	41,0	5,0	7.776,0	46,0	102,0	0,0	65,0
2011	52,0	7,0	11.250,0	81,0	102,0	5,0	65,0
2012	31,0	6,0	11.187,0	88,0	102,0	5,0	65,0
2013	24,0	6,0	4.889,0	50,0	102,0	15,0	65,0
2014	80,0	15,0	16.758,0	147,0	98,0	20,0	64,0
2015	77,0	6,0	17.130,0	23,0	72,0	36,0	52,0
2016	90,0	6,0	19.869,0	22,0	65,0	35,0	45,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

Com relação à Lavoura Permanente, a mandioca mais do que dobrou sua produção entre 2010 e 2016, sendo que a produção local de arroz também passa de 41 para 90 toneladas no período considerado. A produção de feijão apresenta um crescimento entre 2013 e 2014, no entanto volta aos níveis de 2010 no ano de 2016. A produção de frutas também apresentou decréscimo na banana e laranja, mas também um considerável crescimento na produção de coco-da-baía, haja vista que em 2010 não foi detectada produção local.

Tabela 21 - Produção Vegetal e Extrativismo em Presidente Juscelino entre 2010 e 2016

Ano	Extrativismo e Produção Vegetal		
	Açaí (fruto) (Toneladas)	Carvão vegetal (Toneladas)	Lenha (Metros cúbicos)
2010	9,0	27,0	11.000,0
2011	11,0	28,0	9.900,0
2012	12,0	27,0	8.480,0
2013	13,0	27,0	8.370,0
2014	13,0	27,0	7.980,0
2015	15,0	26,0	7.900,0
2016	15,0	25,0	7.801,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

Houve um crescimento considerável na produção de açaí, elemento abundante em toda a região do Munim. Por outro lado, houve queda na produção de carvão vegetal e lenha na ordem de 5,6% a.a. entre 2010 e 2016. A produção de açaí pode indicar que o produto pode vir a ser uma potencialidade vocacional, o que sugere inclusive a importância da organização de pequenas unidades agroindustriais.

3.2.9 Raposa

Na visita ao município, foi identificada a necessidade de se conhecer as condições em que se dá a atividade pesqueira, em razão do envolvimento de grande parte da população local nessa atividade. De acordo com informações obtidas na Secretaria de Pesca, existem 35 (trinta e cinco) barcos de propriedade do município que são arrendados a um custo mensal de R$ 500,00 (quinhentos reais). A

condição para ser arrendatário é que o candidato seja morador do município e comprove a sua situação de pescador. Mas existem mais de 240 (duzentos e quarenta) embarcações que atuam na área.

A precariedade de estrutura local (inexistência de fábrica de gelo, acesso à água potável, etc.) não permite o desenvolvimento de uma atividade econômica consistente e diante dessa situação, a atividade pesqueira tem se apresentado de forma artesanal, atingindo no máximo o mercado de São Luís, sendo que grande parte do pescado é explorada por empresas do Ceará e do Pará. Isso representa um elemento a ser melhorado no município, faltando o desenvolvimento de uma estrutura que permita aumento de produtividade da pesca local o que pode significar uma total mudança na dinâmica de emprego e renda no município.

Figura 11 - Pequena embarcação de pesca em Raposa

Fonte: IMESC (2018)

Com relação à agricultura familiar, detectou-se a precariedade local já na visita à sede da Secretaria de Agricultura, a qual se localiza em um imóvel com parca estrutura e dificuldades em manter as atividades. No entanto, apesar das adversidades encontradas, foram identificadas potencialidades no município em comunidades que apresentam uma boa produtividade, mas que ainda enfrentam entraves, principalmente no acesso às feiras em São Luís, mais especificamente do João Paulo, onde há concorrência com produtores do Ceará que possuem uma maior estrutura de logística e negociação.

A prefeitura fornece um ônibus que recolhe produtos e produtores para serem encaminhados à feira do João Paulo todos os dias, no entanto, às margens da feira encontram-se caminhões advindos do Ceará, os quais estão 24 horas disponíveis ao fornecimento de hortifrútis. Apesar do quadro descrito, existe um bom grau de organização produtiva, considerando as dificuldades locais, principalmente com relação às hortaliças (**Figura 12**). A grande questão é solucionar a logística da entrega, principalmente o acesso às feiras de São Luís, com destaque para a do João Paulo e a CEASA (estabelecimento onde praticamente todos os produtores familiares da RMGSL têm relativo grau de dificuldade).

Figura 12 - Produção de hortaliças em Raposa

Fonte: IMESC (2018)

Nos anos de 2015/2016, foram realizados 49 contratos, gerando um valor médio de R$ 9.980,00, valor esse bem superior a vários municípios da RMGSL. Deve-se levar em consideração também que o município faz parte do Agropolo da Ilha, onde existem 25 Unidades de Referência Produtiva (URP), correspondendo a 100 agricultores, o que indica a importância de políticas púbicas no desenvolvimento da agricultura familiar.

Quadro 13 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Raposa

Agricultores Familiares (Censo Agro./06)	**Reforma Agrária**		**DAP*(nov/15)**		**PRONAF 2015/2016**(nov/15)**	
	Famílias Assentadas (nov/15)	Área reformada (ha) (nov/15)	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Contratos	Valores (R$)
340	-	-	1.684	1	90	489.060
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural						
Técnicos (nov/15)	Agricultores Beneficiados		Assentados Atendidos – ATES (set/15)		BSM rural Famílias Previstas (dez/13)	BSM Famílias Atendidas (nov/15)
	Chamadas Públicas (nov/15)	Grupo B (jul/14)				
	-	184	184		-	-
Garantia Safra		**PAA**			**PNAE** (2014)**	
2014/2015 (out/15)**	**2014/2015 (out/15)**	**2015 (Formação de Estoque)* (set/15)**		**2015 (Conab) (set/15)**		
Agricultores Aderidos	Agricultores Pagos	Fornecedores	Valor total proposta (R$)	Valor total proposta (R$)	% na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF	
0	0	0	0	0	0,00%	

Fonte: INCRA/MDA; Censo Agropecuário (2006)

* Um estabelecimento pode ter mais de uma DAP e abrange agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

** O PRONAF beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

*** Beneficiam agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

**** As prestações de contas ainda estão sob análise, portanto, os dados são preliminares e passíveis de alteração.

Apesar de em 2014 o município não ter participação da agricultura familiar, atualmente já existem famílias que fornecem ao PNAE, segundo informações coletadas nas visitas de campo. Segundo informações coletadas junto ao FNDE, esse número em 2015 salta para 31%, acima do mínimo exigido pela legislação, o que demonstra um avanço para a agricultura familiar local, pois as compras institucionais são instrumentos importantes de regulação do mercado e garantia de mercado para os produtores familiares.

Com relação à capacitação, em Raposa, foi realizada apenas uma, notadamente em agricultura orgânica.

Quadro 14 - Curso de capacitação sobre Agricultura Orgânica em Raposa

CURSO	MUNICÍPIO	PARTICIPANTES
AGRICULTURA ORGÂNICA	RAPOSA	10

Fonte: SAGRIMA (2017)

No período de 2017, o município que menos recebeu capacitação dentro do **Programa Agropolo da Ilha** foi Raposa e foi diagnosticada a necessidade de ampliar essas ações no município, especialmente com relação à pesca que é um setor que pode ter seu potencial de crescimento efetivado, se forem desenvolvidas políticas públicas que impactem na organização e formação dos profissionais da área, o que pode auxiliar no fortalecimento da pesca como atividade econômica no município.

Tabela 22 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Raposa entre 2010 e 2016

Ano	Lavoura Temporária (toneladas)				Lavoura Permanente		
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Banana (cacho)	Coco-da-baía (toneladas)	Laranja (toneladas)
2010	0,0	0,0	42,0	0,0	27,0	100,0	0,0
2011	0,0	0,0	30,0	0,0	27,0	100,0	0,0
2012	0,0	0,0	30,0	0,0	27,0	100,0	0,0
2013	0,0	0,0	37,0	0,0	29,0	134,0	0,0
2014	0,0	0,0	33,0	0,0	20,0	104,0	0,0
2015	0,0	0,0	24,0	0,0	19,0	140,0	0,0
2016	0,0	0,0	32,0	0,0	18,0	140,0	0,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

Não existe produção em lavouras temporárias e isso se deve também à proximidade de centros de distribuição localizados em São Luís e São José de Ribamar e uma regularidade na produção de coco-da-baía que é comercializado principalmente na região litorânea de São Luís.

Tabela 23 - Produção Vegetal e Extrativismo em Raposa entre 2010 e 2016

Ano	Extrativismo e Produção Vegetal		
	Açaí (fruto) (Toneladas)	Carvão vegetal (Toneladas)	Lenha (Metros cúbicos)
2010	0,0	1,0	0,0
2011	0,0	0,0	0,0
2012	0,0	0,0	0,0
2013	0,0	0,0	0,0
2014	0,0	0,0	0,0
2015	0,0	1,0	0,0
2016	0,0	1,0	0,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

O extrativismo também se apresenta insignificante. Isso se dá pelo fato de a maior parte das famílias produtoras estar envolvida com a pesca artesanal, a qual apresenta entraves, pois não existe produção de pescado em larga escala e praticamente toda a produção está condicionada à ação de atravessadores e produção de hortifrútis que são comercializados em feiras locais e em São Luís.

3.2.10 Rosário

Hoje no município de Rosário, a agricultura familiar está estruturada principalmente na produção de mandioca para venda de farinha e macaxeira. A macaxeira está sendo vendida a R$ 3,00 o kg, enquanto a mandioca como farinha a R$ 0,75. A macaxeira serve principalmente na merenda escolar pela variedade de produtos finais oferecidos.

Figura 13 - Casa de Farinha em Rosário

Fonte: IMESC (2018)

Com relação à assistência técnica, hoje existem três estruturas, o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a Secretaria de Agricultura e a Tijupá que oferece assistência a quatro assentamentos. As perspectivas são de que a produção agrícola municipal se estruture em: olerículas, tubérculos, batatas e legumes, peixes e aves.

Quadro 15 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Rosário

Agricultores Familiares (Censo Agro./06)	**Reforma Agrária**		**DAP* (nov/15)**		**PRONAF 2015/2016** (nov/15)**	
	Famílias Assentadas (nov/15)	Área reformada (ha) (nov/15)	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Contratos	Valores (R$)
790	893	15.748	3.735	6	109	437.510
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural						
Técnicos (nov/15)	Agricultores Beneficiados		Assentados Atendidos – ATES (set/15)		BSM rural Famílias Previstas (dez/13)	BSM Famílias Atendidas (nov/15)
	Chamadas Públicas (nov/15)	Grupo B (jul/14)				

3	21	281	281	0	0
Garantia Safra		**PAA**		**PNAE** (2014)**	
2014/2015 (out/15)**	**2014/2015 (out/15)**	**2015 (Formação de Estoque)* (set/15)**		**2015 (Conab) (set/15)**	
Agricultores Aderidos	Agricultores Pagos	Fornecedores	Valor total proposta (R$)	Valor total proposta (R$)	% na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF
0	0	0	0	0	34,99%

Fonte: INCRA/MDA; Censo Agropecuário (2006)
* Um estabelecimento pode ter mais de uma DAP e abrange agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
** O PRONAF beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
*** Beneficiam agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
**** As prestações de contas ainda estão sob análise, portanto, os dados são preliminares e passíveis de alteração.

Com relação ao PRONAF, existe uma média R$ 4.013,00 por contrato nos anos de 2015/2016. Existem hoje no município 893 famílias assentadas, grande parte de quilombolas. Desses, 281 assentados receberam assistência técnica em 2015, em torno de 31% do total. Com relação ao PNAE, em 2014 cerca de 34,99% eram advindos da agricultura familiar, no entanto, só de alimentos de origem vegetal justamente pela falta do SIM. O sindicato de trabalhadores rurais está projetando uma base de 120 agricultores que ofertarão alimentos para a merenda escolar.

O Sistema de Inspeção Municipal já está implementado por lei, mas ainda falta estruturar uma equipe técnica para seu pleno funcionamento. Existe hoje uma discussão do Colegiado Territorial do Lençóis/Munim de que possa existir a contratação de uma equipe técnica que atenda a todos os serviços de inspeção municipal, o que poderá viabilizar a existência e implementação efetiva desses. Esse fato indica uma política de integração territorial para além da RMGSL. Esses instrumentos podem ser utilizados, de forma a contribuir para a unificação de políticas públicas territoriais que consigam efetivamente garantir um processo de metropolização.

Com relação ao PAA, está sendo estruturada uma cooperativa no município para que se possa acessar o programa. Além disso, por meio da organização da cooperativa será estruturado um ponto de comercialização para garantir que os produtos da agricultura familiar cheguem ao mercado consumidor. Isso se apresenta de fundamental importância, pois a produção não pode ficar dependendo apenas de compras institucionais, não desconsiderando sua relevância.

Outro elemento com relação à formação da cooperativa é a necessidade de fortalecer na RMGSL os instrumentos associativos, pois permite um melhor poder de barganha dos associados; bem como eliminar a figura do atravessador no acesso aos mercados consumidores. Diante disso, vale destacar a necessidade também de desenvolver instrumentos fiscais para entidades de agricultores familiares/economia solidária, com o objetivo de facilitar a organização associativa.

Tabela 24 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Rosário entre 2010 e 2016

Ano	Lavoura Temporária (toneladas)				Lavoura Permanente		
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Banana (cacho)	Coco-da-baía (toneladas)	Laranja (toneladas)
2010	903,0	46,0	12.434,0	698,0	300,0	0,0	18,0
2011	1.231,0	113,0	13.345,0	1.319,0	300,0	0,0	18,0
2012	690,0	112,0	13.090,0	839,0	650,0	0,0	18,0
2013	506,0	77,0	5.410,0	585,0	650,0	0,0	36,0
2014	1.265,0	179,0	18.603,0	1.518,0	630,0	0,0	61,0
2015	132,0	18,0	11.220,0	135,0	123,0	0,0	30,0
2016	122,0	18,0	11.023,0	132,0	106,0	0,0	17,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

A Lavoura Temporária de arroz, feijão e milho apresentaram queda significativa no período 2010-2016, mostrando oscilações durante o período. Entre os anos de 2010 e 2011, as lavouras de arroz, milho e feijão apresentaram crescimento, no entanto em período posterior, entre 2012 e 2016, essas lavouras sofreram uma queda brusca e gradual em sua produção. A produção de mandioca manteve níveis de estabilidade nos mesmos períodos, não mostrando nenhuma oscilação. Isso indica uma situação de aumento de insegurança alimentar, pois a produção de alimentos sofre um processo de redução considerável na produção de alimentos básicos da alimentação.

Os produtos que fazem parte da Lavoura Permanente apresentam pouca representatividade, inclusive com uma queda considerável da produção de banana, não ocorrência de produção de coco-da-baía e uma estabilidade na produção de laranja.

Tabela 25 - Produção Vegetal e Extrativismo em Rosário entre 2010 e 2016

Ano	Produtos		
	Açaí (fruto) (Toneladas)	Carvão vegetal (Toneladas)	Lenha (Metros cúbicos)
2010	55,0	4,0	79.650,0
2011	59,0	12,0	71.500,0
2012	63,0	12,0	76.150,0
2013	63,0	13,0	77.050,0
2014	64,0	13,0	76.298,0
2015	62,0	14,0	71.298,0
2016	59,0	14,0	72.723,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

Na produção extrativista, observa-se que o açaí mantém um pequeno crescimento até 2015 e no ano de 2016 apresenta um decréscimo. A produção de carvão vegetal apresenta um salto de crescimento entre 2010 e 2011, mas a partir disso estabiliza sua produção e a lenha vegetal apresenta um decréscimo de produção no período entre 2010 e 2016, o que decorre principalmente da maior fiscalização dos órgãos de controle ambiental.

3.2.11 Santa Rita

O município está localizado às margens da BR-135 e com acesso facilitado aos demais municípios da RMGSL, principalmente à capital maranhense. O processo de duplicação da rodovia facilitará sobremaneira um processo de integração principalmente com a capital do estado. Isso favorece de forma substancial o escoamento da produção local para outros mercados consumidores como Rosário, Bacabeira e os três outros municípios da RMGSL.

Figura 14 - Cultivo de mudas na Secretaria de Agricultura de Santa Rita

Fonte: IMESC (2018)

A Secretaria de Agricultura possui um sistema de distribuição de mudas de diversas espécies de plantas para os produtores rurais familiares do município, com destaque para hortaliças e frutas. As mudas são cultivadas na própria secretaria, sendo que os técnicos envolvidos nessa atividade tratam da aplicação de insumos, dentre outras coisas, com o intuito de que essas mudas estejam bem preparadas para se adaptarem rapidamente ao terreno a partir do momento em que saem da secretaria para as propriedades das famílias produtores do município.

Quadro 16 - Informações básicas da Agricultura Familiar em Santa Rita

<table>
<tr><th rowspan="2">Agricultores Familiares (Censo Agro./06)</th><th colspan="2">Reforma Agrária</th><th colspan="2">DAP* (nov/15)</th><th colspan="2">PRONAF 2015/2016** (nov/15)</th></tr>
<tr><td>Famílias Assentadas (nov/15)</td><td>Área reformada (ha) (nov/15)</td><td>Pessoa Física</td><td>Pessoa Jurídica</td><td>Contratos</td><td>Valores (R$)</td></tr>
<tr><td>1.355</td><td>769</td><td>10.901</td><td>3.116</td><td>1</td><td>74</td><td>276.000</td></tr>
<tr><th colspan="7">ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural</th></tr>
<tr><th rowspan="2">Técnicos (nov/15)</th><td colspan="2">Agricultores Beneficiados</td><td colspan="2" rowspan="2">Assentados Atendidos – ATES (set/15)</td><td rowspan="2">BSM rural Famílias Previstas (dez/13)</td><td rowspan="2">BSM Famílias Atendidas (nov/15)</td></tr>
<tr><td>Chamadas Públicas (nov/15)</td><td>Grupo B (jul/14)</td></tr>
<tr><td>7</td><td>210</td><td>113</td><td colspan="2">113</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><th colspan="2">Garantia Safra</th><th colspan="2">PAA</th><th colspan="2" rowspan="2">PNAE** (2014)</th></tr>
<tr><th>2014/2015** (out/15)</th><th>2014/2015 (out/15)</th><th colspan="2">2015 (Formação de Estoque)* (set/15)</th><th>2015 (Conab) (set/15)</th></tr>
<tr><th>Agricultores Aderidos</th><td>Agricultores Pagos</td><td>Fornecedores</td><td>Valor total</td><td>Valor total proposta (R$)</td><td colspan="2">% na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF</td></tr>
</table>

			proposta (R$)		
0	0	0	0	0	18,17%

Fonte: INCRA/MDA; Censo Agropecuário (2006)
* Um estabelecimento pode ter mais de uma DAP e abrange agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
** O PRONAF beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
*** Beneficiam agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
**** As prestações de contas ainda estão sob análise, portanto, os dados são preliminares e passíveis de alteração.

Atualmente o município possui 769 famílias assentadas, sendo que 210 participaram de chamadas públicas e 113 são assistidos por assistência técnica. No entanto, se for considerado o total de agricultores de caráter familiar, esse número de atendidos de ATES ainda se mostra inexpressivo. Com relação aos contratos formalizados de PRONAF, tem-se uma média de R$ 3.730,00 por contrato, o que se considera um valor ainda insuficiente para garantir uma condição de inserção produtiva para os agricultores locais.

Os números do PNAE para 2014 ainda estão abaixo dos 30% mínimos que a legislação estabelece, para que os municípios obtenham produtos da agricultura familiar para a merenda escolar.

Tabela 26 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em Santa Rita entre 2010 e 2016

Ano	Lavoura Temporária (toneladas)				Lavoura Permanente		
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Banana (cacho)	Coco-da-baía (toneladas)	Laranja (toneladas)
2010	270,0	54,0	14.350,0	270,0	170,0	194,0	35,0
2011	487,0	61,0	14.000,0	464,0	180,0	220,0	35,0
2012	191,0	39,0	6.083,0	206,0	180,0	220,0	35,0
2013	158,0	37,0	5.148,0	227,0	180,0	220,0	35,0
2014	470,0	88,0	22.477,0	639,0	189,0	230,0	48,0
2015	500,0	93,0	25.840,0	647,0	180,0	239,0	46,0
2016	485,0	89,0	25.339,0	640,0	129,0	250,0	31,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

Com relação às lavouras temporárias e permanentes, percebe-se, por meio das informações obtidas junto ao IBGE, que existe um considerável aumento em todos os produtos pesquisados na lavoura temporária, principalmente mandioca, arroz e milho. Com relação à produção de frutas, apenas o coco-da-baía obteve crescimento no período 2010-2016.

Tabela 27 - Produção Vegetal e Extrativismo em Santa Rita entre 2010 e 2016

Ano	Produtos		
	Açaí (fruto) (Toneladas)	Carvão vegetal (Toneladas)	Lenha (Metros cúbicos)
2010	9,0	54,0	9.740,0
2011	10,0	55,0	8.800,0
2012	10,0	56,0	9.500,0
2013	11,0	56,0	9.850,0
2014	11,0	57,0	9.610,0
2015	12,0	57,0	9.946,0
2016	13,0	60,0	9.827,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

A produção extrativista apresenta pequeno crescimento em todos os produtos considerados. Contudo, não é tão expressiva em relação a alguns dos municípios da RMGSL.

O povoado Cariongo, que fica às margens da BR-135, possui um campo agrícola bastante diversificado em termos de produtos cultivados. Nessa comunidade verificou-se o cultivo de hortaliças (cebolinha, cheiro-verde, vinagreira e alface), pimentinha de cheiro e, inclusive, berinjela. A criação de aves é realizada no município, mas é menos significativa do que a produção de hortaliças e demais produtos agrícolas.

Figura 15 - Cultivo de berinjela na comunidade Cariongo em Santa Rita

Fonte: IMESC (2018)

Conforme pesquisa *in loco*, constatou-se que essa área foi fruto de um projeto que teve como base o Plano Básico Ambiental, devido à duplicação da via férrea que passa por trás do povoado. Nesse sentido, a Vale deu todo o apoio à comunidade como compensação dos possíveis danos causados na referida área. Ressalta-se que essa é uma área quilombola, onde as famílias podem trabalhar. Contudo, conforme uma produtora familiar local, o projeto está parado por falta de recursos hídricos e de assistência desde junho de 2017

3.2.12 São Luís

No município de São Luís, atualmente existe o desenvolvimento de uma política pública para o desenvolvimento da Agricultura Familiar que corresponde à implantação de feiras para comercialização dos produtos agrícolas e estímulo da produção local. Foi implantado o Agropolo da Ilha que compreende os municípios de São Luís, Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, com Unidades de Referência Produtiva (URPs) da cadeia de hortifruticultura. São unidades que produzem: cheiro verde, alface, vinagreira, couve, acerola, carambola, pimenta, macaxeira, quiabo e maxixe, com a perspectiva de aumento da comercialização no mercado formal.

Quadro 17 - Informações básicas da Agricultura Familiar em São Luís

Agricultores Familiares (Censo Agro./06)	**Reforma Agrária**		**DAP* (nov/15)**		**PRONAF 2015/2016** (nov/15)**	
	Famílias Assentadas (nov/15)	Área reformada (ha) (nov/15)	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Contratos	Valores (R$)
1.060	724	4.804	4.550	5	31	123.658
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural						
Técnicos (nov/15)	Agricultores Beneficiados		Assentados Atendidos – ATES (set/15)		BSM rural Famílias Previstas (dez/13)	BSM Famílias Atendidas (nov/15)
	Chamadas Públicas (nov/15)	Grupo B (jul/14)				
1	24	203	203		-	-
Garantia Safra		**PAA**			**PNAE** (2014)**	
2014/2015 (out/15)**	**2014/2015 (out/15)**	**2015 (Formação de Estoque)* (set/15)**		**2015 (Conab) (set/15)**		
Agricultores Aderidos	Agricultores Pagos	Fornecedores	Valor total proposta (R$)	Valor total proposta (R$)	% na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF	
0	0	0	0	0	0,00%	

Fonte: INCRA/MDA; Censo Agropecuário (2006)
* Um estabelecimento pode ter mais de uma DAP e abrange agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
** O PRONAF beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
*** Beneficiam agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
**** As prestações de contas ainda estão sob análise, portanto, os dados são preliminares e passíveis de alteração

A média de valor dos contratos PRONAF assinados em 2015 é de R$ 3.988,00 por contrato, considerando os 31 assinados neste ano. Observa-se pelos dados do INCRA/MDA que 24 agricultores participaram de chamadas públicas e 203 receberam assistência técnica. Esse número ainda pode ser considerado incipiente, mas considerando o desenvolvimento de políticas públicas implantadas a partir de 2016, pode impactar positivamente no médio prazo, pois de acordo com informações da SAGRIMA, já forma realizadas 1763 visitas técnicas nos quatro municípios pertencentes ao **Agropolo da Ilha** (São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar).

Com relação à capacitação, em São Luís, foram realizadas as seguintes atividades:

Quadro 18 - Cursos de Capacitação em São Luís

CURSO	MUNICÍPIO	PARTICIPANTES
VIVEIRISTA	SÃO LUÍS	16,0
OLERICULTURA BÁSICA	SÃO LUÍS	13,0
AGRICULTURA ORGÂNICA	SÃO LUÍS	10,0
VIVEIRISTA	SÃO LUÍS	8,0
NEGÓCIO CERTO RURAL	SÃO LUÍS	28,0
NEGÓCIO CERTO RURAL	SÃO LUÍS	21,0
IRRIGAÇÃO	SÃO LUÍS	13,0
OLERICULTURA	SÃO LUÍS	13,0

Fonte: SAGRIMA (2017)

Pode-se identificar essas capacitações como aspectos positivos, mas precisam ser ampliadas, pois são de fundamental importância ao aprimoramento produtivo para a formação de cadeias de produção.

Tabela 28 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em São Luís entre 2010 e 2016

Ano	Lavoura Temporária (toneladas)				Lavoura Permanente		
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Banana (cacho)	Coco-da-baía (toneladas)	Laranja (toneladas)
2010	9,0	78,0	450,0	0,0	128,0	140,0	0,0
2011	8,0	83,0	420,0	0,0	102,0	148,0	0,0
2012	4,0	56,0	520,0	0,0	119,0	150,0	0,0
2013	8,0	76,0	480,0	0,0	101,0	138,0	0,0
2014	9,0	92,0	468,0	0,0	85,0	102,0	0,0
2015	5,0	48,0	360,0	0,0	45,0	93,0	0,0
2016	5,0	50,0	320,0	0,0	40,0	100,0	0,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

As Lavouras Temporárias e Permanentes têm demonstrado queda na sua produção, de acordo com as informações do IBGE no período de 2010 a 2016. Nesse sentido é importante considerar que existe perspectiva no aumento da produção, devido principalmente às políticas públicas de fomento à agricultura familiar que vêm sendo desenvolvidas a partir de 2016. No entanto, os impactos, sejam eles positivos ou negativos, ainda não podem ser percebidos.

Tabela 29 - Produção Vegetal e Extrativismo em São Luís entre 2010 e 2016

Ano	Produtos		
	Açaí (fruto) (Toneladas)	Carvão vegetal (Toneladas)	Lenha (Metros cúbicos)
2010	77,0	10,0	160,0
2011	175,0	0,0	0,0
2012	193,0	9,0	0,0
2013	212,0	8,0	0,0
2014	203,0	7,0	0,0
2015	183,0	7,0	0,0
2016	185,0	5,0	0,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

A produção de açaí tem apresentado um crescimento considerável e um dos fatores perceptíveis desse crescimento da produção local é também o aumento de franquias e lojas em São Luís que se especializam na venda do produto nos últimos anos.

3.2.13 São José de Ribamar

O município de São José de Ribamar tem na pequena agricultura e na atividade pesqueira um potencial considerável para seu desenvolvimento. Possui uma localização privilegiada com acesso à Baia de São José, o que permite uma logística de distribuição de seu pescado para outros mercados e aumenta a produtividade do setor pesqueiro; bem como acesso facilitado a toda a ilha de São Luís via MA-301, além dos demais municípios da RMGSL.

Mas para que essa potencialidade se torne realidade, faz-se necessário desenvolver políticas públicas que fomentem esses setores. Pode-se citar duas políticas que podem auxiliar nessa perspectiva. A primeira é a restauração da casa da marisqueira, estrutura que em seu pleno funcionamento poderá garantir o aumento de produtividade de pescado e mariscos.

Figura 16 - Casa da Marisqueira em São José de Ribamar

Fonte: IMESC (2018)

Conforme constatado em campo, a reativação da Casa da Marisqueira contribuiu bastante, no que diz respeito à produtividade e beneficiamento do pescado. Além das máquinas utilizadas no beneficiamento dos produtos, a Casa da Marisqueira também é equipada com congeladores, embalagens para os produtos, entre outras coisas (**Figura 17**).

Figura 17 - Produtos beneficiados na Casa da Marisqueira em São José de Ribamar

Fonte: IMESC (2018)

Conforme observado, ao passar pelo processo de beneficiamento, os produtos são embalados e em seguida comercializados nas feiras e mercados do município, e destinados à merenda escolar, que se trata da maior parte da produção. Conforme pesquisa *in loco*, constatou-se que cerca de 500 kg de peixe por semana são tratados nessa indústria. Outra política a ser destacada é a inclusão do município no **Agropolo da Ilha** por meio da qual, além das ações diversas citadas na introdução deste texto, foi realizada uma ação de capacitação.

Quadro 19 - Curso de Capacitação de fruticultura em São José de Ribamar

CURSO	MUNICÍPIO	NÚMERO DE PARTICIPANTES
FRUTICULTURA	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	12

Fonte: SAGRIMA (2017)

São ações que podem potencializar a produção familiar local, mas devem ser consideradas ainda incipientes, se observar-se que existe ainda um hiato muito grande entre o potencial que o município possui e as reais condições de efetivação dessa potencialidade.

Quadro 20 - Informações básicas da Agricultura Familiar em São José de Ribamar

Agricultores Familiares (Censo Agro./06)	Reforma Agrária		DAP* (nov/15)		PRONAF 2015/2016** (nov/15)	
	Famílias Assentadas (nov/15)	Área reformada (ha) (nov/15)	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Contratos	Valores (R$)
366	-	-	2.003	8	54	213.600
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural						
Técnicos (nov/15)	Agricultores Beneficiados		Assentados Atendidos – ATES (set/15)		BSM rural Famílias Previstas (dez/13)	BSM Famílias Atendidas (nov/15)
	Chamadas Públicas (nov/15)	Grupo B (jul/14)				
		261	261		-	-
Garantia Safra		PAA			PNAE** (2014)	
2014/2015** (out/15)	2014/2015 (out/15)	2015 (Formação de Estoque)* (set/15)		2015 (Conab) (set/15)		
Agricultores Aderidos	Agricultores Pagos	Fornecedores	Valor total proposta (R$)	Valor total proposta (R$)	% na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF	
0	0	0	0	0	10,09%	

Fonte: INCRA/MDA; Censo Agropecuário (2006)
* Um estabelecimento pode ter mais de uma DAP e abrange agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
** O PRONAF beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
*** Beneficiam agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
**** As prestações de contas ainda estão sob análise, portanto, os dados são preliminares e passíveis de alteração.

A participação dos produtores familiares na merenda escolar foi 10,09% no ano de 2014, demonstrando que ainda existe um grande hiato entre o que foi efetivamente realizado e o mínimo estabelecido por legislação federal sobre a merenda escolar. O valor médio dos contratos PRONAF foi de R$ 4.188,00 e observa-se que 261 agricultores foram assistidos por técnicos, um número considerável, diante do universo apresentado pelo Censo de 2006.

Tabela 30 - Produção das Lavouras Temporária e Permanente em São José de Ribamar entre 2010 e 2016

Ano	Lavoura Temporária (toneladas)				Lavoura Permanente		
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Banana (cacho)	Coco-da-baía (toneladas)	Laranja (toneladas)
2010	9,0	78,0	450,0	0,0	128,0	140,0	0,0
2011	8,0	83,0	420,0	0,0	102,0	148,0	0,0
2012	4,0	56,0	520,0	0,0	119,0	150,0	0,0
2013	8,0	76,0	480,0	0,0	101,0	138,0	0,0
2014	9,0	92,0	468,0	0,0	85,0	102,0	0,0
2015	5,0	48,0	360,0	0,0	45,0	93,0	0,0
2016	5,0	50,0	320,0	0,0	40,0	100,0	0,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

O decréscimo ocorrido no período de 2010 a 2016, nas Lavouras Temporária e Permanente, reforça o que foi descrito anteriormente, ou seja, é necessário desenvolver políticas de fomento à produção familiar que aproximem os produtores dos mercados institucional e formal.

Tabela 31 - Produção Vegetal e Extrativismo em São José de Ribamar entre 2010 e 2016

Ano	Produtos		
	Açaí (fruto) (Toneladas)	Carvão vegetal (Toneladas)	Lenha (Metros cúbicos)
2010	77,0	10,0	160,0
2011	175,0	0,0	0,0
2012	193,0	9,0	0,0
2013	212,0	8,0	0,0
2014	203,0	7,0	0,0
2015	183,0	7,0	0,0
2016	185,0	5,0	0,0

Fonte: PAM; IBGE (2018)

A produção de açaí tem apresentado um crescimento considerável, enquanto a produção de carvão vegetal e lenha não são significantes. O crescimento da produção de açaí pode ser explicado também pela mesma dinâmica do que ocorre em São Luís, o aumento de lojas e franquias especializadas na venda do produto.

3.3 Conclusões

De forma geral, ao longo da pesquisa desenvolvida para construção desse diagnóstico, o que se percebe é uma homogeneidade das informações obtidas para toda a RMGSL, homogeneidade essa que se reflete principalmente na precariedade das condições de reprodução da agricultura familiar.

Essa precariedade reflete-se na fala de uma estrutura mínima, como estradas de acesso, técnicas aplicadas para melhorar a produção e produtividade, bem como ainda a necessidade de ampliação de políticas públicas voltadas para o setor que garantam apoio técnico, logístico e financeiro, permitindo o desenvolvimento das atividades produtivas realizadas pelos agricultores familiares.

Entende-se também que a pequena agricultura familiar é de fundamental importância no sentido de garantir geração de emprego e renda local e, principalmente, uma política consistente de segurança alimentar. Contudo, deve-se considerar que os custos de produção são relativamente baixos. Com relação aos outros setores de atividade, existe na RMGSL um expressivo potencial de crescimento não só quantitativo, mas principalmente qualitativo na produção familiar.

4 CADEIAS PRODUTIVAS

4.1 Resultados da aplicação de métodos de análise regional na RMGSL

4.1.1 Metodologia

Para a análise dos dados, foram utilizados os métodos de análise regional[11], por meio das medidas de localização, especialização e associação. As medidas de localização possuem o objetivo de avaliar as atividades entre as regiões, identificando concentração ou dispersão espacial, tendo em vista determinada variável base escolhida. As medidas de especialização, por sua vez, têm como foco a estrutura produtiva de cada região, cujo intuito é avaliar o nível de especialização e de diversificação regional.

Vale destacar que os indicadores de análise regional permitem a comparação de regiões com tamanhos diferentes ao utilizar valores relativos. Desse modo, pode-se auferir uma medida da importância relativa de determinada categoria em uma região, comparando o seu "peso" ou participação nas outras regiões.

Para o cálculo das medidas de localização e especialização, as informações serão organizadas em uma matriz que relaciona a distribuição setorial-espacial de uma variável-base. No presente trabalho, foi utilizado como variável-base o Valor Adicionado Fiscal (VAF) distribuído por Divisão de Atividade da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE). As colunas mostram a distribuição entre as Regiões Geográficas, e as linhas mostram a distribuição do VAF por Divisão de Atividade de cada uma das regiões. Os dados sobre VAF foram obtidos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-MA). O período de análise foi o ano de 2017.

4.1.2 Coeficiente de Localização – CL

O coeficiente de localização relaciona a distribuição percentual da variável base em uma determinada atividade entre as regiões com a distribuição percentual da variável base no total do estado entre as regiões.

O coeficiente de localização (CL) é medido pela seguinte equação:

$$CL_i = \frac{\sum_j \left| \left({VAF_{ij}}/{\sum_j VAF_{ij}} \right) - \left({\sum_i VAF_{ij}}/{\sum_i \sum_j VAF_{ij}} \right) \right|}{2}$$

Em que:

VAFij = Valor Adicionado Fiscal da atividade econômica *i* da Região j;

ΣVAFij = Valor Adicionado Fiscal da atividade econômica *i* de todas as Regiões;

ΣVAFij = Valor Adicionado Fiscal de todas atividades econômicas da Região j;

ΣΣVAFij = Valor Adicionado Fiscal de todas atividades econômicas de todas as Regiões.

[11] Na literatura nacional, Haddad (1989), Ferrera de Lima (2006) e Costa (2002) fornecem elementos explicativos para o conhecimento dos padrões de localização das atividades produtivas e sua capacidade de atração e adensamento ao longo do tempo. Destacam-se, também, os trabalhos de Brito e Albuquerque (2002), Sebrae (2002), IEDI (2002) e Suzigan et al. (2003), que propõem metodologias de identificação de aglomerações produtivas locais com ênfase diferenciadas em um ou outro aspecto.

O resultado da equação descrita acima pode ser inferido, por meio dos seguintes parâmetros:

Próximo a 0 = dispersão significativa;

Próximo a 1 = concentração significativa.

4.1.3 Quociente Locacional – QL

A utilização de um Quociente Locacional (QL) consiste em avaliar o grau relativo de concentração de determinada atividade na Região. Também é muito utilizado como uma medida no mapeamento de aglomerações produtivas. Esse indicador pode ser calculado pela seguinte expressão:

$$QL_{ij} = \frac{VAF_{ij} \Big/ \sum_j VAF_{ij}}{\sum_i VAF_{ij} \Big/ \sum_i \sum_j VAF_{ij}}$$

Em que:

VAFij = Valor Adicionado Fiscal da atividade econômica *i* da Região j;

ΣVAFij = Valor Adicionado Fiscal da atividade econômica *i* de todas as Regiões;

ΣVAFij = Valor Adicionado Fiscal de todas atividades econômicas da Região j;

ΣΣVAFij = Valor Adicionado Fiscal de todas atividades econômicas de todas as Regiões.

Definido o cálculo utilizado para o indicador, pode-se inferir, com base no Quociente Locacional da atividade econômica *i* na Região *j*, por meio dos seguintes parâmetros:

- QL = 1 – Indica que a Região detém proporcionalmente uma semelhança de Valor Adicionado Fiscal na atividade econômica *i*, quando comparado com a sua importância para o Valor Adicionado Fiscal no estado como um todo;
- QL < 1 – Indica que a Região detém proporcionalmente menos VAF na atividade econômica *i*, quando comparado com a sua importância para o VAF do estado como um todo;
- QL > 1 – Indica que a Região detém proporcionalmente mais VAF na atividade econômica *i*, quando comparado com a sua importância para o VAF do estado como um todo.

Assim sendo, pode-se entender QL > 1 como um indicativo de concentração da atividade *i* na Unidade Regional *j*.

4.1.4 Coeficiente de Especialização – CE

O coeficiente de especialização (CE) compara a estrutura produtiva da região, em termos da participação de atividade econômica no total do VAF, com a estrutura produtiva do estado nesses mesmos termos. O coeficiente de especialização está baseado na soma, em módulo, das diferenças entre a importância relativa da atividade econômica *i* para o VAF total da Região *j* (Sij) e a importância relativa da atividade econômica *i* para o estado (Si). Formalmente, tem-se:

$$CE_j = \frac{\sum_i (|S_{ij} - S_i|)}{2}$$

Em que:

Sij = a participação relativa da atividade econômica *i* na Região *j*, sobre o VAF da Região j. Ou seja, é a participação relativa da atividade econômica *i* na Região *j*;

Si = a participação do VAF da atividade econômica *i* sobre o VAF total do estado;

Dessa forma, o numerador da expressão tem seu limite em 2[12], enquanto o padrão do coeficiente oscila de 0 a 1. No cálculo do coeficiente de especialização, é a Região *j* que é mantida fixa, e observa-se qual é a diferença entre a relevância de cada atividade econômica *i* para a Região *j* (Sij) e para o estado (Si).

Desse modo, pode-se inferir, com base no Coeficiente de Especialização da atividade econômica *i* na Região *j*, por meio dos seguintes parâmetros:

- Quanto mais o valor do CE for próximo de zero, mais parecida será a estrutura da Região com a estrutura do estado.
- Quanto mais o valor do CE for próximo de um, maior será a diferença entre a estrutura da Região considerada e a estrutura produtiva estadual.

4.1.5 Coeficiente de Associação Geográfica – CAG

Outro indicador de interesse consiste no coeficiente de associação geográfica. Esse indicador mostra a associação geográfica entre dois setores (i e k), comparando as distribuições percentuais da mão de obra entre as microrregiões. Seus valores variam de zero (0), o que significa que o setor i estará distribuído regionalmente da mesma forma que o setor k, mostrando que os padrões locacionais dos dois setores estão associados geograficamente até um (1) que representa nenhuma associação.

$$Cag_{ik} = \frac{\sum_j \left(\left| \left({}^{VAF_{ij}}/_{\sum_i VAF_{ij}} \right)_{\text{setor i}} - \left({}^{VAF_{ij}}/_{\sum_k VAF_{ij}} \right)_{\text{setor k}} \right| \right)}{2}$$

Em que:

VAFij = Valor Adicionado Fiscal da atividade econômica *i* da Região j;

ΣVAFij = Valor Adicionado Fiscal da atividade econômica *i* de todas as Regiões;

ΣVAFij = Valor Adicionado Fiscal de todas atividades econômicas da Região j;

ΣΣVAFij = Valor Adicionado Fiscal de todas atividades econômicas de todas Regiões.

Definido o cálculo utilizado para o indicador, pode-se inferir, com base no Coeficiente de Associação Geográfica da atividade econômica *i* na Região *j*, por meio dos seguintes parâmetros:

- Se 0,14 ≥ Cag ≥ 0,01 considera-se Associação Significativa
- Se 0,28 ≥ Cag ≥ 0,15 considera-se Associação Média
- Se 0,44 ≥ Cag ≥ 0,29 considera-se Fraca Associação

4.1.6 Avaliação dos resultados

Utilizou-se o indicador Coeficiente de Localização (CL), para o Valor Adicionado Fiscal em 2017, no setor agropecuário **Tabela 32** – que com o intuito de aumentar o detalhamento, foi feito o índice por classe de atividade da CNAE 2.0 – e em todos os setores de atividade (**Tabela 32**), detalhado

[12] O numerador igual a 2 (CE = 1) representa, nesse caso, a perfeita diferenciação de estrutura do emprego da Unidade Regional analisada em relação à estrutura-base de comparação, a do estado. Ver mais detalhes em Notas sobre medidas de concentração e especialização: um exercício preliminar para o emprego no Rio Grande do Sul. (LARA; FIORI; ZANIN, 2010).

por divisão de atividade da CNAE 2.0. Os resultados mostram que dentre as classes de atividade da Agropecuária, a Criação de outros animais de grande porte, a Pesca em água salgada, a Extração de minério de metais preciosos e a Aquicultura em água salgada e salobra são as atividades mais concentradas no território maranhense, todas com índice 1,0. Já o Cultivo de cereais e a Criação de suínos são as atividades de maior dispersão no Maranhão.

Considerando o detalhamento do CL por divisão de atividade da CNAE 2.0, observa-se que existe elevada concentração das seguintes atividades no estado: Esgoto e atividades relacionadas; Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas; Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde; e Extração de minerais metálicos.

Avaliando a situação da Região Metropolitana da Grande São Luís, sob a perspectiva do quociente locacional – QL, verifica-se significativa importância da região na criação de suínos, aves, aquicultura e extrativismo mineral. Considerando as 87 divisões de atividade da CNAE 2.0, 33 delas são exercitadas na RMGSL com maior relevância quando comparado ao estado. Isso mostra que há na RGMGSL uma diversificação de atividades que são mais representativas para essa região do que para o estado como um todo. Dentre as 33 divisões de atividades classificadas como mais representativas (**Tabela 32**), 5 divisões estão diretamente relacionadas à cadeia da Indústria de Construção (Extração de minerais não metálicos; Construção de edifícios; Obras de infraestrutura; Serviços de arquitetura e engenharia, testes e análises técnicas; e Serviços para edifícios e atividades paisagísticas); 6 divisões estão diretamente relacionadas a serviços de comunicação (Edição e edição integrada à impressão; Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; Gravação de som e edição de música; Atividades de rádio e de televisão; Telecomunicações; Atividades dos serviços de tecnologia da informação; e Atividades de prestação de serviços de informação); 2 divisões relacionadas a Serviços Industriais de Utilidade Pública (Captação, tratamento e distribuição de água; Coleta, tratamento e disposição de resíduos, e recuperação de materiais); 2 estão relacionadas ao segmento de Transportes (Fabricação de equipamentos de transporte, exceto veículos automotores; Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos; Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas; Transporte terrestre; Transporte aquaviário; e Transporte aéreo); e uma divisão (Alimentação) que, juntamente com determinadas atividades de transporte, compõe a cadeia de turismo.

Tabela 32 - Coeficiente de Localização da variável Valor Adicionado Fiscal do setor agropecuário, por classe de atividade econômica – 2017

Subsetores de Atividades	Quocientes Locacionais
Criação de outros animais de grande porte	1,0
Pesca em água salgada	1,0
Extração de minério de metais preciosos	1,0
Aquicultura em água salgada e salobra	1,0
Horticultura	0,9
Cultivo de cana-de-açúcar	0,9
Cultivo de plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	0,9
Extração de minerais não metálicos não especificados anteriormente	0,9
Criação de animais não especificados anteriormente	0,9
Cultivo de flores e plantas ornamentais	0,8
Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	0,8
Aquicultura em água doce	0,8
Atividades de apoio à pecuária	0,8
Extração de minério de ferro	0,8
Extração de pedra, areia e argila	0,8
Criação de aves	0,7
Atividades de pós-colheita	0,7
Cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva	0,7
Cultivo de plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	0,7

Atividades de apoio à produção florestal	0,7
Produção florestal – florestas nativas	0,7
Extração de petróleo e gás natural	0,7
Produção florestal – florestas plantadas	0,7
Produção de sementes certificadas	0,6
Criação de bovinos	0,6
Atividades de apoio à agricultura	0,6
Cultivo de soja	0,5
Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	0,5
Criação de suínos	0,5
Cultivo de cereais	0,4

Fonte: Elaboração própria com dados da RAIS – MTE

Tabela 33 - Coeficiente de Localização da variável Valor Adicionado Fiscal total, por divisão de atividade econômica – 2017

Subsetores de Atividades	Quocientes Locacionais
Esgoto e atividades relacionadas	1,0
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1,0
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	1,0
Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde	1,0
Extração de minerais metálicos	1,0
Extração de petróleo e gás natural	0,9
Fabricação de produtos de madeira	0,9
Pesquisa e desenvolvimento científico	0,9
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	0,9
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,9
Atividades de serviços financeiros	0,8
Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	0,8
Atividades imobiliárias	0,8
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,8
Publicidade e pesquisa de mercado	0,8
Produção florestal	0,8
Pesca e aquicultura	0,8
Fabricação de máquinas e equipamentos	0,7
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,7
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	0,7
Fabricação de produtos têxteis	0,7
Atividades de atenção à saúde humana	0,6
Fabricação de produtos alimentícios	0,6
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,6
Fabricação de produtos diversos	0,6
Atividades de organizações associativas	0,5
Fabricação de móveis	0,5
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,4
Captação, tratamento e distribuição de água	0,4
Seleção, agenciamento e locação de mão de obra	0,4
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,4
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	0,4
Atividades de prestação de serviços de informação	0,4
Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música	0,4
Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	0,4
Telecomunicações	0,4

Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,4
Transporte aquaviário	0,4
Correio e outras atividades de entrega	0,4
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,4
Fabricação de bebidas	0,4
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	0,4
Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	0,4
Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	0,4
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	0,4
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	0,4
Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas	0,4
Impressão e reprodução de gravações	0,3
Atividades esportivas e de recreação e lazer	0,3
Atividades veterinárias	0,3
Metalurgia	0,3
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não financeiros	0,3
Construção de edifícios	0,3
Transporte aéreo	0,3
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,3
Fabricação de produtos químicos	0,3
Atividades dos serviços de tecnologia da informação	0,3
Eletricidade, gás e outras utilidades	0,3
Extração de minerais não metálicos	0,3
Edição e edição integrada à impressão	0,3
Atividades de rádio e de televisão	0,3
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,3
Educação	0,2
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados principalmente às empresas	0,2
Comércio varejista	0,2
Alimentação	0,2
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,2
Transporte terrestre	0,2
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,2
Alojamento	0,2
Outras atividades de serviços pessoais	0,2
Obras de infraestrutura	0,2
Serviços especializados para construção	0,2
Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos	0,1
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	0,1
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	0,1

Fonte: Elaboração própria com dados da RAIS – MTE

Tabela 34 - Quocientes Locacionais da variável Valor Adicionado Fiscal do setor agropecuário, por classe de atividade econômica – 2017

Subsetores de Atividades	QLC
Extração de minerais não metálicos não especificados anteriormente	12,6
Cultivo de plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	12,6
Cultivo de flores e plantas ornamentais	9,0
Extração de pedra, areia e argila	8,4
Criação de aves	7,2
Criação de suínos	4,7
Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	2,5
Aquicultura em água doce	2,5

Criação de animais não especificados anteriormente	1,2
Atividades de pós-colheita	1,1

Tabela 35 - Quocientes Locacionais da variável Valor Adicionado Fiscal total, por divisão de atividade econômica – 2017

Subsetores de Atividades	QLC
Captação, tratamento e distribuição de água	1,7
Seleção, agenciamento e locação de mão de obra	1,7
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1,7
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	1,7
Atividades de prestação de serviços de informação	1,7
Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música	1,7
Telecomunicações	1,7
Transporte aquaviário	1,7
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	1,7
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	1,6
Transporte aéreo	1,5
Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	1,5
Construção de edifícios	1,5
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não financeiros	1,5
Atividades dos serviços de tecnologia da informação	1,4
Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	1,4
Edição e edição integrada à impressão	1,4
Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas	1,3
Alimentação	1,3
Fabricação de produtos químicos	1,3
Atividades de rádio e de televisão	1,3
Metalurgia	1,2
Educação	1,2
Fabricação de bebidas	1,2
Obras de infraestrutura	1,2
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	1,2
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	1,2
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados principalmente às empresas	1,1
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	1,1
Extração de minerais não metálicos	1,1
Transporte terrestre	1,1
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	1,0
Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos	1,0

Diferente do Coeficiente de Localização que avalia as atividades, o Coeficiente de Especialização (CE) avalia a Região, comparando a estrutura produtiva da região em termos de participação de cada setor no total do VAF, com a estrutura produtiva do estado nesses mesmos termos (**Tabela 35)**. Como resultado, constata-se que a estrutura produtiva da RMGSL possui elevada similaridade com a estrutura produtiva estadual, posto que o índice obtido (0,14) ficou próximo de zero quando o coeficiente máximo foi 1,00.

Tabela 36 - Coeficiente Especialização da RMGSL, com base no Valor Adicionado Fiscal por divisão de atividade econômica da CNAE 2.0 – 2017

Região	Coeficiente de Especialização
UR São Luís	0,14

Fonte: Elaboração própria com dados da SEFAZ-MA

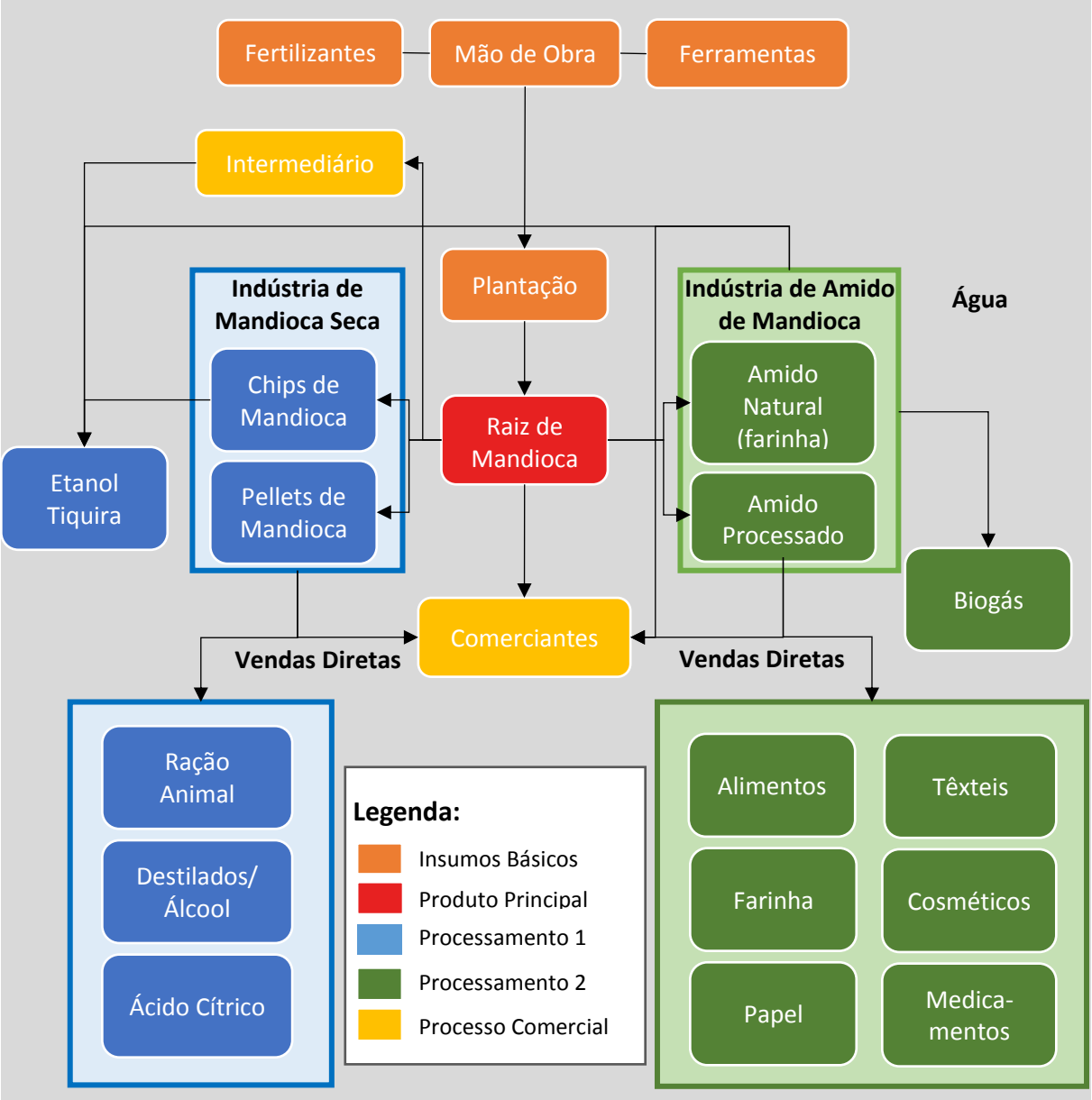
Diante das divisões que foram avaliadas como relevantes na RMGSL, chama-se a atenção para as Cadeias Produtivas de Indústria de Construção e de Turismo. Usando o Coeficiente de Associação para verificar o efeito de dinamização das Cadeias Produtivas sobre as demais divisões de atividade econômica, foram obtidos os seguintes resultados:

A **Construção Civil**, com destaque para obras em infraestrutura, é apontada como a atividade que mais dinamiza a economia, posto que produz impacto secundário em 40 subsetores das 99 divisões de atividade econômica, seguido do comércio e alimentação, que apresentam associação com, respectivamente, 38 e 37 divisões de atividade. A atividade de alojamento possui relação com 18 divisões.

Assim, o desenvolvimento das cadeias destacadas, as quais estão diretamente relacionadas à tipologia da Região, é apresentado como estratégico para elevar o dinamismo econômico da RMGSL. Por meio dos trabalhos de campo realizados nos treze municípios pertencentes à região, buscou-se identificar segmentos de atividades existentes que podem ser classificados como cadeias produtivas semiestruturadas ou potenciais e avaliou-se sua contribuição no mercado de trabalho formal.

Com base nas cadeias identificadas pela metodologia utilizada, fez-se um detalhamento dos elos de cada uma das cadeias e, posteriormente, identificaram-se os estabelecimentos formais relacionados a cada uma das cadeias produtivas, a seguir.

Quadro 21 - Cadeia produtiva da mandioca



Fonte: IMESC (Elaboração própria)

A cadeia produtiva da mandioca, evidentemente, inicia-se com o plantio, por meio do qual apresentou, em 2010, 5.214 pessoas ocupadas, conforme os dados do Censo Demográfico. É importante destacar que a mão de obra destinada à agricultura familiar no Maranhão, em sua totalidade, produz mandioca, sendo que o Maranhão é o quarto maior produtor do Brasil, segundo a PAM do IBGE, referente ao ano de 2016, ao passo que a produção maranhense de mandioca é a segunda maior do Nordeste com cerca de 1,3 milhões de toneladas, ficando atrás apenas da Bahia, cuja produção no mesmo período foi de 1,9 milhões de toneladas.

Como esse plantio no estado ainda é rudimentar, isto é, com pouca tecnologia empregada e geralmente de forma consorciada[13], o Maranhão ainda não conseguiu avançar mais na produção dessa cultura, sendo que a produtividade gira em torno de 8.353 kg/ha, bem inferior à produtividade nas demais unidades da federação, cuja média é de 15.180 kg/ha. Vale ressaltar que em alguns estados, como por exemplo, Acre, Paraná e Rio Grande do Sul, a produtividade da mandioca é de mais de 20 mil kg/ha.

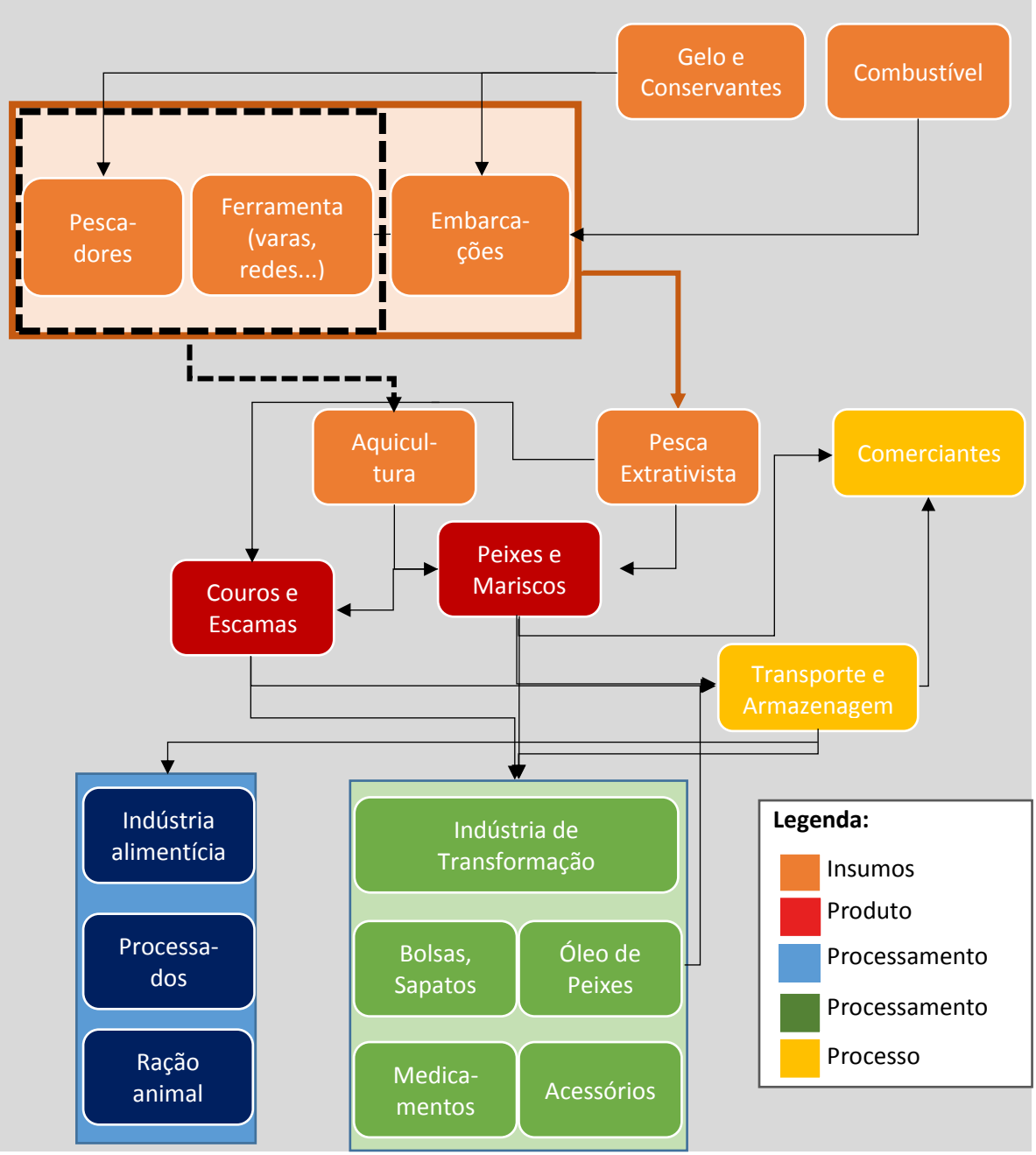
[13] Cultivo de diversas culturas na mesma área.

Dentre os 13 municípios da RMGSL, apenas na capital maranhense existe um estabelecimento formal de cultivo de mandioca, cuja quantidade foi de 8 pessoas envolvidas nessa atividade, conforme os dados da RAIS (2016). Nos demais municípios, essa atividade é basicamente informal, ou seja, os produtores não trabalham com carteira assinada.

Por meio do cultivo, identificou-se que o produto principal (a raiz da mandioca) tem relação direta com os comerciantes (*in natura*) tanto das feiras quanto dos supermercados da RMGSL. Por outro lado, cabe destacar que grande parte da mandioca é utilizada pelos próprios produtores para a fabricação da farinha de mandioca, que também é vendida pelos mesmos nas feiras e supermercados. Nesse caso, o produto possui maior valor agregado em comparação ao produto *in natura*. Ao verificar as bases de dados da RAIS/MTE entre os anos 2010 e 2016, não se constatou a existência de trabalhadores com carteira assinada na atividade de Fabricação de farinha de mandioca e derivados, apesar de que as pesquisas *in loco* realizadas na RMGSL apontam para a existência de famílias que, além do plantio do tubérculo, fabricam mandioca em suas localidades (povoados) em casas de farinha próprias ou da comunidade.

Quanto à Indústria de Mandioca Seca, cujos segmentos são chips de mandioca e *pellets* de mandioca, não foram registradas atividades na RMGSL. Já no que diz respeito à produção de tiquira, apesar das fontes primárias apontarem a existência dessa atividade no Maranhão, não se tem uma base de dados sólida que indique quanto se produz desse produto. Sabe-se apenas, com base em fontes não oficiais, que os municípios que se destacam na produção desse produto são Balsas, Santo Amaro, Sucupira do Riachão e Vargem Grande.

Quadro 22 - Cadeia produtiva da pesca



Fonte: IMESC (Elaboração própria)

Ao considerar a totalidade dos municípios maranhenses, em pelos menos 31 dos 217, a Pesca foi considerada a atividade principal do setor primário segundo dados do PIB (2015). Dentre os 13 municípios da RMGSL, a pesca é a principal atividade em 6 deles: São Luís, São José de Ribamar, Raposa, Alcântara, Rosário e Axixá.

A priori, destaca-se que existe dificuldade de encontrar dados concretos sobre a pesca, isto é, sobre o volume pescado e o valor do produto vendido no mercado. Realizaram-se pesquisas de campo nos municípios da RMGSL, mas as informações obtidas não foram satisfatórias, ou seja, mesmo assim não se teve dados, pelo menos aproximados, sobre o volume pescado. Por outro lado, tem-se os dados de quantidade produzida na atividade da Aquicultura, assim como demais informações como pessoas ocupadas, etc. Contudo, em relação à pesca, mesmo com a dificuldade de se obter os dados concretos sobre o volume pescado, tem-se a possibilidade de analisar essa cadeia produtiva com base nos dados

de pessoas ocupadas do Censo Demográfico 2010 e no número de empregos formais nessa atividade disponíveis na RAIS/MTE.

Conforme destacado no **Quadro 22**, a cadeia produtiva da pesca, em geral, apresenta cinco etapas, sendo a primeira relativa aos insumos, a outra referente aos produtos, além de duas etapas de processamento e, por fim, o processo (transporte, armazenagem e comerciantes). Quanto à etapa dos insumos utilizados na cadeia da pesca na RMGSL, não foram constatadas atividades ligadas à construção de embarcações destinadas exclusivamente à atividade pesqueira, mas no que concerne à construção de barcos para esporte e lazer, existe um estabelecimento, cujo número de trabalhadores formais envolvidos foi de sete em 2016, segundo dados da RAIS/MTE. No tocante ao material utilizado no ato da pesca (varas e redes), é sabido que os pescadores artesanais constroem suas próprias redes. Mesmo assim, é importante frisar que algumas redes, geralmente utilizadas para maiores quantidades de pescado, são comercializadas em estabelecimentos específicos. Em relação a isso, com base nos dados da RAIS/tem, existem nove estabelecimentos formais relativos ao Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping, sendo sete em São Luís e dois em Raposa. Em ambos municípios, foi constatada a existência de 31 empregos formais em 2016, sendo 28 somente na capital maranhense.

Ainda em relação aos insumos, evidencia-se que na RMGSL existem três municípios que produzem gelo[14], segundo a RAIS/MTE: São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar. O total de estabelecimentos formais nesses três municípios foi de 14 em 2016, sendo que o número de empregos formais na atividade de fabricação de gelo foi de 107. Destaca-se que essa atividade é indispensável na cadeia produtiva da pesca, visto que o gelo contribui para a conservação do pescado desde o momento da retirada do peixe do mar/rio até o momento da venda nas feiras e supermercados.

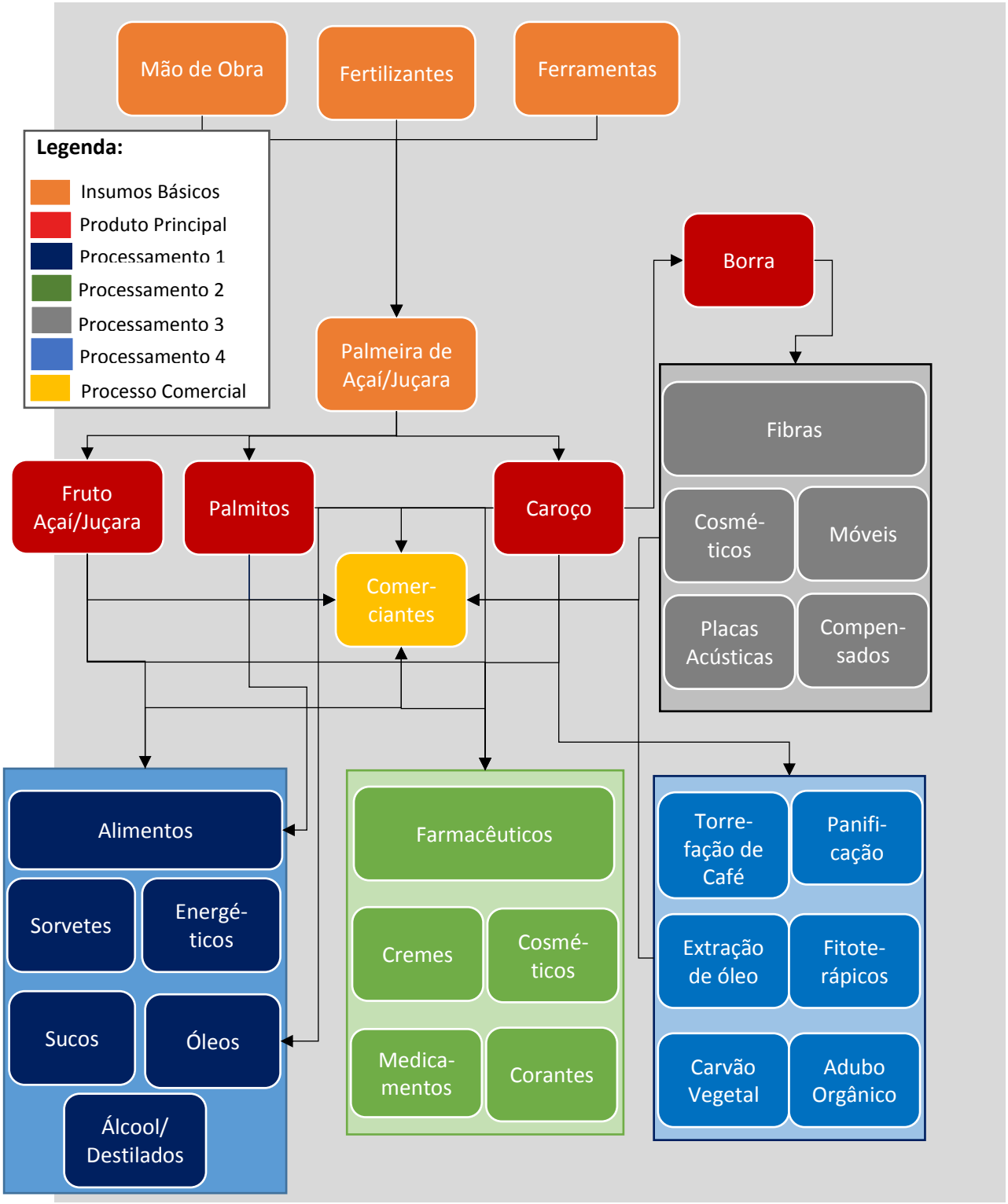
Quanto à etapa da cadeia referente ao transporte, é sabido que grande parte do pescado é transportado dos barcos pesqueiros diretamente para as feiras e supermercados, mas não se tem dados sobre o transporte específico do pescado na RMGSL. O que se sabe a respeito é que, no momento da chegada dos barcos nos portos, alguns caminhões ficam à espera do peixe para transportá-los aos comerciantes.

Também faz parte desta cadeira produtiva, notadamente da indústria alimentícia, os processados de peixe (empanados e nuggets, patês, hambúrguer de peixe e peixe defumado). Apesar de a maioria desses produtos ser encontrada nos estabelecimentos comerciais da RMGSL, eles não são processados aqui na RMGSL. Contudo, vale destacar que, em São José de Ribamar, existe a Casa da Marisqueira que contribui significativamente no que tange à produtividade e ao beneficiamento do pescado. Destaca-se que todo o produto beneficiado é destinado ao PAA e ao PNAE, não sendo comercializado nas feiras e supermercados locais.

Por fim, quanto à etapa de processamento que diz respeito à fabricação de bolsas, sapatos, medicamentos, óleos de peixe e outros acessórios, não foram encontradas na RMGSL atividades que dizem respeito à indústria de transformação para esses tipos de produtos.

[14] De acordo com a Classificação Nacional das Atividades Econômicas – CNAE versão 2.0, essa produção refere-se à fabricação de gelo comum para qualquer fim.

Quadro 23 - Cadeia produtiva da juçara



Fonte: IMESC (Elaboração própria)

A Juçara[15] é um alimento bastante consumido no Maranhão, seja *in natura* ou em forma de sorvete, doces, geleias, energéticos, sucos, óleos, etc. Conforme observado no **Quadro 23**, além da etapa

[15] Juçara (*Euterpe edulis*) é uma palmeira típica da Floresta Atlântica, que ocupa uma vasta extensão territorial, desde o sul da Bahia ao Rio Grande do Sul. Produz palmito de excelente qualidade, porém a exploração extrativista levou ao esgotamento da espécie nas reservas naturais. Produz também frutos com propriedades organolépticas e nutritivas similares às do açaí. O açaí (*Euterpe oleracea*), ao contrário da juçara que é unicaule, é uma palmeira

dos insumos básicos e do próprio produto principal, a cadeia produtiva da juçara apresenta quatro etapas de processamento até a fase do processo comercial. Em todo o estado, somente 74 dos 217 municípios cultivam açaí, cuja produção em 2016, segundo dados da PAM, foi de 17,5 toneladas. A produção média da RMGSL equivale a apenas 3,5% do total produzido no estado.

No tocante aos fertilizantes, tudo o que é utilizado para o crescimento e desenvolvimento da planta é importado. Ainda no tocante à etapa dos insumos básicos, os produtores utilizam um "facão", para, no momento da colheita, subirem no açaizeiro e retirarem os cachos.

Na etapa seguinte, referente ao produto principal, tem-se os seguintes produtos: açaí/juçara (em forma líquida), palmito, caroço e borra. Quanto ao primeiro, pode ser consumido *in natura* ou por meio da transformação em derivados, conforme citado no primeiro parágrafo. Apesar de esse produto ser bastante consumido em forma de sorvete, principalmente na RMGSL, não se tem informações a respeito de onde ele é produzido.

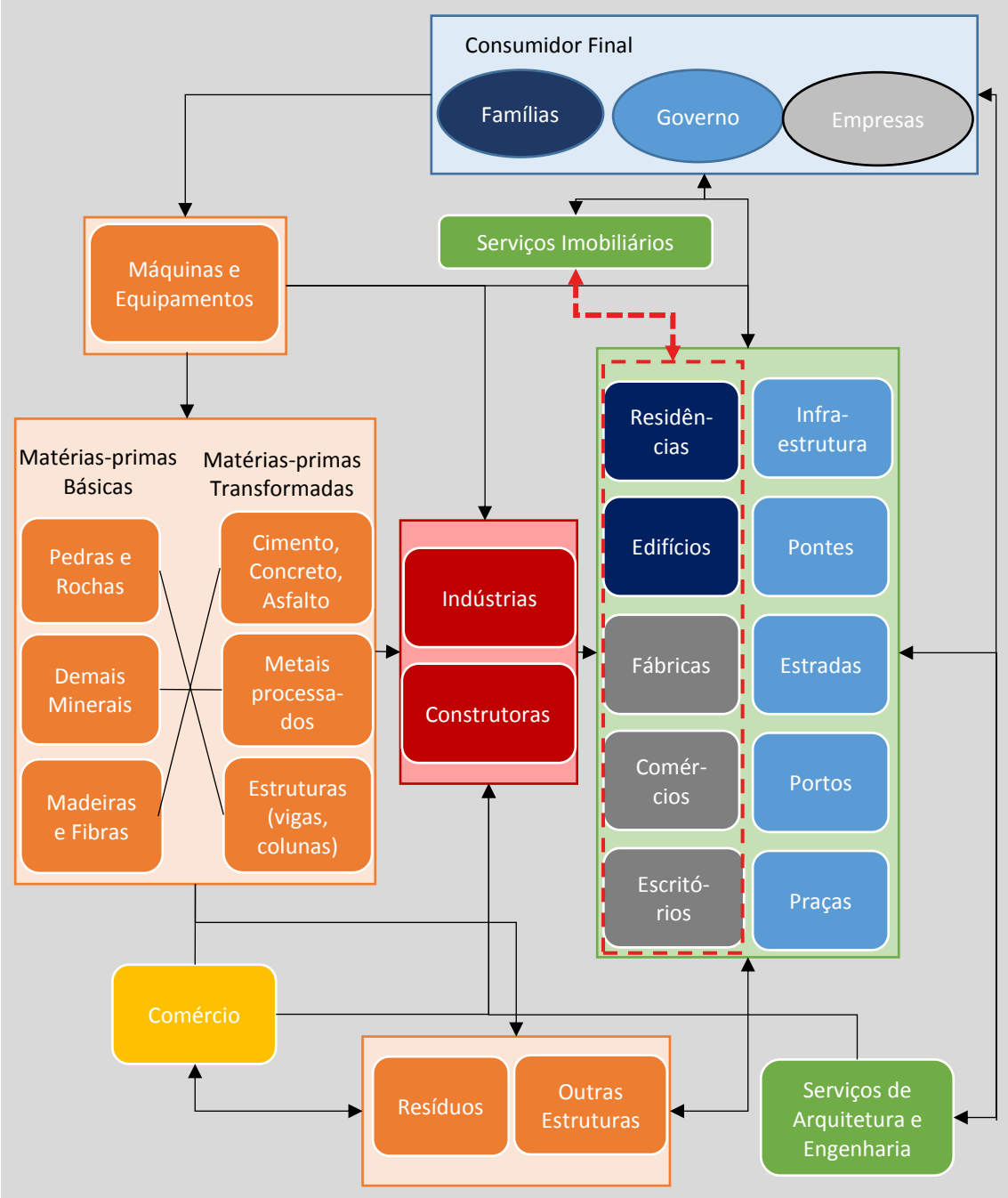
No tocante à etapa de processamento 2, que diz respeito aos produtos farmacêuticos, cremes, medicamentos, corantes e cosméticos, não foi constatada nenhuma atividade ligada a esse ramo. O mesmo pode-se dizer das etapas de processamento 3 e 4. Contudo, na etapa 4 podem ser encontrados alguns cosméticos produzidos por pequenas famílias, além do fato das fibras serem também utilizadas para construção de artigos de artesanato[16].

Por fim, tem-se o processo comercial no qual, conforme já mencionado anteriormente, são comercializados, principalmente, o produto *in natura* e a polpa, que é, na maioria das vezes, beneficiada pelo próprio comerciante.

que produz vários perfilhos, formando touceiras. Esses perfilhos são manejados para exploração do palmito, ao longo da vida útil da palmeira. O açaí é nativo da região norte do Brasil, onde vegeta em terrenos de várzeas, igapós e terra firme. Produz frutos de alto valor energético e nutritivo, largamente consumido nessa região com farinha de mandioca, tapioca, peixe frito e em forma de suco, sorvete, entre outros. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/compara%C3%A7%C3%A3o%20nutricional%20da%20polpa%20de%20ju%C3%A7ara%20e%20a%C3%A7a%C3%AD.pdf>. Acesso em: 17 de abril de 2019.

[16] Ver seção Economia Criativa.

Quadro 24 - Cadeia da construção



Fonte: IMESC (Elaboração própria)

Conforme o esquema do **Quadro 24**, optou-se por se dividir a cadeia da construção em atividades dos setores extrativistas, industriais, de serviços e comerciais, dentre as quais, a Construção Civil funciona como grupamento aglutinador das demais atividades. Entre as atividades pertencentes à Construção Civil, as principais são*: i)* A construção de edifícios, *ii)* obras de infraestrutura e, *iii)* os serviços especializados para construção, como obras de acabamento, instalações elétricas, hidráulicas, entre outras. O esquema gráfico acima permite a visualização dos fluxos comerciais e das etapas nas quais os agrupamentos de atividades supramencionados se enquadram. Como pode ser visto na legenda, esses agrupamentos são divididos em atividade principal, serviços ligados à construção e especificação de algumas atividades.

O conjunto das ditas atividades principais que compõem as etapas consecutivas, às quais os insumos vão agregando valor, vai desde a extração de matérias-primas, passando pela transformação,

comercialização dos materiais de construção, até chegar à fase da construção civil, etapa que possui maior número de interligações com as outras atividades e também constitui a fase em que há maior agregação de valor.

Assim, o processo de agregação de valor nessa cadeia inicia-se com a matéria-prima básica e, na sequência, das matérias-primas transformadas. Quanto a estas últimas, constatou-se a existência de 11 estabelecimentos formais ligados à Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção na RMGSL, sendo que o número de empregos formais em 2016 foi de 271.

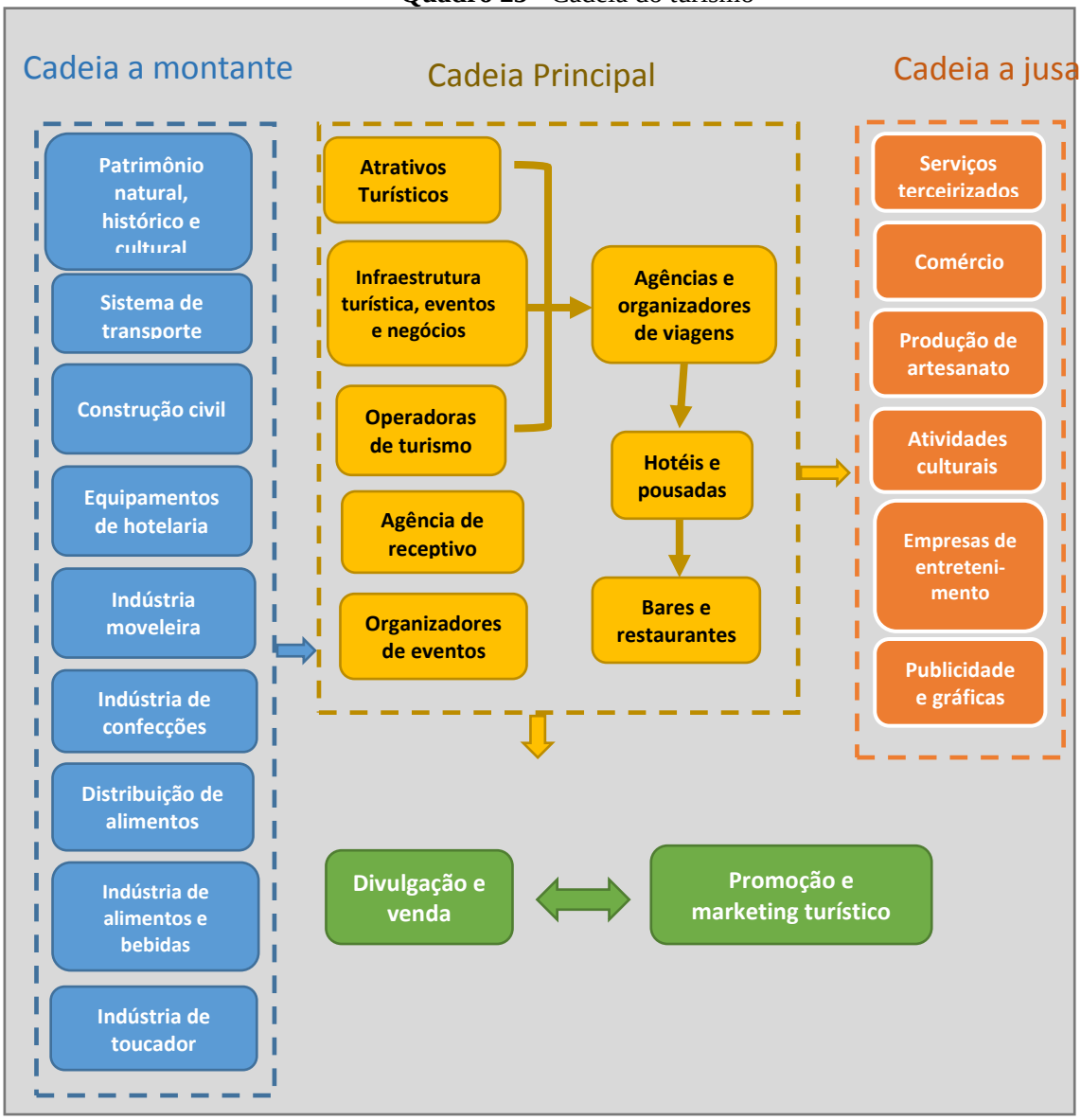
Após essa etapa, as matérias-primas seguem para as indústrias, construtoras e também para as famílias. Contudo, existem vários segmentos de construção a partir dessa etapa de processamento, sendo necessário observar-se os consumidores finais, pois cada qual possui objetivos finais diferenciados. Por exemplo, no caso das empresas, as construções são mais voltadas para estabelecimentos como fábricas, comércios e escritórios. Já no caso do governo, cumpre sua função alocativa, cujo objetivo é alocar recursos para oferta e ou provisão de bens e serviços tidos como públicos: infraestrutura, estradas, pontes, portos, praças, entre outros. Por fim, as famílias demandam as matérias-primas para construção das suas residências, porém, em uma escala menor que a das grandes empresas e até mesmo do governo.

Segundo dados da RAIS/MTE, em 2016 havia 742 estabelecimentos formais destinados à construção de edifícios, cujo número de empregos gerados com carteira assinada foi de 14,5 mil. Quanto as outras atividades ligadas à Construção Civil[17], foi registrado na RMGSL, para o ano de 2016, o total de 115 estabelecimentos formais, conforme as mais diversas atividades (ver nota de rodapé). Quanto ao número de empregos gerados nessas atividades, foram 5,5 mil em 2016.

Neste trabalho, buscou-se também analisar a cadeia produtiva do turismo, conforme destacado no **Quadro 24**.

[17] Conforme a Classificação Nacional das Atividades Econômicas – CNAE 2.0 (subclasse): Construção de rodovias e ferrovias; Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica; Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; Construção de estações e redes de telecomunicações; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto; Construção de instalações esportivas e recreativas e outras obras de acabamento da construção.

Quadro 25 - Cadeia do turismo



Fonte: IMESC (Elaboração própria)

Conforme observado, a cadeia produtiva do turismo contempla diversas atividades econômicas que, por sua vez, estão divididas em três etapas. A primeira etapa, que diz respeito à cadeia a montante, é composta por diversas atividades, as quais são indispensáveis à dinamização dessa cadeia produtiva.

A priori, qualquer local com vocação ao turismo deve ter uma boa infraestrutura, que vai desde boas estradas, pontes, viadutos e avenidas, até sistemas de transporte, equipamentos de hotelaria, distribuição de alimentos, entre outras coisas. Assim, tomando como base os dados da RAIS, constatou-se que, na atividade de equipamentos de hotelaria, houve uma diminuição no número de empregos formais entre 2010 e 2017 na RMGSL (-1,2% a.a.). Por outro lado, alguns municípios apresentaram crescimento, como é o caso de Morros (+4,7% a.a.) e de São José de Ribamar (21,4% a.a.). É importante destacar que, neste último, investimentos em atrativos turísticos, como por exemplo, melhorias na infraestrutura do espigão na sede do município, além de revitalização das praias (Praia do Meio e Araçagy), foram cruciais para que houvesse esse crescimento expressivo no número de pessoas com carteira assinada nessa atividade.

Apesar de a atividade ligada ao setor hoteleiro ter apresentado uma redução no emprego formal na RMGSL, com exceção dos dois municípios citados no parágrafo anterior, o mesmo não se pode dizer da atividade de restaurantes e similares. Entre 2010 e 2017, os dados da RAIS apontam um aumento em

torno de 4,4% a.a. no emprego formal nessa atividade, com destaque para Paço do Lumiar (+38,3% a.a.), São José de Ribamar (+31,5% a.a.) e Raposa (+14,7% a.a.) que cresceram, inclusive, acima da média da RMGSL (+4,4% a.a.) e da própria capital maranhense (+3,4% a.a.).

É importante destacar que a divulgação dos atrativos turísticos é de fundamental importância no que diz respeito ao conhecimento das pessoas. Para tanto, ao analisar o mercado das agências de viagens e publicidades, constatou-se que apenas São Luís e São José de Ribamar (em menor grau) investem nesse tipo de atividade, sendo que neste último município, constatou-se a criação de empregos formais somente entre 2010 e 2015 no ramo de agências de publicidade. Já no que tange às agências de viagem, em 2013 e 2014, não houve geração de emprego em São José de Ribamar, mas nos demais anos, foram gerados em média dois empregos formais por ano.

Por fim, quando se analisa a Cadeia à Jusante, que abrange, por exemplo, o setor de comércio, destaca-se o Comércio varejista de artigos de viagem e o varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos. Mais uma vez, a capital maranhense se destaca nessas atividades, principalmente, porque na maioria dos municípios, não somente da RMGSL, mas de todo o restante do estado, o comércio de bijuterias e artesanatos, por exemplo, é basicamente informal, ou seja, não há pessoas empregadas com carteira assinada, sendo que a maioria produz os produtos na sua própria residência. Entre 2010 e 2017, tanto o comércio de artigos de viagem quanto o de bijuterias e artesanatos cresceram de forma expressiva na capital maranhense. Segundo dados da RAIS, o percentual de empregos formais em São Luís no comércio varejista de artigos de viagem cresceu, em média, 16,6% a.a., ao passo que o comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos cresceu 6,3% a.a.

Portanto, com base no que foi exposto até o momento, São Luís ainda concentra a maioria dos serviços relacionados a esta cadeia. Contudo, São José de Ribamar vem destacando-se significativamente no turismo na RMGSL, justificado, em grande medida, pelos investimentos realizados no período analisado na infraestrutura, atrativos turísticos e próprio setor hoteleiro.

5 COMÉRCIO EXTERIOR

5.1 Introdução

Nesta seção, apresenta-se um panorama geral do comércio exterior maranhense com foco na Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL). Contudo, antes de iniciar a análise do cenário externo do Maranhão, será discutida a importância relativa do Comércio Internacional no desenvolvimento econômico de uma região, seus benefícios para o crescimento, como esse crescimento pode ser mais eficiente internamente e suas limitações. Dessa forma, prepara-se conceitualmente o leitor para compreender o diagnóstico do comércio exterior da economia maranhense.

A importância do comércio exterior no crescimento econômico e na capacidade de alavancagem na produção de uma região e/ou país é inegável, o comércio internacional, como já dizia David Ricardo (1817), traz benefícios para ambas as nações que produzem bens em que são especializadas e conseguem trocar seus excedentes por outras mercadorias em que não são especialistas em produzir. Assim, essas nações podem adquirir mais produtos em que são ineficientes em produzir internamente. Além disso, o mercado internacional potencializa a demanda, tendo em vista que abre espaço para novos compradores obterem produtos nacionais e amplia a concorrência, que reforça a necessidade investimento em produtividade, por sua vez em tecnologia e educação, e possivelmente na melhora dos preços aos consumidores. (MAGALHÃES, 2005).

Contudo, o comércio internacional possui suas limitações quando se trata da complexidade das mercadorias, da distribuição da renda e das diferenças estruturais entre os países (PREBISCH,1962; KRUGMAN,1979; GALA, 2017). Raúl Prebisch escreveu em 1949[18] sobre o processo de deterioração dos termos de intercambio (termos de troca) entre os países periféricos e os países centrais[19]. Para o autor, esse processo de deterioração dos termos de troca tinha origem no diferencial tecnológico estrutural entre esses, de modo que os países periféricos tenderiam a exportar produtos básicos (com baixa intensidade no uso dos insumos de produção – mão de obra e capital), enquanto os países desenvolvidos venderiam produtos manufaturados (com elevada intensidade no uso de mão de obra e capital).

O processo de deterioração dos termos de intercâmbio deriva do fato de que os países subdesenvolvidos, caso exportem aquilo em que são mais eficientes, tendo em vista menor capacidade tecnológica e técnica para elevar a produtividade dos insumos de produção capital e trabalho, tenderiam a especializar-se e manter as exportações de produtos básicos que, à medida que se particularizam nesse tipo de produção, elevam a oferta e desencadeiam redução dos preços. Esse produto, por sua vez, possui baixa elasticidade entre demanda e preço, de modo que, durante o ciclo de baixa da economia mundial, sofre maiores perdas em relação aos produtos manufaturados. Além disso, os bens de capital capazes de elevar a produtividade são produzidos em países com maior nível de tecnologia. Logo, à medida que se necessita avançar a produtividade nos países subdesenvolvidos, torna-se primordial importar essas tecnologias inovadoras dos países que possuem vantagens nesse quesito, ressaltando-se que esses produtos tendem, por sua vez, a perder menos valor durante o ciclo frágil da economia e a possuir maior elasticidade em relação ao preço.

Krugman (1979) aponta que a demanda por insumos de produção de manufaturados também está relacionada ao crescimento da demanda por manufaturados, de tal forma, para que os países exportadores de produtos básicos elevem sua exportação, é preciso que cresça a demanda por produtos manufaturados. Esse crescimento da demanda por manufaturados tenderia a favorecer ainda mais os países desenvolvidos, aumentando os preços e favorecendo a indústria dessas nações que, por sua vez, podem reinvestir em mais avanço tecnológico e manter ou elevar o *gap* tecnológico existente na relação com os países menos desenvolvidos.

[18] O escrito de Prebisch foi elaborado em 1949, contudo publicado em 1962.
[19] Respectivamente, países subdesenvolvidos e países desenvolvidos.

Contudo, deve-se ressaltar que a economia pode crescer (ou decrescer) independentemente de ser exportadora de produtos primários ou industrializados. No entanto, esse processo de crescimento se dá de diferentes formas, as quais serão delineadas, com base na complexidade desses bens e na diversificação da pauta produtiva.

O grau de complexidade da mercadoria é classificado quanto ao uso de capital e trabalho e é determinante para a distribuição da renda nacional. Um bem mais complexo é aquele que utiliza maiores fatores agregados (lê-se mão de obra qualificada e tecnologias), enquanto bens pouco complexos usufruem de menor utilização desses fatores e são mais ubíquos (GALA, 2017). Como esse fenômeno decorre do maior uso dos fatores de produção, capital e trabalho, assume-se que há maior remuneração para os fatores. Supondo que o crescimento em escala das exportações seja essencial para reduzir os custos e os preços para conquistar maior fatia de mercado, quanto maior o uso dos fatores de produção, maior será a distribuição dos pagamentos relativos aos eles (salários e depreciação). Assim, distribui-se mais os recursos quando se especializa no setor manufaturado.

O nível de complexidade econômica de uma região, conforme afirma Gala (2017), é significativo para determinar o tamanho de uma economia. Ao comparar inúmeros países desenvolvidos e em desenvolvimento, constatou-se que o tamanho da economia, o nível dos salários e a distribuição da renda possui forte correlação com a exportação de diferentes mercadorias em graus de uso dos fatores mais elevados. No caso, os indicadores costumam ser melhores em economias capazes de elaborar e exportar mais produtos manufaturados do que básicos, considerando, assim, essencial o desenvolvimento da indústria, das técnicas e da tecnologia.

Quanto aos benefícios da diversificação das exportações, pode-se usar analogia semelhante às análises de portfólios financeiros, quanto mais diversificada é a pauta exportadora menores serão as volatilidades da economia em relação aos choques internacionais (preço, oferta ou demanda), portanto, menores são os riscos e mais estáveis são os fluxos de investimentos realizados na economia. (GHOSH; OSTRY, 1994; BLEANEY; GREENAWAY, 2001). Não obstante, deve-se considerar, sob o mesmo mérito da diversificação de mercadorias, a quantidade de "clientes" para os produtos locais, pois, mesmo que diversificada, se a pauta de exportações se destinar concentradamente a poucos países, a economia estará mais suscetível aos impactos da instabilidade dessas nações. Dessa forma, se os produtos básicos como as *commodities* tendem a sofrer maiores volatilidades nos preços do que os produtos manufaturados, a diversificação em produtos de maior valor agregado tende a ser ainda mais favorável para o crescimento econômico sustentado, portanto, a verticalização da economia[20] é prima para o desenvolvimento. (PRESBICH, 1962, CHENERY, 1979; SYRQUIN, 1989; HESSE, 2008; GALA, 2017).

Contudo, o comércio exterior é sempre uma via de mão dupla entre exportações e importações, embora se tenha caracterizado como devem ser nossas exportações para melhor desenvolver a economia, deve-se também se preocupar em traçar diretrizes condizentes para as importações, visando que essas reflitam o potencial do mercado interno que é absorvido pela oferta de produtos internacionais.

Conforme apresentado, compreende-se que é melhor exportar bens complexos do que bens não complexos. Assim, de forma análoga, seria possível afirmar que é melhor importar bens menos complexos, contudo isso não se concretiza. Nas importações, comprar bens complexos também pode ser extremamente benéfico para a economia, pois, como se observou, os países necessitam de bens de capital para produzir bens complexos, e, nem sempre o país detém as técnicas e tecnologias para produzir esses bens. Outro fator que ilustra a não aplicabilidade desse critério nas importações deriva do fato de que muitos bens complexos podem ser insumos para outros com grau de complexidade ainda maior e que o leque de produtos de alta complexidade pode ser muito abrangente, muitas vezes, não concorrendo com as mercadorias internas.

Portanto, para as importações, o importante é evitar que produtos internacionais limitem mercadorias com vantagens comparativas no mercado interno, ou seja, que poderiam ser produzidas com maior eficiência no país. Um exemplo disso é o que ocorre com o petróleo brasileiro, que é extraído

[20] Por verticalização, compreende-se o adensamento das cadeias produtivas, movimento que agrega mais valor à produção por meio de aumento da intensidade dos fatores de produção.

em grande escala e exportado para outros países, depois reimportado sob a forma de combustível (gasolina, diesel, etc.). Esse cenário existe, porque o país não possui refinarias suficientes para produzir o necessário de combustíveis à base de petróleo que atenda à demanda local.

Outros exemplos podem ser citados, como o caso dos minerais e metais (alumínio, ferro, cobre, nióbio, etc.) e a atividade siderúrgica que, embora nem sempre exista demanda interna por produtos à base de aço, há mercado internacional, contudo, o país exporta a mercadoria em estado básico ou de semimanufaturado. Este último, embora já contenha algum valor adicionado de produção, comumente encontra-se em estágio de grande potencialização vertical, é o caso do ferro-gusa que pode transmutar-se em diferentes estruturas por meio industrial e destaca-se, por exemplo, na Construção Civil para montar armações de edifícios.

Essa relação de importação e complexidade foi muito debatida durante o processo que objetivava a industrialização brasileira, conhecido por "substituição das importações", que foi meta do país após a crise de 1929. Contudo, infelizmente, com a elevação dos preços das *commodities*, o capital interno brasileiro voltou-se para a exportação desses produtos básicos, o que ocasionou o que os economistas chamam de "processo de desindustrialização da economia nacional". As grandes empresas brasileiras deixaram de investir em produção industrial e produtos manufaturados para focalizar na exportação das *commodities* de elevado valor monetário (na época). Como consequência, o uso dos fatores de produção não cresceu em sincronia com a economia e a população brasileira, encolhendo os salários e a distribuição da renda, reduzindo ou estagnando o PIB *per capita*. (FURTADO, 1962, 2007; CANO, 2008; AMORIM; NASCIMENTO, et al., 2017)

É com base nesses discernimentos supracitados, que será analisado o cenário atual do comércio exterior maranhense. Deve-se considerar a diversificação e a complexidade das exportações como critérios essenciais para otimizar a relação do comércio exterior com o crescimento sustentado e a melhor distribuição da renda; e a substituição de mercadorias importadas que utilizam, sobretudo, insumos produzidos internamente, para serem elaboradas. Por insumos, deve-se considerar, além de bens intermediários, a força de trabalho qualificada para a produção pretendida.

Dessa forma, torna-se crucial estabelecer estratégias e estudos regionais e nacionais capazes de enfrentar o processo de desindustrialização brasileira e gerar distribuição da renda. No Maranhão os procedimentos destinados a essa política são elaborados por meio das táticas para fomentar o adensamento das cadeias produtivas. Esse fenômeno compreende a elevação dos fatores de produção, consequentemente do nível agregado das mercadorias a patamares de semimanufaturados e manufaturados, substituindo as importações, gerando mais empregos e distribuindo a renda em localidades estratégicas no estado. Mas deve-se considerar que os investimentos para adensamento são extremamente elevados, portanto, normalmente não é possível para o Estado realizar as inversões para a produção. É necessária, portanto, a atuação do setor privado, que exigirá do governo um panorama adequado de infraestrutura, segurança, logística, educação (qualidade da mão de obra) e estabilidade jurídica e econômica para realizar os investimentos produtivos em capital e tecnologia (STIGLITZ, 2007).

Por isso, pretende-se, por meio deste diagnóstico da economia maranhense e da Região Metropolitana, traçar estratégias que sejam convertidas em projetos e políticas públicas que viabilizem a verticalização e a substituição de importações voltadas ao desenvolvimento econômico, políticas que incentivem a estruturação das cadeias produtivas e a dinâmica do mercado local com o internacional.

5.2 O Comércio Exterior no Maranhão

5.2.1 Formação e evolução do Comércio Exterior Maranhense

Desde o período colonial, o Maranhão atua no mercado exterior, no qual o porto de São Luís protagonizou-se como centro da abertura comercial do estado para o resto do mundo. Embora a cidade tenha sido fundada por franceses em 1612, sua atividade no mercado internacional recebia, em média, apenas dois navios por ano e foi somente com a integração do Maranhão à metrópole de Portugal e com a criação da Companhia do Comércio do Maranhão em 1682 pelo Marquês de Pombal que a população

obteve acesso ao crédito para financiar plantações de algodão, arroz, açúcar, bem como transporte dessas mercadorias e de mão de obra, ainda escrava.

O *timing* da Companhia geral do Grão-Pará e Maranhão foi perfeito e crucial para o *boom* maranhense no fim do período colonial. Nos últimos 25 anos do século XVIII, a crise do açúcar se acentuou, o preço internacional despencou com a produção nas Antilhas, nas regiões caribenhas e nas terras pertencentes aos holandeses – que haviam sido atraídos para o mercado da *commodity* valorizada na época e derrubaram o monopólio português; o complexo aurífero também já vinha reduzindo o seu desempenho. Desse modo, desencadeou-se uma crise geral para lusitanos e brasileiros que perduraria basicamente até o ciclo do café. Nesse período o Maranhão foi beneficiado por Pombal com a criação da Companhia em dois aspectos: 1) reduziu o conflito com os jesuítas, no que tange à escravização de indígenas; 2) proporcionou mão de obra negra e financiamento para os produtores.

A demanda por dois produtos tropicais, o arroz e o algodão, crescia no fim do século. Então os dirigentes da companhia os financiaram, tendo em vista que não havia restrições de pactos coloniais na Europa para o Arroz e o mercado para o algodão crescia devido ao boicote inglês aos Estados Unidos, em função dos conflitos com o processo de independência da colônia norte-americana. A produção maranhense conseguiu se capitalizar e desenvolver adequadamente pela primeira vez. Segundo Celso Furtado (2007), a colônia, que recebia dois navios por ano no porto de São Luís, passou a receber entre 100 e 150 embarcações e exportar 1 milhão de libras.

Tabela 37-Maranhão – Exportação Anual para Lisboa (toneladas)

Ano	Produto	
	Algodão	Arroz
1759	10	...
1766	...	43
1771	61	...
1772	...	974
1774	...	1544
1798	952	...
1819	...	5400
1821	3392	...

Fonte: Gaioso (1970) apud Tribuzi (2011)

Com o desempenho notável do Maranhão, outras colônias passam a dedicar-se à produção do algodão. Em 1789, o preço do açúcar é retomado em um patamar aceitável, resultado da revolta do Haiti, e o *boom* maranhense entra em arrefecimento nos anos seguintes a 1821, principalmente com a concorrência dos outros estados. Porém com o fim das distorções temporárias no mercado externo, o preço do algodão entra em declínio. O domínio português sob às colônias fazia com que a maior parte das rendas não ficasse no Maranhão – a maior parcela dos lucros e o valor das revendas ficavam com a metrópole e o comércio de escravos era monopólio de Portugal, que obrigava a constante aquisição do tráfico negreiro. Além disso, os portugueses impunham restrições quanto às atividades exercidas nas colônias, que deveria centralizar-se na atividade agrícola e no comércio varejista. Dessa forma, o mercado interno pouco se desenvolvia. Com a crise externa, a economia maranhense entrava em declínio e não havia apoio de políticas públicas capazes de subsidiá-la, o estado português dificultava o desenvolvimento maranhense. (TRIBUZI, 2011).

No século XIX, há mudanças cruciais na dinâmica geográfica brasileira. Com o estouro das guerras napoleônicas e a caça ao absolutismo europeu, a família real portuguesa migrou para a capital brasileira, tornando em 1808 a colônia do Brasil sede do Império português. A população havia migrado para as regiões de maior atividade econômica, ou seja, concentrava-se próximo à região do ouro e não mais no Nordeste e no Norte. O *boom* econômico do Maranhão foi temporário, a produção de algodão foi imitada em outras regiões e também não atingiu patamares tão elevados como a produção aurífera ou açucareira, por isso não houve forte movimento migratório para o estado. Além disso, havia dificuldades em exportar para a Europa, tendo em vista os conflitos entre Portugal e os franceses, e a dívida com a Inglaterra – que escoltara a família real lusitana para o país.

O algodão maranhense atingiu dois topos históricos no século XIX, o primeiro em 1854 e o segundo em 1869, com a alta do preço devido às guerras civis nos Estados Unidos e a guerra do Brasil com o Paraguai. O maranhão até o final do século não passou por mudanças substanciais na formação econômica, se não pelo entrave com a proibição do império inglês do tráfico de escravos em 1850, a economia do estado, comercial, a depreciação do algodão após 1869 e os custos elevados de mão de obra, que se baseava na massa extensiva de escravos, disponibilidade abundante de terras e no monopólio, fizeram com que os maranhenses optassem pelo plantio açucareiro.

Em trinta anos, o cultivo da cana-de-açúcar atingiu elevados níveis de produção, em 1882 atingiu o topo histórico da série. Os resultados positivos, acrescidos da escassez de mão de obra[21], fizeram com que os senhores de engenho maranhenses optassem pela modernização. Houve, então, a criação de gigantes unidades agroindustriais, a qual fracassou devido aos ônus financeiros do elevado endividamento.

O processo de industrialização brasileiro teve início no Nordeste em 1844, contudo, como é natural da industrialização, a exemplo dos Estados Unidos e da Itália, concentrou-se em determinadas regiões. Com a Primeira Guerra Mundial, abriu-se mercado para a industrialização brasileira, o desenvolvimento brasileiro de manufaturas cresceu solidamente na região de São Paulo no período pós-guerra. O fenômeno da discrepância industrial entre Norte, Nordeste e Sul, Sudeste deu-se por dois motivos a) carência na produção natural nas regiões mais pobres; b) concentração de renda e de capital na região do café. As contribuições externas favoreceram ainda mais as inversões nas regiões ricas do país, enquanto as mais pobres sofriam com os elevados custos de subsistência em função da baixa produtividade.

No Maranhão, a estrutura latifundiária possibilitou que os investimentos continuassem voltados para a monocultura escravista que, após a libertação, empobrecera os fazendeiros. A tentativa de implantar a industrialização do setor têxtil falhou, devido ao alto endividamento, o escasso mercado local e elevada concorrência internacional e nacional. O início do século XX não trazia boas expectativas para o estado, que continuava com produção reduzida e escassez de mão de obra. A estrutura rural foi mantida por grandes latifundiários que se dedicavam à pecuária e à produção de algodão (sazonalmente); e pela agricultura familiar de subsistência. Qualquer crescimento no estado ocorria devido a distorções, a exemplo da Primeira Guerra Mundial que elevou o preço do algodão. Após a euforia da guerra, há um novo período acomodatício que perdurou até 1935, acentuado pela crise mundial de 1929-30, com novas oscilações positivas somente durante a Segunda Guerra Mundial. Os anos seguintes ao segundo conflito assemelharam-se ao pós primeira guerra. A primeira metade do século XX foi marcada pela fraca infraestrutura, sistema logístico precário, ineficiência tecnológica e crescimentos esporádicos, que até 1950 aguçavam a estagnação econômica.

O processo que dá mudança ao cenário econômico do Maranhão após 1950 consiste inicialmente no grande movimento migratório para as regiões virgens do estado, partindo da margem esquerda do Rio Itapecuru para os vales dos rios Mearim, Pindaré, Tocantins e Turí.[22] Nesse modelo, cresce a produção de arroz e babaçu, voltada para o mercado interno brasileiro, embora ainda nos moldes da unidade familiar. Além disso, houve crescimento da pecuária no interior, que desencadeou conflitos com os indígenas. A abertura de eixos rodoviários federais no estado, a imigração de outras regiões para o Nordeste e o investimento em infraestrutura logística ferroviária e portuária permitiram o crescimento da produção dentro do estado.

Entre 1967 e 1974, houve forte esforço público em desenvolver a infraestrutura do estado e promover estímulos para o setor primário, mas o reforço da infraestrutura não permitiu processo autônomo de industrialização e os investimentos que objetivavam o setor primário não conseguiram introduzir no meio rural maranhense o aumento de produtividade do qual dispunham economias externas, nem melhorias qualitativas, impossibilitando a concorrência. Durante esse período, a indústria não se desenvolveu, assim, não cresceu a massa urbana de consumidores de bens e serviços para o setor

21 Boa parte decorria da venda de negros para o Sul do país e do mercado cada vez menor com a abolição. Esse problema era Nacional, ressalta-se que Celso Furtado destaca três capítulos seguidos para falar do problema da mão de obra.

22 TRIBUZI, Bandeira. 1981, p.62

manufatureiro, havendo concentração urbana na forma de subemprego e dependência do investimento público. Sendo assim, somente a capital cresceu, em virtude da mão de obra barata das massas pobres e da exploração dos grandes latifundiários que concentravam ainda mais renda.

O último quartil do século XX adquire características cruciais para o desenvolvimento econômico presente no Estado do Maranhão durante a primeira década do século seguinte. Dentre eles, destaca-se o desenvolvimento logístico interno.

Em 1957 foi fundada a Ferrovia São Luís – Teresina (PI) que integrava, além das capitais do Piauí e do Maranhão, os municípios maranhenses: Coroatá, Codó e Caxias. Em 1998 a estrada de ferro foi incorporada à malha ferroviária Transnordestina com 4.238 km de extensão, abrangendo os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e o município de Propriá em Sergipe. Em 1985 foi implementada a Estrada de Ferro de Carajás, operada pela mineradora Vale S/A que ligava os municípios de Santa Inês, Açailândia, Marabá e Parauapebas, com objetivo de criar um sistema logístico mais barato para a exportação de minério de ferro, ligando o complexo produtivo ao portuário do Itaqui em São Luís, vindo a sofrer adaptações no decorrer do século e expansões em 1966, 1972, 1976, 1994, 1999 e no século seguinte em 2012.

No início da década de 60, a economia maranhense encontra-se em uma fase relativamente boa, com o surgimento do transporte rodoviário, o que ocasiona uma maior distribuição das atividades comerciais no interior. Durante esse período, o processo de aquisição de terras de grandes glebas é acelerado no Maranhão a partir do final da década de 60 e início da década de 70, após o surgimento da Lei de Terras do governo Sarney. Há uma mudança na estrutura fundiária do estado que fora marcada pelo trabalho e luta pela sobrevivência entre o final do século XIX e início do século XX. Nesse período desenvolve-se o criatório extensivo, visto que o investimento para a criação do rebanho foi quase que unicamente financiado pelos órgãos de desenvolvimento, afinal o principal objetivo era estimular a produção de carne bovina para exportação. Observa-se também que não foi só na construção de rodovias que o Maranhão sofreu forte impacto, mas também na construção do Porto do Itaqui e melhoria de alguns instrumentos urbanos de consumo coletivo.

Ao iniciar os anos 70, o país, por meio das ações do Estado militar capturado pela economia de mundialização sob a hegemonia do capital monopolista industrial e financeiro transnacional, que começa a programar suas políticas neoliberais, vê-se novamente obrigado a efetuar ajustes para atender às tendências da economia mundial. Os chamados grandes projetos estão econômica e politicamente interligados internacionalmente ao processo globalizado de reprodução do capital. Programas como o Grande Carajás vão surgir em um cenário de suprema intenção imperialista das empresas transnacionais, no caso brasileiro, assim como interesses geoeconômicos, fiscais, financeiros e geopolíticos.

Segundo o autor Benjamim Mesquita, a economia maranhense toma um novo rumo, em uma nova visão sobre a ótica da visão neoliberal.

> A década de 1980 representa uma guinada importante para a economia do Maranhão, porque abandona um padrão de desenvolvimento anterior baseado nas atividades primárias, numa agropecuária arcaica, pré-capitalista e empreendimentos comerciais e industriais com baixíssima produtividade, por outro padrão, baseado em grandes empresas capitalistas incentivadas pelo PGC.” (MESQUITA, 2011)

Já segundo o autor Moacir Feitosa, o Projeto Carajás constitui-se da seguinte forma:

> O projeto Carajás a princípio é pensado a partir de dois movimentos básicos; o primeiro diz respeito às projeções de mercado, no âmbito internacional, que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), proprietária do projeto, fazia em relação às tendências da economia mundial e das suas condições de operacionalidade no estado do Espírito Santo. O segundo encontrava-se ligado diretamente aos interesses de correção dos desequilíbrios do balanço de pagamentos da economia brasileira” (FEITOSA, 1998, p. 100).

Mas se for observado o período que começa a implantação do projeto Carajás, houve o chamado regime de concessão e incentivos tributários e financeiros para empreendimentos compreendidos no Projeto Grande Carajás, assim como na mesma data fora criado o chamado Conselho Interministerial do PGC. Posteriormente, com a extinção do PGC, a CVRD[2], além de suas características empresariais, vem assumindo uma postura de órgão de desenvolvimento regional, inclusive sobrepondo-se ao poder dos outros órgãos regionais de desenvolvimento e até mesmo de governadores dos estados em que ela atua.

Uma outra característica da introdução do Grande Carajás são os empreendimentos guseiros que desde 1988 vêm se instalando em algumas regiões do Maranhão. Observa-se que entre 1989 e 1993 foi exportado 1 milhão e 749 mil toneladas de ferro-gusa para o mercado internacional. O desenvolvimento dessas exportações dá-se em uma conjuntura de crise do mercado internacional.

Durante esse período, surgiram empreendimentos importantes e derivados do processo de diversificação empresarial da CVRD. No Maranhão é o projeto CELMAR – Celulose do Maranhão S/A, a viabilidade de suas atividades encontra-se fundamentada em estudos de pesquisa florestal que vêm sendo feitos e experimentados pela subsidiária CVRD, Floresta Rio Doce. Como principal objetivo dessa empresa, tem-se o plantio florestal e uma fábrica de papel e celulose. Os recursos destinados ao financiamento desse projeto encontram-se estimados em 960 milhões.

Nesse processo também ocorreram implantação de diversas empresas (embora por meio de um processo duvidoso). Cita-se, por exemplo, a empresa ALCOA que se instalou em São Luís entre 80 e 84. Tratava-se de um projeto de iniciativa privada multinacional, iniciativa que se insere no processo de complexidade da economia maranhense e que acabou tirando vantagem da legislação do PGC.

Esses fatores do início do século XXI possibilitaram uma rápida expansão da produção interna maranhense e o processo de diversificação na pauta e, com o aumento da produção, acompanhou o crescimento das exportações. A **Tabela 38** ilustra o crescimento[23] do comércio exterior no Maranhão nos anos de 1991 a 2016, em que o fator que melhor ilustra essa relação é a Corrente de Comércio, que soma o valor das exportações com as importações em milhões de dólares.

Tabela 38 - Evolução da Balança Comercial Maranhense e Corrente de Comércio de 1991 até 2016 em US$ milhões (FOB) e participação (%) do total brasileiro

Ano	Exportação			Importação			Saldo	Corrente de comércio	
	Valor (A)	Var% (*)	Part (%)	Valor (B)	Var % (*)	Part (%)	(A) – (B)	(A) + (B)	Part (%)
1991	476.706	7,7	1,51	222.604	118,98	1,06	254.102	699.310	1,33
1992	427.458	-10,33	1,19	148.316	-33,37	0,72	279.142	575.774	1,02
1993	462.627	8,23	1,2	164.265	10,75	0,65	298.362	626.892	0,98
1994	575.719	24,45	1,32	173.995	5,92	0,53	401.724	749.714	0,98
1995	671.361	16,61	1,44	195.933	12,61	0,39	475.428	867.294	0,9
1996	681.460	1,5	1,43	403.326	105,85	0,76	278.134	1.084.786	1,07
1997	744.598	9,27	1,41	433.413	7,46	0,71	311.185	1.178.011	1,03
1998	635.918	-14,6	1,24	316.164	-27,05	0,55	319.753	952.082	0,87
1999	662.962	4,25	1,38	367.102	16,11	0,75	295.860	1.030.064	1,06
2000	758.245	14,37	1,38	486.257	32,46	0,87	271.988	1.244.502	1,12
2001	544.348	-28,21	0,93	830.524	70,8	1,49	-286.176	1.374.872	1,21
2002	652.387	19,85	1,08	868.611	4,59	1,84	-216.224	1.520.998	1,41
2003	739.802	13,4	1,01	661.799	-23,81	1,37	78.003	1.401.601	1,15
2004	1.231.094	66,41	1,27	735.732	11,17	1,17	495.362	1.966.826	1,23
2005	1.501.053	21,93	1,27	1.156.716	57,22	1,57	344.337	2.657.769	1,38
2006	1.712.702	14,1	1,24	1.725.869	49,2	1,89	-13.167	3.438.571	1,5
2007	2.177.155	27,12	1,36	2.353.170	36,35	1,95	-176.015	4.530.325	1,61

[23] O crescimento é claramente interrompido em 2008-2010 e 2014-2016, devido sobretudo à crise econômica desses períodos.

2008	2.836.303	30,28	1,43	4.102.751	74,35	2,37	-1.266.448	6.939.054	1,87
2009	1.232.814	-56,53	0,81	1.993.436	-51,41	1,56	-760.622	3.226.250	1,15
2010	2.920.267	136,88	1,45	3.817.084	91,48	2,1	-896.817	6.737.351	1,76
2011	3.047.103	4,34	1,19	6.281.387	64,56	2,78	-3.234.284	9.328.490	1,93
2012	3.024.688	-0,74	1,25	7.060.363	12,4	3,16	-4.035.675	10.085.051	2,17
2013	2.341.917	-22,57	0,97	6.832.875	-3,22	2,85	-4.490.958	9.174.792	1,9
2014	2.795.510	19,37	1,24	7.068.229	3,44	3,08	-4.272.720	9.863.738	2,17
2015	3.050.173	130,24	1,6	3.620.718	-47,01	2,11	-570.545	6.670.891	1,84
2016	2.209.830	72,45	1,19	2.101.599	58,04	1,53	108.230	4.311.429	1,34

Fonte: MDIC

Com o intuito de observar o nível de complexidade das mercadorias presentes na Balança Comercial Maranhense, na **Tabela 38**, desmembrou-se, para os anos de 2000, 2005, 2010 e 2016, os valores em milhões de dólares das mercadorias por categorias de uso para as exportações e importações. A **Tabela 38**permite observar que o Maranhão é dependente da importação de bens de capitais e de combustíveis e que a maior parte das exportações é de bens intermediários, sobretudo, de mercadorias utilizadas como insumos industriais.

Tabela 39 - Balança Comercial Maranhense de 2000, 2005, 2010 e 2016 por categoria de uso em US$ milhares

Categoria de Uso	2000		2005		2010		2016	
	Expor-tação	Impor-tação	Expor-tação	Impor-tação	Expor-tação	Impor-tação	Expor-tação	Impor-tação
BENS DE CAPITAL	**-**	**16.414,2**	**0,3**	**38.280,1**	**16,8**	**137.613,9**	**334,7**	**114.723,1**
Bens de Capital	-	14.536,7	0,3	25.175,6	16,8	90.480,1	334,7	93.902,5
Equip. de Transp. Industr.	-	1.877,5	-	13.104,6	-	47.133,9	-	20.820,6
BENS DE CONSUMO	**2.702,1**	**1.960,9**	**7.490,9**	**1.243,2**	**5.549,9**	**69.230,2**	**18.065,4**	**20.715,3**
Bens Duráveis	1.045,2	114,6	3.869,5	667,5	-	463,7	-	775,1
Bens não Duráveis	1.656,9	1.846,3	3.621,4	575,7	5.549,9	68.766,5	18.065,4	19.940,2
BENS INTERMEDIARIOS	**754.968,9**	**88.393,5**	**1.481.079,0**	**180.906,7**	**2.867.762,0**	**402.155,5**	**2.152.205,3**	**739.945,5**
Aliment. e Beb. Dest. a Industr.	89.247,7	16.920,6	222.097,7	15.262,4	412.088,9	25.852,4	364.956,5	21.723,0
Bens Diversos	-	-	-	-	-	993,7	-	-
Insumos Industr.	665.721,2	70.733,0	1.258.981,3	164.144,1	2.455.663,9	370.046,8	1.786.980,9	714.528,3
Peças e Acess. de Equip. Transp.	-	739,9	-	1.500,1	9,2	5.262,7	267,9	3.694,2
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	**0,0**	**379.488,2**	**2.322,6**	**936.285,9**	**24.101,4**	**3.207.864,2**	**30.050,9**	**1.226.215,6**
DEMAIS OPERAÇÕES	**574,3**	**-**	**10.141,2**	**-**	**22.836,9**	**-**	**9.173,6**	**-**
Total Geral	**758.245,4**	**486.256,9**	**1.501.033,9**	**1.156.716,0**	**2.920.267,0**	**3.816.863,9**	**2.209.829,8**	**2.101.599,5**

Fonte: MDIC

Embora os bens de capital importados nem sempre derivem dos insumos exportados, os bens intermediários podem ser substancialmente potencializados em termos de adensamento da cadeia, pois a maioria encontra-se em estado de semimanufaturado ou básico. E como esses produtos são exportados para serem adensados no exterior, significa que existe mercado potencial para essas mercadorias em estágio superior de fator agregado. A **Tabela 39** classifica, por fator agregado, o valor das mercadorias maranhenses exportadas, o que permite investigar essa característica das exportações.

Nota-se na **Tabela 40** que as exportações maranhenses avançaram quantidade de produtos industrializados (manufaturados + semimanufaturados), saindo de US$ 666,7 milhões registrados no ano de 2000 para US$ 1.718,5 milhões em 2016. O maior aumento aconteceu nos produtos manufaturados, que nesses mesmos anos foram de US$ 78,7 milhões para US$ 937,82 milhões; não obstante, destaca-se que também houve crescimento substancial nos semimanufaturados, que avançaram de US$ 587,9 milhões para US$ 780,7 milhões.

Nesse sentido, a **Tabela 40** passa a percepção de que a economia maranhense se industrializa e, de fato, é o que acontece, mas essa industrialização ainda é pouco complexa. O que ocorre é que a complexidade de uma mercadoria não é unicamente expressada por essas categorias de classificação, conforme dito antes. Um produto industrializado pode ser considerado um bem não complexo e a maioria dos produtos maranhenses exportados é de baixa complexidade.

Tabela 40 - Exportações maranhenses por fator agregado de 2000 até 2016 em US$ milhões

Ano/Mês	Total	Básicos	Semimanufa-turados (A)	Manufatu-rados (B)	Industria-lizados (A) + (B)	Opera-ções Especiais
2000	758,25	90,98	587,98	78,71	666,69	0,57
2001	544,35	78,36	396,20	69,26	465,46	0,52
2002	652,39	89,03	484,72	78,06	562,78	0,58
2003	739,80	182,14	462,37	94,52	556,89	0,77
2004	1.231,09	427,73	683,41	118,63	802,04	1,32
2005	1.501,05	559,24	774,42	157,25	931,67	10,14
2006	1.712,70	488,84	1.041,06	172,67	1.213,73	10,14
2007	2.177,15	702,46	1.282,31	176,19	1.458,50	16,19
2008	2.836,30	1.125,91	1.490,90	199,99	1.690,89	19,50
2009	1.232,81	516,93	567,76	130,06	697,83	18,06
2010	2.920,27	1.928,68	535,70	433,05	968,75	22,84
2011	3.047,10	1.473,81	720,96	802,55	1.523,51	49,79
2012	3.024,69	1.406,50	789,27	746,13	1.535,40	82,79
2013	2.341,92	768,26	701,29	832,71	1.534,00	39,66
2014	2.795,51	821,65	929,61	988,33	1.917,94	55,92
2015	3.050,17	900,19	1.057,85	1.067,60	2.125,45	24,53
2016	2.209,83	482,18	780,65	937,82	1.718,48	9,17

Fonte: MDIC

Gala (2017) ressalta a existência do critério de "ubiquidade" da mercadoria, por meio do qual, olhando para os principais produtos exportados pelo Maranhão, observa-se que, embora manufaturados e industrializados, não atendem à definição de bens complexos, pois são mercadorias ubíquas, as quais, por definição do autor, são bens comuns (não raros ou escassos) e, de certa forma, fáceis de produzir (não exigem alta tecnologia na produção). Não obstante, o autor também ressalta que, para uma economia se tornar "complexa", deve haver diversificação de mercadorias. Quanto mais diversificada, mais complexos forem seus produtos e maior o número de clientes, melhor será o nível de complexidade e mais desenvolvida será essa economia.

Basta considerar alguns anos das exportações por produto da balança comercial maranhense para observar que sua pauta é extremamente concentrada e que seus bens "industrializados" são de baixa complexidade, ou seja, ainda possuem elevada capacidade de avançar no tecido produtivo. A **Tabela 41** apresenta essa informação para os anos de 2000, 2005, 2010 e 2016, ao demonstrar a participação da soma dos cinco principais produtos exportados pelo Maranhão em relação ao total. Observa-se que os cinco principais produtos de cada ano somam quase a totalidade das exportações do estado.

Tabela 41 - Participação dos cinco principais produtos exportados nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2016, em relação ao total das exportações maranhenses – valores em US$ milhões e participação em (%)

Resultados	2000		2005		2010		2016	
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)
Soma dos principais produtos	692,77	94,18	1.444,10	88,81	2.046,84	95,93	2.137,49	92,97
Total Exportado	735,61	100,00	1.626,06	100,00	2.133,59	100,00	2.299,10	100,00

Fonte: Elaborado por MDIC a partir de IMESC

Já quanto ao tipo da mercadoria, pode-se confirmar seu elevado nível de ubiquidade pela **Tabela 42** abaixo, a qual mostra os cinco principais produtos para os mesmos anos. Conforme essa tabela, observa-se que, embora ocorram certas oscilações no *ranking*, as cinco mercadorias mantêm-se, em sua maioria, como *commodities*, produtos considerados, de certa forma, em estados ainda brutos (com pouca transformação) e que são facilmente produzidos em massa (ubíquos).

Tabela 42 - Cinco principais produtos exportados pelo Maranhão nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2016 e total exportado – valores em US$ milhões

2000		2005		2010		2016	
Produto	Valor (US$)	Produto	Valor (US$)	Produto	Valor (US$)	Produto	Valor (US$)
Alumínio Bruto	455,71	Lingotes de Ferro	433,14	Minério de Ferro	696,32	Alumina Calcinada	899
Lingotes de Ferro	113,4	Minério de Ferro	338,71	Soja	427,55	Pasta de Celulose	581,36
Soja	61,62	Alumínio Bruto	335,78	Alumina Calcinada	422,21	Soja	417,34
Manganês	42,14	Soja	208,3	Alumínio Bruto	278,23	Lingotes de Ferro	191,86
Consumo de Bordo	19,91	Alumina Calcinada	128,16	Lingotes de Ferro	222,52	Milho	47,92
Total	692,77		1.444,10		2.046,84		2.137,49
Total Exportado	**735,61**		**1.626,06**		**2.133,59**		**2.299,10**

Fonte: MDIC

Na **Tabela 42**, tem-se, em conformidade com a análise da **Tabela 40**, que as importações também apresentam crescimento nas aquisições dos bens manufaturados e dos industrializados entre os anos de 2000 e 2016[24]. Embora o crescimento dos bens semimanufaturados e de mercadorias básicas não seja expressivo em relação ao total das importações, as rubricas também apresentaram resultado positivo. De acordo com informações do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, as principais compras realizadas pelo Maranhão, no período como um todo, no mercado internacional de bens manufaturados, centram-se em três produtos principais, Bens de Capital (maquinários, trilhos); Combustíveis e Lubrificantes (diesel e gasolina) e Fertilizantes.

[24] Excetuando-se as oscilações, nos anos de crise 2009, 2015 e 2016, em que a variação foi negativa em relação ao ano anterior, a maioria dos resultados apresenta elevação nos valores.

Tabela 43 - Importações maranhenses por fator agregado de 2000 até 2016 em US$ milhões

Ano/Mês	TOTAL	Básicos	Semimanufa-turados (A)	Manufatu-rados (B)	Industriali-zados (A) + (B)
2000	485,11	21,16	8,66	455,29	463,95
2001	830,52	18,51	10,62	801,39	812,01
2002	868,61	21,2	8,49	838,92	847,41
2003	661,8	21,88	12,81	627,1	639,91
2004	735,73	25,61	20,04	690,09	710,12
2005	1156,72	27,19	24,26	1105,26	1129,52
2006	1725,87	29,75	22,84	1673,28	1696,12
2007	2353,17	41,33	36,67	2275,17	2311,84
2008	4102,75	84,38	88,99	3929,38	4018,37
2009	1993,44	73,34	64,28	1855,82	1920,09
2010	3817,08	127,97	54,55	3634,57	3689,12
2011	6281,39	174,13	107,11	6000,14	6107,25
2012	7060,36	169,25	166,42	6724,69	6891,11
2013	6832,88	221,48	113,97	6497,42	6611,4
2014	7068,74	198,88	122,97	6746,89	6869,86
2015	3620,72	139	130,17	3351,54	3481,71
2016	2101,6	105,41	74,76	1921,43	1996,19

Fonte: MDIC

Excetuando os fertilizantes, duas outras categorias, Bens de Capital e Combustíveis e Lubrificantes, exemplificam que o Maranhão, em relação ao comércio internacional, adquire bens mais complexos do que aqueles que exporta. Contudo, as importações do estado, diretamente no mercado mundial, não são, também, consideradas tão complexas. Ressalta-se, por sua vez, que a maioria dos bens de maior complexidade, como microchips, computadores e smartphones, é adquirida por intermédio de outros estados brasileiros que importam esses produtos no mercado internacional. Dessa forma, oculta parte dessa alta complexidade das importações maranhenses.

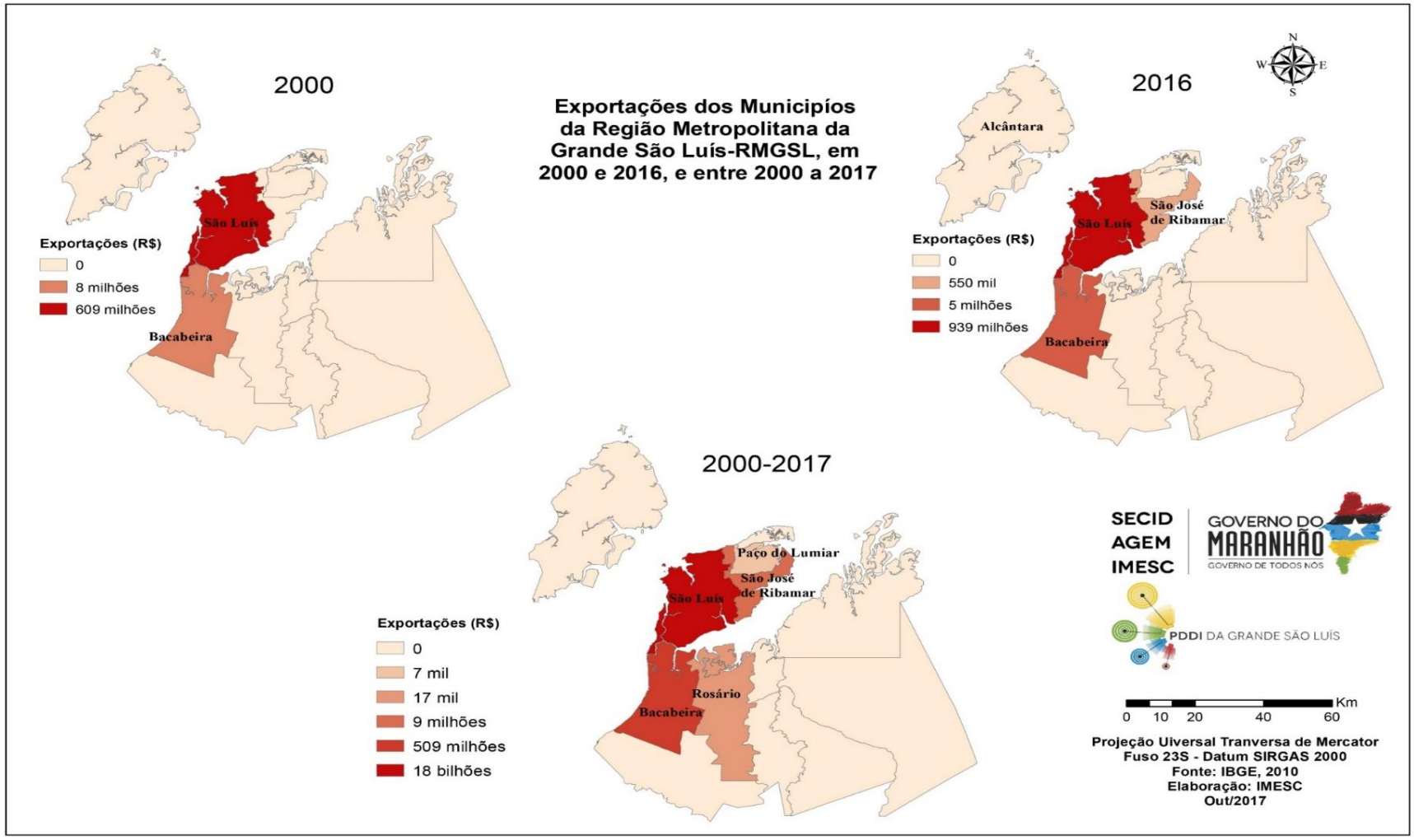
Nessa perspectiva, pode-se concluir que é preciso melhorar a dinâmica do comércio exterior maranhense, sobretudo, no que tange à substituição das exportações de produtos com alto potencial de adensamento do tecido produtivo por produtos mais complexos, tendo em vista que as importações internacionais diretas do Maranhão não representam de fato a realidade de suas aquisições de mercadorias complexas e que esses produtos adquiridos não concorrem diretamente com aqueles exportados ainda em estado básico ou mais complexo, é possível contrabalancear o *déficit de complexidade* da diferença entre as importações e as exportações estaduais, para que se desenvolva a produção local, melhorando a renda e dinamizando os mercados locais, regionais e internacionais para a economia maranhense.

5.3 A Região Metropolitana da Grande São Luís no Comércio Exterior

A Região Metropolitana da Grande São Luís não difere da realidade do comércio internacional do estado, na verdade, expressa acentuação dos problemas relacionados a exportação e importação. A maior parte dos municípios que compõem a região já participou do Comércio Exterior, não possui exportação nem importação constante, os produtos são muito menos diversificados e os maiores volumes e valores estão largamente concentrados na capital. As importações desses municípios também são bastante reduzidas, devido ao tamanho reduzido de suas economias, que refletem também nas exportações. Ressalta-se que boa parte dos municípios da região nunca atuou diretamente no comércio internacional.

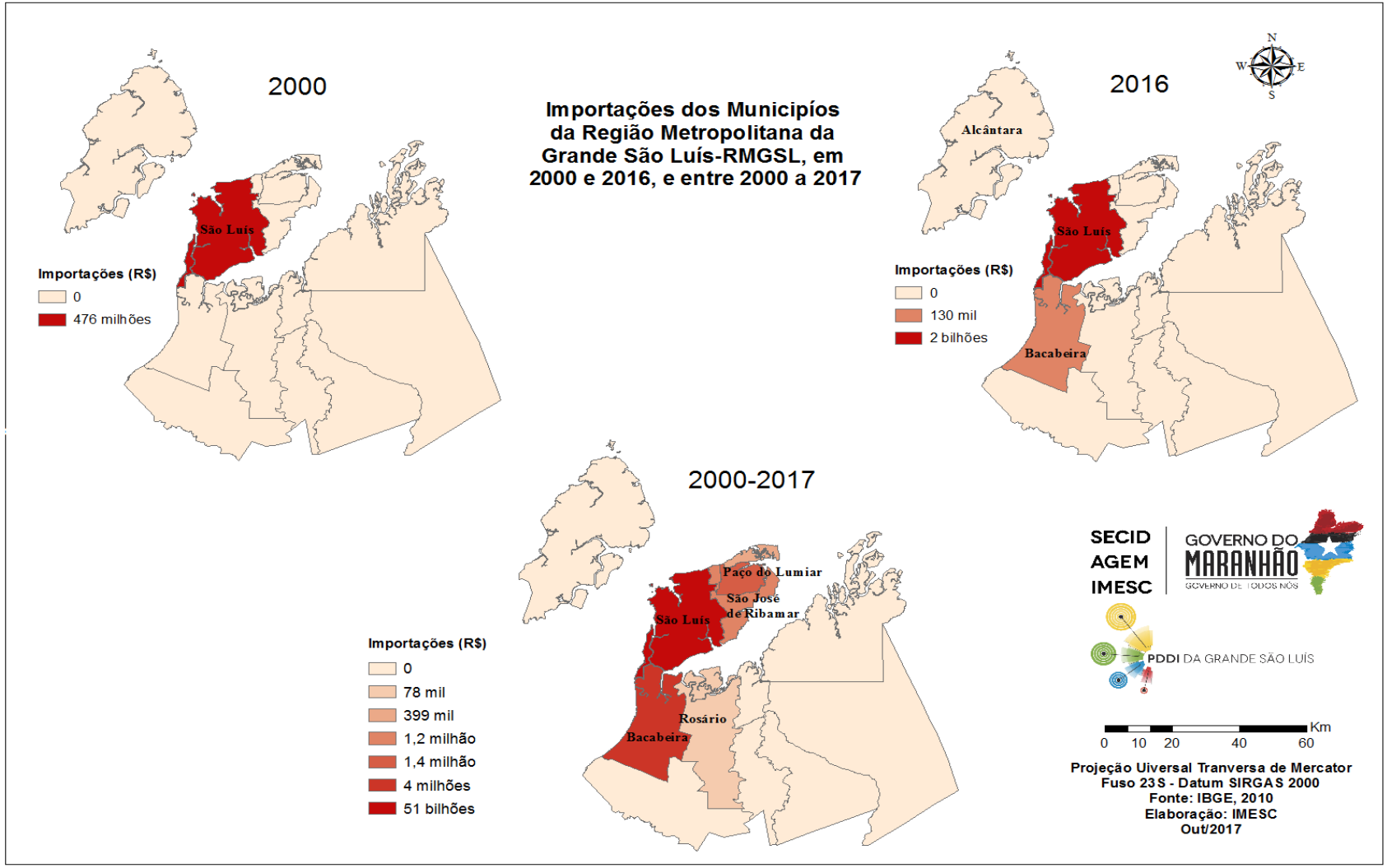
Tratando-se da região metropolitana, somente cinco municípios compraram ou venderam mercadorias no mercado internacional entre 2000 e 2017, a saber: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Bacabeira e Rosário, conforme ilustram os Mapas 7 e 8. Assim, são apresentados os municípios exportadores e os importadores, respectivamente, com base no total acumulado no período supracitado (de 2000 até 2017) e para os anos isolados de 2000 e 2016.

Mapa 7 - Valores em US$ das exportações dos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) de 2000, 2016 e acumulado 2000 até 2017



Fonte: Elaborado por IMESC (2017) a partir de MDIC

Mapa 8 - Valores em US$ das exportações dos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) de 2000, 2016 e acumulado 2000 até 2017



Fonte: Elaborado por IMESC (2017) a partir de MDIC

Com base no **Mapa 7** e no **Mapa 8**, percebe-se que em 2000 apenas dois municípios da Região Metropolitana, São Luís e Bacabeira, participaram do Comércio Exterior, sendo que desses, somente São Luís chegou a importar produtos internacionais. Ao olhar para o ano de 2016, o leque de municípios ativos no Comércio Exterior aparenta evoluir, com a inserção das exportações de São José de Ribamar e a participação das importações de Bacabeira. Já na dinâmica total do período de 2000 até julho de 2017, houve a participação periódica dos municípios de Rosário e Paço do Lumiar. Essa participação não é constante, como será observado posteriormente.

Embora os dois mapas acima ilustrem certa evolução do Comércio Exterior da Região Metropolitana, deve-se ressaltar que, com exceção de São Luís e Bacabeira, as exportações e importações da RMGSL são muito pequenas. Além disso, os produtos dos municípios com menor participação não eram característicos da produção da Região, como será observado posteriormente na abertura por município. Deve-se ressaltar que a concentração pode significar uma falta de organização das empresas locais nos demais municípios para conseguir avançar para o mercado externo que, embora exija maior nível de competitividade, também proporciona ganhos comerciais substanciais para as regiões.

A **Tabela 44** a seguir apresenta o total das exportações e importações do Maranhão; da RMGSL; dos principais municípios da RMGSL que atuam no Comércio Exterior, São Luís, Paço do Lumiar, Bacabeira e São José de Ribamar; e do total dos municípios que não integram a RMGSL em milhares de dólares e de 2000 até 2017*. Ao analisá-la, observa-se que, no decorrer dos anos, somente São Luís apresentou constância nas exportações e importações, enquanto São José de Ribamar e Bacabeira mantiveram somente nas importações.

Logo abaixo, a **Tabela 45** expõe dados que complementam as informações da **Tabela 44**. A referida tabela adiciona informações de quantidade das exportações e importações, por meio do peso em toneladas do total de mercadorias enviadas ou recebidas no mercado internacional, com origem ou destino em São Luís, São José de Ribamar, Bacabeira, Paço do Lumiar, agregado da RMGSL, total do Maranhão e total dos demais municípios que não compõem a Região Metropolitana. O comparativo entre as duas tabelas permite identificar se as localidades selecionadas estão aumentando/diminuindo sua produção de mercadorias exportadas ou se o crescimento/queda se dá por efeito dos preços internacionais; e ainda se nas importações, aumenta-se/diminui-se o consumo por mercadorias estrangeiras ou se os preços internacionais estão encarecendo/barateando aquilo que se compra de fora.

Tabela 44 - Balança Comercial dos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís, total do Maranhão e dos demais municípios de 2000 até 2017* em US$ (milhares)[1]

Ano	São Luís		S. José de Ribamar		Paço do Lumiar		Bacabeira		RMGSL		Demais Municípios		Maranhão	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
2000	609.019,4	476.836,2	-	-	-	-	8.277,2	-	617.296,6	476.836,2	118.317,5	8.284,7	735.614,1	485.120,9
2001	419.563,9	821.534,8	25,9	-	-	-	4.367,9	-	423.974,6	821.534,8	145.111,9	8.979,6	569.086,5	830.514,4
2002	508.606,6	811.961,3	78,0	-	-	-	9.265,4	-	517.950,0	811.961,3	195.210,6	53.983,3	713.160,6	865.944,6
2003	569.184,3	644.067,6	252,5	-	-	-	6.274,5	-	575.711,2	644.067,6	234.883,6	17.227,7	810.594,8	661.295,3
2004	828.525,2	709.816,0	617,6	-	-	-	13.153,9	-	842.296,6	709.816,0	493.117,0	25.983,8	1.335.413,6	735.799,8
2005	967.326,8	1.132.067,8	1.437,9	71,3	-	1,0	51.118,4	-	1.019.883,0	1.132.140,2	606.173,5	24.576,8	1.626.056,5	1.156.717,0
2006	1.108.152,3	1.696.902,3	637,4	25,5	7,3	-	33.386,8	-	1.142.183,8	1.696.927,8	523.490,8	29.223,6	1.665.674,5	1.726.151,4
2007	1.393.866,4	2.326.814,6	333,2	-	-	-	49.457,6	-	1.443.657,2	2.326.893,4	585.958,2	26.283,7	2.029.615,4	2.353.177,1
2008	1.922.608,3	4.060.743,2	260,6	-	-	557,3	85.146,0	-	2.008.014,9	4.061.300,5	1.144.906,9	41.635,3	3.152.921,8	4.102.935,8
2009	584.041,9	1.747.504,3	435,5	-	-	-	12.807,4	-	597.284,8	1.747.504,3	733.779,5	246.354,2	1.331.064,3	1.993.858,5
2010	1.450.030,4	3.739.256,1	523,0	-	-	-	27.560,8	-	1.478.114,3	3.739.256,1	655.478,2	77.890,5	2.133.592,5	3.817.146,7
2011	1.893.711,7	6.201.215,0	599,8	-	-	227,9	52.206,6	2.670,4	1.946.518,1	6.204.113,2	1.135.342,2	77.984,8	3.081.860,4	6.282.098,1
2012	1.516.834,6	6.842.534,9	811,6	30,7	-	148,2	55.403,7	579,7	1.573.049,8	6.843.293,4	1.541.287,1	217.278,7	3.114.336,9	7.060.572,1
2013	954.470,1	6.012.974,1	782,8	389,5	-	351,7	43.043,0	132,6	998.295,9	6.013.847,9	1.443.667,4	820.127,4	2.441.963,3	6.833.975,3
2014	1.007.341,7	6.801.064,4	701,2	402,6	-	39,8	34.508,1	628,2	1.042.551,0	6.802.534,6	1.620.629,2	266.605,5	2.663.180,2	7.069.140,1
2015	1.098.489,7	3.558.771,7	914,8	289,9	-	-	18.014,1	5,9	1.117.418,7	3.559.067,5	2.020.948,2	62.635,3	3.138.366,9	3.621.702,9
2016	939.857,0	2.051.830,2	550,8	-	-	-	5.076,4	130,1	945.484,1	2.051.960,3	1.353.614,0	49.868,3	2.299.098,1	2.101.828,6
2017*	698.879,7	1.546.409,3	318,4	-	-	-	-	15,5	699.198,1	1.546.424,8	1.015.945,7	36.689,5	1.715.143,8	1.583.114,3

Tabela 45 - Balança Comercial dos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís, total do Maranhão e dos demais municípios de 2000 até 2017* em toneladas

Ano	São Luís		S. José do Ribamar		Paço do Lumiar		Bacabeira		RMGSL		Demais Municípios		Maranhão	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
2000	2.109.720,0	2.104.473,9	-	-	-	-	71.857,0	-	2.181.577,0	2.104.473,9	984.937,4	51.347,0	3.166.514,4	2.104.473,9
2001	1.875.514,2	3.688.413,7	41,2	-	-	-	41.442,7	-	1.916.999,7	3.688.413,7	1.373.887,4	69.723,1	3.290.887,1	3.688.413,7
2002	2.118.458,0	3.995.610,9	107,0	-	-	-	81.210,2	-	2.199.775,2	3.995.610,9	1.595.329,6	65.382,5	3.795.104,7	3.995.610,9
2003	4.632.252,3	2.922.089,7	360,0	-	-	-	49.674,8	-	4.682.287,1	2.922.089,7	1.493.852,1	103.717,5	6.176.139,2	2.922.089,7
2004	10.830.724,7	2.468.930,2	426,6	-	-	-	72.821,5	-	10.903.972,7	2.468.930,2	2.286.696,4	134.580,4	13.190.669,1	2.468.930,2
2005	9.674.302,9	2.775.800,1	359,1	3,4	-	0,4	197.785,3	-	9.872.447,4	2.775.803,8	2.354.542,7	110.317,4	12.226.990,0	2.775.800,1
2006	7.556.583,1	3.448.231,2	200,7	1,4	0,7	-	128.168,0	-	7.684.952,4	3.448.232,6	2.072.672,2	149.822,6	9.757.624,6	3.448.231,2
2007	8.775.934,0	4.166.830,6	237,9	-	-	-	161.881,0	-	8.938.052,8	4.167.118,6	1.853.782,2	114.637,2	10.791.835,1	4.166.830,6
2008	8.478.990,1	4.895.595,1	117,1	-	-	10,8	171.406,0	-	8.650.513,2	4.895.605,9	2.383.287,3	59.656,1	11.033.800,5	4.895.595,1
2009	2.361.305,2	3.394.864,7	178,0	-	-	-	29.995,0	-	2.391.478,2	3.394.864,7	1.782.105,3	210.659,8	4.173.583,6	3.394.864,7
2010	6.143.032,9	6.615.420,7	200,2	-	-	-	65.704,0	-	6.208.937,1	6.615.420,7	1.571.524,4	127.427,1	7.780.461,5	6.615.420,7
2011	7.425.458,1	8.244.473,0	214,7	-	-	11,8	106.821,0	298,5	7.532.493,8	8.244.783,3	2.119.748,6	196.783,3	9.652.242,4	8.244.473,0
2012	6.557.504,8	8.687.110,0	280,8	4,3	-	20,8	129.185,0	104,8	6.686.970,6	8.687.239,9	2.708.556,8	265.085,8	9.395.527,4	8.687.110,0
2013	2.915.682,8	8.354.290,9	272,2	1.446,5	-	45,7	110.167,0	12,4	3.026.122,0	8.355.795,4	2.799.648,7	448.918,0	5.825.770,6	8.354.290,9
2014	3.272.542,8	10.171.298,6	249,0	1.374,0	-	3,4	88.259,0	120,0	3.361.050,8	10.172.819,6	3.284.203,7	342.711,3	6.645.254,4	10.171.298,6
2015	3.709.864,3	8.334.809,4	318,8	938,8	-	-	63.131,7	0,0	3.773.314,8	8.335.748,2	5.262.139,0	283.794,8	9.035.453,8	8.334.809,4
2016	3.892.717,3	6.517.164,6	230,1	-	-	-	14.441,8	9,3	3.907.389,2	6.517.173,9	3.805.207,7	240.045,6	7.712.596,9	6.517.164,6
2017*	2.214.998,0	4.285.596,6	127,2	-	-	-	-	0,3	2.215.125,2	4.285.596,9	2.532.650,8	131.661,8	4.747.775,9	4.285.596,6

Fonte: MDIC

Para destacar os produtos de cada município, abaixo apresentam-se tabelas com os principais produtos importados e exportados dos municípios que participaram do comércio exterior entre janeiro de 2000 e julho de 2017 e o valor em dólares para cada um desses municípios.

5.3.1 São Luís

Em São Luís, com base na **Tabela 46** que mostra os principais produtos exportados e importados pela capital maranhense no período de 2000 até 2016, destacam-se as compras internacionais dos produtos que são configurados como Combustíveis e Lubrificantes e como Fertilizantes. Na primeira rubrica, destacam-se os óleos brutos de petróleo que no período somaram a cifra de US$ 51 bilhões. Esse produto é adquirido do exterior para ser comercializado com o restante do Maranhão e com outros estados do Nordeste, o que configura a capital como hub de importações de combustíveis, pois adquire o produto para revender no restante do mercado nacional.

Tabela 46 - Principais produtos integrantes da Balança Comercial de São Luís no período de 2000 até 2016 – valores em US$ milhões acumulados no período

Produto	US$
Importados	**51.182,30**
Óleos brutos de petróleo	41.508,95
Álcool etílico/etanol	1.171,71
Potássio[1]	928,97
Soda cáustica	905,88
Nitrogênio, fósforo e potássio[1]	709,1
Fosfatados[1]	702,34
Outros Importados	**5.255,36**
Exportados	**18.470,51**
Alumina calcinada	7.283,57
Alumínio bruto	5.027,28
Minérios de ferro e C.	4.179,42
Minérios de manganês e C.	923,89
Outros Exportados	**1.056,34**
Total São Luís	**69.652,81**

Fonte: Elaborado por IMESC (2017) a partir de MDIC

Já na categoria de Fertilizantes, tem-se as aquisições de produtos à base de potássio, soda cáustica, nitrogênio, fósforo e fosfatados (e suas misturas) que são os principais produtos químicos utilizados para fertilizar as plantações maranhenses de soja e milho. Esses produtos totalizam a cifra de US$ 3,2 bilhões no acumulado entre 2000 e 2017.

Ainda nas importações destacam-se os Bens Intermediários, álcool etílico/etanol e a soda cáustica. O primeiro produto que somou US$ 1,2 bilhões tem a finalidade de combustível, mas por ser importado em uma forma ainda não misturada, encaixa-se como bem intermediário. Enquanto isso a Soda Cáustica, que somou US$ 905,8 milhões, é utilizada na Indústria de Alumínio para a produção da alumina calcinada, atualmente produzida pelo complexo da Alumar, e também na Indústria de Papel e Celulose para clarear a pasta de celulose, processo realizado pela Suzano Papel e Celulose, localizada no município de Imperatriz/MA, município que não pertence à RMGSL.

Já as exportações de São Luís somam US$ 18,5 bilhões. Nessas, destacam-se as vendas de *commodities* metálicas, as quais são a base de minérios de ferro ou de alumínio (bauxita). Dentre esses dois complexos exportadores, o que mais contribuiu para as exportações da capital é o do alumínio, que somou US$ 12,3 bilhões (66,7% do total exportado no período), já o complexo do ferro, que é representado, sobretudo, pelas guseiras que utilizam o minério de ferro extraído pela Vale S/A em Carajás/PA e transportado pela malha ferroviária maranhense até o complexo portuário de São Luís.

5.3.2 Bacabeira

Em Bacabeira, conforme a **Tabela 47**, são apresentados os produtos que o município ofertou ou demandou diretamente do mercado internacional em milhares de dólares no acumulado entre 2000 e 2016. As exportações de Bacabeira acumuladas no período somam a cifra de US$ 509,1 milhões; e as importações US$ 4,2 milhões.

Tabela 47 - Principais produtos integrantes da Balança Comercial de Bacabeira no período de 2000 até 2016 – valores em US$ milhares acumulados no período

Produto	US$
Importação	**4.162,41**
Caixas de fundição e moldes	1.758,23
Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própria	1.027,04
Elementos de vias férreas, de ferro fundido, ferro ou aço	381,80
Máquinas-ferramentas para aplainar	228,08
Partes reconhecíveis como exclusivas para máquinas	166,69
Talhas; cadernais e moitões; guinchos e cabrestantes; macacos	140,02
Serras manuais e folhas-serra	85,91
Parafusos, pinos ou artefatos semelhantes	75,26
Correntes ou cadeias de ferro ou aço	52,75
Outras obras de plástico	33,83
Demais Produtos	**212,81**
Exportação	**509.067,54**
Ferro fundido bruto e ferro spiegel	502.702,96
Plantas, partes de plantas, sementes e frutos	3.376,35
Soja, mesmo triturada	1.750,00
Tortas e resíduos sólidos do óleo de soja	1.238,22
Total Bacabeira	**513.229,95**

Fonte: Elaborado por IMESC (2017) a partir de MDIC

As importações de Bacabeira são bastante diversas, mas são concentradas em Bens de Capital, como ferramentas e maquinários, e em insumos. Esses produtos foram aquisição das guseiras que atuavam no município, para transformar o minério de ferro em lingotes ou em ferro gusa, e para manutenção dessas fábricas. Os dois produtos com maior valor importado referem-se principalmente a esse nicho de mercado e somam US$ 2,7 milhões.

Nas exportações, Bacabeira destaca-se pela venda de ferro fundido bruto e ferro *spiegel* que eram elaborados nas guseiras, com destaque para empresa Margusa que, devido às oscilações internacionais dos preços do minério de ferro que ficaram mais baixos, encerrou a produção no município. O produto representou no período US$ 502,7 milhões, 98,7% das exportações de Bacabeira. A agricultura mostrou algum potencial no município, sobretudo, no cultivo da soja, que exportou US$ 1,7 milhões em grãos e US$ 1,2 milhões em resíduos da produção/extração do óleo de soja.

5.3.3 São José de Ribamar

Em São José de Ribamar, no acumulado do período de 2000 até 2016, as importações somaram US$ 1,2 milhões e as exportações US$ 9,3 milhões, totalizando US$ 10,5 milhões de movimentação comercial com o mercado internacional.

Tabela 48 - Produtos integrantes da Balança Comercial de São José de Ribamar no período de 2000 até 2016 – valores em US$ milhares acumulados no período

Produto	US$
Importados	**1.209,56**
Ladrilhos e placas p/pavimentação ou revestimento	921,42
Blocos, placas, tijolos, ladrilhos, telhas e outros	77,29
Máquinas e aparelhos, para a indústria de lacticínios	51,02
Outros animais vivos	40,35
Canetas esferográficas, lapiseiras e semelhantes	30,66
Aparelhos e dispositivos cozimento, torrefação, destilação	24,17
Outros Importados	**36,86**
Exportados	**9.280,95**
Combustível – consumo de bordo	5.939
Crustáceos	1.895
Leveduras	1.349
Sementes, frutos e esporos	35
Peixes frescos ou refrigerados	26
Construções pré-fabricadas	11
Filés de peixes	8
Outros Exportados	**5,80**
Total São José de Ribamar	**10.496,31**

Fonte: Elaborado por IMESC (2017) a partir de MDIC

Nas importações, o principal produto adquirido foi "ladrilhos e placas para pavimentação ou revestimento", que registrou a cifra de US$ 921,4 mil equivalente a 76,2% do total importado. O segundo maior foi "blocos, placas, tijolos, ladrilhos, telhas e outros produtos semelhantes", que somou US$ 77,2 mil. Esses dois primeiros produtos devem ser devido aos investimentos na infraestrutura para o turismo do município. Embora seja pouco expressivo no total das importações, destacam-se as aquisições de "máquinas e aparelhos, para a indústria de lacticínios" (US$ 51 mil), que pode ilustrar a presença da indústria leiteira ou de processamento de leite em São José de Ribamar.

Já nas exportações, excetuando o "consumo de bordo" (embarcações)[25], tem-se como principais produtos exportados crustáceos que registraram US$ 1,8 milhões e leveduras com US$ 1,4 milhões. Com base nesses produtos e observando as demais principais mercadorias vendidas no mercado internacional no período, observa-se que a atividade pesqueira deve ter significante peso no município, tendo em vista as exportações não somente de crustáceos, como de "peixes frescos ou refrigerados" e "filés de peixes". Também se destaca a capacidade agrícola para leveduras (fungos e cogumelos para fermentação) e "sementes, frutos e esporos".

5.3.4 Paço do Lumiar

Em Paço do Lumiar, a Balança Comercial acumulou, no período de 2000 até 2016, a cifra de US$ 1,25 milhões no valor das importações e US$ 7,3 mil nas exportações, totalizando US$ 1,33 milhões no valor total da movimentação de Paço do Lumiar com o mercado internacional.

Nesse período, a pauta de importações representa a maior parte do valor movimentado na Balança Comercial de Paço do Lumiar (93,9% do total), as aquisições de mercadorias mais expressivas foram máquinas, ora como Bens de Consumo Duráveis, ora como Bens de Capital. Dentre essas mercadorias, destacaram-se pela relevância em valor importado: "máquinas e aparelhos para impressão" que registrou a cifra de US$ 437,3 mil; "máquinas de lavar roupa" (US$ 351,7 mil); "máquinas e aparelhos para lavar, limpar, espremer, secar, passar ou prensar" (US$ 226,5 mil); e "aparelhos de raios X e aparelhos que utilizem as radiações alfa, beta ou gama" (US$ 160,2 mil). Esses quatro produtos somam 88,7% das importações totais do intervalo de tempo.

[25] Não se destacou o Combustível - Consumo de Bordo devido a extrema relatividade do produto, que engloba qualquer venda de combustível para embarcações que se dirijam para o Mar, a partir ou não de São José de Ribamar, desde que a compra do combustível seja feita no município.

Tabela 49 - Produtos integrantes da Balança Comercial de Paço do Lumiar no período de 2000 até 2016 – valores em US$ milhares acumulados no período

Produto	US$
Importação	**1.325,7**
Máquinas e aparelhos para impressão	437,3
Máquinas de lavar roupa	351,7
Máquinas e aparelhos para lavar, limpar, espremer, secar, passar, prensar	226,5
Aparelhos de raios X e aparelhos que utilizem as radiações alfa, beta ou gama	160,2
Máquinas, aparelhos e material para fundir ou compor caracteres tipográficos	98,7
Máquinas e aparelhos, para brochura ou encadernação	15,8
Máquinas de lavar louça	12,7
Outras máquinas e aparelhos de elevação, de carga	5,9
Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própria	5,5
Outras máquinas e aparelhos, para o trabalho da pasta de papel	5,0
Demais Produtos	**6,3**
Exportação	**7,3**
Outros calçados	7,3
Total Paço do Lumiar	**1.333,0**

Fonte: Elaborado por IMESC (2017) a partir de MDIC

As máquinas classificadas como "de lavar roupa" e as de "aparelhos para lavar, limpar, espremer, secar, passar, prensar" foram adquiridas por empresas que prestam serviços de limpeza de lençóis, toalhas e roupas em geral, pessoais e de cama. Esse nicho do setor de Serviços é bastante ativo na região para atender à população, o setor hoteleiro e restaurantes. Quanto a "máquinas de raio X e aparelhos que utilizem as radiações alfa, beta ou gama", segundo relato de moradores, deve ser derivado da abertura de novas clínicas médicas no município.

Nas exportações, Paço do Lumiar realizou apenas uma venda internacional no período, os produtos comercializados foram calçados na cifra de US$ 7,3 mil. Esse valor é pouco expressivo, mas destaca-se por ter sido o único ocorrido no período de 16 anos, contudo, não foi possível identificar a origem da exportação.

5.3.5 Rosário

Entre o período de 2000 até 2016, a Balança Comercial de Rosário acumulou US$ 78,7 mil em importações e US$ 16,9 mil em exportações. Assim, totalizou a movimentação de US$ 95,7 mil no acumulado do período.

Em Rosário houve apenas um registro de produto importado e um para produto exportado. Na importação do município, foi registrada a aquisição de minérios de manganês. Sabe-se que Rosário possui forte indústria de cerâmica e o minério de manganês pode ser utilizado na formulação de cerâmica argilosa. Acredita-se, portanto, que o produto tenha sido utilizado como insumo industrial para a produção de cerâmica.

Tabela 50 - Produtos integrantes da Balança Comercial de Rosário no período de 2000 até 2016 – valores em US$

Produto	Total Geral
Importação	**78.753**
Minérios de manganês	78.753
Exportação	**16.968**
Roupas masculinas/exceto banho	16.968
Total Rosário	**95.721**

Fonte: Elaborado por IMESC (2017) a partir de MDIC

Já nas exportações, houve uma única venda para o mercado internacional, que foi de "roupas masculinas, exceto para banho". A origem dessa mercadoria não foi identificada pela prefeitura, nem pelos secretários do munícipio. Contudo, o registro da exportação foi para o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC) no ano de 2001.

5.3.6 Raposa

Na Balança Comercial acumulada de 2000 até 2016, o município de Raposa apresentou somente importações, que registraram a cifra de US$ 399,6 mil. Nesse período, um único produto foi adquirido do mercado internacional, que foi classificado como Máquinas para Trabalhar pedra, cerâmicos, betão ou para trabalho a frio do vidro.

Tabela 51 - Produtos integrantes da Balança Comercial de Raposa no período de 2000 até 2016 – valores em US$

Produto	Total Geral
Importação	**399.638**
Máquinas para trabalhar pedra, cerâmicos, betão ou para o trabalho a frio do vidro	**399.638**
Total Raposa	**399.638**

Fonte: Elaborado por IMESC (2017) a partir de MDIC

Essa compra de Raposa aconteceu em 2014, período em que muitas obras foram realizadas no município, desde infraestrutura do porto e do cais até projetos voltados para artesãos da região, por isso não se sabe ao certo qual foi o destino final das importações dessa mercadoria. Contudo, há também a hipótese de utilização das máquinas para a indústria de vidro que, conforme pesquisa *in loco*, possui dinâmica significativa no município.

5.4 Região Metropolitana da Grande São Luís

Com base nos dados apresentados anteriormente, foi elaborado também o conjunto de produtos exportados e importados na Balança Comercial da Região Metropolitana, mas para a região, foi ampliado para o período de 2000 até julho de 2017. A **Tabela 52** apresenta os principais produtos exportados pela RMGSL e a **Tabela 53** as importações, em ambos os casos os valores estão em milhões de dólares e a participação em % do total da respectiva categoria, exportação ou importação.

Tabela 52 - Principais produtos exportados (2000-2017*) em US$ milhões e participação (%)

Descrição Produto (SH4)	Valor (US$)	Part (%)
Total Região Metropolitana	**14.257,57**	**100,0**
Alumínio bruto	4.731,28	33,20
Alumina calcinada	3.759,00	26,40
Minérios de ferro e seus concentrados	3.641,94	25,50
Minérios de manganês e seus concentrados	923,89	6,50
Soja, mesmo triturada	356,55	2,50
Ferro fundido bruto em lingotes ou formas primárias	351,78	2,50
Combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves	203,56	1,40
Minérios de alumínio e seus concentrados (bauxita)	123,19	0,90
Rutosídeo (vitamina P) em natura ou processada	58,11	0,40
Demais produtos da Região Metropolitana	**108,27**	**0,8**

Fonte: Elaborado por IMESC (2017) a partir de MDIC

Na RMGSL, os quatro primeiros produtos exportados advêm da capital São Luís. Se forem somadas as exportações totais de alumínio bruto, alumina calcinada, minérios de ferro e seus concentrados, entre janeiro de 2000 e julho de 2017, obtém-se a cifra de US$ 12,1 bilhões, 85,1% do total das exportações da Região Metropolitana.

Das mercadorias destacadas anteriormente como principais produtos, a única que não havia sido destacada foi o Rutosídeo (vitamina P) *in natura* ou processado, sua produção teve início em 2007 com a implantação da Merck, empresa alemã do ramo de produção de medicamentos e artigos de saúde. O Rutosídeo é uma extração da rutina, um produto que advém exploração da fava d'anta (*Dimorphandra mollis*), uma leguminosa utilizada em larga escala na indústria farmacêutica para tratamento de varizes, envelhecimento e Alzheimer. O produto é extraído em Barra do Corda, em um povoado próximo à Fernando Falcão, Bacabal dos Maciel, e enviado para São Luís, onde é trabalhado e exportado como produto da capital[26].

No lado das importações da RMGSL, no período de janeiro de 2000 até julho de 2017, a **Tabela 53** ilustra os principais produtos importados em US$ milhões. Dentre esses, destacam-se derivados de petróleo com US$ 42,7 bilhões[27] e 81% da pauta do período; álcool etílico com US$ 1,2 bilhões (2,3%) e adubos/fertilizantes na cifra de US$ 2,3 bilhões[28] (4,6%).

Tabela 53 - Principais produtos importados (2000-2017*) em US$ milhões e participação (%)

Descrição Produto (SH4)	Valor (US$)	Part (%)
Total Região Metropolitana	**51.188,27**	**100**
Óleos de petróleo	41.470,18	81
Álcool etílico	1.171,71	2,3
Adubos/fertilizantes – potássio	928,97	1,8
Soda cáustica	905,88	1,8
Adubos/fertilizantes – nitrogênio e fósforo	709,10	1,4
Adubos/fertilizantes – fosfatados	702,34	1,4
Hulhas betuminosas	694,08	1,4
Coque de petróleo	545,24	1,1
Elementos de vias férreas	495,18	1
Demais produtos da Região Metropolitana	3.565,60	7

Fonte: Elaborado por IMESC (2017) a partir de MDIC

Da mesma forma que as exportações, as importações da RMGSL, em termos de valor, são centradas na capital maranhense. Os derivados de petróleo, conforme expresso anteriormente, são adquiridos para revenda nos postos locais, no restante do Nordeste e para uso industrial na região. O Álcool etílico é o etanol, que é utilizado como combustível. Os adubos/fertilizantes são insumos necessários para a produção agrícola maranhense e utilizados, em sua maioria, no plantio de soja, milho, sorgo e algodão. A soda cáustica é destinada ao processamento de alumina calcinada e pasta de celulose.

5.5 Potencialidades do Comércio Exterior

Esta seção busca conglomerar dois fatores observados no estudo do diagnóstico do PDDI, os dados secundários apresentados na seção anterior e os dados primários obtidos por meio de diálogos e entrevistas com secretários e representantes públicos municipais. Dessa forma, busca-se apresentar produtos que estão presentes na Balança Comercial da Região e aqueles que são produzidos

[26] Em Barra do Corda, também é produzida a policarpina, um alcaloide natural extraído do jaborandi que é utilizado na produção de colírios para tratar o glaucoma.
[27] Somatório de óleos de petróleo com hulhas betuminosas e coque de petróleo, produtos listados na **Tabela 53**.
[28] Somatório de todos os produtos adubos/fertilizantes apresentados na **Tabela 53**.

internamente e que, de alguma forma, apresentam potencial de adensamento econômico ou de exportação. Não serão analisados aqui todos os produtos apresentados, haja vista que uma parte significativa não possui potencial ou meios necessários para avaliação da sua potencialidade efetiva no mercado internacional. Além disso, o leque de mercadorias seria extremamente amplo, por isso, foi necessário realizar uma triagem considerando fatores locais, da Região Metropolitana e internacionais, como os preços, a oferta e a demanda mundial.

5.5.1 Mandioca

O primeiro produto observado foi a Mandioca, o tubérculo é produzido em basicamente todo o território da Região Metropolitana e possui potencial internacional, embora temporário. A produção maranhense é expressiva. Segundo o Perfil da Agricultura Maranhense de 2016, elaborado pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA), o Maranhão ocupa o segundo lugar na produção nordestina de mandioca. Dentre os dez municípios destacados pela SAGRIMA[29], dois estão na RMGSL; com exceção de Rosário, São Luís e São José de Ribamar, todos os entrevistados municipais relataram haver produção familiar de mandioca no município.

O problema da mandioca maranhense é similar ao do Brasil inteiro, praticamente tudo que é produzido é consumido. Segundo estudo elaborado pelo Krugsri, Banco de Ayudhya, na Tailândia, país que é o maior produtor líquido[30] de mandioca e segundo maior produtor, perdendo apenas para a Nigéria[31], o Brasil ocupa a quarta posição na produção mundial de mandioca, mas consome tudo aquilo que produz.

A Tailândia é um bom exemplo de que a produção de mandioca possui vários usos e é passível de atuar no mercado internacional e nacional de forma mais abrangente. O país utiliza o tubérculo como matéria-prima para produção de etanol, biogás, ração animal, ácidos cítricos, alimentos industrializados, papel, cosméticos, medicamentos e na indústria têxtil.

Quando produzida em estado menos complexo, a mandioca pura ou apenas cortada e seca é um produto que apresenta crescimento na demanda mundial, sobretudo, com a onda de produtos saudáveis e *fitness* que possibilitaram um novo nicho de mercado de alimentos.

O **Gráfico 34** a seguir apresenta a oferta e a demanda mundial de raízes de mandioca e outros tubérculos (substitutos, exceto batata) de 2000 até 2016, em bilhões de quilos, no comércio internacional. O gráfico permite visualizar o crescimento da demanda e da oferta mundial pela mercadoria, com declínio acentuado somente no ano de 2016[32]. No geral, desde o ano 2000, a demanda pela *commodity* costuma ser superior à oferta, embora o *spread* se acentue somente após 2008. A tendência geral é de que a diferença entre oferta e demanda continue crescendo, o que abre oportunidades para entrada de produtores da mercadoria no mercado internacional.

---

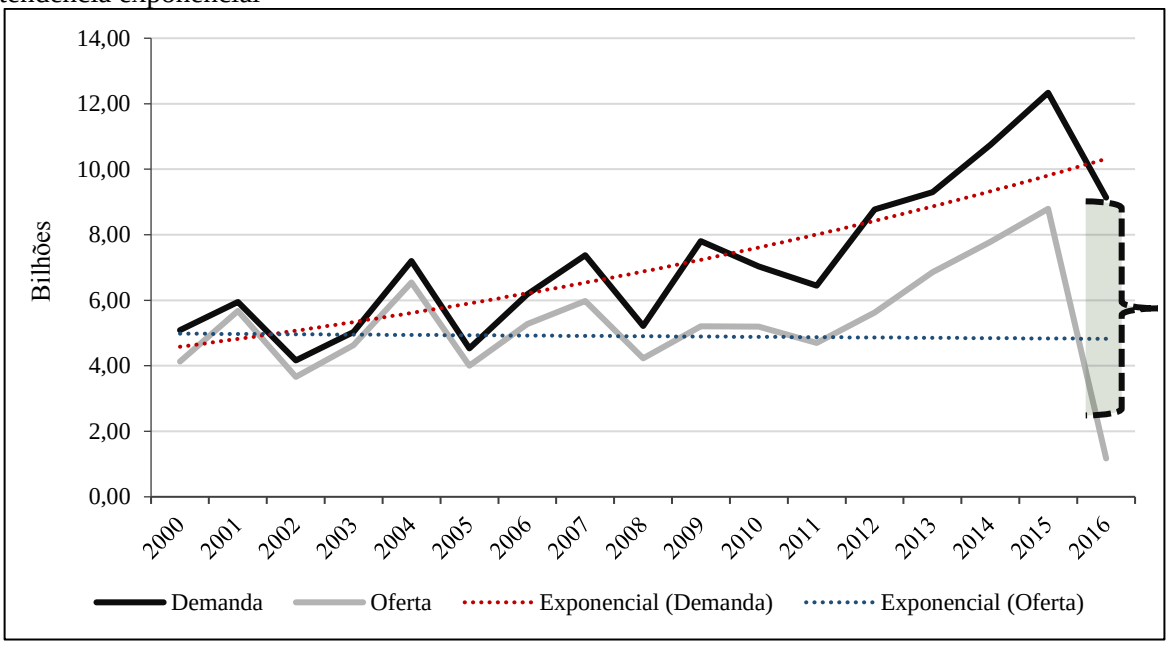
[29] Ver: http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/wp-content/uploads/2017/01/perfil-da-agricultura-maranhense-1.pdf

[30] Por produtor líquido, significa que é retirado aquilo que é consumido.

[31] Que consome tudo que produz.

[32] A redução em 2016 deu-se principalmente devido à adoção de uma política temporária na China que visava equiparar os preços do milho no mercado chinês com os demais países. Como consequência, o milho equiparou com a mandioca e tomou parte do mercado do produto na China. Além disso, os preços internacionais haviam caído e a demanda na Europa havia sido reduzida, embora a China fosse a principal consumidora mundial. (KRUNGSRI, 2017).

Gráfico 34 - Oferta e demanda mundial no comércio internacional de raízes de mandioca, de araruta e de salepo, topinambos, batatas-doces e raízes ou tubérculos semelhantes, com elevado teor de fécula ou de inulina, frescos, refrigerados (SH 0714) – em bilhões de quilos (kg) e tendência exponencial



Fonte: UN COMTRAD

A China é a maior importadora de mandioca e derivados do mundo, aproximadamente 38 milhões de toneladas. Esse total basicamente é importado da Tailândia. O peso Chinês no mercado da mandioca é de aproximadamente 10% da oferta mundial. Na China, o produto é utilizado como ração, fabricação de produtos e para consumo da população com menor poder aquisitivo.

Tratando-se do adensamento produtivo da mandioca, embora a maioria desses produtos exija conhecimentos técnicos e bens de capital para serem realizados, chama-se a atenção para o adensamento voltado à produção de etanol, papel e ração animal. Foram observadas, anteriormente, nas importações da RMGSL, aquisições expressivas de etanol no mercado internacional, o que mostra potencialidade da transformação da mandioca nesse produto. É válido destacar que existe grande demanda nacional por refinados de combustível.

Segundo a Agência Embrapa de Informação Tecnológica, a produção do etanol de mandioca se assemelha à destilação para bebidas, podendo ser produzido em alambiques de forma artesanal ou em torres de destilação de forma industrial. Além de mais barato, o etanol de mandioca possui produtividade superior ao de cana-de-açúcar, no que se refere à transformação em álcool, produz cerca de 104 litros de etanol com 1 tonelada de mandioca, enquanto a cana produz 85 litros/t. Contudo, o espaço necessário em hectares para a produção de mandioca é muito maior, a produção/ha da mandioca é de cerca de 20 t/há, enquanto a da cana é de 80 t/ha, o que dificulta o ganho de escala da produção.

Quanto à indústria de papel, existe a Suzano Papel e Celulose em Imperatriz, que produz pasta de celulose e irá produzir papel *tissue* em 2018. Uma articulação com a empresa poderia verificar se é possível e rentável utilizar partes da mandioca na produção de papel[33].

Por fim, a produção de ração pode ser útil para a indústria crescente de carnes bovinas no Maranhão. Haveria, por sua vez, a necessidade de se ver o quão vantajoso é alimentar o gado com ração de mandioca, tendo em vista as deficiências de escala, devido à produção por hectare, mas o preço baixo da mercadoria poderia servir aos pequenos produtores e produtores familiares que desejam iniciar o negócio e não demandam de largas escalas de ração para produzir.

[33] Isso depende de tecnologia, escala e possibilidade de substituição, sem custos adicionais, de parte da produção de celulose advinda do eucalipto (árvore usada pela Suzano) por mandioca.

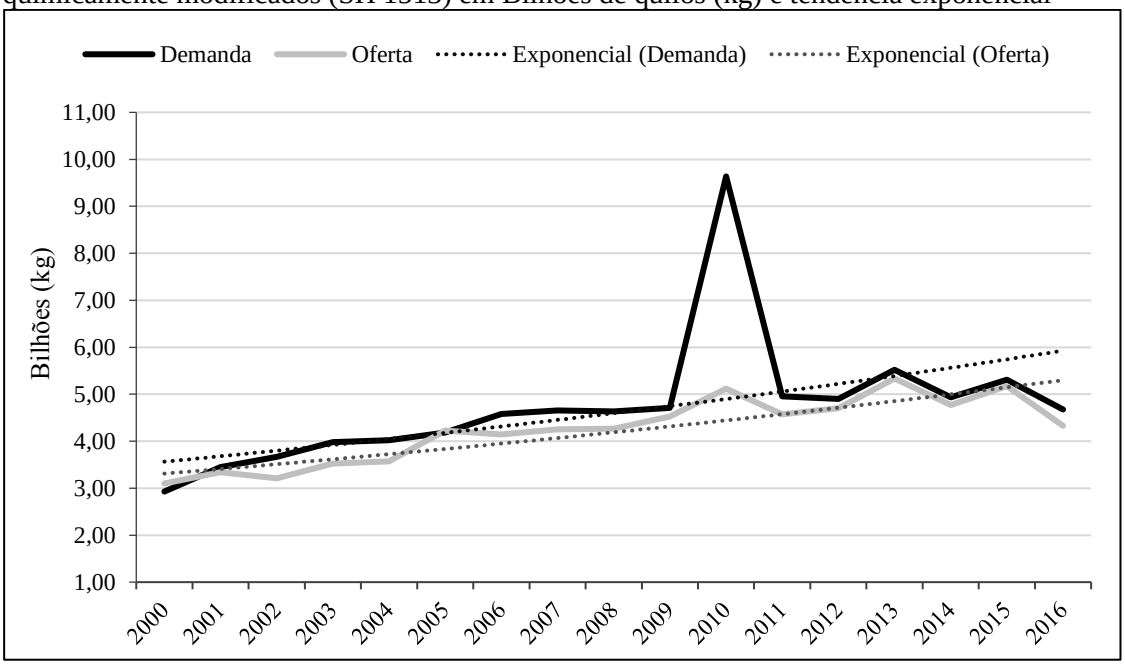
Portanto, conclui-se que a mandioca é um produto capaz de ser adensado na Região Metropolitana, devido à produção difundida da *commodity*, seu baixo custo e preço facilitam a comercialização entre pequenos produtores e sua capacidade de adensamento inicial com formas rudimentares pode ser opção para o mercado de agricultores familiares se articularem na região para produzir ração e etanol. Não obstante, um processo de organização dos agricultores para ganhar escala e acesso a mercados (com apoio do Estado) pode possibilitar exportações da mercadoria para gerar rendas a famílias e pequenos produtores que, com devido apoio técnico, tecnológico e financeiro, podem desenvolver a cadeia da mandioca.

5.5.2 Óleo de Babaçu

O segundo produto observado é o óleo de babaçu, a produção de babaçu se difunde no Maranhão por inteiro e a extração do óleo também pode ser realizada rudimentarmente. O **Gráfico 35** apresenta a oferta e a demanda mundial no comércio internacional de óleos de coco, copra, palmiste ou de babaçu e respectivas frações, mesmo refinadas, mas não quimicamente modificadas (SH1513), que são os produtos considerados substitutos por semelhança.

No gráfico, pode-se observar que a demanda e a oferta desses óleos costumam seguir muito próximas, portanto, não há um grande *spread* entre as duas variáveis, embora, no longo prazo a linha tendência exponencial (**Gráfico 35**) da distância entre oferta e demanda aparenta crescer e fica mais clara. Logo, observa-se que há espaço para novos produtores adentrarem no mercado, embora esse espaço não seja tão grande como o observado na mandioca.

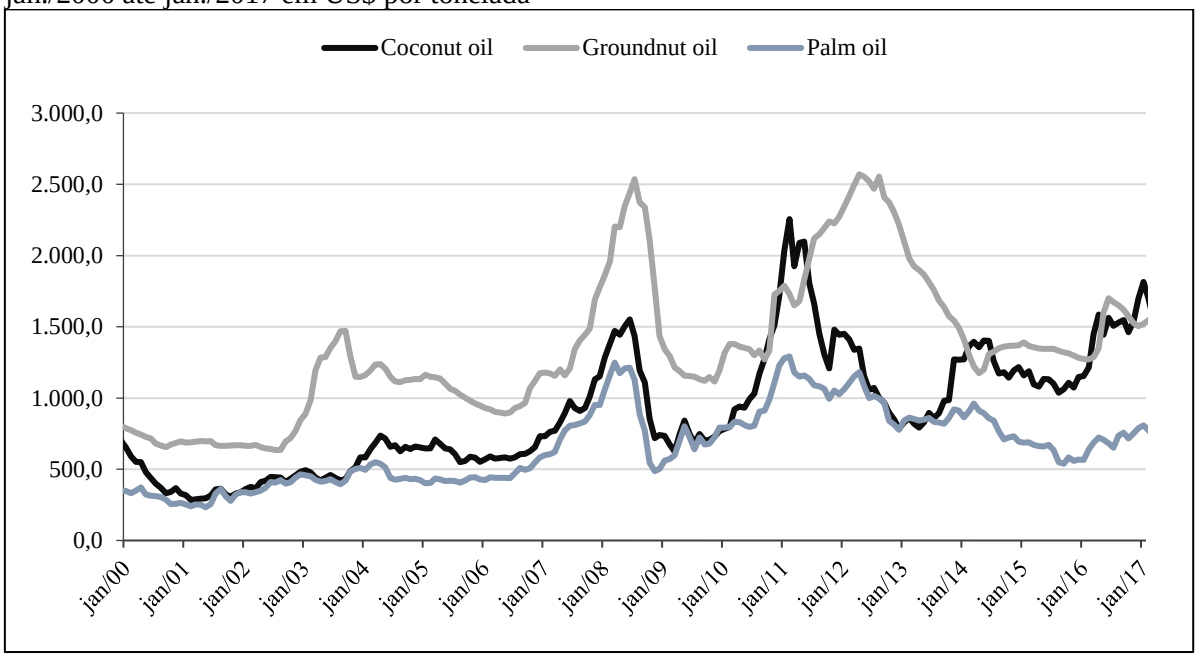
Gráfico 35 - Oferta e demanda mundial no comércio internacional de óleos de coco (óleo de copra), de palmiste ou de babaçu e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados (SH 1513) em Bilhões de quilos (kg) e tendência exponencial



Fonte: UN COMTRADE

A nova onda de culinária *fitness* e saudável possibilitou que os preços de algumas mercadorias naturais ficassem mais elevados. Os de óleos derivados de coco, palimiste ou babaçu foram dentre os óleos aqueles que sofreram maior pressão de alta, conforme observa-se no **Gráfico 36**, o qual apresenta a evolução mensal dos preços internacionais dos óleos de coco (*coconut*), óleos de amêndoas (*groundnut*) e óleos de palma (*palm*) de janeiro de 2000 até janeiro de 2017.

Gráfico 36 - Evolução dos preços internacionais do óleo de coco, óleo de amêndoa e óleo de palma de jan./2000 até jan./2017 em US$ por tonelada



Fonte: World Bank

Analisando o gráfico, observa-se que em 2016 os preços dos óleos de coco tornaram-se os mais caros entre os três produtos e que, no período 2016/2017, houve uma forte alta. Essa alta foi gerada pela nova tendência dos mercados nos Estados Unidos e na Europa que passaram a demandar bastante óleo de coco, tanto para consumo mais saudável, como para produção de cosméticos.

Nesse sentido, o preço favorável do óleo de coco e o *spred* crescente entre demanda e oferta abrem oportunidades para um nicho de mercado internacional de alimentos *fitness* e saudáveis que vem crescendo mundialmente e não vem sendo atendido, respondendo com alta dos preços das principais mercadorias demandadas (quase todas *commodities*). A produção de babaçu é simples e já difundida no interior do estado, a articulação para captar o insumo e transformá-lo em óleo de babaçu na RMGSL, que é próxima do porto, e exportar é uma possibilidade viável para geração de renda e adensamento da cadeia que, posteriormente com ganhos de escala, pode viabilizar a produção de cosméticos, outro nicho potencial do Maranhão.

5.5.3 Outros produtos

5.5.3.1 Cosméticos e farmacêuticos

O alto nível de biodiversidade maranhense possibilita acesso a um incontável número de plantas e vegetações em geral que podem ser transformadas em cosméticos e produtos farmacêuticos. Destaca-se aqui o óleo de babaçu e o Rutosídeo que foram anteriormente citados. Muitos dos produtos brasileiros e maranhenses são adquiridos para serem transformados em shampoos, condicionadores, loções, entre outros. Embora a produção em escala de cosméticos e o tratamento e supervisionamento sejam muito custosos, com apoio do Estado, acredita-se que há um enorme potencial para a região produzir.

Há forma rudimentares de produção de cosméticos que podem ser ensinadas nas famílias dos pequenos agricultores. Com o financiamento adequado e apoio técnico e político, é possível que se desenvolva a produção artesanal desse ramo de forma organizada e com produtos que possuem preços competitivos aos importados de outros estados e países. Embora não possua potencial de exportação, cita-se esse setor, devido ao fato de produtos exportados poderem servir de base para a produção desse tipo de mercadoria.

5.5.3.2 Cerâmica

A existência de matéria-prima para a produção de cerâmica em Rosário abre espaço para o artesanato local atuar no mercado internacional. Observou-se nas importações grande número de produtos para trabalhar no mercado de cerâmica. Esse produto, embora não seja caro, possui elevado valor internacional quando transformado em obra de arte. A disponibilidade de transporte e o acesso ao mercado são os maiores empecilhos desse ramo para a exportação, mas ressalta-se que existem produtos vendidos pela Amazon que possuem origem no artesanato brasileiro, os vasos de cerâmica artesanal variam entre US$ 35,00[34] e US$155,0[35] a depender do tamanho (no caso entre 14,5 cm e 25 cm).

Trazer acesso aos mercados dos artesãos locais possibilita maior alcance aos artistas locais, além de possibilitar a atração de curiosos da arte para a região e divulgação de produtos do estado. Nesse ramo, a atuação do Estado é simples e deve ser de articulação para cooperativas e associações trabalharem em conjunto com transportadoras e empresas que possuem acesso internacional.

[34] Consulta realizada em dezembro de 2017.

[35] Aproximadamente R$ 112 e R$ 496. Valor não inclui frete.

6 INVESTIMENTOS PARA OS PRÓXIMOS CINCO ANOS

6.1 Investimentos e crescimento econômico

Na literatura econômica, os investimentos sempre tiveram centralidade na explicação do crescimento econômico. Percorrendo a literatura clássica, a principal relação feita pelos teóricos é de que a poupança interna precisa ser suficiente para garantir que os investimentos ocorram. Logo, sem poupança, não há investimento. Partindo um pouco para leitura desenvolvimentista ou até mesmo macroeconômica, depara-se com a necessidade de que na inexistência de poupança, existam outros meios para cobrir os investimentos. É nesse momento que se passa a discutir a necessidade de financiamento desses investimentos e o papel do Estado nessa condução. Não pode ser desconsiderado que todo investimento tem uma lógica de eficiência, de modo que somente se consolidará se o custo necessário para o fazer for inferior ao retorno esperado.

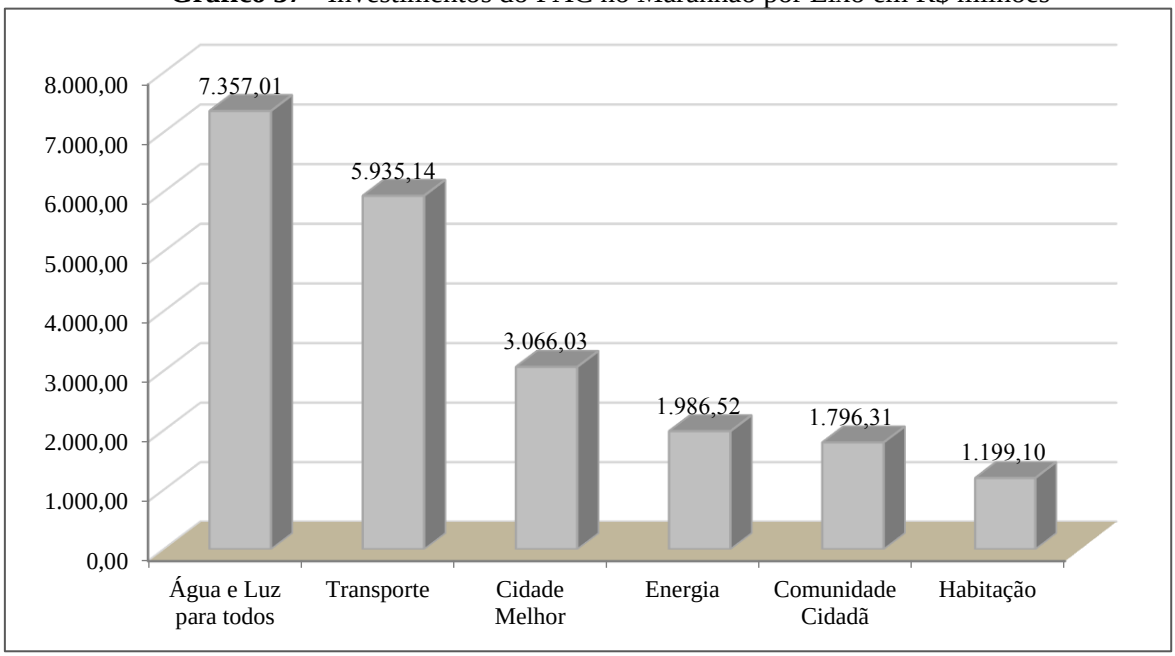
6.2 Investimentos públicos na RMGSL

6.2.1 O Programa de Aceleração do Crescimento na Região Metropolitana da Grande São Luís

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi iniciado em 2007 pelo governo do então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. A ideia naquele momento era retirar o foco do crescimento com base no consumo para um crescimento sustentável a longo prazo, com base nos investimentos públicos, tendo o governo como principal indutor. Em sua primeira fase, de 2007 a 2010, o executivo liberou R$ 1,1 trilhão para investimentos em infraestrutura e logística, contemplando todos os estados da Federação. Em sua segunda fase, contemplou o triênio de 2011 a 2014, com liberação de R$ 955 bilhões. A grande diferença nesta etapa foi ter contemplado itens de saneamento básico e mobilidade urbana, por meio do Eixo Cidade Melhor; investimentos em saúde, esporte e lazer e segurança por meio do Eixo Comunidade Cidadã; Minha Casa Minha Vida; e dos Eixos Água e Luz para todos, Transporte e Energia. Por mais que os Balanços mostrem que em média apenas 25% dos investimentos previstos nos dois programas se consolidaram, não se pode deixar de lado o efeito multiplicador local, principalmente na Construção Civil e no Comércio.

Na segunda fase do PAC, o Maranhão foi contemplado com um montante de R$ 21,3 bilhões no interregno de 2011 a 2014 e mais R$ 32,7 bilhões no período pós 2014. Neste caso a quase totalidade foi voltada para a construção da Refinaria Premium I no município de Bacabeira, que foi interrompida em 2015, por decisões técnico-financeiras da Petrobras. Do volume de recursos investidos, 76,7% estavam concentrados nos Eixos Água e Luz para todos, Transporte e Energia, abarcando R$ 16,3 bilhões, como evidenciado no **Gráfico 37.**

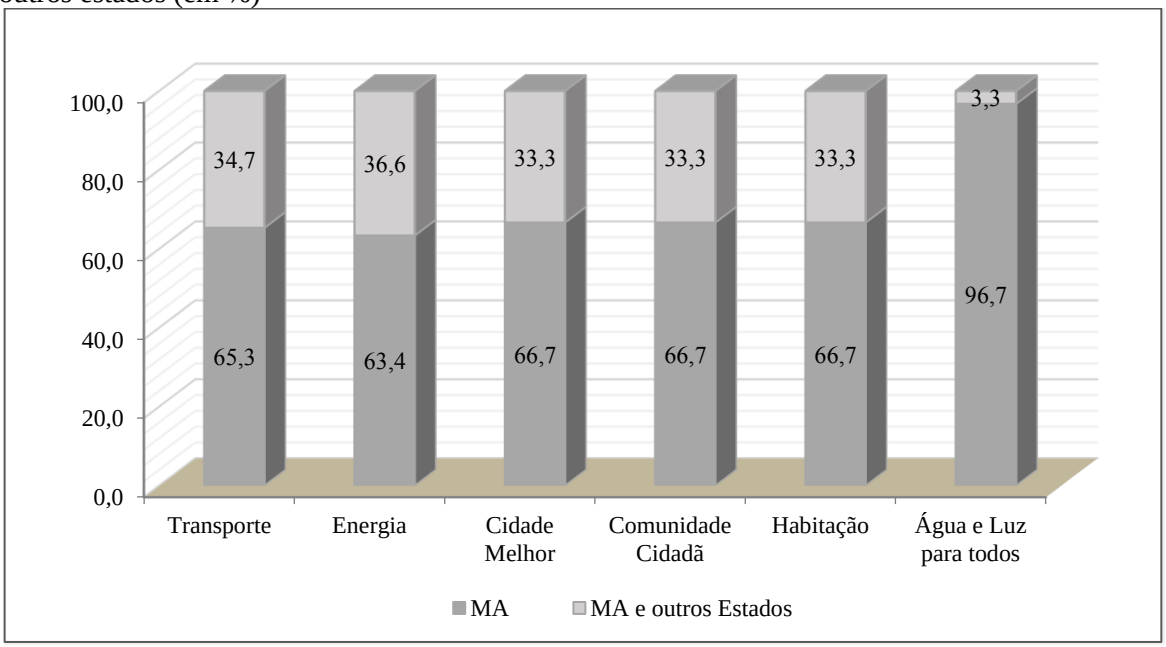
Gráfico 37 - Investimentos do PAC no Maranhão por Eixo em R$ milhões



Fonte: Balanço PAC (2011-2014)

Dos R$ 21,53 bilhões investidos no estado, R$ 7,5 bilhões foram investimentos de caráter regional, com destaque para a área de transporte, energia e cidade melhor. Esses investimentos englobam aqueles que não estão apenas dentro dos limites estaduais, tais como Recuperação da Barragem Flores nos estados do Maranhão e Piauí.

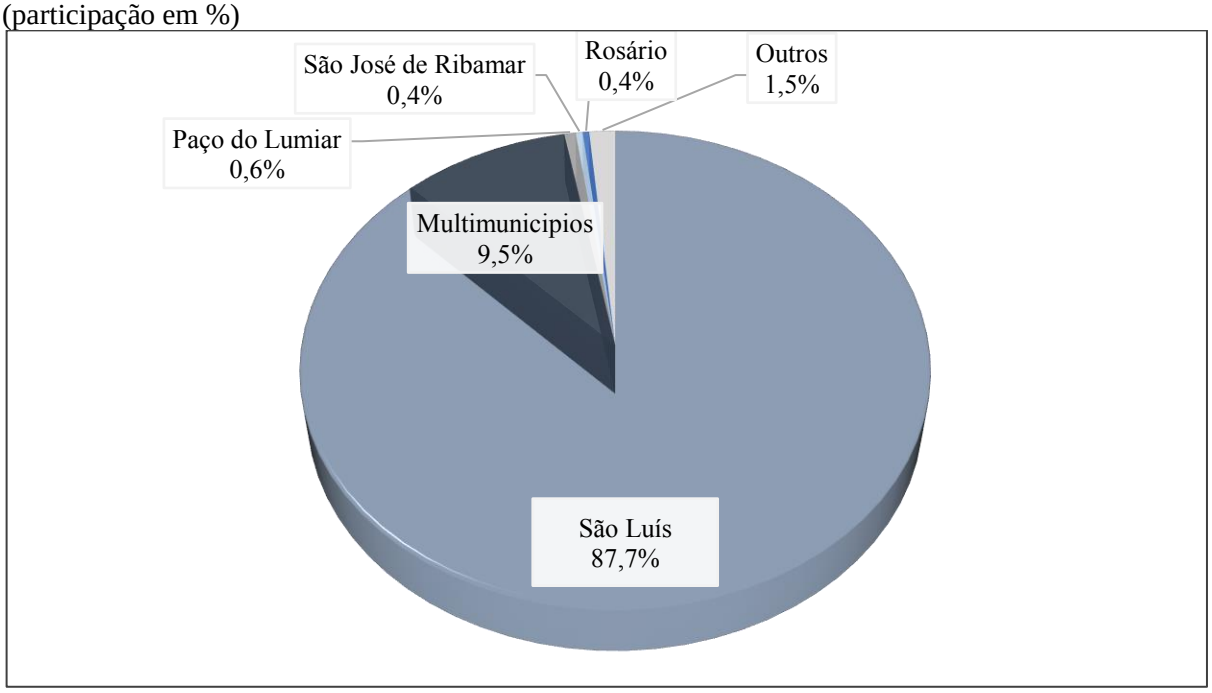
Gráfico 38 - Investimentos do PAC exclusivamente no Maranhão e de caráter regional, incluindo outros estados (em %)



Fonte: Balanço PAC (2011-2014)

Quando se analisa o volume investimento por município, observa-se que os que compõem a RMGSL receberam um montante de R$ 2,2 bilhões, ou seja, 10,4% do total investido no estado somente na segunda fase do PAC. No entanto, 87,7% concentraram-se em São Luís e 9,5% em mais de um município (**Gráfico 39**).

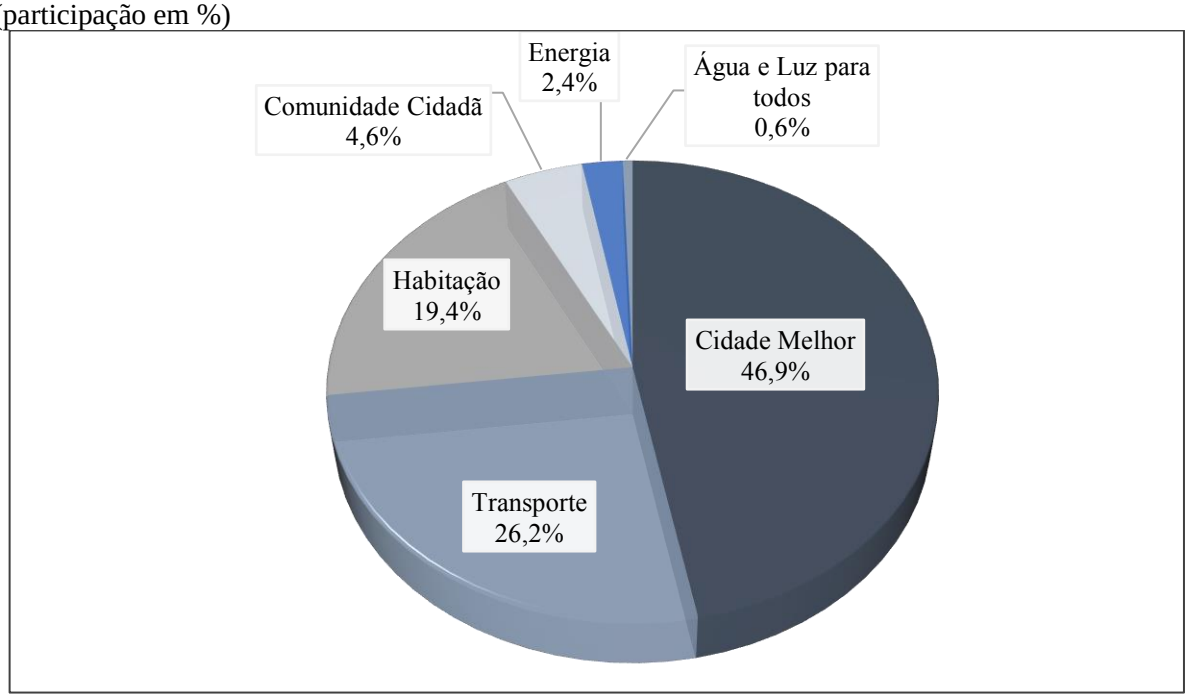
Gráfico 39 - Obras do PAC nos municípios da Região Metropolitana de São Luís, entre 2007 e 2013 (participação em %)



Fonte: Ministério do Planejamento

No que diz respeito aos Eixos com mais Investimentos, destacam-se na RMGSL: Cidade Melhor (46,9%), Transportes (26,2%) e Habitação (19,4%). Nota-se que no nível estadual, o eixo que mais se destaca (Água e Luz para todos) abarcou uma participação irrisória dos investimentos na Região. Ressalta-se que foram investidos R$ 1,041 bilhão no Eixo Cidade Melhor, o que corresponde a 67,9% de todos os investimentos no estado. Foram contempladas com essas obras a ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de São Luís na bacia do Rio Bacanga; a ampliação do SES dos Sistemas Anil, Vinhais e São Francisco; a adequação do SAA – recuperação e relocação da adutora Italuís – 1ª Etapa – São Luís; e a adequação do SAA – recuperação e relocação da adutora Italuís – complementação, dentre outros.

Gráfico 40 - Obras do PAC por grandes áreas na Região Metropolitana de São Luís, entre 2007 e 2013 (participação em %)



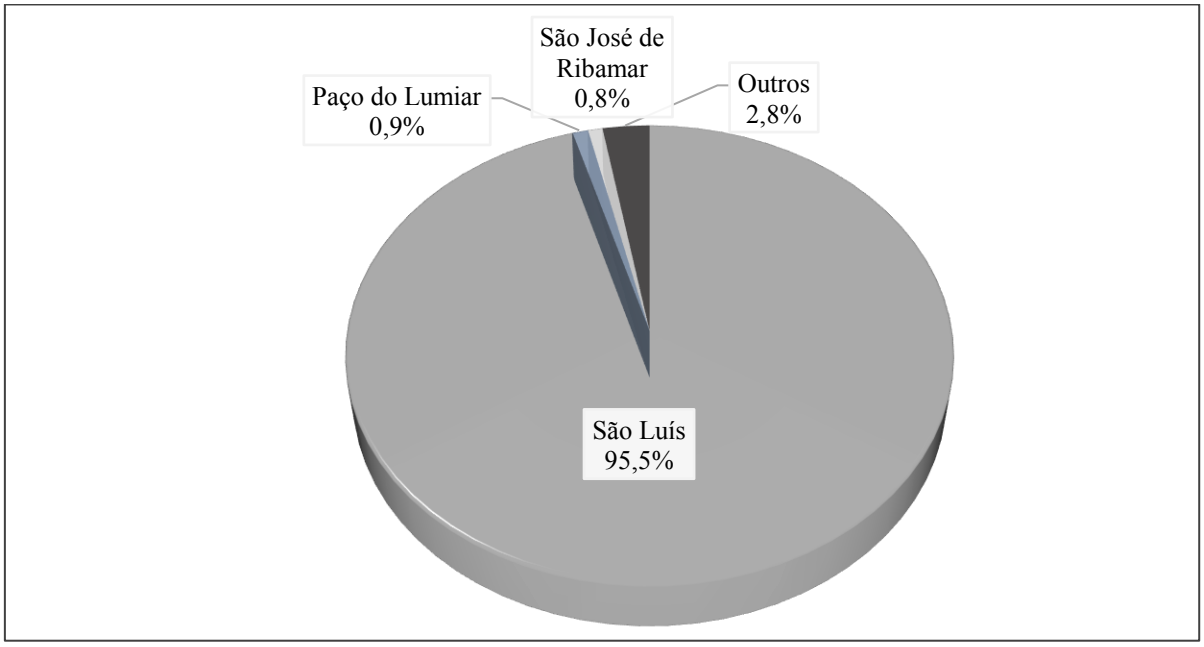
Fonte: Ministério do Planejamento

Os investimentos em Habitação somaram R$ 430,3 milhões, abarcando 71,8% dos investimentos no Maranhão, dado o elevado peso da Urbanização da Margem Esquerda do Rio Anil, que no período em questão recebeu R$ 370,9 milhões; da Urbanização dos Residenciais Jaracaty, Vinhais/Cohafuma, contempladas no Projeto Palafita Zero; além da Provisão Habitacional nos municípios de Morros, Santa Rita e Bacabeira.

6.2.2 Convênios

Entre 1997 e 2017, foram realizados 3.036 convênios no valor de R$ 5,1 bilhões nos municípios da RMGSL, sendo executado R$ 3,7 bilhões, dos quais 95,5% aconteceram em São Luís, que concentrou no período 2.221 convênios com a União. Em seguida, aparecem os municípios de Paço do Lumiar (0,9%) e São José de Ribamar (0,8%), somando investimentos da ordem de R$ 63,3 milhões. Os demais municípios da região juntos perfizeram 2,8% ou R$ 83,3 milhões, com destaque para Rosário e Santa Rita (**Gráfico 41**).

Gráfico 41 - Valor dos convênios realizados pelos municípios da Região Metropolitana de São Luís, desde 1996 até 2017 (participação em %)

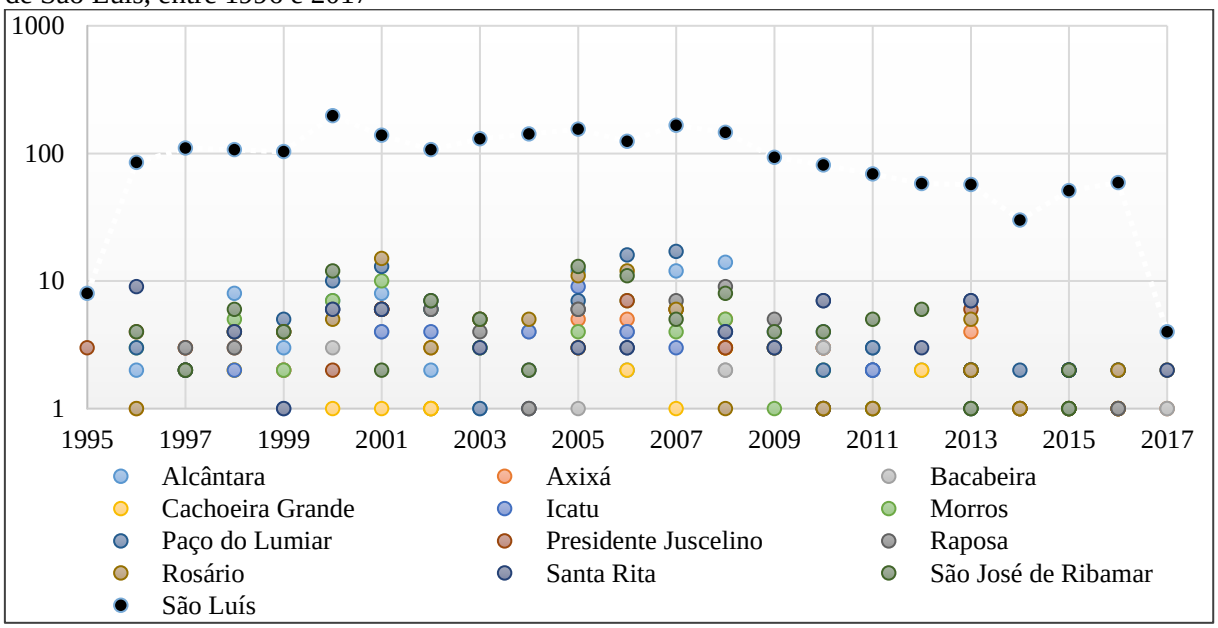


Fonte: Portal da Transparência

Nota-se, portanto, uma grande deficiência desses municípios na realização de convênios com a União e na execução do valor total convênio. Nos últimos 21 anos, a média de convênios anual ficou em torno de 144 e, quando se analisa por município, esse número cai para 11 convênios anuais. A situação fica mais crítica ao se retirar São Luís da contagem, pois o número total por ano recua para 37, o que equivale a três convênios por município ao longo do ano. No caso da execução, observa-se que somente 73,3% do valor inicial foi liberado, frustrando assim o orçamento dos projetos conveniados.

No **Gráfico 42**, mostra-se a distribuição dos convênios por ano em todos os municípios, evidenciando-se ainda mais o engessamento desses municípios na celebração de convênios com a União. Nesse caso, há um destaque visível para a cidade de São Luís, por contar com uma assessoria mais ativa e, enquanto capital, conseguir capilarizar os projetos em andamento.

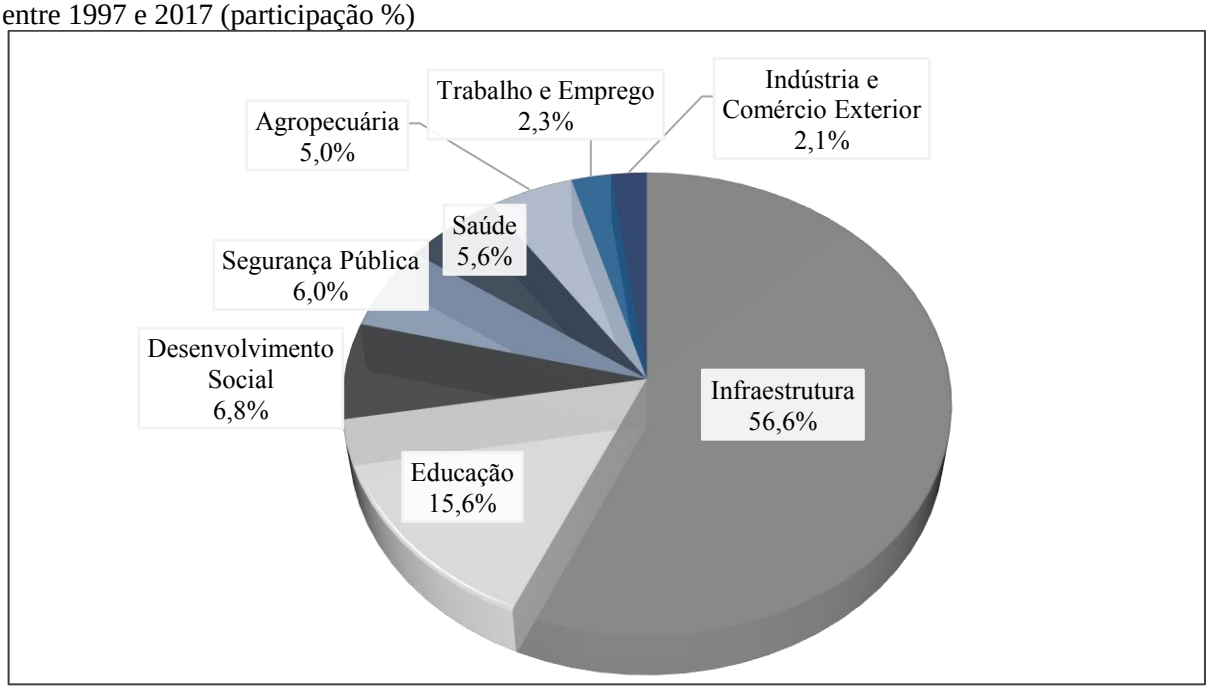
Gráfico 42 - Distribuição do número de convênios realizados pelos municípios da Região Metropolitana de São Luís, entre 1996 e 2017



Fonte: Portal da Transparência

Quando se analisa por área de atividade econômica, nota-se que Infraestrutura abarcou 56,6% dos convênios, com destinação de R$ 443,9 milhões para a Companhia das Docas do Maranhão; R$ 364,2 milhões para infraestrutura portuária do Porto de Itaqui – MA; R$ 205,9 milhões para intervenção em favela com urbanização integrada e remanejamento de habitação precária com implantação de avenida; R$ 86,2 milhões no sistema de esgotamento sanitário de São Luís, ampliação das bacias Anil, São Francisco e Vinhais, dentre outros.

Gráfico 43 - Convênios realizados por área econômica na Região Metropolitana da Grande São Luís, entre 1997 e 2017 (participação %)



Fonte: Portal da Transparência

Os convênios em Educação somaram R$ 556,1 milhões, ocupando o segundo lugar em termo de volume de investimentos, sendo R$ 326 milhões alocados na expansão e melhoria do ensino médio em nível municipal, o que condiz com o aumento da oferta de vagas no ensino médio no Maranhão. Além disso, foram executados convênios com o ensino fundamental e universitário, em especial na Universidade Aberta do Brasil (UAB), com a implantação do ensino superior a distância.

A área de Desenvolvimento Social recebeu 6,8% dos convênios liberados, com R$ 105,6 milhões destinados para a Segurança Alimentar e Nutricional, com Programas de produção e consumo do leite, instalação de cisternas e açudes, tecnologias sociais de acesso à água nas escolas, implantação de Feiras Livres para agricultores familiares e fortalecimento e desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) do babaçu nas comunidades quilombolas.

No que diz respeito à área de Segurança Pública, os convênios liberados totalizaram R$ 211,7 milhões. Desses, R$ 35 milhões foram direcionados para o sistema penitenciário do estado, com a construção da penitenciária feminina em São Luís, ampliação do presídio de São Luís e realização de políticas públicas dentro das prisões. Na Segurança Pública, foram executados projetos para a compra de veículos, ampliação dos direitos humanos, implantação de centros comunitários, informatização da polícia, implantação do sistema de videomonitoramento no município de Paço do Lumiar, dentre outros.

Os convênios nas áreas de Agropecuária, Trabalho e Emprego e Comércio Exterior representaram menos de 10% dos investimentos totais. Na Agropecuária, foram R$ 178,1 milhões investidos em aquisição de maquinário agrícola, crédito fundiário e combate à pobreza rural, assentamentos do Incra, sistema unificado de atenção à saúde animal, dentre outros. Os convênios no âmbito do Ministério de Trabalho e Emprego somaram R$ 83,1 milhões, com ações voltadas para a qualificação profissional (PLANFOR), intermediação de mão de obra, fomento a grupos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens e Qualificação Social e Profissional no âmbito do PlanSeQ Petróleo e Gás Natural na Refinaria Premium I. Finalmente, os convênios liberados para o Comércio exterior estavam relacionados ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Maranhão (IPEMAR); construção do prédio do Centro Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão em Aquicultura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); e elaboração dos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura nos municípios selecionados.

6.2.3 Investimentos em andamento na Região Metropolitana de São Luís

Em 2017, como se observa no **Gráfico 44**, somente sete convênios foram iniciados, sendo quatro em São Luís, dois em Rosário e um em Axixá. Entretanto, alguns convênios que iniciaram desde 2007 ainda estão em execução com prazo de fim de vigência para os anos de 2018, 2019 e 2020, somando R$ 255,2 milhões, dos quais já foram liberados R$ 109,4 milhões. Dos R$ 145,8 a serem liberados, 86,9% estão concentrados em São Luís envolvendo: construção de unidade de atenção especializada em saúde, reforma e ampliação do parque aquático do complexo esportivo Outeiro da Cruz, implementação de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos, entre outros.

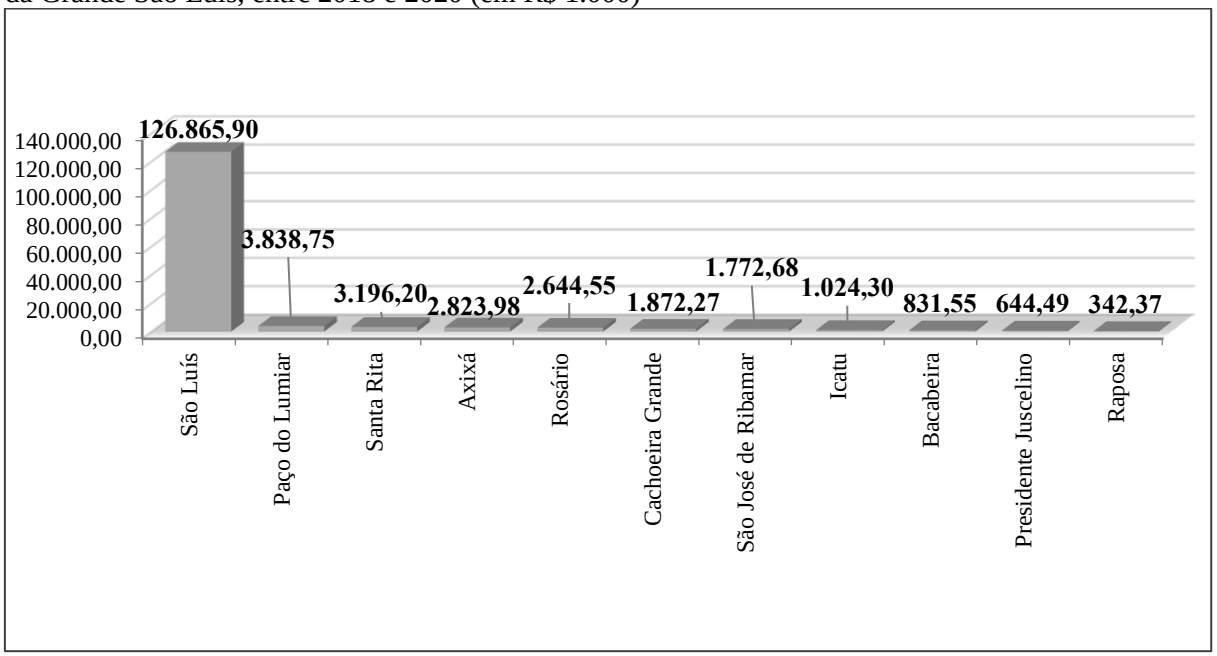
Em seguida, aparece Paço do Lumiar, com R$ 3,8 milhões, no qual os principais convênios referem-se a reforma e ampliação do mercado municipal e construção de unidade de atenção especializada em saúde. Em Santa Rita, os R$ 3,2 milhões a serem liberados estão alocados no apoio ao calçamento de vias urbanas e a projetos de infraestrutura turística – urbanização do Balneário de Areias. No município de Axixá, os convênios respondem por 1,9% ou R$ 2,9 milhões, distribuídos em pavimentação asfáltica na Avenida São Benedito, no Bairro Sapucaia e no Bairro Rui Vaz, e na construção de um centro cultural.

Nos demais municípios, ainda falta liberar R$ 9,1 milhões para os investimentos em andamento, dentre os quais encontram-se reforma do estádio de futebol e construção de kits sanitários em áreas carentes no município de Rosário. Em Cachoeira Grande, os principais convênios em execução referem-

se à recuperação de estrada vicinal nos projetos de assentamentos do INCRA/MA, no trecho compreendido entre a sede e ao projeto de assentamento de Pedra Suada na localidade Água Azul. Em São José de Ribamar, o destaque fica por conta dos projetos de obra e serviços de engenharia de terraplenagem, pavimentação e drenagem superficial complementar, além de Implantação de cinco núcleos do programa esporte e lazer na cidade – povos e comunidades tradicionais.

Esse valor a ser liberado também contempla os municípios de Icatu, Bacabeira, Presidente Juscelino e Raposa. No primeiro, englobam-se pavimentação em concreto do tipo bloquete nas vias urbanas da sede e implantação de sistemas de abastecimento de água na comunidade Santa Isabel. Em Bacabeira, implantação da praça de Periz de Cima e pavimentação asfáltica de vias urbanas, com meio-fio, calçada e sarjetas na sede. Em Presidente Juscelino, implantação de pavimentação em vias públicas urbanas e implantação de sistemas de abastecimento de água nos povoados São Lourenço, Água Branca e São Raimundo. No município de Raposa, têm-se a urbanização de vias públicas, com a execução de serviços de pavimentação asfáltica de ruas, drenagem superficial com meio-fio, sarjeta, calçada e sinalização viária, e o apoio a projetos de infraestrutura turística.

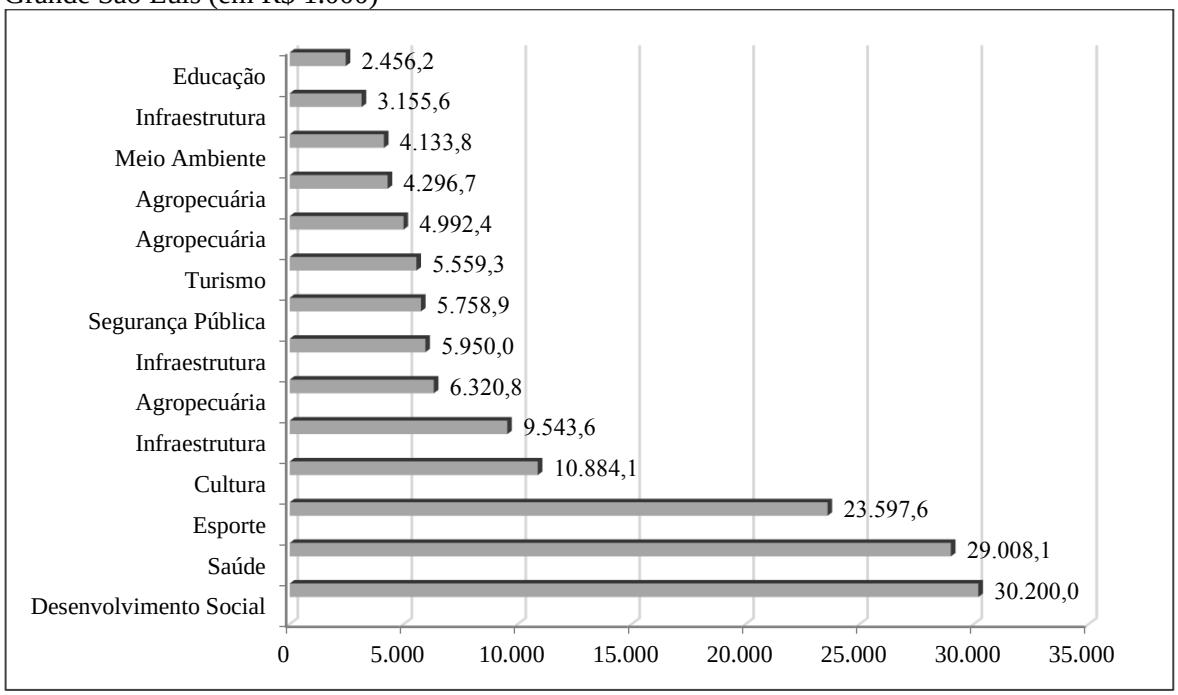
Gráfico 44 - Valor a ser liberado dos convênios em andamento nos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís, entre 2018 e 2020 (em R$ 1.000)



Fonte: Portal da Transparência

Dentre os convênios em andamento por área econômica, R$ 30,2 milhões estão investidos na área de Desenvolvimento Social, com destaque para o projeto de apoio à implementação de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos em parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF) na cidade de São Luís, no valor de R$ 20 milhões. Na área de Saúde, dos R$ 29,0 milhões em andamento, R$ 20,6 milhões tratam-se da construção de unidade de atenção especializada em saúde. No Esporte, o projeto de maior envergadura é a reforma e ampliação do parque aquático do complexo esportivo Outeiro da Cruz, com um convênio de R$ 13,5 milhões que, apesar de estar em execução, ainda não teve recurso liberado.

Gráfico 45 - Valor dos convênios em andamento por área econômica na Região Metropolitana da Grande São Luís (em R$ 1.000)



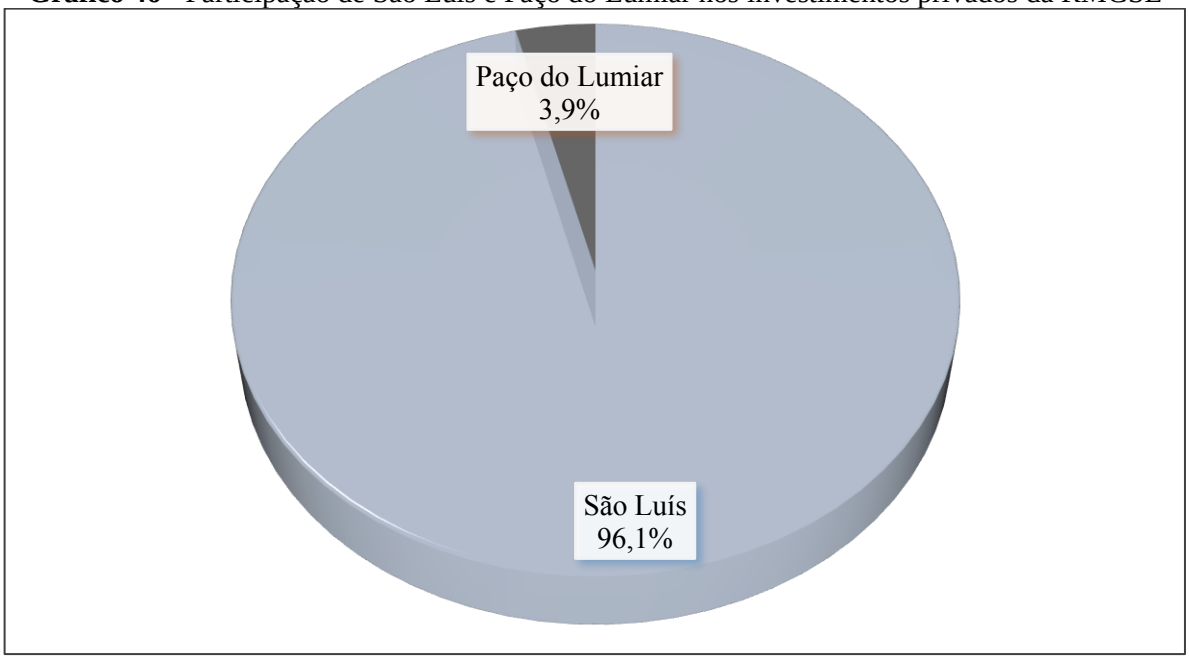
Fonte: Portal da Transparência

Na área de Cultura, o valor dos convênios soma R$ 10 milhões, sendo que R$ 9,6 milhões estão comprometidos com implantação de complexos exibidores (salas de cinema), visando ampliar o acesso da população maranhense a obras audiovisuais. Em Infraestrutura, os destaques são: implantação do Parque Tecnológico Aeroespacial do Maranhão e pavimentação de vias públicas urbanas.

6.3 Investimentos privados em municípios da RMGSL

Atualmente, a carteira de investimentos privados no Maranhão é de R$ 9,2 bilhões, dos quais R$ 3,9 bilhões estão em andamento. Entretanto, a dificuldade em fazer uma avaliação da participação da RMGSL no valor global está diretamente relacionada à falta de informações mais precisas dos municípios que, em sua maioria, apontaram apenas os setores mais dinâmicos, mas não declararam os valores. Nesse caso, estrategicamente, analisa-se os municípios de São Luís e Paço do Lumiar que detêm juntos uma carteira de R$ 4,2 bilhões, representando 44,0% dos investimentos do Estado, dos quais 96,1% concentram-se em São Luís (**Gráfico 46** -).

Gráfico 46 - Participação de São Luís e Paço do Lumiar nos investimentos privados da RMGSL



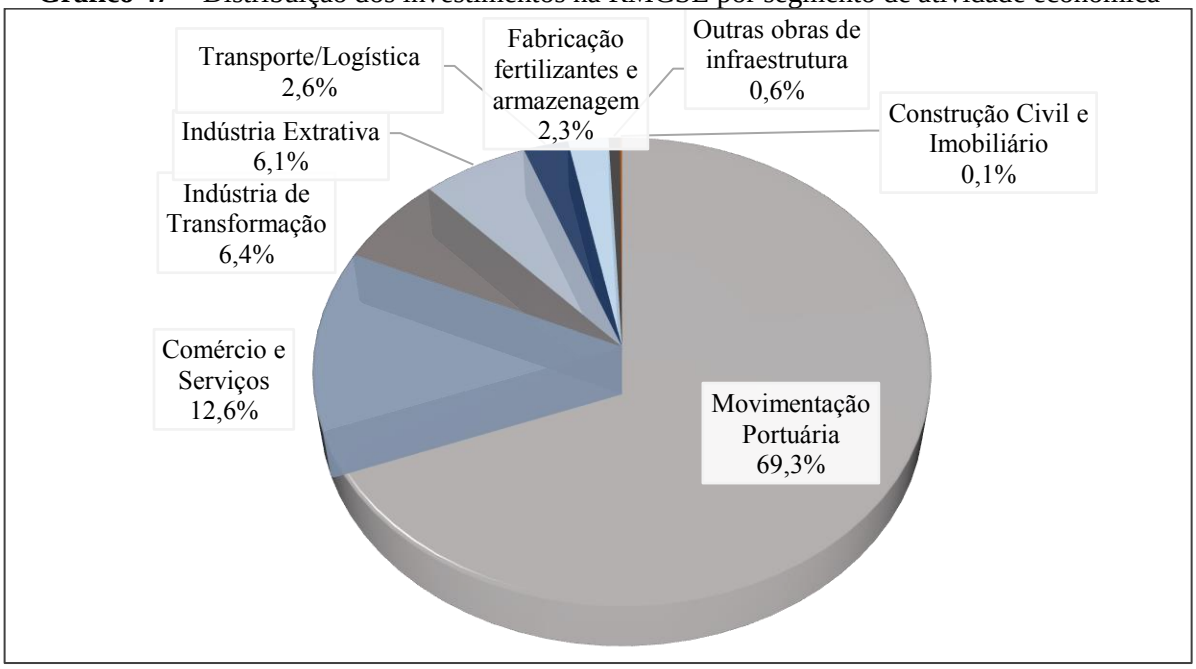
Fonte: IMESC; SEINC; EMAP

Historicamente, São Luís tem atraído grande parte dos investimentos do Estado do Maranhão, por concentrar condições favoráveis ao capital, que migra em direção às praças que oferecem maior rentabilidade. Entretanto, quando se analisa o estado em sua totalidade, não há como negar que há uma mudança de lógica, visto que há uma tendência de interiorização dos investimentos em andamento, principalmente nos municípios detentores de vantagens comparativas na produção de alimentos, em especial *commodities* alimentícias voltadas para a exportação. Ao mesmo tempo, observa-se, por meio de incentivo do Governo Estadual, um esforço para a criação e adensamento das cadeias produtivas de maior potencial, tais como a do frango, de carne e de couro, as quais vêm se destacando em termo de geração de emprego e renda.

No entanto, quando o foco é a RMGSL, São luís ainda se mostra imperiosa no que tange à atração de recursos. Concentrar R$ 4,0 bilhões dos R$ 4,2 bilhões em andamento e previstos para a Região é uma declaração de que o desenvolvimento integrado precisa urgentemente passar primeiro pelo estímulo às potencialidades locais, visto que cada município possui particularidades que precisam de políticas direcionadas, a fim de atrair o capital necessário para o seu desenvolvimento.

De todo modo, na RMGSL os investimentos de maior envergadura estão concentrados no segmento de Movimentação Portuária, principalmente na construção de novos terminais, expansão de berços e infraestrutura do entorno. Seguem-se os investimentos em Comércio e Serviços que, somados à Movimentação Portuária, detêm R$ 3,4 bilhões, representando 81,8% do total de investimentos, como pode ser observado no **Gráfico 47.**

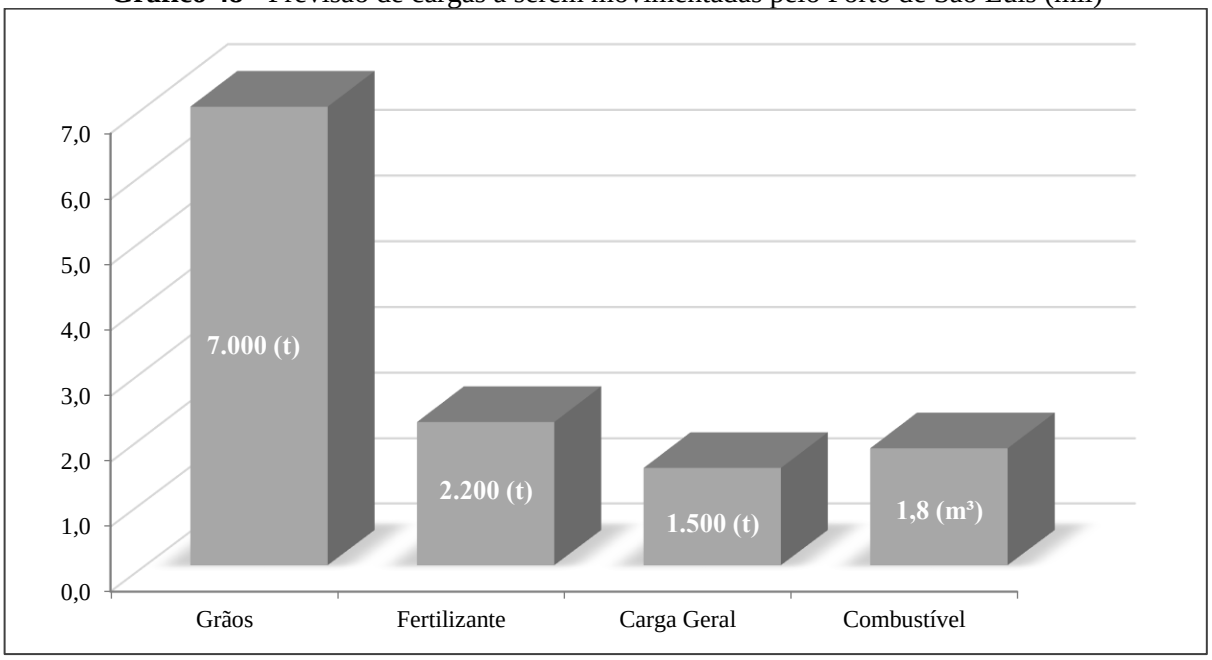
Gráfico 47 - Distribuição dos investimentos na RMGSL por segmento de atividade econômica



Fonte: IMESC; SEINC; EMAP

Do total de investimentos na RMGSL, o segmento de Movimentação Portuária perfaz 69,3%, Comércio e Serviços (12,6%), Indústria de Transformação (6,4%) e Indústria Extrativa (6,1%), abarcando 94,3% do montante de investimentos privados na Região. No primeiro segmento, dos R$ 2,9 bilhões previstos e em andamento, R$ 1,7 bilhões referem-se à construção do Porto de São Luís, um Terminal de Uso Privativo (TUP) das empresas *China Communications Construction Company* (CCCC), maior empresa de infraestrutura da China, com participação de 51% e da WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA, subsidiária da WTorre, que contam com atração de investimentos estrangeiros e de bancos de fomento local para iniciar a obra. O investimento ainda é um desdobramento da segunda fase do Programa de Investimento em Logística (PIL 2), iniciado em 2015, que projetou 63 portos no país construídos na mesma modalidade. O Porto de São Luís é o décimo primeiro TUP dentro do PIL 2 e possui contrato de adesão válido por 25 anos, com prazo de renovação por tempo indeterminado. O projeto prevê construção de seis berços de atracação, dos quais quatro serão construídos na primeira fase, que tem previsão de início das obras de engenharia civil para o segundo semestre de 2018, com estimativa de geração de 4 mil empregos diretos. O terminal deverá movimentar anualmente 10 milhões de toneladas entre grãos, fertilizante e carga geral e 1,8 mil metros cúbicos de combustível (**Gráfico 48**).

Gráfico 48 - Previsão de cargas a serem movimentadas pelo Porto de São Luís (mil)



Fonte: O Imparcial

Ainda no segmento de Movimentação Portuária, R$ 1,2 bilhões estão destinados para projetos no Porto do Itaqui, tais como novo acesso ferroviário no Porto do Itaqui (R$ 280 milhões); segunda fase do TEGRAM (R$ 267 milhões); Terminal de Carga Geral – PIL (R$ 208,9 milhões); novo Terminal de Carga Geral, mas com preferência para movimentação de papel e celulose (R$ 208,2 milhões); expansão do Terminal de Tancagem da ULTRACARGO (R$ 168 milhões); e automatização na descarga de fertilizantes (R$ 80 milhões).

No segmento de Comércio e Serviços, os investimentos de maiores destaques referem-se ao Centro de Distribuição e Complexo de Indústria de Perecíveis do Grupo Mateus e ao polo de distribuição de combustíveis da Raízen. Os investimentos do Grupo Mateus somam R$ 200 milhões e estão em andamento no novo Distrito Industrial de São Luís. Em janeiro deste ano, foi inaugurada a primeira das quatro etapas do projeto que contava com uma Central de Fatiamento e Porcionamento, concentrando as atividades que antes estavam pulverizadas em todas as lojas. Nas demais etapas, estão incluídas a indústria de perecíveis, dispondo de um lado uma fábrica de panificação, sorvetes e sucos; e do outro, o processamento de frios, carnes, peixes, hortifrútis e comidas prontas, com expectativa de produção de 100 toneladas de alimento por dia. O projeto total conta com um espaço de 40 mil m² e capacidade de armazenamento de 122 mil pellets, tornando-se o maior Centro de Distribuição da região Nordeste, segundo dados do Grupo.

Aproveitando as vantagens que São Luís detém como entreposto de distribuição de combustíveis para as regiões Nordeste e Norte, a empresa Raízen, associação entre Shell e a Coasan em 2011, com atuação nas áreas de distribuição de combustíveis e produção de bioenergia, está com um projeto de base de distribuição de combustíveis na capital, no valor de R$ 200 milhões. A empresa atualmente atende postos da Shell, postos de bandeira branca e clientes empresariais e não está conseguindo atender à demanda atual. Por meio do projeto, a empresa tem expectativa de dobrar dentro de dois anos o volume de combustíveis que movimenta na região, hoje em torno de 1 bilhão de litros por ano. Durante a obra, que ainda se encontra em fase de elaboração de estudos, a previsão é de que sejam gerados 700 postos de trabalho diretos e indiretos na fase de construção e 600 na fase de operação, além de trazer incrementos para a arrecadação de ICMS no estado.

Os projetos de investimentos no setor da Indústria de Transformação somam R$ 267,1 milhões, dos quais 61,8% estão localizados em Paço do Lumiar. É importante ressaltar que este é o único setor contemplado no município, reunindo dois grandes projetos: os investimentos da empresa Santa Isabel Alimentos LTDA em Paço do Lumiar e em Vargem Grande no valor de R$ 140 milhões, voltados para

criação de frango para corte dentro do programa estadual Mais Avicultura; e o da empresa Aço Maranhão Indústria LTDA, no valor de R$ 25,6 milhões, em fase de assinatura do termo de compromisso dentro da carteira do programa estadual Mais Empresas.

Na Indústria Extrativa, o destaque fica por conta do projeto de revitalização da planta de pelotização da Vale, no valor de R$ 250 milhões, parada desde 2012 por questões técnicas e econômicas, diante do cenário de deflação das *commodities* minerais, mas com previsão de retomada das operações no segundo semestre de 2018. As obras tiveram início no primeiro semestre do ano passado, gerando 377 empregos na montagem de instalações industriais, 700 empregos diretos durante as obras e 200 empregos quando entrar em operação.

No segmento de Transporte/Logística, a empresa Terminais Marítimos de Pernambuco S/A (TEMAPE) concentra 70,1% dos investimentos, com um projeto no valor de R$ 76,4 milhões em um terminal de armazenagem de líquidos no novo Distrito Industrial de São Luís, com vistas a expandir o setor de tancagem no estado. Os segmentos "Fabricação fertilizantes e armazenagem", "Outras obras de infraestrutura" e "Construção Civil e Imobiliário" somam R$ 130,8 milhões, com destaque para o empreendimento da Multitrans, no valor de R$ 80 milhões, em uma fábrica de ração, armazenagem e unidade de fertilizantes, com previsão de 300 empregos diretos e indiretos, previstos também para o novo Distrito Industrial.

6.4 Grandes investimentos prospectados para a RMGSL

Os investimentos, indubitavelmente, têm se constituído como uma das principais fontes para geração de emprego e crescimento econômico do Maranhão. A lógica que prevalecia era a de atração de investimentos de grande porte e com impactos mais robustos, como o Projeto da Refinaria Premium em Bacabeira (cancelado); exploração de gás e termelétricas em Santo Antônio dos Lopes; termelétrica em São Luís; Projeto S11D (duplicação da ferrovia) e ampliação do Terminal Ponta da Madeira (ambos da Vale); expansão da redução da Alumar, dentre outros concentrados em poucas localidades.

As estratégias atuais voltam-se para os investimentos de pequeno porte melhor distribuídos ao longo do estado, com aproveitamento das vocações locais. No entanto, existem três grandes projetos previstos para ocorrer na RMGSL, especificamente nos municípios de Bacabeira e São Luís, como uma usina siderúrgica e um polo petroquímico, e um projeto de regaseificação, respectivamente.

A Refinaria e o polo petroquímico da empresa Sinopec Engineering Group Co Ltd é o projeto de maior representatividade (US$ 28 bilhões) no estado, devendo ser instalado no terreno antes destinado à instalação da Refinaria Premium I da Petrobras. Entretanto, ainda não se tem detalhes das negociações, capacidade instalada e impactos sobre o mercado de trabalho.

A instalação da usina siderúrgica da China Brazil, em fase de negociação com o Governo do Maranhão, no valor de R$ 8 bilhões, tem capacidade instalada de 10 milhões de toneladas de aços longos. O cronograma das obras foi dividido em duas fases, devendo ocorrer entre os anos de 2018 e 2022, com previsões de geração de 10 mil empregos durante a construção e 2.500 na fase de operação e construção de uma cidade inteligente no município receptor. No projeto, a empresa "prevê a utilização de energia limpa, substituindo o carvão mineral e coque pelo gás natural, através de uma tecnologia sul coreana denominada Finex 4.0, a produção de aço será dinamizada com economia de matérias-primas e energia" (IMESC, 2016).

A utilização de gás natural na siderurgia proporcionará benefícios para o meio ambiente, diminuirá o custo operacional com manutenção de máquinas, transporte e armazenamento de combustível. No que diz respeito a essa futura demanda de gás natural, salienta-se que o estado se tornou produtor no final de 2012, iniciando com um volume diário de cerca de 4 milhões de metros cúbicos (MMm³/dia), dispondo hoje de uma produção superior a 8,0 MMm³/dia, sexto maior produtor do país. O contraponto da viabilização desse projeto será a utilização de gás natural produzido em solo maranhense, o que demandará a construção de um gasoduto de cerca de 250 km, a partir de Santo Antônio dos Lopes até São Luís, com orçamento previsto de R$ 500 milhões pelo Governo do Estado.

A empresa Gasen Energia S.A está com um projeto de regaseificação em São Luís e uma usina termelétrica, orçados em R$ 3,8 bilhões. A empresa projeta a construção e operação de um berço dentro do Porto do Itaqui para recebimento de Gás Natural Liquefeito (GNL), passagem e outorga de servidão do gasoduto, bem como a construção de uma Usina Termoelétrica (UTE) de 1.500 MW no novo Distrito Industrial de São Luís. No entanto, alguns fatores podem prolongar a concretização de um projeto dessa envergadura: a) o processo de commoditização do GNL ainda se mostra insuficiente para segurar os baixos preços no patamar atual; b) a retomada dos preços do petróleo no mercado internacional abrirá espaço para o crescimento da demanda por eteno no setor petroquímico, levando a uma inflação na cadeia de valor do GNL.

6.5 Investimentos de caráter metropolitano como impulsionadores do desenvolvimento local

Os investimentos em andamento nos municípios da RMGSL ainda que sejam de extrema importância para a promoção de bem-estar não atendem às reivindicações conjuntas desses, visto que são isolados, atendendo a uma demanda ou outra da população. Nesse sentido, a sondagem dos investimentos que caracterizam uma demanda coletiva não somente otimiza a aplicação de recursos, mas também contribui para o sentimento de pertencimento à região em destaque.

Com base nessa visão norteadora, na **Tabela 54**, tem-se uma dimensão dos investimentos de caráter metropolitano mais reivindicados pelos municípios da RMGSL. A área de Cultura e de Turismo foi identificada por 12 municípios ou 19% das observações como uma atividade que precisa ser fomentada para o aproveitamento das potencialidades locais, tanto o turismo histórico, religioso, como o turismo de aventura, além do conhecimento dos elementos fortes da cultura local, como as festas juninas, carnaval e festejos. A segunda área com o maior número de observações foi a criação de um programa de geração de emprego e renda, com 14,3%. Isso porque, excluindo-se a Ilha de São Luís, mais dinâmica em termos de posto de trabalho, nos demais municípios, prevalece a informalidade, com a concentração da população economicamente ativa nas atividades agropecuárias e serviços. Notou-se uma preocupação com a fixação do jovem na cidade. Para tanto, é necessário atraí-lo, qualificando-o e inserindo-o no mercado de trabalho.

Os municípios de Bacabeira, Rosário, Santa Rita e região do Munim reivindicam a construção de uma Delegacia Central de Polícia e Corporação de Bombeiros, a fim de melhorar a situação da Segurança Pública local. Outro gargalo na concepção dos municípios é a falta de uma política de solo urbano, com áreas de destinação dos resíduos sólidos. Por isso, 10,9% das observações citam que a criação de uma política de solo urbano e de cooperativas de reciclagem resolveria esse problema frequente, em especial na região do Munim. Em seguida, cinco municípios levantaram a necessidade de investimentos em urbanização da MA-201 entre Paço do Lumiar e São José de Ribamar, corredor de mobilidade urbana, e implantação de transporte coletivo para facilitar o acesso aos municípios da RMGSL.

Tabela 54 - Principais investimentos de caráter metropolitano na concepção dos municípios da RMGSL

Investimento de Caráter Metropolitano	Quantidade de municípios	%
Fomento à Cultura e ao Turismo	12,00	21,80
Programa de geração de renda e empregos	9,00	16,40
Delegacia Central de Polícia e Corporação de Bombeiros para Bacabeira, Rosário, Santa Rita e região do Munin	8,00	14,50
Políticas de solo urbano, destinação dos resíduos sólidos e cooperativas de reciclagem	6,00	10,90
Urbanização, corredor de mobilidade urbana e transporte coletivo	5,00	9,10
Cadastramento econômico e levantamento cartográfico para cadastro imobiliário	3,00	5,50
Programas metropolitanos de fiscalização sanitária, abatedouros, certificação de produção animal e vegetal	3,00	5,50

Construção de um grande hospital entre Santa Rita, Bacabeira, Rosário e região do Munim, com facilidade de acesso	3,00	5,50
Construção de uma cooperativa para produção de farinha, melancia, milho que possuem potencial para comercialização e parceria com supermercado de grande porte para aquisição de produtos agrícolas regionais	3,00	5,50
Financiamentos aos pequenos e microempreendedores e fomento à indústria	2,00	3,60
Campus da UEMA no Maiobão	1,00	1,80
Total	**55,00**	**100,00**

Fonte: Elaboração própria, com base na pesquisa de campo

Ademais, nota-se uma preocupação dos municípios com a melhoria das receitas locais, por meio da realização do cadastramento econômico e imobiliário. Nota-se ainda implantação programas de fiscalização sanitária para dar condições de concorrência aos produtores locais, assim como construção de cooperativas agrícolas e financiamento aos pequenos produtores.

7 FINANÇAS PÚBLICAS

A Constituição Federal de 1988 (CF-88), ao estabelecer no Brasil uma estrutura político-administrativa constituída por entidades autônomas – União, estados, Distrito Federal e municípios –, reconheceu estes últimos como membros da federação em igualdade aos estados, no que se refere aos direitos e deveres ditados pelo regime federativo (REZENDE, 2006). Com a autonomia municipal, estabelecida pela CF-88, ficou assegurada a administração própria de assuntos de interesse dos municípios, principalmente aqueles relacionados aos tributos de sua competência e à organização de serviços públicos.

No caso das regiões metropolitanas, de acordo com Rezende (2006), em decorrência das carências acumuladas ao longo do tempo, "a escala financeira supera em muito a capacidade de governos municipais e estaduais". Ainda segundo o autor, não se pode dispensar a participação federal na mobilização de recursos financeiros, entretanto, deve-se evitar ações diretas do Governo Federal no território.

> [...] é na área urbana que o descompasso entre a competência formal e as possibilidades técnicas e financeiras torna-se mais evidente. Nesse caso, em vez de transferir responsabilidade de baixo para cima, podem-se transferir recursos de cima para baixo. O importante é que a transferência de recursos seja acompanhada da devolução da responsabilidade por seu uso, para que os mecanismos de cobrança e fiscalização possam ser socialmente praticados. (REZENDE, 2006, p. 63).

Por ser um tema de fundamental relevância, uma vez que permite analisar a potencialidade e a capacidade dos municípios na geração de receitas próprias, assim como identificar as prioridades de gastos da gestão local, o diagnóstico das finanças públicas da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) objetiva fornecer subsídios para a gestão financeira, identificando possibilidades de aumento de receitas e de melhor controle dos gastos correntes.

Para a realização da referida análise, foram utilizadas bases de dados secundárias do FINBRA/STN – com recorte temporal de 2010 a 2016, correspondente às informações mais recentes disponíveis –, e de pesquisa de campo, através de entrevistas com gestores públicos dos municípios que compõem a região. Cabe destacar que não se teve acesso aos gestores de Cachoeira Grande, o que inviabilizou a realização da entrevista no referido município.

O presente diagnóstico divide-se, portanto, em três partes. Na primeira, é apresentada a evolução das Receitas Orçamentárias da Região, assim como sua desagregação, de acordo com a classificação econômica (Receitas Correntes e de Capital), destacando as principais fontes de arrecadação de recursos financeiros dos municípios. Na segunda, é feita a análise das Despesas Orçamentárias e por funções de governo e do nível de endividamento dos municípios da RMGSL, ao longo dos anos de análise. Por fim, são apresentadas as conclusões encontradas com este estudo.

7.1 Análise das Receitas Orçamentárias da RMGSL

De acordo com os dados mais recentes disponíveis, referente ao ano de 2016, as Receitas Orçamentárias da RMGSL totalizaram R$3,6 bilhões – representando um crescimento real de 20,5% em relação ao ano de 2010. Desse total, a capital São Luís apresentou participação majoritária, correspondente a 77,4%, seguida dos municípios de São José de Ribamar (8,5%), Santa Rita (2,3%), Rosário (2,2%), Bacabeira (1,6%), Icatu e Raposa (ambos com 1,5%), Alcântara e Morros (ambos com 1,1%) e Axixá, Cachoeira Grande e Presidente Juscelino (todos correspondendo a 0,9%), conforme pode ser observado na **Tabela 55**.

Dos municípios que compõem a região, observou-se, durante o período em tela, que Santa Rita, Cachoeira Grande e Presidente Juscelino apresentaram crescimento expressivo no total de Receitas Orçamentárias – apesar de esses resultados serem baixos em termos absolutos – correspondendo a 64,1%, 56,2% e 44,8%, respectivamente. Já os municípios de Icatu, Raposa, Alcântara e São Luís

exibiram as menores taxas de crescimento da região, equivalentes a 12,5%, 16,3%, 18,8% e 19,5%, respectivamente.

Tabela 55 - Receitas Orçamentárias dos municípios da RMGSL, em R$ milhões (corrigidos pelo IPCA), participação (%) dos municípios na receita total da região e taxa de crescimento das receitas orçamentárias, entre 2010 a 2016

Abrangência	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		Taxa de cresc. (%)
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	
Alcântara	35,7	1,2	45,1	1,3	45,3	1,3	38,4	1,0	42,8	1,1	45,3	1,2	42,4	1,1	18,8
Axixá	25,5	0,8	26,6	0,7	-	-	25,3	0,7	29,1	0,8	26,5	0,7	34,6	0,9	35,3
Bacabeira	48,3	1,6	62,7	1,7	67,8	2,0	71,5	1,9	65,6	1,7	55,1	1,5	60,4	1,6	25,1
Cachoeira Grande	20,5	0,7	21,6	0,6	20,5	0,6	22,3	0,6	23,1	0,6	20,9	0,6	32,0	0,9	56,2
Icatu	48,8	1,6	52,5	1,5	-	-	48,5	1,3	53,5	1,4	50,6	1,4	54,9	1,5	12,5
Morros	34,9	1,1	40,7	1,1	42,0	1,2	42,6	1,2	46,7	1,2	-	-	42,2	1,1	21,1
Paço do Lumiar	103,1	3,4	121,5	3,4	-	-	138,2	3,8	169,6	4,5	162,5	4,4	-	-	-
Presidente Juscelino	22,5	0,7	26,4	0,7	25,8	0,8	26,8	0,7	33,2	0,9	31,1	0,8	32,6	0,9	44,8
Raposa	46,9	1,5	53,1	1,5	51,2	1,5	47,6	1,3	53,5	1,4	50,1	1,4	54,5	1,5	16,3
Rosário	-	-	-	-	-	-	69,1	1,9	81,6	2,2	77,5	2,1	81,2	2,2	-
Santa Rita	50,6	1,7	62,5	1,7	61,9	1,8	69,1	1,9	70,1	1,9	69,3	1,9	83,0	2,3	64,1
São José de Ribamar	234,3	7,7	260,7	7,3	262,4	7,8	272,0	7,4	301,2	8,0	294,0	8,0	314,8	8,5	34,4
São Luís	2.389,5	78,1	2.817,4	78,5	2.803,5	82,9	2.807,9	76,3	2.814,7	74,4	2.792,9	76,0	2.854,7	77,4	19,5
RMGSL	**3.060,5**	**100,0**	**3.591,0**	**100,0**	**3.380,4**	**100,0**	**3.679,3**	**100,0**	**3.784,9**	**100,0**	**3.675,8**	**100,0**	**3.687,3**	**100,0**	**20,5**

Fonte: FINBRA/STN

A análise da composição das Receitas Orçamentárias da RMGSL evidenciou a predominância das Receitas Correntes, em detrimento das de Capital[36]. Estas corresponderam a apenas 2,0% em 2016, enquanto as demais foram equivalentes a 98,0% do total. Essa distribuição foi observada em todos os municípios da região, conforme pode ser observado na **Tabela 56**.

Tabela 56 - Participação (%) das Receitas Correntes e das Receitas de Capital no total das receitas dos municípios, entre 2010 e 2016

Abrangência	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Corr.	Cap.	Corr.	Cap.	Corr.	Cap.	Corr.	Cap.	Corr.	Cap.	Corr.	Cap.	Corr.	Cap.
Alcântara	95,9	4,1	98,5	1,5	93,9	6,1	98,7	1,3	98,1	1,9	100,0	0,0	100,0	0,0
Axixá	94,7	5,3	96,4	3,6	-	-	98,8	1,2	91,3	8,7	95,1	4,9	93,7	6,3
Bacabeira	91,3	8,7	97,3	2,7	83,2	16,8	78,4	21,6	88,5	11,5	97,2	2,8	97,5	2,5
Cachoeira Grande	96,1	3,9	96,0	4,0	100,0	0,0	93,3	6,7	91,8	8,2	98,2	1,8	100,0	0,0
Icatu	92,3	7,7	95,4	4,6	-	-	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
Morros	98,0	2,0	99,9	0,1	98,1	1,9	99,1	0,9	93,1	6,9	-	-	99,4	0,6
Paço do Lumiar	100,0	0,0	98,4	1,6	-	-	97,5	2,5	96,0	4,0	98,5	1,5	-	-
Presidente Juscelino	99,3	0,7	99,5	0,5	100,0	0,0	98,4	1,6	86,6	13,4	91,1	8,9	95,7	4,3
Raposa	94,2	5,8	96,1	3,9	98,2	1,8	96,7	3,3	98,3	1,7	98,8	1,2	93,9	6,1
Rosário	-	-	-	-	-	-	97,8	2,2	97,1	2,9	97,2	2,8	97,2	2,8
Santa Rita	98,8	1,2	97,8	2,2	98,5	1,5	93,9	6,1	96,8	3,2	99,6	0,4	100,0	0,0
São José de Ribamar	89,5	10,5	95,3	4,7	95,9	4,1	98,0	2,0	96,3	3,7	97,3	2,7	99,3	0,7
São Luís	99,7	0,3	99,4	0,6	98,4	1,6	99,7	0,3	99,6	0,4	96,7	3,3	97,8	2,2
RMGSL	**98,5**	**1,5**	**98,9**	**1,1**	**97,9**	**2,1**	**98,8**	**1,2**	**98,5**	**1,5**	**97,0**	**3,0**	**98,0**	**2,0**

Fonte: FINBRA/STN

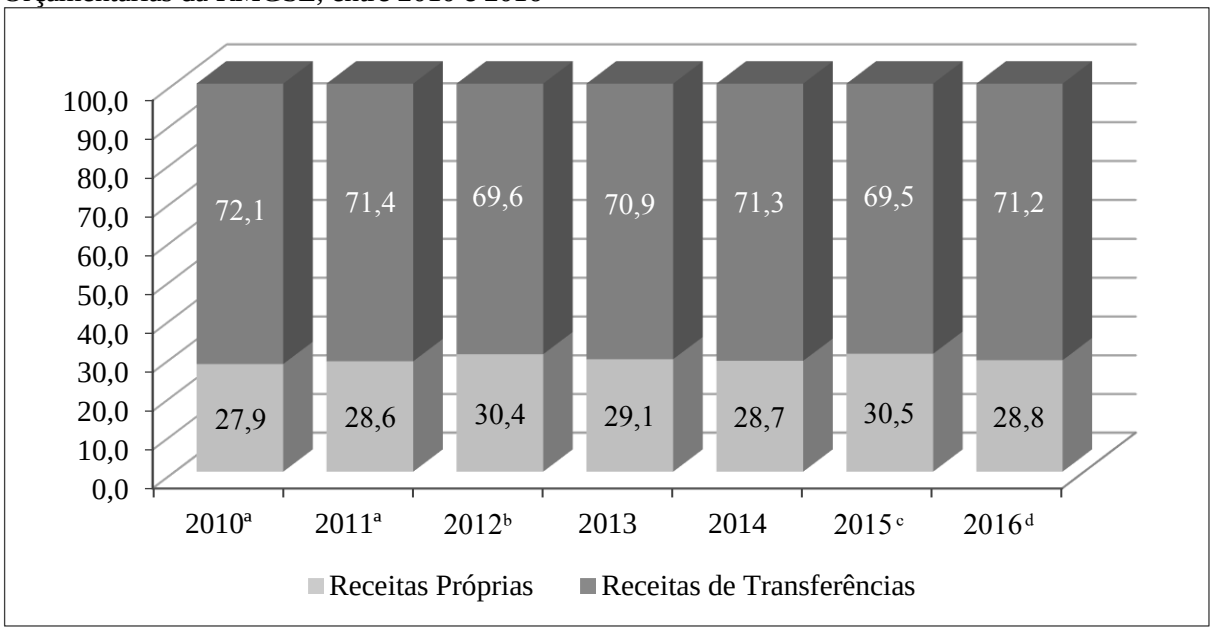
[36] As receitas correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do poder público, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer as finalidades públicas. Essas receitas são divididas em: Tributária, de Contribuição, Patrimonial, Agropecuária, Industrial, de Serviços, Transferências Correntes e outras Receitas Correntes. Já as de Capital alteram o patrimônio duradouro do poder público e são provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital. (Secretaria do Tesouro Nacional, 2014).

Cabe destacar que apenas os municípios de Bacabeira e Presidente Juscelino apresentaram um aumento mais expressivo nas Receitas de Capital em alguns anos do período em tela. No primeiro município, esse comportamento foi observado entre 2011 e 2013, cuja participação das Receitas de Capital apresentou um acréscimo de 18,9% – saindo de 2,7% para 21,6%. A abertura dos dados permitiu identificar que esse movimento foi decorrente do aumento das Transferências de Capital[37], oriundas do aumento das Transferências de Convênios da União destinadas a programas de educação.

Já em Presidente Juscelino, esse movimento foi observado entre 2013 e 2014, com o acréscimo de 11,8% da participação das Receitas de Capital – saindo de 1,6% para 13,4% –, também decorrente do aumento das Transferências de Capital, oriundas do aumento das Transferências de Convênios dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades. Cabe destacar, entretanto, que essa dinâmica foi pontual e, portanto, foram prevalecentes as Receitas Correntes em todos os municípios da RMGSL, com participação superior a 90,0% do total das Receitas Orçamentárias.

A análise desagregada das Receitas Correntes evidenciou o elevado grau de dependência fiscal existente na região, uma vez que a participação das Receitas Próprias[38] foi correspondente a cerca de 30,0%, enquanto a de Transferências Correntes representou cerca de 70,0% do total, durante todo o período, conforme evidenciado no **Gráfico 49**.

Gráfico 49 - Taxa de participação (%) das Receitas Próprias e de Transferências nas Receitas Orçamentárias da RMGSL, entre 2010 e 2016



ª Ausência dos dados de Rosário; ᵇ Ausência de dados dos municípios de Axixá, Icatu, Paço do Lumiar e Rosário; ᶜ Ausência de dados do município de Morros; ᵈ Ausência de dados do município de Paço do Lumiar
Fonte: FINBRA/STN

O elevado grau de dependência fiscal foi observado em todos os municípios da Região (**Tabela 57**). Entretanto, é interessante destacar alguns movimentos pontuais observados no período em análise:

- Em Alcântara, as Receitas Próprias apresentaram um expressivo aumento no biênio 2010-2011 – saindo de 7,5% para 16,4%. Em 2012, esse indicador ainda apresentou participação relativamente elevada – em comparação com os resultados observados na Região – equivalente a 15,2%, porém com tendência de queda, finalizando o período com resultado correspondente a 2,8%.

[37] Recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente da contraprestação direta de bens e serviços, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital. (Secretaria do Tesouro Nacional, 2014).

[38] Somatório das Receitas Tributária, de Contribuição, Patrimonial, Agropecuária, Industrial e de Serviços.

- Em Axixá, observou-se um significativo aumento das Receitas Próprias entre 2015 e 2016, cuja participação aumentou de 2,2% para 11,9%.
- Bacabeira e São Luís foram os municípios da Região que apresentaram maior participação das Receitas Próprias. O primeiro apresentou uma tendência de queda durante o período, apesar do aumento observado no biênio 2010-2011 (de 23,8% para 39,2%); enquanto a capital exibiu participação quase constante, em torno de 33,5% nos anos em análise.
- Em Santa Rita, não se observou uma tendência definida, uma vez que o período 2012-2016 foi marcado por aumentos e quedas expressivas na arrecadação de Receitas Próprias.

Tabela 57 - Participação (%) das Receitas Próprias e de Transferências no total das Receitas Orçamentárias dos municípios da RMGSL, entre 2010 e 2016

Município		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Alcântara	Próprias	7,51	16,4	15,2	7,35	3,2	3,6	2,78
	Transf.	92,5	83,60	84,8	92,7	96,82	96,4	97,2
Axixá	Próprias	2,03	2,4	-	3,02	3,5	2,2	11,86
	Transf.	98,0	97,57	-	97,0	96,50	97,8	88,1
Bacabeira	Próprias	23,81	39,2	36,6	31,69	31,1	26,0	25,40
	Transf.	76,2	60,75	63,4	68,3	68,94	74,0	74,6
Cachoeira Grande	Próprias	2,68	2,4	2,0	1,61	3,1	2,5	1,15
	Transf.	97,3	97,55	98,0	98,4	96,95	97,5	98,8
Icatu	Próprias	3,46	2,9	-	1,72	2,7	2,8	1,58
	Transf.	96,5	97,07	-	98,3	97,25	97,2	98,4
Morros	Próprias	4,14	4,0	3,5	3,94	3,8	-	3,25
	Transf.	95,9	96,05	96,5	96,1	96,16	-	96,8
Paço do Lumiar	Próprias	12,59	14,3	-	18,39	19,9	15,7	-
	Transf.	87,4	85,73	-	81,6	80,15	84,3	-
Presidente Juscelino	Próprias	2,10	2,2	2,3	2,92	2,8	2,3	4,55
	Transf.	97,9	97,79	97,7	97,1	97,17	97,7	95,5
Raposa	Próprias	11,94	9,9	9,4	5,09	11,1	9,0	7,90
	Transf.	88,1	90,07	90,6	94,9	88,95	91,0	92,1
Rosário	Próprias	-	-	-	8,81	8,9	7,0	4,66
	Transf.	-	-	-	91,2	91,12	93,0	95,3
Santa Rita	Próprias	4,21	3,5	6,6	11,07	5,6	9,2	3,45
	Transf.	95,8	96,45	93,4	88,9	94,40	90,8	96,6
São José de Ribamar	Próprias	18,63	19,5	17,3	18,40	20,8	21,6	19,64
	Transf.	81,4	80,46	82,7	81,6	79,19	78,4	80,4
São Luís	Próprias	31,99	32,3	33,5	33,72	33,4	35,8	33,86
	Transf.	68,0	67,66	66,5	66,3	66,63	64,2	66,1
RMGSL	Próprias	**27,85**	**28,6**	**30,4**	**29,10**	**28,7**	**30,5**	**28,83**
	Transf.	**72,1**	**71,42**	**69,6**	**70,9**	**71,32**	**69,5**	**71,2**

Fonte: FINBRA/STN

Em síntese, apesar da maior participação das Receitas Próprias em alguns municípios da região em determinados anos do período, não se observou uma clara tendência de aumento dessas receitas em nenhuma das unidades geográficas em análise que pudesse indicar uma maior eficiência na arrecadação dos municípios.

Do total de Receitas Próprias, a Tributária apresentou a maior participação na RMGSL – correspondente a cerca de 75,0%, entre 2010 e 2016 – seguida das Receitas de Contribuição, Patrimonial e de Serviços, cujos resultados foram equivalentes a cerca de 18,0%; 6,5%; e 0,2%, respectivamente. Cabe destacar que as Receitas Industriais arrecadadas ao longo do período foram irrisórias, porém não nulas (**Tabela 58**).

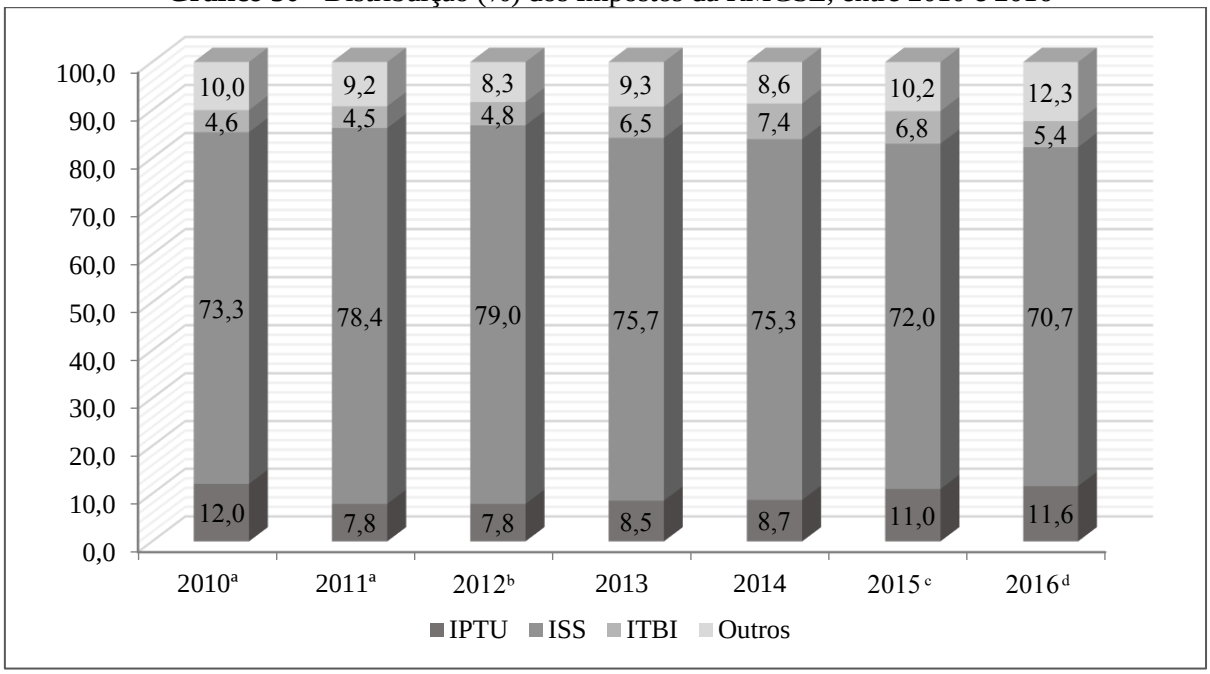
Tabela 58 - Receitas Próprias desagregadas da RMGSL, em R$ milhões constantes de 2017 (corrigidos pelo IPCA), e participação (%) no total das Receitas Próprias, entre 2010 e 2016

RECEITAS		Receita Tributária	Impostos	Taxas	Contr. de Melhoria	Receita de Contribuição	Receita Patrimonial	Receita Industrial	Receita de Serviços	TOTAL
2010 [a]	R$	587,50	561,00	26,02	0,47	141,98	45,35	0,05	3,83	**778,70**
	%	75,40	72,00	3,30	0,10	18,20	5,80	0,00	0,50	**100,00**
2011 [a]	R$	694,60	657,21	35,88	1,50	164,45	41,51	0,06	4,76	**905,37**
	%	76,70	72,60	4,00	0,20	18,20	4,60	0,00	0,50	**100,00**
2012 [b]	R$	747,46	725,77	20,92	0,77	146,38	41,79	0,06	3,42	**939,11**
	%	79,60	77,30	2,20	0,10	15,60	4,50	0,00	0,40	**100,00**
2013	R$	740,03	711,61	23,59	4,83	191,73	29,92	0,06	3,01	**964,74**
	%	76,70	73,80	2,40	0,50	19,90	3,10	0,00	0,30	**100,00**
2014	R$	731,95	703,13	24,32	4,50	188,14	64,85	0,05	7,39	**992,38**
	%	73,80	70,90	2,50	0,50	19,00	6,50	0,00	0,70	**100,00**
2015 [c]	R$	748,30	721,03	22,03	5,25	184,85	65,19	0,00	1,57	**999,91**
	%	74,80	72,10	2,20	0,50	18,50	6,50	0,00	0,20	**100,00**
2016 [d]	R$	691,41	667,69	23,36	0,36	171,34	65,42	0,00	1,50	**929,67**
	%	74,40	71,80	2,50	0,00	18,40	7,00	0,00	0,20	**100,00**

[a] Ausência dos dados de Rosário; [b] Ausência de dados dos municípios de Axixá, Icatu, Paço do Lumiar e Rosário; [c] Ausência de dados do município de Morros; [d] Ausência de dados do município de Paço do Lumiar
Fonte: FINBRA/STN

Do total de receitas tributárias, os Impostos apresentaram participação majoritária na Região, seguido das Taxas e das Contribuições de Melhoria. Dentre os impostos, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) foi predominante, cuja arrecadação foi superior a 70,0% do total durante todo o período, seguido do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) – cerca de 8,0% – e do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) – cerca de 6,0% (**Gráfico 50**).

Gráfico 50 - Distribuição (%) dos Impostos da RMGSL, entre 2010 e 2016



[a] Ausência dos dados de Rosário; [b] Ausência de dados dos municípios de Axixá, Icatu, Paço do Lumiar e Rosário; [c] Ausência de dados do município de Morros; [d] Ausência de dados do município de Paço do Lumiar
Fonte: FINBRA/STN

A análise desagregada por município evidencia que a arrecadação do ISS foi predominante em todos os municípios da região, exceto em Cachoeira Grande e Morros, cujo imposto de maior arrecadação ao longo dos anos em tela foi o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)[39] (**Tabela 59**).

Tabela 59 - Distribuição (%) dos Impostos nos municípios da RMGSL e na região, em 2010, 2013 e 2016

Abrangência	2010				2013				2016			
	IPTU	ISS	ITBI	Outros	IPTU	ISS	ITBI	Outros	IPTU	ISS	ITBI	Outros
Alcântara	0,4	65,3	0,2	34,1	0,5	88,6	0,2	10,8	1,7	90,7	0,3	7,3
Axixá	3,5	86,7	2,2	7,6	2,8	38,1	26,4	32,7	1,2	53,7	0,3	44,8
Bacabeira	0,0	88,9	3,0	8,1	0,4	87,6	1,8	10,2	8,8	79,6	2,5	9,1
Cachoeira Grande	0,2	43,4	0,1	56,3	0,1	33,6	0,3	66,0	0,0	27,8	0,0	72,2
Icatu	0,8	32,8	0,2	66,2	0,6	60,6	0,1	38,7	0,1	98,4	0,0	1,6
Morros	0,3	29,2	0,5	70,1	0,4	35,7	2,0	62,0	3,5	38,5	2,0	56,0
Paço do Lumiar	19,0	56,9	11,1	13,0	6,3	51,5	28,4	13,9	-	-	-	-
Presidente Juscelino	0,0	11,8	0,3	87,9	5,5	36,6	1,3	56,5	1,4	55,9	1,5	41,2
Raposa	11,8	52,8	1,7	33,7	9,9	67,1	23,0	0,0	8,3	58,4	6,0	27,3
Rosário	-	-	-	-	2,4	56,0	7,7	33,9	0,4	0,0	0,0	99,6
Santa Rita	13,2	49,9	0,0	36,9	0,7	94,7	0,6	4,0	0,3	97,0	0,0	2,7
São José de Ribamar	18,5	57,5	12,6	11,4	10,2	28,0	45,5	16,3	7,8	37,2	33,4	21,6
São Luís	11,8	74,6	4,2	9,4	8,8	78,0	4,5	8,7	11,9	72,2	4,2	11,7
RMGSL	**12,0**	**73,3**	**4,6**	**10,0**	**8,5**	**75,7**	**6,5**	**9,3**	**11,6**	**70,7**	**5,4**	**12,3**

Fonte: FINBRA/STN

Em entrevista realizada junto aos gestores públicos dos municípios da RMGSL, constatou-se que o Código Tributário Municipal (CTM)[40] da maioria dos municípios da Região encontra-se defasado – com exceção de Morros e São Luís, cuja última atualização foi realizada em 2017 –, o que se apresenta como um entrave à arrecadação de Receitas Próprias municipais.

Questionados sobre os entraves para o recolhimento efetivo dos tributos de competência municipal, os gestores, em geral, afirmaram haver um elevado grau de dificuldade decorrente de fatores diversos, como a falta de conscientização da população local – no caso do pagamento do IPTU – e a elevada informalidade existente – que dificulta a arrecadação do ISS. Como ações adotadas com vistas a mitigar tais entraves, foram listadas, principalmente, a intensificação da fiscalização e a revisão dos cadastros imobiliários. Na **Tabela 60**, é apresentada a síntese das principais dificuldades, assim como das ações mitigadoras que vêm sendo adotadas por cada município da RMGSL.

[39] Na **Tabela 59** Encontra-se na denominação "Outros".

[40] O Código Tributário Municipal (CTM) refere-se ao Sistema Tributário Municipal e institui normas gerais sobre direito tributário aplicáveis aos municípios. Na maioria dos municípios, o CTM é previsto pela Lei Orgânica e veiculado através de lei complementar. O referido código é de suma relevância para a organização municipal das atividades tributárias, devendo prever, além de outros assuntos, as obrigações tributárias acessórias dos contribuintes, a fiscalização tributária, a forma pela qual serão feitos lançamentos de créditos tributários e sua cobrança, o processo administrativo tributário, a inscrição de créditos tributários em dívida ativa e as providências administrativas necessárias para a promoção de execução fiscal. Essas previsões devem ser estipuladas, levando em consideração as características de cada município. Ademais, o CTM deve prever regras para o Cadastro de Contribuintes (CC) informatizado, para expedição de Notas Fiscais Eletrônicas (e-NF) e, considerando as atividades desenvolvidas pelos contribuintes municipais, deve possuir regras para substituição tributária. (PINTO JÚNIOR, 2009).

Tabela 60 - Principais dificuldades listadas por gestores públicos dos municípios da RMGSL para arrecadação de Receitas Próprias e ações adotadas para o efetivo recolhimento

Município	Entraves	Ações
Alcântara	Falta de conscientização da população local.	Estudo do CTM para identificar possíveis ações.
Axixá	Elevado custo do cadastro imobiliário e ausência de política de solo urbano.	Implantação de política tributária e legalização do solo urbano
Bacabeira		Intensificação da fiscalização.
Cachoeira Grande*	-	-
Icatu	Falta de conscientização da população local.	Mudanças no ISS e no Código Tributário Municipal.
Morros	Informalidade (citada como principal) e falta de consciência coletiva.	Atração do setor privado, regulamentação da informalidade e alavancar atividade turística.
Paço do Lumiar	Falta de conscientização da população local.	Revisao Legislativa, revisão de cadastros, efetivação da Dívida Ativa.
Presidente Juscelino	Ausência de Código Tributário, falta de planejamento, elevada informalidade e falta de conscientização da população local.	Implantação do Código Tributário.
Raposa	Elevada informalidade.	Intensificação da fiscalização.
Rosário	Não possui.	Intensificação da fiscalização.
Santa Rita	Informalidade e falta de consciência coletiva.	Intensificação da fiscalização.
São José de Ribamar	Pendências no cadastro imobiliário.	Georreferenciamento para atualização dos cadastros e valores.
São Luís	Dificuldade na atualização por geoprocessamento e deficiência no cadastro imobiliário.	Realizar a arrecadação no Porto do Itaqui.

* Não se teve acesso aos gestores públicos, o que inviabilizou a entrevista.
Fonte: Entrevistas realizadas *in loco* com gestores públicos dos municípios da RMGSL.

No que tange às Transferências Correntes que, conforme mencionado anteriormente, apresentaram participação majoritária nas receitas da Região, aquelas de maior predominância foram as Transferências Intergovernamentais, cujos resultados foram superiores a 95,0% em todo o período. Cabe destacar que as Transferências de Convênios e de Instituições Privadas exibiram participação irrisória no total das Transferências Correntes, conforme evidenciado na **Tabela 61**.

Tabela 61 - Receitas de Transferências Correntes desagregadas, em R$ milhões constantes de 2017 (corrigidos pelo IPCA) e participação (%) no total das Transferências Correntes, entre 2010 e 2016

RECEITAS	2010[a]		2011[a]		2012[b]		2013		2014		2015 [c]		2016 [d]	
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
Rec. Transf. Correntes	2.174,06	100,0	2.535,32	100,0	2.303,46	100,0	2.578,21	100,0	2.660,04	100,0	2.476,89	100,0	2.570,43	100,0
Transf Intergovernamentais	2.113,04	97,2	2.456,00	96,9	2.281,11	99,0	2.565,34	99,5	2.630,95	98,9	2.449,70	98,9	2.531,76	98,5
Transf da União	*1.170,68*	*53,8*	*1.294,46*	*51,1*	*1.147,97*	*49,8*	*1.331,46*	*51,6*	*1.338,47*	*50,3*	*1.208,30*	*48,8*	*1.266,65*	*49,3*
FPM	650,25	29,9	752,19	29,7	670,41	29,1	762,62	29,6	786,86	29,6	739,75	29,9	777,86	30,3
Quota-parte ITR	0,18	0,0	0,11	0,0	0,05	0,0	0,15	0,0	0,17	0,0	0,10	0,0	0,24	0,0
Outras	520,26	23,9	542,16	21,4	477,50	20,7	568,69	22,1	551,45	20,7	468,45	18,9	488,55	19,0
Transf dos Estados	*563,74*	*25,9*	*632,12*	*24,9*	*641,07*	*27,8*	*664,39*	*25,8*	*662,81*	*24,9*	*586,84*	*23,7*	*615,83*	*24,0*
Quota-parte IPVA	76,88	3,5	84,02	3,3	88,01	3,8	95,81	3,7	99,67	3,7	96,80	3,9	92,83	3,6
Quota-parte ICMS	469,74	21,6	521,74	20,6	535,98	23,3	556,52	21,6	543,49	20,4	475,74	19,2	505,37	19,7
Outras	17,12	0,8	26,36	1,0	17,08	0,7	12,06	0,5	19,66	0,7	14,30	0,6	17,63	0,7
Outras	*378,62*	*17,4*	*529,41*	*20,9*	*492,08*	*21,4*	*569,49*	*22,1*	*629,67*	*23,7*	*654,56*	*26,4*	*649,28*	*25,3*
Transf de convênios	14,87	0,7	32,33	1,3	20,27	0,9	12,87	0,5	28,90	1,1	27,08	1,1	38,67	1,5
Transf de inst privadas	46,2	2,1	47,0	1,9	2,1	0,1	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0

[a] Ausência dos dados de Rosário; [b] Ausência de dados dos municípios de Axixá, Icatu, Paço do Lumiar e Rosário; [c] Ausência de dados do município de Morros; [d] Ausência de dados do município de Paço do Lumiar
Fonte: FINBRA/STN

Dentre as Transferências Intergovernamentais, as da União foram superiores às dos estados, cujas participações no total corresponderam a cerca de 50,0% e 25,0%, respectivamente. Dentre as primeiras, evidenciou-se a predominância do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), enquanto nas últimas foram prevalecentes as receitas oriundas da quota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). É importante destacar que a dependência de repasses federais e estaduais é uma tendência observada na quase totalidade dos municípios brasileiros, não sendo, portanto, uma realidade exclusiva da RMGSL.

Quanto às Receitas oriundas da Dívida Ativa, observou-se, na RMGSL, que apenas os municípios de Paço do Lumiar, São José de Ribamar e São Luís obtiveram alguma arrecadação nessa rubrica, ao longo do período em tela, cujas participações relativas ao total de Receitas Correntes situaram-se abaixo de 2,0% (**Tabela 62**).

Tabela 62 - Receitas oriundas de Dívida Ativa dos municípios da RMGSL, em R$ milhões constantes de 2017 (corrigidos pelo IPCA) e participação no total das Receitas Correntes dos municípios

Abrangência	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
Paço do Lumiar	-	-	0,25	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São José de Ribamar	0,81	0,4	0,80	0,3	0,37	0,1	0,18	0,1	0,39	0,2	0,39	0,1	0,38	0,1
São Luís	15,37	0,6	21,26	0,8	17,59	0,6	34,07	1,2	33,82	1,5	17,68	0,7	23,18	0,9
RMGSL	**16,17**	**0,5**	**22,31**	**0,6**	**17,96**	**0,5**	**34,24**	**0,9**	**34,21**	**1,1**	**18,07**	**0,6**	**23,57**	**0,7**

Fonte: FINBRA/STN

Cabe destacar que, de acordo com os gestores entrevistados de alguns municípios da RMGSL, determinadas ações têm sido adotadas para a recuperação de tais recursos aos cofres municipais, dos quais cabe destacar a regularização do cadastro imobiliário, a execução fiscal e a negativação no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

7.2 Análise das Despesas Orçamentárias e por funções de governo da RMGSL

As Despesas Orçamentárias da RMGSL totalizaram, em 2016, cerca de R$ 3,3 bilhões – representando um crescimento real de 6,3%, em relação ao ano de 2010. Desse total, a capital São Luís apresentou participação majoritária, correspondente a 78,0%, seguida dos municípios de São José de Ribamar (8,4%), Santa Rita (2,4%), Rosário (2,1%), Bacabeira e Icatu (ambos com 1,5%), Alcântara e Raposa (ambos com 1,4%), Morros (1,2%), Presidente Juscelino (0,9%), Axixá (0,8%) e Cachoeira Grande (0,6%) (**Tabela 63**).

Dos municípios que compõem a Região, observou-se que Santa Rita, São José de Ribamar e Alcântara apresentaram crescimento expressivo no total de Despesas Orçamentárias, durante o período em tela, correspondendo a 66,3%, 44,8% e 43,3%, respectivamente. Já os municípios de São Luís e Raposa exibiram as menores taxas de crescimento, equivalentes a 2,0% e 1,2%, respectivamente.

Tabela 63 - Despesas Orçamentárias dos municípios da RMGSL e da RMGSL, em R$ milhões (corrigidos pelo IPCA), participação (%) dos municípios na receita total da região e taxa de crescimento das Receitas Orçamentárias, entre 2010 e 2016

Abrangência	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		Taxa de cresc. (%)
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	
Alcântara	33,56	1,1	37,16	1,1	22,06	0,7	35,91	1,1	37,85	1,1	28,56	0,9	48,10	1,4	43,3
Axixá	26,52	0,8	23,41	0,7	-	-	24,77	0,7	27,78	0,8	24,31	0,7	28,19	0,8	6,3
Bacabeira	40,66	1,3	48,73	1,5	69,10	2,1	70,67	2,1	66,12	1,9	49,98	1,5	48,78	1,5	20,0
Cachoeira Grande	18,72	0,6	20,12	0,6	23,59	0,7	19,27	0,6	19,62	0,6	17,55	0,5	19,99	0,6	6,8
Icatu	44,66	1,4	46,94	1,5	-	-	42,42	1,3	53,93	1,5	48,81	1,5	48,47	1,5	8,5
Morros	32,65	1,0	37,50	1,2	38,44	1,2	39,05	1,2	42,45	1,2	-	-	39,34	1,2	20,5
Paço do Lumiar	85,92	2,7	107,10	3,3	-	-	125,95	3,8	159,39	4,6	146,88	4,4	-	-	-
Presidente Juscelino	22,11	0,7	23,52	0,7	24,26	0,8	25,92	0,8	32,30	0,9	30,59	0,9	29,73	0,9	34,4
Raposa	44,65	1,4	50,36	1,6	48,02	1,5	49,41	1,5	52,63	1,5	41,45	1,2	45,17	1,4	1,2
Rosário	-	-	-	-	-	-	61,37	1,9	71,19	2,0	62,88	1,9	68,71	2,1	-
Santa Rita	47,75	1,5	51,32	1,6	60,93	1,9	63,57	1,9	65,07	1,9	66,57	2,0	79,44	2,4	66,3
São José de Ribamar	192,71	6,1	216,69	6,7	241,31	7,5	245,58	7,4	269,22	7,7	253,40	7,6	278,99	8,4	44,8
São Luís	2.548,16	81,2	2.569,76	79,5	2.693,78	83,6	2.511,10	75,8	2.593,67	74,3	2.550,27	76,8	2.599,69	78,0	2,0
RMGSL	**3.138,07**	**100,0**	**3.232,61**	**100,0**	**3.221,50**	**100,0**	**3.314,99**	**100,0**	**3.491,22**	**100,0**	**3.321,26**	**100,0**	**3.334,59**	**100,0**	**6,3**

Fonte: FINBRA/STN

A análise da composição das Despesas Orçamentárias da RMGSL evidenciou a predominância das Despesas Correntes, em detrimento das de Capital[41]. Estas corresponderam a apenas 6,8% em 2016, enquanto as demais foram equivalentes a 93,2% do total. Essa distribuição foi observada em todos os municípios da Região, conforme pode ser observado na **Tabela 64**.

Tabela 64 - Participação (%) das Despesas Correntes e das Receitas de Capital no total das receitas dos municípios, entre 2010 e 2016

Abrangência	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Corr.	Cap.	Corr.	Cap.	Corr.	Cap.	Corr.	Cap.	Corr.	Cap.	Corr.	Cap.	Corr.	Cap.
Alcântara	90,7	9,3	90,0	10,0	69,7	30,3	99,3	0,7	85,5	14,5	92,6	7,4	90,4	9,6
Axixá	81,4	18,6	87,5	12,5	-	-	90,9	9,1	84,3	15,7	89,4	10,6	94,1	5,9
Bacabeira	74,4	25,6	80,9	19,1	69,9	30,1	69,3	30,7	81,3	18,7	91,9	8,1	91,1	8,9
Cachoeira Grande	87,6	12,4	91,6	8,4	79,8	20,2	91,7	8,3	88,0	12,0	99,5	0,5	99,5	0,5
Icatu	87,5	12,5	92,0	8,0	-	-	97,3	2,7	90,4	9,6	93,7	6,3	91,7	8,3
Morros	93,7	6,3	89,6	10,4	89,0	11,0	90,4	9,6	88,7	11,3	-	-	95,4	4,6
Paço do Lumiar	93,6	6,4	89,1	10,9	-	-	97,7	2,3	96,9	3,1	97,3	2,7	-	-
Presidente Juscelino	92,8	7,2	88,9	11,1	95,3	4,7	94,8	5,2	83,6	16,4	86,8	13,2	94,0	6,0
Raposa	94,6	5,4	91,8	8,2	90,9	2,5	97,0	3,0	96,9	3,1	97,0	3,0	93,1	6,9
Rosário	-	-	-	-	-	-	94,9	5,1	90,9	9,1	93,8	6,2	93,8	6,2
Santa Rita	88,8	11,2	85,3	14,7	84,5	15,5	78,4	21,6	84,4	15,6	88,9	11,1	90,8	9,2
São José de Ribamar	76,8	23,2	82,3	17,7	86,7	13,3	92,2	7,8	88,3	11,7	92,7	7,3	94,6	5,4
São Luís	92,5	7,5	91,5	8,5	86,9	13,1	95,8	4,2	95,3	4,7	92,8	7,2	93,1	6,9
RMGSL	**91,1**	**8,9**	**90,5**	**9,5**	**86,5**	**13,5**	**94,6**	**5,4**	**93,8**	**6,2**	**92,9**	**7,1**	**93,2**	**6,8**

Fonte: FINBRA/STN

Do total de Despesas Correntes, os gastos com Pessoal e Encargos Sociais foram majoritários, correspondendo, em 2016, a 57,7% do total de Receitas Orçamentárias, seguido da categoria Outras Despesas Correntes (34,8%) e de Juros e Encargos da dívida (0,6%).

[41] As Despesas Correntes não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Já as Despesas de Capital contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. (Secretaria do Tesouro Nacional, 2014)

Em relação às Despesas de Capital, observou-se que a rubrica Investimentos foi a que apresentou maior participação no total das Despesas Orçamentárias, correspondente a 5,2% em 2016, seguido da Amortização da dívida, equivalente a 1,7% (**Tabela 65**).

Tabela 65 - Despesas Correntes e de Capital desagregadas da RMGSL, em R$ milhões constantes de 2017 (corrigidos pelo IPCA), e participação (%) no total das Despesas Orçamentárias, entre 2010 e 2016

DESPESAS		Despesas Correntes	Pessoal e encargos sociais	Juros e encargos da dívida	Outras despesas correntes	Despesas de Capital	Investimentos	Inversões financeiras	Amortização da dívida	TOTAL
2010[a]	R$	**2.859,13**	1.586,01	1,83	1.271,28	**278,94**	81,00	147,42	50,52	**3.138,07**
	%	**91,1**	50,5	0,1	40,5	**8,9**	2,6	4,7	1,6	**100,0**
2011[a]	R$	**2.925,21**	1.552,86	1,33	1.371,02	**307,40**	260,65	0,15	46,59	**3.232,61**
	%	**90,5**	48,0	0,0	42,4	**9,5**	8,1	0,0	1,4	**100,0**
2012[b]	R$	**2.787,16**	1.470,26	1,89	1.315,00	**434,34**	390,33	0,01	44,01	**3.221,50**
	%	**86,5**	45,6	0,1	40,8	**13,5**	12,1	0,0	1,4	**100,0**
2013	R$	**3.136,24**	1.677,38	2,74	1.456,12	**178,75**	136,28	0,24	42,23	**3.314,99**
	%	**94,6**	50,6	0,1	43,9	**5,4**	4,1	0,0	1,3	**100,0**
2014	R$	**3.275,23**	1.700,56	7,76	1.566,90	**216,00**	168,80	0,37	46,83	**3.491,22**
	%	**93,8**	48,7	0,2	44,9	**6,2**	4,8	0,0	1,3	**100,0**
2015 [c]	R$	**3.085,85**	1.677,79	11,81	1.396,26	**235,41**	181,48	0,42	53,50	**3.321,26**
	%	**92,9**	50,5	0,4	42,0	**7,1**	5,5	0,0	1,6	**100,0**
2016 [d]	R$	**3.106,35**	1.925,66	19,82	1.160,87	**228,25**	172,66	0,02	55,57	**3.334,59**
	%	**93,2**	57,7	0,6	34,8	**6,8**	5,2	0,0	1,7	**100,0**

[a] Ausência dos dados de Rosário; [b] Ausência de dados dos municípios de Axixá, Icatu, Paço do Lumiar e Rosário; [c] Ausência de dados do município de Morros; [d] Ausência de dados do município de Paço do Lumiar
Fonte: FINBRA/STN

Como se observa na **Tabela 66**, os Gastos com pessoal apresentaram um crescimento de 21,4% na RMGSL, entre 2010 e 2016. A análise desagregada por município evidenciou uma tendência crescente das referidas despesas em todos os municípios da região: Santa Rita (93,8%), Axixá (72,7%), Cachoeira Grande (66,7%), Bacabeira (61,4%), São José de Ribamar (59,0%), Raposa (44,6%), Alcântara (36,5%), Morros (33,1%), Presidente Juscelino (28,8%), São Luís (17,8%) e Icatu (13,1%).

Tabela 66 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais dos municípios da RMGSL e da RMGSL, em R$ milhões (corrigidos pelo IPCA), participação (%) e taxa de crescimento, entre 2010 e 2016

Abrangência	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Taxa de cresc. (%)
Alcântara	16,3	18,4	5,0	19,8	21,8	20,2	22,3	36,5
Axixá	8,1	9,4	-	13,7	13,5	12,8	14,0	72,7
Bacabeira	17,1	21,5	23,9	26,8	27,9	25,2	27,6	61,4
Cachoeira Grande	7,9	9,2	9,2	9,0	10,3	11,6	13,1	66,7
Icatu	22,8	26,5	-	24,9	25,5	23,8	25,7	13,1
Morros	16,4	20,9	20,9	21,5	22,5	-	21,8	33,1
Paço do Lumiar	51,2	53,9	-	67,0	80,9	83,5	-	-
Presidente Juscelino	14,9	15,5	16,8	17,2	18,2	18,7	19,2	28,8
Raposa	18,4	23,0	22,7	29,5	29,6	24,1	26,6	44,6
Rosário	-	-	-	33,7	40,1	38,1	38,4	-
Santa Rita	22,7	26,2	29,8	27,7	29,1	35,9	43,9	93,8
São José de Ribamar	85,6	95,4	123,8	134,9	131,6	126,9	136,1	59,0
São Luís	1.304,8	1.233,0	1.218,0	1.251,7	1.249,5	1.257,0	1.536,9	17,8
RMGSL	**1.586,0**	**1.552,9**	**1.470,3**	**1.677,4**	**1.700,6**	**1.677,8**	**1.925,7**	**21,4**

Fonte: FINBRA/STN

Já a rubrica Investimentos das Despesas de Capital apresentou uma retração de 33,8% na região, entre 2011 e 2016. Cabe destacar que todos os municípios da Região apresentaram tendência de queda nos Investimentos ao longo do período, exceto Icatu, que exibiu um crescimento de 24,5%. As maiores retrações foram observadas em Cachoeira Grande (94,0%), seguida de São José de Ribamar (-63,9%), Bacabeira (-59,3%), Axixá (-46,4%), Raposa (-35,0%) e São Luís (-26,2%) (**Tabela 67**).

Tabela 67 - Evolução dos Investimentos dos municípios da RMGSL e da RMGSL, em R$ milhões constantes de 2017 (corrigidos pelo IPCA) e taxa de crescimento entre 2011 e 2016

Abrangência	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Taxa de cresc. (%)
Alcântara	3,71	6,68	0,25	5,49	2,11	3,67	-1,3
Axixá	2,92	-	1,74	3,51	2,49	1,57	-46,4
Bacabeira	9,16	20,56	21,46	11,93	3,05	3,73	-59,3
Cachoeira Grande	1,70	4,77	1,60	2,35	0,09	0,10	-94,0
Icatu	3,24	-	1,14	5,18	3,05	4,03	24,5
Morros	3,38	4,01	3,73	4,53	-	-	-
Paço do Lumiar	11,14	-	2,45	4,17	2,75	-	-
Presidente Juscelino	1,92	0,56	1,17	5,29	4,03	1,77	-8,0
Raposa	4,01	1,07	1,22	1,50	1,20	2,61	-35,0
Rosário	-	-	2,90	6,09	3,50	3,83	-
Santa Rita	7,52	9,42	13,76	9,89	7,17	7,30	-2,9
São José de Ribamar	32,60	26,09	12,58	26,45	13,99	11,76	-63,9
São Luís	179,33	317,17	72,29	82,41	138,06	132,29	-26,2
RMGSL	**260,65**	**390,33**	**136,28**	**168,80**	**181,48**	**172,66**	**-33,8**

Fonte: FINBRA/STN

Em relação à análise das despesas de acordo com as funções de governo, evidenciou-se que, entre 2010 e 2016, houve um expressivo crescimento médio anual na Região nas categorias de: Comunicações (84,8% a.a); Direitos da Cidadania (26,3% a.a.); Ciência e Tecnologia (22,4% a.a.); Energia (12,5% a.a.); Comércio e Serviços (11,0% a.a.); Previdência Social (9,4% a.a.); Encargos Especiais (5,6% a.a.); e Educação (4,2% a.a.). Em contrapartida, observou-se uma significativa queda nas seguintes rubricas: Legislativo (-49,5% a.a.); Essencial à Justiça (-41,4% a.a.); Habitação (-40,6% a.a.); Segurança Pública (-35,3% a.a.); Transporte (-26,3% a.a.); Trabalho (-21,9% a.a.); Agricultura (-14,7% a.a.); Saneamento (-9,1% a.a.); e Desporto e Lazer (-8,1% a.a.).

Tabela 68 - Despesas empenhadas* da RMGSL por funções e taxa de crescimento (%) entre 2010 e 2016

Despesas	2010[a]		2011[a]		2012[b]		2013		2014		2015[c]		2016[d]		Taxa de cresc. (% a.a.)
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	
Legislativa	74,67	2,2	65,0	1,9	2,8	0,1	6,7	0,2	7,2	0,2	7,3	0,2	1,2	0,04	-49,5
Judiciária	0,40	0,01	0,7	0,02	0,5	0,01	0,5	0,01	0,5	0,01	-	-	0,4	0,01	1,8
Essencial à Justiça	16,29	0,5	16,3	0,5	18,5	0,6	20,6	0,6	22,9	0,6	1,4	0,04	0,7	0,02	-41,4
Administração	486,79	14,6	406,9	11,7	388,9	11,8	365,4	10,5	347,5	9,5	470,4	13,7	440,2	13,2	-1,7
Defesa Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,03	-	-
Segurança Pública	22,67	0,7	23,0	0,7	28,0	0,9	26,2	0,8	26,7	0,7	4,1	0,1	1,7	0,05	-35,3
Assistência Social	69,70	2,1	68,6	2,0	54,6	1,7	67,5	1,9	79,2	2,2	62,5	1,8	64,7	1,9	-1,2
Previdência Social	169,99	5,1	180,9	5,2	214,1	6,5	234,9	6,7	233,0	6,3	232,0	6,7	291,0	8,7	9,4
Saúde	914,51	27,4	935,3	27,0	935,7	28,5	1.019,0	29,2	1.063,0	28,9	1.035,8	30,1	999,5	30,0	1,5
Trabalho	1,38	0,0	1,7	0,05	1,3	0,04	0,7	0,0	0,4	0,01	0,3	0,01	0,3	0,01	-21,9
Educação	728,90	21,9	859,0	24,8	673,6	20,5	972,8	27,9	1.045,4	28,5	947,3	27,5	931,9	27,9	4,2
Cultura	33,82	1,0	53,6	1,5	46,9	1,4	44,3	1,3	42,5	1,2	36,2	1,1	29,3	0,9	-2,4
Direitos da Cidadania	3,91	0,1	18,7	0,5	21,6	0,7	7,2	0,2	15,8	0,4	14,3	0,4	15,9	0,5	26,3
Urbanismo	247,41	7,4	236,5	6,8	214,8	6,5	214,1	6,1	329,4	9,0	280,7	8,2	256,0	7,7	0,6
Habitação	22,99	0,7	42,8	1,2	4,6	0,1	2,5	0,1	1,7	0,05	5,9	0,2	1,0	0,03	-40,6
Saneamento	243,38	7,3	186,0	5,4	195,6	6,0	219,1	6,3	174,3	4,7	158,0	4,6	137,2	4,1	-9,1
Gestão Ambiental	1,29	-	1,4	-	0,7	-	0,8	-	5,4	0,1	3,2	0,1	1,3	-	-
Ciência e Tecnologia	0,03	-	0,03	0,001	0,0	-	0,1	-	0,1	0,004	0,1	0,004	0,1	0,003	22,4
Agricultura	14,72	0,4	14,7	0,4	14,7	0,4	8,8	0,3	22,9	0,6	7,9	0,2	5,7	0,2	-14,7
Indústria	-	-	-	-	-	-	0,3	-	2,4	0,1	2,0	0,1	0,02	-	-
Comércio e Serviços	8,71	0,3	12,9	0,4	12,5	0,4	7,6	0,2	11,4	0,3	21,0	0,6	16,3	0,5	11,0
Comunicações	0,35	0,01	0,9	0,02	1,2	0,04	1,6	0,04	4,3	0,1	12,3	0,4	13,9	0,4	84,8
Energia	1,86	0,1	2,4	0,1	2,4	0,1	3,4	0,1	3,4	0,1	3,9	0,1	3,8	0,1	12,5
Transporte	190,98	5,7	244,4	7,1	339,1	10,3	132,8	3,8	99,1	2,7	42,2	1,2	30,5	0,9	-26,3
Desporto e Lazer	20,61	0,6	25,5	0,7	24,6	0,7	20,9	0,6	28,8	0,8	16,6	0,5	12,5	0,4	-8,1
Encargos Especiais	58,62	1,8	69,6	2,0	89,2	2,7	111,4	3,2	106,1	2,9	75,2	2,2	81,1	2,4	5,6
TOTAL	**3.334,01**	**100,0**	**3.466,7**	**100,0**	**3.286,2**	**100,0**	**3.489,1**	**100,0**	**3.673,4**	**100,0**	**3.440,5**	**100,0**	**3.336,1**	**100,0**	**0,01**

* Foram utilizados os valores de despesas empenhadas, pois só consta no FINBRA essa classificação das despesas por função e subfunção, nos anos iniciais da série em análise.
[a] Ausência dos dados de Rosário; [b] Ausência de dados dos municípios de Axixá, Icatu, Paço do Lumiar e Rosário; [c] Ausência de dados do município de Morros; [d] Ausência de dados do município de Paço do Lumiar
Fonte: FINBRA/STN

Cabe destacar que, no ano de 2016, as principais despesas da Região foram aquelas direcionadas à Saúde, Educação, Administração, Previdência Social, Urbanismo e Saneamento, cujos valores relativos corresponderam a 30,0%; 27,9%; 13,2%; 8,7%; 7,7%; e 4,1%, respectivamente. A análise desagregada por município das principais despesas realizadas na RMGSL indica a seguinte distribuição no referido ano:

- **Saúde**: 83,5% em São Luís; 7,5% em São José de Ribamar; 1,4% em Santa Rita; 1,3% em Rosário; 1,2% em Raposa; 0,9% em Icatu, Bacabeira e Alcântara; 0,7% em Axixá e Morros; 0,6% em Presidente Juscelino; e 0,3% em Cachoeira Grande (**Tabela 69**).
- **Educação:** 61,6% em São Luís; 12,4% em São José de Ribamar; 5,2% em Santa Rita; 4,1% em Rosário; 3,1% em Icatu; 2,4% em Alcântara; 2,3% em Raposa; 2,2% em Morros e Bacabeira; 1,7% em Presidente Juscelino; 1,6% em Axixá e 1,3% em Cachoeira Grande.
- **Administração:** 80,9% em São Luís; 4,2% em São José de Ribamar; 3,1% em Santa Rita; 1,9% em Alcântara e Rosário; 1,6% em Morros; 1,4% em Icatu; 1,2% em Presidente Juscelino; 1,1% em Bacabeira; 1,0% em Cachoeira Grande; 0,9% em Raposa; e 0,8% em Axixá.
- **Previdência Social:** 99,0% em São Luís; 0,7% em São José de Ribamar e 0,2% em Alcântara.
- **Urbanismo:** 77,5% em São Luís; 15,8% em São José de Ribamar; 2.2% em Bacabeira; 1,6% em Raposa; 1,3% em Rosário; 0,6% em Santa Rita; 0,4% em Icatu; 0,3% em Presidente Juscelino; 0,2% em Axixá; e 0,1% em Alcântara.
- **Saneamento:** 98,3% em São Luís; 0,9% em Alcântara; 0,5% em Bacabeira; 0,2% em São José de Ribamar; e 0,1% em Axixá e Morros.

Tabela 69 - Participação (%) dos municípios nas principais despesas da RMGSL em 2010, 2013 e 2016

Município		Alcântara	Axixá	Bacabeira	Cachoeira Grande	Icatu	Morros	Paço do Lumiar	Presidente Juscelino	Raposa	Rosário	Santa Rita	São José de Ribamar	São Luís	RMGSL
2010	**Saúde**	1,1	0,6	0,8	0,5	1,1	0,7	0,2	0,6	1,0	-	1,4	4,8	87,0	**100,0**
	Educ.	1,8	1,1	1,9	1,0	2,6	1,9	3,4	1,4	2,3	-	3,2	7,8	71,4	**100,0**
	Adm.	1,3	1,6	0,7	0,8	1,4	2,0	10,5	1,0	1,2	-	0,5	3,6	75,3	**100,0**
	Prev. Soc.	-	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	-	99,9	**100,0**
	Urb.	0,1	1,1	3,4	0,4	-	0,3	4,1	0,0	3,5	-	1,4	23,6	62,1	**100,0**
	Sanea.	0,1	0,1	0,4	0,3	0,4	0,0	0,0	0,5	0,0	-	0,0	0,8	97,3	**100,0**
2013	**Saúde**	1,0	0,6	1,0	0,4	1,1	0,8	2,7	0,6	0,8	1,7	1,3	7,4	80,6	**100,0**
	Educ.	2,1	1,3	3,5	1,1	2,4	2,0	5,5	1,3	2,2	3,4	3,3	9,5	62,3	**100,0**
	Adm.	2,6	1,2	2,0	0,8	1,3	2,0	5,7	1,3	2,2	3,8	2,0	5,7	69,3	**100,0**
	Prev. Soc.	-	0,0	-	-	-	-	0,8	-	-	-	0,1	99,1	99,1	**100,0**
	Urb.	0,1	0,1	3,9	0,1	0,1	0,4	5,0	0,6	1,8	4,2	2,9	16,3	64,6	**100,0**
	Sanea.	-	-	0,6	-	0,1	0,1	2,9	-	2,1	0,5	-	0,0	93,6	**100,0**
2016	**Saúde**	0,9	0,7	0,9	0,3	0,9	0,7	-	0,6	1,2	1,3	1,4	7,5	83,5	**100,0**
	Educ.	2,4	1,6	2,2	1,3	3,1	2,2	-	1,7	2,3	4,1	5,2	12,4	61,6	**100,0**
	Adm.	1,9	0,8	1,1	1,0	1,4	1,6	-	1,2	0,9	1,9	3,1	4,2	80,9	**100,0**
	Prev. Soc.	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,7	99,0	**100,0**
	Urb.	0,1	0,2	2,2	0,0	0,4	0,0	-	0,3	1,6	1,3	0,6	15,8	77,5	**100,0**
	Sanea.	0,9	0,1	0,5	-	-	0,1	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	98,3	**100,0**

Fonte: FINBRA/STN

Vale ressaltar que a análise dos gastos *per capita* em áreas prioritárias evidenciou que houve, na Região, uma tendência de crescimento de gastos na Saúde e na Educação, cujos valores saíram de R$ 629,49 para R$ 678,90 e de R$ 501,72 para R$ 632,99, respectivamente. Já as despesas com Saneamento apresentaram uma redução significativa de R$ 167,53 para R$ 93,17 (**Tabela 70**).

Tabela 70 - Gastos *per capita* em áreas prioritárias da Saúde, Educação e Saneamento, em valores constantes de 2017 (corrigidos pelo IPCA), dos municípios da RMGSL e da RMGSL, em 2010, 2013 e 2016

Município	2010			2013			2016		
	Saúde	Educ.	Sanea.	Saúde	Educ.	Sanea.	Saúde	Educ.	Sanea.
Alcântara	445,19	612,60	10,50	465,11	953,33	-	424,51	1.051,59	57,63
Axixá	499,42	732,89	25,84	485,15	1.047,52	-	630,10	1.260,43	7,38
Bacabeira	503,93	950,34	64,78	624,37	2.151,33	88,36	559,10	1.216,43	37,30
Cachoeira Grande	588,02	877,21	83,02	489,70	1.259,63	-	352,32	1.370,41	-
Icatu	411,13	758,85	40,14	427,96	914,15	10,69	350,88	1.089,96	-
Morros	349,86	787,38	1,04	449,93	1.075,37	6,02	389,49	1.084,47	4,04
Paço do Lumiar	20,93	234,93	0,23	245,84	471,39	56,36	-	-	-
Presidente Juscelino	506,40	882,72	111,77	536,91	1.031,85	-	516,71	1.260,57	-
Raposa	353,18	645,04	-	299,65	755,18	162,12	388,35	720,95	-
Rosário	-	-	-	415,86	805,97	26,35	309,43	920,02	-
Santa Rita	408,36	728,60	1,19	372,01	919,43	-	379,05	1.340,53	-
São José de Ribamar	268,69	348,70	11,92	441,50	541,25	0,37	430,75	661,19	1,89
São Luís	784,04	512,57	233,40	779,35	575,15	194,60	776,86	534,25	125,53
RMGSL	**629,49**	**501,72**	**167,53**	**654,58**	**624,93**	**140,72**	**678,90**	**632,99**	**93,17**

Fonte: FINBRA/STN

Como pode ser observado na **Tabela 70**, os gastos *per capita* com Educação superaram aqueles direcionados à Saúde e ao Saneamento em todos os municípios da Região, exceto na capital São Luís, cujas despesas *per capita* na área de Saúde foram superiores às demais.

É importante destacar que predomina na RMGSL a inexistência de convênios entre os municípios para a oferta de serviços públicos. Foi constatado que apenas os municípios de Alcântara, Paço do Lumiar e Santa Rita possuem convênios com outros para esses fins. O primeiro possui convênio na área da saúde com Pinheiro; o segundo possui consórcio com São José de Ribamar para financiamento de água e serviços de esgoto; e Santa Rita possui convênio com Bacabeira na área da saúde e de transporte – para a condução de universitários para a capital São Luís. Cabe destacar que o representante de Presidente Juscelino informou estar em andamento a formulação de convênio de aterro sanitário com o município de Rosário. Quanto ao atendimento da população de outros municípios, apenas Axixá, Bacabeira e Paço do Lumiar informaram não absorverem as demandas de outras localidades.

7.3 Conclusão

A análise das finanças públicas da RMGSL permitiu identificar o elevado grau de dependência fiscal existente em todos os municípios da Região. Essa dependência configurou-se sobretudo de repasses da União, oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A baixa capacidade de geração de Receitas Próprias, sobretudo do IPTU, teve como principais fatos geradores, de acordo com os gestores públicos entrevistados, o elevado nível de informalidade, o alto custo do cadastro imobiliário e a falta de conscientização da população local.

Quanto à composição das despesas, constatou-se que os Gastos com Pessoal foram bastante elevados e com tendência crescente na Região, o que teve como contrapartida a contração dos gastos com Investimentos, variável de grande importância econômica. Dentre as despesas por funções de governo, foi destacado que os gastos *per capita* nas áreas prioritárias de Saúde e Educação apresentaram tendência crescente na Região, sendo o último maior em todos os municípios da Região, exceto em São Luís, cujos gastos *per capita* com saúde foram superiores. Já os gastos com Saneamento apresentaram redução, o que evidencia a necessidade de maior atenção dos gestores nessa área.

É importante destacar que é muito incipiente a existência de convênios entre os municípios da Região para a oferta de serviços públicos, o que se configura como uma alternativa para o atendimento mais eficiente das demandas das populações locais que poderia ser melhor explorada. Cabe destacar, ainda, que a falta de repasse de informações com a transição de governos foi predominante na Região, o que se apresenta como um grande desafio para o planejamento econômico.

Destarte, no presente diagnóstico, constatou-se a necessidade imperiosa da exploração mais eficiente das bases próprias de tributação dos municípios da RMGSL, sendo essa uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico continuado da região.

8 MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho pode ser analisado por meio de duas esferas: a de pessoas ocupadas e a do emprego formal. A primeira esfera contempla as pessoas ocupadas tanto em atividades econômicas formais quanto precárias (sem carteira, conta própria, etc.), enquanto que a segunda consiste somente na relação econômica entre empregador e empregado formalmente reconhecida e regulada pelo Estado, caracterizada pela garantia dos direitos trabalhistas pela legislação (como por exemplo salário mínimo, jornada regular, férias, seguro-desemprego, 13º salário etc.) e pela cobertura previdenciária (BRAGA, 2013).

Nesta seção, pretende-se avaliar o comportamento do mercado de trabalho, por meio das informações do IBGE relacionadas à ocupação, as quais permitem mensurar a dimensão do contingente de mão de obra alocada em qualquer que seja o tipo de relação trabalhista (formal ou informal) com a atividade econômica, bem como os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) que tratam somente do mercado de trabalho formal, mas permitem maiores possibilidades de desagregação dos dados.

Dentre as pesquisas estruturais do IBGE, utilizou-se o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Apesar de as informações do Censo demográfico estarem disponíveis somente para 2000 e 2010 (considerando aqui avaliado), torna-se relevante extrair as peculiaridades do mercado de trabalho da RMGSL e do estado. Da mesma maneira, com a PNAD, será possível observar o comportamento da variável no período pós 2010, embora já não contemple a região metropolitana em estudo, devido à metodologia da amostra utilizada pela pesquisa. Em seguida, parte-se para um detalhamento exaustivo da dinâmica e caracterização do mercado de trabalho formal maranhense e seus rebatimentos na RMGSL para o período mais recente.

8.1 Dinâmica do mercado de trabalho na primeira década dos anos 2000

O mercado de trabalho brasileiro, nordestino e maranhense colheu os frutos de um período de crescimento expressivo da economia brasileira na primeira década dos anos 2000 (HOLANDA e PAULA, 2011). De acordo com a **Tabela 71**, observa-se que o mercado de trabalho da RMGSL também usufruiu da mesma performance de crescimento no período. Em termos comparativos, apresenta-se a dinâmica do mercado de trabalho das referidas abrangências, no que se refere à evolução da População em Idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA), População Ocupada, População Desocupada e Pessoas não Economicamente Ativa (PNEA).

Observando o comportamento de condição de atividade das pessoas entre 2000 e 2010, observa-se que a PIA – total de pessoas disponíveis ao mercado de trabalho – apresentou crescimento em todas as abrangências analisadas, com destaque para o indicador da RMGSL que cresceu 2,6% ao ano na década, superando o resultado registrado no país e no estado. Em 2010, a RMGSL contabilizou um total de 1.250.056 pessoas em idade ativa, o que representa 23,7% da PIA do Maranhão. A mesma performance foi registrada na PEA, que contempla o total de pessoas na força de trabalho, resultante do somatório da população ocupada e desocupada. Das abrangências apresentadas, a RMGSL apresentou o maior crescimento médio anual no indicador (3,1% a.a.), conferindo 697.556 pessoas na força de trabalho em 2010.

Avaliando a dinâmica ocupacional, nota-se que o dinamismo maior da economia maranhense, comparado ao plano nacional, não se traduziu em uma maior expansão da ocupação. Enquanto no nível nacional a ocupação registrou crescimento médio anual de 2,8%, no estado a taxa anual não foi além de 2,1%, ao passo que na RMGSL o crescimento do indicador superou os planos regionais, crescendo 4,1% ao ano.

Tabela 71 - Brasil, Nordeste, Maranhão e RMGSL: Pessoas de 10 anos ou mais, por condição de atividade e de ocupação, entre 2000 e 2010; Taxa de crescimento anual (%); e Taxa de desocupação (%)

Abrangência	PIA		a. a. (%)	PEA		a. a. (%)	Ocupados		a. a. (%)	Desocupados		a. a. (%)	PNEA		a. a. (%)	Taxa de desocupação		(2010-2000)
	2000	2010		2000	2010		2000	2010		2000	2010		2000	2010		2000	2010	
Brasil	136.910.358	161.981.299	1,7	77.467.473	93.504.659	1,9	65.629.892	86.353.839	2,8	11.837.581	7.150.820	-4,9	59.442.885	68.476.640	1,4	15,3	7,6	-7,6
Nordeste	37.565.737	44.217.039	1,6	19.477.470	23.106.951	1,7	16.384.649	20.854.301	2,4	3.092.821	2.252.650	-3,1	18.088.267	21.110.088	1,6	15,9	9,7	-6,1
Maranhão	4.282.817	5.264.736	2,1	2.170.684	2.585.063	1,8	1.914.040	2.361.389	2,1	256.644	223.674	-1,4	2.112.133	2.679.673	2,4	11,8	8,7	-3,2
RMGSL	**970.832**	**1.250.056**	**2,6**	**514.497**	**697.556**	**3,1**	**409.969**	**616.154**	**4,2**	**104.528**	**81.402**	**-2,5**	**456.335**	**552.500**	**1,9**	**20,3**	**11,7**	**-8,6**
Alcântara	16.389	17.552	0,7	8.586	7.692	-1,1	7.838	7.139	-0,9	748	553	-3,0	7.803	9.860	2,4	8,7	7,2	-1,5
Axixá	7.639	9.034	1,7	4.023	4.255	0,6	3.617	4.004	1,0	406	251	-4,7	3.616	4.779	2,8	10,1	5,9	-4,2
Bacabeira	7.921	11.799	4,1	3.088	5.812	6,5	2.694	5.223	6,8	394	589	4,1	4.833	5.987	2,2	12,8	10,1	-2,6
Cachoeira Grande	4.833	6.329	2,7	2.618	2.382	-0,9	2.493	2.244	-1,0	125	138	1,0	2.215	3.947	5,9	4,8	5,8	1,0
Icatu	15.254	19.503	2,5	7.164	7.352	0,3	6.675	6.271	-0,6	489	1.081	8,3	8.090	12.151	4,2	6,8	14,7	7,9
Morros	10.124	13.597	3,0	4.610	6.759	3,9	4.505	6.370	3,5	105	389	14,0	5.514	6.838	2,2	2,3	5,8	3,5
Paço do Lumiar	59.585	87.273	3,9	31.582	47.546	4,2	25.973	42.511	5,1	5.609	5.035	-1,1	28.003	39.727	3,6	17,8	10,6	-7,2
Presidente Juscelino	7.391	8.633	1,6	3.642	3.053	-1,7	3.456	2.662	-2,6	186	391	7,7	3.749	5.580	4,1	5,1	12,8	7,7
Raposa	12.723	21.040	5,2	5.891	10.382	5,8	4.962	9.223	6,4	929	1.159	2,2	6.832	10.658	4,5	15,8	11,2	-4,6
Rosário	25.302	31.855	2,3	12.035	16.030	2,9	10.061	14.329	3,6	1.974	1.701	-1,5	13.267	15.825	1,8	16,4	10,6	-5,8
Santa Rita	18.574	25.974	3,4	7.336	12.385	5,4	6.083	11.058	6,2	1.253	1.327	0,6	11.238	13.589	1,9	17,1	10,7	-6,4
São José de Ribamar	82.384	134.474	5,0	39.022	71.341	6,2	30.915	62.968	7,4	8.107	8.373	0,3	43.362	63.133	3,8	20,8	11,7	-9,0
São Luís	702.713	862.993	2,1	384.900	502.567	2,7	300.697	442.152	3,9	84.203	60.415	-3,3	317.813	360.426	1,3	21,9	12,0	-9,9

Fonte: CENSO (IBGE)

Dentre os municípios que compõem a Região Metropolitana, vale destacar o maior dinamismo da ocupação vivenciado em São José de Ribamar (7,4% a.a.), Bacabeira (6,8% a.a.), Raposa (6,4% a.a.) e Santa Rita (6,2% a.a.). Esses resultados foram influenciados pelo *boom* da Construção Civil no estado que contou com os investimentos em obras de infraestrutura (Programa de Aceleração do Crescimento-PAC), além do crescimento na atividade imobiliária[42] durante a década analisada.

Destaca-se também que, tanto no plano estadual como no nacional, houve diminuição do contingente de desocupados, porém no Maranhão e na RMGSL essa redução foi menos significativa: na primeira década de 2000, o número de desocupados no país recuou 4,9% a.a., enquanto que no Maranhão o indicador registrou redução menor (1,4%) e na Região Metropolitana a taxa média foi de 2,5% ao ano. Essas reduções foram preponderantes para que a taxa de desocupação registrasse queda na maioria das abrangências (ilustradas na **Tabela 71**). A taxa de desocupação da RMGSL passou de 20,3% em 2000 para 11,7% em 2010, marcando uma redução de 8,6 pontos percentuais. No entanto, quando comparado à taxa dos outros planos regionais, o indicador da Região Metropolitana é o mais elevado.

Por outro lado, a PNEA[43] – pessoas fora da força de trabalho – também apresentou crescimento em todas as abrangências analisadas na primeira década de 2000, com predominância no Maranhão (2,4% a.a.). Vale ressaltar que um dos aspectos marcantes do mercado de trabalho maranhense está na alocação da maioria do seu contingente populacional em áreas rurais, onde há menos oportunidade, o que possibilita a formação de uma grande força de trabalho potencial.

8.2 Evolução dos indicadores de ocupação segundo dados da PNAD

Com o intuito de fornecer uma avaliação mais ampla da dinâmica evolutiva do mercado de trabalho, apresentam-se alguns dados da PNAD relativos às condições de ocupação à PIA, PEA, População Ocupada e População Desocupada no período de 2001 a 2015. No entanto, como os dados do Censo permitem ponderações até 2010, a avaliação com base nos dados da PNAD centraliza-se no período pós 2010. Vale ressaltar ainda que, diferentemente do que ocorre com os dados do Censo, as informações da PNAD não permitem observação da dinâmica do mercado de trabalho na RMGSL, haja vista que essa não faz parte da área de abrangência da pesquisa[44].

De acordo com os dados da PNAD, a PIA brasileira apresentou trajetória continuamente crescente ao longo de todo o período (**Gráfico 51**), saindo de 140,4 milhões em 2001 para 177,6 milhões em 2015, o que equivale a um crescimento de 1,8% ao ano. Em relação à composição da PEA brasileira, viu-se que a População Ocupada do país avançou de 76,9 milhões em 2001 para 95,3 milhões em 2015, no entanto com decréscimo em relação a 2014 (99,4 milhões). Já a População Desocupada, por sua vez, ampliou-se no período, passando de 7,9 milhões em 2001 para 10,1 milhões em 2015.

[42] Segundo Paula e Holanda (2011), no período de 2000 a 2008, o Maranhão testemunhou elevação do peso dos ocupados no grupamento de atividades da Construção Civil (de 9,1% para 13,7%), o que parece ter concorrido para a melhora das condições de financiamento imobiliário, especialmente nos segmentos de renda mais baixa.

[43] São as pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas, ou seja, pessoas incapacitadas para o trabalho ou que desistiram de buscar trabalho ou que não querem mesmo trabalhar. Incluem-se nessa categoria os incapacitados, os estudantes e as pessoas que cuidam de afazeres domésticos.

[44] Os níveis de divulgação das informações da PNAD são Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre).

Gráfico 51 - Evolução da PIA, PEA, População Ocupada e Desocupada – Brasil (mil pessoas)

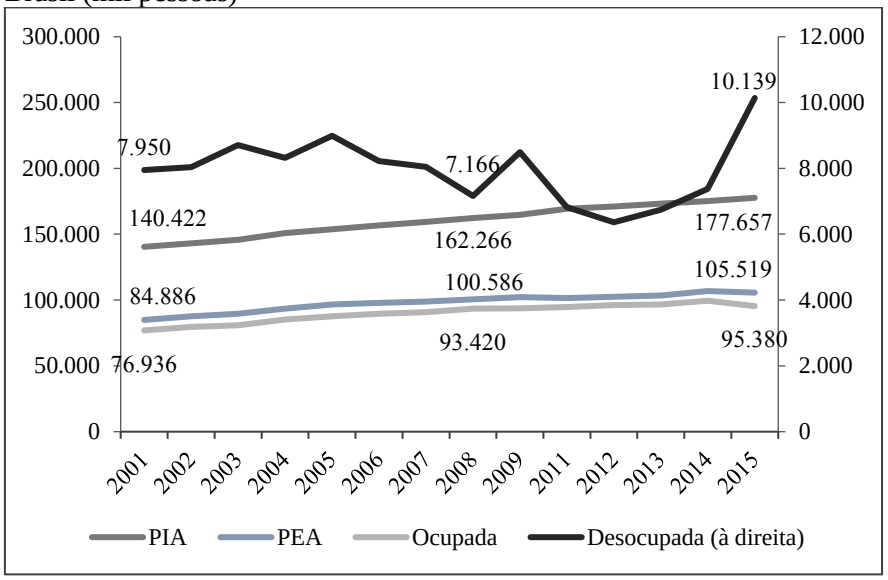


Gráfico 52 - Evolução da PIA, PEA, População Ocupada e Desocupada – Nordeste (mil pessoas)

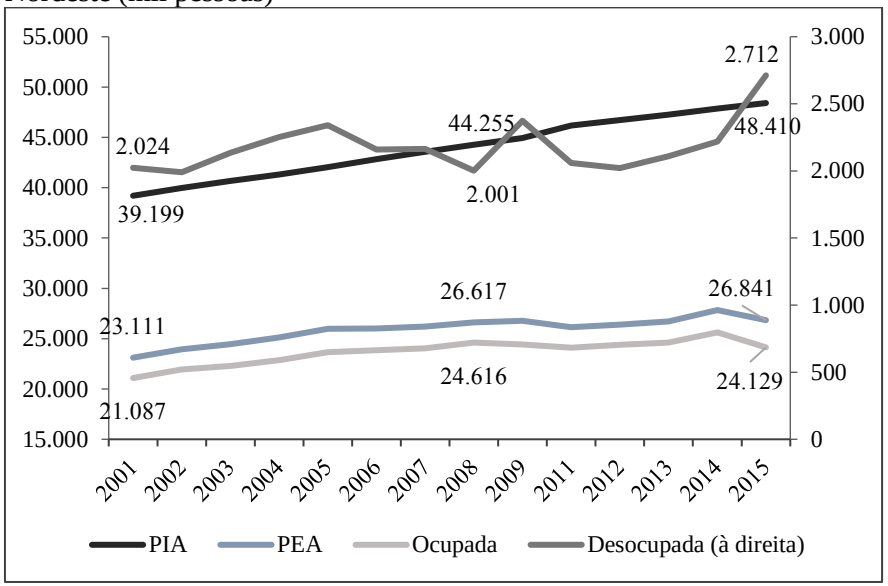
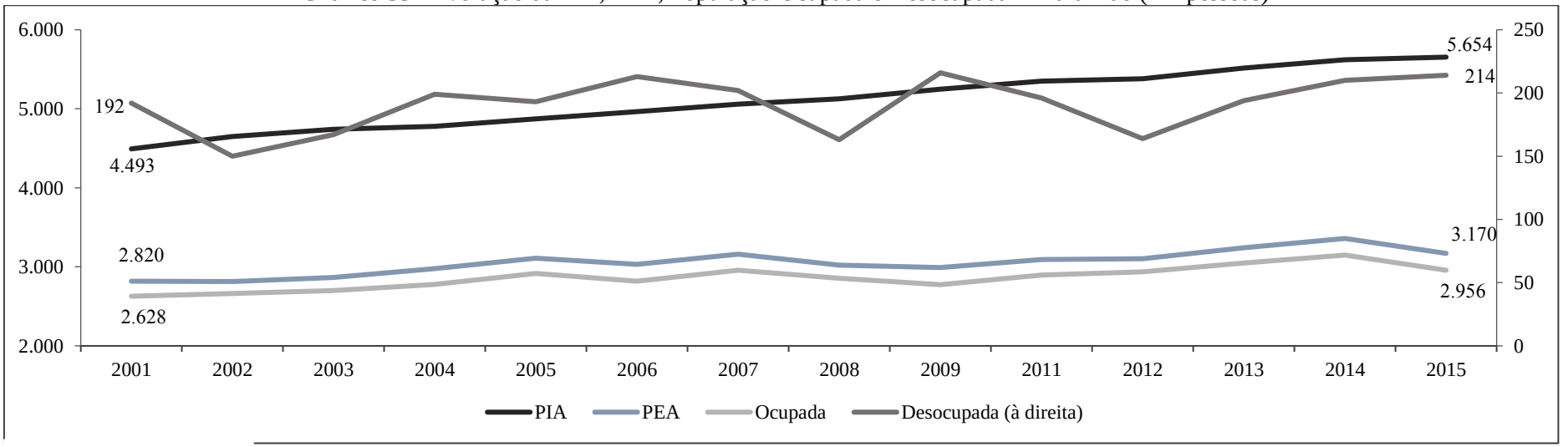


Gráfico 53 - Evolução da PIA, PEA, População Ocupada e Desocupada – Maranhão (mil pessoas)



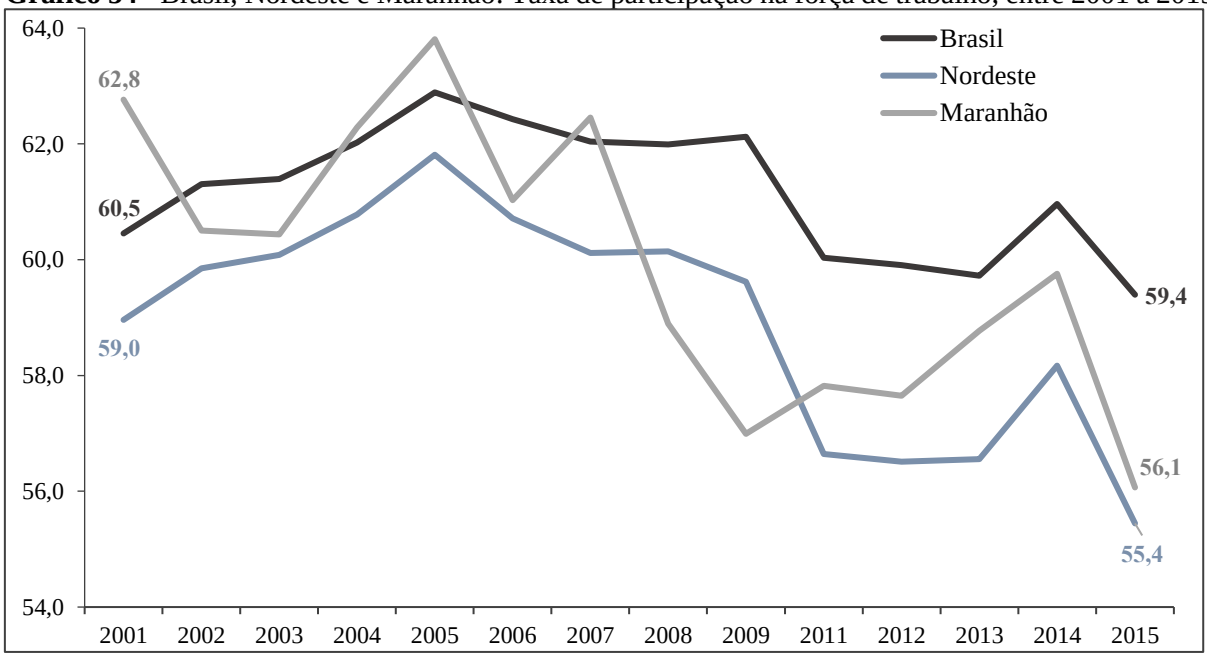
Fonte: PNAD (IBGE)

No recorte regional, de acordo com **Gráfico 52**, a PIA do Nordeste apresentou trajetória crescente ao longo de todo o período, saindo de 39,1 milhões em 2001 para 48,4 milhões em 2015, o que corresponde a um crescimento de 1,6% ao ano. No que concerne à PEA nordestina, observa-se que a População Ocupada passou de 21 milhões em 2001 para 24,1 milhões em 2015, um decréscimo em relação a 2014 (25,6 milhões). Por outro lado, a População Desocupada, avançou de 2 milhões em 2001 para 2,7 milhões em 2015.

No que se refere à evolução dos indicadores de ocupação maranhense, a PIA do estado apresentou trajetória crescente ao longo de todo o período, saindo de 4,4 milhões em 2001 para 5,6 milhões em 2015 (**Gráfico 53**), o que equivale a um crescimento de 1,8% ao ano no período avaliado. Da mesma maneira, houve ampliação da PEA maranhense que saiu de 2,8 milhões em 2001 para 3,1 milhões em 2015. Em termos relativos, a taxa média de crescimento da PEA maranhense foi de 1% ao ano. Em contrapartida, a População Ocupada maranhense pouco evoluiu (1,7% a.a.), saindo de 2,6 milhões em 2001 para 2,9 milhões em 2015. Já a População Desocupada avançou de 192 mil em 2001 para 214 mil em 2015, marcando uma taxa média de crescimento de 2,8% ao ano.

No que se refere à mão de obra disponível, percebe-se que, nos últimos anos do período (2013 a 2015), o número de desempregados cresceu em relação à PIA, no âmbito nacional, regional e estadual, muito em decorrência do ambiente macroeconômico instável e recessivo. Isso se repercute na taxa de participação da força de trabalho, que corresponde à razão entre o número de pessoas na força de trabalho na semana de referência e as pessoas em idade de trabalhar. A evolução da taxa de participação da força de trabalho pode ser melhor observada através do **Gráfico 54**.

Gráfico 54 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de participação na força de trabalho, entre 2001 a 2015



Fonte: PNAD

Por meio do **Gráfico 54**, percebe-se que a taxa de participação da força de trabalho apresentou decréscimo em 2015 em todos os níveis geográficos considerados, quando comparado a 2001, indicando que o número de pessoas na força de trabalho cresceu em ritmo inferior ao crescimento da PIA. A taxa de participação da força de trabalho estadual (56,1%) passou a ser inferior à registrada no plano nacional (59,4%) em 2015, sendo que em 2001 o indicador do estado (62,8%) era o maior, em comparação com as demais abrangências.

De maneira mais desagregada, outra forma de observar a taxa de participação da força de trabalho é mediante o Nível da Ocupação (percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar) e o Nível da Desocupação (percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar), os quais são apresentados no **Gráfico 55** e **Gráfico 56**, respectivamente.

De acordo com o **Gráfico 55**, percebe-se que uma das razões para a queda da taxa de participação da força de trabalho foi a redução do Nível da Ocupação, independentemente do nível geográfico considerado. Contrariamente, o Nível da Desocupação apresentou taxa média de crescimento anual positiva para os três níveis geográficos, sendo de 1% para o Brasil; 1,1% para o Nordeste; e 0,3% para o Maranhão.

Isto posto, percebe-se que a disponibilidade de postos de trabalho não foi suficiente para abrigar o aumento da força de trabalho em idade de trabalhar. Essa indisponibilidade pode ser observada também por meio da Taxa de Ocupação (percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas na força de trabalho) e da Taxa de Desocupação (percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho), expressas no **Gráfico 57** e **Gráfico 58**, respectivamente.

A partir de 2012, a Taxa de Ocupação passa a retrair em todas as abrangências, com maior predominância no Nordeste (**Gráfico 57**). Apesar do comportamento de queda do indicador, o Maranhão permaneceu com a taxa mais elevada (93,2%) em 2015 do que a região (89,9%) e o país (90,4%). Por outro lado, nota-se uma expressiva elevação da Taxa de Desocupação das referidas abrangências a partir de 2012 (**Gráfico 58**), refletindo o fato de que, a partir desse ano, o crescimento do mercado de trabalho passa a desacelerar e, nos anos seguintes, passa a ser afetado pela instabilidade econômica e pelo ambiente recessivo, os quais levaram ao fechamento de postos de trabalho.

Analisando o mercado de trabalho de forma agregada nos três níveis geográficos avaliados – nacional, regional e estadual –, o que se observa é que, independentemente do nível geográfico considerado, a PIA apresentou crescimento sistemático, indicando que o número de pessoas que entrou em idade apta a exercer uma atividade econômica foi maior que as que saíram dessa condição.

No que se refere à população ocupada, novamente o Maranhão apresenta uma série mais extensa de decréscimos nas taxas de crescimento. No estado, houve queda nos anos de 2006 (-3,4%); 2008 (-3,4%); 2009 (-2,8%); e 2015 (-6,1%); enquanto que no Nordeste as quedas foram observadas nos anos de 2009 (-0,9%); 2011 (-1,3%); e 2015 (-5,8%). Já no âmbito nacional, houve queda apenas no ano de 2015 (-4,1%). Vale destacar que as oscilações apresentadas pela economia maranhense mostraram-se mais proeminentes do que aquelas vistas no âmbito regional e nacional. Isto se deve, em parte, por questões metodológicas – tamanho da amostra –, em parte, como resultado do próprio movimento de acompanhamento do estado à tendência nacional. No período como um todo, a taxa média de crescimento da população ocupada foi de 1,7% para o Brasil; 1,1% para o Nordeste; e 1,0% para o Maranhão.

Quando visto de um modo global, percebe-se que o mercado de trabalho brasileiro, nordestino e maranhense tem conseguido absorver de forma satisfatória o aumento da PIA, a despeito do crescimento médio da PEA e população ocupada ter se dado em percentuais menores à própria PIA. Isto é corroborado pela manutenção da Taxa de Ocupação em níveis superiores a 90% ao longo de todo o período e queda quase contínua da Taxa de Desocupação no decorrer desse período. Contudo, destacam-se como exceção os anos a partir de 2012, quando se quebra uma sequência estável da Taxa de Desocupação e se observa aumento nos três níveis geográficos.

Gráfico 55 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Nível da Ocupação entre 2001 e 2015

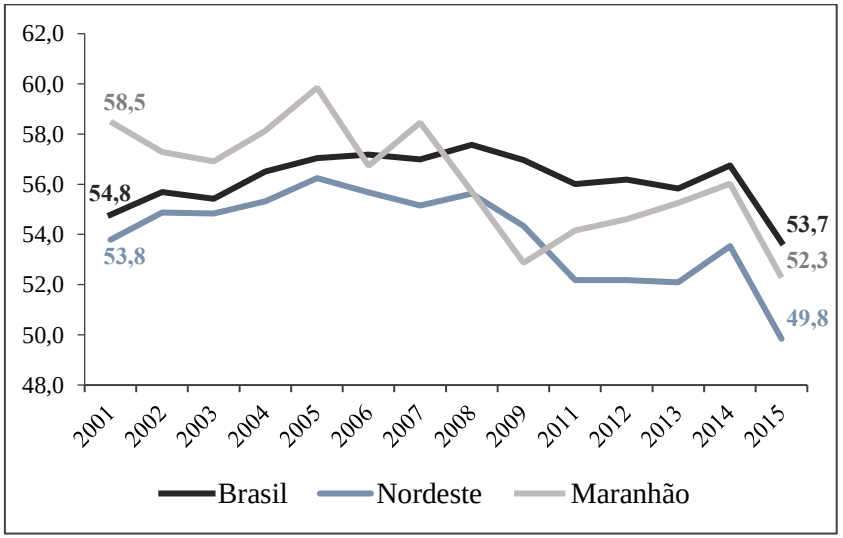
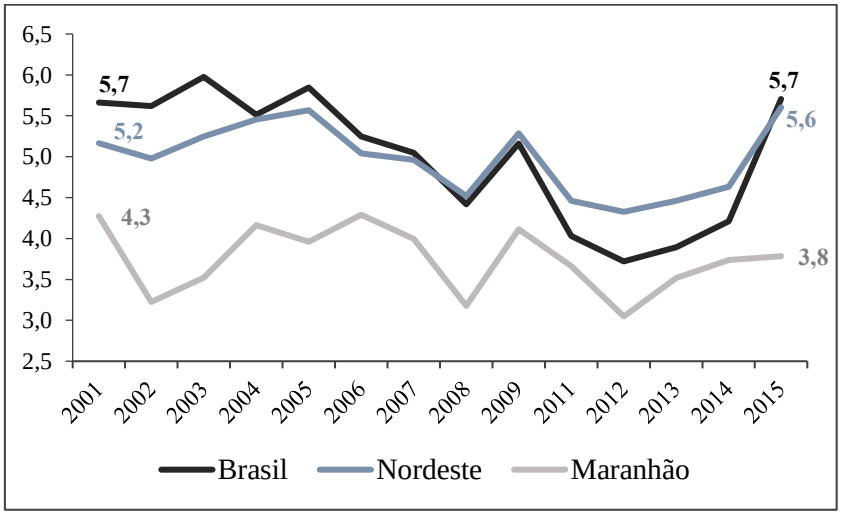


Gráfico 56 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Nível da Desocupação entre 2001 e 2015



Fonte: PNAD (IBGE)

Gráfico 57 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de Ocupação entre 2001 e 2015

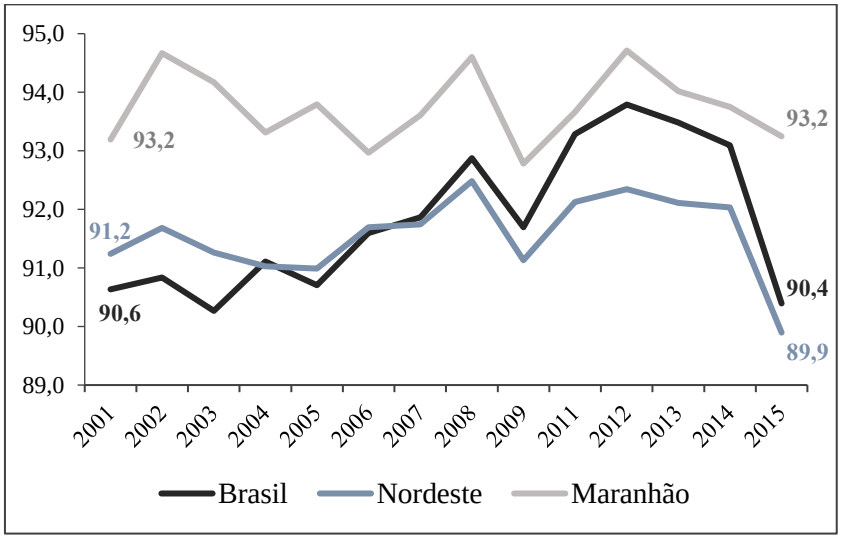
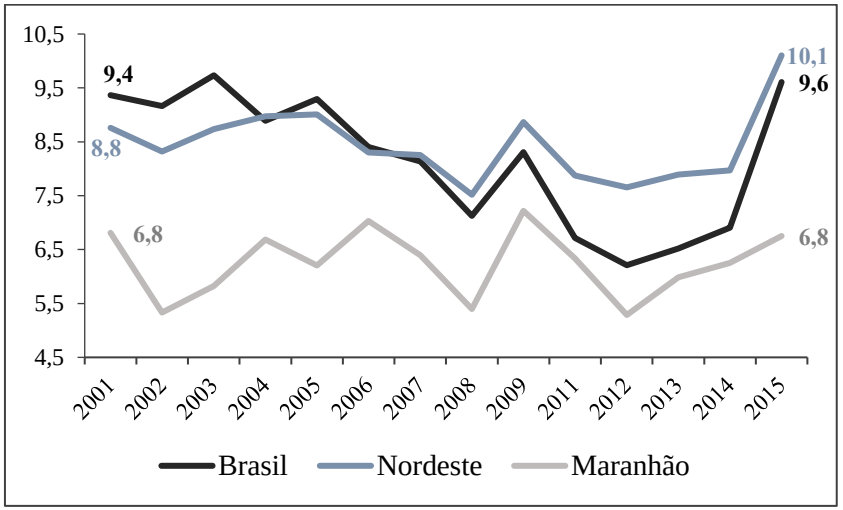


Gráfico 58 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de Desocupação entre 2001 e 2015

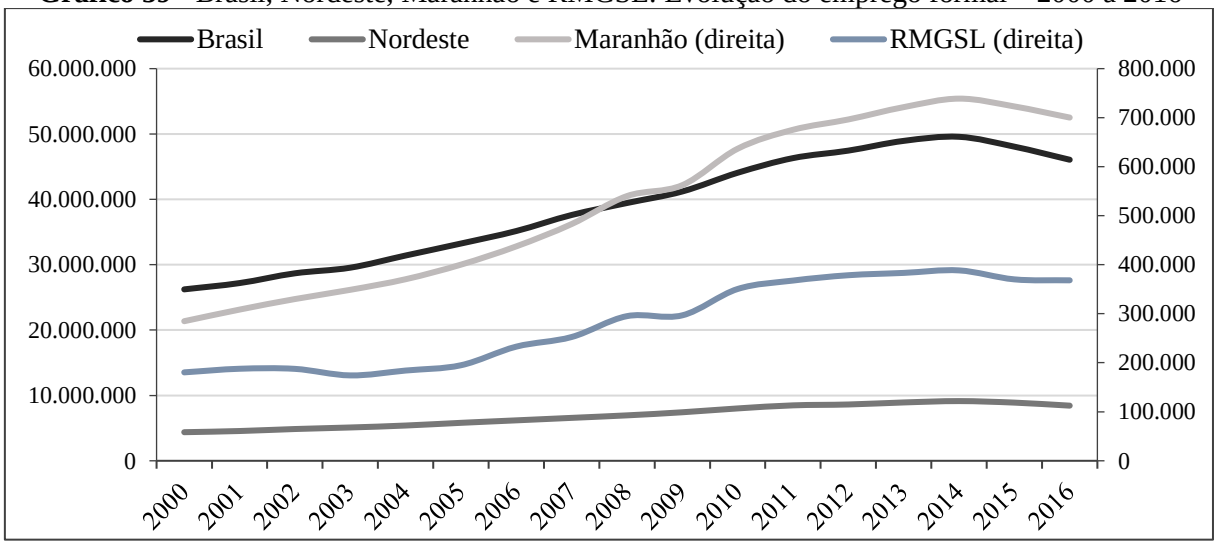


8.3 Mercado de trabalho formal: características e dinâmica do emprego formal entre 2000 e 2016

8.3.1 Emprego formal: Maranhão e RMGSL

Os anos 2000, em especial sua primeira década, marcam um período promissor para a economia maranhense, com mudanças substanciais em sua trajetória de crescimento. Conforme Pereira (2017), se ao longo da década de 1990 a economia maranhense apresentou taxas de crescimento não significativas, nos anos 2000 a realidade mostrou-se diferente, com o estado apresentado taxas médias de crescimento superiores à do Nordeste e do país. Isso repercutiu no mercado de trabalho com um nível maior de demanda por trabalhadores, tanto pelo mercado formal, quanto pelo mercado informal. Em termos numéricos, isso pode ser observado pela evolução do emprego formal no estado, de modo que no início dos anos 2000, mais especificamente após 2003, o mercado de trabalho no Brasil passou por um processo de relativa reestruturação. Nos anos seguintes, a economia do Brasil e das outras abrangências (Nordeste, Maranhão e RMGSL) foi marcada não apenas pela retomada do crescimento econômico, mas especialmente pela retomada do crescimento do emprego formal, como pode ser observado no **Gráfico 59**.

Gráfico 59 - Brasil, Nordeste, Maranhão e RMGSL: Evolução do emprego formal – 2000 a 2016

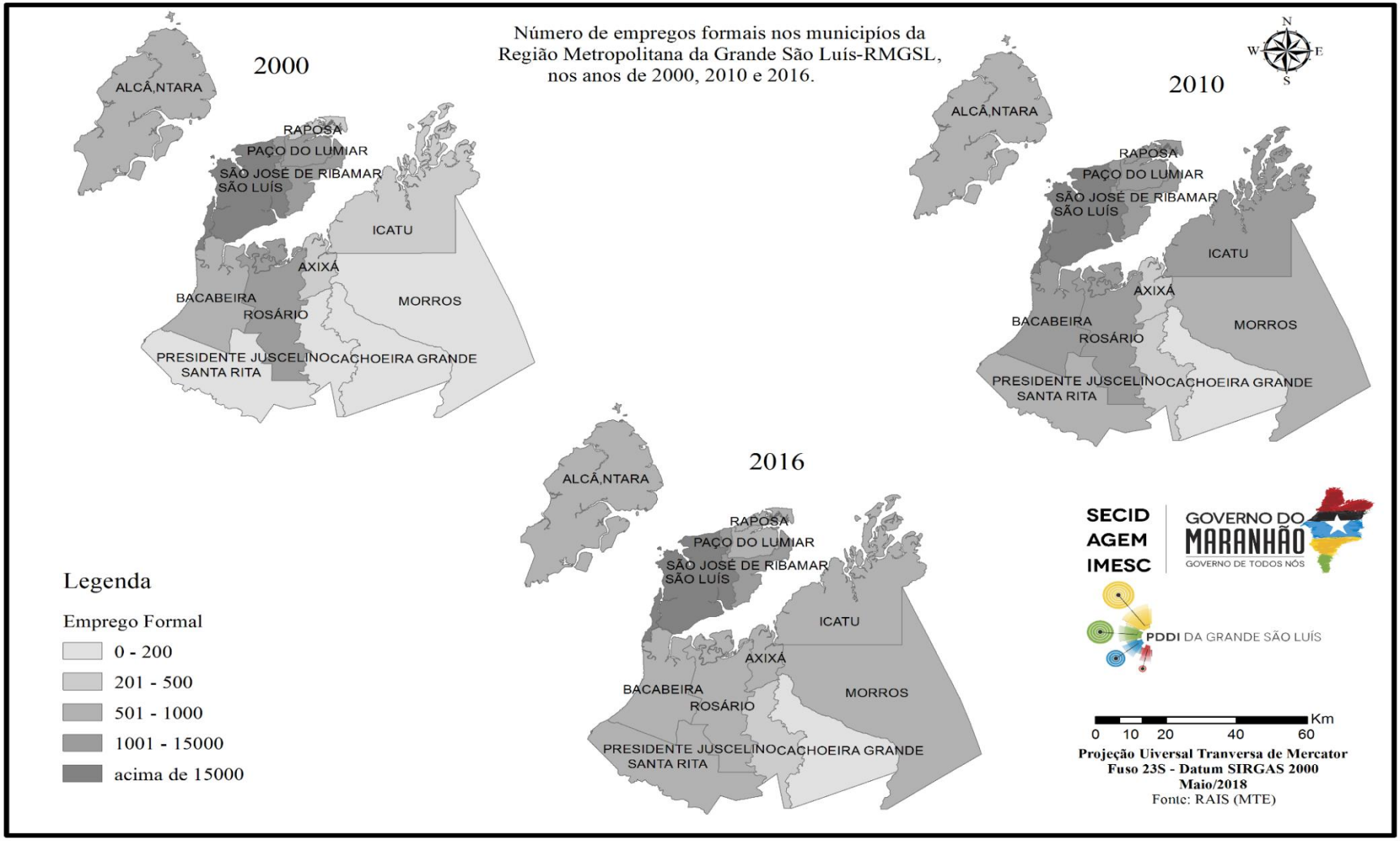


Fonte: RAIS – MTE

Considerando o período como um todo, o emprego formal no Brasil saiu de 26 milhões em 2000 para 46 milhões de empregados em 2016. O Nordeste, por sua vez, registrou 4,3 milhões de trabalhadores formais em 2000 e 8,4 milhões em 2016. Já no Maranhão, os valores observados foram de 284 mil em 2000 e 700 mil em 2016. Por fim, na RMGSL, o emprego formal saiu de 180 mil em 2000 para 368 mil em 2016. Em termos percentuais, entre 2000 e 2016, a taxa de crescimento anual no Brasil foi de 3,6%, abaixo das taxas de crescimento observadas no Nordeste (4,2%), Maranhão (5,8%) e RMGSL (4,6%).

Na abertura por municípios da RMGSL, verifica-se que São Luís detém 90% do emprego da Região, o que corresponde a 331 mil trabalhadores em 2016. Apesar disso, considerando o período de 2000 a 2016, todos os municípios apresentaram uma expansão no quantitativo de empregos formais, sendo mais expressivo em Santa Rita (18,3% a.a.), São José de Ribamar (12,5% a.a.), Morros (11,2% a.a.), Paço do Lumiar (10,3% a.a.) e Raposa (10,1% a.a.). O **Mapa 9** ilustra a dinâmica do emprego formal nos municípios que compõem a RMGSL.

Mapa 9 - Número de empregos formais nos municípios da RMGSL, nos anos de 2000, 2010 e 2016



Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o emprego formal apresentou trajetória crescente entre os anos 2000 e 2014 no Maranhão. No entanto, registrou queda em 2015 e 2016. Esse movimento está expresso no **Gráfico 60**, de acordo com os setores de atividades. Paralelamente à dinâmica evolutiva, apresenta-se a participação setorial na formação do estoque de emprego formal do estado (**Gráfico 61**).

De acordo com o **Gráfico 60**, dividindo-se em períodos, entre 2000 e 2006, o estoque de emprego formal no estado cresceu 35,4%; entre 2000 e 2011, o crescimento foi de 137,1%; e entre 2000 e 2016, atingiu 145,9%. Se considerados apenas os três últimos anos, o estoque de emprego formal registrou queda de 5,2% entre 2014 e 2016. Isso pode ser melhor observado pela taxa de crescimento anual, pela qual se percebe que somente em 2015 e 2016 houve crescimento negativo no estoque de empregos formais. Essa queda acompanhou a tendência nacional, marcada pela desaceleração da economia, decorrente, em grande parte, da inconstância política e da reorganização das contas públicas (cortes de gastos), os quais se traduziram em desconfiança e instabilidade econômica.

Cabe ainda destacar que em 2009, como resultado do cenário internacional desfavorável interposto pela crise financeira (crise do *subprime* – deflagrada em 2007/2008), os setores de Indústria e Construção Civil registraram queda de 5,2% e 0,1%, respectivamente, no estoque de emprego formal. No entanto, no ano seguinte (2009), esses mesmos setores voltaram a apresentar crescimento, superando, inclusive, os níveis de emprego registrados no ano 2008. Essa retomada do crescimento na Indústria foi reflexo, principalmente, das políticas de desoneração para o segmento – caracterizada pela isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI). Já para a Construção Civil a retomada foi fruto, em grande parte, do lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Em termos participativos, os segmentos de maior destaque no estoque de emprego formal no estado são os setores de Comércio e Serviço, como apresentado no **Gráfico 61**. Os setores de Construção Civil e Agropecuária apresentaram movimentos participativos semelhantes. Isto é, em relação a 2000, registraram aumento participativo na metade do período, seguido de queda de participação. No geral, o setor de Construção Civil foi responsável por, em média, 6,4% do emprego formal no estado. Vale dizer que esse setor teve como aliado, a partir de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, a partir de 2009, o PMCMV, os quais impulsionaram a demanda por mão de obra no segmento. Já a Agropecuária registrou, em média, 2,7% do emprego formal no estado entre 2000 e 2016. Apesar de ser um segmento forte no Maranhão no que se refere ao volume de produção, o estoque de emprego formal na Agropecuária é relativamente baixo, uma vez que os trabalhadores do setor estão ocupados em regime de subsistência e/ou pequeno agricultor familiar, ou seja, o segmento possui um número significativo de ocupados, porém não formalmente empregados.

A Indústria, por sua vez, no quadro geral, apresentou trajetória de queda ao longo do período, saindo de uma participação de 9,1% do estoque de emprego formal em 2000 para 6,5% em 2016, uma queda de 27,7% em relação a 2000. A queda do segmento passa, em grande medida, pela queda da Indústria de Transformação que, em 2000, abrigava 7,2% do emprego formal do estado e, em 2016, registrou apenas 5,7% desse, uma queda de 21,3% em relação ao ano inicial.

Gráfico 60 - Maranhão: Emprego formal por setor de atividade econômica e taxa de crescimento do emprego formal (%) – 2000 a 2016

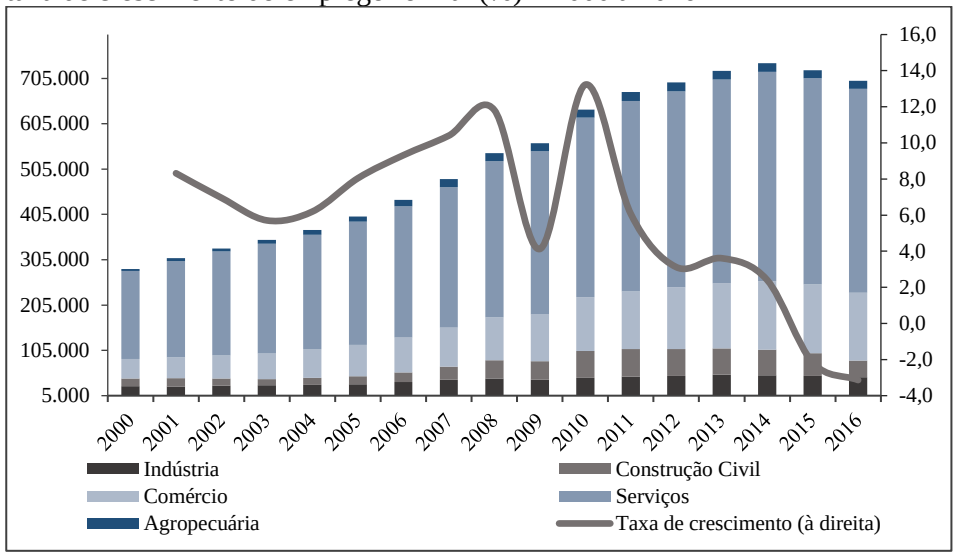
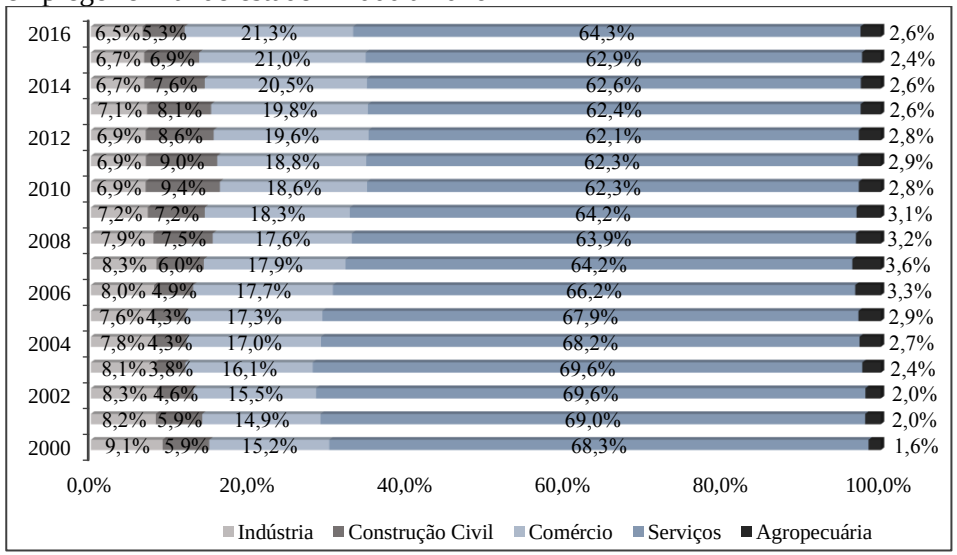


Gráfico 61 - Maranhão: Participação dos setores na formação do estoque de emprego formal do estado – 2000 a 2016



Fonte: RAIS (MTE)

Gráfico 62 - RMGSL: Emprego formal por setor de atividade econômica e taxa de crescimento do emprego formal (em %) – 2000 a 2016

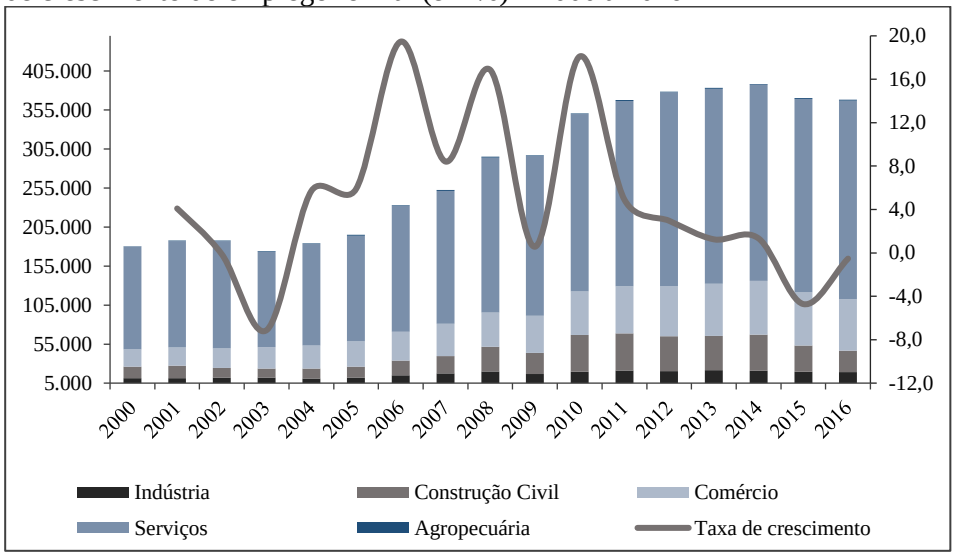
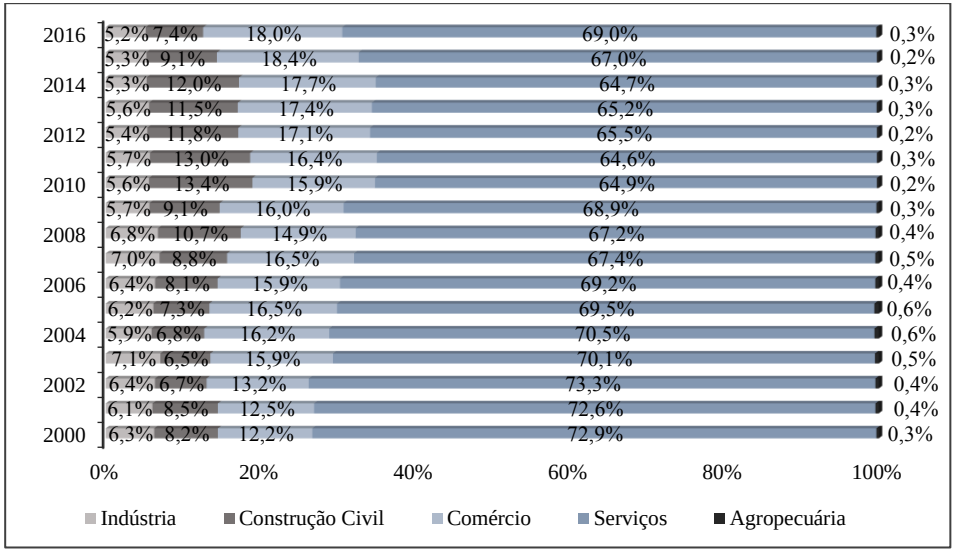


Gráfico 63 - RMGSL: Participação dos setores no emprego formal – 2000 a 2016



Quando observada a dinâmica do mercado de trabalho formal da RMGSL, é possível perceber que a trajetória evolutiva do emprego formal na Região Metropolitana (**Gráfico 62**) assemelha-se à trajetória evolutiva do emprego formal no estado (**Gráfico 60**), indicando a importância relativa da RMGSL na geração de empregos no estado. Em termos percentuais, o estoque total de empregos formais da Região Metropolitana no período analisado responde, em média, por 53,9% do total de trabalhadores formais no estado.

De acordo com os dados da RAIS, o estoque de emprego formal na RMGSL, quando dividido em períodos, cresceu 29,1% entre 2000 e 2006; 103,8% entre 2000 e 2011; e 104,1% entre 2000 e 2016. Se considerados apenas os três últimos anos, o estoque de emprego formal na RMGSL registrou queda de 5,2% entre 2014 e 2016. Quando observada a taxa de crescimento do emprego formal na Região Metropolitana, percebe-se que essa foi positiva entre 2000 e 2014, quando, a partir de então, registrou variações negativas. No período como um todo, a taxa média de crescimento foi de 5,8%. Considerando os anos de crescimento negativo, as quedas no estoque de emprego formal foram de 2,2% em 2015 e 3,1% em 2016.

Quando considerada a participação dos setores produtivos da RMGSL em relação ao estoque de emprego formal da própria Região, vê-se que há predominância absoluta do setor de Serviços com atividade dinâmica, como pode ser observado no **Gráfico 63**. Apesar da redução participativa do segmento de Serviços em 2016, em comparação a 2000, o setor manteve sua predominância no estoque de empregos formais na RMGSL. Entre 2000 e 2016, o segmento foi responsável por, em média, 68,4% do estoque de empregos na RMGSL. Essa pujança do segmento deve-se, em grande parte, à importância da Administração Pública para o setor, sendo essa responsável por, em média, 36,3% do estoque de empregos formais na região entre 2000 e 2016.

Juntamente com o setor de Serviços, o segmento de Comércio apresenta participação significativa no estoque de empregos formais na RMGSL, registrando, em todo o período, participação superior a 12%. Vale ressaltar que o setor apresentou aumentos participativos, ao longo de quase todo o período, fechando 2016 com participação de 18% do estoque de emprego na RMGSL – 5,8% a mais que em 2000.

De forma desagregada, os setores com maior representatividade no estoque de emprego formal na Região Metropolitana são a já citada Administração Pública, seguida do setor de Serviços (excetuando a Administração Pública), Comércio e Construção Civil. Esses segmentos foram responsáveis por, em média, 32,1% (Serviços); 15,9% (Comércio); e 9,3% (Construção Civil) do estoque de emprego na RMGSL entre 2000 e 2016.

8.3.2 Emprego celetista

Mediante a dinâmica evolutiva do emprego formal no estado e na Região Metropolitana, pôde-se observar que, no que concerne aos segmentos mais dinâmicos, a participação dos setores de Comércio e Serviços é a mais expressiva em qualquer dos anos considerados. Em média, o setor de Comércio foi responsável por 18,1% do estoque de emprego formal no estado entre 2000 e 2016. Já o setor de Serviços abrigou, em média, 65,3% do emprego formal no Maranhão. De forma desagregada, a importância do setor é sustentada pela Administração Pública (em média, 40,8% do emprego formal no estado). Isso porque, considerando apenas o emprego celetista[45], o qual, em geral, não está vinculado à Administração Pública, a participação do setor de serviços cai de 65,3% para, em média, 24,8% do estoque de emprego formal no estado. Nesse sentido, a evolução (**Gráfico 64)** e a participação (**Gráfico 65**) do emprego celetista no estado representam, em certa medida, a capacidade do setor privado na geração de empregos no Maranhão. Além disso, apresenta-se ainda a evolução (**Gráfico 66**) e a participação (**Gráfico 67**) setorial do emprego celetista na RMGSL.

[45] No regime celetista, o empregado é regido pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), tem carteira de trabalho e direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Essa modalidade de contratação não contempla a estabilidade no cargo, mas as demissões são raras e devem ser justificadas. O regime celetista é obrigatório em algumas empresas públicas como bancos e Correios.

Gráfico 64 - Maranhão: Emprego celetista por setor de atividade econômica e taxa de crescimento do emprego celetista (em %) – 2000 a 2016

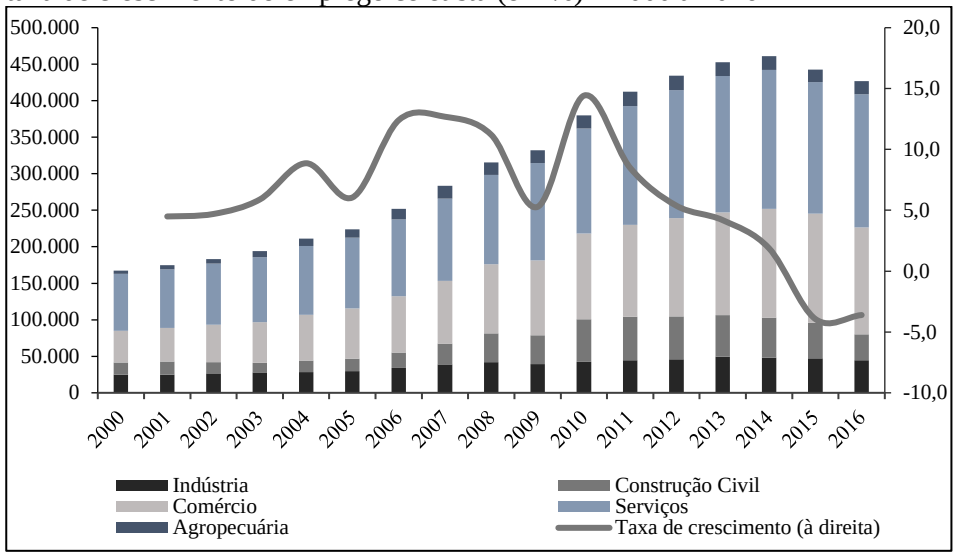


Gráfico 65 - Maranhão: Participação do emprego celetista em relação ao emprego formal (total) no estado – 2000 a 2016

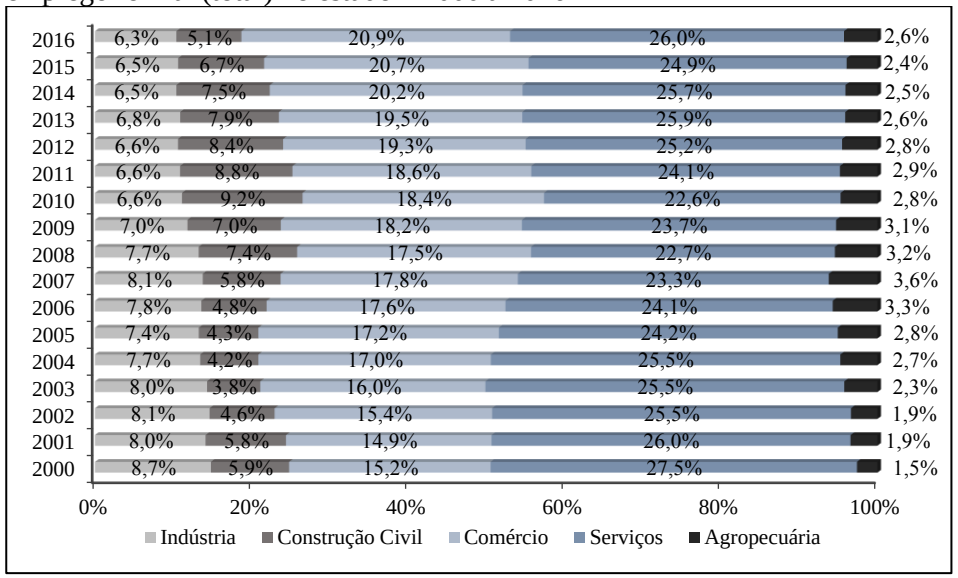


Gráfico 66 - RMGSL: Emprego celetista por setor de atividade econômica e taxa de crescimento do emprego celetista (em %) – 2000 a 2016

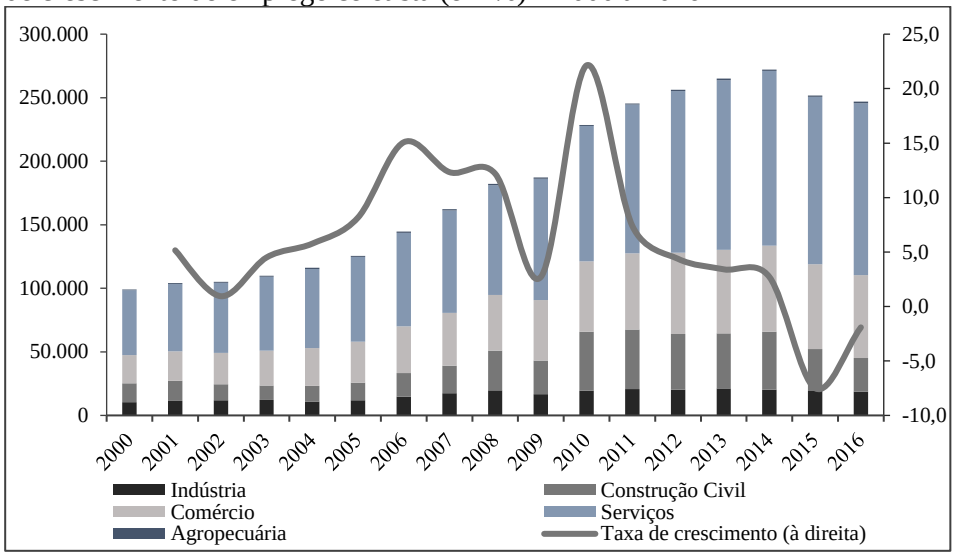
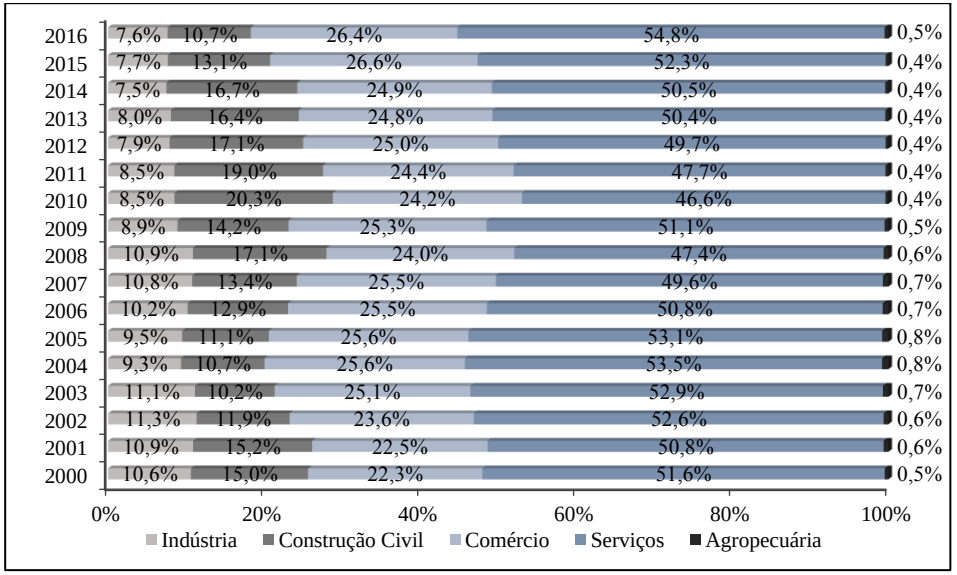


Gráfico 67 - RMGSL: Participação dos setores no estoque de emprego celetista – 2002 a 2016



Fonte: RAIS (MTE)

Mediante o **Gráfico 64**, vê-se que o estoque de emprego celetista apresentou trajetória sistemática de crescimento até 2014. A partir desse momento, registra quedas em 2015 e 2016. Dividindo-se em períodos, entre 2000 e 2006, o estoque de emprego celetista no estado cresceu 50,3%; entre 2000 e 2011, 146,1%; e entre 2000 e 2016, 154,9%. Se considerados apenas os três últimos anos, a queda foi de 7,4% entre 2014 e 2016. O decréscimo no estoque de emprego celetista nesse período atingiu todos os setores. Dentre os segmentos com quedas mais significativas, destacam-se os setores de Construção Civil e Indústria, os quais registraram quedas de 35,5% e 7,3%, respectivamente. Já para os demais setores, as quedas foram de 4,2% (Serviços), 3,1% (Agropecuária) e 1,6% (Comércio).

Em termos participativos (**Gráfico 65**), os empregos celetistas corresponderam, em média, a 59,1% do estoque de emprego formal no estado. Os segmentos de maior representatividade foram os de Comércio e Serviços, responsáveis por, em média, 17,9% e 24,8%, respectivamente, dos empregos celetistas no estado. Os setores da Indústria, Construção Civil e Agropecuária, por sua vez, abrigaram, em média, 7,3%, 6,3% e 2,6%, respectivamente.

Quando considerados apenas os empregos celetistas na RMGSL, vê-se, novamente, que a evolução do estoque de emprego formal apresentou trajetória de crescimento sistemática até 2014, quando, a partir de então, registrou quedas, como se observa no **Gráfico 66**. Dividindo-se em períodos, entre 2000 e 2006, o estoque de emprego celetista na RMGSL cresceu 46%; entre 2000 e 2011, 148%; e entre 2000 e 2016, 149,4%. Se considerados apenas os três últimos anos, a queda foi de 9,3% entre 2014 e 2016. O decréscimo no estoque de emprego celetista nesse período não atingiu apenas o setor de Agropecuária.

Dentre os segmentos com quedas mais significativas, destacam-se os setores de Construção Civil e Indústria, os quais registraram quedas de 42,2% e 7,4%, respectivamente. Já para os demais setores, as quedas foram de 3,7% (Comércio), 1,5% (Serviços). No sentido contrário, o setor de Agropecuária cresceu 8,9%, nesse mesmo período (2014-2016).

Quando comparadas as participações setoriais no estoque de emprego celetista da RMGSL em relação ao total de empregos celetistas dessa própria região, observa-se que o setor de serviços abriga os maiores volumes de empregos dessa categoria, como está disposto no **Gráfico 67**. De acordo com o referido gráfico, percebe-se a predominância do setor de Serviços no estoque de emprego celetista na RMGSL entre 2000 e 2016, comparativamente ao demais setores. Ao longo do período, somente em cinco anos (2007, 2008, 2010, 2011 e 2012), a participação do setor ficou abaixo de 50%. De modo geral, do total de empregos celetistas no período na RMGSL, em média, 50,9% estiveram no setor de Serviços. Em 2000, a participação do setor era de 51,6%, passando para 54,8% em 2016.

Paralelamente ao setor de Serviços, os segmentos de Comércio e Construção Civil apresentaram maior relevância no estoque de emprego celetista na RMGSL. Entre os anos de 2000 e 2016, a participação média do Comércio e da Construção Civil no estoque de empregos celetistas, em relação ao total de empregos celetistas na RMGSL, foi de 24,8% e 14,4%, respectivamente. A participação do Comércio avançou de 22,3% em 2000 para 26,4% em 2016, enquanto que a participação da Construção Civil retraiu de 15% para 10,7% no mesmo período.

Já os setores de Indústria e Agropecuária apresentaram menor expressividade no estoque de emprego celetista na RMGSL. Suas participações foram, em média, de 9,4% e 0,5%, respectivamente. Dividindo-se em períodos, as participações da Indústria e da Agropecuária foram, respectivamente, de 10,6% e 0,5% em 2000; 8,5% e 0,4% em 2011; e 7,6% e 0,5% em 2016.

A semelhança da trajetória evolutiva do estoque de emprego formal no estado (**Gráfico 64**) e na Região Metropolitana (**Gráfico 66**) demonstra a importância da Região na geração do emprego formal no estado, uma vez que registra uma participação média de 53,9% entre 2000 e 2016 (**Gráfico 68**). No entanto, houve uma queda participativa da Região em relação ao estado em 2016, quando comparado a 2000. A redução participativa da RMGSL no estoque de emprego formal no estado não indica, necessariamente, que tenha havido uma menor geração de postos de trabalho formais na Região, mas que possa ter havido uma maior distribuição desses para os demais municípios. Assim, como o estoque de emprego formal foi crescente no estado e na Região Metropolitana na maior parte do período, compreende-se que o estoque de empregos formais nos demais municípios aumentou. Esse movimento

participativo da RMGSL pode ser melhor visualizado por meio do **Gráfico 69**, o qual apresenta a participação setorial no estoque de emprego formal dessa Região.

Mediante o **Gráfico 69**, é possível perceber que a redução participativa da RMGSL deveu-se, em grande parte, pela redução da participação do setor de Serviços no estoque de emprego formal, seguida de queda de participação da Indústria e da Construção Civil. O segmento da Construção Civil foi o que apresentou maior variabilidade, oscilando, reiteradamente, entre aumentos e quedas participativas. A despeito de seu aumento de participação entre 2010 e 2013, comparativamente a 2000, fechou, em 2016, com menor nível de participação que em 2000. Já o segmento da Indústria apresentou trajetória quase sistemática de queda até o final do período, quando fechou com 1,3% a menos de participação em relação a 2000.

No que concerne ao setor de Serviços na RMGSL, foi registrada a maior queda participativa, saindo de 46,2% do estoque de emprego no estado em 2000 para 36,3% em 2016. A redução do setor foi fruto da queda de participação do componente Administração Pública da Região em relação ao estado. Este, considerando a participação da RMGSL no estado, saiu de 28,2% do estoque de emprego formal no estado em 2000, passou para 20,1% em 2006, para 18,1% em 2011 e fechou em 17% em 2016.

Ainda em termo participativo, a RMGSL detém forte importância no estoque de emprego celetista do estado, como se observa no **Gráfico 70**. A participação do emprego celetista da RMGSL no estoque de emprego celetista do estado registrou em média 57,8% entre 2000 e 2016. Vale ressaltar que o indicador apresentou decréscimo ao longo do período, saindo de 59,1% em 2000 para 57,8% em 2016. Por meio do **Gráfico 71**, é possível perceber que a redução no indicador entre o período analisado deu-se, em grande parte, pela queda na participação do setor de Construção Civil no estoque de emprego formal, seguida de queda de participação da Indústria.

O segmento da Construção Civil foi o que apresentou maior variabilidade, oscilando, reiteradamente, entre aumentos e quedas participativas. A despeito de seu aumento de participação entre 2010 e 2014, comparativamente a 2000, fechou, em 2016, com menor nível de participação que em 2000. O aumento participativo significativo em 2010 refletiu os já citados incentivos resultantes do lançamento do PMCMV em 2009.

Já o segmento da Indústria apresentou trajetória sistemática de queda até o final do período, quando fechou com 1% a menos de participação em relação a 2000. A Indústria de Transformação foi responsável pela maior contribuição para essa queda, ao sair de 4,8% em 2000 para 4,7% em 2006; 3,9% em 2011; fechando com 3,5% em 2016.

Gráfico 68 - Participação da RMGSL no estoque de emprego formal do estado – RMGSL/MA (2000 a 2016)

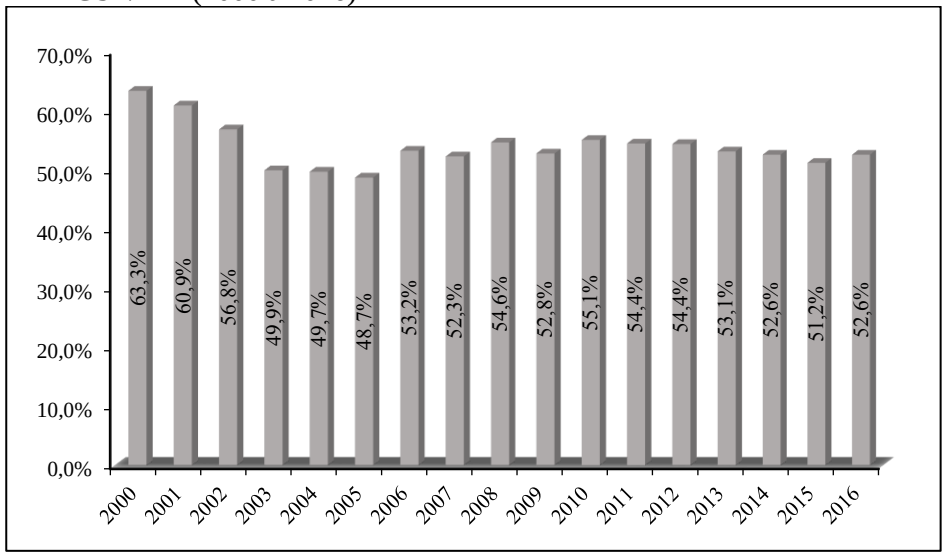


Gráfico 69 - Participação setorial da RMGSL no estoque de emprego formal do estado (2000 a 2016)

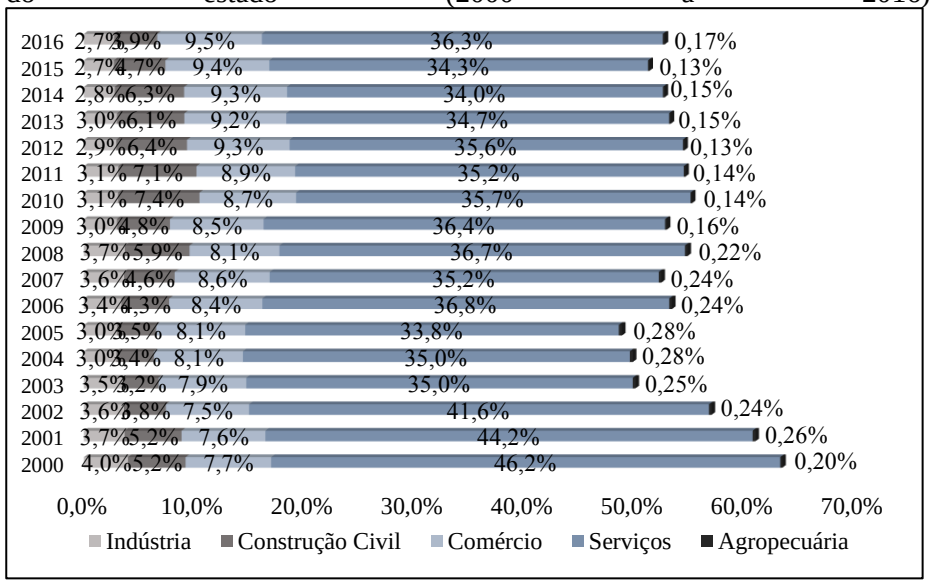


Gráfico 70 - Participação do emprego celetista da RMGSL no estoque de emprego celetista do estado – RMGSL/MA (2000 a 2016)

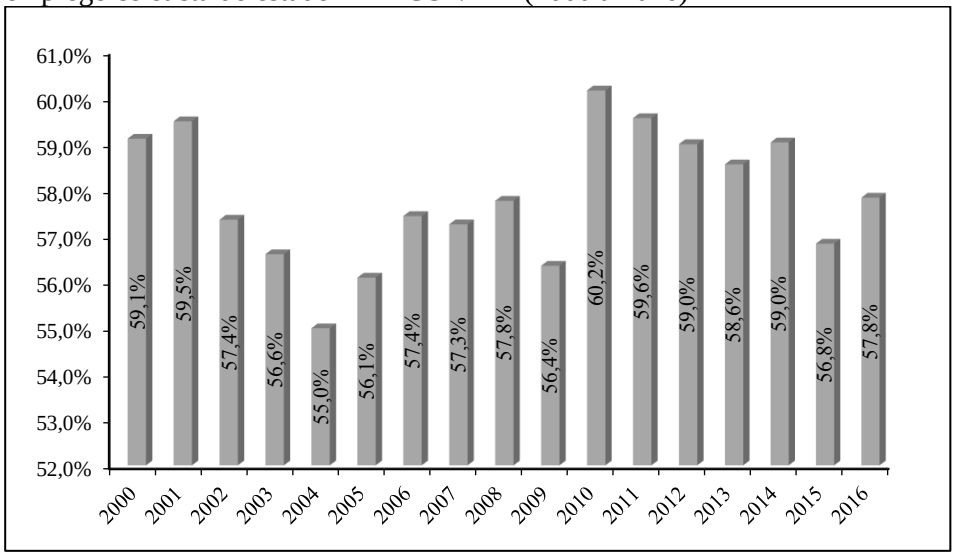
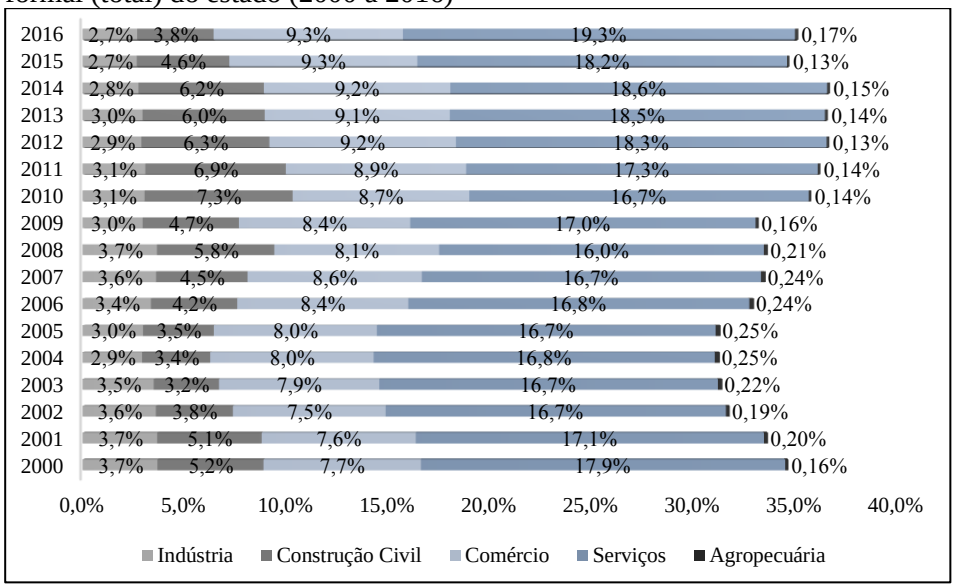
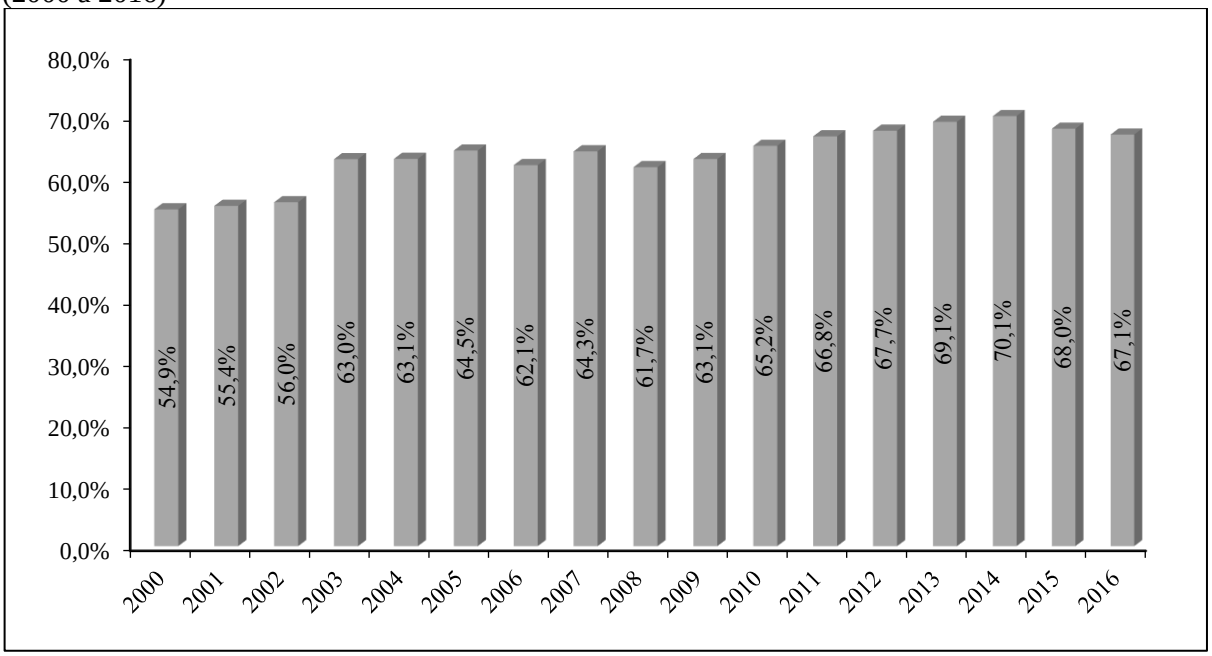


Gráfico 71 - Participação setorial celetista da RMGSL no estoque de emprego formal (total) do estado (2000 a 2016)



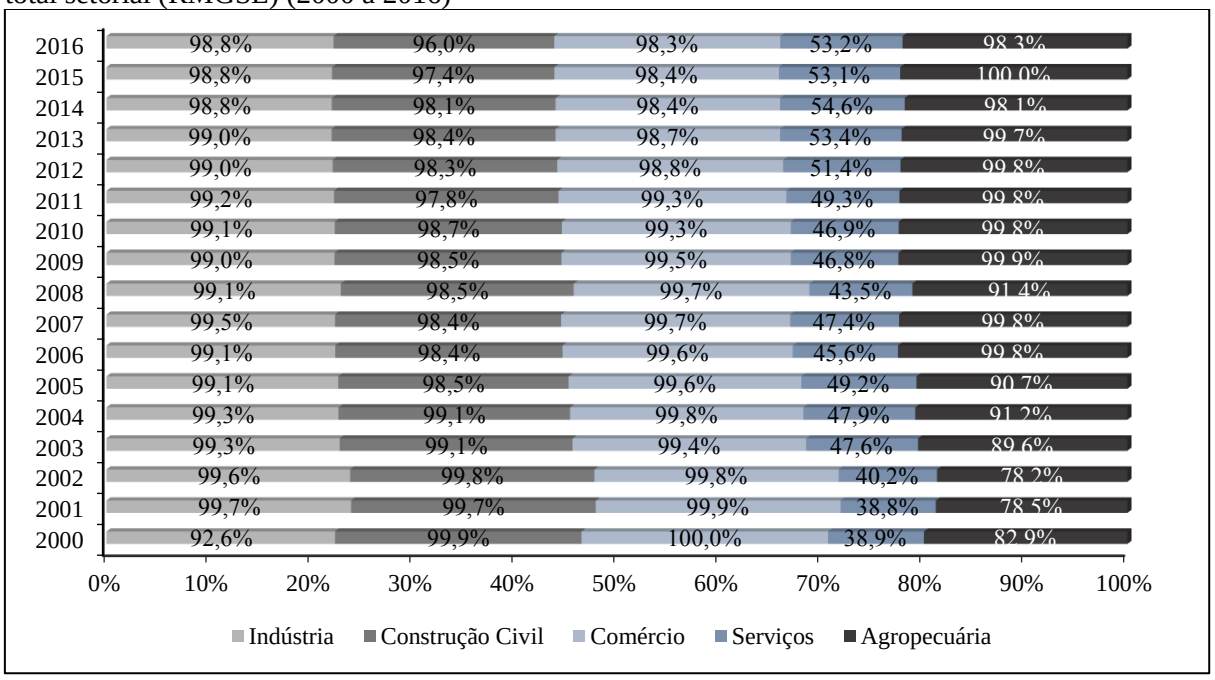
Quando consideradas as importâncias participativas do emprego celetista da Região Metropolitana em relação à própria RMGSL, é possível observar que esse representa a maior parte do emprego na Região entre 2000 e 2016 (**Gráfico 72**). Da mesma forma, é possível perceber ainda a participação do emprego celetista setorial em relação ao próprio setor na RMGSL (**Gráfico 73**).

Gráfico 72 - Participação do emprego celetista da RMGSL no estoque de emprego total da RMGSL (2000 a 2016)



Fonte: RAIS

Gráfico 73 - Participação do emprego celetista setorial (RMGSL) em relação ao estoque de emprego total setorial (RMGSL) (2000 a 2016)



Fonte: RAIS

O **Gráfico 72** mostra que a participação do emprego celetista em relação ao estoque de emprego formal da RMGSL foi superior a 50% ao longo de todo o período (2000 a 2016), registrando seu menor nível em 2000, quando representava 54,9% do estoque de emprego formal da RMGSL. Entre 2000 e 2016, o emprego celetista representou, em média, 63,7% do estoque de emprego formal da RMGSL.

No quadro geral, a manutenção da participação do emprego celetista, em relação ao estoque de emprego formal da RMGSL em níveis significativos, é um indicativo da capacidade da RMGSL na geração de empregos pelo setor privado. Considerando que houve aumento no estoque de emprego formal e aumento da participação do emprego celetista, pode-se inferir que o crescimento do estoque de emprego celetista foi mais acelerado que o crescimento do estoque do total de vínculos formais.

Em termos setoriais, quando observado o emprego celetista em relação ao estoque de emprego formal do próprio setor (**Gráfico 73)**, vê-se que, dentro da RMGSL, o emprego celetista tem peso significativo dos empregos nos diversos setores, a exceção do setor de Serviços, para o qual a participação do emprego celetista representa 47,5% do emprego formal na RMGSL. A menor participação do emprego celetista no setor de Serviços dá-se em função do componente Administração Pública, que representa, em média, 33,3% do total de empregos formais da RMGSL entre 2000 e 2016. Quando considerada a representatividade da Administração Pública apenas em relação ao setor de Serviços (como um todo), a participação do componente é, em média, de 52,9%.

Já para os demais setores, como salientado, o emprego celetista representou quase a totalidade do emprego formal na RMGSL entre 2000 e 2016. Visto individualmente, o emprego celetista na Indústria correspondeu, em média, 98,8% do emprego formal na RMGSL; na Construção Civil a participação foi, em média, de 98,5%; no Comércio, por sua vez, a participação média foi de 99,3%; e, por fim, na Agropecuária, a participação foi, em média, de 94% do emprego formal na RMGSL.

8.3.3 Ocupações mais dinâmicas

Outro importante aspecto a ser abordado no mercado de trabalho formal refere-se à dinâmica do emprego formal, segundo os tipos de ocupações na RMGSL, com o intuito de identificar quais as ocupações que são mais representativas e quais apresentaram maior crescimento na última década. Para tanto, utilizou-se o conjunto de ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), disponível no sistema RAIS do Ministério do trabalho. A **Tabela 72** exibe as ocupações mais representativas em termos de emprego formal na Região Metropolitana que, se somadas, perfazem aproximadamente 54% dos trabalhadores com carteira assinada.

Tabela 72 - RMGSL: Número de empregos formais, segundo ocupação, em 2006 e 2016; Variação Absoluta; taxa de crescimento anual (%) e participação (%)

Ocupação	2006	2016	Variação absoluta	a.a. (%)	Participação (%)
Total de empregos formais	**232.882**	**368.136**	**135.254**	**4,7**	**100,0**
Assistente administrativo	54.362	62.476	8.114	1,4	17,0
Auxiliar de escritório, em geral	9.268	14.877	5.609	4,8	4,0
Vendedor de comércio varejista	10.837	14.350	3.513	2,8	3,9
Vigilante	6.804	11.107	4.303	5,0	3,0
Trabalhador da manutenção de edificações	3.987	7.990	4.003	7,2	2,2
Faxineiro	2.267	7.738	5.471	13,1	2,1
Tecnico de enfermagem	738	7.449	6.711	26,0	2,0
Servente de obras	7.156	7.299	143	0,2	2,0
Prof. da EJA do ensino fundamental (1ª a 4ª)	1.119	6.663	5.544	19,5	1,8
Operador de telemarketing ativo e receptivo	161	6.154	5.993	44,0	1,7
Operador de caixa	2.367	6.121	3.754	10,0	1,7
Prof. de lingua portuguesa do ens. fundamental	37	4.924	4.887	63,1	1,3
Recepcionista, em geral	3.106	4.022	916	2,6	1,1
Porteiro de edifícios	1.492	3.963	2.471	10,3	1,1
Pedreiro	2.689	3.813	1.124	3,6	1,0
Vigia	2.518	3.678	1.160	3,9	1,0
Motorista de Caminhão (rotas regionais e inter.)	1.601	3.574	1.973	8,4	1,0
Repositor de mercadorias	1.159	3.565	2.406	11,9	1,0
Supervisor administrativo	2.397	3.520	1.123	3,9	1,0
Prof. de nível médio no ensino fundamental	2.029	3.310	1.281	5,0	0,9
Cozinheiro Geral	1.735	3.175	1.440	6,2	0,9
Administrador	296	2.959	2.663	25,9	0,8
Motorista de ônibus urbano	1.802	2.892	1.090	4,8	0,8
Enfermeiro	731	2.822	2.091	14,5	0,8
Demais ocupações	112.224	169.695	55.930	4,2	46,1

Fonte: RAIS (MTE)

A estrutura da mão de obra na RMGSL é composta predominantemente por ocupações não qualificadas, especialmente por Assistente administrativo, que correspondeu a 17,0% do total em 2016, conforme mostra a **Tabela 72**. Destacam-se, também, Auxiliar de escritório (4,0%) e Vendedor de comércio varejista (3,9%).

Quando observada a dinâmica ocupacional do emprego formal na região entre 2006 e 2016, nota-se que algumas ocupações, apesar de não deterem de uma maior parcela dos trabalhadores formais, apresentaram elevadas taxas de crescimento anual, a saber: Professor de língua portuguesa (63,1% ao ano), Operador de telemarketing ativo e receptivo (44,0% a.a.), Técnicos de enfermagem (26,0% a.a.) e Administradores (25,9% a.a.). Por outro lado, dentre as ocupações que apresentaram as menores participações na composição do emprego formal da Região Metropolitana em 2016, destacam-se: Armazenista (0,3%), Professor de ensino superior na área de prática de ensino (0,2%) e Motorista operacional de guincho (0,1%).

O resultado observado aponta para outra característica marcante da Região Metropolitana, cuja absorção de mão de obra é predominantemente composta por grande contingente de trabalhadores pouco qualificados. Essa evidência reforça o papel social de fundamental importância para o desenvolvimento do estado, o qual possui uma massa crítica de trabalhadores economicamente ativos, provenientes do baixo nível de instrução, e que não seriam absorvidos no mercado de trabalho em tarefas mais especializadas e qualificadas.

8.3.4 Gênero e rendimento

No que se refere ao gênero, verifica-se que o mercado de trabalho formal da Região Metropolitana é composto basicamente por trabalhadores do sexo masculino (55,2%), que totalizam 203.145 empregos formais em 2016, enquanto que o total de mulheres empregadas formalmente (44,8%) corresponde a 164.991 (**Tabela 73**). No entanto, quando observado o periodo de 2010 a 2016, nota-se que houve redução no número de trabalhadores masculinos (-0,4% ao ano), ao passo que a mão de obra feminina registrou significativa expansão (2,5% a.a.).

Tabela 73 - Maranhão, RMGSL: Número de empregos formais, de acordo com o gênero, entre 2010 e 2016; taxa de crescimento anual (%)

Abrangência	2010			2016			Taxa de crescimento anual (%)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Maranhão	**363.628**	**272.997**	**636.625**	**379.201**	**320.999**	**700.200**	**0,7**	**2,7**	**1,6**
RMGSL	**208.224**	**142.250**	**350.474**	**203.145**	**164.991**	**368.136**	**-0,4**	**2,5**	**0,8**
Alcântara	320	451	771	1.121	566	1.687	23,2	3,9	13,9
Axixa	61	203	264	171	330	501	18,7	8,4	11,3
Bacabeira	1.471	494	1.965	1.456	557	2.013	-0,2	2,0	0,4
Cachoeira Grande	52	123	175	92	183	275	10,0	6,8	7,8
Icatu	384	681	1.065	242	490	732	-7,4	-5,3	-6,1
Morros	214	301	515	380	556	936	10,0	10,8	10,5
Paço do Lumiar	2.559	1.475	4.034	3.842	2.827	6.669	7,0	11,5	8,7
Presidente Juscelino	141	268	409	160	284	444	2,1	1,0	1,4
Raposa	609	646	1.255	787	742	1.529	4,4	2,3	3,3
Rosário	1.200	932	2.132	1.354	1.171	2.525	2,0	3,9	2,9
Santa Rita	392	442	834	651	844	1.495	8,8	11,4	10,2
São José de Ribamar	8.758	3.998	12.756	10.845	7.252	18.097	3,6	10,4	6,0
Sao Luís	192.063	132.236	324.299	182.044	149.189	331.233	-0,9	2,0	0,4

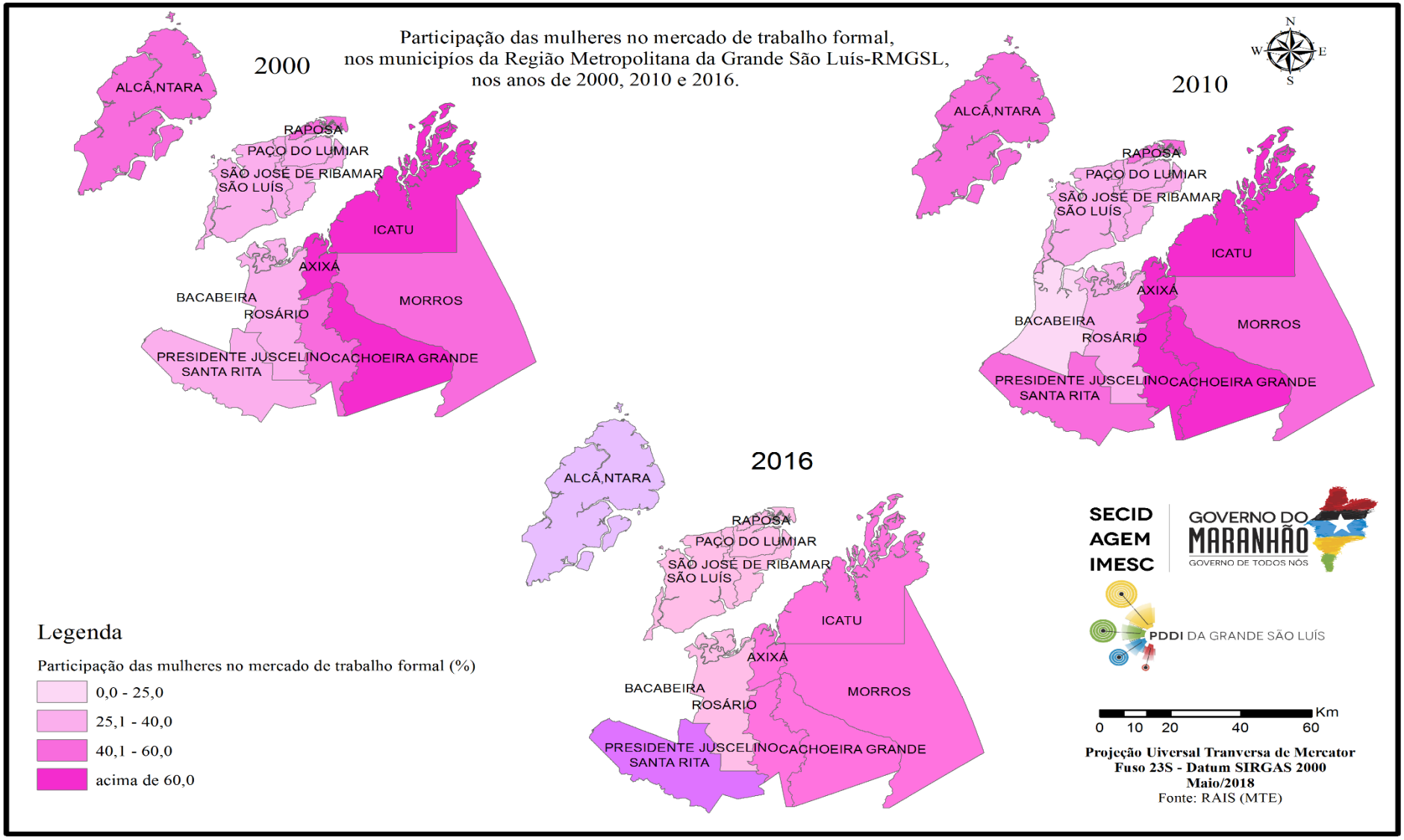
Fonte: RAIS (MTE)

Apesar do número de mulheres na força de trabalho ser inferior ao gênero masculino tanto na Região quanto no estado, é importante destacar que esse percentual vem aumentando nos últimos anos (**Mapa 10**) e, em alguns municípios da RMGSL, chega a superar os empregos masculinos, são eles: Icatu (66,9%), Cachoeira Grande (66,5%), Axixá (65,9%), Presidente Juscelino (64,0%) e Santa Rita (56,5%). Vale ressaltar que, nesses municípios onde a maioria dos empregos formais é composta por trabalhadoras formais, o principal setor que mais aloca esse gênero é Administração Pública. O **Mapa 10** ilustra a evolução do percentual de mulheres com emprego formal nos municípios da região metropolitana em estudo entre 2000 e 2016.

A despeito da relevância do aumento participativo das mulheres no mercado de trabalho formal, vale observar se isso tem se traduzido também em aumento dos ganhos, tanto no que se refere ao nível quanto no que tange à redução da diferença de remunerações comparativamente às dos homens. Nesse sentido, a **Tabela 74** apresenta o rendimento médio real no Maranhão, RMGSL[46], bem como nos municípios da região segundo gênero.

[46] Média dos rendimentos dos municípios da RMGSL.

Mapa 10 - Participação das mulheres no mercado de trabalho formal nos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís, em 2000, 2010 e 2016



Por meio da **Tabela 74**, percebe-se que, entre 2010 e 2016, o salário das mulheres teve um ganho real maior que o dos homens. Contudo, comparando o rendimento médio de homens e mulheres, observa-se que, apesar dos recentes avanços no sentido de aumentar a igualdade e justiça social, as diferenças por sexo persistem. No Maranhão, o rendimento médio real dos homens era de R$ 1.932,48, enquanto o das mulheres R$ 1.772,26, o que representa que elas ganhavam, em média, 91,7% do que eles recebiam. Em 2016, a realidade persistiu no estado com as mulheres recebendo menos que os homens, em média, 93,3% do que eles ganhavam (R$ 2.219,58 – homens e R$ 2.070,09 – mulheres).

Tabela 74 - Maranhão, RMGSL: rendimento médio real[1], de acordo com o gênero, entre 2010 e 2016; taxa de crescimento anual (%)

Abrangência	2010			2016			Taxa de crescimento (%)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Maranhão	1.932,48	1.772,26	1.863,77	2.219,58	2.070,09	2.151,05	2,34	2,62	2,42
RMGSL	1.387,39	1.361,10	1.390,60	1.678,38	1.728,44	1.719,01	3,22	4,06	3,60
Alcântara	1.242,94	1.252,24	1.248,38	3.054,26	2.361,49	2.821,83	16,17	11,15	14,56
Axixa	962,82	998,91	990,57	1.111,58	1.343,16	1.264,11	2,42	5,06	4,15
Bacabeira	2.598,37	1.872,19	2.415,81	2.013,94	2.075,56	2.030,99	-4,16	1,73	-2,85
Cachoeira Grande	988,06	1.171,78	1.117,19	1.174,62	1.344,12	1.287,41	2,92	2,31	2,39
Icatu	1.328,15	1.286,21	1.301,34	1.681,51	1.808,01	1.766,19	4,01	5,84	5,22
Morros	1.407,81	1.379,56	1.391,30	1.646,09	1.678,17	1.665,15	2,64	3,32	3,04
Paco Do Lumiar	1.212,33	1.444,01	1.297,04	1.504,19	1.612,18	1.549,97	3,66	1,85	3,01
Presidente Juscelino	1.218,19	1.382,12	1.325,60	1.146,52	1.399,61	1.308,41	-1,01	0,21	-0,22
Raposa	1.121,97	1.151,86	1.137,36	1.351,64	1.730,44	1.535,47	3,15	7,02	5,13
Rosário	1.277,30	1.242,35	1.262,02	1.443,95	1.428,67	1.436,86	2,07	2,36	2,19
Santa Rita	919,44	808,89	860,85	1.305,13	1.325,68	1.316,73	6,01	8,58	7,34
São José De Ribamar	1.327,41	1.391,83	1.347,60	1.518,47	1.742,36	1.608,19	2,27	3,81	2,99
Sao Luís	2.431,30	2.312,34	2.382,79	2.866,98	2.620,28	2.755,86	2,79	2,11	2,45

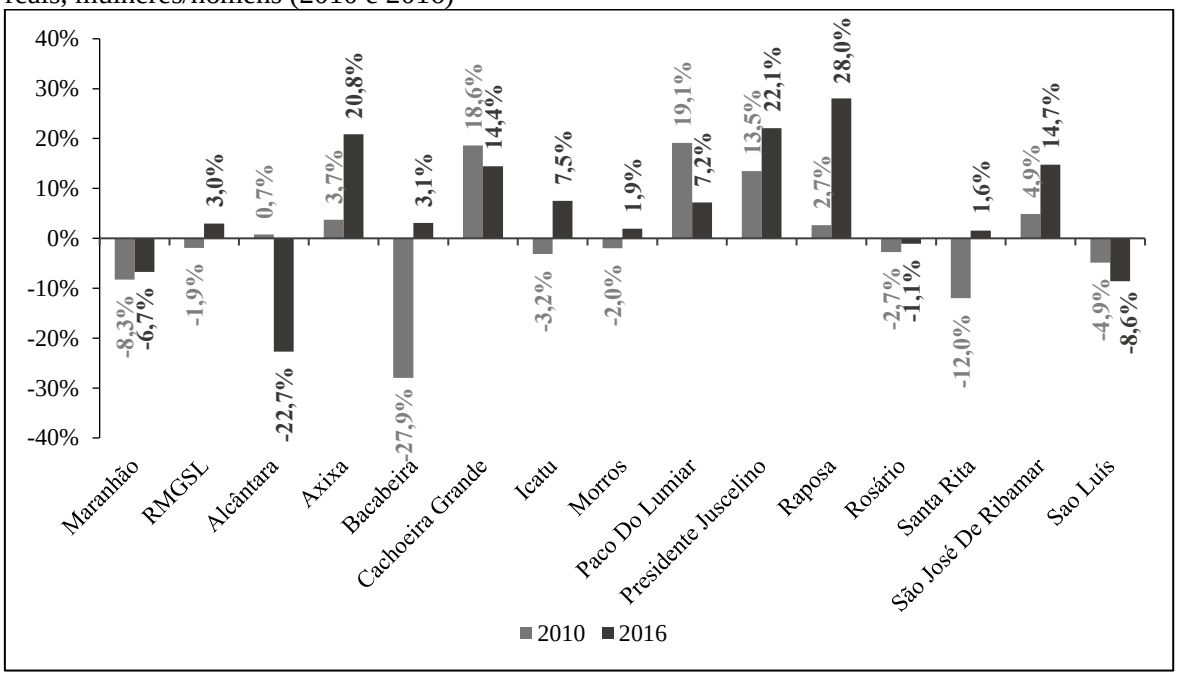
Fonte: RAIS (MTE); [1] Preços inflacionados pelo IPCA de 2016

Já na RMGSL, houve mudança. Em 2010, as mulheres recebiam, em média, R$ 1.387,39, menos que os homens, que obtinham um rendimento médio real de R$ 1.361,10; ou seja, as mulheres recebiam, em média, 1,9% menos que os homens. No entanto, em 2016, a realidade se altera, com as mulheres recebendo R$ 1.728,44, o que representa 3% mais que o rendimento médio real recebido pelos homens, isto é, R$ 1.678,38.

No que se refere aos municípios da RMGSL, de forma geral, tanto em 2010 quanto em 2016, na maioria dos municípios, as mulheres obtiveram remunerações médias reais inferiores às auferidas pelos homens. Em 2010, dentre os 13 municípios, em oito os rendimentos médios reais pagos ao gênero feminino superavam os proventos pagos ao gênero masculino; enquanto que em cinco (Icatu, Morros, Rosário, Santa Rita e São Luís) ocorre o inverso. Já em 2016, em apenas três municípios (Alcântara, Rosário e São Luís), as remunerações médias reais pagas aos homens foram superiores às das mulheres.

Quanto ao crescimento dos rendimentos, a taxa média de crescimento dos rendimentos foi de 2,42% no Maranhão e 3,6% na RMGSL. Nos municípios, por sua vez, o que vale destacar é que, dos cinco onde as mulheres obtiveram remunerações médias reais inferiores às auferidas pelos homens, apenas em São Luís, a taxa de crescimento do rendimento médio real auferido pelos homens superou (2,79%) o crescimento do rendimento das mulheres (2,11%). Esses diferenciais nos rendimentos podem ser melhor observados por meio da relação entre os rendimentos femininos e masculinos disposta no **Gráfico 74**.

Gráfico 74 - Maranhão, RMGSL e municípios da RMGSL: relação entre os rendimentos médios reais, mulheres/homens (2010 e 2016)



Fonte: RAIS (MTE)

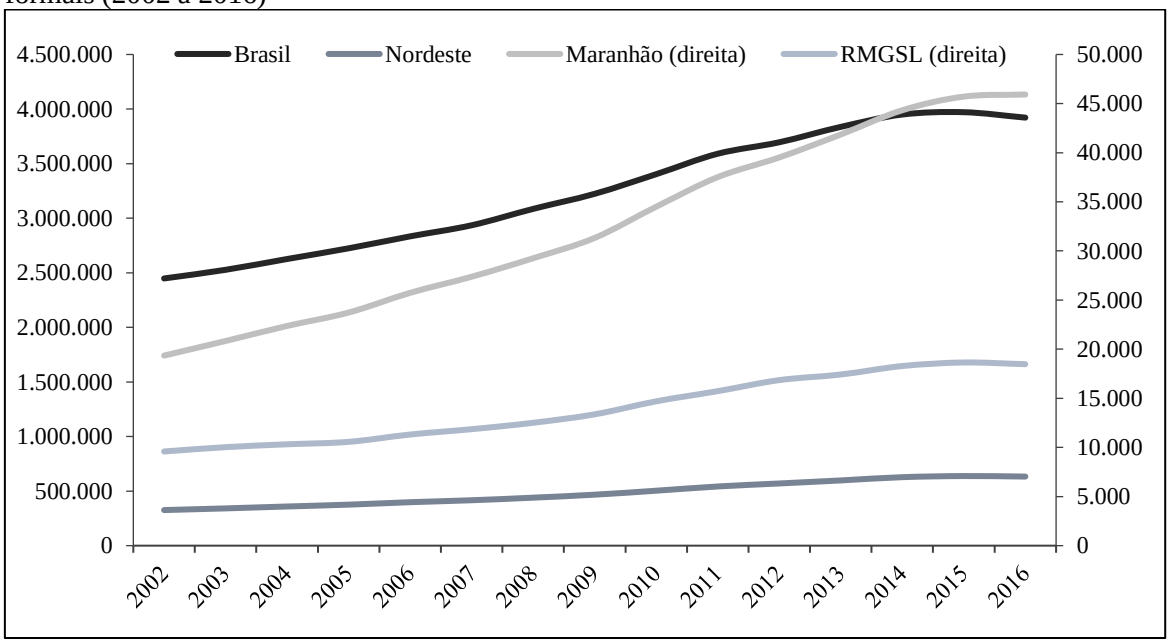
Mediante o **Gráfico 74**, é possível observar o quanto os rendimentos das mulheres representam em relação ao dos homens. De forma geral, vale destacar que a diferença entre os rendimentos caiu no estado, vez que, em 2010, o rendimento feminino era 8,3% menor que o dos homens e, em 2016, essa diferença cai para 6,7%. Na RMGSL, o movimento é mais significativo, visto que, em 2010, as mulheres recebiam 1,9% menos e, em 2016, passaram a receber, em média, 3% mais que os homens.

No que se refere aos municípios, destaca-se: Alcântara, onde o rendimento feminino, em 2010, superava o masculino em 0,7% e, em 2016, passa a ser menor em 22,7%; Bacabeira, onde, em 2010, as mulheres recebiam, em média, 27,9% menos que os homens e, em 2016, passam a receber 3,1% mais; Santa Rita, onde elas recebiam 12% menos que eles em 2010 e, em 2016, passam a receber 1,6% mais; e São Luís, onde recebiam 4,9% menos em 2010 e, em 2016, 8,6% menos que eles – o que revela aumento na diferença. Vale ressaltar que em Axixá (3,7% mais em 2010 e 20,8% mais em 2016), Presidente Juscelino (13,5% mais em 2010 e 22,5% mais em 2016), Raposa (2,7% mais em 2010 e 28% mais em 2016) e São José de Ribamar (4,9% mais em 2010 e 14,7% mais em 2016) passaram a ganhar uma remuneração ainda maior que os homens em 2016, um registro do aumento da diferença.

8.3.5 Estabelecimentos formais

O aumento do estoque de empregos formais ao longo do período indica uma elevação do número de postos de trabalho, o que, por sua vez, pode ser resultante da ampliação dos estabelecimentos já existentes ou do surgimento de novos estabelecimentos formais, em qualquer abrangência territorial. Nessa perspectiva, observa-se (**Gráfico 75**) que o número de estabelecimentos formais no Brasil apresentou evolução crescente até 2015, pois em 2016 houve queda no quantitativo de empresas, resultante, em grande parte, da queda da atividade econômica no país. Essa realidade refletiu também na maioria das abrangências aqui estudadas, com exceção do Maranhão que apresentou aumento no indicador (saiu de 45.712 em 2015 para 45.925 em 2016).

Gráfico 75 - Brasil, Nordeste, Maranhão e RMGSL: Evolução do número de estabelecimentos formais (2002 a 2016)



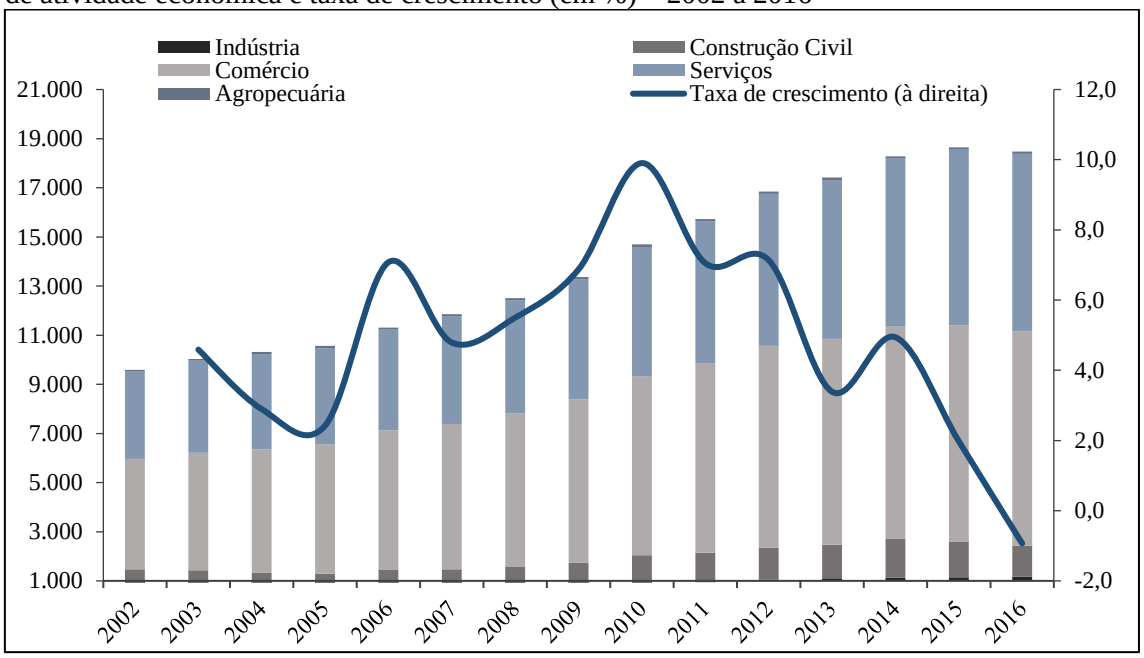
Fonte: RAIS (MTE)

Considerando o período como um todo, o número de estabelecimentos formais no Brasil saiu de 2,44 milhões em 2002 para 3,92 milhões de estabelecimentos em 2016. O Nordeste, por sua vez, registrou 325,9 mil estabelecimentos formais em 2002 e 632,7 mil em 2016. Já no Maranhão, os valores observados foram de 19,3 mil em 2002 e 45,9 mil em 2016. Na RMGSL, o número de estabelecimentos formais saiu de 9,5 mil em 2002 para 18,4 mil em 2016. Em termos percentuais, entre 2002 e 2016, a taxa de crescimento anual do número de estabelecimentos formais no Brasil foi de 3,42%, resultado abaixo das taxas de crescimento observadas no Nordeste (4,85%), Maranhão (6,36%) e RMGSL (4,79%).

O crescimento do número de estabelecimentos formais no estado em ritmo superior ao observado no âmbito nacional resultou do também ritmo superior de crescimento da atividade econômica no estado em relação à dinâmica nacional. Nessa perspectiva, o **Gráfico 76** apresenta a evolução do número de estabelecimentos formais apenas no Maranhão e a taxa de crescimento do número de estabelecimentos formais no estado.

Conforme é apresentado no **Gráfico 76**, é possível perceber que o número de estabelecimentos formais apresentou trajetória evolutiva crescente entre 2002 e 2016 no estado, saindo de 9.586 estabelecimentos em 2002 para 18.471 em 2016. Dividindo-se em períodos, entre 2002 e 2006, o número de estabelecimentos formais no estado cresceu 33%; entre 2002 e 2011, o crescimento foi de 93,9%; e de 137,3% entre 2002 e 2016. Considerando apenas os três últimos anos do período, a taxa de crescimento foi de 3,6%. De forma geral, a taxa média de crescimento foi de 6,39% ao ano.

Gráfico 76 - Maranhão: Evolução do número de estabelecimentos formais, de acordo com o setor de atividade econômica e taxa de crescimento (em %) – 2002 a 2016



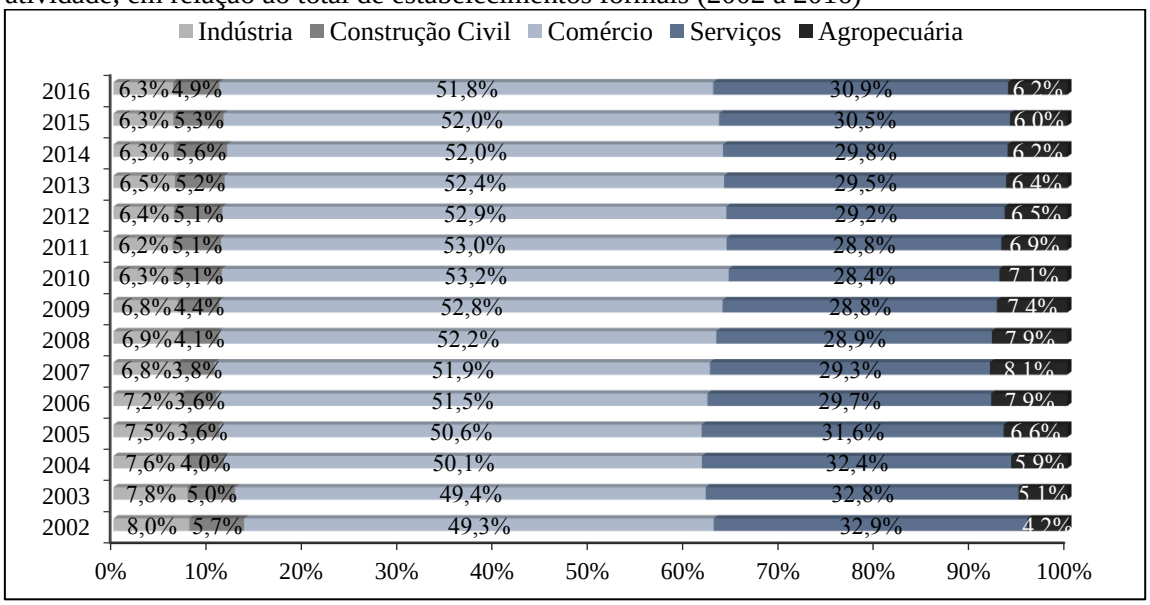
Fonte: RAIS (MTE)

De forma desagregada, os setores que registraram as maiores taxas de crescimento em relação ao número de estabelecimentos formais, comparativamente a 2002, foram os setores de Agropecuária e Comércio, seguido do setor de Serviços, Construção Civil e Indústria. Entre 2002 e 2016, a taxa de crescimento da Agropecuária foi de 251,2%, com taxa média de crescimento de 9,9% ao ano. Já o setor de Comércio cresceu 149,5% entre 2002 e 2016, com taxa média de crescimento de 6,8% ao ano. Os setores de Serviços, Construção Civil e Indústria, por sua vez, cresceram 123,2%; 101,1%; e 86,6%, respectivamente, entre 2002 e 2016, com taxas médias de crescimento ao ano de 5,9% (Serviços), 5,7% (Construção Civil) e 4,6% (Indústria).

Em termos participativos, a distribuição dos estabelecimentos formais no estado por setor de atividade é apresentada no **Gráfico 77**. A participação setorial no número de estabelecimentos formais no estado é majoritariamente dominada pelos setores de Comércio e Serviços. Estes são responsáveis por, em média, 51,7% e 30,2%, respectivamente, dos estabelecimentos formais no estado. A despeito dessa predominância, os setores apresentaram movimentos contrários no que se refere às suas participações. Isto é, enquanto um teve aumento de participação, o outro decresceu. O aumento participativo deu-se para o setor de Comércio, saindo de 49,3% em 2002 para 51,8% em 2016. Já o setor de Serviços apresentou decréscimo participativo, saindo de 32,9% em 2002 para 30,9% em 2016.

Os demais segmentos apresentaram participação média de 6,8% (Indústria), 6,6% (Agropecuária) e 47% (Construção Civil) entre 2002 e 2016. No que se refere aos movimentos participativos, dos três, somente o segmento da Agropecuária apresentou aumento participativo, saindo de 4,2% em 2002 para 6,2% em 2016. Já os setores da Indústria e Construção Civil registraram quedas participativas de 1,7% e 0,9%, respectivamente, em 2016, comparativamente a 2002, saindo de 8% e 5,7% em 2002 para 6,3% e 4,9%, respectivamente, em 2016.

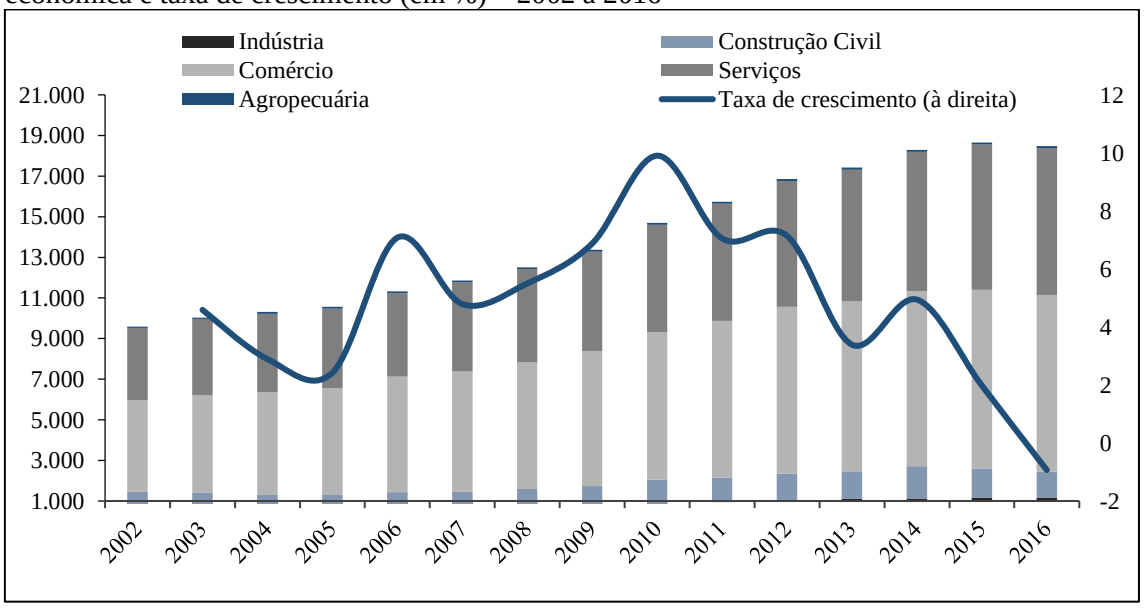
Gráfico 77 - Maranhão: Participação dos estabelecimentos formais, de acordo com os setores de atividade, em relação ao total de estabelecimentos formais (2002 a 2016)



Fonte: RAIS (MTE)

Quando observada a evolução do número de estabelecimentos formais somente para a RMGSL, é possível perceber que a trajetória evolutiva do número de estabelecimentos na RMGSL (**Gráfico 78**) assemelha-se à trajetória evolutiva do número de estabelecimentos formais no estado (**Gráfico 76**), indicando a importância relativa da RMGSL.

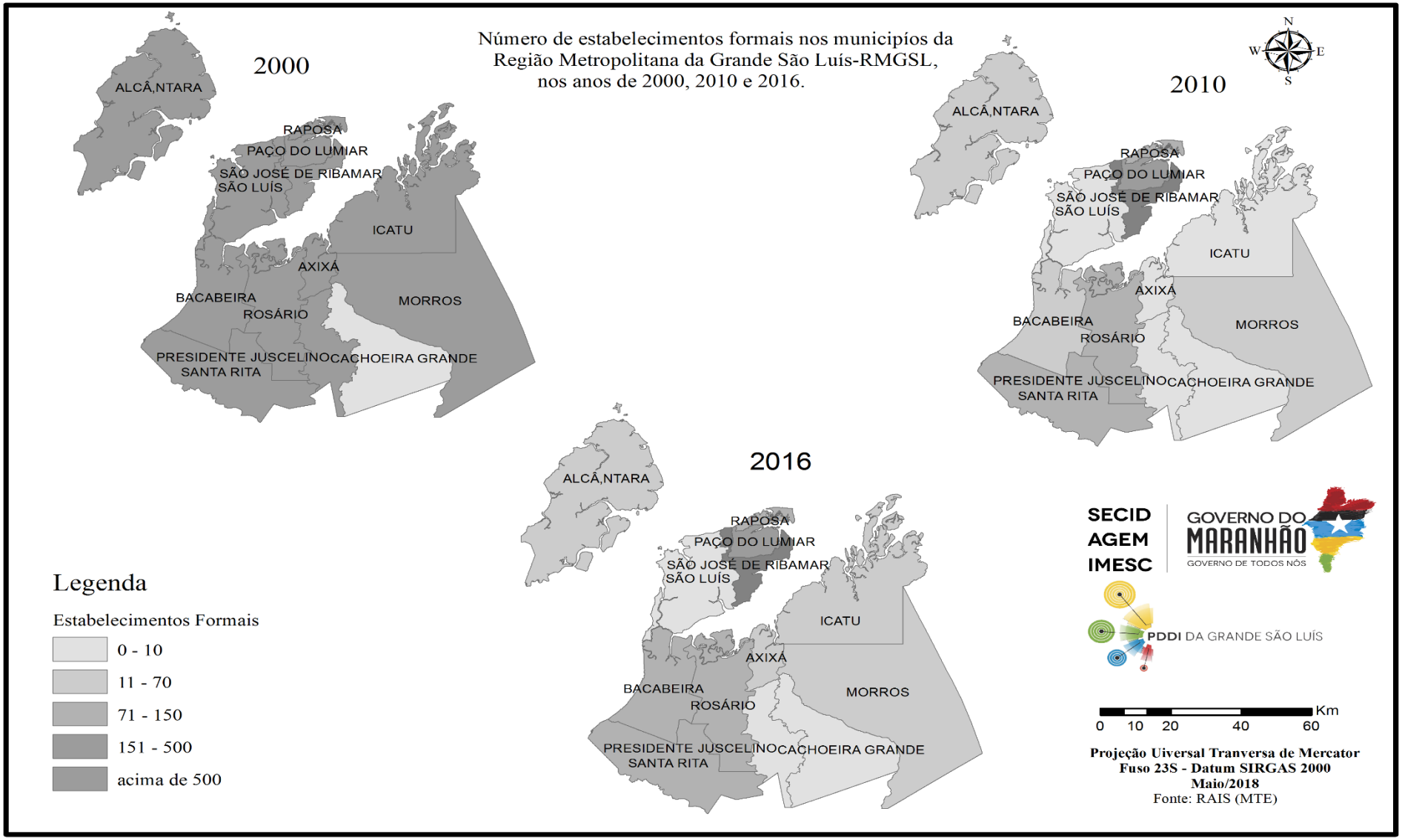
Gráfico 78 - RMGSL: Evolução do número de estabelecimentos formais por setor de atividade econômica e taxa de crescimento (em %) – 2002 a 2016



Fonte: RAIS (MTE)

Na abertura por municípios da Região Metropolitana, verifica-se que São Luís detém 86% dos estabelecimentos da Região, o que corresponde a 15.920 empresas em 2016. Apesar disso, considerando o período de 2000 a 2016, todos os municípios apresentaram uma expansão no quantitativo de empresas formais, sendo mais expressivo em São Luís (+7,8 mil) e São José de Ribamar (+1 mil). O **Mapa 11** ilustra a dinâmica dos estabelecimentos formais nos municípios que compõem a RMGSL.

Mapa 11 - Número de estabelecimentos formais nos municípios da RMGSL, nos anos de 2000, 2010 e 2016

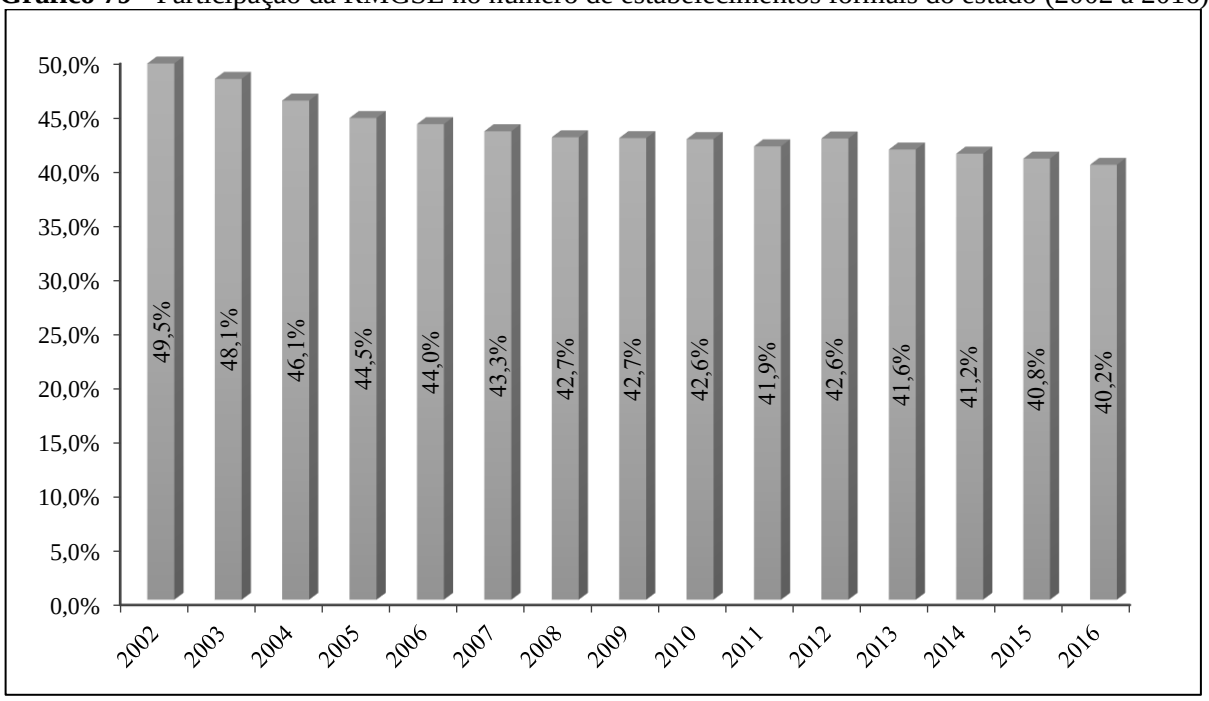


A trajetória evolutiva do número de estabelecimentos formais na RMGSL indica que houve aumentos sucessivos do número desses ao longo de todo o período, saindo de 9.586 em 2002 para 18.471 em 2016. Dividindo-se em períodos, entre 2002 e 2006, o número de estabelecimentos formais na RMGSL cresceu 18%; entre 2002 e 2011, o crescimento foi de 64,1%; e de 92,7% entre 2002 e 2016. Considerando apenas os três últimos anos do período, a taxa de crescimento foi de apenas 1%. De forma geral, a taxa média de crescimento foi de 4,83% ao ano.

De forma desagregada, os setores que registraram as maiores taxas de crescimento em relação ao número de estabelecimentos formais na RMGSL, comparativamente a 2002, foram os setores de Serviços (taxa de crescimento de 5,2% ao ano), Indústria (5% a.a.), Comércio (4,9% a.a.), Agropecuária (3,9% a.a.) e Construção Civil (3,4% a.a.).

O número de estabelecimentos formais na RMGSL indica o nível de importância da Região em termos de unidades de negócios e capacidade de geração de empregos para o estado. Nesse sentindo, no que se refere à participação dos estabelecimentos da RMGSL em relação ao total de estabelecimentos formais do estado, a RMGSL foi responsável por abrigar, em média, 43,5% dos estabelecimentos formais do estado entre 2002 e 2016. O **Gráfico 79** apresenta a participação da RMGSL no número de estabelecimentos formais no estado.

Gráfico 79 - Participação da RMGSL no número de estabelecimentos formais do estado (2002 a 2016)



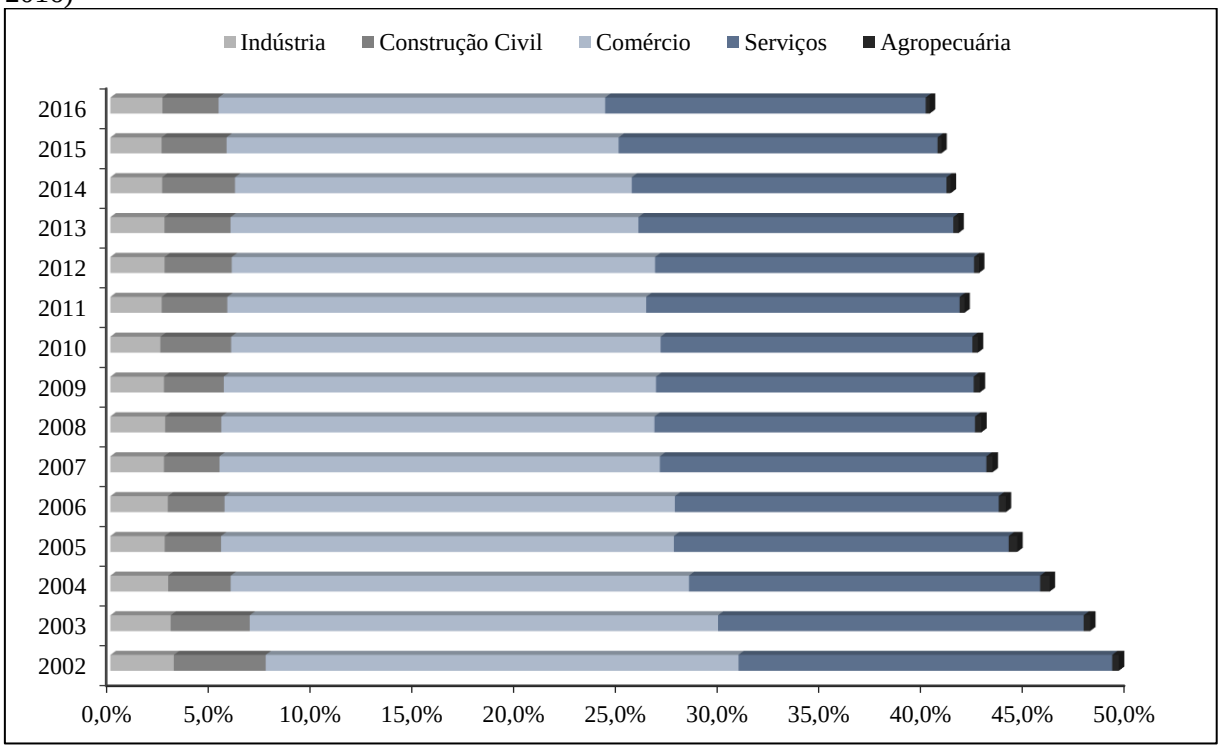
Fonte: RAIS (MTE)

Por meio do Gráfico 79, é possível observar que, apesar da participação média da RMGSL de 43,5% no total de estabelecimentos formais no estado, essa participação apresentou trajetória sucessiva de queda ao longo do período, com exceção de 2012, quando a participação da RMGSL foi superior à do ano imediatamente anterior.

De forma geral, a menor participação da RMGSL – haja vista ter saído de 49,5% em 2002 para 40,2% em 2016 –, considerando que houve aumento do número de estabelecimentos formais no estado (**Gráfico 76**), pode ser um indicativo de que há, em 2016, uma maior distribuição desses estabelecimentos no estado. Outrossim, pode haver uma mudança de comportamento dos empreendedores de cidades menores, no sentido de que esses podem estar optando por sair da informalidade, o que, por sua vez, reforça a proposição de melhor distribuição dos estabelecimentos formais.

Em termos setoriais, a participação dos estabelecimentos formais da RMGSL em relação ao total do estado e ao total da própria RMGSL é apresentada no **Gráfico 80** e no **Gráfico 81**, respectivamente.

Gráfico 80 - Participação setorial da RMGSL no total de estabelecimentos formais do estado (2002 a 2016)



Fonte: RAIS (MTE)

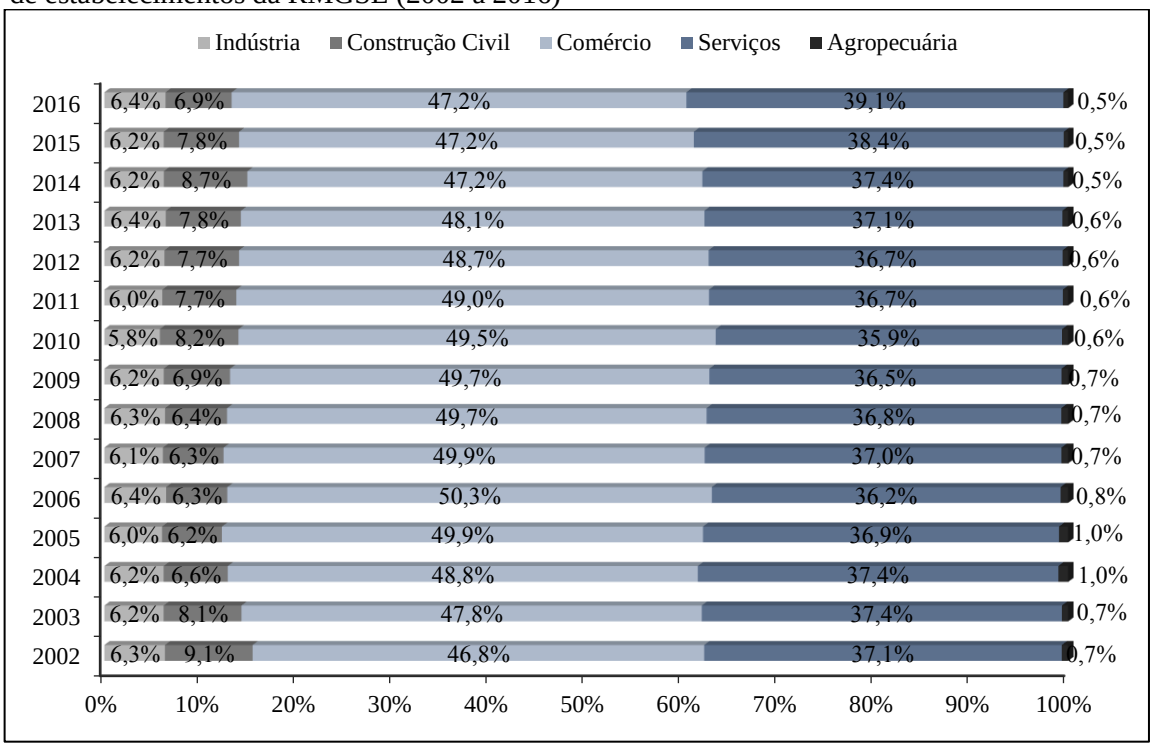
De acordo com os dados do **Gráfico 80** em termos setoriais, os segmentos da RMGSL com maior representatividade em relação ao total de estabelecimentos formais no estado são os setores de Comércio e Serviços, seguidos dos setores de Construção Civil, Indústria e Agropecuária.

Na distribuição setorial, os estabelecimentos formais do setor de Comércio da RMGSL representaram, em média, 21,1% do total de estabelecimentos formais do estado entre 2002 e 2016. O segmento de Serviços na RMGSL, por sua vez, correspondeu, em média, a 16,1% do total de estabelecimentos formais do estado no mesmo período. Já os setores de Construção Civil, Indústria e Agropecuária da RMGSL corresponderam, em média, a 3,2%; 2,7% e 0,3%, respectivamente, dos estabelecimentos formais existentes no estado entre 2002 e 2016.

A maior representatividade relativa dos setores de Comércio e Serviços decorre, em grande parte, do tamanho dos mercados dos municípios da RMGSL, os quais são influenciados, principalmente, por São Luís, Paço do Lumiar e São José de Ribamar.

Já no que se refere às participações setoriais em relação à própria RMGSL, o **Gráfico 81** reitera a importância dos segmentos de Comércio e Serviços. Esses setores foram responsáveis por, em média, 48,7% (Comércio) e 37,1% (Serviços) dos estabelecimentos formais existentes na RMGSL. Os setores de Construção Civil, Indústria e Agropecuária, por sua vez, apresentaram níveis participativos de 7,4%; 6,2% e 0,7%, respectivamente. A baixa participação do setor Agropecuário na média do período deve-se, basicamente, à pequena quantidade de áreas rurais destinadas à produção agro nesses municípios.

Gráfico 81 - Participação setorial dos estabelecimentos formais da RMGSL em relação ao total de estabelecimentos da RMGSL (2002 a 2016)



Fonte: RAIS (MTE)

Considerando a RMGSL como um todo, os municípios que a compõem apresentam alguns aspectos comuns no que se refere ao mercado de trabalho formal. O que se pode perceber, por meio dos dados da RAIS, é que, ponderando o emprego formal setorialmente, o setor de Serviços é o de maior representatividade na maioria dos 13 municípios da RMGSL.

Analisando individualmente os municípios da RMGSL, o setor de Serviços abriga, em média, mais de 90%[47]do emprego formal nos municípios de Alcântara (90,34%), Axixá (90,32%), Cachoeira Grande (96,6%) e Presidente Juscelino (98,2%). Além desses, nos municípios de Morros (86,9%), Paço do Lumiar (53,1%), Raposa (62,4%), Rosário (56,9%), Santa Rita (63,3%), São Luís (68,7%) e São José de Ribamar (66,2%), o referido setor mostrou-se responsável por, em média, mais da metade dos empregos formais entre 2000 e 2016. Somente no município de Bacabeira (26,3%), o setor não se mostrou predominante na geração de empregos formais no período.

Vale dizer que a participação significativa do setor de Serviços nos municípios deve-se, em grande medida, ao componente Administração Pública. A título de exemplo, nos municípios nos quais o setor representa mais de 80% do emprego formal, o setor público é responsável por, em média, 86,8% em Alcântara; 83,9% em Axixá; 96,5% em Cachoeira Grande; e 97,2% em Presidente Juscelino.

Além do setor de Serviços, o segmento de Comércio é o segundo que mais se destaca na geração de empregos formais para a maioria dos municípios da RMGSL, sendo o segundo setor com maiores percentuais de geração de empregos formais em nove dos 13 municípios, nos quais representa, em média: 7,6% em Axixá; 3,4% em Cachoeira Grande; 3,1% em Icatu; 12,2% em Morros; 20,3% em Paço do Lumiar; 1,3% Presidente Juscelino; 25,6% em Santa Rita; 15,9% em São Luís; e 17,8% em São José de Ribamar.

O setor de Construção Civil, por sua vez, mostrou-se significativo para a geração de empregos formais nos municípios de Bacabeira (20%), Paço do Lumiar (12%) e Raposa (16,1%), atingindo percentuais superiores a 10%. Já nos municípios de São Luís e São José de Ribamar, o referido setor foi

[47] Em relação ao total de empregos formais existentes no próprio município entre os anos de 2000 e 2016.

responsável por, em média, 9,5% e 6% do total de empregos formais gerados ao longo do período (2000-2016).

No que se refere à Indústria, o setor mostrou-se predominante na geração de empregos formais nos municípios de Bacabeira (47%) e Rosário (21,3%). Vale dizer que em Bacabeira o setor representa, na média, o principal setor para geração de empregos formais; enquanto que em Rosário é o segundo setor de importância nesse quesito. Já nos municípios de São Luís, Santa Rita e São José de Ribamar, o setor foi responsável por, em média, 7%; 6% e 9% dos empregos formais gerados entre 2000 e 2016.

Por fim, a maior participação relativa da Agropecuária na geração de empregos formais (também em relação ao total de empregos formais do próprio município) foi observada em Paço do Lumiar, em média, 8,1% do emprego formal gerado ao longo do período. Em Bacabeira e Santa Rita, o setor representou 3% dos empregos formais ao longo do período. A menor participação do segmento nos municípios dá-se, em parte pelo caráter urbano dos municípios da RMGSL e, em parte, como consequência do primeiro motivo, pelo menor número de área agricultável nos municípios.

Considerando a RMGSL como um todo, percebe-se significativa dependência dos municípios em relação ao setor de Serviços, demonstrando, em grande parte, a importância da Administração Pública na geração de empregos nos municípios. Nessas condições, faz-se necessário desenvolver ferramentas que estimulem a geração de empregos formais nos demais setores.

Vale ressaltar que, em função da forma de relação habitualmente praticada nos estabelecimentos comerciais e do caráter sazonal do setor, pode haver número significativo de pessoas trabalhando no segmento comercial, mas na informalidade, o que reduziria a participação do setor nos dados oficiais. Assim sendo, tão importante quanto fomentar a geração de empregos nos municípios da RMGSL é propiciar condições e incentivos para a formalização das relações trabalhistas/contratuais nos municípios.

9 DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL DA RMGSL

De acordo com Alves e Tavares (2007), o conceito de setor informal surgiu por meio da formulação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1972, em um trabalho que tratava da problemática do emprego no Quênia. Nesse trabalho, a OIT defendia a existência de dois segmentos: o formal, que tinha como principal característica sua composição por unidades produtivas organizadas e o setor informal, caracterizado por unidades produtivas não organizadas: "Nessa concepção, o setor informal possuía uma forma de organização da produção com pouco capital, em mercados não regulamentados e poucos competitivos" (ALVES & TAVARES, 2007, p. 427).

Ainda de acordo com as autoras, desde a década de 1990, é observado, nas médias e grandes cidades brasileiras, um grande crescimento da economia informal, que é acompanhada de crescimento de outras formas de trabalho não regulamentadas pela legislação trabalhista. Como consequência, as autoras citam o trabalho de Cacciamali (2000), o qual afirma que a informalidade pode ser representada e acompanhada por duas categorias de trabalhadores que são predominantes nesse processo: os assalariados sem registro e os trabalhadores por conta própria:

> [...] *os assalariados sem registro*, que são contratados de forma *ilegal* e não têm acesso a um conjunto de garantias sociais, e os *trabalhadores por conta própria*, que atuam na área de prestação de serviços e contam com a ajuda de familiares ou de ajudantes assalariados como extensão do seu próprio trabalho, visando à obtenção de uma renda para sua reprodução e de sua família (ALVES & TAVARES, 2007, p. 429) [grifos das autoras].

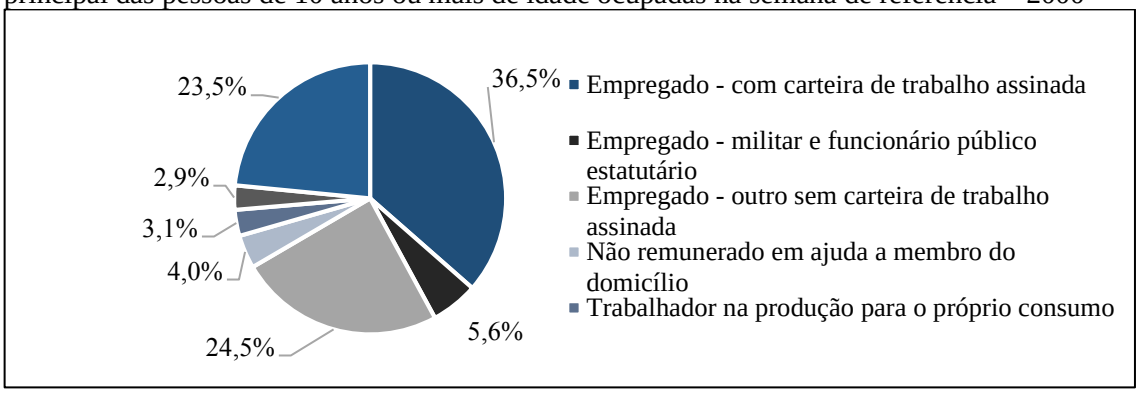
A importância do estudo desse setor específico é que, conforme Alves e Tavares (2007), a economia informal, em suas várias formas, mantém relações inseparáveis com o setor formal. Os trabalhadores informais dependem do movimento do trabalho formal, da renda desse setor, para sobreviver. Além disso, conforme as autoras, o aumento da concorrência no setor informal também atua como fator determinante da dinâmica do setor informal.

Nas seções a seguir, é feito um levantamento intercensitário da dinâmica do trabalho informal no Brasil, Grandes Regiões e no Maranhão. Esse levantamento é realizado seguindo a metodologia proposta pela OIT. Posteriormente, a metodologia proposta por Cacciamali (2000) é utilizada para analisar os mesmos recortes, comparando-se os resultados encontrados na RMGSL. Após o detalhamento da fonte de dados secundária disponibilizado pelo IBGE, são expostos os resultados da pesquisa de campo que buscaram identificar as dinâmicas atuais da economia informal nos municípios que fazem parte da RMGSL.

9.1 **Brasil, Grandes Regiões e Maranhão:** Dinâmica do Mercado de Trabalho Informal entre 2000 e 2010

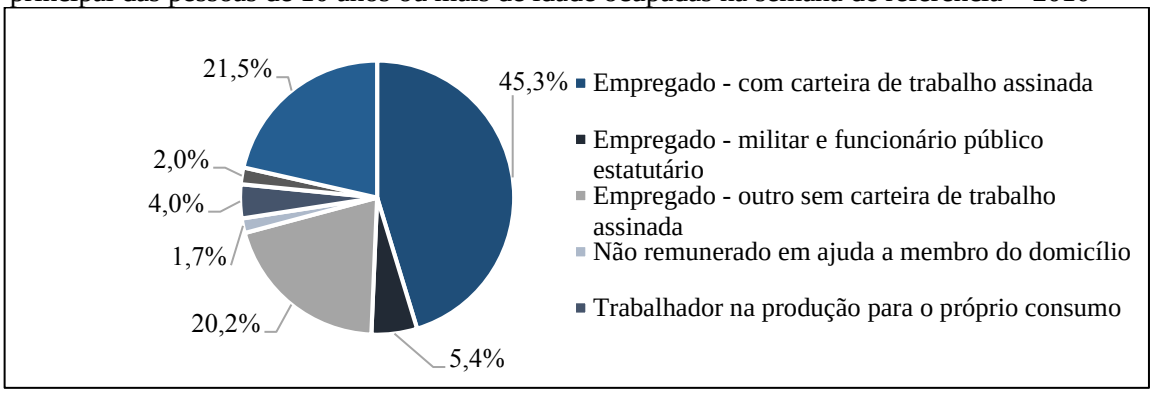
Os dados do Censo 2010, quando comparados ao Censo 2000, mostram que, caso seja considerado como trabalhador informal aquele trabalhador que não possui carteira de trabalho e que não está enquadrado na categoria de militar e funcionário público estatutário, no Brasil a informalidade saiu de 24,5% da População Ocupada em 2000, para 20,2% da População Ocupada em 2010, uma melhora de 4,3 p. p. no indicador, conforme **Gráfico 82** e **Gráfico 83** a seguir.

Gráfico 82 - Brasil: Participação (%) por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência – 2000



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010: Resultados da Amostra. Trabalho e Rendimento, 2012)

Gráfico 83 - Brasil: Participação (%) por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência – 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010: Resultados da Amostra. Trabalho e Rendimento, 2012)

De acordo com a **Tabela 75**, em um recorte das Grandes Regiões, o Nordeste, que em 2000 ocupava a segunda posição entre as regiões com maior proporção de trabalhadores informais, com 27,9% (estando atrás somente do Centro-Oeste com 29,6%) passou a ser a região com maior proporção de trabalhadores informais, com 27,4%, mesmo que ainda melhorando 0,5 p. p. nesse índice. Aliás, a menor melhora no índice dentre as Grandes Regiões, ou seja, o Nordeste, não foi capaz de acompanhar o ritmo de melhora, percebida no Brasil, no indicador de trabalho informal entre 2000 e 2010. Também é importante destacar que o Nordeste apresentou o maior crescimento (+7,1 p. p.) dentre as Regiões, ficando bem acima da média do Brasil (+4,3 p. p.) no total de empregados, ainda que não tenha se saído tão bem no indicador de empregados com carteira de trabalho assinada (menor índice das Regiões +7,9 p. p.).

Tabela 75 - Brasil e Grandes Regiões: Participação (%) e Variação (p. p.) por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência – 2000 e 2010

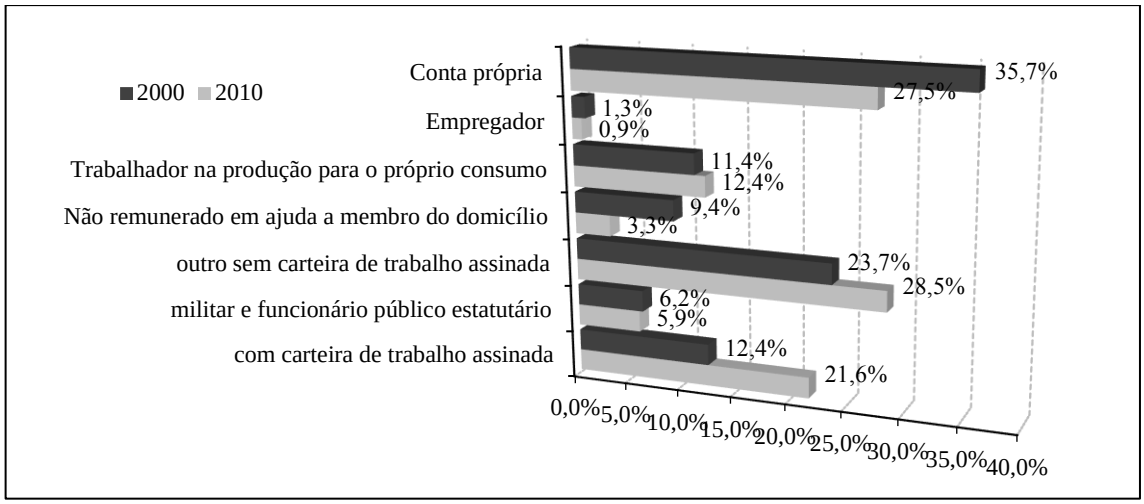
Brasil, Grande Região	Empregado – total[48]	Empregado			Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	Trabalhador na produção para o próprio consumo	Empregador	Conta própria
		Com carteira de trabalho assinada	Militar e funcionário público estatutário	Outro sem carteira de trabalho assinada				
Participação (%) 2000								
Centro-Oeste	72,0%	33,9%	8,6%	29,6%	2,0%	1,2%	3,4%	21,4%
Nordeste	56,8%	23,5%	5,4%	27,9%	6,6%	8,4%	1,9%	26,3%
Norte	56,1%	20,9%	8,1%	27,0%	6,6%	5,5%	1,8%	30,0%
Sudeste	73,7%	44,9%	5,3%	23,5%	1,6%	0,7%	3,3%	20,7%
Sul	64,0%	40,6%	4,6%	18,7%	6,1%	1,5%	3,6%	24,8%
Participação (%) 2010								
Centro-Oeste	73,9%	44,0%	8,6%	21,3%	1,6%	1,9%	2,1%	20,4%
Nordeste	64,0%	31,4%	5,2%	27,4%	2,4%	9,4%	1,3%	22,9%
Norte	61,2%	28,9%	7,8%	24,4%	2,7%	7,9%	1,2%	27,0%
Sudeste	76,3%	54,1%	4,8%	17,4%	1,2%	1,2%	2,1%	19,2%
Sul	69,1%	49,8%	4,7%	14,6%	1,8%	2,9%	2,8%	23,4%
Variação (p. p.) 2000 a 2010								
Centro-Oeste	1,9%	10,1%	0,0%	-8,2%	-0,4%	0,8%	-1,3%	-1,0%
Nordeste	7,1%	7,9%	-0,2%	-0,5%	-4,2%	1,0%	-0,6%	-3,4%
Norte	5,2%	8,0%	-0,3%	-2,5%	-3,9%	2,4%	-0,6%	-3,0%
Sudeste	2,6%	9,2%	-0,5%	-6,1%	-0,4%	0,5%	-1,1%	-1,5%
Sul	5,1%	9,1%	0,1%	-4,1%	-4,3%	1,4%	-0,8%	-1,4%

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010: Resultados da Amostra. Trabalho e Rendimento, 2012)

Quando é avaliada a situação do trabalho informal no Maranhão (**Gráfico 84**), percebe-se que em 2000 o estado aparecia como o 9º dentro da Região Nordeste com maior proporção de trabalhadores sem carteira assinada (23,7%) e o 19º no *ranking* das Unidades da Federação, estando abaixo do registrado em ambos os recortes setoriais. Essa situação mais confortável, se comparada aos demais, muda sensivelmente já que no ano de 2010, o Maranhão aparece como o 3º estado tanto na Região Nordeste como dentre as demais Unidades da Federação com maior proporção de trabalhadores sem carteira assinada (28,5%). Essa variação de +4,8 p. p., além de ter sido a maior dentre os estados, foi uma das poucas variações positivas, o que conota que o Maranhão é capaz de explicar, em grande medida, a razão de o Nordeste não ter acompanhado o ritmo de melhora do trabalho informal percebida no Brasil.

[48]A coluna 'Empregado – total' é equivalente à soma das colunas 'Empregado – com carteira de trabalho assinada', 'Empregado – militar e funcionário público estatutário' e 'Empregado – outro sem carteira de trabalho assinada'.

Gráfico 84 - Maranhão: Participação (%) por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência – 2000 e 2010



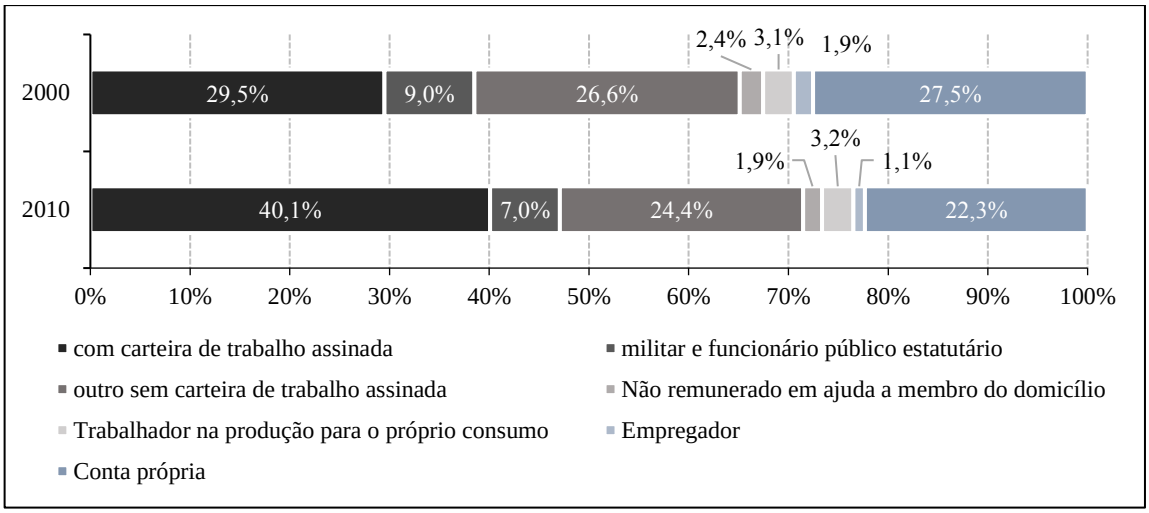
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010: Resultados da Amostra. Trabalho e Rendimento, 2012)

Outro ponto de destaque é o lugar que o Maranhão ocupa no *ranking* de cada uma das posições na ocupação e na categoria do emprego: última colocação no 'Empregado – total' e no 'Empregado com carteira de trabalho assinada' para os anos 2000 e 2010; segunda colocação com maior proporção de 'Não remunerado em ajuda a membro do domicílio' em 2000 e primeira em 2010; última colocação em 'Empregador'; e primeira colocação em 'Conta própria' em 2000 e segunda em 2010. Essas particularidades, associadas à já comentada variação de +4,8 p. p. no trabalho informal, colocam o Maranhão em evidência quanto à precariedade do trabalho encontrado no estado.

É possível apontar alguns pontos de vista positivos dessa dinâmica: no 'Empregado – total', o Maranhão apresentou variação positiva de 13,7 p. p. (a maior melhoria nessa posição na ocupação), bem acima do registrado em todos os recortes; o total de 'Não remunerado em ajuda a membro do domicílio' diminuiu 7,6 p. p. entre 2000 e 2010, ficando atrás apenas da melhoria registrada no Piauí; e o total de 'Conta própria' diminuiu 8,3 p. p., a melhor variação dentre todas as Unidades da Federação.

Considerando os 13 municípios que fazem parte da RMGSL, é possível visualizar, por meio do **Gráfico 85**, que a Região Metropolitana apresenta dinâmica do trabalho informal mais favorável que a registrada no Maranhão. O trabalho informal representava 26,6% da População Ocupada em 2000 na RMGSL, enquanto que em 2010 passou para 24,4%, uma melhora de 2,2 p. p.

Gráfico 85 - RMGSL: Participação (%) por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência – 2000 e 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010: Resultados da Amostra. Trabalho e Rendimento, 2012)

Os dados demonstram que, no início do século XXI, os municípios que compõem a Região Metropolitana estavam em pior situação, no tocante ao trabalho informal que aquele registrado no nível estadual (23,7%), situação que mudou em 2010, quando a RMGSL apresentou uma taxa de trabalhadores informais abaixo da registrada no estado (28,5%). Em outras palavras, a melhora observada no indicador da RMGSL contribui para atenuar o resultado de elevada informalidade no Maranhão em 2010. Apesar desse resultado, a RMGSL não apresentou índices de trabalho informal melhores que aqueles registrados no Brasil, enquanto que a melhoria do indicador (+2,2 p. p.) só foi superior à registrada no Nordeste (+0,5 p. p.).

Os dados do Censo 2010, quando comparados ao Censo 2000, mostram que, caso seja considerada como total de trabalhadores informais a soma do total de empregados sem carteira de trabalho assinada com o total de trabalhadores conta própria (ambos sem contribuírem para a previdência), houve redução da informalidade no Brasil. O indicador do país saiu de 40,6% da População Ocupada em 2000, para 33,3% da População Ocupada em 2010, marcando uma melhora de 7,3 p. p., conforme **Tabela 76** a seguir.

Tabela 76 - Brasil, Nordeste, Maranhão e RMGL: Distribuição dos ocupados por setor econômico entre 2000 e 2010

Ano/Setor	2000		2010	
	Formal	Informal	Formal	Informal
Brasil	59,4%	40,6%	66,7%	33,3%
Nordeste	50,1%	49,9%	56,1%	43,9%
Maranhão	44,2%	55,8%	51,0%	49,0%
RMGSL	50,5%	49,5%	59,5%	40,5%

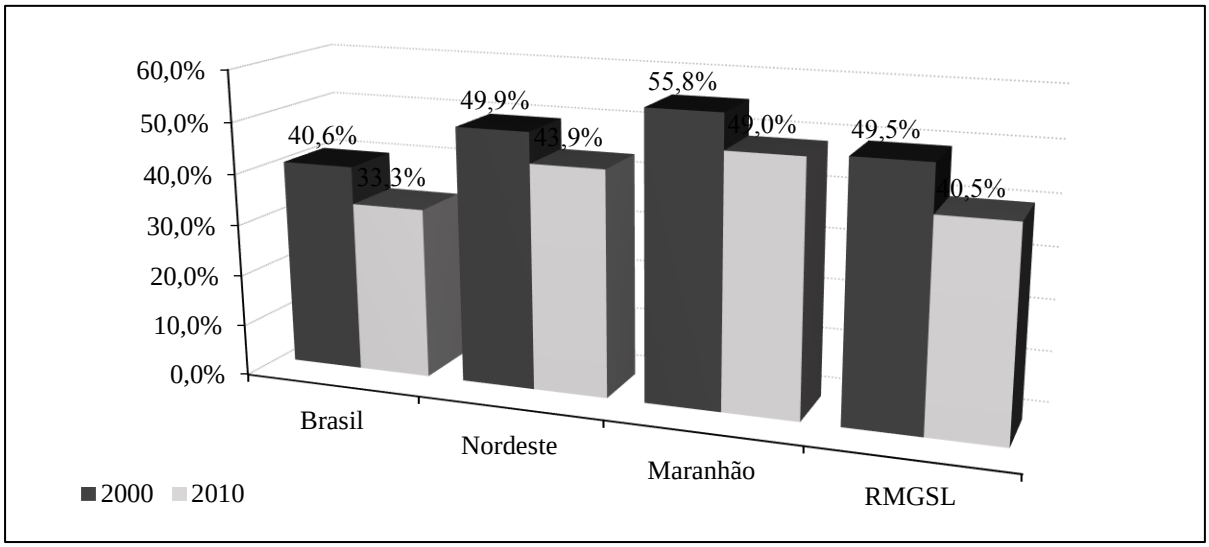
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010: Resultados da Amostra. Trabalho e Rendimento, 2012)

Já o Nordeste apresenta a menor melhoria (+5,9%) no recorte realizado na **Tabela 76**, saindo de 49,9% de trabalhadores informais em 2000 para 43,9% de trabalhadores informais do total da População Ocupada da Região. A análise mais detalhada dos dados (**Tabela 75**) aponta que o Nordeste não foi capaz de acompanhar o ritmo de melhora percebida no Brasil nos indicadores de precariedade de trabalho entre 2000 e 2010.

Nesse mesmo período, o Maranhão chega a melhorar 6,8% no índice, próximo à média alcançada pelo Brasil, enquanto a RMGSL apresentou melhora de todos os recortes realizados na pesquisa: saiu de um total de 49,5% de trabalhadores informais para 40,5% superior, inclusive, ao registrado no Brasil.

Os dados da **Tabela 76** e do **Gráfico 86** mostram que no início do século XXI os municípios que compõem a Região Metropolitana estavam em melhor situação, no tocante ao trabalho informal, que aquele registrado no nível estadual (55,8%), situação essa que permaneceu em 2010, quando a RMGSL apresentou uma taxa de trabalhadores informais também abaixo da registrada no estado (49,0%).

Gráfico 86 - Brasil, Maranhão e RMGSL: Participação do emprego informal entre 2000 e 2010



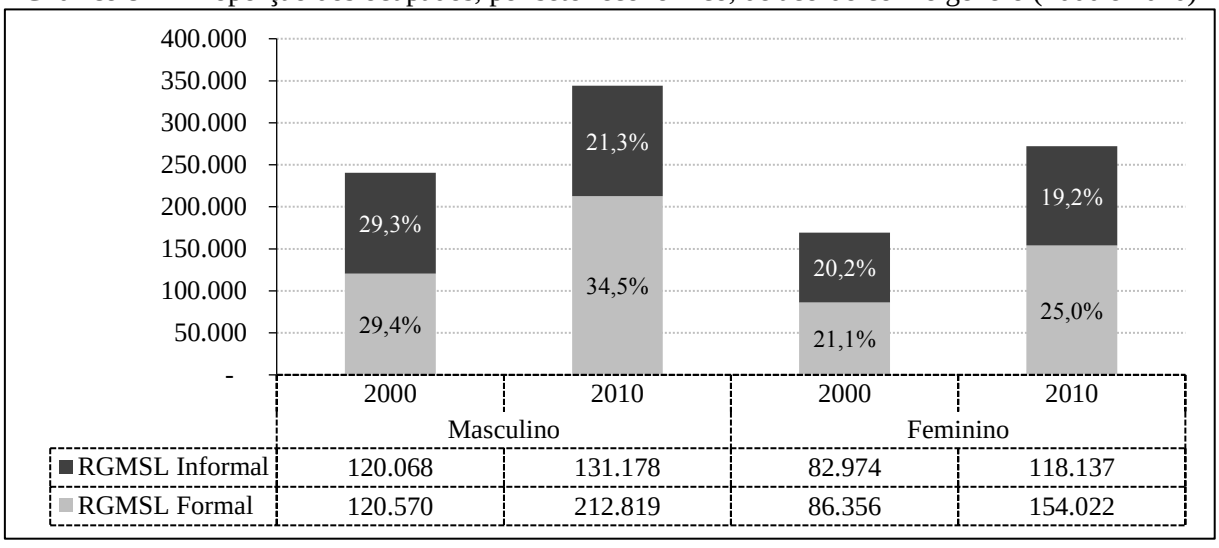
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010: Resultados da Amostra. Trabalho e Rendimento, 2012)

A Região Metropolitana colaborou com o resultado do Maranhão em 2010. Com esse resultado, a RMGSL apresentou índices de trabalho informal superiores àqueles registrados no Brasil, ainda que a melhoria do indicador (-9,0 p. p.) tenha sido superior à registrada em todos os recortes.

9.2 Trabalho Informal segundo o Sexo na RMGSL

A análise dos dados que compõem o **Gráfico 87** a seguir mostram que a redução da informalidade na RMGSL foi mais perceptível para o gênero masculino (-8,0 p. p.) do que para o gênero feminino (-1,1 p. p.).

Gráfico 87 - Proporção dos ocupados, por setor econômico, de acordo com o gênero (2000 e 2010)



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010: Resultados da Amostra. Trabalho e Rendimento, 2012)

A tabela abaixo, baseada nos Censo Demográfico 2000 e no Censo Demográfico 2010, mostra a quantidade de trabalhadores informais, por gênero e seu percentual.

Tabela 77 - Brasil, Nordeste, Maranhão e RMGSL: Distribuição dos ocupados, por setor econômico e gênero entre 2000 e 2010 – Valores Absolutos e Percentual

Recorte Geográfico	Setor	Valores Absolutos				Percentual			
		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	Formal	23.750.616	32.971.234	15.250.027	24.606.897	36,2%	38,2%	23,2%	28,5%
	Informal	17.109.480	16.852.078	9.519.768	11.923.630	26,1%	19,5%	14,5%	13,8%
Nordeste	Formal	4.981.183	6.806.007	3.232.474	4.886.035	30,4%	32,6%	19,7%	23,4%
	Informal	5.454.667	5.548.957	2.716.325	3.613.302	33,3%	26,6%	16,6%	17,3%
Maranhão	Formal	529.111	714.129	317.741	491.171	27,6%	30,2%	16,6%	20,8%
	Informal	737.155	712.147	330.033	443.941	38,5%	30,2%	17,2%	18,8%
Alcântara	Formal	2.444	2.793	1.945	1.618	31,2%	39,1%	24,8%	22,7%
	Informal	2.633	1.653	816	1.075	33,6%	23,2%	10,4%	15,1%
Axixá	Formal	1.114	1.108	731	847	30,8%	27,7%	20,2%	21,1%
	Informal	1.244	1.463	528	587	34,4%	36,5%	14,6%	14,7%
Bacabeira	Formal	817	1.928	296	1.136	30,3%	36,9%	11,0%	21,7%
	Informal	1.214	1.496	367	663	45,1%	28,6%	13,6%	12,7%
Cachoeira Grande	Formal	502	630	611	459	20,1%	28,1%	24,5%	20,5%
	Informal	1.185	765	194	390	47,6%	34,1%	7,8%	17,4%
Icatu	Formal	1.561	1.735	1.214	1.082	23,4%	27,7%	18,2%	17,3%
	Informal	2.805	2.258	1.095	1.195	42,0%	36,0%	16,4%	19,1%
Morros	Formal	1.253	2.014	1.114	1.637	27,8%	31,6%	24,7%	25,7%
	Informal	1.738	1.652	399	1.068	38,6%	25,9%	8,9%	16,8%
Paço do Lumiar	Formal	6.903	14.897	4.781	9.733	26,6%	35,0%	18,4%	22,9%
	Informal	9.039	10.269	5.250	7.613	34,8%	24,2%	20,2%	17,9%
Presidente Juscelino	Formal	681	994	917	693	19,7%	37,4%	26,5%	26,0%
	Informal	1.566	602	293	372	45,3%	22,6%	8,5%	14,0%
Raposa	Formal	616	2.023	307	1.372	12,4%	21,9%	6,2%	14,9%
	Informal	2.998	3.859	1.041	1.970	60,4%	41,8%	21,0%	21,4%
Rosário	Formal	3.392	4.176	1.830	2.766	33,7%	29,1%	18,2%	19,3%
	Informal	3.022	4.592	1.818	2.795	30,0%	32,0%	18,1%	19,5%
Santa Rita	Formal	1.883	3.569	1.169	1.992	31,0%	32,3%	19,2%	18,0%
	Informal	2.243	3.492	788	2.005	36,9%	31,6%	13,0%	18,1%
São José de Ribamar	Formal	8.383	20.969	4.439	12.051	27,1%	33,3%	14,4%	19,1%
	Informal	12.015	16.483	6.077	13.465	38,9%	26,2%	19,7%	21,4%
São Luís	Formal	91.021	155.983	67.002	118.636	30,3%	35,3%	22,3%	26,8%
	Informal	78.366	82.594	64.308	84.939	26,1%	18,7%	21,4%	19,2%

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010: Resultados da Amostra. Trabalho e Rendimento, 2012)

Dos treze munícipios que participam da RMGSL, somente Rosário (+3,5 p. p.) e Axixá (+2,2 p. p.) apresentaram aumento da informalidade. Raposa, Bacabeira, Presidente Juscelino, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e São Luís foram os municípios que mais contribuíram para a melhoria do trabalho informal na RMGSL. Importante destacar que apenas três municípios apresentaram redução da informalidade dentre as trabalhadoras (São Luís, Paço do Lumiar e Bacabeira), enquanto que Rosário foi o único município a apresentar aumento da informalidade para os trabalhadores do sexo masculino.

Em Rosário, o aumento ocorreu tanto para homens quanto para mulheres (+2,0 p. p. e +1,4 p. p.). Proporcionalmente, os homens foram os mais afetados nessa conjuntura, já que eles perderam 4,6 p. p. de participação no trabalho formal no período.

Em Axixá, o trabalho informal manteve-se estável na População Ocupada do sexo feminino, porém, o sexo masculino apresentou piora de 2,1% no índice, saindo de 1.244 trabalhadores informais em 2000 para 1.463 trabalhadores informais em 2010. Ocorrendo ainda redução de 3,1% no total de trabalhadores formais do sexo masculino.

Dentre os municípios da RMGSL, Raposa apresentou a melhor evolução do trabalho informal (-18,2 p. p.). Apesar disso, a redução foi muito mais favorável para o sexo masculino (-18,6 p. p.) que para o sexo feminino (+0,4 p. p.), que sofreu um pequeno aumento da informalidade no período.

Bacabeira apresentou uma das melhores evoluções no trabalho informal dentre os municípios da RMGSL (-17,3 p. p.). Apesar de ter havido melhora nos índices para os dois sexos, a formalidade cresceu mais as mulheres, enquanto que a informalidade apresentou a maior redução para os homens (-16,4 p. p.).

Presidente Juscelino apresentou o maior crescimento da formalidade entre o sexo masculino, saindo de 681 trabalhadores em 2000 para 994 em 2010 (+17,7 p. p.), porém, ocorreu perda de participação do sexo feminino no setor formal e aumento de sua participação no setor informal.

Paço do Lumiar apresentou redução da informalidade entre 2000 e 2010 (-13,0 p. p.). Essa redução foi maior entre a População Ocupada do sexo masculino (-10,6 p. p.) que entre a População Ocupada do sexo feminino (-2,3 p. p.).

São José de Ribamar apresentou uma boa evolução do trabalho informal (-11,0 p. p.). Apesar disso, a redução foi muito mais favorável para o sexo masculino (-12,7 p. p.) que para o sexo feminino (1,7 p. p.), que sofreu um pequeno aumento da informalidade no período.

São Luís apresentou boa evolução do trabalho informal (-9,6 p. p.). Apesar de resultados favoráveis tanto no trabalho formal quanto no trabalho informal, este último foi mais favorável para os homens (redução de 7,4 p. p.) que para as mulheres (redução de 2,2 p. p.).

Em Alcântara, proporcionalmente, a informalidade cresceu mais para a População Ocupada do sexo feminino (+4,6 p. p.) entre 2000 e 2010, enquanto que houve redução do trabalho informal para os homens (-10,4 p. p.) no mesmo período.

Em Morros, enquanto o trabalho informal masculino mostrou redução (-12,7 p. p.), o trabalho informal feminino apresentou o segundo maior aumento da RMGSL (+7,9 p. p.), saindo de 399 trabalhadoras em 2000 para 1068 em 2010.

Cachoeira Grande demonstrou a pior evolução da RMGSL no mercado informal para as mulheres. Houve redução da participação no mercado formal (-4,1 p. p.) e o maior aumento no mercado informal (+9,6 p. p.), saindo de 194 mulheres no trabalho informal nos anos 2000 para 390 mulheres 10 anos mais tarde.

O que chama a atenção em Icatu é que a informalidade cresceu mais entre as mulheres (+2,7 p. p.) no período de 2000 a 2010, ao mesmo tempo que o trabalho formal dentre as mulheres perdeu participação no total da População Ocupada no mesmo período (-0,9 p. p.).

Santa Rita apresentou a menor redução da informalidade dentre os municípios da RMGSL (-0,1 p. p.). Resultado do aumento proporcionalmente igual da informalidade no sexo feminino, enquanto que houve redução da informalidade do sexo masculino (cerca de 5,2 p. p. respectivamente).

Em suma, a informalidade na RMGSL está concentrada nos trabalhadores de sexo feminino, ainda que venha ocorrendo melhoria no agregado do indicador.

9.2.1 Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo encontrou mais estabelecimentos informais (56,3% do total) do que estabelecimentos formais[49], totalizando 583 estabelecimentos informais, sendo que a seção de atividade com maior representatividade de estabelecimentos informais foi o Comércio com 454 estabelecimentos (43,8% do total de estabelecimentos e 77,9% do total de estabelecimentos informais).

[49] Medidos pela existência, ou não, de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Em relação à quantidade de estabelecimentos informais, a divisão de atividade *Confecções* é, na RMGSL, a mais representativa: 21,8% do Comércio e 17,0% do total de estabelecimentos informais, sendo que a maior parte desses estabelecimentos (67,9%) surgiu a partir do início da década de 2010. Quanto ao local de compras das mercadorias, assim como em boa parte de todo o território pesquisado, majoritariamente 73,6% dos estabelecimentos as realizam em municípios que não fazem parte da RMGSL, tanto pela inexistência do produto no mercado local quanto pela questão do preço. Em segundo lugar, aparece São Luís atendendo a 20,3% dos estabelecimentos de *Confecções* situados na RMGSL.

Em **Alcântara**, na sede do município, conforme dados obtidos na pesquisa de campo, foi possível observar que as mercadorias vendidas pelos comerciantes da cidade são, em geral, compradas em São Luís ou são fruto de outras localidades não pertencentes à Região Metropolitana de São Luís.

Quanto aos fatores citados pelos comerciantes como entraves ao desenvolvimento do comércio na cidade, alguns aspectos relacionados ao turismo foram destacados. Isso porque, segundo a pesquisa de campo, a cidade possui infraestrutura inadequada para receber turistas. Além disso, os guias existentes no município, em número insuficiente, mostram-se pouco qualificados.

Outro aspecto relacionado aos guias é que, segundo informações de alguns lojistas, costuma haver prática de conluio entre guias e lojistas, de tal forma que os turistas são sempre conduzidos às mesmas lojas. Adicionalmente, destaca-se o fato de que não existem espaços adequados na cidade para estacionamento, o que constitui um fator de desestímulo aos visitantes.

Outro fator diretamente destacado por aqueles envolvidos em venda de artigos direcionados a turistas é que inexiste na cidade uma feira turística ou de artigos de artesanato, bem como há carência de investimentos em turismo e eventos turísticos, o que estimularia e impulsionaria as vendas do segmento.

Quanto ao acesso à cidade e às mercadorias vendidas no município, foi observado que Alcântara enfrenta um entrave relacionado à dificuldade de transporte e de acesso a crédito. Ambos os fatores contribuem negativamente para a expansão da quantidade e da diversidade de mercadorias na cidade. Somam-se à dificuldade de acesso a crédito, os altos custos com aluguéis despendidos pelos lojistas, o que, por sua vez, induz a redução nas margens de lucro desses. Por fim, ainda no que diz respeito aos transportes, constitui demanda do comércio local a padronização dos horários de saída dos catamarãs e lanchas, já que somente em períodos festivos (Festa do Divino e de São Benedito), há um fluxo maior desses modais.

Além das dificuldades financeiras próprias dos comerciantes, o fato de que, na cidade, inexiste oferta de emprego compatível com a demanda, há dependência do comércio do município em relação à folha de pagamento da prefeitura, há dificuldades de transporte e é muito praticada a venda sob a forma de “fiado” incorpora dificuldades adicionais ao comércio local.

Figura 18 - Alcântara: Principais vias de comércio – Centro e Feira da Cidade

Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

Em relação ao Cujupe, dentre as dificuldades apresentadas, está a falta de espaço para armazenamento das mercadorias (os comerciantes precisam transportar as mercadorias todo início de manhã e final de tarde) e o fato de que a mudança da estrutura não fornece espaço suficientemente adequado para dispor todos os itens a serem vendidos.

Na sede de **Axixá**, dentre as dificuldades expostas pela maioria dos comerciantes, está o fato de que o município não possui agência bancária, o que faz com que os moradores dos municípios acabem consumindo em outro município, especialmente Rosário, onde os produtos são mais baratos. Outra dificuldade exposta pelos comerciantes é que a redução do número de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família vem impactando negativamente no comércio da região. Outra situação é a respeito da saúde, a maior parte das reclamações está relacionada à falta de médicos na cidade, a qual normalmente só é atendida por uma minoria de enfermeiros.

Em relação à pesca, o volume de cultivo de peixes caiu fortemente nos últimos anos o que afetou a comercialização nas feiras e peixarias. Atualmente, os comerciantes compram peixes de municípios mais distantes, como Raposa e Icatu. Na pesquisa de campo, também foi constatado que a produção de carvão e de sabão de andiroba é predominantemente informal, enquanto que a produção de juçara já conta com estabelecimentos formais.

De acordo com os dados de campo, os estabelecimentos pesquisados que atuam na atividade *Frigoríficos* do município compram de um só produtor, o qual pratica abate e é o único que possui certificado pelo Serviço de Inspeção Estadual (SIE), de acordo com a pesquisa de campo. Uma questão apontada foi que o aumento da metropolização levou à elevação da clandestinidade: os frigoríficos de São Luís conseguem vender no município sem o SIE.

Figura 19 - Axixá: Principal via de comércio e venda de juçara

Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

Quantos aos comércios mais distantes da sede, o povoado Rui Vaz é especializado na produção de juçara, sendo que, quando não há produção local (nos meses de outubro a dezembro), os produtores compram a fruta em outros municípios para beneficiamento (Barreirinhas, Codó e Pará). Conforme adiantado, a produção de juçara já conta com estabelecimentos formais.

Os comerciantes dos povoado Veneza e Belém afirmam que, antigamente, as vias ruins impossibilitavam a entrega de produtos em seus estabelecimentos, mas com o asfaltamento recente em algumas dessas vias, os representantes de produtos alimentícios agora já circulam na região. Porém, o fluxo do comércio é pequeno e parte relevante das vendas é vendida a crédito “fiado”. Além disso, o atraso no pagamento dos funcionários da prefeitura também impossibilita maior dinamismo na economia dos povoados.

Segundo os dados coletados pelos pesquisadores de campo no município de **Bacabeira**, há muitas reclamações sobre o baixo nível de renda na cidade, gerado pelo excesso de desemprego, o que faz com que o comércio na cidade não consiga se desenvolver.

A falta de agência bancária também é um sério problema que tem vigorado no município. Segundo os dados da pesquisa, já houve um correspondente bancário na cidade, que funcionava na agência dos correios, porém devido a assaltos e constante nível de insegurança, foi fechado. A ausência de bancos comerciais na cidade, além de provocar um deslocamento de moradores para agência bancária de Rosário, enfraquece ainda mais o seu comércio local, tendo em vista que, geralmente após o saque, esses moradores optam por fazer compras no município de Rosário.

Outra reclamação dos comerciantes locais foi a respeito da inexistência de uma área de comércio na cidade, o que faz com que o comércio seja descentralizado. Segundo os comerciantes, esse fato resultou em reivindicação por um mercado municipal na cidade, a qual no momento ainda não foi atendida.

Figura 20 - Bacabeira: Comércio às margens da BR-135 e Madereira

Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

A falta de fornecedores no município é um dos problemas que gera aumento no custo dos insumos, uma vez que os comerciantes precisam se deslocar em grandes distâncias, a fim de comprar suas mercadorias para revenda.

Porém, a maior reclamação ouvida no município foi a respeito da construção do novo elevado no trecho da BR-135 que corta a cidade. Segundo os comerciantes entrevistados, o município sempre teve um comércio extremamente dependente do fluxo na rodovia e com a obra em fase de conclusão, os carros que trafegam de um lado da BR conseguem visualizar os estabelecimentos comerciais que estão no entorno. Embora seja possível visualizá-los, a construção do elevado dificultou a travessia de pessoas e passageiros entre as margens da BR, resultando em um menor número de clientes para os estabelecimentos e um desestímulo aos donos comercias em manter o seu negócio.

Para a população, o problema tende a se agravar com a conclusão da obra, pois uma vez concluída, os carros que passarem no sentido São Luís – Santa Rita ou Santa Rita – São Luís não passarão em frente a nenhum dos comércios da cidade. Sendo assim, essa mudança restringirá ainda mais o número de compradores, passando em frente aos comércios apenas aqueles que tiverem a intenção de sair da BR-135 em direção a MA-402.

Na sede de **Cachoeira Grande**, de forma geral, segundo os dados da pesquisa de campo, foi possível perceber que as mercadorias compradas pelos comerciantes do município são, predominantemente, de São Luís, Rosário e/ou Morros. Isto é, esses municípios constituem os centros de abastecimento de Cachoeira Grande para mercadorias diversas.

Quando vistas algumas mercadorias em específico, percebeu-se que o abastecimento de carne e frango do município é feito por frigoríficos e abatedouros de São Luís e Axixá. A juçara, por sua vez, é comprada em Belém, com exceção dos meses de outubro a dezembro, quando o fruto é comprado no próprio município.

No que se refere às dificuldades apontadas pelos comerciantes, ainda segundo a pesquisa de campo, a dependência do comércio em relação aos pagamentos da folha salarial da prefeitura constitui fator decisivo para o volume de comércio no município. Isso porque os empregos na Administração Pública representam, em média, 97% dos empregos formais no município entre 2000 e 2016.

Figura 21 - Cachoeira Grande: Rua do Comércio

Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

Em sentido complementar, outros dois aspectos que inibem o desenvolvimento da atividade comercial no município são a inexistência de uma agência bancária e a dificuldade de acesso ao município. Com a falta de uma agência, os residentes deslocam-se geralmente para Rosário, onde realizam seus saques na agência bancária do município e efetuam suas compras, devido à forte diversificação de produtos existentes no local. Já em relação ao segundo, a inexistência de uma ponte de ligação entre Cachoeira Grande e Presidente Juscelino inviabiliza a expansão do número de clientes no comércio, já que atualmente a travessia é feita por balsas/barcas improvisadas.

Com relação aos povoados mais afastados da sede, durante as pesquisas nos povoados de São José dos Lopes, Belágua e Mirinzal, foi possível perceber que a produção de farinha mostra-se uma atividade importante, no entanto, predominantemente, destinada ao autoconsumo.

Segundo relatado na pesquisa de campo no município de **Icatu**, uma das principais reclamações envolvia a feira da cidade. Os feirantes não têm local dedicado ao comércio, realizando-o de forma improvisada em uma das ruas do município.

A dependência do comércio em relação à folha de pagamento da prefeitura, também, foi apontada por grande parte dos comerciantes locais, pois a cidade é bastante dependente dos empregos gerados pela prefeitura. Outra reclamação frequente foi a falta de agência bancária na cidade, a qual faz com que os moradores precisem sacar dinheiro em outros municípios, principalmente em Rosário, onde optam por realizar compras, devido à variedade de produtos, o que resulta em uma menor dinamização do comércio em Icatu.

Figura 22 - Icatu: Principal via de comércio e Porto de Pesca

Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

Além disso, ponderações como falta de segurança na cidade e baixa infraestrutura, como saneamento básico precário e falta de água encanada em determinados locais, também, foram observadas durante a pesquisa.

De acordo com os entrevistados pela equipe de pesquisa de campo na cidade de **Morros**, o comércio é fortemente movido pelo turismo gerado por seus rios perenes com cachoeiras próprias para banho, porém, não existe na cidade uma boa infraestrutura para receber essa demanda de visitantes. Esse fato faz com que o município não tenha todo o seu potencial turístico explorado e dificulta uma alavancagem dos pequenos e médios empresários. Dentre alguns dos exemplos citados pelos moradores locais, está o fato de existir apenas uma grande pousada na cidade e essa se situar distante do centro comercial do município. Já as outras pousadas são de menor porte e situam-se em localidades de difícil acesso (estrada de piçarra), as quais apresentam poucos visitantes no período chuvoso.

Figura 23 - Morros: Principais vias de comércio

Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

Outro ponto que dificulta o turismo na região é o fato de não existir agência bancária na cidade. Sendo assim, quem visita Morros acaba tendo o consumo limitado, o que prejudica tanto a experiência do visitante quanto o comerciante local. Além disso, a falta de agência bancária prejudica também o comércio interno, uma vez que os moradores locais precisam ir até outro município, em geral, Rosário, para conseguirem sacar dinheiro. Por essa razão, acabam fazendo suas compras lá mesmo, o que dificulta as vendas em Morros.

Foi observado, durante a pesquisa na cidade de **Paço do Lumiar**, que na feira próxima à Rua 101, havia um projeto para construção do espaço destinado aos feirantes que não foi concluído. Os

feirantes foram movidos para o meio da rua e lá estavam até o momento da pesquisa. Tanto os feirantes quanto os comerciantes dos arredores da feira reclamaram bastante da poluição e bagunça gerada na rua.

Para os comerciantes, trata-se de um grande problema a rua ser fechada aos fins de semana, por conta do grande fluxo de pedestres na feira, o que reduz o fluxo de suas vendas e prejudica seu faturamento mensal. Esse problema seria sanado, caso a obra do mercado fosse concluída, já que esse fluxo de pedestres não mais seria um problema para o trânsito na via.

Figura 25 - Paço do Lumiar: Feira da Cidade

Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

Já na outra feira existente na cidade, a feira às margens da Estrada de Ribamar, houve um grande número de reclamações sobre a redução nas vendas depois da realocação que os retirou da avenida. Grande parte das reivindicações foi em razão, principalmente, da falta de estacionamento apropriado no local e do esgoto a céu aberto que corta a rua.

De acordo com os dados da pesquisa de campo, na sede de **Presidente Juscelino**, dentre as principais dificuldades apresentadas pelos envolvidos na atividade comercial, está o fato de que o município não possui agência bancária. Isso faz com que o volume de comércio no município seja reduzido, já que os residentes, ao saírem do município para realizarem seus saques, acabam despendendo parte de seus proventos nos municípios de saque, especialmente em Rosário.

Outra dificuldade apresentada pelos comerciantes é a dependência do município em relação à prefeitura, no que se refere à geração de empregos e à frequência dos pagamentos realizados pela prefeitura. Essa dependência é corroborada pelos dados da RAIS, segundo os quais, entre 2000 e 2016, em média, 92,2% dos empregos formais no município corresponderam a empregos na Administração Pública. Dessa forma, quando há atrasos ou adiamentos de pagamentos da folha salarial nesse setor, o comércio local é pouco dinamizado.

Figura 26 - Presidente Juscelino: Produção de canoa e produção de farinha

Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

No campo da infraestrutura, um entrave indicado pelos comerciantes foi a inexistência de melhores condições para travessia Presidente Juscelino – Cachoeira Grande, ou seja, inexistência de uma ponte, por exemplo. Se esse problema fosse sanado, beneficiaria comercialmente ambos os municípios, tanto por vias diretas (tráfego entre os residentes dos municípios) quanto por vias indiretas (tráfego de passageiros que poderiam utilizar a facilidade de travessia para reduzir o tempo de trajeto até Barreirinhas).

Com relação aos povoados mais afastados da sede, foi possível perceber que a produção de farinha mostra-se uma atividade importante, no entanto, predominantemente, destinada ao autoconsumo. Além dessa, a produção de canoas também é bastante disseminada em povoados do município, a despeito das condições, em geral, rudimentares de sua fabricação. Destaca-se ainda que com a implementação do seguro defeso e a piracema, houve uma migração dos trabalhadores que exerciam atividades de lavoura e atualmente atuam somente na pesca.

De acordo com os dados da pesquisa de campo, na sede do município **Raposa**, as mercadorias vendidas pelos comerciantes são compradas, principalmente em São luís e no próprio município. No entanto, vale ressaltar a forte comercialização de artigos de renda no município, sendo que os fios e linhas utilizados são comprados em outro estado (Ceará). Além disso, destaca-se que a maioria das proprietárias desse ramo é composta por rendeiras, as quais fabricam parte ou a totalidade de suas mercadorias.

No que se refere às dificuldades relatadas pelos comerciantes, a insegurança e a falta de infraestrutura do município constituem fatores de entrave ao comércio local e às atividades turísticas. Em relação a esta última, a falta de investimentos tanto na infraestrutura da cidade quanto na divulgação dos pontos e passeios turísticos impede que a cidade possa explorar melhor esse nicho de mercado. Segundo a pesquisa de campo, um exemplo da falta de investimentos na atividade turística está na não realização da padronização das lojas de artigos de renda (na rua conhecida como Zona da Renda).

Outro fator de entrave refere-se à ausência de uma agência bancária no município e isso faz com que o fluxo de dinheiro na cidade seja menor, já que os residentes precisam ir até outro município (geralmente São José de Ribamar ou São Luís) para sacar seus proventos. Sendo assim, acabam realizando parte de suas compras logo após o saque.

Figura 28 - Raposa: Feira da cidade e turismo

Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

Nos locais mais afastados da sede, como por exemplo, Porto do Braga, Porto do Garrancho e Vila Bom Viver, alguns aspectos merecem destaque. O primeiro deles refere-se ao fato de que os pescadores enfrentam cada vez maiores dificuldades na pesca. Essas, por sua vez, resultam, em parte, da redução dos cardumes nas proximidades, o que faz com que os pescadores enfrentem distâncias mais longas em suas jornadas; em parte, do fato de os pescadores tomarem dinheiro emprestado a taxas de 50% ao dia e/ou até 300% quinzenalmente, por não disporem de recursos financeiros suficientes.

Em segundo lugar, destaca-se que há um movimento de migração de barcos maiores para o Pará – dadas as maiores distâncias necessárias para pesca –, o que faz com que os peixes sejam vendidos por lá mesmo. Em virtude de os barcos não atracarem mais na cidade, houve redução do fluxo de pessoas e, consequentemente, de comércio no município. Por fim, um terceiro ponto, muito em decorrência dos dois primeiros, é o movimento de migração dos pescadores para o setor de Construção Civil (viajam para Santa Catarina para trabalhar nessa atividade), por esse ser um setor que não demanda alto nível de qualificação para as atividades mais "braçais".

Na sede de **Rosário**, pela pesquisa de campo, pode-se perceber que as mercadorias vendidas no município são compradas principalmente em São Luís e no próprio município – isso quando consideradas mercadorias diversas. Quando considerado especificamente o abastecimento de carne e frango, ressalta-se que é feito de São Luís, Axixá ou ainda outros estados. Vale destacar que os frigoríficos constituem um importante seguimento do setor comercial no centro do município, de modo que, dentre os comerciantes do segmento, uma das reclamações foi a concorrência excessiva.

Outra reclamação recorrente detectada durante a pesquisa de campo refere-se à insegurança na cidade. O receio dos comerciantes em relação aos assaltos, que são costumeiros e levam inclusive várias lojas a encerrarem suas atividades, faz com que fechem as lojas antes mesmo do meio dia, reabrindo-as às 14h.

No que se refere ao comércio de rua (feirantes), uma reclamação (tanto dos feirantes quanto dos lojistas que têm que conviver com eles em "suas portas") chamou atenção, a saber: a inexistência de local e de infraestrutura adequada para que os feirantes possam se estabelecer. Cabe destacar que os feirantes, em sua maioria, são do tipo itinerante (a maioria reside em São Luís), estando cada dia da semana em um município diferente (Panaquatira, Presidente Juscelino, Cachoeira Grande, Raposa, Miranda, dentre outros), o que talvez explique a não construção de um espaço específico para eles. Ainda sobre os feirantes, por se instalarem na rua e sobre as calçadas, eles serão removidos da rua em que habitualmente comercializam, quando for feita a instalação de uma unidade (ainda em construção) de um grande supermercado no município.

Figura 29 - Rosário: Principais vias de comércio da cidade

Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

Nos povoados mais afastados da sede, como Nambu Açu de Cima e São João do Rosário, por exemplo, durante a pesquisa de campo, foi possível observar que um dos entraves enfrentados é a dificuldade de transporte, dadas as condições das vias de acesso. Além dessa, no que se refere aos entraves apontados por aqueles envolvidos em atividades industriais de cerâmica, existe concorrência desleal, impelida pelas indústrias não formalizadas, que não pagam impostos, não assinam carteira dos funcionários e, consequentemente, possuem custos menores. Além disso, existe ainda a dificuldade de regularização, dada a demora na liberação das licenças ambientais. Não dispondo de licença ambiental, os produtores são obrigados a comprar a matéria-prima em outros municípios (Urbano Santos e/ou Anajatuba).

Em **Santa Rita**, na sede, segundo os dados da pesquisa de campo, foi possível observar que as mercadorias vendidas no município são compradas, majoritariamente, em São Luís e na própria cidade. No entanto, destaca-se que essas compras feitas no próprio município não resultam de produção local, mas sim do fato de que os representantes comerciais das marcas variadas visitam o município e fazem essas vendas.

Considerando especificamente o abastecimento de carne na cidade, destaca-se que é feito por meio de abatedouros de Axixá, Bacabal (que também fornece gado para abate no próprio município) e do abatedouro municipal. Entretanto, vale ressaltar que o abatedouro municipal, segundo a pesquisa de campo, não possui um veterinário, o que se traduz em descumprimento das normas dos serviços de inspeção sanitária, além de risco à saúde dos consumidores, dada a possibilidade de comercialização de carnes não saudáveis.

Uma característica marcante do comércio no município é que se configura um "comércio de BR". Isto é, por ser cortado pela BR-135, o comércio da cidade possui dependência dos clientes que trafegam pela rodovia. Essa dependência, por sua vez, traduz-se em receio por parte dos comerciantes, no sentido de que esses temem que ocorra o mesmo que aconteceu no município vizinho (Bacabeira), onde a duplicação da BR levou a uma redução do volume de comércio. A redução do volume de comércio dá-se pelo fato de que, com a duplicação, não há como fazer retornos que não sejam em pontos específicos, levando os condutores a desistirem de paradas rápidas para compras.

Figura 31 - Santa Rita: Principais vias de comércio da cidade

Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

Outro ponto de destaque corresponde às dificuldades de acesso a crédito pelos comerciantes. Segundo esses, dado o tamanho dos estabelecimentos, as dificuldades de fornecer garantias e a redução do volume de comércio na cidade, não conseguem tomar crédito junto às instituições financeiras. Já os comerciantes dos povoados mais afastados (Olho d'Água e Alto de Fátima, por exemplo) apresentaram como principal entrave as dificuldades de acesso, visto que não há asfaltamento ligando todos os povoados à sede.

Durante a pesquisa de campo no município de **São José de Ribamar**, pode-se perceber que o comércio local apresenta certa insatisfação no que se refere à cobrança de taxas para funcionamento dos estabelecimentos. A insatisfação com as cobranças é intensificada em razão de não haver contrapartida, por meio de melhorias em questões relativas à segurança, já que as reclamações com insegurança foram significativas, principalmente na Avenida Panaquatira, onde os comerciantes são impelidos a fecharem seus estabelecimentos antes das 12h, reabrindo-os às 14h.

Outro ponto de insatisfação é a falta de fornecedores na cidade, sendo o principal local de compra São Luís. Isso faz com que os comerciantes incorram em custos adicionais (custos com fretes).

Figura 34 - São José de Ribamar: Principais vias de comércio da cidade

Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

No que se refere a alguns frigoríficos, observou-se insatisfação no fato de que alguns concorrentes vendem produtos, principalmente frango, de forma irregular – sem atender às normas e especificações sanitárias.

Por fim, um problema reiteradamente apontado durante a pesquisa de campo, assim como a insegurança, foi a infraestrutura inadequada da cidade e das feiras da cidade. Falta, inclusive, local adequado para estacionar. Nas feiras, por sua vez, há sujeira exposta e fluídos correntes (salmoura, sangue e esgoto).

Durante a coleta dos dados primários no município de **São Luís**, um dos bairros visitados foi o São Cristóvão. Nesse bairro, observou-se que as principais reclamações dos comerciantes direcionaram-se à insatisfação com a mudança no fluxo de trânsito. Isso porque, após a mudança, o tráfego, que outrora era de mão dupla, tornou-se de sentido único, sendo uma faixa exclusiva para ônibus. Além disso, passou a ser proibido estacionar na via. Isso fez com que o movimento caísse nos estabelecimentos localizados na Avenida Lourenço Vieira e na Rua Fé em Deus. Além desse aspecto, outro ponto de insatisfação refere-se à excessiva tributação sobre o comércio.

O segundo bairro visitado foi o Anjo da Guarda, onde percebeu-se que os comerciantes, de uma forma geral, apontavam a falta de espaços para estacionar como um entrave a ser sanado. Os feirantes alegavam que não havia espaço para estacionar e, por isso, as vendas não são maiores; enquanto os lojistas alegavam que falta espaço para estacionar, porque os feirantes ocupam as ruas.

Dentre aqueles feirantes instalados na estrutura própria para isso (Feira do Anjo da Guarda), a reclamação era de que os feirantes que se instalavam nas ruas capturavam parcela significativa de seus clientes, além de disporem de uma vantagem de custos, por não pagarem taxas de manutenção e funcionamento. No campo da infraestrutura, a insatisfação resulta da estrutura deteriorada da feira: sujeira excessiva, lixo entre os boxes e falta de água.

O terceiro bairro visitado foi o Centro. Dado o intenso fluxo de clientes na Rua Grande, a pesquisa foi realizada em ruas paralelas. Nelas pode-se perceber que há um sentimento forte de insatisfação resultante da expansão do número de asiáticos como concorrentes. Viu-se ainda que o segmento de manutenção de eletrônicos possui um vasto número de estabelecimentos no bairro, sendo uma dificuldade enfrentada por eles a falta de oferta de peças para reposição no estado – nos estados onde compram, a entrega é demorada, elevando o tempo de reparo nos aparelhos dos clientes.

Figura 35 - São Luís: Principais vias de comércio no São Cristóvão e no Anjo da Guarda

Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

Outro ponto de destaque negativo é a insegurança. Dado os constantes assaltos e arrombamentos noturnos nas lojas, os estabelecimentos estão sendo impelidos a disporem de segurança privada e terem alarmes instalados, o que constitui um custo adicional aos comerciantes.

Viu-se, no João Paulo, que existe um sentimento contraditório em relação à mudança dos feirantes de rua. Realocados para a Rua da Feira, os vendedores de rua perceberam aumento em suas vendas; enquanto os lojistas de hortifrúti perceberam redução. Já os lojistas de *Confecções* e *Diversos* também observaram aumento das vendas, dada a expansão do fluxo de pessoas em uma única rua.

Um ponto de insatisfação consensual foi a infraestrutura precária do bairro e a falta de locais para estacionar próximo à Rua da Feira (principal ponto de comércio popular de lá). Além desse, dentre os não vendedores de *Hortifrúti*, foi consensual também a baixa oferta de mercadorias (ou reduzido número de fornecedores) no estado.

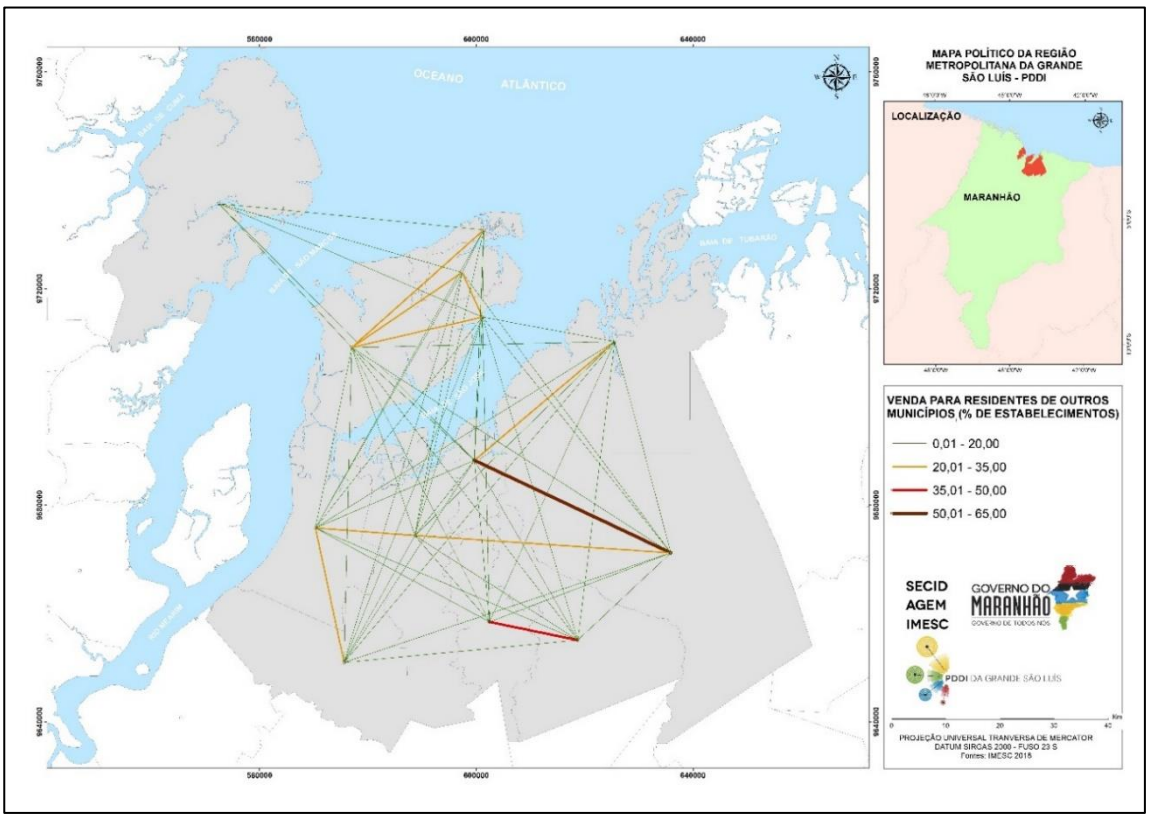
Já no bairro da Cohab, além da frequente reclamação sobre insegurança na área, por conta dos frequentes assaltos na região, dentro do mercado existe o problema de que os vendedores que ficam na lateral da feira têm visibilidade consideravelmente menor, portanto têm um fluxo de venda menor do que os vendedores nos corredores centrais. Segundo os próprios feirantes, se fossem abertas entradas laterais na feira, esse problema seria sanado e haveria uma distribuição mais igualitária dos clientes.

9.2.2 Local de Compra e Venda

O mapa a seguir mostra a origem dos produtos que são comercializados pelos estabelecimentos, tanto formais quanto informais, que responderam à pesquisa. De acordo com os dados coletados, existe a predominância de São Luís enquanto fornecedor para a maior parte dos municípios.

Pode-se destacar três pontos: 1) o fluxo é mais intenso entre São Luís e São José de Ribamar do que na média dos demais municípios; 2) a relação de comércio entre São Luís e Alcântara não é tão forte, quando comparado à média dos demais municípios, de acordo com a pesquisa, boa parte do comércio é atendido por outros municípios não participantes da RMGSL, entre eles Bequimão e Pinheiro. A pesquisa detectou que esse resultado é explicado pela dificuldade de acesso entre os dois municípios, que depende do acesso e dos horários via *ferry boat* e também pelo fato de que os produtos acabam sendo comprados em outros municípios dada a proximidade e menor fiscalização tributária por vias terrestres. O terceiro ponto de destaque é que a maior dos produtos comercializados em Cachoeira Grande é adquirida em Presidente Juscelino que, por sua vez, compra a maior parte dos produtos em São Luís. Ou seja, de forma indireta, o comércio de Cachoeira Grande é, em regra, indiretamente abastecido por São Luís.

Mapa 12 - Percentual de Estabelecimentos que mencionaram comprar algum produto de outro município da RMGSL



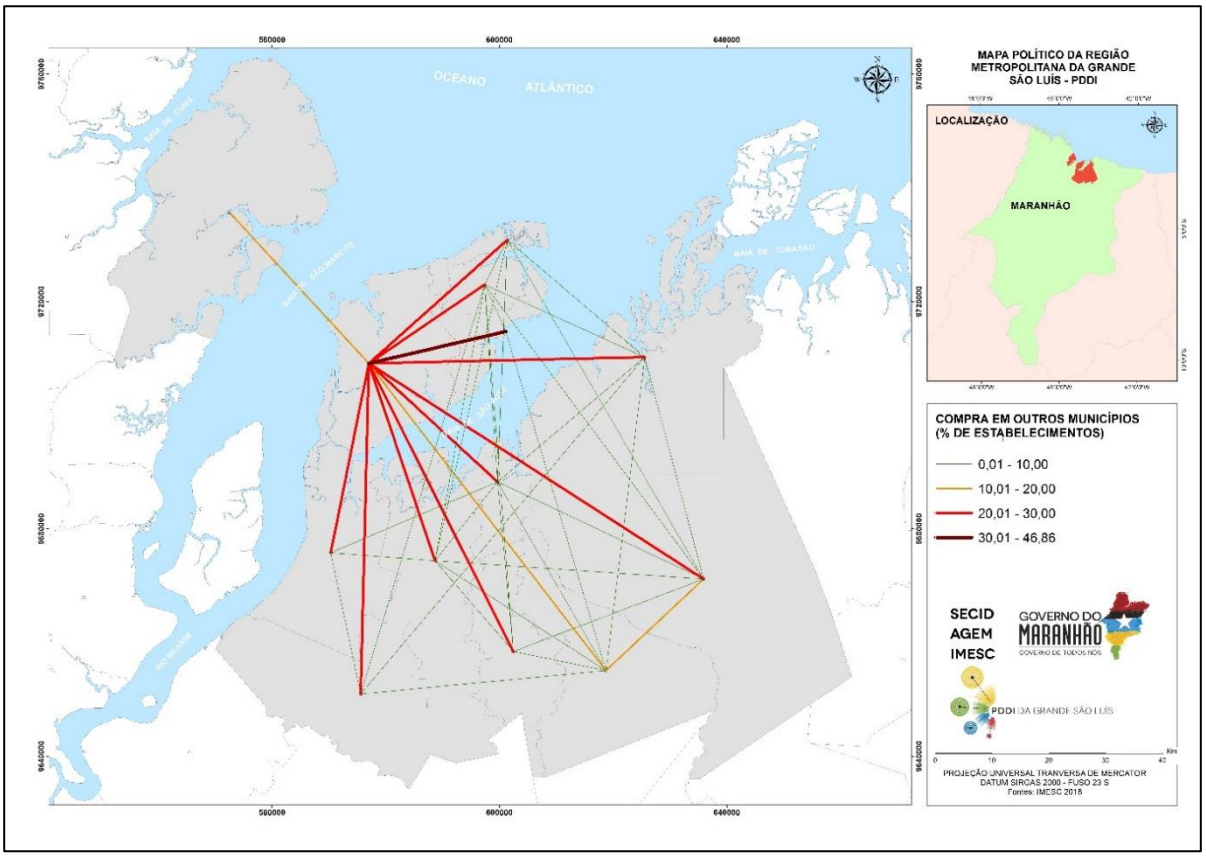
Fonte: IMESC

Já o **Mapa 13** a seguir mostra quais são os principais locais de venda dos produtos que são comercializados em cada município. Percebe-se que nesse caso há uma menor concentração dos pontos de comercialização. Percebe-se um grande fluxo de comércio na Ilha do Maranhão, com destaque para o fato de que o fluxo de compras entre Raposa e São José de Ribamar não é tão intenso quando comparado ao fluxo dos demais municípios da ilha.

Outro ponto de destaque é que existe um relativo fluxo de compra de produtos entre Alcântara e os quatro municípios da Ilha (São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar e São Luís), além de um fluxo com Axixá. Também encontra-se a mesma relação descrita no grande fluxo de compras entre Presidente Juscelino e Cachoeira Grande. O destaque aqui é que, de acordo com a pesquisa de campo, é justamente entre esses dois municípios o segundo maior fluxo de compras da RMGSL. Nesse caso, a interpretação é direta: Cachoeira Grande realiza a maior parte de suas compras em Presidente Juscelino, pelas razões já descritas antes.

Por fim, os dados mostram que o maior fluxo de compras em toda a RMGSL ocorre entre Axixá e Morros que, de acordo com a pesquisa, corresponde a pelo menos 50% dos estabelecimentos dos munícipios que afirmam comprar suas mercadorias entre si.

Mapa 13 - Percentual de estabelecimentos que mencionaram vender algum produto em outro município da RMGSL



Fonte: IMESC

9.3 Conclusão

Até o ano 2000, os municípios que compõem a RMGSL estavam em melhor situação, no tocante ao trabalho informal (49,5%), que aquele registrado no nível estadual (55,8%). Essa situação não mudou em 2010, quando a RMGSL apresentou taxa de trabalhadores informais abaixo da registrada no estado. Em outras palavras, pode-se afirmar que a RMGSL colaborou com o resultado do Maranhão em 2010. Com esse resultado, a RMGSL apresentou índices de trabalho informal superiores àqueles registrados no Brasil, ainda que a melhoria do indicador (-9,0 p. p.) tenha sido superior à registrada em todos os recortes.

De forma mais geral, umas das principais reclamações pertinentes aos comerciantes entrevistados durante a pesquisa é a falta de agência bancária em alguns municípios pertencentes ao território do Baixo Munim, que geralmente relatam a cidade de Rosário como ‘centro financeiro’ daquela região. O principal problema associado à falta de agências bancárias nos municípios de Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros e Presidente Juscelino é que os trabalhadores desses municípios acabam indo sacar seus salários e benefícios em Rosário e acabam realizando suas compras por lá mesmo, já que lá os preços das mercadorias são mais baixos e, além disso, minimizam os riscos de assaltos, caso decidam voltar para sua cidade com o dinheiro em espécie. No caso de Morros e Raposa, a falta de agência bancária atrapalha, além do comércio, o turismo nos dois municípios.

Sobre o aspecto do turismo, os comerciantes do município de Alcântara apontam que a falta de estrutura adequada aos turistas é o principal entrave ao setor na região, assim como a falta de feiras e/ou mercados específicos para a comercialização de artigos relacionados ao turismo. No caso da Raposa, a falta de investimentos tanto na infraestrutura da cidade, o que pode ser verificado, por exemplo, na

inexistência de água encanada próximo à área do porto, quanto na divulgação dos pontos e passeios turísticos impedem que a cidade possa melhor explorar esse nicho de mercado.

Ainda em Raposa, a atividade de pesca vem passando por dificuldades relacionadas à concorrência que os pequenos pescadores enfrentam em relação aos grandes barcos de pesca de outras regiões do Brasil, aos altos custos de operação da atividade e à migração dos trabalhadores para outras atividades. Durante a pesquisa, também se verificou que o volume de cultivo de peixes caiu fortemente nos últimos anos, o que afetou a comercialização nas feiras e peixarias. Atualmente, os comerciantes compram peixes de municípios mais distantes, como Raposa e Icatu.

No geral, percebeu-se que a atividade de produção de Farinha geralmente é voltada para o autoconsumo dos produtores, em especial na cidade de Cachoeira Grande e Presidente Juscelino, além dos povoados espalhados em todo o território da pesquisa.

Os frigoríficos também se destacaram na pesquisa, em especial, em relação à quantidade de estabelecimentos informais que, geralmente, apenas comercializam as carnes que são provenientes, normalmente, de Axixá e São Luís. De acordo com alguns produtores, o aumento do comércio na região do Baixo Munim fez com que houvesse o aumento da informalidade nessa atividade.

Por fim, considerando os centros de comercialização dos produtos, em especial as feiras, verificou-se a inexistência de áreas específicas e/ou apropriadas em alguns municípios, como Bacabeira, Icatu e Rosário. Em centros mais dinamizados, como Paço do Lumiar, São José de Ribamar e São Luís, os problemas estão associados à desorganização em alguns pontos, dificuldades de estacionamentos e a sujeira proveniente da atividade.

9.4 Economia Criativa

Este relatório apresenta os resultados alicerçados, em conformidade com a pesquisa sobre a rede de economia criativa na Região Metropolitana de São Luís, haja vista a ascensão da economia criativa, por ter a democracia cultural como característica, possuindo uma ligação maior com a inclusão e o equilíbrio entre os indivíduos e a sociedade como um todo.

Na Região Metropolitana de São Luís, essa é uma economia que envolve diversos mercados, sejam culturais ou empresariais, nas mais diversas dimensões. Abarca, na especificidade da análise, pequenos empreendimentos e seu envolvimento no mercado de trabalho das cidades. Buscou-se, assim, identificar de forma qualitativa os grupos que atuam nesse setor, fazendo um recorte para o artesanato produzido em cada uma das localidades.

Os ambientes dos mercados de trabalho, na economia criativa, divergem dos tradicionais, principalmente no que diz respeito à inserção local e social dos produtos criativos. Inovar é um processo social, que necessita de ambientes propícios para o desenvolvimento de ideias, produtos e projetos. É nesse contexto, de acordo com as dimensões teóricas consideradas neste estudo, para que haja inovação nos ambientes de produção da economia criativa, que se considera que é fundamental que exista uma perspectiva de transformação social e sustentável, sendo necessário priorizar os elementos humanos para o desenvolvimento dos negócios empreendedores. Assim, entende-se que a economia criativa está no mercado formal e informal de trabalho.

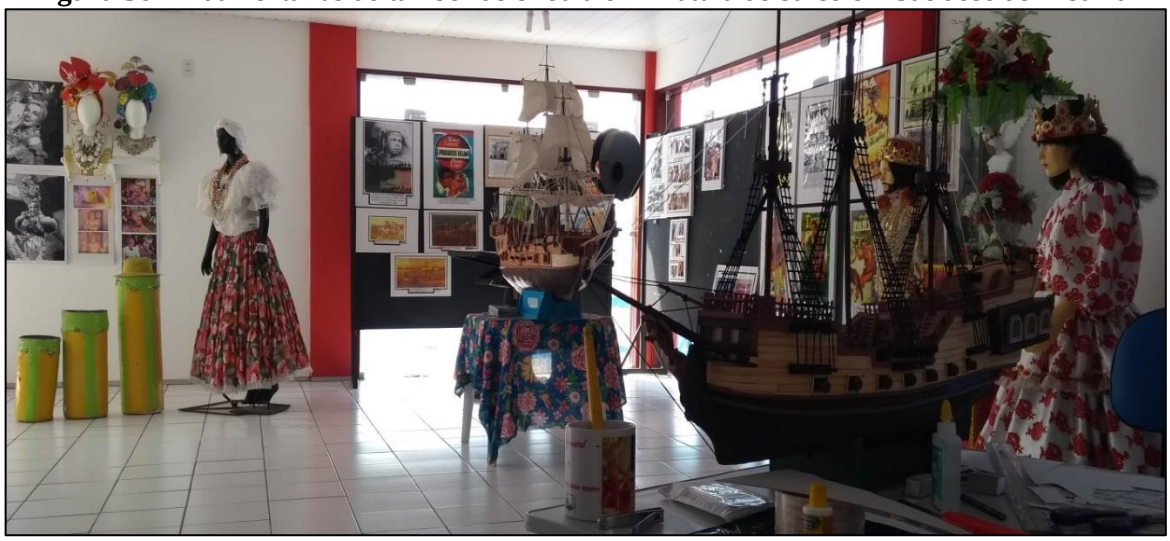
Considerando a instabilidade social e econômica que fazem parte da atuação do mercado de trabalho no Brasil e no mundo, trabalhar com inovação é um desafio para os gestores que pretendam acompanhar a evolução. De forma geral, os setores da economia criativa podem contribuir muito para o crescimento e a prosperidade, especialmente no caso dos países em desenvolvimento que estejam buscando diversificar suas economias e construir resiliência para futuras crises econômicas.

Constatou-se, empiricamente, que os modelos criativos estão crescendo em ritmo mais acelerado que outros setores econômicos e têm como processo principal o ato criativo gerador de valor simbólico, visto que o setor criativo tem como principais insumos a criatividade e o conhecimento. Então, pode-se afirmar que economias criativas caracterizam-se pela prevalência da dimensão simbólica

oriunda de setores criativos. Verificou-se ainda que a interface entre criatividade, cultura, economia e tecnologia, expressa na capacidade de criar e fazer circular o capital intelectual, tem potencial para gerar renda e empregos e exportar lucros, ao mesmo tempo em que contribui para a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano.

Com a pesquisa observou-se como criatividade, conhecimento, cultura e tecnologia podem ser impulsionadores na criação de empregos, em inovações e na inclusão social. O comércio mundial de produtos e serviços criativos permanece relativamente sólido em um momento em que os níveis gerais de comércio internacional caíram. Ao explorar os fatores por trás desse crescimento e o potencial para maior expansão do setor, o relatório oferece informações úteis a respeito do contínuo debate sobre políticas para opções de desenvolvimento viáveis, especulando que, embora o crescimento da economia criativa não seja por si só uma panaceia, potencialmente oferece caminhos inclusivos e sustentáveis para a recuperação.

Figura 36 - Indumentárias do tambor de crioula e miniatura de barco em São José de Ribamar



Fonte: IMESC (2018)

Figura 37 - Artesanatos diversos referentes à festa do Divino Espírito Santo em Alcântara e altar da festa do Divino (à direita)

Fonte: IMESC (2018)

O estudo teve por objetivo levantar dados sobre o artesanato, na Grande São Luís, no que se refere aos trabalhadores e às etapas do processo de trabalho, principalmente em grandes eventos culturais, como os festejos juninos. O objetivo é contribuir para as orientações dos esforços econômicos

e sociais do Governo do Estado, ao valorizar, incentivar, investir e buscar soluções, a fim de reduzir desigualdades e promover a diversidade – dinamizando e articulando mercados simbólicos. Houve, também, a preocupação em identificar as redes de relacionamentos dos artesãos a respeito do trabalho realizado.

Além disso, buscou-se diagnosticar o cenário onde são "comercializados" os resultados da economia criativa informal; traçar o perfil do trabalhador, e ao mesmo tempo fazer um mapeamento das atividades que exerce e do seu *modus operandi*; e conhecer a percepção do trabalhador em economia criativa informal a respeito das atividades que exerce.

O presente estudo foi realizado, por meio de uma pesquisa de natureza quantitativo-qualitativa, mediante questionário com técnica de entrevista pessoal, estruturada e semiestruturada. A execução no campo desta pesquisa foi realizada de forma criteriosa, com o cumprimento de procedimentos metodológicos referentes ao pré-teste do instrumento, constituição de equipe de coleta, treinamento de equipe, estrutura e organização logística de campo. Realizou-se um pré-teste do instrumento, para a verificação da facilidade de compreensão dos termos utilizados e perguntas formuladas, bem como a adequação das questões e das alternativas pré-codificadas do instrumento.

Após apresentarem-se a metodologia e o *modus operandi* da pesquisa que foi realizada durante os meses de janeiro e fevereiro de 2018, fez-se um relatório geral com base nos gráficos que se obteve da tabulação de dados. Cabe ressaltar que os dados aqui apresentados estão intimamente ligados às respostas que os entrevistados deram espontaneamente, e sua natureza desenha um panorama da economia criativa na Região Metropolitana da Grande São Luís.

Com a aplicação do roteiro de entrevista semiestruturada, pôde-se analisar questões simbólicas, como crenças, atitudes, valores e motivações, por meio das seguintes categorias de pesquisa, construídas sobre os aportes da Economia Criativa e do desenvolvimento local, a saber: erradicação da pobreza e a geração de renda; a redução das desigualdades; a promoção do desenvolvimento sustentável; a inclusão social da juventude; o acesso às Tecnologias da Informação; a participação popular; a organização social; o fortalecimento da identidade local; a articulação local-global; a escolaridade; e a qualidade de vida.

Figura 38 - Altar da festa do Divino Espírito Santo em Alcântara

Fonte: IMESC (2018)

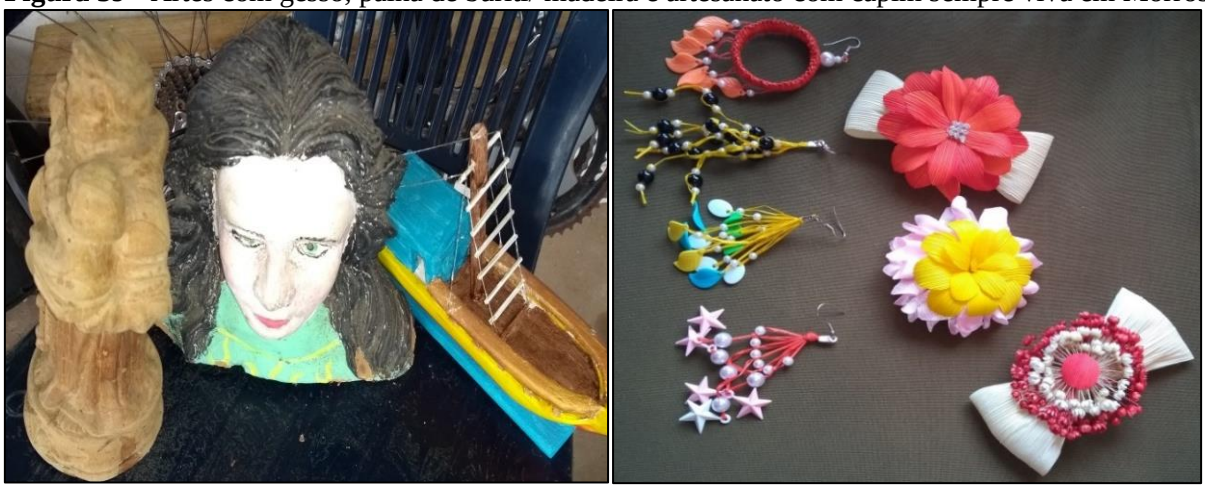
A demonstração dos resultados foi dividida por tema, na sequência que constava no questionário, para tornar o relatório mais compreensível, de modo que facilitasse a leitura de diferentes segmentos de público que terão acesso às informações aqui apresentadas. Para melhor compreensão do que representa para o Maranhão o investimento em políticas de economia criativa, precisa-se entender como se dá essa cadeia de produção.

O potencial empregador, produtivo e inovador das atividades culturais e criativas é ainda relativamente pouco estudado, mas sua potência já é visível. Resistências têm sido quebradas, ao se constatar que as atividades criativas figuram entre as que mais vêm contribuindo para o crescimento de muitas economias em desenvolvimento. Tornou-se, portanto, necessário conceber novos instrumentos, metodologias e indicadores capazes de entender e promover economicamente essas atividades.

Na sociedade industrial ocidental, existe uma grande valorização de novidades, inovação científica e tecnológica, e preocupação com os direitos do autor. Esses aspectos incentivam um tipo de criatividade geradora de produtos inovadores. Para que isso aconteça, é necessária primeiramente uma criatividade individual, a fim de transformar todo e qualquer insumo das indústrias, acrescentando-lhes a livre manifestação e o estímulo à criatividade aplicada aos negócios.

A economia criativa é uma das principais estratégias de desenvolvimento para o século XXI e, nesse contexto, o Governo do Estado do Maranhão tem um papel estratégico, ao ampliar o conceito, incorporando as dimensões de desenvolvimento, inclusão social, uso de saberes e fazeres tradicionais. Nela interagem agentes econômicos diversos e projetam-se as várias esferas da atividade social, cruzando lógicas de ação, produção e difusão simbólica diferenciada. A essas permutas agregam-se questões relativas às identidades culturais, ações de caráter lúdico e pedagógico, festivo e celebratório. A economia criativa é múltipla e multidimensional.

Figura 39 - Artes com gesso, palha de buriti/ madeira e artesanato com capim sempre viva em Morros



Fonte: IMESC (2018)

Figura 40 - Artesanato utilizando casca de coco, buriti e tucum em Morros

Fonte: IMESC (2018), pesquisa de campo

Essa é uma economia que representa uma cadeia produtiva, devendo ser analisada, considerando-se o quantitativo de trabalhadores envolvidos e os impactos que gera na economia global do estado. Segundo Tolila (2007, p. 25), a reflexão econômica só se preocupou muito tardiamente com o setor cultural, o que explica a confusão de alguns debates. O autor afirma que "essa situação produz uma grande frustração, hesitação e amargura em todos os que desejam trabalhar, no sentido de um fortalecimento do desenvolvimento cultural, sejam eles tomadores de decisões, atores do setor cultural (artistas, profissionais diversos) ou simples cidadãos".

O entendimento de ampliar as discussões sobre o processo cultural no Brasil surgiu mediante a situação social do mundo globalizado – considerado por De Mais (2000) como pós-industrial – que vem sofrendo um intenso processo de transformação, tendo a propriedade do intelecto como uma forma de sustentação para economia. No Brasil, país considerado propenso a ter destaque por sua criatividade, as teorias sobre a economia criativa contribuem com o avanço para um novo desenvolvimento includente e sustentável. Nesse contexto, a cultura surge como recurso econômico, devendo estar presente nas discussões que envolvem questões sociais e financeiras (PLANO, 2011).

Outro grande problema enfrentado pela produção da cultura é a classificação que a economia faz do que é um bem de valor. O bem cultural não pode ser avaliado no mesmo sentido de um bem típico que disputa um espaço no mercado. Os bens culturais caracterizam-se, também, como bens não exclusivos e não rivais no consumo.

De acordo com estudos da FIRJAN (2008), a inovação, a criatividade e a cultura são alguns dos principais ativos econômicos no mundo contemporâneo, por fazer parte das particularidades humanas. A economia criativa está em ascensão, por ter a democracia cultural como característica, possuindo uma ligação maior com a inclusão e o equilíbrio entre os indivíduos e a sociedade como um todo.

Um bom número de bens e serviços culturais no espetáculo ao vivo e no patrimônio contém assim essa característica de não ser de consumo exclusivo. Por outro lado, eles tampouco são rivais, porque o prazer (o benefício) que se retira deles não diminui em nada o dos outros "consumidores" que o escutam ou assistem (TOLILA, 2007. p. 30).

Nesse cenário globalizado, no qual se alavanca o impacto das mídias digitais, existe a fragmentação das cadeias produtivas e acentua-se o local sobre o global. Foi, em 1994, que o então primeiro Ministro da Austrália, Paul Keating, em um discurso intitulado "Nação Criativa" fez referência ao valor da economia cultural:

> Esta economia cultural também é uma política econômica. A cultura cria riqueza. Definidas de forma ampla, as indústrias culturais geram 13 bilhões de dólares por ano. A cultura gera empregos. Cerca de 336 mil australianos são empregados em indústrias relacionadas com cultura. A cultura agrega valor, ela dá uma contribuição à inovação, ao marketing e ao design. É um crachá da nossa indústria. O nível da nossa criatividade determina substancialmente nossa habilidade de adaptação aos novos

> imperativos econômicos. É uma exportação cheia de valor por si e uma complementação essencial à exportação de outras *commodities*. Ela atrai turista e estudantes. É essencial para nosso sucesso econômico (KEATING, 2004, p. 10).

No Maranhão, esse "clima" é acentuado, uma vez que a produção da cultura local é diversificada e rica, principalmente nos aspectos criativos e socioeconômicos. Assim, levantar dados e informações sobre a economia criativa compreende um levantamento de dados cujos resultados devem proporcionar um fator de interação social entre o grande mercado e a "culturalização dos negócios", tornando-se uma grande estratégia de desenvolvimento para o século XXI.

Figura 41 - Produção de bijuterias com crochê e sementes nativas em Santa Rita

Fonte: IMESC (2018)

Esse processo envolve a geração de empregos e o consequente sustento de um grande número de famílias, além da circulação da moeda entre o setor formal e o setor informal. Esses são aspectos positivos que justificam a necessidade de um olhar atento ao processo no Maranhão. Entretanto, tendo-se em conta que a etapa final do processo ocorre em espaços diversificados no caso em questão e, por consequência, implica grande movimentação de pessoas e o consumo de produtos diversos, assim, tornou-se necessário obter dados dos trabalhadores que desenvolvem a atividade sobre as circunstâncias em que a fizeram, para que se pudesse identificar como de fato o processo ocorre, suas características, vicissitudes e carências, como ponto de partida para as decisões no campo da economia criativa no Maranhão, no caso, a Região Metropolitana de São Luís.

Especificamente, neste estudo, buscou-se responder à seguinte questão: como ocorrem as redes de relacionamento dos artesãos em um estado tão rico culturalmente como o Maranhão? Embora pareça fácil de ser respondida, essa questão implica em várias outras que só podem ser compreendidas após outra reflexão importante, como por exemplo, *qual a utilidade da economia no setor cultural?*

Essas questões ganharam cada vez mais relevância, ao se analisar o cenário mundial, a partir da década de 70, na qual eventos como convulsões econômicas, desemprego em massa, crises mundiais, fusões organizacionais, avanços tecnológicos e tantos outros fizeram com que a sociedade globalizada tomasse um choque e se perguntasse: *onde estamos e para onde vamos?*

Nessa economia de nichos diversos, o desafio é saber quem faz o quê e como. Novas aplicações e funções, novos espaços, novos públicos e novas linguagens: é a visão de futuros desejáveis, necessária para provocar a mudança de mentalidade rumo a uma situação mais sustentável. Imaginar e criar o futuro que se deseja orientando as escolhas.

O diagnóstico que se realizou auxiliará na implementação de iniciativas e ações consistentes, que criarão a possibilidade de uma atuação sinérgica e efetiva, e contribuirá para o fomento da economia criativa. Por se tratar de um momento recente no Brasil, são muitos e complexos os desafios de uma intervenção e apoio efetivos do Estado aos diversos setores que produzem a economia criativa.

Após a realização deste diagnóstico, muitos são os dados capazes de identificar, classificar e perceber como a economia criativa afeta a população e o seu modo de viver no Maranhão, principalmente ao perceber-se que o conceito de economia criativa está em construção, mas é concreto

que sua prática refere-se à economia do intangível, do simbólico. Essa concepção da economia vislumbra as etapas de criação, produção, difusão, circulação/distribuição e consumo/fruição de bens e serviços que irão gerar o valor simbólico, o qual, por sua vez, é o elemento central da formação do preço, que resulta em produção de riqueza cultural.

9.4.1 Resultados

A análise dos entrevistados, em todas as cidades da Região Metropolitana de São Luís, São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Alcântara, Rosário, Bacabeira, Santa Rita, Axixá, Cachoeira Grande, Morros, Presidente Juscelino e Icatu, que compõem a amostra, denota claramente a predominância de mulheres em relação aos homens, haja vista que do total de inquiridos, em média, 71% são mulheres, destacam-se aqui as cidades de Axixá e São Luís onde a maioria (65%) é do sexo masculino.

Reflete ainda um desequilíbrio de escolaridade, quando se depara com os seguintes dados: ensino médio completo de 57%; ensino fundamental 34%; educação infantil 6%; ensino superior apenas 4%. Em relação à faixa etária, outra oscilação: 51% acima de 55 anos; entre 30 a 55 anos tem-se 34%; abaixo de 30 anos 7%; e acima de 65 anos registra-se 8%.

Em relação às atividades exercidas, pode-se constatar que dos entrevistados, a maioria trabalha com o artesanato há mais de três anos. Esse panorama confirma que a atividade tem de fato grande expressão, enquanto geração de trabalho e renda, apesar dos problemas comuns enfrentados, como necessidade constante de visibilidade, dificuldade de manter continuidade e falta de credibilidade.

Dos entrevistados, 87% possuem ensino médio; 09% ensino fundamental; 01% nível superior; 01% pós-graduação; e 02% não completaram o ensino fundamental. Desses, 83% não possuem outra pessoa na família que trabalha com artesanato. Das atividades exercidas, sem ser o artesanato, mais de 70% estão no serviço público. Outro dado interessante é que a curiosidade é que levou mais de 50% a produzirem artesanato. Também neste item registra-se a influência da família e os cursos oferecidos na comunidade. As horas dedicadas á produção artesanal estão em torno de seis horas diárias. Em São Luís, a maioria comercializa seus produtos em locais onde há fluxo de turistas e em eventos religiosos ou grandes festas como carnaval e São João. Nos municípios do entorno, a comercialização é feita em casa ou em feiras que acontecem uma vez por semana. Existe um percentual pequeno que participa de eventos fora do estado, geralmente, quando é convidado por alguma instituição. No quesito venda, ainda foram registradas as vendas de produtos para o exterior por meio de associações ou cooperativas.

Identificou-se, também, que mais de 90% dos entrevistados trabalha por conta própria, ressalta-se que poucos produzem para alguém ou por meio de cooperativa. Esse quadro revela a economia, o baixo custo e o aproveitamento intencional da economia criativa para gerar desenvolvimento, capacidades, renda e trabalho, com produtos agregados, considerando-se que para produzir não é necessário que se ausentem de casa, exceto quando para vender.

Nesse sentido, verificou-se que, nesse espaço de cotidianidade, o vendedor aprende as relações sociais e as reproduz “enquanto instrumento de sobrevivência” (NETTO; CARVALHO, 2012, p. 26), buscando, em suas atividades, formas de significar a vida e viver em meio às intempéries da economia do país e do estado.

Figura 42 - Trabalho das rendeiras em Raposa

Fonte: IMESC (2018)

Se por um lado, 83% trabalham no mercado informal por falta de oportunidade no mercado formal de trabalho, por outro, 90% estão nesse mercado por conhecer o fazer ou por gostar, e até por influência familiar, em uma interação que atende à necessidade psíquica do trabalhador, através de mecanismos de projeção e identificação.

Nesse aspecto, apenas os eventos pontuais, principalmente os festejos juninos e religiosos, que acontecem na Região Metropolitana de São Luís, dão suporte para que a visibilidade da produção e a comercialização sejam atendidas, porém os que vivem somente da produção do artesanato não se sentem amparados nos demais períodos do ano, embora afirmem participar de vários eventos.

Apesar de 100% dos entrevistados terem afirmado que não têm conhecimento de nenhuma legislação sobre as atividades artesanais, contradizem-se ao reconhecerem que possuem direitos e deveres a segurança, higiene, formas de atuação etc. e que a maior vantagem de atuarem na produção de peças de artesanato é a liberdade que possuem quanto à flexibilidade de horários e as possibilidades de participação e diversão nos eventos. Como desvantagem, os entrevistados assinalaram a falta de apoio por parte dos órgãos públicos, a falta de estruturas adequadas e a falta de benefícios como seguro-desemprego e fundo de garantia.

Quanto o tipo, atestou-se a grande variedade de produtos artesanais, porém alguns municípios destacam-se por produzirem um tipo de artesanato, como por exemplo, o barro em Alcântara.

Mesmo que a produção artesanal não seja a única fonte de renda da família, cabe lembrar que 27% dos entrevistados possuem outra pessoa na família que trabalha com artesanato. Assim, identificou-se que o artesanato para alguns é uma forma de complementar a renda familiar.

Segundo Fagundes (2017),

> A renda é o ponto afetivo para o ciclo de sustentabilidade do trabalho criativo nas culturas populares, ressaltando-se as restrições típicas desses cenários. A natureza dos trabalhadores em Economia Criativa exige uma postura empreendedora não comum a essas culturas, o que aponta a necessidade de uma mediação dos setores públicos envolvidos com o intuito de promover uma formação específica e sistemática para superar essa barreira. Afirma-se, assim, que esta atividade, apresenta numa proporção considerável como o único meio de sustento para a maioria dos trabalhadores pesquisados. (FAGUNDES, 2017, p. 260)

Assim, constata-se um fato relevante que demonstra o espírito empreendedor dos moradores da Região Metropolitana da Grande São Luís em encontrar novas formas de atividades para a complementação da renda familiar. Como citado anteriormente, no Maranhão, o artesanato é muito diversificado, porém, foi possível detectar na pesquisa qual o tipo de artesanato é identificado, conforme análise a seguir:

Em Alcântara, evidencia-se a cerâmica, ao mesmo tempo aparecem as miniaturas de barco feitas de madeira ou palha de buriti. Outro tipo destacado é a produção de indumentárias para a festa do Divino realizada todos os meses de maio.

Figura 43 - Artigos de renda portuguesa e bijuterias em Alcântara

Fonte: IMESC (2018)

Na cidade de Axixá, uma das poucas onde foi identificado o maior percentual do gênero masculino, a indumentária para o boi é destaque. Ressalta-se que, ao falar de indumentária, refere-se a roupas bordadas para os brincantes e para o boi. Aqui as peças artesanais mais comercializadas são os chapéus e camisetas bordadas.

Figura 44 - Confecções das indumentárias do boi em Axixá

Fonte: IMESC (2018)

Detectou-se que, por estar localizada em uma rodovia, a cidade de Bacabeira produz um tipo de artesanato que pode ser comercializado na beira da estrada. As pinturas em tecidos destacam-se. Almofadas, camisetas, luvas, tapetes, toalhas de mesa e banho são produzidas nos variados tipos de tecidos.

Os artesãos de Cachoeira Grande utilizam todo tipo de material reciclável para produzir peças como chapéus, coletes, saiotas e chaveiros.

Madeira para produzir miniaturas de barcos e crochê para produção de roupas, toalhas, caminhos de mesa, porta copos e vários outros tipos de utensílios para casa são o ponto forte do artesanato de Icatu. Aparece também na pesquisa a produção de pinturas em telas.

Figura 45 - Biscuit, madeira, MDF, reciclagens, crochê e bijuterias em Paço do Lumiar

Fonte: IMESC (2018)

A pesquisa identificou uma equivalência muito grande na produção artesanal de Morros. Aparecem quase que, no mesmo percentual, a produção de lembranças em capim, folhas de coqueiro, talo de juçara, fibra de buriti, palha de tucum e babaçu. Escultura em madeira é voltada para a arte sacra.

A produção de biscuit e bijuterias destacou-se na cidade de Paço do Lumiar. Crochê e pinturas em tecidos também aparecem como produção artesanal.

Bordados são destaque na cidade de Presidente Juscelino, onde por influência dos grupos de bois são produzidas indumentárias para todos os brincantes. A produção de vassouras de juçara também se destaca.

As redes de nylon para pesca e as redes para descanso juntam-se aos bordados e às rendas na Raposa. Quando se trata de rendas, abrange peças para uso pessoal e para o lar.

Por sua vez, Santa Rita produz em crochê enfeites dos mais variados tipos para sandálias e sapatos. Almofadas, tapetes bordados e arte em E.V.A. são comercializadas nas várias barracas à beira da estrada.

Figura 46 - Renda e arte com palhas de tucum e palmeira em Raposa

Fonte: IMESC (2018)

Figura 47 - Arte com argila e reciclagem em Rosário

Fonte: IMESC (2018)

Por se tratar de uma cidade onde a religiosidade está sempre em evidência, a arte sacra em gesso e cerâmica é ponto alto em São José de Ribamar. A produção é comercializada ao redor da igreja e nas calçadas da cidade.

Em São Luís, a arte em azulejaria domina os variados tipos de produtos. Na capital maranhense, as miniaturas de bois e a produção de vários utilitários em azulejos estão espalhadas no centro histórico e no Ceprama. Ao visitar a região mais antiga da cidade, as lojas oferecem, além do artesanato já citado, roupas, pequenos móveis, bonecas de pano, todo tipo de lembrança da cidade, arte sacra, cachaça tiquira etc. Pode-se afirmar, por meio da pesquisa, que São Luís reúne todo o tipo de artesanato produzido no estado.

A análise acima buscou identificar qual o tipo de artesanato se destaca em cada município, tentando dessa forma produzir um pequeno levantamento do que foi encontrado.

Quando se trata das redes de relacionamento, identifica-se que ocorrem dentro do próprio município, isto é, o artesão se relaciona com os seus pares no local onde vive e comercializa seus produtos. Destaca-se aqui que, quando se trata de artesanato com produtos recicláveis, existe uma rede formada por grupos e/ou associações.

Quando questionados com quais instituições/organizações mantêm relacionamento, em quatro cidades 100% dos entrevistados responderam não manter com nenhuma instituição. Por outro lado, nas demais cidades aparecem muitas instituições, as quais foram listadas na ordem de citações: Sebrae; Ceprama; Vale; Reafro,; Sindimetal; Associação Unidos pela Fibra; Grupo de apoio a Comunidades Carentes; Federação dos Artesãos de São Luís, Associação de Artesanatos Chico Bento; Banco do Nordeste; Associação dos Moradores de Buriti e Clube de Mães Santa Maria.

A investigação baseou-se nas redes pessoais das pessoas criativas que produzem artesanato na Região Metropolitana de São Luís. Assim, constata-se que a natureza e as características das redes de realcionamento, nesse caso, foram determinadas pelas redes específicas das pessoas que responderam à pesquisa. Contudo, pode-se afirmar que existe um conjunto de relações e os respectivos significados no contexto social dos produtores de artesanato.

Embora esta amostragem não seja representativa em termos absolutos, assinala-se o importante papel que o setor público e outras organizações ou redes sem fins lucrativos podem desempenhar na construção da economia cultural da Região.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que as redes de relacionamento são pouco utilizadas, uma vez que os entrevistados afirmaram que os contatos acontecem muito raramente. Outro fator identificado na pesquisa é que os artesãos sentem-se desprotegidos pelos órgãos públicos. O levantamento concluiu que a produção artesanal contribui com a redução de desigualdades socioeconômicas, mas possui fragilidades materiais para a construção do desenvolvimento local nos contextos populares. Os resultados indicam caminhos de aprendizagem sobre a produção do artesanato local e sua viabilidade como vetor de construção do desenvolvimento no Maranhão.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Editora HUCITEC,1992. 276 p.

ABRAMOVAY, Ricardo. **PRONAF:** construindo as instituições do desenvolvimento rural. Brasília: Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 1998.

ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALVES, M. A.; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho "autonomia" ou precarização. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2007.

AMORIM, D. F.; NASCIMENTO, T. S.; MARQUES, J. C. S.; COUTINHO, J. S.; LIMA, G. B. C. R. Financeirização e Desindustrialização: uma análise da situação brasileira a partir da década de 1990. In. **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA. 2017.

AZEVEDO, R. R. de; AQUINO, A. C. B de. O planejamento em municípios de pequeno porte em São Paulo. **Rev. Cont. Org**. v. 26, 2016. p. 63.

BATISTA FILHO, M.; BARBOSA, N. P. **Alimentação e nutrição no Brasil, 1974-1984**. Brasília: Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, 1985. 87 p.

BRAGA, T. **Estrutura e Dinâmica da Ocupação Informal na região Metropolitana de Salvador:** uma análise dos anos 90. Dissertação (Mestrado). Campinas: UNICAMP/IE, 2003, 140 p.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Constituição República Federativa do Brasil. Brasília-DF, Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Censo Agropecuário do Brasil -1996**. Rio de Janeiro: IBGE - Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA. Disponível em: http:// www.ibge.gov.br. Acesso em: 22 jan. 2018.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

BLEANEY, M.; D. GREENAWAY. The Impact of Terms of Trade and Real Exchange Volatility on Investment and Growth in Sub-Saharan Africa. In: **Journal of Development Economics** 65: 491–500. 2001.

BOCCHI, J. I.; GARGIULO, F. F. Desenvolvimentismo e a CEPAL: da Indústrialização por Substituição de Importações à Transformação Produtiva com Equidade. **21º Encontro de Iniciação Científica da PUC-SP**, São Paulo, Novembro 2012. Disponível em: http://www.pucsp.br/iniciacaocientifica/21encontro/artigos-premiados-20ed/FELIPE_FREITAS_GARGIULO.pdf. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Novo Desenvolvimentismo. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. **Bresser-Pereira, Luiz Carlos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. Cap. 3. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/Papers-cursos/Cap.3-Novo_desenvolvimentismo.pdf. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. **Macroeconomia Desenvolvimentista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e sociedade**, v. 9, n. 1, pp. 153-174, 2000.

CANO, W. **Desconcentração Produtiva Regional no Brasil 1970 - 2005**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp: 2008.

CANCLINI, Nestor. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

CARVALHO, M. C. B; NETTO, J. P. **Cotidiano, conhecimento e crítica**. 10. ed. Editora Cortez: São Paulo, 2012.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. Desenvolvimento Local e Democratização dos Espaços Rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 17, n.1, p.11- 40, jan./abr., Brasília, 2000.

COMISSÃO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO-CNA. **Cartilha de Alimentação**. Brasília-DF, 1967.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. **II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional:** a construção da política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório Final. Brasília, 2004.

CHENERY, H. **Structural Change and Development Policy**. New York: Oxford University Press, 1979.

DE MAIS, Domenico. **Sociedade Pós-Industrial.** 3. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

FAGUNDES, E., J.; CASTRO, S., R., R. **Economia Criativa:** perspectiva de atuação do profissional de Relações Públicas na Esfera Governamental. (Re) leituras contemporâneas sobre comunicação organizacional e relações públicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. Disponível em: https://docplayer.com.br/83806240-Comunicacao-organizacional-e-relacoes-publicas.html Acesso em: 20 jul. 2018.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília- DF, 1994.

FEIJÓ, C. A.; RAMOS, R. L. O. **Contabilidade Social:** a nova referência das contas regionais do Brasil. LIMA et al. (org.). 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FIRJAN. **Estudos para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro**: a cadeia da indústria criativa no Brasil. Rio de Janeiro, n. 2, maio 2008. Disponível em: http://www.firjan.org.br/main.jsp?lumItemId=2C908CE9215B0DC40121737B1C8107C1&lumPageId=2C908CE9215B0DC40121793770A2082A. Acesso em: 20 jul. 2015.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/alimentacao-escolar-dados-estatisticos. Acesso em: 08 dez. 2017.

FOUCAULT, Michael. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michael. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALA, P. **Complexidade Econômica:** uma nova perspectiva para entender a antiga questão da Riqueza das Nações. Centro Internacional Censo Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Contraponto Editora: Rio de Janeiro, 2017.

GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: ITC, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GHOSH, A. R.; OSTRY. J. Export Instability and the External Balance in Developing Countries. **IMF Staff Papers**, v. 41, 1994. p. 214–35

GUANZIROLI, C. E. et. al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

HESSE, H. Export Diversification and Economic Growth. In: **Comission on Growth and Development**, Working Paper, n. 21. Washington, DC: World Bank, 2008.

HOWKINS, John. **The creative economy:** how people make money from ideas. London: Penguin Press, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Nota metodológica da série do PIB dos Municípios Referência 2010**. Versão 1, Setembro de 2015. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/Notas_Metodologicas_2010/NotaMetodologicaPIB_MunicipiosRef2010.pdf. Acesso em: 06 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010:** Resultados da Amostra. Trabalho e Rendimento, Rio de Janeiro, 2012. Acesso em: 07 out. 2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-trabalho-e-rendimento

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão: período 2010 a 2014**. V. 11, nº 1. São Luís: IMESC, 2016.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão:** período 2010 a 2013. Disponível em: http://www.imesc.ma.gov.br/components/com_ booklibrary/ebooks/PIB_Municipal_2010-2013.pdf. Acesso em: 28 set. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO. **Programa Nacional de Alimentação e Nutrição – PRONAN II**. Brasília, 1976 (Documento Técnico, n. 06).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **O registro do patrimônio imaterial**. Brasília: MinC, 2000.

KRUNGSRI, BANK OF AYUDHYA. **Cassava Industry**. In Thailand Industry Outlook 2017-19; Chetchuda Chuasuwan, Bank Of Ayudhya, 2017.

KRUGMAN, P. **Trade, Accumulation, And Uneven Development**. In Center Discussion Paper, n. 311; Box, Yale Station, New Haven, Connecticut, 1987.

MAGALHÃES, J. P. D. A. **Nova Estratégia de Desenvolvimento para o Brasil**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

PAULA R. Z. A. de; HOLANDA, F. M. de. Padrão de Acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos 2000. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. v. 6, n. 10, jan./jun., 2011.

PEREIRA, G. S. **Mudanças na Estrutura Produtiva do Maranhão**: padrão de acumulação do estado nos anos 2000. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER. Itabaiana –SE, 2017.

PLANO da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 -2014. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/09/Planoda-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf. Acesso em: 20 jul. 2015.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Prolemas. 1949. In: **Boletím Económico de la América Latina**. v.7, n.1, Santiago do Chile, 1962. Disponível em: http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf. Acesso em: 25 out. 2017.

RICARDO, D. **Principles of Political Economy and Taxation**. 3. ed. London: John Murray, 1821.

ROSENBURG, C. P. **Merenda Escolar e crescimento**. 1972. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 1972. 136 p.

STIGLITZ, J. E. **Globalização:** como dar certo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SYRQUIN, M. Patterns of Structural Change. In: H. CHENERY; T. N. SRINAVASAN, **Handbook of Economic Development**, Amsterdam: Elsevier Science Publishers, 1989.

TAVARES, M. D. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TRENNESPOHL, D. **Avaliação de Potencialidades Econômicas para o Desenvolvimento Regional**. 1. ed. Ijuí: Unijuí, 2011.

VEIGA, José Eli da. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de ciência e tecnologia**, v.13, n. 3, set./dez., 1996.

VIANNA, R. P. T. **O Programa de Merenda Escolar:** subsídios para o planejamento do programa em Campinas. Campinas, 1997. 130 p. Dissertação de Mestrado em Engenharia Agrícola – Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade de Campinas.

WORLD BANK. **Commodity Markets Outlook**. World Bank: [S.l.], 2016.

ANEXOS

Tabela 78 - Mercadorias exportadas pela Região Metropolitana da Grande São Luís em 2000, 2005, 2010 e 2016 em US$

Mercadoria (Descrição SH4)	Exportações US$			
	2000	2005	2010	2016
Corindo artificial, quimicamente definido ou não; óxido de alumínio; hidróxido de alumínio	7.713.566	128.159.945	422.214.047	899.001.542
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas noutras posições, contendo, em peso, 70 % ou mais de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, os quais devem constituir o seu elemento	45	2.322.559	2.043.163	30.050.901
Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves)	19.908.553	10.672.335	22.718.733	9.221.867
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	-	1.185.768	-	3.376.354
Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas as pirites de ferro ustuladas (cinzas de pirites)	6.413.084	338.710.957	696.319.187	2.045.236
Soja, mesmo triturada	61616059	4.770.265	6.935.730	1.700.000
Empilhadores; outros veículos para movimentação de carga e semelhantes, equipados com dispositivo de elevação	-	-	-	86.904
Elementos químicos radioativos e isótopos radioativos (incluídos os elementos químicos e isótopos cindíveis ou férteis), e seus compostos; misturas e resíduos contendo esses produtos	-	-	-	1.250
Fatos de saia-casaco, conjuntos, casacos, vestidos, saias, saias-calças, calças, jardineiras, bermudas e calções (shorts) (exceto de banho), de uso feminino	-	693	-	29
Alumínio em formas brutas	455705018	335.780.153	278.228.339	-
Compostos heterocíclicos exclusivamente de hetero-átomo(s) de oxigénio	906.900	19.898	-	-
Ferro fundido bruto e ferro spiegel (especular), em lingotes, linguados ou outras formas primárias	8183607	50.893.451	27.560.842	-
Heterósidos, naturais ou sintéticos, seus sais, éteres, ésteres e outros derivados	11.427.006	4.284.704	-	-
Minérios de alumínio e seus concentrados	-	38.764.173	-	-
Bijuterias	2.692	1.508	-	-
Caixotes, caixas, engradados, barricas e embalagens semelhantes, de madeira; carretéis para cabos, de madeira; paletes simples, « paletes-caixas » e outros estrados para carga, de madeira; taipais de paletes de madeira	3450	5.700	-	-
Camisas de malha, de uso masculino	-	91	-	-
Camiseiros, blusas, blusas-camiseiros, de malha, de uso feminino	-	2.107	-	-
Chapéus e outros artefatos de uso semelhante, entrançados por tiras, de qualquer matéria	5.697	2.286	-	-
Combinações, saiotes, calcinhas, camisas de noite, pijamas, deshabillés, roupões de banho,	-	1.800	-	-

robes de quarto e semelhantes, de malha, de uso feminino				
Crustáceos, mesmo sem casca, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura; crustáceos com casca, cozidos em água ou vapor, mesmo refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura; farinhas, pó e pellets de crustáceos.	-	1.446.341	-	-
Cuecas, ceroulas, camisas de noite, pijamas, roupões de banho, robes e semelhantes, de malha, de uso masculino	-	209	-	-
Fatos de saia-casaco, conjuntos, casacos, vestidos, saias, saias-calças, calças, jardineiras, bermudas e calções (shorts) (exceto de banho), de malha, de uso feminino	-	1.411	-	-
Fatos de treino para desporto, fatos-macacos e conjuntos de esqui, maiôs, biquínis, calções (shorts) e slips, de banho, de malha	-	258	-	-
Ferramentas manuais (incluídos os corta-vidros) não especificadas nem compreendidas em outras posições; lâmpadas ou lamparinas de soldar (maçaricos) e semelhantes; tornos de apertar, sargentos e semelhantes, exceto os acessórios ou partes de máquinas-fer	-	263	45	-
Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor (eléctrico ou não eléctrico) incorporado, de uso manual	-	5.000	-	-
Filés de peixes e outra carne de peixes (mesmo picada), frescos, refrigerados ou congelados	127.099	52.086	-	-
Fluoretos; fluoro silicatos, fluoro aluminatos e outros sais complexos de flúor	144670	-	-	-
Leveduras (vivas ou mortas); outros microrganismos monocelulares mortos (exceto as vacinas da posição 3002); pós para levedar, preparados	-	296.554	-	-
Malas e maletas, incluídas as de toucador e as maletas e pastas para documentos e de estudantes, os estojos para óculos, binóculos, máquinas fotográficas e de filmar, instrumentos musicais, armas, e artefatos semelhantes; sacos de viagem, sacos isolantes	2210	-	-	-
Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própria, não especificados nem compreendidos em outras posições deste capítulo	-	-	35.121	-
Meias-calças; meias de qualquer espécie e artefatos semelhantes, incluídas as meias para varizes, de malha	-	305	-	-
Minérios de manganês e seus concentrados, incluídos os minérios de manganês ferruginosos e seus concentrados, de teor de manganês de => 20%, em peso, sobre o produto seco	42.138.249	99.032.227	-	-
Motores e geradores, elétricos, exceto os grupos electrogéneos	-	300	-	-
Obras de carpintaria para construções, incluídos os painéis celulares, os painéis para soalhos e as fasquias para telhados (shingles e shakes), de madeira	1.565.355	2.550.945	-	-

Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	-	-	22.058.270	-
Óleos de coco (óleo de copra), de palmiste ou de babaçu e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados	139.368	-	-	-
Outras obras de madeira	920	1.226	-	-
Outros móveis e suas partes	-	-	805	-
Peixes congelados, exceto os filés de peixes e outra carne de peixes da posição 03.04	477405	38.017	-	-
Peixes frescos ou refrigerados, exceto os filés de peixes e outra carne de peixes da posição 03.04	722.056	654.017	-	-
Plantas, partes de plantas, sementes e frutos, das espécies utilizadas principalmente em perfumaria, medicina ou como inseticidas, parasiticidas e semelhantes, frescos ou secos, mesmo cortados, triturados ou em pó	93600	224.910	-	-
Quadros, pinturas e desenhos, feitos inteiramente à mão, exceto os desenhos da posição 4906 e os artigos manufaturados decorados à mão; colagens e quadros decorativos semelhantes	-	498	-	-
Soutiens, cintas, espartilhos, suspensórios, ligas e artefatos semelhantes, e suas partes, mesmo de malha	-	65	-	-
Total Exportado	617.296.609	1.019.883.025	1.478.114.282	945.484.083

Fonte: MDIC, Aliceweb

Tabela 79 - Mercadorias Importadas pela Região Metropolitana da Grande São Luís em 2000, 2005, 2010 e 2016 em US$

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Abrasivos naturais ou artificiais, em pó ou em grãos, aplicados sobre matérias têxteis, papel, cartão ou outras matérias, mesmo recortados, costurados ou reunidos de outro modo	677	-	-	-
Acessórios para tubos (por exemplo, uniões, cotovelos, luvas), de alumínio	-	-	249.598	-
Acessórios para tubos [por exemplo: uniões, cotovelos, mangas (luvas)], de cobre	-	-	-	5.299
Acessórios para tubos [por exemplo: uniões, cotovelos, mangas (luvas)], de ferro fundido, ferro ou aço	9982	294	998.539	14.158
Ácidos carboxílicos contendo funções oxigenadas suplementares e seus anidridos, halogenetos, peróxidos e peroxiácidos; seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	-	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Ácidos gordos monocarboxílicos industriais; óleos ácidos de refinação; alcoóis gordos industriais	66660	126.513	42.570	-
Ácidos monocarboxílicos acíclicos não saturados e ácidos monocarboxílicos cíclicos, seus anidridos, halogenetos, peróxidos e peroxiácidos; seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	-	-	-	-
Ácidos monocarboxílicos acíclicos saturados e seus anidridos, halogenetos, peróxidos e peroxiácidos; seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	-	-	-	-
Ácidos nucleicos e seus sais, de constituição química definida ou não; outros compostos heterocíclicos	-	-	-	-
Ácidos policarboxílicos, seus anidridos, halogenetos, peróxidos e peroxiácidos; seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	-	-	-	-
Açúcares quimicamente puros, exceto sacarose, lactose, maltose, glicose e frutose; seus éteres e ésteres e seus sais	-	-	-	-
Acumuladores elétricos e seus separadores, mesmo de forma quadrada ou rectangular	9346	3.662	3.992	-
Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, azotados	1.854.529	4.651.903	11.500.254	38.087.231
Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, contendo dois ou três dos seguintes elementos fertilizantes: azoto (nitrogénio), fósforo e potássio; outros adubos (fertilizantes); produtos do presente capítulo apresentados em tabletes ou formas semelhantes,	3259152	8.542.744	36.044.144	71.807.707
Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, fosfatados	4.480.540	13.144.905	40.684.269	44.345.657
Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, potássicos	6468600	16.556.966	47.254.622	66.550.104

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Agentes orgânicos de superfície (exceto sabões); preparações tensoactivas, preparações para lavagem (incluídas as preparações auxiliares de lavagem) e preparações para lavagem, mesmo contendo sabão, exceto as da posição 3401	1.154	-	-	-
Aglutinantes preparados para moldes ou para núcleos de fundição; produtos químicos e preparações das indústrias químicas ou das indústrias conexas (incluídos os constituídos por misturas de produtos naturais), não especificados nem compreendidos noutras p	614	155.048	3.187.479	4.403.643
Águas, incluídas as águas minerais e as águas gaseificadas, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes ou aromatizadas e outras bebidas não alcoólicas, exceto sumos de frutas ou de produtos hortícolas, da posição 2009	120	-	-	37.507
Alcalóides vegetais, naturais ou sintéticos, seus sais, éteres, ésteres e outros derivados	-	-	-	-
Algodão, não cardado nem penteado	643.748	-	-	-
Alumínio em formas brutas	-	937.946	-	5.157.698
Amianto (asbesto) trabalhado, em fibras; misturas à base de amianto ou à base de amianto e carbonato de magnésio; obras destas misturas ou de amianto (por exemplo: fios, tecidos, vestuário, chapéus e artefactos de uso semelhante, calçado, juntas), mesmo a	1.996	6.428	-	-
Antibióticos	-	-	-	-
Aparelhos auxiliares para caldeiras das posições 8402 ou 8403 (por exemplo: economizadores, sobreaquecedores, aparelhos de limpeza de tubos ou de recuperação de gás); condensadores para máquinas a vapor	136.631	46.578	74.885	20.655
Aparelhos de fotocópia, por sistema óptico ou por contacto, e aparelhos de termocópia	2956	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Aparelhos de iluminação (incluídos os projectores) e suas partes, não especificados nem compreendidos em outras posições; anúncios, tabuletas ou cartazes e placas indicadoras luminosos, e artigos semelhantes, que contenham uma fonte luminosa fixa permanen	-	-	315.380	67.572
Aparelhos de mecanoterapia; aparelhos de massagem; aparelhos de psicotécnica; aparelhos de ozonoterapia, de oxigenoterapia, de aerossolterapia, aparelhos respiratórios de reanimação e outros aparelhos de terapia respiratória	-	-	101.058	52.454
Aparelhos de projecção fixa; aparelhos fotográficos, de ampliação ou de redução	-	-	-	-
Aparelhos de radiodetecção e de radiossondagem (radar), aparelhos de radionavegação e aparelhos de radiotelecomando	125	49.999	75.516	30.571
Aparelhos de raios X e aparelhos que utilizem as radiações alfa, beta ou gama, mesmo para usos médicos, cirúrgicos, odontológicos ou veterinários, incluídos os aparelhos de radiofotografia ou de radioterapia, os tubos de raios X e outros dispositivos gera	40.100	285.188	2.195.265	309.316
Aparelhos e dispositivos elétricos de ignição ou de arranque para motores de ignição por faísca ou por compressão (por exemplo, magnetos, dínamos-magnetos, bobinas de ignição, velas de ignição ou de aquecimento, motores de arranque); geradores (dínamos e	61	41.705	15.475	8.758
Aparelhos e dispositivos, mesmo aquecidos electricamente (exceto fornos e outros aparelhos da posição 8514), para tratamento de matérias por meio de operações que impliquem mudança de temperatura, tais como o aquecimento, cozimento, torrefacção, destilaç	-	27.888	5.325.817	12.506

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Aparelhos e instrumentos de pesagem, incluídas as básculas e balanças para verificar peças fabricadas, excluídas as balanças sensíveis a pesos não superiores a 5 cg; pesos para quaisquer balanças	-	-	-	-
Aparelhos electromecânicos com motor eléctrico incorporado, de uso doméstico	30	-	-	-
Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização (exceto os da posição 8539), limpadores de pára-brisas, degeladores e desembaciadores elétricos, dos tipos utilizados em ciclos e automóveis	1291	2.352	2.885	-
Aparelhos elétricos de sinalização (excluídos os de transmissão de mensagens), de segurança, de contrôle ou de comando, para vias férreas ou semelhantes, vias terrestres ou fluviais, para áreas ou parques de estacionamento, instalações portuárias ou para	306.901	130.307	161.953	-
Aparelhos elétricos de sinalização acústica ou visual (por exemplo: campainhas, sirenes, quadros indicadores, aparelhos de alarme para protecção contra roubo ou incêndio), exceto os das posições 8512 ou 8530	1428	1.105	4.897	25.642
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia por fios, incluídos os aparelhos telefónicos por fio combinados com auscultadores sem fio e os aparelhos de telecomunicação por corrente portadora ou de telecomunicação digital; videofones	751.812	11.874	94.088	66.361
Aparelhos emissores (transmissores) para radiotelefonia, radiotelegrafia, radiodifusão ou televisão, mesmo incorporando um aparelho de recepção ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som; câmaras de televisão; câmaras de video de imagens fixas e o	124056	42.051	24.513	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Aparelhos fotográficos; aparelhos e dispositivos, incluindo as lâmpadas e tubos de luz-relâmpago (flash) para fotografia, exceto as lâmpadas e tubos de descarga da posição 8539	3.623	-	-	-
Aparelhos mecânicos (mesmo manuais) para projectar, dispersar ou pulverizar líquidos ou pós; extintores, mesmo carregados; pistolas aerográficas e aparelhos semelhantes; máquinas e aparelhos de jacto de areia, de jacto de vapor e aparelhos de jacto semelh	1908	-	2.030.459	114.987
Aparelhos mecânicos de acionamento manual, pesando <= 10 kg, utilizados para preparar, acondicionar ou servir alimentos ou bebidas	64	-	-	-
Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecção, derivação, ligação ou conexão de circuitos elétricos (por exemplo: interruptores, comutadores, corta-circuitos, pára-raios, limitadores de tensão, eliminadores de onda, tomadas de corrente, caixas de	57908	16.123	637.191	1.058
Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecção, derivação, ligação ou conexão de circuitos elétricos (por exemplo: interruptores, comutadores, relés, corta-circuitos, eliminadores de onda, tomadas de corrente, machos e fêmeas, suportes para lâmpada	246.588	134.131	432.021	375.021
Aparelhos receptores de televisão, mesmo incorporando um aparelho receptor de radiodifusão ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som ou de imagens; monitores e projectores de video	34196	8.100	62.030	7.800
Aparelhos receptores para radiotelefonia, radiotelegrafia ou radiodifusão, mesmo combinados, num mesmo gabinete ou invólucro, com um aparelho de gravação ou de reprodução de som, ou com um relógio	2.396	1.090	8.055	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Aparelhos videofónicos de gravação ou de reprodução, mesmo incorporando um receptor de sinais videofónicos	102275	123.934	77.900	-
Aquecedores elétricos de água, incluídos os de imersão; aparelhos elétricos para aquecimento de ambientes, do solo ou para usos semelhantes; aparelhos electrotérmicos para arranjos do cabelo (por exemplo: secadores de cabelo, frisadores, aquecedores de	17.164	-	23.838	-
Artefactos de higiene ou de toucador, e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço	-	-	-	53.487
Artefactos de ourivesaria e suas partes, de metais preciosos ou de metais folheados ou chapeados de metais preciosos	-	-	-	-
Artefactos de vidro para laboratório, higiene e farmácia, mesmo graduados ou calibrados	-	-	-	-
Artefactos para apetrechamento de construções, de plástico, não especificados nem compreendidos em outras posições	-	-	-	-
Artefatos de matérias têxteis, calçados, chapéus e artefatos de uso semelhante, usados	285	-	-	-
Artigos de transporte ou de embalagem, de plástico; rolhas, tampas, cápsulas e outros dispositivos destinados a fechar recipientes, de plástico	-	-	267	771
Artigos e equipamentos para cultura física, ginástica, atletismo, outros desportos (incluído o ténis de mesa) ou jogos ao ar livre, não especificados nem compreendidos em outras posições deste capítulo; piscinas, incluídas as infantis	-	-	781	150.094
Artigos para jogos de salão, incluídos os jogos com motor ou outro mecanismo, os bilhares, as mesas especiais para jogos de casino e os jogos de paulitos automáticos (boliche, por exemplo)	1.554	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Assentos (exceto os da posição 9402), mesmo transformáveis em camas, e suas partes	5738	-	19.766	19.854
Balanças sensíveis a pesos >= 5 cg, com ou sem pesos	-	20.092	-	-
Banheiras, « chuveiros », pias, lavatórios, bidés, sanitários e seus assentos e tampas, caixas de descarga (autoclismos) e artigos semelhantes para usos sanitários ou higiénicos, de plástico	-	-	3.525	13.084
Barras de ferro ou aço não ligado, simplesmente forjadas, laminadas, estiradas ou extrudadas, a quente, incluídas as que tenham sido submetidas a torção após laminagem	-	-	-	-
Barras e perfis de aço inoxidável	-	-	-	-
Barras e perfis, de alumínio	-	115.334	14.560	-
Barras, perfis e fios, de chumbo	-	-	-	-
Berílio, crómio, germânio, vanádio, gálio, háfnio (céltio), índio, nióbio (colômbio), rénio e tálio, e suas obras, incluídos os desperdícios, resíduos e sucata	693.206	-	-	-
Bicicletas e outros ciclos (incluídos os triciclos), sem motor	80	-	-	-
Bijutarias	-	-	-	574
Binóculos, lunetas, incluídas as astronómicas, telescópios ópticos, e suas armações; outros instrumentos de astronomia e suas armações, exceto os aparelhos de radioastronomia	-	-	-	-
Blocos e chapas, filtrantes, de pasta de papel	-	852	-	-
Bombas de ar ou de vácuo, compressores de ar ou de outros gases e ventiladores; exaustores (coifas aspirantes) para extracção ou reciclagem, com ventilador incorporado, mesmo filtrantes	78471	90.647	616.600	663.528
Bombas para líquidos, mesmo com dispositivo medidor; elevadores de líquidos	63.330	50.066	2.909.018	275.182
Boratos; peroxoboratos (perboratos)	-	10.265	-	25.502

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Borracha endurecida (ebonite, por exemplo) sob qualquer forma, incluindo os desperdícios e resíduos; obras de borracha endurecida	-	3.055	586	-
Borracha misturada, não vulcanizada, em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras	-	11.344	-	-
Borracha regenerada, em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras	-	-	-	-
Breu e coque de breu obtidos a partir do alcatrão de hulha ou de outros alcatrões minerais	5997084	8.340.030	12.799.428	-
Bulldozers, angledozers, niveladoras, raspo-transportadoras (scrapers), pás mecânicas, escavadoras, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros compressores, autopropulsores	-	-	3.446.318	-
Bússolas, incluídas as agulhas de marear; outros instrumentos e aparelhos de navegação	9840	11.823	16.423	21.936
Cabos de filamentos artificiais	-	-	-	-
Cabos de filamentos sintéticos	-	1.021	-	-
Cábreas; guindastes, incluídos os de cabos; pontes rolantes, pórticos de descarga e de movimentação, pontes-guindastes, carros-pórticos, carros-guindastes	-	5.514.634	3.431.689	-
Cadeados, fechaduras e ferrolhos (de chave, de segredo ou elétricos), de metais comuns; fechos e armações com fecho, com fechadura, de metais comuns; chaves para estes artigos, de metais comuns	2150	1.383	14.054	8.705
Cadeiras de rodas e outros veículos para inválidos, mesmo com motor ou outro mecanismo de propulsão	-	-	-	-
Caixas de fundição; placas de fundo para moldes; modelos para moldes; moldes para metais (exceto lingoteiras), carbonetos metálicos, vidro, matérias minerais, borracha ou plástico	17064	188.356	23.157	250.489

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Calçado com sola exterior de borracha, plástico, couro natural ou reconstituído e parte superior de couro natural	235.868	-	12.521	-
Calçado impermeável de sola exterior e parte superior de borracha ou plástico, em que a parte superior não tenha sido reunida à sola exterior por costura ou por meio de rebites, pregos, parafusos, espigões ou dispositivos semelhantes, nem formada por dife	-	-	-	-
Caldeiras de vapor (geradores de vapor), excluídas as caldeiras para aquecimento central concebidas para produção de água quente e vapor de baixa pressão; caldeiras denominadas « de água sobreaquecida »	689.173	130.248	683.009	494.452
Câmaras e projectores, cinematográficos, mesmo com aparelhos de gravação ou de reprodução de som incorporados	23719	-	-	-
Camisas de malha, de uso masculino	-	-	-	-
Canetas esferográficas; canetas e marcadores de ponta de feltro ou de outras pontas porosas; canetas de tinta permanente e outras canetas; estiletes para duplicadores; lapiseiras; canetas porta-penas, porta-lápis e artigos semelhantes; suas partes (inclui	-	-	12.034	-
Carbonatos; peroxocarbonatos (percarbonatos); carbonato de amónio comercial contendo carbamato de amónio	85.729	598	-	-
Carrinhos e veículos semelhantes para transporte de crianças, e suas partes	-	-	-	-
Carvões activados; matérias minerais naturais activadas; negros de origem animal, incluído o negro animal esgotado	-	-	-	-
Celulose e seus derivados químicos, não especificados nem compreendidos em outras posições, em formas primárias	-	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Centrifugadores, incluídos os secadores centrífugos, aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases	202.054	489.623	5.345.187	229.420
Ceras artificiais e ceras preparadas	-	-	-	-
Chapas e tiras, de alumínio, de espessura superior a 0,2 mm	93.716	32.780	135.723	54.716
Chapas, folhas, tiras, fitas, películas e outras formas planas, auto-adesivas, de plástico, mesmo em rolos	537	-	2.422	-
Chapas, folhas, tiras, varetas e perfis, de borracha vulcanizada não endurecida	10	47	30.990	387
Chapas, tiras e folhas, de níquel	-	171	35.783	-
Chaves de porcas, manuais (incluídas as chaves dinamométricas); chaves de caixa intercambiáveis, mesmo com cabos	250	-	7.411	-
Cimentos, argamassas, concretos e composições semelhantes, refratários	307273	957.590	355.430	143.209
Circuitos integrados e microconjuntos electrónicos	44.348	9.652	153	-
Cloratos e percloratos; bromatos e perbromatos; iodatos e periodatos	781	-	-	-
Colas e outros adesivos preparados, não especificados nem compreendidos em outras posições; produtos de qualquer espécie utilizados como colas ou adesivos, acondicionados para venda a retalho como colas ou adesivos, com peso líquido não superior a 1 kg	40.108	11.339	3.676	36.964
Colheres, garfos, conchas, escumadeiras, pás para tortas, facas especiais para peixe ou para manteiga, pinças para açúcar e artefactos semelhantes	128	-	37.102	-
Compostos aminados de funções oxigenadas	-	-	-	-
Compostos de função carboxiamida; compostos de função amida do ácido carbónico	-	-	-	-
Compostos de função carboxiimida (incluindo a sacarina e seus sais) ou de função imina	-	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Compostos heterocíclicos exclusivamente de hetero-átomo(s) de oxigénio	-	-	-	-
Compostos heterocíclicos, exclusivamente de hetero-átomo(s) de azoto (nitrogénio)	-	-	-	-
Compostos inorgânicos nesoi: liq ar: amálgamas nesoi	285	-	-	-
Condensadores elétricos, fixos, variáveis ou ajustáveis	284	-	-	7.192
Cones de lúpulo, frescos ou secos, mesmo triturados ou moídos ou em pellets; lupulina	293898	-	-	-
Construções e suas partes (por exemplo: pontes e elementos de pontes, comportas, torres, pórticos, pilares, colunas, armações, estruturas para telhados, portas e janelas, e seus caixilhos, alizares e soleiras, portas de correr, balaustradas), de ferro fun	-	-	23.683	8.786
Contadores de gases, de líquidos ou de electricidade, incluídos os aparelhos para a sua aferição	1279	28.303	9.155	-
Contêineres, incluindo os de transporte de fluidos, especialmente concebidos e equipados para um ou vários meios de transporte	-	-	-	-
Conversores, cadinhos ou colheres de fundição, lingoteiras e máquinas de vazar (moldar), para metalurgia, aciaria ou fundição	44135	66.801	181.788	-
Coque de petróleo, betume de petróleo e outros resíduos dos óleos de petróleo ou de minerais betuminosos	20.366.664	39.733.179	42.895.487	-
Coques e semicoques de hulha, de linhita ou de turfa, mesmo aglomerados; carvão de retorta	-	-	-	-
Cordas, cabos, entrançados e semelhantes, de alumínio, não isolados para usos elétricos	-	1.308.693	161.083	-
Cordas, cabos, entrançados, lingas e artefactos semelhantes, de ferro ou aço, não isolados para usos elétricos	-	572	109.939	375.605

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Cordas, cabos, tranças e artefatos semelhantes, de cobre, não isolados para usos elétricos	-	-	60	22.007
Corindo artificial, quimicamente definido ou não; óxido de alumínio; hidróxido de alumínio	-	-	420	5.050
Correias transportadoras ou de transmissão, de borracha vulcanizada	3.368	4.087.139	17.250	16.567
Correias transportadoras ou de transmissão, de matérias têxteis, mesmo impregnadas, revestidas ou recobertas, de plástico, ou estratificadas com plástico ou reforçadas com metal ou com outras matérias	619	15.295	-	-
Correntes, cadeias, e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço	36.140	43.496	155.814	32.941
Densímetros, areómetros, pesa-líquidos e instrumentos flutuantes semelhantes, termómetros, pirómetros, barómetros, higrómetros e psicrómetros, registadores ou não, mesmo combinados entre si	26117	1.449	29.578	15.208
Desperdícios e resíduos de pilhas, de baterias de pilhas e de acumuladores, elétricos; pilhas, baterias de pilhas e acumuladores, elétricos, inservíveis; partes elétricas de máquinas e aparelhos, não especificadas nem compreendidas em outras posições d	-	-	-	-
Díodos, transístores e dispositivos semelhantes com semicondutores; dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas, mesmo montadas em módulos ou em painéis; díodos emissores de luz; cristais piezoelétricos montados	61594	23.887	163.438	369.005
Discos, fitas e outros suportes para gravação de som ou para gravações semelhantes, gravados, incluídos os moldes e matrizes galvânicos para fabricação de discos, com exclusão dos produtos do Capítulo 37	6.080	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Dispositivos de cristais líquidos que não constituam artigos compreendidos mais especificamente em outras posições; lasers, exceto díodos laser; outros aparelhos e instrumentos de óptica, não especificados nem compreendidos em outras posições do presente	3107	-	350	-
Eléctrodos de carvão, escovas de carvão, carvões para lâmpadas ou para pilhas e outros artigos de grafite ou de carvão, com ou sem metal, para usos elétricos	875.673	2.545.371	5.159.643	36.695
Electroímanes; ímanes permanentes e artefactos destinados a tornarem-se ímanes permanentes após magnetização; placas, mandris e dispositivos semelhantes, magnéticos ou electromagnéticos, de fixação; acoplamentos, embraiagens, variadores de velocidade e fr	4042	-	4.975	-
Elementos de vias férreas, de ferro fundido, ferro ou aço; carris, contracarris e cremalheiras, agulhas, cróssimas, alavancas para comando de agulhas e outros elementos de cruzamentos e desvios, dormentes, eclissas, coxins de carril, cantoneiras, placas d	5.218.499	7.912.388	57.248.823	33.015.935
Elementos químicos radioactivos e isótopos radioactivos (incluídos os elementos químicos e isótopos cindíveis ou férteis), e seus compostos; misturas e resíduos contendo esses produtos	5536	-	166.530	12.290
Empilhadores; outros veículos para movimentação de carga e semelhantes, equipados com dispositivo de elevação	223.773	-	414.430	81.005
Encerados e estores de exterior; tendas; velas para embarcações, para pranchas à vela ou para carros à vela; artigos para acampamento	4062	-	11.983	19.989
Enzimas; enzimas preparadas não especificadas nem compreendidas em outras posições	-	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Estacas-pranchas de ferro ou aço, mesmo perfuradas ou feitas com elementos montados; perfis obtidos por soldadura, de ferro ou aço	-	-	-	-
Estatuetas e outros objectos de ornamentação, de cerâmica	-	-	11.699	621
Etiquetas de qualquer espécie, de papel ou cartão, impressas ou não	-	24	932	-
Facas (exceto da posição 8208) de lâmina cortante ou serrilhada, incluídas as podadeiras de lâmina móvel, e suas lâminas	-	3.145	362	-
Facas e lâminas cortantes, para máquinas ou para aparelhos mecânicos	-	254	40.273	484
Fatos, conjuntos, casacos, calças, jardineiras, bermudas e calções (shorts) (exceto de banho), de uso masculino	-	-	-	-
Feltros, mesmo impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados	-	7.914	7.615	111
Ferramentas intercambiáveis para ferramentas manuais, mesmo mecânicas, ou para máquinas-ferramentas (por exemplo: de embutir, estampar, puncionar, roscar (interior ou exteriormente), furar, escarear, mandrilar, fresar, tornear, aparafusar), incluídas as f	1.340	9.051	25.791	-
Ferramentas manuais (incluídos os corta-vidros) não especificadas nem compreendidas em outras posições; lâmpadas ou lamparinas de soldar (maçaricos) e semelhantes; tornos de apertar, sargentos e semelhantes, exceto os acessórios ou partes de máquinas-fer	6851	-	22.273	26.041
Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor (eléctrico ou não eléctrico) incorporado, de uso manual	144.022	136.236	306.473	5.488
Ferro fundido bruto e ferro spiegel (especular), em lingotes, linguados ou outras formas primárias	-	-	28.651	-
Fibras de vidro (incluída a lã de vidro) e suas obras (por exemplo: fios, tecidos)	107	52.695	100.972	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Fibras ópticas e feixes de fibras ópticas; cabos de fibras ópticas, exceto os da posição 8544; matérias polarizantes, em folhas ou em placas; lentes (incluídas as de contacto), prismas, espelhos e outros elementos de óptica de qualquer matéria, não monta	1939	5	15.280	-
Fios de cobre	113.038	-	6.630	-
Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, isolados para usos elétricos (incluídos os envernizados ou oxidados anodicamente), mesmo com peças de conexão; cabos de fibras ópticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente, mes	195926	11.862	619.823	172.920
Fios, varetas, tubos, chapas, eléctrodos e artefactos semelhantes, de metais comuns ou de carbonetos metálicos, revestidos interior ou exteriormente de decapantes ou de fundentes, para soldadura (soldagem) ou depósito de metal ou de carbonetos metálicos;	5.800	5.143	164	-
Fitas, exceto os artefactos da posição 5807; fitas sem trama, de fios ou fibras paralelizados e colados (bolducs)	-	96	-	-
Fluidos para freios hidráulicos e outros líquidos preparados para transmissões hidráulicas, que não contenham óleos de petróleo nem de minerais betuminosos, ou que os contenham em proporção inferior a 70 %, em peso	-	86.553	366.409	-
Fluoretos; fluorossilicatos, fluoroaluminatos e outros sais complexos de flúor	4247415	4.911.700	7.896.061	-
Fornos elétricos industriais ou de laboratório, incluídos os que funcionam por indução ou por perdas dielétricas; outros aparelhos industriais ou de laboratório, para tratamento térmico de matérias por indução ou por perdas dielétricas	-	15.041	-	76.243

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Fornos industriais ou de laboratório, incluídos os incineradores, não elétricos	333878	36.702	24.250	-
Fosfatos de cálcio naturais, fosfatos aluminocálcicos naturais e cré fosfatado	1.583.411	821.758	426.886	410.835
Garrafões, garrafas, frascos, boiões, vasos, embalagens tubulares, ampolas e outros recipientes de vidro próprios para transporte ou embalagem; boiões de vidro, para conserva; rolhas, tampas e outros dispositivos de uso semelhante, de vidro	-	593	187	-
Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos	13.702.415	-	-	-
Grafite artificial; grafite coloidal ou semicoloidal; preparações à base de grafite ou de outros carbonos, em pastas, blocos, lamelas ou outros produtos intermediários	412020	26.351	670.255	-
Granalha e pó de ferro fundido bruto, de ferro spiegel (especular), de ferro ou aço	-	-	-	-
Gravadores de suportes magnéticos e outros aparelhos de gravação de som, mesmo com dispositivo de reprodução de som incorporado	307	-	-	-
Grupos electrogéneos e conversores rotativos, elétricos	-	-	266.716	-
Guarnições de fricção (por exemplo: placas, rolos, tiras, segmentos, discos, anéis, pastilhas), não montadas, para travões (freios), embraiagens ou qualquer outro mecanismo de fricção, à base de amianto (asbesto), de outras substâncias minerais ou de celu	1697	-	-	789
Guarnições, ferragens e artigos semelhantes, de metais comuns, para móveis, portas, escadas, janelas, persianas, carroçarias, artigos de seleiro, malas, cofres, caixas de segurança e outras obras semelhantes; pateras, porta-chapéus, cabides e artigos seme	138	-	2.282	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Heterósidos, naturais ou sintéticos, seus sais, éteres, ésteres e outros derivados	-	-	-	-
Hidrogénio, gases raros e outros elementos não metálicos	449.512	4.366.815	1.843.877	-
Hidróxido de sódio (soda cáustica); hidróxido de potássio (potassa cáustica); peróxidos de sódio ou de potássio	3356630	28.618.114	48.802.827	75.535.958
Hipocloritos; hipoclorito de cálcio comercial; cloritos; hipobromitos	-	-	-	-
Hormonas, prostaglandinas, tromboxanos e leucotrienos, naturais ou reproduzidos por síntese; seus derivados e análogos estruturais, incluindo os polipéptidos de cadeia modificada, utilizados principalmente como hormonas	-	-	-	-
Hulhas; briquetes, bolas e combustíveis sólidos semelhantes, obtidos a partir da hulha	6.188.757	15.503.860	34.293.259	61.891.803
Iates e outros barcos e embarcações de recreio ou de desporto; barcos a remos e canoas	-	1.016	-	-
Iniciadores de reacção, aceleradores de reacção e preparações catalíticas, não especificados nem compreendidos em outras posições	4.783	66.910	-	11.675
Instrumentos de desenho, de traçado ou de cálculo (por exemplo: máquinas de desenhar, pantógrafos, transferidores, estojos de desenho geométrico, réguas de cálculo e discos de cálculo); instrumentos de medida de distâncias de uso manual (por exemplo: metr	-	1.284	476	10.266
Instrumentos e aparelhos de geodesia, topografia, agrimensura, nivelamento, fotogrametria, hidrografia, oceanografia, hidrologia, meteorologia ou de geofísica, exceto bússolas; telémetros	1.679	17.390	-	333.079

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Instrumentos e aparelhos para análises físicas ou químicas (por exemplo: polarímetros, refractómetros, espectrómetros, analisadores de gases ou de fumos); instrumentos e aparelhos para ensaios de viscosidade, porosidade, dilatação, tensão superficial ou s	377967	352.548	1.020.222	651.805
Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária, incluídos os aparelhos de cintilografia e outros aparelhos electromédicos, bem como os aparelhos para testes visuais	176.679	242.201	451.009	123.763
Instrumentos e aparelhos para medida ou controlo do caudal (vazão), do nível, da pressão ou de outras características variáveis dos líquidos ou gases (por exemplo: medidores de caudal, indicadores de nível, manómetros, contadores de calor), exceto os ins	168357	128.059	267.164	88.753
Instrumentos e aparelhos para regulação ou controlo, automáticos	112.561	237.339	177.355	566.942
Instrumentos musicais cujo som é produzido ou amplificado por meios elétricos (por exemplo: órgãos, guitarras, acordeões)	-	-	13.742	-
Instrumentos, aparelhos e máquinas de medida ou controlo, não especificados nem compreendidos em outras posições do presente capítulo; projectores de perfis	89.891	1.534.650	176.899	2.737.563
Instrumentos, aparelhos e modelos, concebidos para demonstração (por exemplo, no ensino e nas exposições), não suscetíveis de outros usos	-	5.065	-	-
Interruptores horários e outros aparelhos que permitam acionar um mecanismo em tempo determinado, com maquinismo de aparelhos de relojoaria ou de motor síncrono	-	-	-	-
Isoladores de qualquer matéria, para usos elétricos	1638	39.386	17.760	481

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Juntas metaloplásticas; jogos ou sortidos de juntas de composições diferentes, apresentados em bolsas, envelopes ou embalagens semelhantes; juntas de vedação mecânicas	24.085	44.521	60.096	84.924
Laminadores de metais e seus cilindros	-	1.336	9.924	3.284
Lâmpadas e tubos elétricos de incandescência ou de descarga, incluídos os artigos denominados « faróis e projectores, em unidades seladas » e as lâmpadas e tubos de raios ultravioleta ou infravermelhos; lâmpadas de arco	4.412	5.576	5.894	17.535
Lâmpadas, tubos e válvulas electrónicos, de cátodo quente, cátodo frio ou fotocátodo (por exemplo: lâmpadas, tubos e válvulas, de vácuo, de vapor ou de gás, ampolas rectificadoras de vapor de mercúrio, tubos catódicos, tubos e válvulas para câmaras de tel	11379	-	25.214	7.633
Lanternas elétricas portáteis destinadas a funcionar por meio da sua própria fonte de energia (por exemplo: de pilhas, de acumuladores, de magnetos), excluídos os aparelhos de iluminação da posição 8512	-	7.647	-	-
Lãs de escórias de altos fornos, de outras escórias, lã de rocha e lãs minerais semelhantes; vermiculite e argilas, expandidas, espuma de escórias e produtos minerais semelhantes, expandidos; misturas e obras de matérias minerais para isolamento do calor	-	25.875	-	-
Leite e nata, concentrados ou adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes	-	115.830	-	-
Lentes, prismas, espelhos e outros elementos de óptica, de qualquer matéria, montados, para instrumentos e aparelhos, exceto os de vidro não trabalhado opticamente	2625	-	-	-
Ligas-mães de cobre	-	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Limas, grosas, alicates (mesmo cortantes), tenazes, pinças, cisalhas para metais, corta-tubos, corta-pinos, saca-bocados e ferramentas semelhantes, manuais	405	-	721	7.838
Livros de registo e de contabilidade, blocos de notas, de encomendas, de recibos, de apontamentos, de papel para cartas, agendas e artigos semelhantes, cadernos, pastas para documentos, classificadores, capas para encadernação (de folhas soltas ou outras)	-	-	12.406	-
Livros, brochuras e impressos semelhantes, mesmo em folhas soltas	2611	-	4.784	-
Luvas, mitenes e semelhantes, de malha	-	-	-	-
Madeira serrada ou endireitada longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm	-	117.877	-	-
Magnésio e suas obras, incluídos os desperdícios, resíduos e sucata	-	616.308	332.225	-
Malas e maletas, incluídas as de toucador e as maletas e pastas para documentos e de estudantes, os estojos para óculos, binóculos, máquinas fotográficas e de filmar, instrumentos musicais, armas, e artefactos semelhantes; sacos de viagem, sacos isolantes	140	-	60.245	418.648
Malte, mesmo torrado	4.544.495	-	-	-
Mangueiras e tubos semelhantes, de matérias têxteis, mesmo com reforço ou acessórios de outras matérias	-	8.736	13.135	-
Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades; leitores magnéticos ou ópticos, máquinas para registar dados em suporte sob forma codificada, e máquinas para processamento desses dados, não especificadas nem compreendidas em outras posiç	871.239	514.003	95.574	68.108

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Máquinas de costura, exceto para costurar cadernos, da posição 8440; móveis, bases e tampas, próprios para máquinas de costura; agulhas para máquinas de costura	50	-	-	-
Máquinas de escrever exceto as impressoras da posição 8471; máquinas de tratamento de textos	15	-	-	-
Máquinas de lavar louça; máquinas e aparelhos para limpar ou secar garrafas ou outros recipientes; máquinas e aparelhos para encher, fechar, rolhar ou rotular garrafas, caixas, latas, sacos ou outros recipientes; máquinas e aparelhos para capsular garrafa	163174	54.305	61.588	-
Máquinas de lavar roupa, mesmo com dispositivo de secagem	150	-	-	-
Máquinas e aparelhos auxiliares para as máquinas das posições 8444, 8445, 8446 ou 8447 (por exemplo: maquinetas, mecanismos Jacquard, quebra-urdiduras e quebra-tramas, mecanismos troca-lançadeiras); partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou prin	-	1.575	-	-
Máquinas e aparelhos de ar condicionado, contendo um ventilador motorizado e dispositivos próprios para modificar a temperatura e a humidade, incluindo as máquinas e aparelhos em que a humidade não seja regulável separadamente	18.433	90.822	42.286	620.645
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola ou florestal, para preparação ou trabalho do solo ou para cultura; rolos para relvados ou para campos de desporto	70	-	-	-
Máquinas e aparelhos não especificados nem compreendidos em outras posições do presente capítulo, para preparação ou fabricação industrial de alimentos ou de bebidas, exceto as máquinas e aparelhos para extracção ou preparação de óleos ou gorduras vegeta	1.960	-	1.916.623	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, incluídas as enfardadeiras de palha ou forragem; cortadores de relva e ceifeiras; máquinas para limpar e seleccionar ovos, frutas ou outros produtos agrícolas, exceto as da posição 8437	-	-	-	2.451
Máquinas e aparelhos para ensaios de dureza, tracção, compressão, elasticidade e de outras propriedades mecânicas de materiais (por exemplo: metais, madeira, têxteis, papel, plásticos)	-	-	-	-
Máquinas e aparelhos para impressão por meio de caracteres tipográficos, clichés, blocos, cilindros e outros elementos de impressão da posição 8442; máquinas de impressão de jacto de tinta, exceto as da posição 8471; máquinas auxiliares para impressão	491.706	-	1.143.289	10.804
Máquinas e aparelhos para soldar (mesmo de corte) elétricos (incluídos os a gás aquecido electricamente), a laser ou outros feixes de luz ou de fotões, a ultra-som, a feixe de electrões, a impulsos magnéticos ou a jacto de plasma; máquinas e aparelhos el	184	-	-	20.519
Máquinas e aparelhos para soldar, mesmo de corte, exceto os da posição 8515; máquinas e aparelhos a gás para têmpera superficial	78.288	-	-	-
Máquinas e aparelhos, elétricos, com função própria, não especificados nem compreendidos em outras posições do presente capítulo	90.938	4.450	203.010	208.506
Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própria, não especificados nem compreendidos em outras posições deste capítulo	351.972	1.316.482	45.199	4.705.298

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Máquinas e aparelhos, para seleccionar, peneirar, separar, lavar, esmagar, moer, misturar ou amassar terras, pedras, minérios ou outras substâncias minerais sólidas (incluídos os pós e pastas); máquinas para aglomerar ou moldar combustíveis minerais sólid	23.168	1.078.006	9.155.996	371.424
Máquinas e aparelhos, para trabalhar borracha ou plástico ou para fabricação de produtos dessas matérias, não especificados nem compreendidos em outras posições deste capítulo	369.030	1.215	4.900	-
Máquinas para extrudar, estirar, texturizar ou cortar matérias têxteis sintéticas ou artificiais	-	-	-	-
Máquinas para limpeza, selecção ou peneiração de grãos ou de produtos hortícolas secos; máquinas e aparelhos para a indústria de moagem ou tratamento de cereais ou de produtos hortícolas secos, exceto dos tipos utilizados em fazendas	70.786	-	-	-
Máquinas para preparação de matérias têxteis; máquinas para fiação, dobragem ou torção de matérias têxteis e outras máquinas e aparelhos para fabricação de fios têxteis; máquinas de bobinar (incluídas as bobinadeiras de trama) ou de dobar matérias têxteis	687.609	-	-	-
Máquinas, aparelhos e material (exceto as máquinas-ferramentas das posições 8456 a 8465), para fundir ou compor caracteres tipográficos ou para preparação ou fabricação de clichés, blocos, cilindros ou outros elementos de impressão; caracteres tipográfic	37.489	-	89.563	14.821
Máquinas-ferramentas (incluídas as máquinas para pregar, grampear, colar ou reunir por qualquer outro modo) para trabalhar madeira, cortiça, osso, borracha endurecida, plásticos duros ou matérias duras semelhantes	40	-	4.499	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Máquinas-ferramentas (incluídas as prensas) para forjar ou estampar, martelos, martelos-pilões e martinetes, para trabalhar metais; máquinas- -ferramentas (incluídas as prensas) para enrolar, arquear, dobrar, endireitar, aplanar, cisalhar, puncionar ou ch	1.943	-	101	-
Máquinas-ferramentas para aplainar, plainas-limadoras, máquinas-ferramentas para escatelar, mandrilar, cortar ou acabar engrenagens, serrar, seccionar e outras máquinas-ferramentas que operem por eliminação de metal ou de ceramais (cermets), não especific	2.437	2.529	41.078	-
Máquinas-ferramentas para rebarbar, afiar, amolar, rectificar, brunir ou polir ou realizar outras operações de acabamento em metais ou ceramais (cermets) por meio de mós, de abrasivos ou de produtos polidores, exceto as máquinas de cortar ou acabar engre	-	-	-	-
Máquinas-ferramentas para trabalhar pedra, produtos cerâmicos, betão (concreto), fibrocimento ou matérias minerais semelhantes, ou para o trabalho a frio do vidro	-	-	-	-
Mármores, travertinos, granitos belgas e outras pedras calcárias de cantaria ou de construção, de densidade aparente igual ou superior a 2,5, e alabastro, mesmo desbastados ou simplesmente cortados à serra ou por outro meio, em blocos ou placas de forma q	1.949	-	-	-
Massas alimentícias, mesmo cozidas ou recheadas (de carne ou de outras substâncias) ou preparadas de outro modo, tais como esparguete, macarrão, aletria, lasanha, nhoque, raviole e canelone; cuscuz, mesmo preparado	1.283.835	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Mástique de vidraceiro, cimentos de resina e outros mástiques; indutos utilizados em pintura; indutos não refractários do tipo dos utilizados em alvenaria	213.073	-	100.629	261
Material fixo de vias férreas ou semelhantes; aparelhos de sinalização, segurança, controle ou comando para vias férreas, rodoviárias ou fluviais	-	-	113.460	7.846.225
Matérias corantes orgânicas sintéticas, mesmo de constituição química definida; preparações indicadas na Nota 3 do presente capítulo, à base de matérias corantes orgânicas sintéticas; produtos orgânicos sintéticos dos tipos utilizados como agentes de aviv	-	-	-	-
Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002, 3005 ou 3006) constituídos por produtos misturados entre si, preparados para fins terapêuticos ou profilácticos, mas não apresentados em doses nem acondicionados para venda a retalho	2.905	-	-	-
Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002, 3005 ou 3006) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profilácticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via sub	-	114.388	389.375	89.338
Meios de cultura preparados para o desenvolvimento e a manutenção de microrganismos (incluindo os vírus e os organismos similares) ou de células vegetais, humanas ou animais	5.000	-	-	-
Microfones e seus suportes; altifalantes, mesmo montados nos seus receptáculos; capacetes com auscultadores e auscultadores, mesmo combinados com um microfone, e conjuntos ou sortidos constituídos por um microfone e um ou vários altifalantes; amplificador	9652	-	3.088	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Microscópios ópticos, incluídos os microscópios para fotomicrografia, cinefotomicrografia ou microprojecção	-	-	-	31.954
Microscópios, exceto ópticos; difractógrafos	-	-	-	89.740
Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas as pirites de ferro ustuladas (cinzas de pirites)	-	2.620	-	-
Mobiliário para medicina, cirurgia, odontologia ou veterinária (por exemplo: mesas de operação, mesas de exames, camas dotadas de mecanismos para usos clínicos, cadeiras de dentista); cadeiras para salões de cabeleireiro e cadeiras semelhantes, com dispos	-	-	753.241	-
Molas e folhas de molas, de ferro ou aço	3.453	194.118	20.600	5.939
Monofilamentos cuja maior dimensão do corte transversal seja superior a 1 mm (monofios), varas, bastões e perfis, mesmo trabalhados à superfície mas sem qualquer outro trabalho, de plásticos	-	-	-	-
Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais	200	-	-	-
Motores de pistão, alternativo ou rotativo, de ignição por faísca (motores de explosão)	-	1.091	-	-
Motores de pistão, de ignição por compressão (motores diesel ou semi-diesel)	61.318	873.116	725.521	-
Motores e geradores, elétricos, exceto os grupos electrogéneos	19.715	286.007	1.751.216	48.639
Objectos de vidro para serviço de mesa, cozinha, toucador, escritório, ornamentação de interiores ou usos semelhantes, exceto os das posições 7010 ou 7018	-	-	16.642	8.393
Obras de fibrocimento, cimento-celulose e produtos semelhantes	-	-	-	-
Óculos para correcção, protecção ou outros fins, e artigos semelhantes	29.534	-	-	7.829

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas noutras posições, contendo, em peso, 70 % ou mais de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, os quais devem constituir o seu elemento	358.398.954	920.781.899	3.173.570.964	1.164.312.017
Osciloscópios, analisadores de espectro e outros instrumentos e aparelhos para medida ou controlo de grandezas elétricas; instrumentos e aparelhos para medida ou detecção de radiações alfa, beta, gama, X, cósmicas ou outras radiações ionizantes	335.534	487.961	33.613	-
Outras argilas (exceto argilas expandidas da posição 6806), andaluzite, cianite, silimanite, mesmo calcinadas; mulita; barro cozido em pó (terra de chamotte) e terra de dinas	136.638	1.311.619	934.591	-
Outras armas (por exemplo, espingardas, carabinas e pistolas, de mola, de ar comprimido ou de gás, cassetetes), exceto as da posição 93.07	-	-	-	-
Outras armas de fogo e aparelhos semelhantes que utilizem a deflagração da pólvora (por exemplo: espingardas e carabinas de caça, armas de fogo carregáveis exclusivamente pela boca, pistolas lança-foguetes e outros aparelhos concebidos apenas para lançar	-	-	-	-
Outras barras de ferro ou aço não ligado	-	-	-	-
Outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico não alveolar, não reforçadas nem estratificadas, sem suporte, nem associadas a outras matérias	7973	76.337	-	70.174
Outras escórias e cinzas, incluídas as cinzas de algas; cinzas e resíduos provenientes da incineração de resíduos municipais	-	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Outras estruturas flutuantes (por exemplo: balsas, reservatórios, caixões, bóias de amarração, bóias de sinalização e semelhantes)	-	-	-	-
Outras formas (por exemplo: varetas, tubos, perfis) e artigos (por exemplo: discos e anilhas (arruelas)) de borracha não vulcanizada	2.448	412	417	-
Outras locomotivas e locotractores; tênderes	1.877.500	12.985.000	-	-
Outras máquinas e aparelhos de elevação, de carga, de descarga ou de movimentação (por exemplo: elevadores, escadas rolantes, transportadores, teleféricos)	16.269	1.759	36.068	55.224.987
Outras máquinas e aparelhos de terraplanagem, nivelamento, raspagem, escavação, compactação, extracção ou perfuração da terra, de minerais ou minérios; bate-estacas e arranca-estacas; limpa-neves	-	-	-	-
Outras máquinas e aparelhos, para o trabalho da pasta de papel, do papel ou do cartão, incluídas as cortadeiras de todos os tipos	-	-	-	-
Outras obras de alumínio	-	3.760	16.661	14.440
Outras obras de borracha vulcanizada não endurecida	177.835	114.702	449.250	1.380.526
Outras obras de cerâmica	-	-	11.384	10.378
Outras obras de cobre	189	-	46.275	10.226
Outras obras de couro natural ou reconstituido	160	-	1.229	-
Outras obras de ferro ou aço	34.341	128.195	526.995	509.719
Outras obras de metais preciosos ou de metais folheados ou chapeados de metais preciosos	-	-	-	-
Outras obras de plástico e obras de outras matérias das posições 3901 a 3914	62.828	112.523	44.778	211.349
Outras obras de vidro	667	-	-	275.234
Outras obras moldadas, de ferro fundido, ferro ou aço	1.020	75	47.608	-
Outras partes de relojoaria	-	-	-	402
Outro calçado com sola exterior e parte superior de borracha ou plástico	34.681	-	-	-
Outro vestuário de malha	-	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Outros aparelhos respiratórios e máscaras contra gases, exceto as de proteção desprovidas de mecanismo e de elemento filtrante amovível	-	-	3.008	-
Outros brinquedos; modelos reduzidos e modelos semelhantes para divertimento, mesmo animados; quebra-cabeças (puzzles) de qualquer tipo	120	-	-	38.306
Outros calçados	-	-	-	-
Outros chapéus e artefactos de uso semelhante, mesmo guarnecidos	-	-	-	6.497
Outros compostos orgânicos	2.417	-	-	-
Outros contadores (por exemplo: contadores de voltas, contadores de produção, taxímetros, totalizadores de caminho percorrido, podómetros); indicadores de velocidade e tacómetros, exceto os das posições 9014 ou 9015; estroboscópios	7.439	10.882	25.768	807
Outros impressos, incluídas as estampas, gravuras e fotografias	-	1	2.152	6.391
Outros motores e máquinas motrizes	41.987	120.100	472.877	108.106
Outros móveis e suas partes	6.099	-	13.524	251
Outros papéis e cartões, não revestidos nem impregnados, em rolos ou em folhas, não tendo sofrido trabalho complementar nem tratamento, exceto os especificados na Nota 3 do presente Capítulo	-	220	-	-
Outros papéis, cartões, pasta (ouate) de celulose e mantas de fibras de celulose, cortados em forma própria; outras obras de pasta de papel, papel, cartão, pasta (ouate) de celulose ou de mantas de fibras de celulose	-	1.237	9.636	59.381
Outros produtos cerâmicos refractários (por exemplo: retortas, cadinhos, muflas, bocais, tampões, suportes, copelas, tubos, mangas, varetas) que não sejam de farinhas siliciosas fósseis nem de terras siliciosas semelhantes	55.752	54.162	75.833	197.737
Outros tecidos de algodão	600	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Outros tubos e perfis ocos (por exemplo: soldados, rebitados, agrafados ou com os bordos simplesmente aproximados), de ferro ou aço	170.599	20.450	108.891	165.138
Outros veículos aéreos (por exemplo: helicópteros, aviões); veículos espaciais (incluídos os satélites) e seus veículos de lançamento e veículos suborbitais	-	-	-	-
Óxidos e hidróxidos de ferro; terras corantes contendo, em peso, 70 % ou mais de ferro combinado, expresso em Fe2O3	-	-	-	-
Papéis, cartões e têxteis, fotográficos, sensibilizados, não impressionados	-	-	-	-
Papel dos tipos utilizados para a fabricação de papéis higiénicos e de toucador e semelhantes, pasta (ouate) de celulose ou mantas de fibras de celulose, dos tipos utilizados para fins domésticos ou sanitários, em rolos de largura não superior a 36 cm, ou	57	-	-	-
Papel e cartão revestidos de caulino ou de outras substâncias inorgânicas numa ou nas duas faces, com ou sem aglutinantes, sem qualquer outro revestimento, mesmo coloridos à superfície, decorados à superfície ou impressos, em rolos ou em folhas de forma q	-	-	-	-
Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, e papel e cartão para fabricar cartões ou tiras perfurados, não perfurados, em rolos ou em folhas de forma quadrada ou rectangular, de qualquer formato o	376	-	-	-
Papel jornal, em rolos ou em folhas	-	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Parafusos, pernos ou pinos, roscados, porcas, tira-fundos, ganchos roscados, rebites, chavetas, cavilhas, contrapinos ou troços, anilhas ou arruelas (incluídas as de pressão) e artefactos semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço	86.980	138.340	572.603	186.150
Partes de máquinas ou de aparelhos, não especificadas nem compreendidas em outras posições do presente capítulo, não contendo conexões elétricas, partes isoladas electricamente, bobinas, contactos nem quaisquer outros elementos com características elétric	326.166	178	-	-
Partes de veículos para vias férreas ou semelhantes	311.194	862.861	3.046.004	1.161.472
Partes e acessórios (exceto estojos, capas e semelhantes), reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinados às máquinas e aparelhos das posições 8469 a 8472	325.112	246.748	1.391	595
Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705	81.866	21.616	24.863	1.072
Partes e acessórios dos veículos das posições 8711 a 8713	-	3.179	-	-
Partes e acessórios não especificados nem compreendidos noutras posições do presente Capítulo, para máquinas, aparelhos, instrumentos ou artigos do Capítulo 90	2.828	215.949	-	-
Partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinados às máquinas das posições 8456 a 8465, incluídos os porta-peças e porta-ferramentas, as fieiras de abertura automática, os dispositivos divisores e outros dispositivos especiais,	1.780	1.908	7.421	182.222
Partes e acessórios reconhecíveis como sendo exclusiva ou principalmente destinados aos aparelhos das posições 8519 a 8521	7.036	11.505	-	-
Partes e acessórios, dos artigos das posições 9301 a 9304	-	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Partes reconhecíveis como destinadas às máquinas das posições 8501 ou 8502	12.810	18.320	36.284	62.652
Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das posições 8525 a 8528	241.247	55.322	52.660	46.220
Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das posições 8535, 8536 ou 8537	72.468	34.180	103.467	152.021
Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos motores das posições 8407 ou 8408	76.584	560.915	387.623	327.069
Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas às máquinas e aparelhos das posições 8425 a 8430	474.833	207.389	357.232	333.745
Pás, alviões, picaretas, enxadas, sachos, forcados, forquilhas, ancinhos e rapadeiras; machados, podões e ferramentas semelhantes de gume; tesouras de podar de todos os tipos; foices e foicinhas, facas para feno ou para palha, tesouras para sebes, cunhas	-	-	-	2.114
Pastas (ouates), gazes, ataduras e artigos análogos (por exemplo: pensos, esparadrapos, sinapismos), impregnados ou recobertos de substâncias farmacêuticas ou acondicionados para venda a retalho para usos medicinais, cirúrgicos, dentários ou veterinários	120	-	-	-
Pastas de madeira obtidas por combinação de um tratamento mecânico com um tratamento químico	257	-	-	-
Peças isolantes, inteiramente de matérias isolantes, ou com simples peças metálicas de montagem (suportes roscados, por exemplo) incorporadas na massa, para máquinas, aparelhos e instalações elétricas, exceto os isoladores da posição 8546; tubos isolado	1.476	3.764	15.684	1.533

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Pedra-pomes; esmeril; corindo natural, granada natural e outros abrasivos naturais, mesmo tratados termicamente	-	358.652	-	-
Peneiras e crivos, manuais	-	5.338	1.360	-
Peptonas e seus derivados; outras matérias protéicas e seus derivados; pó de peles	-	-	-	-
Perfis de ferro ou aço não ligado	-	-	45.026	-
Permutadores de íons à base de polímeros, em formas primárias	-	-	-	-
Pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiras, bidés, sanitários, reservatórios de autoclismos, mictórios e aparelhos fixos semelhantes para usos sanitários, de cerâmica	10	-	-	20.909
Pilhas e baterias de pilhas, elétricas	6.218	19	7.777	3.483
Placas indicadoras, placas sinalizadoras, placas-endereços e placas semelhantes, números, letras e sinais diversos, de metais comuns, exceto os da posição 94.05.	4	-	-	-
Plaquetas, varetas, pontas e objetos semelhantes para ferramentas, não montados, de ceramais (cermets)	14.187	34.592	31.835	894
Pneumáticos novos, de borracha	6.623	-	16.185	332.294
Poliacetais, outros poliéteres e resinas epóxidas, em formas primárias; policarbonatos, resinas alquídicas, poliésteres alílicos e outros poliésteres, em formas primárias	-	30.329	186.775	101.838
Poliamidas em formas primárias	-	-	-	-
Polímeros acrílicos, em formas primárias	826.106	1.229.509	3.209.098	3.264.611
Polímeros naturais (por exemplo: ácido algínico) e polímeros naturais modificados (por exemplo: proteínas endurecidas, derivados químicos da borracha natural), não especificados nem compreendidos em outras posições, em formas primárias	-	-	-	630.272

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Pomadas e cremes para calçado, encáusticos, preparações para dar brilho a pinturas de carroçarias, vidros ou metais, pastas e pós para arear e preparações semelhantes [mesmo apresentados em papel, pastas (ouates), feltros, falsos tecidos, plástico ou borr	-	-	-	-
Pontas, pregos, percevejos, escápulas e artefactos semelhantes, de cobre ou de ferro ou aço com cabeça de cobre; parafusos, pinos ou pernos, roscados, porcas, ganchos roscados, rebites, chavetas, cavilhas, contrapinos ou troços, anilhas (arruelas) incluíd	75	1.709	2.637	11.569
Preparações antidetonantes, inibidores de oxidação, aditivos peptizantes, beneficiadores de viscosidade, aditivos anticorrosivos e outros aditivos preparados, para óleos minerais (incluída a gasolina) ou para outros líquidos utilizados para os mesmos fins	6.259	-	-	-
Preparações denominadas « aceleradores de vulcanização »; plastificantes compostos para borracha ou plástico, não especificados nem compreendidos em outras posições; preparações antioxidantes e outros estabilizadores compostos, para borracha ou plástico	-	7.442	-	-
Preparações lubrificantes (incluídos os óleos de corte, as preparações antiaderentes de porcas e parafusos, as preparações antiferrugem ou anticorrosão e as preparações para desmoldagem, à base de lubrificantes) e preparações dos tipos utilizados para lub	-	185	-	-
Preparações para decapagem de metais; fluxos para soldar e outras preparações auxiliares para soldar metais; pastas e pós para soldar, compostos de metal e outras matérias; preparações dos tipos utilizados para enchimento ou revestimento de eléctrodos ou	2.617	36.997	225.777	843.154

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Preparações químicas para usos fotográficos, exceto vernizes, colas, adesivos e preparações semelhantes; produtos não misturados, quer doseados tendo em vista usos fotográficos, quer acondicionados para venda a retalho para esses mesmos usos e prontos pa	6	-	-	-
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos, mesmo adicionados de cacau; hóstias, cápsulas vazias para medicamentos, obreias, pastas secas de farinha, amido ou fécula em folhas e produtos semelhantes	50	-	-	8.967
Produtos e artefactos, de matérias têxteis, para usos técnicos, indicados na Nota 7 do presente capítulo	1.517.287	705.339	94.642	1.037.048
Produtos laminados planos de aço inoxidável, de largura inferior a 600 mm	-	2.686	-	-
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, folheados ou chapeados, ou revestidos	-	-	-	-
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, de largura inferior a 600 mm, folheados ou chapeados, ou revestidos	3.071	-	-	-
Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura inferior a 600 mm, não folheados ou chapeados, nem revestidos	-	-	-	-
Provitaminas e vitaminas, naturais ou sintéticas (incluídos os concentrados naturais), bem como os seus derivados utilizados principalmente como vitaminas, misturados ou não entre si, mesmo em quaisquer soluções	-	-	-	-
Quadros, painéis, consolas, cabinas, armários e outros suportes, com dois ou mais aparelhos das posições 8535 ou 8536, para comando eléctrico ou distribuição de energia eléctrica, incluídos os que incorporem instrumentos ou aparelhos do Capítulo 90, assim	329	-	1.495.772	97.715

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Queijos e requeijão	-	69.522	-	-
Queimadores para alimentação de fornalhas, de combustíveis líquidos, combustíveis sólidos pulverizados ou de gás; fornalhas automáticas, incluídas as antefornalhas, grelhas mecânicas, descarregadores mecânicos de cinzas e dispositivos semelhantes	-	5.825	132.466	23.958
Radiadores para aquecimento central, não elétricos, e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço; geradores e distribuidores de ar quente (incluídos os distribuidores que possam também funcionar como distribuidores de ar frio ou condicionado), não eléct	-	-	-	-
Reagentes de diagnóstico ou de laboratório, em qualquer suporte ou preparados, exceto os das posições 3002 ou 3006; materiais de referência certificados	175.167	9.398	13.204	-
Reboques e semi-reboques para quaisquer veículos; outros veículos não autopropulsores; suas partes	-	-	1.235.507	-
Recipientes para gases comprimidos ou liquefeitos, de ferro fundido, ferro ou aço	310	-	28.714	647
Refrigeradores, congeladores (freezers) e outro material, máquinas e aparelhos para a produção de frio, com equipamento eléctrico ou outro; bombas de calor, excluídas as máquinas e aparelhos de ar condicionado da posição 8415	1.255	4.134	31.802	453
Relógios de pulso, relógios de bolso e relógios semelhantes (incluídos os contadores de tempo dos mesmos tipos), exceto os da posição 9101	-	-	789	-
Relógios para painéis de instrumentos e relógios semelhantes, para automóveis, veículos aéreos, embarcações ou para outros veículos	24.788	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Reservatórios, barris, tambores, latas, caixas e recipientes semelhantes para quaisquer matérias (exceto gases comprimidos ou liquefeitos), de ferro fundido, ferro ou aço, de capacidade não superior a 300 litros, sem dispositivos mecânicos ou térmicos, m	1.371	-	-	-
Reservatórios, tonéis, cubas e recipientes semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço, de capacidade > 300 litros, sem dispositivos mecânicos nem térmicos	-	-	108.895	-
Resinas amínicas, resinas fenólicas e poliuretanos, em formas primárias	36.503	-	-	-
Resistências elétricas (incluídos os reóstatos e os potenciómetros), exceto de aquecimento	20.679	101.168	244.444	45.421
Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	269.625	218.555	92.722	204.045
Rolhas (incluídas as cápsulas de coroa, rolhas de parafuso e vertedoras), tampas, cápsulas para garrafas, batoques ou tampões roscados, protectores de batoques ou tampões, selos de garantia e outros acessórios para embalagem, de metais comuns	-	-	1.378	-
Sabões; produtos e preparações orgânicos tensoactivos utilizados como sabão, em barras, pães, pedaços ou figuras moldadas, mesmo contendo sabão; produtos e preparações orgânicos tensoactivos para lavagem da pele, sob a forma de líquido ou de creme, acondi	880	-	-	-
Sacos de quaisquer dimensões, para embalagem	22.196	28.595	-	-
Sangue humano; sangue animal preparado para usos terapêuticos, profilácticos ou de diagnóstico; anti-soros, outras fracções do sangue, produtos imunológicos modificados, mesmo obtidos por via biotecnológica; vacinas, toxinas, culturas de microrganismos (e	-	-	-	-
Silicones, em formas primárias	9	-	-	49.319

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Sinos, campainhas, gongos e artefactos semelhantes, não elétricos, de metais comuns; estatuetas e outros objectos de ornamentação, de metais comuns; molduras para fotografias, gravuras ou semelhantes, de metais comuns; espelhos de metais comuns	1.530	-	7.852	13.289
Sortido de serras, limas, etc.uso manual, de metais comuns	-	-	-	-
Sucos e extractos vegetais; matérias pécticas, pectinatos e pectatos; ágar-ágar e outros produtos mucilaginosos e espessantes derivados dos vegetais, mesmo modificados	141.837	-	-	-
Sulfatos; alúmenes; peroxosulfatos (persulfatos)	-	-	-	-
Suportes elásticos para camas; colchões, edredões, almofadas, pufes, travesseiros e artigos semelhantes, equipados com molas ou guarnecidos interiormente de quaisquer matérias, compreendendo esses artigos de borracha ou de plástico alveolares, mesmo recob	150	-	4.941	-
Suportes preparados para gravação de som ou para gravações semelhantes, não gravados, exceto os produtos do Capítulo 37	800	-	3.610	384
Tachas, pregos, percevejos e artefatos semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço	3.900	5.999	-	24.825
Talhas; cadernais e moitões; guinchos e cabrestantes; macacos	22.631	166	58	6.777.648
Tapetes de matérias têxteis, de pontos nodados ou enrolados, mesmo confeccionados	100	-	-	-
Teares para fabricar malhas, máquinas de costura por entrelaçamento (couture-tricotage), máquinas para fabricar guipuras, tules, rendas, bordados, passamanarias, galões ou redes, e máquinas para inserir tufos	-	-	-	-
Tecidos com borracha, exceto os da posição 5902	-	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Tecidos de algodão, contendo pelo menos 85 %, em peso, de algodão, com peso superior a 200 g/m2	60.229	-	-	-
Tecidos de fibras artificiais descontínuas	129.435	-	-	-
Tecidos de fios de filamentos sintéticos, incluídos os tecidos obtidos a partir dos produtos da posição 5404	-	3.143	2.806	-
Tecidos de lã penteada ou de pêlos finos penteados	146.995	-	-	-
Tecidos em ponto de gaze, exceto os artefactos da posição 5806	-	-	-	-
Telas metálicas (incluídas as telas contínuas ou sem fim), grades e redes, de fios de ferro ou aço; chapas e tiras, distendidas, de ferro ou aço	1.188.796	-	34.251	34.766
Telas para pneumáticos fabricadas com fios de alta tenacidade de nylon ou de outras poliamidas, de poliésteres ou de raiom de viscose	324	-	-	-
Tijolos, placas (lajes), ladrilhos e peças cerâmicas semelhantes, para construção, refractários, que não sejam de farinhas siliciosas fósseis nem de terras siliciosas semelhantes	-	7.046	-	-
Tintas e vernizes, à base de polímeros sintéticos ou de polímeros naturais modificados, dispersos ou dissolvidos em meio não aquoso; soluções definidas na Nota 4 do presente capítulo	-	-	18.045	-
Tintas e vernizes, à base de polímeros sintéticos ou de polímeros naturais modificados, dispersos ou dissolvidos num meio aquoso	2.745	-	-	-
Titânio e suas obras, incluídos os desperdícios, resíduos e sucata	328.209	1.410.054	336.825	-
Torneiras, válvulas (incluídas as redutoras de pressão e as termostáticas) e dispositivos semelhantes, para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas e outros recipientes	447.771	81.725	3.557.839	312.144
Tractores (exceto os da posição 8709)	1.620	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Tranças e artigos semelhantes, de matérias para entrançar, mesmo reunidos em tiras; matérias para entrançar, tranças e artigos semelhantes, de matérias para entrançar, tecidos ou paralelizados, em formas planas, mesmo acabados (por exemplo: esteiras, capa	398	-	-	-
Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos (rectificadores, por exemplo), bobinas de reactância e de auto-indução	63.109	93.807	240.192	45.181
Trigo e mistura de trigo com centeio	12.059.988	8.955.349	19.446.203	18.948.832
Tubos de borracha vulcanizada não endurecida, mesmo providos dos respectivos acessórios (por exemplo: juntas, cotovelos, flanges, uniões)	28.300	5.065	10.817	200.350
Tubos de cobre	3.532	-	54	-
Tubos e perfis ocos, sem costura, de ferro ou aço	-	10.237	1.504.165	12.164
Tubos e seus acessórios (por exemplo: juntas, cotovelos, flanges, uniões), de plástico	1.178	1.134	9.244	2.194
Tubos flexíveis de metais comuns, mesmo com acessórios	-	-	181	22.003
Tungsténio (volfrâmio) e suas obras, incluídos os desperdícios, resíduos e sucata	-	-	-	-
Turbinas a vapor	4.884	-	4.062	793
Turbinas hidráulicas, rodas hidráulicas, e seus reguladores	-	1.298	-	-
Turborreactores, turbopropulsores e outras turbinas a gás	-	20.082	-	-
Vagões para transporte de mercadorias sobre vias férreas	-	-	-	-
Vaselina; parafina, cera de petróleo microcristalina, slack wax, ozocerite, cera de linhite, cera de turfa, outras ceras minerais e produtos semelhantes obtidos por síntese ou por outros processos, mesmo corados	589	-	2	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Vassouras e escovas, mesmo constituindo partes de máquinas, de aparelhos ou de veículos, vassouras mecânicas de uso manual, exceto as motorizadas, espanadores; cabeças preparadas para escovas, pincéis e artigos semelhantes; bonecas e rolos para pintura;	3.773	20.755	8.947	683
Veículos automóveis para usos especiais (por exemplo: auto-socorros, camiões-guindastes, veículos de combate a incêndio, camiões-betoneiras, veículos para varrer, veículos para espalhar, veículos-oficinas, veículos radiológicos), exceto os concebidos pri	-	119.592	815.267	1.222.183
Veículos automóveis sem dispositivo de elevação, dos tipos utilizados em fábricas, armazéns, portos ou aeroportos, para o transporte de mercadorias a curtas distâncias; carros-tractores dos tipos utilizados nas estações ferroviárias; suas partes	35.753	-	12.547	-
Veículos para inspeção e manutenção de vias férreas ou semelhantes, mesmo autopropulsores	-	-	39.073.194	19.408.215
Veios (árvores) de transmissão [incluídas as árvores de cames (excênticos) e cambotas (virabrequins)] e manivelas; chumaceiras (mancais) e bronzes; engrenagens e rodas de fricção; eixos de esferas ou de roletes; redutores, multiplicadores, caixas de trans	252.263	325.701	2.698.766	608.284
Velas, pavios, círios e artigos semelhantes	-	-	310	643
Vestuário e seus acessórios (incluídas as luvas, mitenes e semelhantes), de borracha vulcanizada não endurecida, para quaisquer usos	17.511	39.698	-	-
Vestuário e seus acessórios, de couro natural ou reconstituído	443	-	-	-
Vestuário e seus acessórios, para bebês	-	-	-	-

Mercadoria (Descrição SH4)	Importações US$			
	2000	2005	2010	2016
Vidros de segurança consistindo em vidros temperados ou formados por folhas contracoladas	-	-	417	2.532
Vinhos de uvas frescas, incluídos os vinhos enriquecidos com álcool; mostos de uvas, excluídos os da posição 2009	-	-	-	116.793
Total Importado	476.836.165	1.132.068.863	3.659.481.585	1.704.788.144

Fonte: MDIC, Aliceweb